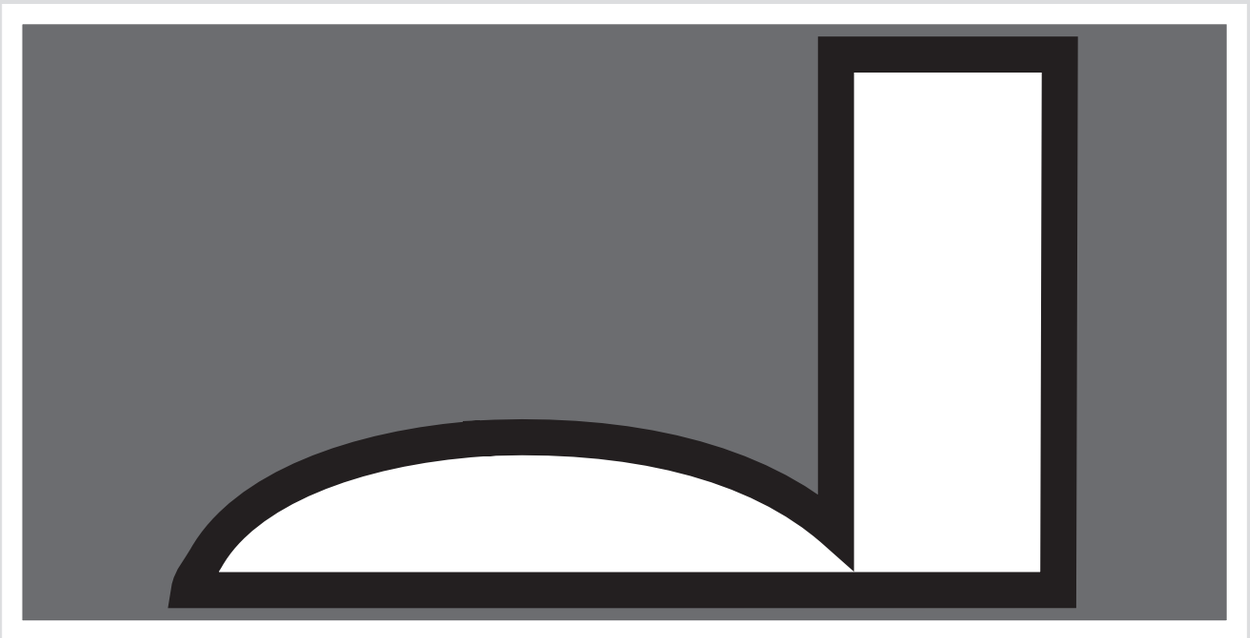
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 112, DE 2008-CN

(Mensagem nº634/2008, na origem)

Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004/2007

VOLUME I/II

TOMO II/II

Avaliação dos Programas por Órgão Governamental (Cadernos Setoriais)

Parte 2/2

Ministério das Comunicações
Ministério das Relações Exteriores
Ministério de Minas e Energia
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
Ministério do Esporte
Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério do Trabalho e Emprego
Ministério do Turismo
Ministério dos Transportes
Presidência da República
Secretarias Especiais
Ministério Público da União, Poderes Legislativo e Judiciário

ANO LXIII – SUP. "A" AO Nº 130 – QUINTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2008 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria
(PMDB) - 21

Líder
Valdir Raupp - PMDB

.....

Líder do PMDB - 21

Valdir Raupp

Vice-Líderes do PMDB
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges (1)
Leomar Quintanilha
Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21

Líder
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
Francisco Dornelles

.....

Líder do PT - 12

Ideli Salvatti

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns

Líder do PR - 4

João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior

Líder do PSB - 2

Renato Casagrande

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares

Líder do PC DO B - 1

Inácio Arruda

Líder do PP - 1

Francisco Dornelles

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 24

Líder
Mário Couto - PSDB

Vice-Líderes
Heráclito Fortes
Flexa Ribeiro
Demóstenes Torres
Eduardo Azeredo
Adelmir Santana
João Tenório
Kátia Abreu (2)
Papaléo Paes

.....

Líder do DEM - 12

José Agripino

Vice-Líder do DEM
Kátia Abreu (2)
Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior(3,4)
Maria do Carmo Alves (5)

Líder do PSDB - 12

Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Marconi Perillo
Alvaro Dias
Marisa Serrano
Cícero Lucena

PTB - 8

Líder
Epitácio Cafeteira - PTB

Vice-Líder
Sérgio Zambiasi

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

Vice-Líder
Patrícia Saboya

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello

1. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
2. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
3. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
5. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007



VOLUME I - TOMO II - PARTE 2

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Volume I - Tomo II

EXERCÍCIO 2008

ANO BASE 2007

Brasília
2008

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva
Vice-Presidência da República
José Alencar Gomes da Silva
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Rousseff
Ministro de Estado da Justiça
Tarso Genro
Ministro de Estado da Defesa
Nelson Jobim
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega
Ministro de Estado dos Transportes
Alfredo Pereira do Nascimento
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Reinhold Stephanes
Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad
Ministro de Estado da Cultura
Juca Ferreira
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi
Ministro de Estado da Previdência Social
José Barroso Pimentel
Ministro de Estado da Saúde
José Gomes Temporão
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Miguel Jorge
Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva
Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Costa
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende
Ministro de Estado do Meio Ambiente
Carlos Minc Baumfeld
Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva Junior
Ministro de Estado do Turismo
Luiz Barretto
Ministro de Estado da Integração Nacional
Geddel Vieira Lima
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel
Ministro de Estado das Cidades
Márcio Fortes de Almeida
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias
Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social
Franklin Martins
Advogado-Geral da União
José Antônio Dias Toffoli
Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho
Secretário Especial de Direitos Humanos
Paulo de Tarso Vannuchi
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Nilcéa Freire
Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca
Altemir Gregolin
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
José Múcio Monteiro Filho
Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Edson Santos
Ministro de Estado Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos
Roberto Mangabeira Unger
Secretário Especial de Portos
Pedro Brito do Nascimento

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Volume I - Tomo II

EXERCÍCIO 2008

ANO BASE 2007

Brasília
2008

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 3429.4080
FAX: 55 (61) 3226.8122
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2008, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.
Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008: ano base 2007 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.

2 v em 4. : il

Conteúdo: V.1. t. 1 Avaliação do Plano Plurianual – V.1.t.2 Avaliação dos Programas – V.2 t.1 Anexo : primeira parte – V.2 t.2 Anexo I : segunda parte – anexo II

1. Planejamento governamental. 2. Orçamento público
I. Título

CDU 338.26 “2008”(047)

ÍNDICE

VOLUME I - TOMO II

Apresentação 303
Avaliação dos Programas 305
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 307
Ministério da Ciência e Tecnologia 445
Ministério da Cultura 497
Ministério da Defesa 557
Ministério da Educação 687
Ministério da Fazenda 761
Ministério da Integração Nacional 827
Ministério da Justiça 889
Ministério da Previdência Social 953
Ministério da Saúde 981
Ministério das Cidades 1103
Ministério das Comunicações 1191
Ministério das Relações Exteriores 1211
Ministério de Minas e Energia 1249
Ministério do Desenvolvimento Agrário 1361
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome 1403
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 1443
Ministério do Esporte 1511
Ministério do Meio Ambiente 1551
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 1665
Ministério do Trabalho e Emprego 1713
Ministério do Turismo 1783
Ministério dos Transportes 1797
Presidência da República 1869
- Advocacia-Geral da União 1871
- Controladoria-Geral da União 1885
- Presidência da República 1905

Secretarias Especiais 1945
- Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca 1947
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 1963
- Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres 1975
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos 1993

Ministério Público da União, Poderes Legislativo e Judiciário 2035
Ministério Público da União 2037
Câmara dos Deputados 2043
Senado Federal 2049
Tribunal de Contas da União. 2055
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios 2063
Justiça do Trabalho 2071
Justiça Eleitoral 2081
Justiça Federal 2087
Justiça Militar da União 2091
Superior Tribunal de Justiça. 2097
Supremo Tribunal Federal 2103

ÍNDICE GERAL POR ÓRGÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.....307

Abastecimento Agroalimentar 323
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 329
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 334
Desenvolvimento da Avicultura. 343
Desenvolvimento da Bovideocultura 347
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura 353
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 359
Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta) 366
Desenvolvimento da Horticultura 371
Desenvolvimento da Suideocultura 376
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais 380
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 384
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 388
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 394
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 398
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 406
Minimização de Riscos no Agronegócio 413
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social 419
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio 425
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 432
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 436
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários 440

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA 445

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento Social. 457
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) 462
Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima 468
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 477

Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 483
Nacional de Atividades Nucleares 487
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico . . . 492

MINISTÉRIO DA CULTURA 497
Brasil Patrimônio Cultural. 505
Brasil, Som e Imagem 511
Cultura Afro-Brasileira 516
Cultura, Educação e Cidadania 520
Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec) 527
Engenho das Artes. 531
Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural 537
Livro Aberto 542
Monumenta 548
Museu Memória e Cidadania 552

MINISTÉRIO DA DEFESA 557
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade. 577
Calha Norte 583
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência
nas Forças Armadas 587
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 591
Desenvolvimento da Aviação Civil 595
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 599
Ensino Profissional da Aeronáutica 606
Ensino Profissional da Marinha 609
Ensino Profissional do Exército 613
Mobilização para Defesa Nacional. 617
Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas 620
Preparo e Emprego da Força Aérea 624
Preparo e Emprego da Força Terrestre 628
Preparo e Emprego do Poder Naval 631
Proantar 637
Produção de Material Bélico 641
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 643
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 646
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 650
Recursos do Mar 652

Segurança da Navegação Aquaviária 656
Serviço de Saúde das Forças Armadas 660
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. 665
Tecnologia de Uso Aeroespacial. 673
Tecnologia de Uso Naval 679
Tecnologia de Uso Terrestre. 682

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.....687
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 697
Brasil Escolarizado. 706
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 714
Desenvolvimento do Ensino Médio. 717
Desenvolvimento da Educação Especial. 721
Desenvolvimento da Educação Infantil 727
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação
e da Pesquisa Científica 731
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 738
Educação para a Diversidade e Cidadania 742
Universidade do Século XXI 748
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica 755

MINISTÉRIO DA FAZENDA 761
Administração Tributária e Aduaneira 780
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais 783
Arrecadação de Receitas Previdenciárias. 786
Banco para Todos 789
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas
e Áreas Afins 792
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 794
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização. 799
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 806
Educação Fiscal 812
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal
dos Municípios - PNAFM. 815
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes. 819
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 821
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 824

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL 827
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 834
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 838
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) 844
Drenagem Urbana Sustentável. 849
Eficiência na Agricultura Irrigada 852
Integração de Bacias Hidrográficas 854
Organização Produtiva de Comunidades (Produzir) 858
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 862
Proágua Infra-estrutura 866
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) 871
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (Promover) 878
Resposta aos Desastres. 881
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação 885

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 889
Aprimoramento da Execução Penal 897
Assistência Jurídica Integral e Gratuita. 901
Combate à Criminalidade 905
Combate ao Crime Transnacional 909
Defesa do Consumidor 913
Defesa Econômica e da Concorrência 917
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal 922
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 925
Migração e Acordos Internacionais 930
Modernização da Polícia Federal 933
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial
e Etnodesenvolvimento 936
Reforma do Judiciário 941
Segurança Pública nas Rodovias Federais 945
Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) 949

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 953
Educação Previdenciária 960
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 963
Previdência Complementar 965
Previdência de Inativos e Pensionistas da União. 968
Previdência Social Básica 970

Qualidade dos Serviços Previdenciários 974
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal 978

MINISTÉRIO DA SAÚDE 981
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos 998
Alimentação Saudável 1003
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 1008
Assistência Suplementar à Saúde 1014
Atenção Básica em Saúde 1020
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas. 1026
Atenção Especializada em Saúde 1030
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS) . . 1034
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 1039
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase 1045
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde (SUS). 1052
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde 1056
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 1062
Saneamento Rural 1066
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue 1072
Vigilância Ambiental em Saúde. 1077
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis 1081
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis 1085
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 1088
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 1093
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes 1097

MINISTÉRIO DAS CIDADES 1103
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 1112
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte 1116
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário

Urbano de Passageiros 1120
Financiamento Imobiliário Habitacional 1129
Fortalecimento da Gestão Urbana 1133
Habitação de Interesse Social. 1143
Mobilidade Urbana 1147
Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) 1152
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 1160
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e
Responsabilidade de Todos 1168
Serviços Urbanos de Água e Esgoto 1173
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários 1182

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES 1191
Aprimoramento dos Serviços Postais 1197
Inovação Tecnológica em Telecomunicações 1201
Oferta dos Serviços de Telecomunicações 1204
Universalização dos Serviços de Comunicações 1208

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....1211
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira 1222
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e
Atendimento Consular 1225
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional 1227
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior 1230
Ensino Profissional Diplomático 1235
Promoção das Exportações 1239
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros 1243
Relações e Negociações do Brasil no Âmbito dos
Organismos Internacionais 1247

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA 1249
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural
e Biocombustíveis 1257
Atuação Internacional na Área de Petróleo. 1260
Brasil com Todo Gás 1263
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia 1266
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis 1269

Eficiência Energética 1274
Energia Alternativa Renovável 1278
Energia na Região Nordeste. 1282
Energia na Região Norte 1287
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste 1292
Energia na Região Sul 1298
Energia nos Sistemas Isolados 1303
Geologia do Brasil 1309
Indústria Petroquímica 1314
Luz para Todos 1316
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 1323
Oferta de Petróleo e Gás Natural 1329
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural 1333
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 1336
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 1347
Refino de Petróleo 1350
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados 1353
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados 1357

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 1361
Agricultura Familiar (Pronaf) 1368
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 1373
Crédito Fundiário 1380
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 1383
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 1388
Educação do Campo (Pronera) 1392
Paz no Campo. 1396
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária 1399

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME 1403
Acesso à Alimentação 1413
Erradicação do Trabalho Infantil 1418
Proteção Social Básica 1423
Proteção Social Especial 1430
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família 1436

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR 1443
Artesanato Brasileiro 1463
Competitividade das Cadeias Produtivas 1468
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte 1478
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora 1484
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental 1490
Metrologia e Qualidade Industrial. 1494
Pólo Industrial de Manaus. 1500
Propriedade Intelectual 1504

MINISTÉRIO DO ESPORTE 1511
Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1522
Esporte e Lazer da Cidade 1528
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1533
Rumo ao Pan 2007 1537
Segundo Tempo 1543

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE 1551
Amazônia Sustentável 1565
Áreas Protegidas do Brasil 1571
Combate à Desertificação 1575
Comunidades Tradicionais 1582
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros 1589
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos. 1595
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. 1599
Nacional de Florestas. 1605
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer) 1616
Proambiente 1620
Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas 1624
Qualidade Ambiental 1630
Recursos Pesqueiros Sustentáveis 1636
Resíduos Sólidos Urbanos 1645
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental 1649
Zoneamento Ecológico-Econômico. 1658

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO 1665

Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública 1677
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1682
Governo Eletrônico 1686
Inclusão Digital 1690
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1695
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1700
Recenseamentos Gerais 1709

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO 1713

Democratização das Relações de Trabalho 1723
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda 1729
Economia Solidária em Desenvolvimento 1735
Erradicação do Trabalho Escravo 1743
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1746
Microcrédito Produtivo Orientado 1754
Primeiro Emprego 1759
Qualificação Social e Profissional 1764
Rede de Proteção ao Trabalho 1772
Segurança e Saúde no Trabalho 1777

MINISTÉRIO DO TURISMO 1783

Brasil: Destino Turístico Internacional 1788
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos 1793

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES 1797

Corredor Araguaia-Tocantins 1811
Corredor Fronteira Norte 1814
Corredor Leste 1817
Corredor Mercosul 1821
Corredor Nordeste ..... ‘1825
Corredor Oeste-Norte 1828
Corredor São Francisco 1832
Corredor Sudoeste 1836
Corredor Transmetropolitano 1839
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário ... 1843

Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval 1847
Infra-estrutura de Transportes 1851
Manutenção da Malha Rodoviária Federal. 1853
Manutenção de Hidrovias 1857
Serviços de Transporte Aquaviário 1860
Serviços de Transporte Rodoviário. 1864

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....1869
Defesa Jurídica da União 1880
Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção 1895
Certificação Digital 1908
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental. . . 1912
Democratização do Acesso à Informação Jornalística,
Educacional e Cultural 1916
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica. 1919
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. 1924
Inteligência Federal 1931
Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) 1935
Promoção da Ética Pública 1941

SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA 1947
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura 1954
Desenvolvimento Sustentável da Pesca 1958

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.....1963
Brasil Quilombola. 1969

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES 1975
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres
no Mundo do Trabalho 1982
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1987

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS.....1993
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 2000
Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei . . . 2005
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes . . . 2010
Direitos Humanos, Direitos de Todos 2013
Nacional de Acessibilidade 2017
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 2021
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 2025
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional 2031

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.....2035
Defesa da Ordem Jurídica 2039
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados 2045
Atuação Legislativa do Senado Federal. 2051
Controle Externo 2057
Prestação Jurisdicional no Distrito Federal. 2065
Prestação Jurisdicional Trabalhista 2073
Gestão do Processo Eleitoral 2083
Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado) 2089
Prestação Jurisdicional Militar 2093
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 2099
Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário 2105
Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal. 2109

ÍNDICE EM ORDEM ALFABÉTICA DE PROGRAMAS

Abastecimento Agroalimentar 323
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis 1257
Acesso à Alimentação 1413
Administração Tributária e Aduaneira 780
Agricultura Familiar (Pronaf) 1368
Alimentação Saudável 1003
Amazônia Sustentável 1565
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais 783
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira 1222
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 329
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte 1116
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 1112
Aprimoramento da Execução Penal 897
Aprimoramento dos Serviços Postais 1197
Áreas Protegidas do Brasil 1571
Arrecadação de Receitas Previdenciárias. 786
Artesanato Brasileiro 1463
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 1373
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular 1225
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 2000
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade. 577
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 1008
Assistência Jurídica Integral e Gratuita. 901
Assistência Suplementar à Saúde 1014
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas. 1026
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos. 998
Atenção Básica em Saúde 1020
Atenção Especializada em Saúde 1030
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS) . . 1034
Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei . . . 2005

Atuação Internacional na Área de Petróleo. 1260
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados 2045
Atuação Legislativa do Senado Federal. 2051
Banco para Todos 789
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 697
Brasil com Todo Gás 1263
Brasil: Destino Turístico Internacional. 1788
Brasil Escolarizado. 706
Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1522
Brasil Patrimônio Cultural. 505
Brasil Quilombola 1969
Brasil, Som e Imagem 511
Calha Norte 583
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas
e Áreas Afins 792
Certificação Digital 1908
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 1039
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão
e o Desenvolvimento Social. 457
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial,
Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) 462
Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima 468
Combate à Criminalidade 905
Combate à Desertificação 1575
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças
e Adolescentes 2010
Combate ao Crime Transnacional 909
Competitividade das Cadeias Produtivas 1468
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência
nas Forças Armadas 587
Comunidades Tradicionais 1582
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros 1589
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
e dos Recursos Genéticos. 1595
Controle da Gestão Administrativa e Financeira
no Poder Judiciário 2105
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase 1045
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 591
Controle Externo 2057

Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção 1895
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional 1227
Corredor Araguaia-Tocantins 1811
Corredor Fronteira Norte 1814
Corredor Leste 1817
Corredor Mercosul 1821
Corredor Nordeste . . . . . ‘1825
Corredor Oeste-Norte 1828
Corredor São Francisco 1832
Corredor Sudoeste. 1836
Corredor Transmetropolitano 1839
Crédito Fundiário 1380
Cultura Afro-Brasileira 516
Cultura, Educação e Cidadania 520
Defesa da Ordem Jurídica 2039
Defesa do Consumidor 913
Defesa Econômica e da Concorrência 917
Defesa Jurídica da União 1880
Democratização das Relações de Trabalho 1723
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental . . . 1912
Democratização do Acesso à Informação Jornalística,
Educacional e Cultural 1916
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário
Urbano de Passageiros 1120
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego,
Trabalho e Renda 1729
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 834
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 334
Desenvolvimento da Aviação Civil 595
Desenvolvimento da Avicultura. 343
Desenvolvimento da Bovideocultura 347
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura
e da Ovinocultura 353
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 359
Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec) 527
Desenvolvimento da Educação Especial. 721
Desenvolvimento da Educação Infantil 727
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 714
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 838

Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta) 366
Desenvolvimento da Horticultura 371
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 599
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e
Outras Espécies Vegetais 380
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 384
Desenvolvimento da Suideocultura 376
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública 1677
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno
e Médio Porte 1478
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora 1484
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 388
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 394
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação
e da Pesquisa Científica 731
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 738
Desenvolvimento do Ensino Médio. 717
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 794
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 806
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização. 799
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal 922
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) 844
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura 1954
Desenvolvimento Sustentável da Pesca 1958
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 398
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 1388
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 1383
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia 1266
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior 1230
Direitos Humanos, Direitos de Todos 2013
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis 1269
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica. 1919
Drenagem Urbana Sustentável. 849
Economia Solidária em Desenvolvimento 1735
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. 1599
Educação do Campo (Pronera) 1392

Educação Fiscal 812
Educação para a Diversidade e Cidadania 742
Educação Permanente e Qualificação Profissional
no Sistema Único de Saúde (SUS) 1052
Educação Previdenciária 960
Eficiência Energética 1274
Eficiência na Agricultura Irrigada 852
Energia Alternativa Renovável 1278
Energia na Região Nordeste. 1282
Energia na Região Norte 1287
Energia na Região Sul 1298
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste 1292
Energia nos Sistemas Isolados 1303
Engenho das Artes. 531
Ensino Profissional da Aeronáutica 606
Ensino Profissional da Marinha 609
Ensino Profissional Diplomático 1235
Ensino Profissional do Exército 613
Erradicação do Trabalho Escravo 1743
Erradicação do Trabalho Infantil 1418
Esporte e Lazer da Cidade 1528
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário
e Ferroviário 1843
Financiamento Imobiliário Habitacional 1129
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval 1847
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 477
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal
dos Municípios - PNAFM. 815
Fortalecimento da Gestão Urbana 1133
Geologia do Brasil 1309
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes. 819
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1682
Gestão do Processo Eleitoral 2083
Governo Eletrônico 1686
Habitação de Interesse Social. 1143
Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural 537
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 925

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres
no Mundo do Trabalho 1982
Inclusão Digital. 1690
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 963
Indústria Petroquímica 1314
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1695
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. 1924
Infra-estrutura de Transportes 1851
Inovação Tecnológica em Telecomunicações 1201
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1533
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1746
Integração de Bacias Hidrográficas 854
Inteligência Federal 1931
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental 1490
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso
à Atenção à Saúde 1056
Livro Aberto 542
Luz para Todos 1316
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 406
Manutenção da Malha Rodoviária Federal. 1853
Manutenção de Hidrovias 1857
Metrologia e Qualidade Industrial. 1494
Microcrédito Produtivo Orientado 1754
Migração e Acordos Internacionais 930
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 1323
Minimização de Riscos no Agronegócio 413
Mobilidade Urbana 1147
Mobilização para Defesa Nacional. 617
Modernização da Polícia Federal 933
Monumenta 548
Museu Memória e Cidadania 552
Nacional de Acessibilidade 2017
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 483
Nacional de Atividades Nucleares 487
Nacional de Florestas. 1605
Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) 1935
Oferta de Petróleo e Gás Natural. 1329
Oferta dos Serviços de Telecomunicações 1204
Organização Produtiva de Comunidades (Produzir) 858

Paz no Campo 1396
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social 419
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio 425
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural 1333
Pólo Industrial de Manaus 1500
Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas 620
Preparo e Emprego da Força Aérea 624
Preparo e Emprego da Força Terrestre 628
Preparo e Emprego do Poder Naval 631
Prestação Jurisdicional Militar 2093
Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado) 2089
Prestação Jurisdicional no Distrito Federal 2065
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 2099
Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal 2109
Prestação Jurisdicional Trabalhista 2073
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer) 1616
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1987
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 1062
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 862
Previdência Complementar 965
Previdência de Inativos e Pensionistas da União 968
Previdência Social Básica 970
Primeiro Emprego 1759
Proágua Infra-estrutura 866
Proambiente 1620
Proantar 637
Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas 1624
Produção de Material Bélico 641
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 821
Promoção da Ética Pública 1941
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico 492
Promoção das Exportações 1239
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) 871
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 2021

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 2025
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (Promover) 878
Propriedade Intelectual 1504
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1700
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional 2031
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial
e Etnodesenvolvimento 936
Proteção Social Básica 1423
Proteção Social Especial 1430
Qualidade Ambiental 1630
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 432
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 1336
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural
e Biocombustíveis 1347
Qualidade dos Serviços Previdenciários 974
Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) 1152
Qualificação Social e Profissional 1764
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 1160
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 643
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 646
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 650
Recenseamentos Gerais 1709
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 824
Recursos do Mar 652
Recursos Pesqueiros Sustentáveis 1636
Rede de Proteção ao Trabalho 1772
Refino de Petróleo 1350
Reforma do Judiciário 941
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União,
Estados, Municípios e Distrito Federal 978
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária 1399
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros 1243
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos
Organismos Internacionais 1247
Resíduos Sólidos Urbanos 1645
Resposta aos Desastres 881
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação
de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental 1649
Rumo ao Pan 2007 1537

Saneamento Rural 1066
Segundo Tempo 1543
Segurança da Navegação Aquaviária 656
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. 665
Segurança e Educação de Trânsito: Direito
e Responsabilidade de Todos 1168
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 436
Segurança e Saúde no Trabalho 1777
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários 440
Segurança Pública nas Rodovias Federais 945
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue 1072
Serviço de Saúde das Forças Armadas 660
Serviços de Transporte Aquaviário 1860
Serviços de Transporte Rodoviário 1864
Serviços Urbanos de Água e Esgoto 1173
Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) 949
Tecnologia de Uso Aeroespacial 673
Tecnologia de Uso Naval 679
Tecnologia de Uso Terrestre 682
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação 885
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família 1436
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados 1353
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados 1357
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos 1793
Universalização dos Serviços de Comunicações 1208
Universidade do Século XXI 748
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários 1182
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica 755
Vigilância Ambiental em Saúde 1077
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis 1081
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis 1085
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS
e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 1088
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 1093
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes 1097
Zoneamento Ecológico-Econômico. 1658



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Aprimoramento dos Serviços Postais

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

Oferta dos Serviços de Telecomunicações

Universalização dos Serviços de Comunicações

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério das Comunicações (MC), foram utilizados **R$ 1.783.567.707,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.396.680.467,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.783.567.707,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 5.396.680.467,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.783.567.707,00**

Além disso, do total de **R$ 51.990.545,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 22.802.716,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MC, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0256 Aprimoramento dos Serviços Postais	49,43%	51,09%	56,13%	39,87%	48,73%
	8025 Inovação Tecnológica em Telecomunicações	32,64%	33,80%	31,24%	42,34%	35,28%
	1157 Oferta dos Serviços de Telecomunicações	14,29%	12,21%	10,06%	15,41%	13,12%
	0257 Universalização dos Serviços de Comunicações	0,09%	0,03%	0,00%	0,22%	0,09%
Finalístico Soma		**96,46%**	**97,12%**	**97,42%**	**97,83%**	**97,22%**
Gestão de Políticas Públicas	8006 Gestão da Política de Comunicações	3,54%	2,88%	2,58%	2,17%	2,78%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

As macrodiretrizes para a execução das políticas setoriais do MC se baseiam nos princípios de democratização, universalização e melhoria da eficiência institucional e tecnológica. A universalização, em particular, desdobra-se em efetivo processo de inclusão social e digital, desenvolvido tanto de forma vertical, em cada uma das três áreas de atuação do Ministério - Radiodifusão, Telecomunicações e Serviços Postais, como também de forma transversal, abrangendo simultaneamente todas essas áreas sempre em consonância com a orientação estratégica do governo, consubstanciada no Megaobjetivo I, cujo desafio é a Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais, no seu tópico 10 - Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio de novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica dos usuários.

A democratização do Estado e a universalização dos serviços públicos com vistas à inclusão social constituem-se realidade no âmbito do Ministério das Comunicações (MC), permitindo o acesso aos meios de comunicação e a inclusão digital, insumos básicos

para a inclusão social, por intermédio do Programa Governo Eletrônico, do Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), da ampliação do Serviço de Radiodifusão Comunitária e da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. O Ministério vem utilizando o Gesac como ferramenta de comunicação e transferência de conhecimento, criando assim modelos de sustentabilidade para os Pontos de Presença, garantindo acesso a todos os cidadãos.

Realizou-se a capacitação de monitores e multiplicadores dos Pontos de Presença, de forma a assegurar que as comunidades atendidas pudessem apropriar-se das Tecnologias de Informação e Comunicação e usá-las para transformar suas realidades educacional, econômica, social e cultural.

A aplicação dos recursos do Fundo para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) teve início em 2007, em decorrência de estudo elaborado pelo Ministério das Comunicações, que possibilitou identificar os principais gargalos que impediam a utilização desses recursos, bem como apresentar alternativas para sua aplicação imediata. O primeiro Projeto a ser financiado com recursos do FUST, aprovado pelo Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007, visa o acesso individual ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), o pagamento mensal da assinatura básica e o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos que permitam a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva nas dependências de aproximadamente 800 instituições de assistências a essas pessoas.

Na área de serviços postais, utilizou-se com eficácia a capilaridade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) como poderoso agente da implementação de políticas públicas de inclusão social e econômica da população. O Banco Postal, implantado com sucesso pela ECT, contempla segmentos excluídos do sistema financeiro nacional. A empresa atua como correspondente dos serviços bancários básicos (abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, recebimento de contas de consumo, títulos, captação de solicitação de empréstimo, entre outros), mediante utilização de sua rede de atendimento.

Na área de radiodifusão, o Ministério continuou desenvolvendo soluções de organização e métodos, buscando otimizar as atividades de análise dos processos de radiodifusão, destacando-se: a implantação da nova fase dos sistemas de radiodifusão comunitária (RADCOM), a implantação do Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Processos, e a elaboração e a revisão de manuais de procedimentos.

Em 2007, foram iniciadas as transmissões digitais da TV aberta no País, grande marco no desenvolvimento das comunicações brasileiras. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico de soluções permitirão a utilização dessa nova plataforma digital para oferta de serviços e aplicações interativas de interesse público.

As principais dificuldades encontradas pelo MC para a implementação das políticas públicas setoriais foram: a incompatibilidade do fluxo de recursos em alguns programas, que chegou a prejudicar a execução, a realocação do crédito setorial de um programa para outro, e a carência de pessoal qualificado em algumas funções.

De maneira geral, foi detectado comprometimento razoável, mas ainda passível de melhoria das unidades do órgão, em relação aos processos de Avaliação/Planejamento propostos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Há compatibilidade entre a estrutura organizacional do órgão e sua estrutura programática.

Quanto à participação social, o órgão implementa ações voltadas à inclusão social das camadas menos favorecidas, assim como ações de inclusão de comunidades indígenas e quilombolas.

ASPECTOS RELEVANTES

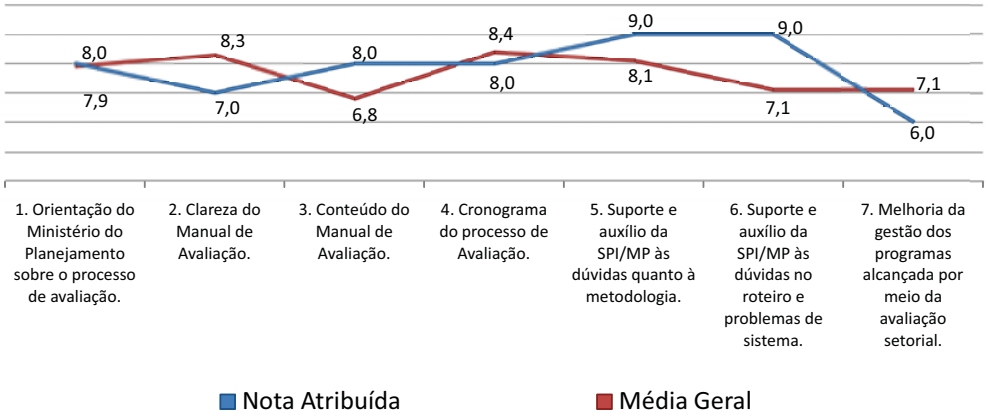
A universalização de acesso e os serviços de comunicações são insumos imperativos para a solução do quadro da exclusão social. Nesse contexto, os resultados alcançados durante o ano de 2007 nas ações de universalização, no âmbito do Governo Federal foram significativos, sendo pilares estruturais dos esforços e objetivos estratégicos do Governo voltados para a Inclusão Social.

O MC contribuiu de forma relevante e substantiva nesses esforços inclusivos com a instalação de infra-estrutura de acesso aos meios de informação e conhecimento na dimensão da Inclusão Digital, bem como no segmento de Radiodifusão e na capilarização dos serviços postais.

Deve ser salientado que ainda pendem entraves para que a universalização dos serviços de telecomunicações seja mais abrangente e eficaz, tendo em vista a necessidade de adequar o marco regulatório do setor, em especial o FUST e a Lei Geral das Telecomunicações (LGT), às necessidades que o modelo atual das telecomunicações, a convergência e o dinamismo tecnológico demandam para o setor. Assim, é imperiosa a adoção de ações ágeis e gestão estratégica da questão que resultem em solução a curto prazo para esse entrave.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MC mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MC e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando R. Lopes de Oliveira

OBJETIVO

Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais, por meio da manutenção, ampliação e modernização da infra-estrutura de atendimento e de produção e distribuição.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 271.010.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 141.865.376,00
	Total:	**R$ 141.865.376,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de atendimento - Porcentual	-	89.40	97.38	92.00	100.00	92,00%
2. Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de Distribuição – Porcentual	-	92.60	98.87	93.20	100.00	93,20%
3. Taxa de Distritos, com População Igual ou Superior a 500 habitantes, com Atendimento Postal – Porcentual	68.71	78.59	85.49	91.15	100.00	91,15%
4. Taxa Populacional com Distribuição Postal - Porcentual	81.02	81.02	-	-	85.09	-

1. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO A SUA EXPECTATIVA, NA ATIVIDADE DE ATENDIMENTO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A apuração do índice levou em conta diversos atributos para sua definição. O tempo de espera na fila foi uma qualidade considerada como a mais importante pela sociedade, indicando ser este o atributo prioritário com o objetivo de aumentar a satisfação com os

Correios. Entretanto, neste quesito, foi apurada a menor nota de avaliação (7,80), o que impactou o resultado final em relação ao índice previsto para o ano de 2007.

2. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO A SUA EXPECTATIVA, NA ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A apuração do índice levou em conta diversos atributos para sua definição. A entrega no prazo foi um atributo considerado como o segundo mais importante pela sociedade, indicando ser este prioritário com o objetivo de aumentar a satisfação com os Correios. Entretanto, neste quesito, foi apurada a menor nota de avaliação (8,40), o que impactou o resultado final em relação ao índice previsto para o ano de 2007.

3. TAXA DE DISTRITOS, COM POPULAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 500 HABITANTES, COM ATENDIMENTO POSTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado demonstra o acerto das ações que norteiam a universalização dos serviços postais.

4. TAXA POPULACIONAL COM DISTRIBUIÇÃO POSTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice para este indicador não foi apurado em 2007, visto que o acordo entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) foi assinado em dezembro de 2007. O órgão informou à ECT que a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), inicialmente prevista para ser iniciada em setembro de 2007, ocorrerá a partir de março de 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela disponibilização, prioritariamente aos menos favorecidos, de uma infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante a sociedade. Desta forma a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços postais, implementada por meio de projetos e atividades vinculadas ao Programa Serviços Postais visam proporcionar a universalização do acesso da população a estes serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação da infra-estrutura de atendimento - esta atividade teve por objetivo a Instalação de Agências Próprias, atendendo ao disposto na PRT/MC-310/98 e realizou a expansão em centros urbanos de acordo com a necessidade do mercado. Em 2007, foram instaladas 143 agências próprias, correspondendo a um patamar de execução orçamentária de 77% do previsto.

• Modernização da infra-estrutura de atendimento - desenvolvidas ações com o objetivo de modernizar a rede de atendimento própria por meio da aquisição de mobiliário e equipamentos.

• Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição - nesta Ação, destacou-se a continuidade da implantação do Rastreamento de Objetos, que visa dotar as unidades de Correios de equipamentos necessários às atividades de rastreamento, bem como incorporar novas funcionalidades e tecnologias demandadas pelo mercado e pelas áreas de negócio da ECT que facilitarão a gestão operacional. O principal benefício esperado é a melhoria da qualidade das informações disponibilizadas aos clientes e dos indicadores operacionais da ECT.

A ECT atuou em consonância com as diretrizes governamentais estabelecidas pelo PPA 2004-2007. Desta maneira, baseados na premissa da inclusão social, alcançou, em 2007, os resultados acima.

Impactaram negativamente no processo de execução orçamentária da ECT, em 2007, as dificuldades nas etapas iniciais dos processos licitatórios, o atraso na finalização dos processos licitatórios iniciados e em fase de contrato no mesmo exercício e o desinteresse ou impossibilidade legal por parte dos órgãos públicos, especialmente das prefeituras, em celebrar o convênio com a ECT para a abertura de uma Agência de Correios Comunitária.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: reuniões de trabalho mensais com as pessoas envolvidas no processo de gestão e execução orçamentária; sistemas informatizados, o sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP) que possibilita o acompanhamento diário da programação, execução e reprogramação orçamentária; Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) que promove o acompanhamento mensal das metas físicas e financeiras das ações, quanto à previsão inicial e execução orçamentária. Apóia a gestão das ações por meio das justificativas quanto à execução ou à não execução, conforme o planejamento estabelecido para o período. E os relatórios mensais de gestão: o Plano Empresarial de Ações e Projetos (PEAP), o de Avaliação Empresarial (ERA) e de Acompanhamento da Execução financeira de Ações, Projetos e Atividades.

A execução física do Programa alcançou 68,62% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007. Este nível de execução decorreu de dificuldades nos processos licitatórios e na entrega prevista de material e equipamentos em tempo hábil.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e o fluxo de recursos foi compatível com a programação física. Houve, no entanto, dificuldades em licitações e celebração de contratos pelos órgãos da Empresa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Outrossim, possui mecanismos que promovem a participação social, por meio da Ouvidoria, em que a ECT dispõe de uma estrutura para atendimento às dúvidas e às reclamações apresentadas pelos clientes.

Há, ainda, para a participação social, a disponibilização do Centro de Atendimento ao Cliente, por meio do número 0800-5700100, para atendimento direto às solicitações dos clientes e a disponibilização de serviços, informações e canais de atendimento por meio do sítio na internet dos Correios (*www.correios.com.br*).

O Programa busca uma melhoria no processo produtivo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), e maior efetividade no atendimento dos anseios do seu público-alvo.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários. O mecanismo utilizado para a avaliação é a pesquisa de satisfação e imagem promovida pela Empresa. Os resultados norteiam as ações das diversas áreas a fim de atender aos anseios da sociedade e da promoção da inclusão social.

A gerência do Programa enfatiza a necessidade de que sejam intensificadas as ações para a criação do novo marco regulatório para o setor postal, que haja o aprimoramento do modelo de Universalização, objetivando acelerar o projeto e alcançar a meta de 100% dos distritos com acesso aos serviços postais básicos e que seja definido novo índice para aferição da qualidade dos serviços, adequado para a medição em sentido amplo, não se restringindo apenas a percepção dos clientes.

O Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que o Programa tem duas dimensões relacionadas à prestação dos serviços postais para a sociedade: a qualidade do serviço com preços acessíveis e a universalização do acesso aos serviços postais. Tendo em vista que a totalidade dos Municípios brasileiros já dispõe de serviços postais, a universalização desses serviços busca alcançar a meta determinada pelo MC, que define que a capilaridade deverá ser alcançada pela prestação de serviços postais básicos em todos os distritos com mais de 500 habitantes. Destacam-se os 81 novos distritos com mais de 500 habitantes com acesso aos serviços postais básicos, alcançando um total de 1.395 distritos dentro do critério adotado para a universalização dos serviços postais.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando R. Lopes de Oliveira

OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações.

PÚBLICO-ALVO

Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 154.700.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 150.655.756,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 150.655.756,00
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Desempenho de Execução Física do Programa - Porcentagem	-	-	42.00	79.00	79.00	100%

1. DESEMPENHO DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Tendo em vista o alcance do índice estabelecido no PPA, avaliamos como positiva a execução do programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Entre os setores econômicos, as telecomunicações ocupam lugar de destaque, por ser essencial à competição econômica. No cenário anterior à privatização, a formulação e implementação da política tecnológica no Brasil, para o setor de telecomunicações, esteve alicerçada no poder de compra do Sistema de Telecomunicação Brasileira (Telebrás) e na capacidade de geração tecnológica da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e sua interação com o setor privado nacional. Com a abertura do setor de telecomunicações à competição, o quadro anterior foi substancialmente alterado, ocorrendo, por conseguinte, aumento do volume de importações. Observa-se

o predomínio do fornecimento das empresas multinacionais no País, com participação reduzida das empresas de capital nacional. Esse Programa, financiado pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), visa estimular o processo de inovação tecnológica voltada para as telecomunicações, incentivar a capacitação de recursos humanos em tecnologias aplicadas às telecomunicações, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Na Ação Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações foram gastos R$ 13.171.366,00.

- Na Ação Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD foram gastos R$ 66.179.184,00.

- Na Ação Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações foram gastos R$ 70.817.100,00, tendo sido apoiados 17 projetos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, há mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, onde são efetuadas visitas in loco com a produção de relatórios individuais dos projetos.

A execução física situou-se na faixa de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007, tendo alcançado suas metas físicas. Os recursos orçamentários executados foram suficientes para alcance do programado. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. O valor alocado à Gestão e Administração do Programa (GAP) é definido por resolução do Conselho Gestor do fundo.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada, tendo em vista o quadro reduzido. Paralelamente, há necessidade de capacitação da equipe. Todavia, há uma alta interação entre as unidades do Ministério envolvidas na execução do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. No entanto, não possui mecanismos que promovem a participação social por ser voltado para o desenvolvimento de tecnologias em telecomunicações. O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários acompanhando a produção de patentes registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, como as chamadas públicas para a seleção de projetos apoiados com recursos do Fundo.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que os principais resultados do Programa, no ano de 2007 foram, através das ações de fomento, permitir o início das transmissões da TV Digital, e o apoio a projetos de desenvolvimento de tecnologias nacionais voltadas para as telecomunicações. Sugere-se a realização de modelo lógico para o Programa, diante dos resultados mencionados nesta avaliação. Esclareça-se que, a partir do PPA 2008-2011, o indicador do Programa passou a ser a Taxa de Desenvolvimento dos Projetos de Inovação Tecnológica Apoiados pelo Programa.

OFERTA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando R. Lopes de Oliveira

OBJETIVO

Garantir a prestação dos serviços de telecomunicações, de forma contínua e em condições adequadas de preço e qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Usuários dos serviços de telecomunicações

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 111.574.244,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.831.353,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 54.831.353,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.600.000.000,00	- -	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Telefones em Serviço - Porcentagem	22.10	-	20.70	20.70	26.00	79,62%

1. TAXA DE TELEFONES EM SERVIÇO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A série histórica do indicador apresentou redução desde o início do PPA, o que revelou uma tendência que apontava para que o índice esperado não fosse alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de fomentar a competitividade entre as prestadoras com os padrões de qualidade e regularidade compatíveis com as exigências dos usuários.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 3.430.517 solicitações de usuários atendidas.

- 294.264 ações de fiscalização realizadas.

- Concessão de 11.030 outorgas de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) -20 e Serviços Privados (11.009), distribuídos em Serviço de Radioamador, Serviço Limitado Privado e Serviço de Rádio Cidadão.

- Três regulamentos publicados sobre Uso do Espectro.

- 20 regulamentos publicados sobre os Serviços de Telecomunicações.

- 2.846 Certificados de Homologação de Produtos de Telecomunicações emitidos.

- 35 ações de auditoria realizadas nos contratos das empresas de telecomunicações.

O resultado alcançado deveu-se ao fato de que a liberação dos limites para empenhos ocorreu somente no final do exercício, quando não havia mais tempo hábil para diversas contratações, realização de estudos e execução de despesas necessárias ao aprimoramento das atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência monitora o desempenho físico das ações, valendo-se do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para acompanhamento das metas físicas das ações do Programa.

A execução física situou-se na faixa dos 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O resultado das ações que tiveram desempenho acima do esperado se deve principalmente à inadequação das metas propostas, que ficaram abaixo da real capacidade. No decorrer do exercício essas metas foram revistas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Nas ações que tiveram desempenho abaixo do esperado o principal problema enfrentado foi o fato dos limites para movimentação e empenho terem sido liberados muito tardiamente, o que impediu sua contratação. É importante destacar que muitas ações dependem da contratação de estudos e serviços que demandam vários meses para contratação e apresentação de resultados. Dessa forma, torna-se imperativo que os recursos sejam liberados de forma tempestiva e em tempo hábil para sua execução.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. A dotação aprovada na LOA era suficiente. Entretanto, as liberações para movimentação e empenho não acompanharam o ciclo de execução da despesa e, desta forma, não foi possível finalizar diversos processos licitatórios.

O atraso na liberação de recursos prejudicou diversos serviços e contratações pela demora e incerteza quanto a sua liberação. A liberação tardia não permitiu que fossem executadas diversas despesas que estavam programadas pela Anatel.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos foram obstáculos em algumas ações que, para serem realizadas, dependem da contratação de estudos e consultorias que demandam vários meses para serem realizadas e gerarem resultados concretos. Algumas tiveram problema de não terem limites necessários no momento de sua realização.

No que tange ao fluxo de informações, o Ministério das Comunicações (MC) e a Anatel tiveram troca de informações adequadas. A Anatel sempre apresentou ao MC suas demandas e dificuldades enfrentadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Possui mecanismos que promovem a participação social, por meio da Ouvidoria da Anatel, que tem a característica de atender ao público interno e externo. Dessa forma, demandas da sociedade que não tenham sido atendidas pela prestadora ou pela Anatel têm ainda outro recurso para apresentar sugestões e críticas.

A Anatel tem, em seu rito processual de aprovação de regulamentos, a realização de consultas públicas, onde a sociedade pode se manifestar apresentando sugestões e críticas.

Na elaboração dos regulamentos, a Anatel abriu espaço para a sociedade se manifestar, contribuindo para que os regulamentos aprovados representassem os diversos interesses que a agência tem de harmonizar.

Por meio de chamadas ao *Call-Center* (serviço de 0800), cartas e e-mail, os usuários puderam encaminhar à Anatel denúncias, críticas e elogios relativos aos serviços de telecomunicações, o que contribuiu para a abertura de processos de auditorias e fiscalizações nas empresas.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Para aferir a satisfação dos beneficiários, a Anatel precisaria contratar uma pesquisa, o que não foi possível pelo fato dos recursos terem sido liberados para execução no final do exercício. Já está programada a realização de pesquisa em 2008.

A gerência do Programa considera relevante para a melhoria da gestão que sejam definidos novos indicadores, adequados para a aferição de seus resultados, impactos e benefícios alcançados para seu público-alvo e a sociedade. E que haja uma revisão dos atributos e ações do programa, de modo a que esteja apto a resolver, efetivamente, as causas do problema a que o programa objetiva solucionar.

Efetuar uma revisão ampla dos marcos regulatórios do setor da telecomunicação, buscando adequá-los ao atual estado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e atender de maneira ágil o modelo de funcionamento do setor, com flexibilidade para futuras adequações, tendo em vista o dinamismo do setor, é outra consideração da gerência do Programa.

A gerência destaca, ainda, que a meta física realizada na ação Auditoria Econômica-Financeira das Concessionárias dos Serviços de Telecomunicações em Regime Público, consta no SIGPlan como cumulativa. Entretanto, trata-se de uma meta não cumulativa, tendo em vista que a auditoria é realizada sobre os contratos de concessão de telefonia, que chegam ao número de 35. A auditoria é realizada sobre todos os contratos de forma contínua, visando a verificação do cumprimento dos mesmos por parte das empresas concessionárias de telefonia.

UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando R. Lopes de Oliveira

OBJETIVO

Possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica.

PÚBLICO-ALVO

Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, unidades rurais isoladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas em localidades com menos de 100 habitantes, população em comunidades de baixo poder aquisitivo e telecentros comunitários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 787.693,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 787.693,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Acesso a Redes Digitais em Banda Larga em Operação no Público-alvo Elegível - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Acessos de Telefonia em Operação no Público-alvo Elegível - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ACESSOS DE TELEFONIA EM OPERAÇÃO NO PÚBLICO-ALVO ELEGÍVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007 não houve execução física do Programa.

2. TAXA DE ACESSOS A REDES DIGITAIS EM BANDA LARGA EM OPERAÇÃO NO PÚBLICO-ALVO ELEGÍVEL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

As informações referentes à execução do Projeto estão em fase de verificação, confirmação e consolidação. Desta feita, não é possível, ainda, avaliar a execução das metas anteriormente expostas para o Projeto, nem calcular o índice do indicador. Em 2007, não houve execução física do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A exploração dos serviços de telecomunicações por parte de empresas concessionárias e autorizadas pelo Estado, consubstanciada no modelo estabelecido na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) - não consegue atingir a plena universalização através da exploração eficiente do serviço, deixando uma lacuna que precisa ser preenchida pelo Estado, motivo pelo qual foi criado o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). É importante destacar que a comunicação é fator fundamental de desenvolvimento na sociedade moderna, caracterizada como uma sociedade que tem a necessidade de estar o tempo todo conectado aos sistemas mundiais de informação, de modo que a promoção da democratização e universalização do acesso aos serviços de telecomunicações é fator preponderante para o desenvolvimento social e econômico do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em abril de 2006, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria nº 263, que instituiu o Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência, com o objetivo de disponibilizar acessos individuais aos serviços de telecomunicações e equipamentos de interface às pessoas com deficiência.

• A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) elaborou o Plano de Metas para Universalização de Serviços de Telecomunicações (PMU I) em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. Para a consecução do Plano, a Anatel firmou Termo de Cooperação, em 28 de junho de 2007, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), entidade beneficiada no âmbito do PMU I. Com essa entidade, além de trabalhar a base de dados das quase 800 instituições beneficiárias, a Agência vem mantendo estreito relacionamento no intuito de obter as informações necessárias à implementação, acompanhamento e fiscalização do Plano de Metas.

Em 2007, não houve execução física do Programa, que contemplava dois projetos: atendimento às instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva e atendimento aos núcleos e aos centros especiais de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou equivalentes.

Finalmente, em solenidade pública realizada em 05.09.2007, a Anatel assinou, com as cinco concessionárias da telefonia fixa local: Brasil Telecom, Oi/Telemar, Telefônica, CTBC Telecom

e Sercomtel, os Termos de Obrigações, marcando o início da operacionalização do PMU I e a contagem do prazo (nove meses) para as metas previstas. Tendo em vista que as concessionárias teriam até dezembro de 2007 para implantar os terminais, as informações referentes à execução do Projeto estão em fase de verificação, confirmação e consolidação. Desta feita, não é possível, ainda, avaliar a execução das metas anteriormente expostas para o Projeto.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência usa mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, por meio de realização das reuniões de trabalho para identificar os problemas enfrentados e a utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para registro e acompanhamento das metas físicas das ações do Programa.

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Contudo, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Em relação à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, nota-se que os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Além disso, destaca-se a demora na definição dos projetos a serem implementados pelo Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, porém possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria da Anatel, que tem a característica de atender ao público interno e público externo. Dessa forma, demandas da sociedade que não tenham sido atendidas pela prestadora e pela Anatel têm ainda outro recurso para apresentar suas sugestões e críticas. Além disso, a sociedade pode interagir com a Anatel, através de diversos outros mecanismos, como cartas, e-mail, *Call-Center* (telefone 0800) ou indo diretamente à Sala do Cidadão, presente em todas as capitais brasileiras.

As sugestões e críticas apresentadas são utilizadas na elaboração de propostas e de melhorias na implementação do Programa.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Para aferir a satisfação dos beneficiários, a Anatel precisaria contratar uma pesquisa, o que não foi possível pelo fato dos recursos terem sido liberados para execução no final do exercício.

A gerência do Programa considera mister que a adequação do marco regulatório, em especial o Fundo para Universalização dos Serviços de telecomunicações (FUST) e a Lei Geral das Telecomunicações sejam adequados para possibilitar que o programa produza os resultados esperados, voltados para a universalização do acesso aos serviços de telecomunicações.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que até 2007, o Programa teve apenas resultados intermediários, conseqüência da imobilização gerada pelos marcos regulatórios defasados em relação ao problema que o Programa objetiva solucionar.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Análise e Difusão da Política Externa Brasileira

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular

Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional

Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior

Ensino Profissional Diplomático

Promoção das Exportações

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros

Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foram utilizados **R$ 1.642.200.591,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.966.881.218,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.642.200.591,00
Recursos não-orçamentários previstos	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.966.881.218,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.642.200.591,00**

Além disso, do total de **R$ 32.841.301,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 27.146.086,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MRE, no período do PPA 2004/2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1279 Análise e Difusão da Política Externa Brasileira	0,49%	0,35%	0,62%	1,30%	0,68%
	0686 Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular	0,09%	0,14%	2,96%	3,30%	1,57%
	0684 Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional	2,26%	3,81%	2,37%	2,67%	2,84%
	0682 Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior	2,92%	2,39%	2,45%	2,54%	2,56%
	0685 Ensino Profissional Diplomático	0,40%	0,27%	0,32%	0,37%	0,34%
	0355 Promoção das Exportações	1,35%	1,20%	1,38%	1,31%	1,30%
	1264 Relações do Brasil com Estados Estrangeiros	41,60%	30,83%	35,24%	36,58%	35,67%
	1256 Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais	4,67%	6,91%	3,80%	3,70%	4,89%
Finalístico Soma		**53,78%**	**45,89%**	**49,15%**	**51,77%**	**49,85%**
Gestão de Políticas Públicas	0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais	43,34%	51,64%	47,64%	46,30%	47,55%
	0683 Gestão da Política Externa	2,88%	2,47%	3,21%	1,93%	2,61%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**46,22%**	**54,11%**	**50,85%**	**48,23%**	**50,15%**
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, mantiveram-se os esforços das unidades do MRE para o alcance dos objetivos setoriais do órgão no âmbito do PPA, sempre em consonância com a Orientação Estratégica de Governo. Constitui objetivo básico da diplomacia brasileira fazer do Brasil uma nação respeitada internacionalmente, capaz de dar sua contribuição à paz e ao desenvolvimento de todos os povos. A atuação internacional brasileira com vistas ao fortalecimento da integração sul-americana, tendo o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como elemento decisivo para a intensificação do diálogo político, do comércio e da cooperação com os países da América do Sul, figura como um dos objetivos setoriais do MRE para o PPA e permaneceu, no último ano do quadriênio, como objetivo de grande relevância.

No tocante ao combate às assimetrias, destaca-se a aprovação dos 16 primeiros projetos do Fundo para a Convergência Estrutural no MERCOSUL (FOCEM), destinados a beneficiar as economias menores e as regiões menos desenvolvidas dos Estados partes, com montante fixado em US$ 100 milhões anuais. O Brasil, que aporta 70% do orçamento total do mecanismo, efetuou o depósito integral de suas contribuições relativas aos anos de 2006 e 2007. Além disso, em 2007, registrou-se intenso fluxo de visitas de mandatários sul-americanos, o que além de expressar evidente estreitamento de relações entre os países representados, resultou em grande número de acordos firmados e outras iniciativas de aproximação dos países da região. Ressalta-se, também, a assinatura da ata fundacional do Banco do Sul, em Buenos Aires, em 9.12.2007, que representou avanço importante para o objetivo de garantir a alocação de recursos financeiros em projetos que beneficiem a América do Sul, como alternativa a financiamentos de instituições de fora da região. Foi igualmente negociada, em 2007, a incorporação do Brasil como membro pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF). A integração da infra-estrutura física da América do Sul é requisito fundamental para que o continente possa inserir-se de forma mais competitiva na economia mundial. O Grande Gasoduto do Sul, que teve seu primeiro trecho inaugurado em janeiro de 2007, constitui compromisso estratégico entre o Brasil e a Venezuela. A integração energética fortalece a integração econômica e social, contribuindo para a erradicação da pobreza e o lançamento do Corredor Interoceânico Brasil-Chile-Bolívia, em 16 de dezembro, é marco emblemático desse esforço conjunto.

Da mesma forma, a ampliação das relações com os países da região da América Central e do Caribe tem sido constante, traduzindo-se pelo notável incremento nas transações comerciais, pelo desenvolvimento de grande número de projetos de cooperação técnica, pelo aumento dos investimentos brasileiros e pela intensa atividade de visitas políticas do mais alto nível. Estiveram no Brasil, em 2007, os Presidentes do Panamá, da República Dominicana e de El Salvador, bem como o Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda e o Presidente eleito da Guatemala. As visitas do Presidente da República ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá, as visitas do Ministro das Relações Exteriores a El Salvador e ao México, e as visitas dos Chanceleres do México, El Salvador, Panamá e Cuba ao Brasil, contribuíram significativamente para aprofundar as relações com aqueles países. Foi também instalada, em março, a Comissão Binacional entre o Brasil e o México. A presença do Brasil no Caribe se acentuou com o aumento do intercâmbio comercial, de visitas de alto nível e o processo de adesão ao Banco de Desenvolvimento Caribenho.

O Brasil participou ativamente em 2007 de mecanismos de concertação, consulta e cooperação regionais, bem como de foros de diálogo birregionais. No âmbito do Grupo do Rio, foi dedicada especial atenção ao apoio à Guiana na organização da 19ª Cúpula, realizada em março, em Georgetown (Guiana).

No marco da intensificação das relações com os países africanos, o Presidente da República realizou sua sétima viagem à África, em outubro de 2007. O Governo brasileiro buscou igualmente fortalecer os laços com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nos meses de abril e maio, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais no Timor-Leste após a Independência, obtida em 1999. Em coordenação com a CPLP, o

Brasil apoiou a organização do pleito, enviando juízes, militares e observadores. O Brasil continuou a impulsionar a cooperação Sul-Sul, e a fortalecer o Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) como foro de articulação de interesses compartilhados com a Índia e a África do Sul.

Entre os principais eventos desenvolvidos em 2007 para divulgação da imagem do Brasil no Exterior destacou-se o Mês do Brasil na Argentina, iniciativa que articulou eventos da cultura brasileira, nas áreas do cinema, literatura, teatro e música. Em cumprimento ao compromisso assumido pelos Presidentes Lula e Kirchner, a referida manifestação cultural foi organizada, em Buenos Aires, no período de 7 de setembro a 8 de outubro de 2007. Outros eventos foram igualmente realizados em atenção ao objetivo setorial de promover a imagem do Brasil no exterior, atingindo-se o total de 479 eventos, entre os quais o Festival de Dança do IBAS, realizado em Salvador, com a participação de grupos brasileiros, indianos e sul-africanos, bem como os eventos culturais promovidos por ocasião das visitas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia e ao México, quando foram organizadas as apresentações de Teresa Cristina e do Grupo Semente, a exposição da artista plástica Regina Silveira e o festival de gastronomia brasileira, entre outros.

Constitui ainda objetivo setorial do MRE a implementação de projetos de cooperação científica e tecnológica para o desenvolvimento de tecnologias de ponta. Nessa área, obteve-se significativo avanço, em 2007, com o lançamento do satélite sino-brasileiro CBERS-2B e a realização, em Pequim, de encontro técnico da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Na ocasião, foi acordada a proposta de Plano de Trabalho em Ciência e Tecnologia (C&T) e intercâmbio de especialistas entre Brasil e China. Igualmente no âmbito da Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional ressaltam-se as seguintes iniciativas e projetos:

a) a intensificação do diálogo regional com a América do Sul para divulgação do Sistema Brasileiro de TV Digital;

b) a coordenação da participação brasileira no Programa de Ação Regional da América Latina e Caribe para a Sociedade da Informação;

c) a realização, no Rio de Janeiro, do 2º Fórum de Governança da Internet, da Organização das Nações Unidas (ONU);

d) a implementação de aproximadamente 1.400 acordos de cooperação;

e) a realização de vôos em colaboração com a Força Aérea Brasileira (FAB-MRE) a Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe para transporte de material necessário à implementação de projetos bilaterais de cooperação nas áreas de educação básica, formação profissional e saúde.

Dando seguimento à estratégia de atuação da diplomacia comercial para promoção do acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional, e fomento à captação de

investimento estrangeiro, alcançaram-se avanços significativos na intensificação da integração sul-americana no que diz respeito ao comércio, aos investimentos e à cooperação entre os países da região, assim como maior aproximação econômico-comercial com a África e o Oriente Próximo. O aumento das relações comerciais do Brasil com países em desenvolvimento é evidente, tendo em vista que, em dezembro de 2007, 55% das exportações brasileiras destinaram-se a países pertencentes a esse grupo.

Da mesma forma, registrou-se importante avanço no relacionamento do Brasil com os países desenvolvidos. A visita do Presidente George W. Bush ao Brasil, seguida da viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a *Camp David*, dinamizou o diálogo entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) sobre temas globais, e deu início à cooperação sobre etanol. Foi firmado com os EUA, Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis para promoção não apenas da cooperação bilateral, como para a criação de um mercado mundial de biocombustíveis, notadamente de etanol, e apoio a esse setor em países centro-americanos, caribenhos e africanos. Além disso, foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis, em Nova Iorque, em março, pelo Brasil, África do Sul, China, Comissão Européia, Estados Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível e coordenar posições sobre o assunto. Já foram realizadas duas reuniões do Fórum (Bruxelas e Nova Delhi). O Presidente da República participou como convidado de honra da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada pela União Européia em julho, em Bruxelas. Em julho de 2007, ao final da Cúpula de Lisboa, foi lançada a Parceria Estratégica Brasil-União Européia, que contempla as seguintes áreas prioritárias: meio ambiente, biocombustíveis e C&T. O momento atual é de estruturação da referida parceria, com a possibilidade de inclusão de novas áreas temáticas, tais como diálogo sobre consumo e tráfico de drogas e investimentos.

Quanto às relações bilaterais com países da Europa, o Brasil recebeu diversas visitas de líderes europeus ao longo do ano, incluindo os Chefes de Estado ou de Governo da Alemanha, Dinamarca, Itália, Letônia e Luxemburgo, além do Papa Bento XVI. Em setembro, o Presidente da República realizou visita aos Países Nórdicos e à Espanha.

Entre as iniciativas para favorecer maior aproximação com os países da Ásia, o Brasil promoveu o lançamento do Ano de Intercâmbio Brasil-Japão, no contexto das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa em 2008. Em junho, durante visita de Estado do Presidente da República à Índia, foram assinados acordos de cooperação em educação e co-produção audiovisual com aquele país e criado Fórum de *Chief Executive Officer* (CEOs) para estimular os negócios bilaterais. O aprimoramento das relações econômico-comerciais com China e Índia para a diversificação e o aumento da pauta de exportações brasileiras, incluindo produtos de maior valor agregado, e com vistas a atrair investimentos daqueles países para o Brasil, tal iniciativa representou esforço relevante na direção da ampliação das exportações brasileiras para mercados menos tradicionais. O Brasil sediou, em agosto de 2007, a 3ª Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), com a presença de 33 países, 22 Ministros de Estado (15 latino-americanos e sete asiáticos), ocasião em que se organizou, em paralelo, encontro de trabalho entre o MERCOSUL e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Registre-se que, em

setembro, o Presidente do Cazaquistão realizou visita de Estado ao Brasil, na primeira visita de um Chefe de Estado da Ásia Central à América do Sul.

Registrou-se igualmente no exercício de 2007, a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a ONU para Agricultura e Alimentação (FAO), com o objetivo de desenvolver cooperação na luta contra a fome e a desnutrição, fomentar a agricultura familiar e o desenvolvimento agrário, e promover a sanidade animal e vegetal em países da América Latina e do Caribe. Na ONU, o ano de 2007 foi marcado por ímpeto renovado no que diz respeito à reforma da organização e, particularmente, de seu Conselho de Segurança. O Brasil manteve sua cooperação com os parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão) e reiterou a importância da inclusão de países das regiões em desenvolvimento entre os novos membros permanentes. O Brasil organizou no Rio de Janeiro, em setembro, reunião ministerial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir os desafios da governança internacional. Por ocasião da abertura da 62ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 25 de setembro de 2007, o Presidente da República lançou a proposta para que a ONU promova, 20 anos após a Rio-92, nova Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio+20) e ofereceu o Brasil como sede.

Em dezembro, o Brasil teve participação ativa na 13ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima em Bali, Indonésia, onde defendeu o uso das energias renováveis e incentivos positivos aos países que evitam o desmatamento. O tema da mudança do clima, que ganhou perfil inédito nas esferas política, científica e mediática ao longo do ano, continuará tendo tratamento prioritário em 2008. O Brasil presidirá em 2008 o grupo de trabalho encarregado das negociações referentes ao Mapa do Caminho que buscará alcançar um acordo internacional sobre mudança do clima.

No âmbito da participação brasileira em organismos internacionais, o MRE conseguiu resultados importantes no que se refere ao adimplemento dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro. Além do mencionado pagamento do fluxo anual do FOCEM, foram efetuados, entre outros, os seguintes pagamentos:

a) passivo e fluxo anual, em quase sua totalidade, ao Sistema ONU;

b) fluxo anual à Central Internacional de Compra de Medicamentos;

c) passivo e fluxo anual à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO);

d) passivo e parte do fluxo anual à Organização Internacional do Trabalho (OIT);

e) parcial do passivo à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

f) passivo e parte do fluxo anual à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Considerando-se o objetivo setorial referente à promoção comercial do Brasil, destacam-se ainda a organização de 134 eventos tais como:

a) missões empresariais comerciais, feiras, organização de grupos executivos de trabalho e rodadas de consultas do Como Exportar para o Brasil;

b) elaboração de 17 novos manuais sobre *Como exportar para* (*nome do país*), em versão digital, e de 19 estudos adicionais de informação comercial;

c) atualização e criação de novas ferramentas no sítio *BrazilTradeNet*.

O Brasil manteve alto perfil de atuação no âmbito das negociações da Rodada *Doha* da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo exercido estreita coordenação com outros países em desenvolvimento, particularmente África do Sul, Argentina, China e Índia, para a consecução do objetivo de se chegar a resultado equilibrado e à altura do mandato da Rodada do Desenvolvimento, sobretudo na área agrícola.

Na condição de coordenador do G-20, o Brasil continuou a promover a unidade do Grupo na fase final das negociações comerciais e convocou duas reuniões ministeriais nos meses de junho e novembro de 2007, em Genebra.

No que diz respeito ao atendimento às demandas de assistência consular e de proteção a brasileiros residentes ou em trânsito no exterior, as repartições consulares registraram 8.656 casos de assistência prestada. Continuam em andamento projetos de aperfeiçoamento, produção e implantação dos novos documentos de viagem de brasileiros, bem como de aprimoramento dos programas de informática, que constituirão o Sistema de Controle e Emissão de Documentos de Viagem (SCEDV). A rede consular foi ampliada com a abertura de um novo Consulado-Geral em Vancouver, no Canadá e a edição de Decreto que cria o Vice-Consulado brasileiro em Lethem, na República da Guiana.

Em 2007, foram iniciadas as atividades da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), criada pelo MRE. Suas primeiras ações foram voltadas ao apoio às comunidades brasileiras mais carentes e vulneráveis que vivem na Bolívia e no Paraguai. Mediante intensas negociações, com a participação de outros órgãos governamentais, evitou-se a expulsão de brasileiros que se encontram na zona de segurança fronteiriça boliviana. Busca-se, bilateralmente, alternativas de reassentamento baseadas em projetos de reocupação econômica. Foi renovado o acordo de regularização migratória Brasil-Bolívia. No Paraguai, graças a uma política intensiva de entendimentos com as autoridades locais, ativação de grupos de trabalho, contratação de advogados especializados e contatos diretos com populações brasileiras mesmo em locais inóspitos e de difícil acesso, foram obtidos avanços efetivos para equacionar a situação migratória e fundiária dos chamados “brasiguaios”.

Realizaram-se, em outubro e novembro, reuniões de coordenação consular em Washington e Madri para examinar formas de apoiar a maior comunidade brasileira no exterior (nos EUA, encontram-se cerca de 1,3 milhões de brasileiros num total mundial estimado entre três e quatro milhões) e a que mais tem crescido (na Europa, encontra-se cerca de meio

milhão de brasileiros). Foram mantidas conversações em Tóquio sobre acordos bilaterais em matéria de previdência social e cooperação jurídica, cuja celebração beneficiará a comunidade brasileira no Japão.

No último ano, foram abertos novos postos de representação do Brasil junto a Estados estrangeiros e organismos internacionais:

a) Embaixada do Brasil em Nassau, Bahamas;

b) Embaixada do Brasil em Colombo, no Sri Lanka;

c) Missão junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em Montreal;

d) Missão junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra.

Em atendimento ao objetivo setorial, alinhado ao desafio de promover a redução das desigualdades raciais que compõe o Megaobjetivo I (Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais) da Orientação Estratégica de Governo, de ampliar e aperfeiçoar o programa de ação afirmativa no processo de seleção de diplomatas para composição do quadro do Serviço Exterior Brasileiro, o Instituto Rio Branco divulgou o Programa IRBr Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia nos meios de comunicação e realizou concurso para seleção dos candidatos, que resultou na concessão de 20 bolsas a candidatos afro-descendentes com vistas à preparação para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD). Quanto aos objetivos, igualmente expressos na Orientação Estratégica do Ministério, de promoção do desenvolvimento de pesquisas em relações internacionais, preservação da memória da atuação da diplomacia brasileira e divulgação da História Diplomática do Brasil, o MRE contou com o desempenho notável da Fundação Alexandre de Gusmão que, entre outras atividades, publicou 93 livros que tratam de temas de política externa brasileira ou de história diplomática e organizou vários eventos na área de política externa, incluindo encontros e conferências com a participação de Diplomatas e Acadêmicos estrangeiros.

Muitos fatores contribuíram para o sucesso do conjunto de Programas desenvolvidos pelo MRE no alcance ou até mesmo na superação das metas previstas, e na conseqüente confluência desses resultados obtidos para atingir os objetivos expressos na Orientação Estratégica do Ministério. Em 2007, entre os esforços envidados nesse sentido, pode-se citar, a realização de concurso público para admissão à Carreira de Diplomata, com o preenchimento de 101 vagas, a qualificação de mais de 1.200 servidores, bem como a continuidade no processo de modernização da aparelhagem das unidades da secretaria de Estado e dos postos no exterior, com instalação de novas estações de trabalho, o desenvolvimento de novos sistemas, aperfeiçoamento de outros e remodelagem de sítios na Internet que servem de instrumento de trabalho para as unidades no Brasil e no Exterior.

O Ministério tem obtido desempenho bastante satisfatório no que diz respeito ao alcance dos resultados esperados e à garantia de eficiência do gasto.

Em 2007, as Ações dos Programas sob a responsabilidade do MRE, em sua maioria, obtiveram execução física igual ou superior a 100%. A definição de indicadores de desempenho para os programas, no entanto, constitui um desafio importante a este Ministério cuja atividade-fim gera resultados de difícil mensuração. Ademais, a natureza das atividades finalísticas do Itamaraty dificulta, muitas vezes, a intensa participação social na gestão dos Programas sob a responsabilidade do Ministério. No entanto, nas ações em que essa participação é possível, iniciativas têm sido tomadas a fim de intensificar a participação da sociedade. Como exemplos, podem ser citadas:

a) a criação de uma Ouvidoria para ampliar, tanto quanto possível, os canais de interlocução entre as áreas competentes do Ministério e a sociedade, no que diz respeito à assistência e ao atendimento consular;

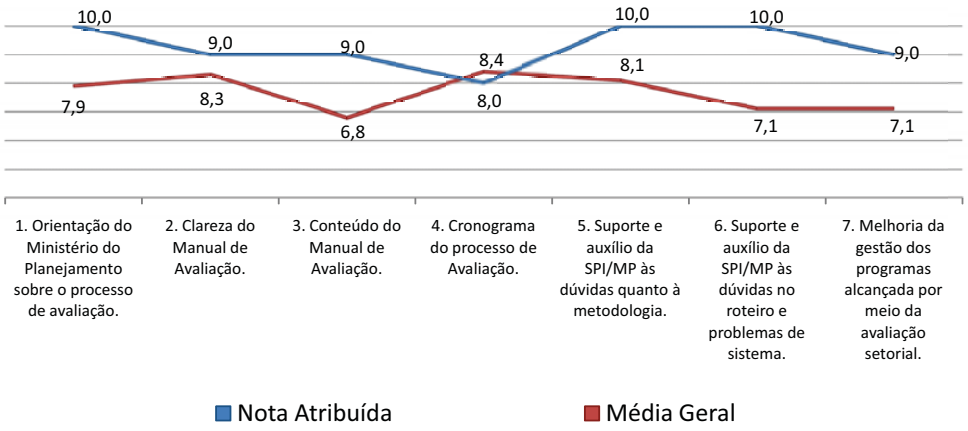
b) a realização de reuniões com grupos de interesse no âmbito do Programa Promoção das Exportações;

c) o atendimento a consultas enviadas pela ferramenta Fale conosco disponível no sítio *BrazilTradeNet*.

Quanto à dimensão territorial do gasto, registra-se que grande parte das ações do Itamaraty tem repercussão fora do Brasil, por meio das quais é mantida a rede de postos - embaixadas, consulados, escritórios - no exterior. Essas ações têm sua dimensão territorial muito bem definida e trazem, em sua própria designação, a região geográfica à qual os gastos se referem. A utilização do modelo de gestão estruturado por programas e ações, bem como o uso do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) como ferramenta para o registro e monitoramento da execução física e financeira das ações são práticas de gestão às quais o Itamaraty teve que se adaptar ao longo dos anos de vigência do PPA 2004-2007. Nesse sentido, a publicação, em 2006, de versão atualizada da Portaria de Gestão do Plano no MRE e a designação de uma unidade administrativa para atuar no papel de Unidade de Monitoramento e Avaliação foram iniciativas de grande impacto no funcionamento da estrutura do Plano Plurianual no Ministério. Ainda são registradas algumas dificuldades decorrentes de desajuste entre a estrutura programática do PPA e a estrutura organizacional rígida e bastante hierarquizada do Ministério. Contudo, a Unidade de Monitoramento e Avaliação tem mediado a comunicação entre gerentes dos programas e coordenadores de ação, o que tem facilitado o cumprimento das rotinas de monitoramento e registro de dados referentes à execução física e financeira das ações no SIGPlan. Nas avaliações realizadas pelos gerentes dos programas, verificou-se que a insuficiência de recursos humanos para desempenho das atividades, uma antiga demanda do MRE, confirma-se como desafio a ser enfrentado pelas equipes de gestão dos programas e execução das ações. Novos concursos para admissão têm sido realizados a fim de compor, a contento, o quadro funcional deste Ministério.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MRE mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MRE e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

José Jeronimo Moscardo de Souza

OBJETIVO

Difundir as pesquisas sobre relações internacionais e política externa brasileira de modo a esclarecer a opinião pública sobre as relevantes questões mundiais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade, meio acadêmico e diplomático

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.070.702,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.824.142,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 10.824.142,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Difusão da Política Exterior Brasileira – Porcentagem	80.00	86.00	-	-	98.00	-
2. Taxa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior – Porcentagem	-	-	113.00	62.40	64.00	97,50%

1. TAXA DE EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador foi alterado a partir de 2006. Até 2005, o indicador era calculado pelo quociente entre o total de pesquisas publicadas sobre o total de pesquisas realizadas. A partir de 2006, o indicador passou a ser calculado pelo número de atividades de divulgação realizadas no exercício sobre o número de atividades de divulgação realizadas no ano anterior (em %).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de maior conhecimento do público em geral sobre a atividade diplomática brasileira e sobre temas de política internacional justifica o Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Publicados 93 livros sobre temas da política externa brasileira, de relações internacionais e de história diplomática.

- Realizados 45 eventos (palestras, exposições, seminários, conferências, encontros).

- Realizado o II e o III Curso para Diplomatas Sul-Americanos.

- Realizado o Encontro de Economistas Sul-Americanos e a série Encontro com o Barão, sendo que esse último teve como conferência o Acadêmico Ariano Suassuna.

- Realizados 5 Seminários Preparatórios para a II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI (África, América do Sul, Rússia, Europa e Estados Unidos).

- Realizada a II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI - O Brasil e o Mundo que vem aí.

- Atualizada a Biblioteca Digital, na Internet, com a inserção de 93 livros editados em 2007, além dos livros editados pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) nos anos anteriores.

- Reformulado o sítio da FUNAG, o qual recebeu nos últimos três meses de 2007 cerca de 96.000 acessos.

- Ampliadas as doações e vendas de livros na loja e no sítio da FUNAG, além de participação em feiras e contratos de consignação com distribuidoras, livrarias e bancas.

- Economia de 25,90% para a Administração, em função das dispensas de licitação realizadas por meio de cotações eletrônicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A ação finalística do Programa, Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, tinha meta prevista de 54 pesquisas e um resultado realizado de 138. Portanto, as metas físicas foram superadas em 155%. Os recursos descentralizados obtiveram um resultado muito positivo em suas aplicações e alcance de metas previstas. Houve contingenciamento e não foi atendida a solicitação para abertura de crédito com vistas à utilização dos recursos de saldos de exercícios anteriores.

Há necessidade de contratação de recursos humanos adequados e melhor preparados, selecionados por meio de concurso público. Porém, é fundamental que o Plano de Carreira da Fundação seja aprovado antes da realização de concurso público para que possam ser exigidos os níveis de qualificação e pré-requisitos fundamentais às atividades gerenciais do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Ainda, sobre a participação social, são realizadas reuniões permanentes com os grupos de interesse. As atividades implementadas são divulgadas e abertas para a participação do público-alvo do Programa. São recebidas constantemente manifestações por *e-mail* e pelo sítio da FUNAG, além da avaliação informal dos participantes dos eventos que integram as atividades deste Programa. Os membros das equipes do Programa contribuem com sugestões e críticas, além de participarem de todas as atividades. Ademais, são discutidas permanentemente as sugestões e críticas apresentadas por parceiros e beneficiários do Programa.

Há uma política de distribuição de livros para os formadores de opinião, bibliotecas e outros interessados, bem como são implementadas várias formas de aquisição de livros ao público. As publicações também são disponibilizadas pela Biblioteca Digital da FUNAG, de forma gratuita, de modo a contribuir para que seja alcançado o maior número possível de pessoas.

ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Ricardo Gradilone Neto

OBJETIVO

Prestar assistência aos cidadãos brasileiros no exterior e dar ao público atendimento consular de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 35.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 27.422.571,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 27.422.571,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Assistência a Brasileiros no Exterior - 1/1.000	-	-	2.80	3.40	3.00	113,33%

1. COEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NO EXTERIOR
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não é possível avaliar a precisão desse índice em vista da dificuldade de apuração do número exato de brasileiros que residem ou se encontram no exterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa reflete a competência do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prestação de serviços consulares, especialmente, aqueles em situação de desvalimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram assistidos 8.656 brasileiros no exterior. A assistência constitui-se, basicamente, em pequenos auxílios com transporte, alimentação, hospedagem, contratação de assistência jurídica e repatriações.

• Atendimento consular ao público-alvo do programa (256.845 cidadãos atendidos no que diz respeito a passaportes).

• Foi criada em 2008, uma Ouvidoria do Serviço Consular, que ainda não está operando por falta de estrutura física e pessoal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A cada ano, as embaixadas, consulados e vice-consulados enviam à Secretaria de Estado um relatório de gestão de todas as atividades efetuadas no âmbito consular: assistência em geral, visitas a detentos, reuniões com autoridades locais e número de brasileiros beneficiados.

Os postos preenchem, anualmente, o Relatório Consular (RCN), no qual constam dados sobre os postos propriamente ditos, renda consular, atos notariais, documentos de viagem e vistos expedidos, etc.

O Programa precisa ser mais bem-estruturado no que diz respeito à padronização e à sistematização de procedimentos em geral. O número insuficiente de funcionários prejudica essa sistematização. É preciso, no entanto, ter presente que o caráter emergencial intrínseco da assistência consular requer um longo processo de maturação de procedimentos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Por tratar-se de assistência emergencial, o número de pessoas assistidas no exterior pode variar amplamente de ano para ano. Presume-se, no entanto, que a demanda deverá aumentar, acompanhando a tendência que se verifica com o aumento da comunidade brasileira no exterior. No ano de 2007, não houve grandes situações de emergência em países com presença expressiva de brasileiros (catástrofes climáticas, terremotos ou convulsões políticas e sociais importantes) que justificassem um acréscimo sensível no número de indivíduos assistidos. O MRE estima que o total da comunidade brasileira no exterior esteja entre 2.500.000 e 4.000.000 de pessoas.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Hadil Fontes da Rocha Vianna

OBJETIVO

Aprofundar a cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas.

PÚBLICO-ALVO

Governos de países parceiros tradicionais ou não-tradicionais, comunidade científica, tecnológica e acadêmica nacional e internacional, instituições de pesquisa e de ensino superior no Brasil e no exterior, setor empresarial nacional e internacional e organismos internacionais de interesse estratégico

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 24.500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 22.230.604,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 22.230.604,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Crescimento da Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Relação ao Ano Anterior - Porcentagem	-	-	52.00	27.00	14.29	188,94%

1. TAXA DE CRESCIMENTO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 supera em quase em 13 pontos percentuais o previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa atender às competências do Ministério das Relações Exteriores (MRE), mediante negociação de acordos, projetos e programas de cooperação internacional; viabilização de instrumentos de cooperação, gestão estratégica do conhecimento e da informação; e concessão de bolsas e intercâmbio de pesquisadores, especialistas e técnicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Diálogo regional com a América do Sul para divulgação do Sistema Brasileiro de TV Digital.

• Cooperação Brasil-China, registrando o lançamento do satélite sino-brasileiro CBERS-2B e a realização em Pequim de encontro técnico da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) com proposta de Plano de Trabalho em Ciência e Tecnologia (C&T) e intercâmbio de especialistas.

• No contexto multilateral, foi realizado em novembro, no Rio de Janeiro, o 2º Fórum de Governança da Internet, das Nações Unidas com representantes de governos, da sociedade civil, da iniciativa privada e da academia para debater questões relativas à governança da rede mundial de computadores.

• Coordenou-se a participação brasileira no âmbito do Programa de Ação Regional da América Latina e Caribe para a sociedade da Informação (*e*-LAC 2007).

• Com relação à propriedade intelectual, em 2007, merece destaque a aprovação, no âmbito da XXXIV Assembléia-Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a iniciativa denominada de Agenda para o Desenvolvimento, proposta por Brasil e Argentina, no sentido de sugerir a incorporação de 45 recomendações da temática do desenvolvimento às atividades de todos os órgãos da OMPI. Além disso, a XXXIV AG-OMPI referendou a criação do Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP), que deverá ocupar-se da implementação das propostas relativas à Agenda.

• Proposta, na Organização Mundial do Comércio (OMC), a compatibilização do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a introdução do requisito de divulgação (disclosure) da origem de recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional associado e utilizado em invenções as quais se apliquem direitos de propriedade intelectual.

• Acompanhamento da execução de 100 projetos de cooperação técnica bilateral prestada e organização de 119 atividades isoladas e 121 missões de prospecção isoladas.

• Assinatura de dois novos acordos básicos de cooperação técnica, 71 ajustes complementares, 11 protocolos de intenção e 16 memorandos de entendimento, 10 acordos setoriais, um convênio e duas declarações conjuntas para cooperação técnica.

• Participação direta na aprovação e/ou revisão de 417 instrumentos de cooperação técnica e acompanhamento de aproximadamente 430 projetos e atividades.

• Coordenação das atividades de quatro centros de formação profissional em parceria com o Senai (Paraguai, Cabo Verde, Angola e Timor-Leste).

• Apoio à reestruturação do telecentro de Luanda-Angola.

• Realização, na Jamaica, de seminários sobre biodiesel, com a participação do Presidente da República.

• Realização de vôos de cooperação Força Aérea Brasileira (FAB)-MRE a Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, que transportaram material necessário para a implementação de projetos bilaterais de cooperação nas áreas de educação básica, formação profissional e saúde.

• Transferência de recursos para a continuidade da cooperação militar bilateral no Timor-Leste com o intuito de formar sargentos, contribuindo para o fortalecimento institucional dos órgãos estatais daquele país.

• Contribuições ao Fundo Especial da CPLP, que permitiram a execução de projetos multilaterais voltados para os países lusófonos, como, por exemplo, a capacitação na gestão de projetos; o programa de iniciação científica em universidades federais brasileiras; e curso de qualificação no ambiente esportivo na Universidade de Brasília.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução orçamentária foi de 80% a 100% do previsto na Lei de Orçamento Anual (LOA) 2007. As ações que compõem o Programa alcançaram no mínimo 75% e até mais de 100% de execução das metas inicialmente previstas, conforme o caso. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. As ações atingiram resultados próximos ao esperado e, no caso da Ação Cooperação Técnica Internacional, a previsão foi superada, conforme indicam os resultados do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa trata de um conjunto de atividades de cooperação científica, técnica e tecnológica entre países, não havendo, portanto, mecanismos possíveis para participação social de forma direta.

DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR

GERENTE DO PROGRAMA

Paulo César Meira de Vasconcellos

OBJETIVO

Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura, a sociedade brasileira e as políticas interna e externa do País.

PÚBLICO-ALVO

Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 28.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 21.121.694,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 21.121.694,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira – Pessoa	25000.00	31021.00	22148.00	30000.00	20000.00	150%

1. NÚMERO DE ALUNOS ESTRANGEIROS FORMADOS NOS CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA

Valor do índice alcançado ao final do Plano Plurianual (PPA) em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, o indicador Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira apresentou índice acima de 30.000, número superior à meta estabelecida, de 20.000 alunos formados para o final do período de 2007. A variação positiva do índice está diretamente relacionada ao aumento geral do interesse dos alunos estrangeiros pelo aprendizado da língua portuguesa e revela, em última análise, os resultados positivos alcançados pelo Programa em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O trabalho de divulgação da imagem do Brasil no exterior advém da necessidade de difundir a realidade e cultura brasileira no exterior, sem escamotear seus aspectos negativos, mas identificando sua complexidade e os esforços empreendidos pela sociedade civil e pelo Governo brasileiro em resolver as questões pendentes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção do número de alunos matriculados nos cursos da Rede Brasileira de Ensino da Língua Portuguesa no Exterior (RBEx) no patamar de 30.000 estudantes, consideravelmente, acima da meta prevista de 22.000 alunos.

• Aprovação de 2.985 candidatos no exame para a obtenção de Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).

• Foram criados os Centros de Estudos Brasileiros (CEBs) Praia e São Tomé, que iniciarão suas atividades em breve. Foram, ainda, encomendados estudos para a criação de CEBs na Guatemala, em São Domigos, no Panamá, em Tegucigalpa e em Dacar.

• O Programa Estudante - Convênio de Graduação (PEC-G), administrado pela Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE) e pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), oferece ingresso sem exame vestibular e vagas gratuitas em universidades brasileiras para alunos extrangeiros para cursos de graduação. O PEC-G beneficia 46 países em desenvolvimento da América Latina, do Caribe, da África e da Ásia. Dele participam, com o oferecimento de vagas nos diversos cursos de graduação, 84 instituições de ensino superior brasileiras. Em 2007, foram selecionados 840 alunos de um total de 1.023 candidatos. Entre os estudantes do PEC-G, aproximadamente, 153 receberam bolsas de estudos emergenciais, benefício no valor de R$ 500,00, concedido aos que passam por dificuldades financeiras. O dispêndio total com as bolsas emergenciais em 2007 foi de R$ 246.420,00. Em 2007, os estudantes africanos carentes do PEC-G puderam ser beneficiados pelos vôos da rota do Correio Aéreo Nacional, coordenados pela Divisão da África-II e pela Aeronáutica.

• Ao todo foram organizados ou apoiados 479 eventos. Entre os principais eventos de divulgação do Brasil no Exterior desenvolvidos em 2007 podemos destacar:

a) Mês do Brasil na Argentina - em cumprimento ao compromisso assumido pelos Presidentes Lula e Kirchner, foi organizado, em Buenos Aires, de 07 de setembro a 08 de outubro de 2007, o Mês do Brasil na Argentina, iniciativa que contou com eventos de cultura brasileira, nas áreas do cinema, literatura, teatro e música;

b) eventos culturais no contexto de visitas presidenciais à Índia e ao México.

Durante as visitas do Presidente da República à Índia e ao México, no primeiro semestre de 2007, foi organizado eventos incluindo show de Teresa Cristina e Grupo Semente, exposição da artista plástica Regina Silveira e festival de gastronomia brasileira;

c) Festival de Dança e Música do Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), em Salvador, no final de outubro de 2007, seguindo o acordado na Comissão Mista do IBAS, contando com a participação de grupos brasileiros, indianos e sul- africanos.

• Em 2007, foram impressas as versões em inglês e russo da revista Textos do Brasil nº 12, Música Erudita Brasileira, as edições Obras de Integração Física na América do Sul (português e inglês), Indústria no Brasil (português, inglês e espanhol) e Biocombustíveis no Brasil (português) da coleção Temas do Brasil, a versão em inglês da revista Brasil Criança e a revista Mundo Afora nº 4 - Programas de Financiamento à Educação Superior.

• Foram também reimpressas as versões em inglês e japonês da revista Brasil em Resumo e os livros Igrejas Históricas de Salvador e Tons e Sons do Rio de Janeiro (em inglês). Foram distribuídos aos postos no exterior 5.000 exemplares de publicações produzidas pela DIVULG e 18.000 publicações editadas por outros órgãos e empresas, além da distribuição semanal de 141 periódicos como Veja, IstoÉ e Carta Capital. E também: 31 mapas políticos do Brasil, 41 folhetos turísticos, duas coleções de partituras da Fundação Nacional de Artes (Funarte), três retratos oficiais do Presidente da República, 10 DVDs de filmes brasileiros, 26 DVDs com documentários sobre o Brasil e 207 CDs de música brasileira.

• Foram apoiadas, aproximadamente, 121 iniciativas de promoção do cinema brasileiro no exterior, entre os quais se destacam o Brazilian Film Festival em Miami, Nova Iorque, o Festival Internacional de Cinema de Berlim, o Festival Internacional de Cinema de Roma, o Festival Internacional de Cinema de Mar del Plata, o 9° Festival de Cinema Brasileiro de Paris, o Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano, em Cuba, o Festival Internacional de Cinema de Washington e o Toronto International Latin Film Festival. Cabe mencionar, além dessas atividades, a realização do II Prêmio Itamaraty para o Cinema Brasileiro, bem como a aquisição de 46 títulos brasileiros em DVD, para compor o acervo dos postos, que deverão realizar, periodicamente, exibições dos filmes para o público local.

• O Programa Formadores de Opinião (PFO) teve onze edições em 2007: duas com diplomatas sul-americanos, sete com jornalistas (indianos, bolivianos, equatorianos, paraguaios, uruguaios, nórdicos, argelinos, espanhóis e chineses), uma com servidores públicos da área cultural de Barbados e uma por ocasião de visita do Ministro da Cultura do Haiti. Foram promovidas visitas à Presidência da República, aos Ministérios das Relações

Exteriores, da Saúde e da Agricultura, e a empresas estatais e privadas, museus e galerias de arte, projetos sociais e locais de manifestações culturais tradicionais, como: Banco Central, Petrobras, Fiocruz, BNDES, Inmetro, Furnas, Abiec, Febraban, Embraer, Embrapa, Sebrae-DF, Fiesp, Transpetro, Inpe, Codevasf, Instituto Butantan, Rede Globo, Valor Econômico, CTA, MAC-Niterói, MAM-BA, Viva-Rio, escola de samba Mangueira e Pelourinho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Apesar de contingenciamento orçamentário os resultados do Programa mantiveram-se dentro do esperado com execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A condução das atividades de Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior não sofreu solução de continuidade uma vez que os recursos financeiros foram liberados regularmente. Houve contingenciamento da ordem de 22,5% dos recursos orçamentários previstos. O contingenciamento se deu, principalmente, em recursos destinados a despesas de capital, o que representou limitação no atendimento de projetos voltados para aquisição de bens de caráter permanente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa busca promover atividades culturais de conteúdo social com vistas a garantir a participação de movimentos e manifestações artísticas dessa natureza.

No início do exercício financeiro os postos no exterior enviam ao Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (MRE) suas propostas anuais de trabalho que são avaliadas em reuniões plenárias com os chefes das divisões subordinadas ao departamento à luz da previsão orçamentária e do cronograma de desembolsos para o exercício. Desenha-se, assim, a previsão das atividades para o ano. Ao longo de todo o período, são realizadas reuniões de acompanhamento e de avaliação dos projetos realizados pelos postos no exterior.

Iniciativas nas áreas de educação, de divulgação da cultura e da imagem do Brasil no exterior são avaliadas *in loco* por representantes brasileiros nas embaixadas, nos consulados ou nas delegações no exterior, ou ocasionalmente, em razão de sua relevância, são realizadas missões de avaliação dessas atividades.

Um exemplo de contribuições da participação social para os resultados do Programa é a cooperação educacional que constitui importante instrumento de política externa brasileira com a América Latina, Caribe e África. Nesse contexto, destacam-se os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem ingresso em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

Alguns dos parâmetros de avaliação da satisfação dos beneficiários utilizados são:

a) ensino de português (número de alunos aprovados anualmente);

b) programas PEC-G e PEC-PG (número de candidatos às vagas oferecidas a estudantes estrangeiros);

c) eventos de divulgação da cultura e promoção do audiovisual (com repercussão na imprensa local e indicativos de público que comparece aos eventos);

d) Programa de Formadores de Opinião (repercussão na imprensa local).

Foi possível repassar para a RBEx recursos superiores aos disponibilizados em 2006, que permitiram atender às iniciativas das unidades e, em alguns casos, expandir as atividades, possibilitando maior divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira.

ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando Guimarães Reis

OBJETIVO

Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Candidatos à carreira diplomática, com destaque aos afro-descendentes, diplomatas, oficiais de chancelaria e servidores públicos atuantes na área de política externa

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.087.147,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.087.147,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Habilitação de Profissionais em Relação à Demanda do Órgão – Porcentagem	34.00	36.00	87.41	90.05	100.00	90,05%

1. TAXA DE HABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À DEMANDA DO ÓRGÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Tendo em vista que, no ano de 2007, 181 diplomatas foram aprovados nos cursos realizados no Instituto Rio Branco (IRBr) - 26 no curso de formação, 100 nos dois Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e 55 no Curso de Altos Estudos (CAE) - a meta originalmente prevista para o final do PPA 2004/2007 já foi superada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A inserção internacional do Brasil, crescentemente complexa, requer um constante aprimoramento do pessoal diplomático, que deve estar apto a lidar com os mais diversos aspectos da cena internacional e a defender os interesses do País nos âmbitos bilaterais e multilaterais. O Programa visa a capacitar o diplomata a tratar com igual competência

de temas que vão dos direitos humanos ao meio ambiente, da promoção comercial à difusão cultural. A coincidência de diversas frentes de negociação no âmbito comercial, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Organização Mundial do Comercial (OMC), entre outras, nas quais o Brasil têm importantes interesses a defender, enseja um esforço adicional de aprimoramento na área de relações comerciais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de concurso público de Admissão à Carreira Diplomática, com preenchimento de 101 vagas entre 8666 candidatos inscritos. O concurso foi divulgado em todas as capitais dos Estados da Federação e as provas se realizaram em 17 cidades e no Distrito Federal. A seleção realizou-se exclusivamente por mérito intelectual.

• Conclusão do Curso de Formação do Instituto Rio Branco por 26 Terceiros Secretários. Os alunos do Instituto Rio Branco freqüentaram aulas regulares das disciplinas fundamentais para a sua formação profissional e assistiram a 86 palestras e cursos de curta duração com importantes personalidades brasileiras e estrangeiras, em assuntos relevantes para a formação acadêmica e profissional do futuro diplomática.

• Realização de dois Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD). 43 diplomatas foram aprovados no primeiro CAD e 57 no segundo. O CAD cumpriu a função de aprofundar e atualizar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Segundos Secretários. A divulgação do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática ocorreu por meio de palestras e contatos com a imprensa e instituições de ensino superior nos Estados em que se realizaram as provas.

• Realização de duas edições do Curso de Altos Estudos (CAE), com o objetivo de atualizar e aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classe. 71 diplomatas participaram do Curso de Altos Estudos, dos quais 55 obtiveram aprovação.

• Concessão de 20 Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia a candidatos afro-descendentes para se prepararem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. A concessão de bolsas foi realizada por meio de concurso divulgado nos meios de comunicação.

• Concessão de oito bolsas para o ensino de inglês a estudantes indígenas.

• Houve ainda a realização de concurso público de Admissão à Carreira Diplomática, com preenchimento de 101 vagas entre 8.666 candidatos inscritos. O concurso foi divulgado em todas as capitais dos Estados da Federação e as provas se realizaram em 17 cidades e no Distrito Federal. A seleção realizou-se exclusivamente por mérito intelectual.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O número de 294 alunos, referente à quantidade total de diplomatas matriculados na unidade obtido em dezembro, engloba os 98 diplomatas matriculados no segundo ano do curso de formação, os 103 diplomatas matriculados no primeiro ano do curso de formação e os 93 diplomatas matriculados no CAE.

Quanto à concessão de bolsas, a meta de 28 bolsas concedidas refere-se tão-somente à atuação do IRBr e corresponde à soma das bolsas concedidas a candidatos afro-descendentes e indígenas. No que tange especificamente ao Programa de Ação Afirmativa que concede as Bolsas-Prêmio de Vocação à Diplomacia a cidadãos afro-descendentes, os recursos do IRBr corresponderam a 20 bolsas. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão que também participa da iniciativa, e outros órgãos participantes, contribuíram com recursos que permitiram a concessão de 23 bolsas adicionais, totalizando 43 Bolsas-Prêmio concedidas. Adicionando-se a tal número as oito bolsas de estudo concedidas a indígenas, chega-se ao número de 51, o que levaria a uma superação da meta da Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2007 que era de 50 bolsas. Entende-se, porém, que não seria correta a previsão de 50 bolsas na LOA de 2007, porque o IRBr responde por apenas 20 das 43 bolsas oferecidas no Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (IRBt). No âmbito desse Programa, o CNPq vem realizando com alta competência a importante função de administrar a logística da concessão das Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia.

No que tange à execução financeira, cabe ressaltar que, até 04.12.2007, o orçamento não havia sido totalmente descontingenciado. O Instituto conseguiu empenhar 95,54% do valor disponível até aquela data, uma gestão financeira bastante satisfatória. Infelizmente, porém, tal prática de descontigenciamento parcelado e incerto do orçamento do IRBr levou o Instituto a adotar uma postura demasiadamente conservadora na administração de seus recursos em 2007, o que o levou a garantir o pagamento de despesas básicas, como as relativas aos contratos, à remuneração de professores e às bancas de seus cursos.

Com esta postura, o IRBr deixou de investir em melhorias nos seus cursos e instalações. O Instituto não pôde, por exemplo, realizar a indispensável expansão e atualização de sua biblioteca, programada desde 2006. Este contigenciamento também comprometeu o oferecimento de cursos como o CAD e a instituição do Curso de Atualização em Política Externa (CAP). Além disso, saliente-se que a existência de apenas oito dias úteis entre o descontingenciamento orçamentário e o prazo final para empenhos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que ocorreu no dia 14.12.2007, não permitiu a finalização dos processos administrativos necessários para o correto dispêndio de dinheiro público.

No âmbito da Ação Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas, os alunos do Instituto são constantemente avaliados pelos professores e pela Coordenação de Ensino, por meio de provas e outras atividades acadêmicas. Passam ainda por avaliação por parte das chefias das unidades em que realizam estágios acadêmicos, seja em Brasília, seja em missões sediadas no

exterior. O curso de formação está ainda sujeito ao crivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, relacionada ao Ministério da Educação (CAPES/MEC) a quem devem ser submetidos relatórios periódicos. Os cursos de aperfeiçoamento integram o sistema de avaliação do mérito dos membros da carreira de diplomata e contam com a participação e colaboração de conhecidos professores de outras instituições de ensino superior pública e privada. Todos esses procedimentos de avaliação fornecem informações fundamentais para o desempenho do Programa de Ensino Profissional Diplomático.

Quanto à Ação Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-descendentes à Carreira Diplomática, os bolsistas recebem orientação dos diplomatas de carreira em seus estudos para o concurso de admissão. O Instituto Rio Branco busca promover reuniões entre os bolsistas e os alunos do Curso de Formação de Diplomatas. Essas reuniões servem para que os bolsistas estabeleçam contato com integrantes da carreira diplomática e possam tirar dúvidas não apenas sobre o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), mas também sobre a própria carreira. Nessas ocasiões, em que há também palestras e contatos com as Instituições partícipes, os bolsistas fazem sugestões sobre o desenvolvimento da Ação e fornecem subsídios para o seu aperfeiçoamento. Todos os bolsistas se comprometem a se submeter aos exames do CACD. Devem ainda prestar contas e justificar a utilização dos recursos com atividades de preparação para o Concurso.

Na ação relativa a cursos de formação e aperfeiçoamento para diplomatas, houve grande aumento de matrículas em virtude do momento excepcional da carreira diplomática, em razão do art. 65 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, que reduziu, temporariamente, requisitos para a progressão funcional de diplomatas enquanto as 400 vagas criadas por lei não forem completamente incorporadas à carreira. Com isso, aumentou sobremaneira a demanda pelos cursos do IRBr.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em virtude da manutenção da ampliação da oferta de vagas no CACD, será necessário estudo para avaliar o impacto do aumento pelo terceiro ano consecutivo de mais de 100 vagas no CACD. Serão 115, de acordo com o Edital do Concurso de 28.12.2007, bem como a criação de mais um curso obrigatório aos membros da carreira diplomática, o CAP, por força da Lei 11.440/2006, que provavelmente ensejarão necessidade de aumento do quadro funcional do IRBr e necessidade de reformas para manutenção e ampliação do prédio deste Instituto.

PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

GERENTE DO PROGRAMA

Henrique da Silveira Sardinha Pinto

OBJETIVO

Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 15.350.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.878.075,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 10.878.075,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras – Porcentagem	88.00	92.00	93.50	73.12	95.00	76,97%

1. TAXA DE APOIO A EMPRESAS EXPORTADORAS
Valor do índice alcançado ao final do Plano Plurianual (PPA) em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, a relação entre empresas brasileiras cadastradas na *BrazilTradeNet* (14.512) e o total das que exportaram, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) de janeiro a outubro de 2007 (19.848), foi de 73,12%. O aumento do total de empresas brasileiras com cadastros no sistema *BrazilTradeNet* validados, de 5.844 em 2006 para 14.512 em 31 de dezembro de 2007, demonstra a aceitação do público empresarial aos processos em curso no âmbito do Programa de promoção comercial.

É importante notar que houve um processo de recadastramento de usuários no sítio da *BrazilTradeNet*, a fim de garantir a integridade dos registros pertinentes, trabalho indispensável à manutenção da credibilidade do sistema. O recadastramento acarretou expurgo de informações datadas. O número de registros deverá voltar a crescer em 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa tem a finalidade de apoiar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional, mediante emprego da diplomacia comercial. O Programa envolve promoção de investimentos, e, mais recentemente, atividades de promoção de importações de outros países sul-americanos visando substituir, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes da América do Sul.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reforçados os contatos com os pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos (SIPRI), mediante encontros de trabalho, capacitação, e assinatura de novos convênios de cooperação.

• Elaborados 17 novas publicações Como exportar para..., bem como 19 outros estudos de informações comerciais.

• Criada, no sítio da BrazilTradeNet, a ferramenta Invesment Map, direcionada para a atração direta de investimento estrangeiro.

• Lançada a versão 2007 do conteúdo Investindo no Brasil no sítio da BrazilTradeNet.

• Lançado, no sítio da BrazilTradeNet, o novo BTN Showroom.

• Traduzido, em inglês e espanhol, o conteúdo de 48 catálogos virtuais.

• Atendidas 5.833 consultas enviadas por meio do Portal Fale Conosco, que contou com 1.546 novas empresas brasileiras cadastradas e 2.509 estrangeiras.

• Divulgadas 396 concorrências públicas internacionais. Recebidas e encaminhadas 2.227 consultas e reclamações comerciais.

• Recebidas e encaminhadas 2.227 consultas e reclamações comerciais.

• Houve previsão, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de realização de 130 eventos econômicos, comerciais e de investimentos. Esse montante foi superado, atingindo a marca de 134 eventos desta natureza, como missões empresariais comerciais, feiras, organização de grupos executivos de trabalho e rodadas de consultas de Como Exportar para o Brasil, dentre outros. A título de exemplo, foi iniciado, em conjunto com a Secretaria Especial de Portos (SEP) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAq), o Programa de promoção de oportunidades de investimentos em projetos de infra-estrutura portuária

e de cooperação tecnológica, de interesse para o setor de logística. Outro exemplo típico é o de organização de missão empresarial que contemplou os setores de Biocombustíveis, Tecnologia da Informação e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), por ocasião da II Reunião Ministerial do Joint Economic and Trade Committee (JETCO), em conjunto com a APEX e a Embaixada do Brasil em Londres.

Dentre as atividades particularmente dignas de menção que tiveram seqüência em 2007, cabe lembrar a intensificação da integração sul-americana, bem como a maior aproximação econômico-comercial com a África e Oriente Próximo; o desenvolvimento de uma "agenda positiva" com os Estados Unidos, incluindo o esforço de criação de mercado mundial para o etanol e o apoio nesse setor a países centro-americanos, caribenhos e africanos; o trabalho de aprimoramento das relações econômico-comerciais com China e Índia, a fim de aumentar e diversificar a pauta de exportações brasileiras com produtos de maior valor agregado, além de atrair investimentos diretos daqueles países para o Brasil; e a ampliação das exportações brasileiras para mercados não-tradicionais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Afora problemas no fluxo de recursos, que dificultaram a execução dos recursos em sua totalidade, o que pesou foi a restrição orçamentária, na forma de contingenciamento de aproximadamente 20% dos recursos. Devido à escassez de recursos orçamentários, foi necessário realizar cortes em recursos para a manutenção dos postos no exterior, cuja disponibilidade teria contribuído substantivamente para a promoção comercial do Brasil.

O Programa é implementado em estreita parceria com entidades representativas de seu universo de beneficiários, no intuito de atender de maneira focada às demandas do público empresarial brasileiro. No planejamento do Programa, são cruzados os seguintes dados:

a) insumos dos postos no exterior (Propostas de Orçamento/ Programa dos Setores de Promoção Comercial - Secoms);

b) demandas e potencial do empresariado brasileiro, identificados no contato estreito com outros órgãos públicos ou para-estatais (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, MDIC, Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP, Ministério do Turismo - MTur, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Casa Civil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, Banco do Brasil - BB, Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos - APEX, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, etc); e entes privados (sobretudo entidades de classe, como Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos - ABEF, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne - ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário - ABIMOVEL, Associação Brasileira de

Infra-estrutura e Indústrias de Base - ABDIB, Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores - SINDIPEÇAS, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA, Associação Brasileira de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE, Confederação Nacional da Indústria - CNI, etc);

c) macro-diretrizes de Governo em matéria de política econômica.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) conta no exterior com ampla rede de contatos de trabalho, ferramenta essencial para o bom desempenho da atividade de promoção comercial, e tem larga experiência de trabalho articulado no Brasil e no exterior.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento de satisfação de usuários será aprimorado, com o auxílio de ferramentas de acompanhamento que serão incorporadas a uma *extranet* da *BrazilTradeNet*.

Há necessidade de uma maior integração entre a gerência do Programa e os coordenadores de ações. A falta de integração decorre do fato de ambos pertencerem a Ministérios distintos.

O MP esclarece que o resultado apurado para o indicador em 2007 ficou bem abaixo da meta, o que demonstra a necessidade de reestimativa da meta ou de aprimoramento das estratégias do Programa para que a meta possa ser atingida. Desta forma, é necessário recalcular o indicador para 2004, 2005 e 2006 na mesma base de 2007 para permitir avaliar a evolução ao longo do período.

RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS

GERENTE DO PROGRAMA

Paulo Cesar de Camargo

OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 356.150.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 304.354.984,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 304.354.984,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Relacionamento Diplomático com Estados Estrangeiros – Porcentagem	50,00	52,10	57,30	59.38	100.00	59,38%

1. TAXA DE RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO COM ESTADOS ESTRANGEIROS
Valor do índice alcançado ao final do Plano Plurianual (PPA) em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 foi calculado como a razão entre o "número de países onde o Brasil possui representação diplomática" e o "total de países que mantêm atividade diplomática". Embora o número de postos no exterior chegue a 174 (número utilizado na avaliação do ano base 2006), muitos países contam com mais de um posto (Embaixada, Consulado-Geral, Missões, Vice-Consulado), de forma que o numerador usado na apuração do índice de 2007 foi o de 114 países. Quanto ao denominador, manteve-se a mesma interpretação, tomando por base o número de países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), ou seja, 192.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No âmbito de sua competência, cabe ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), como órgão auxiliar da Presidência da República na formulação da política exterior do Brasil, estabelecer relações com Estados estrangeiros, organizações e organismos internacionais.

O Programa Relações do Brasil com Estados Estrangeiros tem por objetivo representar o Brasil e negociar os interesses brasileiros perante Estados estrangeiros através da participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Abertura das Embaixadas em Gaborone (Botswana) e Lusaca (Zâmbia), ampliando as relações com a África.

- Abertura da Embaixada em Colombo (Sri Lanka), ampliando as relações com a Ásia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução das ações do Programa ocorreu dentro do esperado, mantendo-se as atividades de representação diplomática e assistência consular dos postos no exterior.

A meta física das ações componentes do Programa expressa a quantidade de postos de representação mantidos no exterior. Esta quantidade mantém-se dentro do previsto ao longo do ano, sendo ajustada para o ano seguinte em caso de abertura de novos postos.

Os recursos previstos na Lei de Orçamento Anual (LOA) não foram disponibilizados em sua totalidade, devido ao contingenciamento, o que, contudo, não prejudicou decisivamente a execução programada.

A participação da sociedade na elaboração deste Programa é realizada por meio de reuniões com membros das comunidades brasileiras no exterior e contatos com exportadores brasileiros. Posteriormente, são consolidadas as percepções de benefício de parte das comunidades brasileiras no exterior e da sociedade civil.

No âmbito da Ação Relações e Negociações com a África do Sul, Nigéria e demais países da África, além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se as seguintes:

a) abertura das Embaixadas em Gaborone e Lusaca;

b) aluguel de imóveis para abrigar as chancelarias e residências oficiais das embaixadas em Cartum, Gaborone, Lomé e Lusaca;

c) instalação em nova sede da Embaixada em Lomé;

d) instalação de novas residências oficiais das embaixadas em Lomé e Abuja;

e) ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Acra, Argel, Cartum, Conacri, Cotonou, Dacar, Harare, Lomé e Rabat, e do Consulado-Geral em Lagos;

f) aquisição de veículos oficiais para as novas embaixadas em Gaborone e Lusaca.

Ação Relações e Negociações com China, Índia, Japão e demais países da Ásia e Oceania. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a abertura da Embaixada em Colombo, a instalação das novas residências oficiais das embaixadas em Islamabade e Cingapura, a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das embaixadas em Astana, Cingapura, Nova Delhi e Seul, e dos consulados em Mumbai e Nagoia e a aquisição de veículos oficiais para a nova Embaixada em Colombo.

Ação Relações e Negociações com a Rússia e os países europeus não membros da União Européia. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se o aluguel de novos imóveis para abrigar a Chancelaria e a Residência Oficial da Embaixada em Ierevan, a instalação da nova Residência Oficial da Embaixada em Zagreb e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais da Embaixada em Moscou.

Ação Relações e Negociações com Angola, Moçambique e demais países africanos e asiáticos de língua portuguesa. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se o aluguel de novo imóvel para abrigar o Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada em Praia e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Praia e São Tomé.

Ação Relações e Negociações com Cuba e os demais países da América Central e do Caribe. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a abertura da Embaixada em Nassau, o aluguel de imóveis para abrigar a Chancelaria e a Residência Oficial da nova Embaixada em Nassau, a recuperação e modernização da Chancelaria da Embaixada em Kingston, a adaptação da antiga Chancelaria da Embaixada em Porto Príncipe para abrigar o Centro de Estudos Brasileiros, a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Guatemala, Havana, Manágua e São Domingos e a aquisição de veículos oficiais para a nova Embaixada em Nassau.

Ação Relações e Negociações com os países do Oriente Médio. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a instalação da nova sede do Escritório de Representação em Ramalá, a ampliação da Residência Oficial do Escritório de Representação em Ramalá, a instalação em novas sedes da Chancelaria e da Residência Provisórias da Embaixada em Bagdá, situadas em Amã e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Amã, Bagdá e Beirute.

Ação Relações e Negociações com os países do Tratado de Cooperação Amazônica e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a ampliação e renovação parcial da frota de

veículos oficiais das Embaixadas em Lima e Paramaribo, do Consulado em Caiena, e do Vice-Consulado em Santa Helena do Uairén.

Ação Relações e Negociações com os países membros da União Européia. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a instalação da nova sede da Chancelaria da Embaixada em Bucareste, a instalação das novas sedes dos Consulados-Gerais em Barcelona, Londres, Madri e Zurique, a recuperação e modernização das Residências Oficiais das Embaixadas em Viena e Haia, a recuperação e modernização da fachada posterior da Embaixada em Roma, a instalação da nova Residência Oficial do Consulado-Geral em Zurique, a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Berlim, Ierevan, Lisboa, Paris e Roma e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais do Consulado-Geral em Barcelona.

Ação Relações e Negociações com os países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e associados. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a instalação da nova sede do Vice-Consulado em Encarnación, a instalação das novas Residências Oficiais dos Consulados-Gerais em Assunção, Buenos Aires, Mendoza e Montevidéu, a recuperação e modernização da Chancelaria do Consulado-Geral em Montevidéu, a reforma da galeria de arte da Embaixada em Buenos Aires e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais dos Consulados em Assunção, Chuí e Ciudad del Este, e do Vice-Consulado em Cobija.

Ação Relações e Negociações com os países-membro do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a abertura do novo Consulado-Geral em Vancouver, o aluguel de imóveis para abrigar a Chancelaria e a Residência Oficial do novo Consulado-Geral em Vancouver, a recuperação e modernização da Residência Oficial da Embaixada em Ottawa e a instalação da nova Residência Oficial do Consulado-Gerais em Miami e Toronto.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa apresenta mecanismos que promovam a participação de membros da comunidade brasileira no exterior e de exportadores brasileiros por meio de reuniões e de melhoria e ampliação da representação diplomática e dos serviços consulares.

RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO ÂMBITO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Paulo Cesar de Camargo

OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros no âmbito de organizações internacionais e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 44.317.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 30.817.462,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 30.817.462,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais – Porcentagem	96.56	96.81	100.00	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE REPRESENTAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS
Valor do índice alcançado ao final do Plano Plurianual (PPA) em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador é definido como Número de Organizações Internacionais nas quais o Brasil está Representado sobre o Número de Organizações Internacionais de Interesse do Brasil, onde o denominador indica "o universo de organismos internacionais estabelecidos como prioritários, onde o Brasil tem interesse em ser representado, ou onde há uma demanda da sociedade brasileira por fazer-se representar oficialmente". Considera-se atingido o índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado a partir da demanda pela defesa do interesse do Brasil junto a organismos internacionais e objetiva assegurar a sua participação nas negociações dos interesses brasileiros junto a esses organismos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reeleição do Brasil para mandato de três anos no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) como o País mais votado da América Latina e Caribe.

• O Brasil destacou-se no desenvolvimento de negociações, reuniões, e na assinatura de acordos no âmbito de organismos internacionais. O Brasil manteve intensa atuação no âmbito das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo exercido estreita coordenação com outros países em desenvolvimento para a consecução do objetivo de se chegar a um resultado equilibrado e à altura do mandato da Rodada do Desenvolvimento, sobretudo na área agrícola. Nas Nações Unidas, o Brasil manteve a cooperação com os seus parceiros no G-4 (Alemanha, Índia e Japão) e reiterou a importância da inclusão de países em desenvolvimento entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução das ações componentes do Programa ficou dentro do esperado. O valor previsto na Lei de Orçamento Anual (LOA) foi parcialmente contingenciado.

Destacaram-se ainda as atividades de manutenção dos postos de representação no exterior:

a) abertura das Missões junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) em Montreal, e junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra;

b) aluguel de imóveis para abrigar as Chancelarias e Residências Oficiais das novas Missões junto à OACI, e junto à Conferência do Desarmamento;

c) instalação em nova sede da Chancelaria da Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA);

d) ampliação do espaço da Missão junto à ONU;

e) instalação da nova Residência Oficial da Missão junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO);

f) ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Missões junto às Comunidades Européias, Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa apresenta mecanismos de promoção da participação social mediante reuniões com grupos de interesse, notadamente, no âmbito das organizações ligadas ao comércio.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

Atuação Internacional na Área de Petróleo

Brasil com Todo Gás

Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis

Eficiência Energética

Energia Alternativa Renovável

Energia na Região Nordeste

Energia na Região Norte

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Energia na Região Sul

Energia nos Sistemas Isolados

Geologia do Brasil

Indústria Petroquímica

Luz para Todos

Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Oferta de Petróleo e Gás Natural

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural

Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Refino de Petróleo

Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados

Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério de Minas e Energia (MME), foram utilizados **R$ 41.321.540.905,13** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 53.619.443.032,00	Realizado orçamentário:	R$ 38.587.302.452,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 10.704.436.969,97	Realizado não-orçamentário: (1)	R$ 2.734.238.453,13
Total previsto:	**R$ 64.323.880.001,97**	**Total realizado:**	**R$ 41.321.540.905,13**

Nota(1): Dados parciais.

Além disso, do total de **R$ 95.008.947,00** inscritos em restos a pagar relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 70.735.795,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MME, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores (esferas fiscal, seguridade e estatais) realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0274 Abastecimento de Energia Elétrica	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	0271 Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	0,25%	0,34%	0,25%	0,30%	0,29%
	0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo	10,36%	10,31%	19,61%	17,69%	15,26%
	1045 Brasil com Todo Gás	1,92%	1,91%	1,50%	1,87%	1,79%
	0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	0,09%	0,09%	0,07%	0,07%	0,08%
	0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis	1,46%	1,46%	1,96%	1,36%	1,56%
	1046 Eficiência Energética	0,21%	0,21%	0,11%	0,15%	0,17%
	1044 Energia Alternativa Renovável	0,04%	0,04%	0,02%	0,14%	0,06%
	0294 Energia na Região Nordeste	2,78%	2,77%	2,13%	1,58%	2,21%
	0297 Energia na Região Norte	2,89%	2,87%	1,06%	0,74%	1,68%
	0295 Energia na Região Sul	0,91%	0,91%	1,14%	1,30%	1,10%
	0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	4,27%	4,25%	3,92%	3,34%	3,87%
	1042 Energia nos Sistemas Isolados	0,73%	0,72%	1,17%	0,82%	0,88%
	1115 Geologia do Brasil	0,55%	0,68%	0,51%	0,55%	0,57%
	0285 Indústria Petroquímica	0,01%	0,01%	0,02%	0,03%	0,02%
	0273 Luz para Todos	0,38%	0,30%	0,88%	0,65%	0,59%
	0391 Mineração e Desenvolvimento Sustentável	0,23%	0,36%	0,28%	0,27%	0,28%
	0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural	54,30%	54,02%	49,19%	49,00%	51,12%
	0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	2,44%	2,43%	3,13%	2,82%	2,75%
	0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica	0,50%	0,48%	0,36%	0,34%	0,40%
	0275 Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	0,17%	0,21%	0,14%	0,13%	0,16%
	0288 Refino de Petróleo	12,30%	12,24%	10,03%	12,74%	11,82%
	0289 Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	2,84%	2,82%	2,09%	3,26%	2,77%
	0290 Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	0,01%	0,01%	0,13%	0,55%	0,22%
Finalístico Soma		**99,66%**	**99,42%**	**99,70%**	**99,69%**	**99,63%**

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Gestão de Políticas Públicas	0276 Gestão da Política de Energia	0,26%	0,53%	0,26%	0,28%	0,32%
	1069 Gestão da Política Mineral	0,08%	0,05%	0,04%	0,03%	0,05%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**0,34%**	**0,58%**	**0,30%**	**0,31%**	**0,37%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, os programas do MME foram bastante efetivos em relação ao atendimento de seus objetivos setoriais estabelecidos no início do ciclo de planejamento 2004 - 2007. O MME consolida seu papel de agente formulador de políticas do setor de energia, mineração e metalurgia, além de indutor e coordenador de todo o processo de planejamento setorial. Em estreita articulação com os órgãos vinculados e agentes envolvidos, buscou-se sempre o ajuste aos interesses da sociedade, ao conjunto das orientações de governo e às questões sócio-ambientais pertinentes, com transparência nas decisões, clareza e democratização do acesso às informações. Em janeiro de 2007, foi lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que, além de medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulo ao crédito e ao financiamento, constitui-se em conjunto de projetos em infra-estrutura.

Os planos setoriais foram adequados às orientações de governo e à realidade vigente, buscando a redução do risco de *deficit* de insumos energéticos, a curto, médio e longo prazo, a diversificação da matriz energética, o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes e a sustentabilidade ambiental.

Em 2007, concluiu-se o Plano Nacional de Energia 2030 e a Matriz Energética Nacional 2030, documentos que, juntos, fornecem estratégias de desenvolvimento, bem como os investimentos em energia necessários para a expansão da oferta interna de energia até 2030. Além do Plano Decenal de Energia 2007-2016, também foram iniciados os trabalhos para o Plano Decenal de Energia em sua versão 2008-2017, provendo uma visão de futuro que propicia investimentos em energia no médio e longo prazo de forma sem precedentes na história do setor. No citado exercício, também foi feita atualização e aperfeiçoamento do Balanço Energético Nacional.

O equilíbrio entre oferta e demanda, com a necessária qualidade, continuidade e confiabilidade do suprimento de energia elétrica em todo o território brasileiro, foi garantido por meio de leilões promovidos com sucesso tanto para geração como para transmissão de energia elétrica. Para geração, em 2007, foram realizados três leilões de energia nova com comercialização de 3.802 megawatts (MW) médios e o leilão de concessão da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio de 3.150 MW. Para a transmissão, realizou-se um leilão com 2.059 quilômetros (km) de novas linhas de transmissão com investimentos estimados da ordem de R$ 1,1 bilhão. Além disso, o Governo vem buscando novas fontes alternativas de geração de energia elétrica, pautadas por mecanismos de desenvolvimento sustentável em consonância com o Protocolo de Quioto.

Com o Programa Luz para Todos, teve continuidade a universalização do acesso e uso da energia elétrica para toda a população brasileira numa perspectiva de valorização da cidadania e de ação concreta para a inclusão social de pessoas e comunidades nos processos de desenvolvimento. O alcance total do Programa até 2007 foi de 7,1 milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2007, levou energia elétrica, gratuitamente, para 1.950.000 pessoas em todo o País, compostas de 770 mil assentados, 50 mil remanescentes de quilombos e 80 mil indígenas.

O MME procurou sempre estimular a produtividade, a competitividade e a inovação dos produtos e serviços vinculados ao setor energético e minerometalúrgico, por meio de políticas governamentais de desenvolvimento tecnológico e industrial, em articulação com empresas de energia, universidades, centros de pesquisa e outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. Destacam-se dentre as várias iniciativas, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Programa do Álcool. O PNPB coloca o Brasil na vanguarda do desenvolvimento de uma política energética sustentável, beneficiando, em 2007, mais de 100 mil famílias de agricultores, gerando mais emprego e mais renda no campo. A esses benefícios soma-se a redução das importações de derivados de petróleo, com ganhos anuais na balança comercial da ordem de US$ 500 milhões, com a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel. Quanto ao Programa do Álcool, o Brasil consolida sua posição de destaque na produção, utilização e exportação deste combustível. Em março de 2007, foi assinado acordo de cooperação com os Estados Unidos com o objetivo de promover a sua utilização na América Latina e avançar na cooperação tecnológica rumo à segunda geração dos biocombustíveis com o domínio das técnicas de hidrólise da celulose, o que propiciará ganhos de escala significativos de produção por hectare (ha) cultivado.

As áreas de petróleo e gás natural, em seus eixos de produção e exploração de petróleo, modernização e ampliação do parque de refino e produção de gás natural obtiveram os seguintes resultados globais: 26 obras foram iniciadas e 11 empreendimentos foram concluídos ou tiveram início de operação no ano de 2007, dentre eles as plataformas P-52 e P-54 e os gasodutos Cacimbas-Vitória e Carmópolis-Pilar. O Governo monitorou, durante o ano de 2007, a ampliação da malha de gasodutos em todo o Território Nacional. A situação da malha de gasodutos, no ano passado, foi a seguinte: de um total de 4.548 km, 1.436 km estão em fase de construção ou testes, 2.480 km encontram-se em fase de projeto ou de licenciamento ambiental e 632 km foram concluídos. A malha atual, em operação, é de 6.243 km.

Ainda merece destaque neste segmento o Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural na Região Sudeste (Plangás), constituído de projetos de exploração, produção, processamento, e infra-estrutura de transporte de gás natural. Ao longo de 2007, foram iniciados os processos de licenciamento ambiental dos campos de Uruguá-Tambaú e Mexilhão (bacia de Santos-SP) e Camarupim (bacia do Espírito Santo), bem assim dos empreendimentos ligados ao setor de abastecimento: terminal de Cabiúnas (RJ), ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC/RJ) e adaptação dos terminais de Ilha Redonda e Ilha Comprida (RJ). Além disso, foram iniciadas as obras nos campos de Merluza – Lagosta e Canapu (bacia de Santos-SP) e na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (ES). Destaca-se também a assinatura, em novembro de 2007, do contrato de construção e montagem da unidade de gás natural da Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão.

Em 2007, a produção média brasileira de petróleo foi de 1,83 milhões de barris por dia e a de gás natural de 49,2 milhões de metros cúbicos (m³) por dia. Com o objetivo de ampliar a oferta desses produtos, seis novas plataformas entraram em operação, o que permitiu oferta adicional, em dezembro de 2007, da ordem de 6 milhões de m³ por dia de gás natural e de 185 mil barris de petróleo por dia.

No início de 2007, as reservas nacionais de petróleo e gás natural eram da ordem de 12,2 bilhões de barris e de 347,9 bilhões de m³ respectivamente. Em novembro de 2007, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) anunciou a confirmação da descoberta da Reserva de Tupi, que se vislumbra ser o maior campo de petróleo e gás já descoberto no País, capaz de aumentar, sozinho, as reservas nacionais em até 50%. Confirmado esse fato, o Brasil entrará no seleto grupo de grandes produtores mundiais. A acumulação de petróleo leve e gás da Reserva de Tupi poderá alcançar volumes equivalentes a 5 e 8 bilhões de barris de petróleo localizado em profundidades de 5 a 7 quilômetros. Essa descoberta ocorre em seqüências sedimentares do pré-sal, na bacia de Santos, no litoral sudeste do País. A acumulação é parte de nova província petrolífera que pode se estender por uma área de 800 km de extensão por 200 km de largura nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

A Nona Rodada de Licitações foi realizada com sucesso, em novembro de 2007, e contou com a oferta de 271 blocos. Da totalidade desses blocos, 117 (43%) foram arrematados por 36 empresas, sendo 22 de capital nacional. Destaca-se que 67 empresas foram habilitadas para o certame. Como resultado, houve a arrecadação de R$ 2,2 bilhões a título de Bônus de Assinatura, que é valor recorde em comparação com as demais rodadas já realizadas no Brasil. Em relação ao Programa Exploratório Mínimo, estimam-se investimentos de R$ 1,4 bilhão na execução dos trabalhos de prospecção nesses blocos nos próximos quatro anos.

O Governo, por intermédio da Petrobras, está investindo na melhoria da qualidade das refinarias para aumentar a produção e o valor agregado dos derivados produzidos. Está investindo, também, no abastecimento. Assim, no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), foi contratada, em 2007, a construção, em estaleiros nacionais, de 23 navios de grande porte. No setor de petroquímica, destaca-se o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da Petroquímica Suape. O Comperj produzirá derivados convencionais e petroquímicos básicos otimizando o uso de petróleo nacional. A Petroquímica Suape produzirá 550 mil toneladas (t) por ano de ácido tereftálico purificado (PTA), devendo entrar em operação em 2009. Na indústria petroquímica, os investimentos totalizam R$ 7,36 bilhões entre 2007 e 2010, com destaque para os empreendimentos da Petrobras, por meio da Petroquisa. Em 2008, a Petroquímica Paulínia (SP) deverá iniciar suas atividades.

Em 2007, no segmento de conhecimento geológico, teve continuidade a implementação de programas e ações para maior eficiência na gestão dos recursos minerais nacionais e para a aquisição de informações geológicas e geofísicas do território, com o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria mineral. Foram realizadas ações que objetivaram a geração e difusão do conhecimento geológico e hidrogeológico do Território Nacional, tendo sido

realizados levantamentos nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, e cobertura com aerogeofísica de alta resolução, visando facilitar e induzir o investimento privado em prospecção e pesquisa mineral. Neste exercício, com a abertura de crédito extraordinário ocorrida em 2007 e a implementação de projeto especial voltado para a região amazônica, está programada a execução de 432.213 quilômetros quadrados (km²) de levantamentos geológicos e 644.270 km² de levantamentos aerogeofísicos. Os levantamentos hidrogeológicos serão prioritários na região do Semi-árido nordestino.

As ações de modernização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) implementadas em 2007 proporcionaram resultados significativos para o setor mineral. Foi intensificado o foco nas outorgas minerais, tendo sido desenvolvidos três sistemas que operam totalmente em ambiente de rede garantindo segurança, transparência e agilidade na emissão de títulos minerários. As ações de modernização da gestão mineral têm elevado o nível de confiança do investidor, aumentando expressivamente o número de novos requerimentos de pesquisa. Em 2007, esse número ultrapassou a casa dos 22.000 novos requerimentos, ante um total de aproximadamente 7.700 requeridos no ano de 2002. Também como reflexo dessa modernização, o prazo de emissão dos alvarás de pesquisa, que era de quatro anos em 1999, diminuiu para três meses, no máximo, em 2007.

Abaixo, encontram-se os desafios para a melhoria da gestão dos programas do MME, que podem ser agrupados da seguinte forma:

a) convergência entre PAC e PPA: a visão do PAC é por área (Petróleo e Gás, Biodiesel, Luz para Todos, Energia Elétrica (geração e transmissão) e empreendimento, enquanto, no PPA, a visão é por programas e ações;

b) eficiência do gasto: não há critério para avaliar eficiência do gasto nos programas do MME. Os programas (25) e ações são executados em todo País e no exterior, os custos são diferentes em cada local de gasto, os produtos obtidos são diferentes;

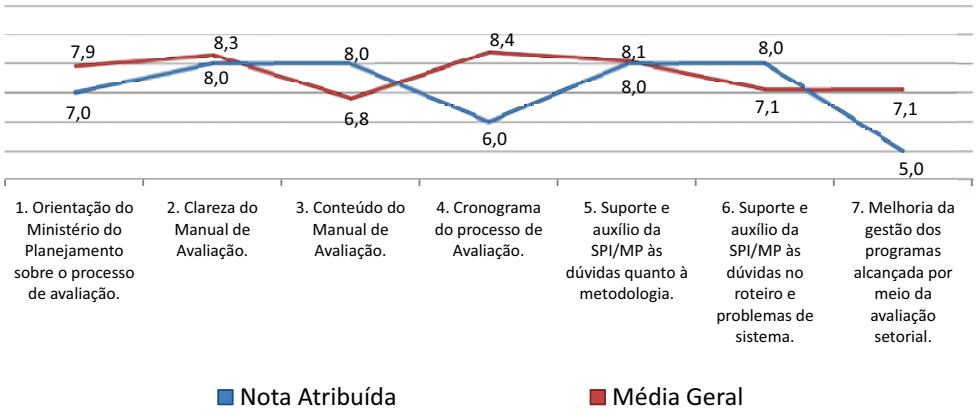
c) participação social: estritamente, não há participação social na gestão dos programas, mas existe na obtenção de informações quanto a satisfação e resultado;

Destaca-se que a dimensão territorial, por sua vez, não é um desafio à gestão dos programas, visto que as unidades que executam as ações estão distribuídas por todo Território Nacional e têm área de atuação.

A estrutura organizacional do MME, embora baseada no modelo funcional hierárquico, desempenhou papel satisfatório na condução dos programas sob sua responsabilidade.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MME mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MME e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Haroldo Borges Rodrigues

OBJETIVO

Garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, seus derivados, gás natural e outros combustíveis em todo Território Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 114.101.977,00	Empenho Liquidado:	R$ 111.905.591,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 111.905.591,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Reposição das Reservas de Petróleo e Gás Natural - Porcentagem	-	2,19	1,90	1,73	-	-

1. TAXA DE REPOSIÇÃO DAS RESERVAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa

O MME não estabeleceu o valor previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A flexibilização do monopólio, estabelecida a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 9 e da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, exigiu do Estado ações de natureza regulatória que permitissem garantir o abastecimento de petróleo e de seus derivados dentro das condições previstas na Política Energética Nacional. Nesse contexto, foi fundamentada a construção do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização da Nona Rodada de Licitações de Blocos de Exploração: arrecadação de R$ 2,1 bilhões e previsão de investimentos da ordem de R$ 1,4 bilhões na indústria local (fase de exploração nos próximos anos).

• Outorga de 197 autorizações, sendo 32 referentes à produção de biodiesel, que foi impulsionada pela obrigatoriedade da adição de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo a partir de janeiro de 2008.

• Intensificação da fiscalização: em 2007, foram fiscalizadas 1.532 unidades, incluindo refinarias, produtores de biodiesel, dutos e embarcações de transporte.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A maioria das ações apresentou resultados conforme previsto para o ano de 2007, sendo que algumas delas superaram as metas estabelecidas. A execução orçamentária do Programa atingiu 98%. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

No que diz respeito à ação Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, o número de concessões outorgadas foi influenciado pelo cronograma da Nona Rodada de Licitação de Blocos de Exploração que previu a assinatura dos contratos de concessão apenas em março de 2008, distorcendo o valor de execução física registrada no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Mesmo assim, a execução registrada da ação foi de aproximadamente 80%.

Em relação à ação Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural, os levantamentos e estudos a serem custeados com os recursos desta ação têm por característica elevado valor. Dada a natureza das contratações realizadas e apesar de a ação ter integrado o Projeto-Piloto de Investimentos em 2007, recursos adicionais são necessários para ampliação do conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras. As demais ações, embora tenham sofrido com o contingenciamento, foram realizadas.

Embora as equipes tenham sido reforçadas ao longo dos períodos de 2005 e 2006, através da realização de concurso público e a nomeação dos aprovados, houve perda de mão-de-obra considerável, ocasionada pela saída dos contratados temporariamente e de servidores recém-empossados que, aprovados em outros concursos, deixaram os quadros da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ANP mantém, por meio do seu Centro de Relacionamento com os Consumidores, central de atendimentos que tira dúvidas de consumidores e agentes econômicos em geral

(diretamente ou consultando interlocutores das áreas responsáveis), além de possibilitar o recebimento de denúncias e a propagação de informações.

O artigo 19 da Lei 9.478/97 prevê que toda iniciativa de projeto de lei ou norma administrativa que implique afetação do direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo será objeto de audiência pública presidida pela ANP. Essas audiências possibilitam a esses atores participar e influir nas propostas de resoluções apresentadas pela Agência.

É também prática comum da ANP a realização de eventos de divulgação das rodadas de licitação de blocos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que, no PPA 2008-2011, os dois programas da ANP (Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis e Qualidade dos Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) serão fundidos, o que requer a realização do Modelo Lógico para o novo programa, visando ratificar a adequação de sua estrutura, a consistência de suas ações e a viabilidade de apuração dos indicadores.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO

GERENTE DO PROGRAMA

Cláudio Castejon

OBJETIVO

Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) no mercado externo de petróleo, seus derivados e gás natural.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.260.456.750,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 6.551.439.437,00
	Total:	**R$ 6.551.439.437,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 712.590.751,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade de Refino Instalada no Exterior - Mil Barris por Dia	-	129,00	240,80	180,80	180,50	100,17%
2. Produção Média de Gás Natural no Exterior - Milhões de m³/dia	-	16,30	17,20	18,60	23,50	79,15%
3. Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior - Mil Barris por dia	-	162,80	142,20	126,00	238,00	52,94%

1. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA NO EXTERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta de capacidade de refino foi alcançada com a aquisição da Refinaria de Pasadena, localizada nos Estados Unidos da América (EUA), ocorrida em 2006, com capacidade de processamento de 100 mil barris por dia.

2. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O desvio inferior no cumprimento da meta justifica-se, principalmente, pelas operações na Bolívia. Este País, desde 2005, tem passado por instabilidades políticas, econômicas e sociais, que provocaram

mudanças na legislação de hidrocarbonetos, o aumento da carga tributária e a maior participação da empresa estatal boliviana no setor. Os investimentos, em 2005 e 2006, foram menores que os inicialmente planejados para estes períodos, face à instabilidade mencionada, fazendo com que a meta proposta de 23,5 milhões de m^3 por dia fosse comprometida em 2007.

3. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice inferior ao previsto no plano deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

a) na Venezuela, os contratos de prestação de serviços existentes migraram para empresas mistas (Petrobras como acionista minoritário a partir de 01.04.2006);

b) na Argentina, o declínio natural de produção foi maior que o previsto (campos maduros);

c) no Equador, face aos atrasos na emissão de licenças ambientais, foi postergada a entrada em produção do bloco 31;

d) na Nigéria, em função de atraso na aprovação do plano de desenvolvimento por parte do governo nigeriano, foi postergada para 2008 a entrada em produção dos campos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa ampliar a participação do Sistema Petrobras no exterior, aproveitando as oportunidades de negócios, reduzindo a dependência externa e promovendo a integração tecnológica e energética, prioritariamente, na América Latina.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de 60 blocos exploratórios na região do Golfo do México.

• Aquisição de quatro blocos exploratórios na Colômbia, região do mar caribenho, totalizando área de aproximadamente 12.000 quilômetros quadrados (km^2).

• Assinatura de acordo para compra de refinaria no Japão, com capacidade de processamento de 100 mil barris por dia.

• Descoberta de gás no Peru, no Poço Exploratório Kinteroni.

• Início de produção do primeiro poço do campo de Cottonwood, nos Estados Unidos.

• Início de perfuração do poço Taftan I, no Irã, marcando o retorno da Petrobras ao Oriente Médio.

• Acordo de parceria com a *Oil and Natural Gas Corporation* (ONGC), maior empresa indiana de petróleo, para exploração de blocos em águas profundas, sendo três na costa leste da Índia e três no Brasil.

• Acordo para exploração de quatro blocos na costa portuguesa, ao norte de Lisboa, sendo a Petrobras operadora no consórcio com a Galp Energia e a Partex, com foco em águas profundas, bem como memorando de entendimentos para formação de *joint-venture* para avaliação e implementação de negócios em biocombustíveis e futura distribuição no mercado europeu.

• Assinatura de memorandos de entendimentos com:

a) a Jordânia para estudo do uso da tecnologia Petrosix (tecnologia para extração de óleo de xisto) nos campos de Attarat;

b) o Uruguai para estudos de implantação de planta de regaseificação de GNL;

c) a Argélia para estudos de projetos de GNL;

d) o Marrocos para estudos de extração de óleo de xisto;

e) a Noruega para entendimentos nas áreas de biodiesel e exploração e produção.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre os fatores que dificultaram a implementação do Programa, merecem destaque:

a) aquecimento do mercado mundial, fato que gerou demanda por equipamentos e serviços específicos da área de petróleo superior à oferta existente, dificultando o cumprimento do cronograma original de vários projetos;

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental (lentidão na aprovação de licenças ambientais para operações no Equador);

c) questões regulatórias na Venezuela, Bolívia e Equador (alterações nos contratos).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O gerenciamento do Programa é efetuado utilizando-se as melhores práticas de gestão da indústria de petróleo. O acompanhamento de metas físicas e financeiras é realizado por meio de relatórios e reuniões trimestrais. O planejamento estratégico anual revisa, além das metas físicas e financeiras, os objetivos do Programa e as estratégias de implementação.

A área de negócios internacionais da Petrobras mantém práticas abrangentes de planejamento e controle, visando o acompanhamento do desempenho de suas unidades no exterior com a periodicidade adequada.

BRASIL COM TODO GÁS

GERENTE DO PROGRAMA

Sidney Granja Affonso

OBJETIVO

Promover o uso do gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte por meio da interligação entre suas reservas e os mercados consumidores.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de gás natural

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.331.874.541,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 691.501.916,00
	Total:	**R$ 691.501.916,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 251.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Gás Natural - Bilhão de m³.km	-	23,50	27,10	35,00	34,48	101,51%
2. Extensão da Malha de Gasodutos da Petrobras - km	-	-	5.568,00	6.511,00	-	-
3. Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil - milhões de m3/dia	33,58	36,00	38,37	39,10	55,31	70,69%

1. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE GÁS NATURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice alcançado ao final do PPA 2004-2007 superou o previsto em 1,5%.

2. EXTENSÃO DA MALHA DE GASODUTOS DA PETROBRAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O MME não estabeleceu o valor previsto para o final do PPA.

3. VOLUME DE VENDAS DE GÁS NATURAL NO BRASIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O resultado alcançado em 2007, aquém do previsto, é decorrente da baixa demanda térmica apresentada no primeiro semestre do ano. O último trimestre de 2007 reflete uma venda de 43,7 milhões de metros cúbicos por dia (m^3/dia).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com base nas previsões de disponibilidade dos pólos produtores, faz-se necessária a ampliação da infra-estrutura de transporte e distribuição de gás natural, de forma a permitir sua distribuição para o interior do País. A expansão da produção nacional, a criação de novos mercados fornecedores e a maximização do aproveitamento do gás associado permitem reduzir a dependência externa, de forma a consolidar o produto como alternativa energética segura e confiável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Entrega de aproximadamente 58 milhões m^3/dia de gás natural ao final de 2007, o que representa 14 milhões de m^3/dia a mais do que o registrado nos dois últimos meses de 2006.

• Conclusão do gasoduto Cacimbas-Vitória: concluído em novembro de 2007, permite a ampliação do mercado do Espírito Santo, anteriormente limitado pela capacidade do antigo gasoduto Lagoa Parda-Vitória. O novo duto tem 129 quilômetros (km) de extensão e capacidade aproximada de 1,3 milhões de m^3/dia.

• Conclusão do gasoduto Campinas-Rio - trecho Paulínia-Taubaté. Este reforço na malha nacional de gasodutos permite à Petrobras realizar o transporte de 30 milhões m^3/dia, que são importados da Bolívia. O duto, finalizado em julho de 2007, tem 201 km de extensão.

• Conclusão dos trechos Itaporanga-Carmópolis e Carmópolis-Pilar da malha nordeste de gasodutos: as autorizações de operação foram emitidas em 26.09.2007 pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O trecho Itaporanga-Carmópolis tem 67,2 km de extensão e capacidade de 12 milhões m^3/dia, enquanto o Carmópolis-Pilar tem 177 km de extensão e capacidade de 16 milhões m^3/dia. Os dutos permitem o escoamento do gás ofertado da Bahia até Pernambuco.

• Emissão da Licença de Instalação (LI) dos Terminais de Regaseificação de Pecém, em 26.10.2007, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e da baía de Guanabara, em 23.11.2007, pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (FEEMA-RJ).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em virtude das características de financiamento e captação de recursos pela Petrobras, as dotações foram suficientes para a realização das atividades pretendidas. Os resultados das licitações demonstraram, entretanto, significativo aumento de custos dos insumos, muitas vezes ultrapassando a previsão orçamentária.

Variações significativas de valores entre previsão orçamentária e resultado das licitações prejudicaram a viabilidade de certos empreendimentos, demandando novos estudos de viabilidade, bem como a elaboração de novos projetos básicos. Como exemplo de atraso de finalização de projeto básico, pode-se citar a Ação Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste, que se compõe dos gasodutos Gasbel-II, Gaspal-II, Gasduc-III, Caraguatatuba-Taubaté, Paulínia-Jacutinga e Japeri-Reduc, das estações de compressão de Volta Redonda, Campos Elísios, Vale do Paraíba e Terminal de Guararema, dos serviços de compressão de Tapinhõa, Mantiqueira, Congonhas, Suzano, São Bernardo, Reduc e Silva Jardim, e dos pontos de entrega nos gasodutos Gasan, Gasbel, Gaspal, Gasvol, Campinas-Rio, Paulínia-Jacutinga e anel de gás residual da Reduc.

Os cronogramas de alguns empreendimentos foram também prejudicados pelo atraso na obtenção de licenças ambientais.

Para a avaliação dos resultados do Programa, são realizadas reuniões mensais como os gestores dos projetos de forma a avaliar as realizações financeiras e físicas das obras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A viabilidade financeira de algumas ações do Programa torna-se possível mediante a criação de SPE (Sociedade de Propósito Específico), que atua como captadora e financiadora dos recursos necessários.

Quando pertinente, nas fases iniciais de diversas ações, são realizadas audiências públicas que resultam na realização de parcerias com a sociedade civil organizada e com os próprios poderes públicos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) sugere que dada a importância do Programa para o desenvolvimento nacional, seja realizado o modelo lógico, oportunidade para revisar os indicadores e estabelecer os índices pretendidos no decorrer dos anos do PPA 2008-2011.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Pereira Zimmermann

OBJETIVO

Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético.

PÚBLICO-ALVO

Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionados com a área energética

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 37.015.189,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.466.806,00
	Pago Estatais:	R$ 22.857.410,00
	Total:	**R$ 25.324.216,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Incorporação de Tecnologia - Porcentagem	2.00	6.00	10.00	14.00	25.00	56%

1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em função da dificuldade da apuração de um índice que refletisse a variação relativa, optou-se, neste momento, em fornecer o valor absoluto dos projetos que tiveram êxito no período 2004-2007. Entende-se que o indicador deva ser revisado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe defasagem científica e tecnológica, além de ociosidade industrial em áreas estratégicas do setor de energia, com conseqüências negativas para os níveis de produção, emprego e renda no País. As principais causas identificadas para a ocorrência destes problemas são:

a) ausência do planejamento determinativo para a expansão do setor energético;

b) deficiências no arcabouço legal e institucional (INPI, Patente);

c) inconstância da disponibilidade de recursos financeiros para apoio de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e inovação;

d) defasagem da capacidade laboratorial;

e) fluxo de informações tecnológicas ineficiente;

f) interação deficiente entre as instituições de pesquisa e a indústria;

g) falta de coordenação nacional de ações envolvendo P&D e inovação. Este Programa facilita a transferência de tecnologias dos laboratórios para a indústria, incentivando o investimento produtivo e a elevação da produtividade no setor de energia, fortalecendo as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Identificação das barreiras/entraves e as constrições tecnológicas, logísticas, ambientais ou econômicas ao aproveitamento energético sustentável das fontes de biomassa.

• Criação e sistematização de banco de dados sobre as tecnologias solar e eólica.

• Implantação do Laboratório de Geoprocessamento, Centro de Referência para Energia Solar e Eólica e Centro de Pesquisa em Energia Elétrica (CEPEL/CRESESB).

• Modernização da Casa Solar Eficiente.

Para motivar a inserção e a implementação de projetos-demonstrativos de novas tecnologias, os centros de pesquisas apoiados em universidades desenvolveram atividades que complementam o Programa Luz para Todos, oferecendo opções de fornecimento de energia elétrica com potência inferior a 50 quilowatts (kW) em comunidades isoladas, de microcentrais hidrelétricas, com bombas funcionando como turbinas, até gaseificadores de biomassa local e motogeradores movidos a óleo vegetal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No que se refere ao monitoramento, as ações implementadas em outras instituições são acompanhadas por meio de contatos e reuniões da Gerência Executiva com os Coordenadores de Ações. E as ações executadas por meio de convênios são monitoradas conforme previsto nos termos de convênio e na Instrução Normativa nº 01/1997, ou seja, trimestralmente, por meio de relatórios de acompanhamento físico-financeiros e visitas de fiscalização técnico- administrativa.

A execução física ficou entre 40% e 80% em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os projetos em andamento estão fornecendo bons resultados, no entanto, em algumas ações, a realização das metas físicas foi abaixo do previsto, tendo em vista o contingenciamento orçamentário e financeiro. O fluxo sofreu descontinuidade prejudicando a execução programada. A programação inicial de firmar novos convênios não foi cumprida por falta de recursos. Além disso, foi verificado que existem dificuldades dos convenentes na execução de licitações.

No que se refere aos recursos humanos, a equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no Programa é reduzida frente às necessidades de acompanhamento e de fiscalização dos trabalhos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros não-governamentais, em geral, fundações de ensino e pesquisa, têm executado as atividades a contento e, na maior parte dos casos, cumprido as metas acordadas. Por meio do instrumento dos convênios, tem-se a possibilidade de corrigir eventuais atrasos ou incapacidades do agente conveniado.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria disponibilizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em serviço centralizado;

b) reunião com grupos de interesse, realizadas, na medida do possível, através de solicitação dos grupos de interesse.

Os questionamentos encaminhados são sempre produtivos, pois sempre ensejam novas análises das atividades em desenvolvimento, o que resulta em aprimoramento dos processos e resultados do Programa.

Embora o Programa não possua instrumento oficial de avaliação da satisfação dos beneficiários, os índices de satisfação podem ser identificados por meio da adesão aos projetos implementados, assim como as suas replicações.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta a necessidade de maior interação entre as gerências deste Programa e a do Programa Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural, com o objetivo de compartilhar modelos de gestão e identificar aspectos que possam contribuir para uma melhor definição dos atributos do Programa, incluindo o seu indicador.

DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Flavio Santos Tojal de Araújo

OBJETIVO

Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados, gás natural e álcool e outros combustíveis

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 599.290.647,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 502.608.075,00
	Total:	**R$ 502.608.075,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 69.576,97	R$ 39.634,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Qualidade dos Produtos da BR Distribuidora - Programa de Olho no Combustível – Porcentagem	-	76,00	91,95	83,80	87,10	96,21%
2. Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA – Taxa	-	0,75	0,51	0,52	0,68	-
3. Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível – Porcentagem	32,80	33,80	33,65	34,30	34,90	98,28%
4. Taxa de participação da Liquigás Distribuidora no Mercado de GLP – Porcentagem	-	-	21,71	21,80	21,90	99,54%

1. QUALIDADE DOS PRODUTOS DA BR DISTRIBUIDORA - PROGRAMA DE OLHO NO COMBUSTÍVEL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice atingido, em 2007, foi inferior à meta prevista, sobretudo, devido à mudança na metodologia de cálculo. No primeiro momento, tal índice era calculado pela razão entre número de postos certificados pelo Programa De Olho no Combustível e número de postos da rede preferencial (postos ativos com consumo médio mensal superior a 50 m³). O índice hoje

é apurado pela razão entre número de postos certificados pelo referido Programa e número de postos ativos (postos de bandeira BR que adquiriram combustível no mês). Adicionalmente, com a aquisição da AGIP pela BR, ocorrida em agosto de 2004, foram incorporados 1.500 postos à rede. O processo de negociação para troca de bandeira com esses novos postos e, posteriormente, o processo de certificação impactaram o resultado do indicador.

2. TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO (TFCA)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador superou a meta definida para o final do PPA 2004-2007. Observa-se que o desejado é a redução do índice ao longo do tempo. Dentre os fatores que contribuíram para o alcance da meta está a definição das Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), que são as seguintes: liderança e responsabilidade; conformidade legal; avaliação e gestão de riscos; novos negócios; operação e manutenção; gestão de mudanças; aquisição de bens e serviços; educação, capacitação e conscientização; gestão de informações; comunicação; contingência; relacionamento com a comunidade; análise de acidentes e incidentes; gestão de produtos e gestão de melhoria.

Na BR, a política e as diretrizes de SMS direcionam, entre outros aspectos, a atuação na proteção dos empregados, mediante identificação, controle e monitoramento de riscos e adequação da segurança de processo às melhores práticas mundiais. Tais práticas contemplam a implementação de mecanismos sistemáticos de verificação e atualização dos procedimentos operacionais, inspeção e manutenção para garantia da integridade das instalações e dos equipamentos e preservação da saúde da força de trabalho.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar dos resultados positivos alcançados no período, ao final do PPA 2004-2007, a participação da BR no Mercado Global de Distribuição atingiu o índice de 34,3%, o que corresponde a 0,6 ponto percentual abaixo da meta planejada. Esse resultado é decorrente, principalmente, da maior competitividade do mercado.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE GLP
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ao final do Programa, a taxa de participação da Liquigás Distribuidora S.A. atingiu o índice de 21,8%, 0,1 ponto percentual abaixo da meta definida. O mercado da Liquigás foi afetado pela falta de vasilhames para enchimento, em função da segregação de vasilhames não-requalificados com mais de 15 anos de uso. O Programa de requalificação de botijões previsto no Código de Auto-regulamentação do Setor (firmado em 1996) foi integralmente

cumprido pelas empresas do setor que requalificaram 68 milhões de botijões no período de 1996 a 2006. Findo esse processo, identificou-se excedente de botijões a requalificar, oriundo de erro na estimativa feita pelas distribuidoras em conjunto com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que se constitui no antigo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) no ano de 1996. Este saldo, identificado igualmente nas demais distribuidoras, representou na Liquigás cerca de 2,6 milhões de botijões. Este montante levou a Companhia à aquisição adicional de vasilhames para repor o sucateamento decorrente do processo de requalificação, bem como restabelecer sua capacidade de operar sem interrupções, capacidade esta comprometida também pelos baixos investimentos em botijões no período 2004-2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Diante das taxas de crescimento projetadas para o mercado consumidor de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis, das necessidades percebidas no tocante a energia produzida a partir destes produtos e do crescimento das exigências nos aspectos de segurança, meio-ambiente e saúde, é imperativo ampliar, modernizar e manter a infra-estrutura de distribuição de modo a minimizar o risco ambiental e atender a demanda, preservando ou ampliando a posição de liderança no mercado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação e manutenção da infra-estrutura varejista com:

a) implantação de cinco postos próprios na região Sul;

b) ampliação da carteira de postos com gás natural veicular (GNV), totalizando 409 postos;

c) comercialização do biodiesel em 5.885 postos;

d) manutenção da rede de 15 Postos-Escola;

e) modernização e adequação de cerca de 720 postos, por meio da substituição de equipamentos (bombas, tanques, etc.) e de melhoria na imagem, de modo a atender às exigências de SMS e de qualidade.

- Manutenção da infra-estrutura operacional do segmento de distribuição de GLP com:

a) aquisição de 1.260.469 botijões, sendo 937.830 para repor necessidade de sucateamento e 322.639 para crescimento do mercado;

b) investimentos na aquisição de reservatórios e equipamentos para centrais de GLP granel.

• Manutenção da infra-estrutura operacional de distribuição de derivados de petróleo: finalização do processo de adequação das bases e terminais para comercialização de biodiesel.

• Ampliação da capacidade de recebimento, armazenagem e carregamento de diversos terminais e bases como: Terminal Aquaviário de Belo Monte (BAMON), TEPLAN, TEBET, TELIS e TEMAT.

• Continuidade do processo de automação dos terminais e bases.

• Melhorias direcionadas à infra-estrutura da fábrica de lubrificantes e das fábricas de asfalto.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa são retratadas no Plano Estratégico que reflete todas as decisões de investimentos da empresa e exige controle das metas definidas.

Os recursos utilizados no Programa foram originados da captação e da geração de caixa da própria companhia e apresentaram fluxo de caixa compatível com as necessidades de investimento.

Com relação à Ação Ampliação da Infra-Estrutura de Atendimento a Clientes Consumidores, a construção de mais uma Central Avançada de Inspeção e Serviços (CAIS), conforme previsto, não foi realizada em decorrência da publicação, pela ANP, da Resolução nº 12, de 21 de março de 2007, que regulou o ponto de abastecimento (instalações para suprimento de combustíveis de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves, embarcações). Neste regulamento, foram estabelecidas restrições à operação das CAIS no modelo inicialmente previsto pela companhia, ficando vedada ao distribuidor a operação direta do ponto de abastecimento.

No tocante à Ação Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural, a meta de implantação de sete postos próprios foi parcialmente obtida, uma vez que entraram em operação cinco postos no Rio Grande do Sul. A realização abaixo do previsto deveu-se à demora na obtenção de licenças ambientais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Petrobras Distribuidora S.A. (BR), atuando preferencialmente em parcerias, vem desenvolvendo projetos de geração de energia com o objetivo de aumentar suas vendas de combustíveis e ampliar sua carteira comercial. Definida como empresa de energia no Plano Estratégico do Sistema Petrobras, a empresa está ampliando sua presença nesse mercado por meio de investimentos em fontes de energia renováveis como as Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A Ouvidoria é a referência principal na defesa dos direitos e interesses dos consumidores, dos empregados e da sociedade, com o compromisso de assegurar a solução rápida e eficaz de todas as solicitações, críticas, reclamações e sugestões.

Além da Ouvidoria, a BR disponibiliza diversos canais de comunicação permanente para a sociedade em geral, de modo a promover o fácil acesso ao atendimento às diferentes demandas, com destaque o Portal BR e os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC). O Portal BR tem como propósito impulsionar o comércio eletrônico, fidelizar clientes, consumidores e parceiros e melhorar a comunicação e divulgação da Empresa. Já o SAC, acionado via 0800 ou via Portal, recebe todas as mensagens que são analisadas e tratadas no prazo mais curto possível e, caso haja necessidade, são encaminhadas para tratamento pelas áreas internas competentes.

O Programa utiliza também como mecanismo de avaliação da satisfação de seus beneficiários pesquisas de satisfação de clientes, que englobam clientes, revendedores e consumidores finais.

O processo de definição dos investimentos baseia-se, principalmente, no Plano Estratégico e no Plano Anual de Negócios. O plano estratégico detalha os investimentos para os próximos cinco anos. Já o Plano Anual de Negócios é o principal instrumento de planejamento de curto prazo (exercício), que contempla a programação anual de todas as atividades físicas e financeiras da BR, distribuídas mensalmente.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Pereira Zimmermann

OBJETIVO

Reduzir o desperdício e o uso ineficiente dos insumos energéticos.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 127.516.659,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 55.948.382,00
	Total:	**R$ 55.948.382,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 283.900.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Energia Elétrica Economizada – GWh	2.000.00	2.500.00	2.158.00	2.845,00	2.500.00	133,8%
2. Quantidade de Petróleo Conservada - t equivalente de petróleo por ano	--	245.920.00	254.400.00	267.824,00	109.905.00	243,7%

1. ENERGIA ELÉTRICA ECONOMIZADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No caso do Programa Nacional de Conservação Energia Elétrica (PROCEL), em 2006, implantou-se nova metodologia de consolidação de informações, o que levou a números ligeiramente inferiores àqueles do exercício anterior. Não obstante, incrementou-se o número de equipamentos com selo de eficiência energética.

2. QUANTIDADE DE PETRÓLEO CONSERVADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em conseqüência do aumento da abrangência do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), sobretudo no que diz respeito ao Projeto

Economizar, desde 2005, já se atingiram as metas originalmente previstas para 2007. Além disto, foram subestimados os índices anteriores, razão pela qual o índice apurado lhes é superior. Ainda assim, houve incremento de 5% em relação à economia observada no exercício anterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há, no Brasil, significativo desperdício e uso ineficiente de energia, devido basicamente às seguintes causas:

a) falta de acesso à informação para a população e os consumidores sobre a importância da energia e seu uso apropriado;

b) carência de educação formal que valorize a energia como um bem fundamental da sociedade;

c) insuficiente capacitação de especialistas em todos os níveis da cadeia energética;

d) ambiente de negócios inapropriado para favorecer a sustentabilidade deste mercado;

e) arcabouço legal e institucional inadequado para alavancar o tema;

f) ausência de tecnologias inovadoras para a produção de equipamentos mais eficientes de baixo custo;

g) sinergia insuficiente no uso otimizado de fontes energéticas;

h) política tarifária que não estimula a eficiência energética.

Este Programa pretende desenvolver mecanismos capazes de explorar o potencial de conservação de energia mediante a promoção de ações com vistas à transformação do mercado atual de energia. Busca agregar valor, desenvolver novas tecnologias, estimular a oferta e demanda de produtos e de serviços mais eficientes no mercado nacional, criando as condições necessárias para a atuação de empresas voltadas para este negócio. Fundamentalmente, visa aumentar a disponibilidade de energia para o País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Economia de energia elétrica: 2.845 gigawatts por hora (GW/h). Esta economia foi alcançada por meio do PROCEL, cujas ações abrangem iluminação pública, indústrias, etiquetagem, Selo PROCEL, educação, gestão energética municipal, entre outros.

• Economia de derivados de petróleo: 315 milhões de litros de óleo diesel, o que equivale a 267.824 toneladas (t) de petróleo. Esta economia foi alcançada por meio das ações de conservação de derivados do petróleo e do gás natural junto aos setores de transportes, educação e etiquetagem, por meio do CONPET.

• Atendimento a 170 novos Municípios por meio de programas de iluminação pública eficiente no âmbito do Programa RELUZ, substituindo 368 mil pontos de iluminação gerando uma economia de 82 GWh.

• Publicação de regulamentação específica para:

a) ar condicionado (Portaria Interministerial nº 364, de 24 de dezembro de 2007);

b) fornos e fogões a gás (Portaria Interministerial nº 363, de 24 de dezembro de 2007);

c) refrigeradores e congeladores (Portaria Interministerial nº 362, de 24 de dezembro de 2007).

• Elaboração de regulamentação para etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais de serviços e públicos.

Os resultados obtidos por meio do PROCEL associam-se, predominantemente, ao Selo e à Etiqueta de Eficiência Energética (87,2%). Outros destaques são: educação (8,8%) e iluminação pública (2,9%). Esses percentuais indicam a participação dessas iniciativas nos resultados totais do Programa. O CONPET expandiu suas ações, destacando-se o aumento do número de veículos monitorados por meio do Projeto Economizar, que se volta às empresas de transportes de cargas e passageiros. A frota participante do Projeto Economizar, que atende a transportadores de cargas e passageiros, aumentou para 111 mil veículos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) visitas técnicas realizadas de acordo com as datas de conclusão das metas/etapas previstas no cronograma de execução do plano de trabalho aprovado. Programam-se visitas trimestrais *a priori*, que podem ter sua periodicidade alterada mediante a identificação de possíveis inconsistências na execução do objeto;

b) publicação de relatórios de gestão anual com os resultados obtidos por meio das ações dos programas PROCEL e CONPET, destacando-se o total de energia economizada, a quantidade de combustíveis economizada e o total de redução de emissões de poluentes. São fornecidas ao Ministério de Minas e Energia (MME), sem periodicidade preestabelecida, informações concernentes às ações e aos resultados intermediários obtidos.

A execução das metas físicas esteve entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 embora algumas ações apresentem deficiências na execução. Parte das ações deste Programa é desempenhada com recursos da Eletrobrás e da Petrobras. Os recursos orçamentários disponibilizados ao MME, no âmbito deste Programa, foram limitados e

sofreram forte contingenciamento. Além disto, o fluxo de recursos orçamentários sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

O impacto das ações não-orçamentárias sobre o alcance do objetivo do Programa é relevante na medida em que a maioria dessas ações têm recursos de origem no plano de dispêndio das empresas estatais supracitadas.

Para a gestão de todo o Programa, este Ministério conta somente com três profissionais sem qualquer apoio administrativo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social, conforme descrito a seguir:

a) audiência pública, etapa obrigatória no caso da implementação da Lei de Eficiência Energética;

b) consulta pública, etapa empregada no caso da implementação da Lei de Eficiência Energética, embora não seja obrigatória;

c) reunião com grupos de interesse, entidades representativas de fabricantes e empresas setoriais, além de entidades de defesa do consumidor.

Destaca-se que todas as participações da sociedade foram analisadas cuidadosamente de forma que, quando possível, fossem incorporadas ao processo.

A respeito da avaliação da satisfação de seus beneficiários, no que tange à Lei de Eficiência Energética, a avaliação é feita por meio de consultas e audiências públicas, que ocorrem pelo meio eletrônico e presencial. Outra forma de avaliação empregada pelo PROCEL e pelo CONPET é a consulta direta aos fabricantes, associações de empresários, conselhos de consumidores, conselhos de administradores públicos etc.

As regulamentações no âmbito da Lei são elaboradas de maneira democrática, e contando com participações da sociedade, sem que isso lhes furte o caráter de obrigatoriedade. Ademais, ao processo, incorporaram-se consultas públicas por meio eletrônico, que antecipam as discussões que, de outra forma, seriam limitadas à audiência pública. Pela relevância que a eficiência e a conservação energética têm para a segurança do abastecimento de energia no País, sugere-se maior destaque e visibilidade às ações que integram este Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta a necessidade de realização de uma oficina de modelo lógico para o Programa, visando o seu fortalecimento, o que é vital para o futuro equilíbrio entre a oferta e demanda de energia. E ainda ressalta a inexistência de empenho liquidado (orçamento fiscal) no ano de 2007 nas ações do orçamento fiscal.

ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Pereira Zimmermann

OBJETIVO

Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 301.242.602,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.050.119,00
	Pago Estatais:	R$ 50.286.149,00
	Total:	**R$ 51.336.268,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 858.100.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica - Porcentagem	5,13	5,06	5,20	5,49	5.00	110%
2. Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética - Porcentagem	0.83	0,82	0,86	0,91	-	-

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS NA MATRIZ ELÉTRICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Houve superação do índice previsto ao final do PPA.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS NA MATRIZ ENERGÉTICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve previsão de índice ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa busca:

a) ampliar a oferta de energia, diversificando a matriz energética nacional com recursos energéticos locais, promovendo a economia de divisas e independência de conjunturas internacionais;

b) contribuir para o equilíbrio de oferta e demanda, reduzindo os riscos hidrológicos;

c) acompanhar, avaliar e divulgar as ações do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

d) promover o desenvolvimento tecnológico e inserção de novas fontes renováveis;

e) promover a capacitação, a formação e a divulgação com ênfase em energia renovável;

f) estimular a criação de ambiente de negócios favorável aos certificados verdes e de emissão reduzida de gases de efeito estufa (CDM - Certificados Verdes);

g) conhecer as ferramentas necessárias para conexão e despacho adequados das fontes na rede de transmissão e de distribuição;

h) promover o levantamento de potenciais energéticos de fontes alternativas nos sistemas interligado e isolado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Desenvolvimento de projeto e instalação de microcentral hidrelétrica em uma comunidade isolada no Estado de Rondônia.

• Desenvolvimento de projeto de uma microcentral de extração de óleo das oleaginosas locais com um motor ciclo diesel de 16,5 HP (12,5 quilowatts - kW) e um gerador de 12,5 quilovolt-ampère (kVA), com o sistema dimensionado para disponibilizar energia para a comunidade e para os equipamentos de extração do óleo na Amazônia.

• Desenvolvimento de tecnologia de gaseificação de biomassa e posterior queima do gás em motores de combustão interna.

• Desenvolvimento de projeto e instalação de uma unidade de biogás acoplada em um motogerador de 0,5 kVA, na Bahia.

O PROINFA é um programa de incentivos que diversifica a matriz energética brasileira. Em 2007, entraram em operação comercial pelo PROINFA 11 empreendimentos, perfazendo 246,1 megawatts (MW), sendo 151 MW em Pequenas Centrais Hidrelétricas

(PCHs) (sete projetos), 84,9 MW para a fonte biomassa (três projetos) e 10,2 MW para a fonte eólica (um projeto). Dos 3.300 MW contratados no Programa, 1.981,21 MW estão com obras concluídas ou em andamento, correspondendo a 60% da potência contratada do Programa. Se forem considerados os empreendimentos com *Engineering Procurement Construction* (EPCs), este número sobe para 81%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho implementadas em outras instituições e acompanhadas por meio de contatos e reuniões da gerência executiva com os coordenadores de ações;

b) visitas *in loco* realizadas de acordo com as datas de conclusão das metas/etapas previstas no cronograma de execução do plano de trabalho aprovado. Programam-se visitas trimestrais *a priori*, que podem ter sua periodicidade alterada mediante a identificação de possíveis inconsistências na execução do objeto;

c) relatórios de gestão encaminhados trimestralmente, contendo detalhamento da execução física, indicando a meta, a etapa/fase, a descrição, a unidade de medida, a quantidade executada no período (programada/executada), quantidade executada até o período (acumulada/programada/executada) e a execução financeira, informando a origem das receitas (concedente, convenente, outra), a despesa realizada e os saldos.

Os projetos em andamento estão fornecendo bons resultados. No entanto, em algumas ações, a realização das metas físicas foram abaixo do previsto, tendo em vista as dificuldades encontradas nas instituições que coordenam as ações no preenchimento correto dos dados, assim como contingenciamento orçamentário e financeiro.

Os recursos se tornaram insuficientes tendo em vista o contingenciamento orçamentário e financeiro durante o exercício, que impossibilitou a realização de todas as atividades previstas para o ano. Como conseqüência, houve a reprogramação de algumas atividades durante o exercício e a postergação de atividades para o ano de 2008. A programação inicial de firmar novos convênios não foi cumprida por falta de recursos.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto. O PROINFA representa 144 projetos de geração elétrica, totalizando 3.300 MW, no entanto, apesar dos empreendimentos estarem sendo financiados a contento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), as informações pertinentes à execução dos financiamentos dos projetos, que são de sua responsabilidade, não estão sendo preenchidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no Programa é reduzida frente às necessidades de acompanhamento e de fiscalização dos trabalhos.

A insuficiência de recursos prejudica a realização das viagens de fiscalização e, conseqüentemente, o acompanhamento dos convênios. Além disso, no exercício de 2007, foi verificado que existem dificuldades dos convenentes na execução de licitações, em relação ao cumprimento dos prazos de tramitação dos processos, dentro dos cronogramas de execução dos convênios.

A liberação de créditos adicionais somente ao final do exercício provoca a descontinuidade dos convênios porque, nesse período, não há tempo hábil para o estabelecimento dos convênios. Assim, o atraso na liberação dos orçamentos ocasiona atraso na liberação de recursos para os convênios, podendo provocar descontinuidade dos trabalhos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros não-governamentais, em geral fundações de ensino e pesquisa, têm executado as atividades a contento e, na maior parte dos casos, cumprindo as metas acordadas. Por meio do instrumento dos convênios, tem-se a possibilidade de corrigir eventuais atrasos ou incapacidades do agente conveniado.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria disponibilizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em um serviço centralizado;

b) reunião com grupos de interesse realizadas, na medida do possível, através de solicitação dos grupos de interesse;

c) participação do MME no Conselho do Fundo Setorial de Energia (CT-ENERG).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que, em função da relevância que as ações do PROINFA têm para o Programa, é pertinente a realização de levantamento da execução financeira das ações não-orçamentárias que o compõem.

ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da região Nordeste.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da região Nordeste

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 988.895.262,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 584.137.532,00
	Total:	**R$ 584.137.532,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 808.990.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica – MW	98.849	101.036	104.464	108.496	--	--
2. Capacidade Instalada de Transformação – MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	--	--
3. Consumo de Energia na Região Nordeste – GWh	-	47.656	48.936	52.369	- -	- -
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv - km	79.799	82.825	86.203	87.233	--	--

Obs.: Os indicadores têm abrangência nacional, salvo indicador 3 (Consumo de Energia na Região Nordeste).

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de geração está compatível com as necessidades de mercado.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de transformação está compatível com as necessidades de mercado.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE[1]

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Fonte: (1) Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento está compatível com a evolução da economia brasileira.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO (LT) INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Taxa de crescimento abaixo dos valores registrados em anos anteriores, porém para o exercício de 2008, devem ser incorporados 6.129 quilômetros (km) de linhas de transmissão, todas já outorgadas e, em sua maioria, já em implantação. O resultado de 2007 não compromete a segurança do sistema de transmissão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A região Nordeste caracteriza-se como de capacidade de geração hidrelétrica limitada aos aproveitamentos existentes na bacia do rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional. O consumo de energia da região concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais dos Estados, com elevada taxa de consumidores de baixa renda.

O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da matriz energética. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Expansão do atendimento ao Maranhão, com a ampliação das subestações Miranda II, Peritoró e Porto Franco, com a instalação de transformadores de 100 megavolt-ampère (MVA) em cada uma delas.

- Conclusão da LT Milagres - Tauá - 230 quilovolts (kV), com 208 km para atendimento elétrico da região centro-oeste do Estado do Ceará.

- Conclusão da recapacitação da LT Recife II - Joairam - 230 kV, e adequação da LT Pau Ferro - Campina Grande II - 230 kV, com 127 km.

• Ampliações realizadas em oito subestações com a instalação de transformadores e reatores, destacando-se o total implantado de 660 MVA em transformadores.

• Conclusão da construção e montagem de oito entradas de linha, sendo quatro na nova subestação Joairam e quatro na nova subestação Tauá.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas, mensalmente, sob a coordenação do Ministério Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes; realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações do Programa. O monitoramento da expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);

b) visitas *in loco* dos responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do CMSE para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação;

c) sistemas informatizados são utilizados para o acompanhamento da evolução normal das ações feito por meio de sistemas de informação, como o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e de ferramentas específicas do MME;

d) SIGPlan, utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa;

e) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados para informação gerencial e relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas foram consideradas satisfatórias, sendo o percentual médio de realização das concessionárias de 85%. Foi verificado atraso no licenciamento ambiental de alguns empreendimentos de transmissão, prejudicando o cumprimento da meta.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas. Os recursos classificados como não-orçamentários são pouco expressivos neste Programa.

Abaixo estão listadas restrições e providências adotadas:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos - o desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações por problemas legais. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços,

relacionados com o seguimento de energia elétrica, está aquecido, provocando alta de preços e/ou prazos de entrega superiores às necessidades das empresas.

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental - embora as articulações institucionais promovidas no âmbito do monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tenham gerado resultados satisfatórios.

c) inadequação e/ou inexistência de norma legal para a participação de empresas federais nos leilões promovidos pela Aneel, que encontram dificuldades normativas para incluir a correspondente ação no orçamento, dentro dos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for possível, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Na região Nordeste, as parcerias com as empresas privadas são pouco representativas no conjunto das ações. Especialmente, na transmissão, as parcerias ocorrem com maior freqüência com resultados positivos.

O setor elétrico tem proporcionado parcerias entre empresas estatais e a iniciativa privada para a execução dos projetos de expansão da geração e transmissão. Em boa parte dos projetos leiloados pela Aneel, são vencedores consórcios formados por empresas privadas e empresas do grupo Eletrobrás, tais como Furnas Centrais Elétricas, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Eletrosul Centrais Elétricas. Essas parcerias têm sido fundamentais para viabilizar a expansão do sistema elétrico brasileiro.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria que capta sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;

b) audiência pública para as ações e obras que requeiram legalmente tais audiências;

c) consulta pública para as ações e obras que requerem legalmente a realização de consultas públicas;

d) reuniões com grupos de interesse, que visam antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

e) discussão em conselho setorial por meio de reuniões com conselhos representativos dos setores de meio ambiente e planos diretores de Municípios.

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa, envolvendo todas as empresas participantes e o monitoramento das ações pelo CMSE, pode ser considerada prática com procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

O Ministério de Minas e Energia (MME) ressalta que há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando os programas. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. E, ainda, sugere a adequação dos empreendimentos que constam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o PPA 2008-2011, mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. Além disso, a ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução dos projetos do setor de energia elétrica.

O MME ainda registra que os indicadores foram substituídos, a partir do PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.

ENERGIA NA REGIÃO NORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da região Norte

EXECUÇÃO D PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 357.300.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 274.295.503,00
	Total:	**R$ 274.295.503,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.919.700.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - MW	98.849	101.036	104.464	108.496	-	-
2. Capacidade Instalada de Transformação - MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	-	-
3. Consumo de Energia na Região Norte - GWh	-	22.946	24.481	25.778	-	-
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 kV - km	79.799	82.825	86.203	87.233	-	-

Obs: os indicadores têm abrangência nacional, salvo indicador 3 (Consumo de Energia na Região Norte).

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade instalada de geração está compatível com as necessidades de mercado.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade instalada de transformação está compatível com as necessidades de mercado.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO NORTE[1]

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Fonte: [1] Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento compatível com as necessidades de expansão do mercado.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A taxa de crescimento está abaixo dos valores registrados em anos anteriores, porém, para o exercício de 2008, devem ser incorporados mais 6.129 quilômetros (km) de linhas de transmissão, todas já outorgadas e, em sua maioria, já em implantação. O resultado verificado em 2007 não compromete a segurança do sistema de transmissão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A região Norte caracteriza-se como área de grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo. A expansão da geração e transmissão na região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos sócio-ambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Expansão de sistema de transmissão no Estado do Pará associado à Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí e a conclusão da 2ª etapa da hidrelétrica.

- Ampliação das subestações Marabá, Vila do Conde, Santa Maria e seccionadora de Tucuruí, no Estado do Pará, e a ampliação das subestações São Luís II e Imperatriz, no Estado do Maranhão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas mensalmente sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Elétrica (EPE) e outros agentes convidados. No âmbito da Eletrobrás, são realizadas reuniões periódicas com as empresas do grupo responsáveis pelas ações contempladas no Programa, como é o caso da Eletronorte na região Norte. O monitoramento da expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);

b) visitas *in loco* realizadas pela Aneel, como meio da fiscalização da geração e dos serviços de eletricidade nos empreendimentos concedidos. Os resultados da avaliação são informados mensalmente ao CMSE no âmbito do MME. As ações não-orçamentárias sob responsabilidade da Eletronorte são objeto de visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão para o bom andamento das ações;

c) sistemas informatizados desenvolvidos para realizar o acompanhamento da evolução das ações por meio de sistemas de informações específicos;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) utilizado pelo MME, bem como pela Eletronorte para atualização mensal da execução física de cada uma das ações referente a este Programa;

e) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados mensalmente para acompanhamento da evolução das ações.

O índice de realização das concessionárias alcançou média de 76,8%. Destaca-se que o percentual de recursos não-orçamentários nesse Programa foi mais significativo. O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto. Os empreendedores estão realizando as obras de acordo com os cronogramas estabelecidos no edital de licitação.

No que se refere aos recursos humanos, as empresas federais, para melhor estruturação dos seus quadros de pessoal, vêm negociando com os órgãos competentes a realização de concursos públicos. Por outro lado, a promoção de treinamentos e capacitações dos novos profissionais é fundamental para atender a crescente demanda de serviços na área de energia elétrica. No âmbito do MME, o reforço das equipes ocorrerá por meio da realização de concurso público, conforme Edital nº 01, de 08 de fevereiro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Abaixo, encontram-se restrições e providências adotadas:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos que prejudicam o desempenho das ações devido ao alongamento dos prazos das licitações, gerados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços, relacionados com o seguimento de energia elétrica, está aquecido, provocando alta de preços e extensão de prazos de entrega;

b) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, por exemplo, criação de áreas de reserva ambiental e indígena nos locais de potencial hidrelétrico;

c) lentidão no processo de licenciamento ambiental que se constitui em entrave ao desenvolvimento do setor. As empresas concessionárias planejam seus orçamentos anualmente, enquanto as concessões de licenças muitas vezes alongam-se por muitos anos. Algumas indefinições têm atrasado o processo de licenciamento, entre as quais podemos citar:

- indefinições quanto à competência do órgão de licenciamento (IBAMA x órgão estadual),

- condicionantes incoerentes com a realidade dos projetos,

- atuação dos Ministérios Público Federal (MPF) e Estadual (MPE), paralisando obras,

- conflitos pela criação de reserva ambiental e indígena nos locais de empreendimentos de geração e/ou transmissão,

d) inadequação e/ou inexistência de norma legal para as empresas federais que participam dos leilões promovidos pela Aneel e, nos casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir a correspondente ação nova no orçamento e nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for possível, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo;

e) processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias que se torna demorado pelo excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra e a emissão do ato de autorização são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O setor elétrico tem proporcionado parcerias entre empresas estatais e a iniciativa privada, para a execução dos projetos de expansão da geração e transmissão. Em boa parte dos projetos leiloados pela Aneel, são vencedores consórcios formados por empresas privadas e empresas do grupo Eletrobrás, tais como Furnas Centrais Elétricas, Centrais Elétricas do Norte S/A (Eletronorte), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Eletrosul Centrais Elétricas. Essas parcerias têm sido fundamentais para viabilizar a expansão do sistema elétrico brasileiro. O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria para captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;

b) audiência pública e consulta pública realizadas para discussão das ações do Programa;

c) reunião com grupos de interesse visando antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

d) discussão em conselho setorial que permite envolver as ações em contexto com a comunidade e os executores.

O Ministério de Minas e Energia (MME) ressalta a falta de sincronia entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso). A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

O MME ainda sugere a adequação dos empreendimentos que constam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o PPA 2008-2011, mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. A ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, que constituem parte relevante do Programa, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução física e financeira dos projetos do setor de energia elétrica.

Os indicadores desse Programa foram substituídos, a partir do PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.

ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.943.892.176,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 1.237.190.883,00
	Total:	**R$ 1.237.190.883,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 5.087.602.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - MW	98.849	101.036	104.464	108.496	-	-
2. Capacidade Instalada de Transformação - MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	-	-
3. Consumo de Energia nas regiões Sudeste e Centro-Oeste - GWh	-	208.341	215.647	226.915	-	-
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv – km	79.799	82.825	86.203	87.233	-	-

Obs: os indicadores têm abrangência nacional, salvo indicador 3 (Consumo de Energia nas regiões Sudeste e Centro-Oeste)

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de geração está compatível com as necessidades de mercado.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de transformação está compatível com as necessidades de mercado.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO SUDESTE E CENTRO-OESTE[1]
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:
Fonte: [1] Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento está compatível com a evolução da economia brasileira.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A taxa de crescimento ficou abaixo dos valores registrados em anos anteriores, porém para o exercício de 2008, devem ser incorporados 6.129 quilômetros (km) de linhas de transmissão, todas já outorgadas e, em sua maioria, já em implantação. O resultado de 2007 não compromete a segurança do sistema de transmissão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Estas regiões caracterizam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial, responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto (PIB).

O Sistema Sudeste/Centro-Oeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população e o aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa região que requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção de 1.290 km de novas linhas de transmissão (LT) nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro, sendo boa parte relacionada com a complementação da interligação Norte-Sul, na região Sudeste.

• Conclusão da Usina Hidrelétrica (UHE) Capim Branco II, com 210 MW.

• Conclusão da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora - 345 kV, com 140 km, em Minas Gerais.

• Ampliação da Usina Termelétrica (UTE) Santa Cruz, com 350 MW, no Rio de Janeiro.

• Conclusão de vários reforços e ampliações do sistema de transmissão, agregando 105 MVA em capacidade de compensação de reativos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
(principais restrições e providências adotadas)

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas, mensalmente, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Elétrica (EPE), entre outros agentes, também são realizadas reuniões, sob a coordenação da Eletrobrás, com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações do Programa; uma das principais atribuições do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) é o monitoramento da expansão do sistema elétrico brasileiro.

b) visitas *in loco* feitas pelos responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do CMSE para avaliar a situação das obras e das necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação;

c) sistemas informatizados desenvolvidos para o acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa;

e) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados para informação gerencial e relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas foram cumpridas dentro das expectativas, apesar do índice de realização orçamentária das concessionárias ter sido abaixo do realizado em 2006. Isto se deve, preponderantemente, à demora na emissão dos licenciamentos ambientais, provocando o represamento das obras. O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto.

Em relação aos recursos humanos, a aplicação dos planos de demissão voluntária para empregados e aposentáveis nas empresas estatais concentrou êxodo gerencial ainda não recuperado pela formação de quadros e novas contratações. Da mesma forma que no caso da equipe gerencial, a aposentadoria e os pedidos de demissão voluntários têm desfalcado as equipes executoras em velocidade superior às contratações de novos técnicos por concurso público.

As empresas federais, para melhor estruturação dos seus quadros de pessoal, vêm negociando com os órgãos competentes a realização de concursos públicos. Por outro lado, a promoção de treinamentos e capacitações dos novos profissionais é fundamental para atender a crescente demanda de serviços na área de energia elétrica. No âmbito do MME, o reforço das equipes ocorrerá por meio da realização de concurso público, conforme Edital nº 01, de 08 de fevereiro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Abaixo estão listadas restrições e providências adotadas:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos, para o desempenho físico das ações, prejudicou os prazos das licitações por problemas legais. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços, relacionados com o seguimento de energia elétrica, está aquecido, provocando alta de preços e prazos de entrega superiores às necessidades das empresas;

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental que tem como principais motivos:

- indefinição quanto à competência do órgão de licenciamento (estadual x IBAMA),

- prazos superiores àqueles definidos legalmente, ou com exigências complexas e difíceis de cumprimento, para a fase de Licença de Instalação,

- interferência do Ministérios Públicos Federal(MPF) e Estadual (MPE) nos processos de licenciamento, trazendo ainda maior complexidade e incertezas para a execução das ações, mesmo com a Licença Prévia emitida,

- conflitos na criação de áreas de reserva ambiental e indígena nos locais dos empreendimentos de geração e transmissão quando conhecidos previamente,

c) inadequação e/ou inexistência de norma legal para que as empresas federais participem dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem

vencedoras do certame, e encontram dificuldades normativas para incluir a correspondente ação nova no orçamento e nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for possível, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo;

d) processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias que é demorado devido ao excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizador são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O setor elétrico tem proporcionado parcerias entre empresas estatais e a iniciativa privada para a execução dos projetos de geração e transmissão. Em boa parte dos leilões da Aneel, são vencedores consórcios formados por empresas privadas e empresas do grupo Eletrobrás. Essas parcerias têm sido fundamentais para viabilizar a expansão do sistema elétrico brasileiro.

O Programa possui os seguintes mecanismos para a promoção da participação social:

a) Ouvidoria destinada à captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;

b) audiência pública realizada para as ações e obras que a requerem;

c) consulta pública utilizada na fase de concepção das ações componentes do Programa, na fase de planejamento da expansão do sistema;

d) reunião com grupos de interesse que visam antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

e) discussão em conselho setorial que permite envolver as ações em contexto mais abrangente, com a participação de especialistas e representantes de outros setores. As questões relativas a este Programa são tratadas no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

O Ministério de Minas e Energia (MME) destaca que há falta de sincronia entre as etapas

de planejamento, consolidação orçamentária, contratação e execução das ações com a aprovação dos recursos (aprovação dos limites orçamentários no Congresso). Para as ações sob a responsabilidade das empresas do Grupo Eletrobrás, o processo de aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Orçamentária Anual (LOA) e de sua respectiva revisão é lento. Além disso, o processo de revisão da LOA previsto na legislação, oportunidade onde podem ser remanejados os valores entre as ações orçamentárias de modo a uma melhor e eficaz utilização do orçamento previsto, torna-se inócuo, pois sua aprovação somente ocorre no final do exercício, quando já não há possibilidade concreta de gastos, comprometendo a execução orçamentária e o cronograma das obras.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) também sugere a adequação dos empreendimentos que constam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o PPA 2008-2011, mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. A ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, que se constituem parte relevante do Programa, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução física e financeira dos projetos do setor de energia elétrica.

Os indicadores desse Programa foram substituídos, no PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de LT com tensão igual ou superior a 230 kV.

ENERGIA NA REGIÃO SUL

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da região Sul

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.112.341.398,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 482.447.251,00
	Total:	**R$ 482.447.251,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 2.641.066.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica – MW	98.849	101.036	104.464	108.496	--	--
2. Capacidade Instalada de Transformação – MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	--	--
3. Consumo de Energia na Região Sul – GWh	-	57.693	61.079	64.336	- -	- -
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 kV – km	79.799	82.825	86.203	87.233	--	--

Obs.: os indicadores têm abrangência nacional, salvo o indicador 3 (Consumo de Energia na Região Sul)

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de geração está compatível com as necessidades de mercado.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de geração está compatível com as necessidades de mercado.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:
Fonte: (1) Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento está compatível com a evolução da economia brasileira.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO (LT) INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A taxa de crescimento está abaixo dos valores registrados em anos anteriores, porém para o exercício de 2008, devem ser incorporados 6.129 quilômetros (km) de linhas de transmissão, todas já outorgadas e, em sua maioria, já em implantação. O resultado de 2007 não compromete a segurança do sistema de transmissão.

Os indicadores de avaliação foram substituídos em 2006, não sendo possível a utilização para a avaliação aqui proposta. Entretanto, os aspectos capacidade instalada de geração, capacidade instalada de transformação e linhas de transmissão, estão compatíveis com as necessidades de consumo de energia elétrica apontadas pelos órgãos de planejamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A região Sul caracteriza-se como área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar papel de exportadora para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional. Esta região caracteriza-se, também, como pólo de desenvolvimento industrial, com elevado potencial de consumo.

O subsistema elétrico Sul convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na matriz energética, em face da elevada reserva carbonífera existente e as obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas

interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável melhorando a qualidade de vida da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Concluída a construção e montagem das linhas de transmissão: LT Barra Grande-Lages - Rio do Sul e LT Machadinho - Campos Novos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas mensalmente sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes e, também, reuniões, sob a coordenação da Eletrobrás, com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa. O monitoramento das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);

b) visitas *in loco* realizadas pelos responsáveis pelo acompanhamento das ações, no âmbito executivo do CMSE para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação;

c) sistemas informatizados desenvolvidos para o acompanhamento da evolução normal das ações, tais como o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), e ferramentas específicas do MME;

d) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados para informação gerencial de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas foram consideradas satisfatórias, o percentual médio de realização das concessionárias foi de 85% atendendo as expectativas. Foi verificado atraso no licenciamento ambiental de alguns empreendimentos de transmissão, prejudicando parcialmente o cumprimento da meta. O percentual de recursos não-orçamentários na região Sul é bastante significativo neste Programa. Existe significativo número de empreendimentos da iniciativa privada e que estão sendo realizados de acordo com os cronogramas de planejamento estabelecidos.

Para empreendimentos de geração com origem orçamentária existe carência de recursos humanos motivado pela saída de profissionais para a iniciativa privada ou devido a aposentadorias. Os recursos humanos contratados recentemente apresentam pouca experiência profissional e baixa motivação devido a outros concursos públicos que oferecem

melhor remuneração financeira. Quanto aos empreendimentos de geração da iniciativa privada não há, a princípio, indicativos de falta de mão-de-obra.

As empresas federais, para melhor estruturação dos seus quadros de pessoal, vêm negociando com os órgãos competentes a realização de concursos públicos. Por outro lado, a promoção de treinamentos e capacitações dos novos profissionais é fundamental para atender a crescente demanda de serviços na área de energia elétrica. No âmbito do MME, o reforço das equipes ocorrerá por meio da realização de concurso público, conforme Edital nº 01, de 08 de fevereiro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Abaixo estão listadas restrições e providências:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos, em que o desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações por problemas legais inerentes ao próprio processo. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços, relacionados com o seguimento de energia elétrica, está aquecido, provocando alta de preços e/ou prazos de entrega superiores às necessidades das empresas;

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental para as ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, persistem problemas que atrasam a emissão destas licenças dentre outros se destacam as indefinições quanto à competência do órgão responsável pelo licenciamento (estadual x IBAMA), as condicionantes e/ou exigências de medidas mitigadoras incoerentes com a realidade dos projetos, exigindo dos empreendedores constantes justificativas técnicas para superação dos óbices, a atuação firme dos Ministérios Público Federal (MPF) e Estadual (MPE) nos processos de licenciamento, e a criação de áreas de reserva ambiental e indígena nos locais dos empreendimentos de geração e transmissão;

c) inadequação e/ou inexistência de norma legal – as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

De uma maneira geral, o setor elétrico tem proporcionado parcerias entre empresas estatais e a iniciativa privada, para a execução dos projetos de expansão da geração e transmissão. Em boa parte dos projetos leiloados pela Aneel, são vencedores consórcios formados por empresas privadas e empresas do grupo Eletrobrás, tais como Furnas Centrais Elétricas,

Centrais Elétricas do Norte S/A (Eletronorte), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Eletrosul Centrais Elétricas. Essas parcerias têm sido fundamentais para viabilizar a expansão do sistema elétrico brasileiro.

O Programa possui os seguintes mecanismos para a promoção da participação social:

a) Ouvidoria, serviço mantido pelas empresas para interagirem com os consumidores;

b) audiência pública para as ações e obras que requerem legalmente a realização de audiências públicas;

c) consulta pública para as ações e obras que requerem legalmente a realização de consultas públicas;

d) reunião com grupos de interesse visando antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Estas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

e) discussão em conselho setorial, com conselhos representativos dos setores de meio ambiente e planos diretores de Municípios.

O Ministério de Minas e Energia (MME) registra que há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações – programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O MME ainda sugere a adequação dos empreendimentos que constam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o PPA 2008-2011, mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. A ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, que constituem parte relevante do Programa, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução física e financeira dos projetos do setor de energia elétrica.

Os indicadores desse Programa foram substituídos, a partir do PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.

ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 696.776.034,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 304.728.749,00
	Total:	**R$ 304.728.749,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.069.900.000,00	R$ - -	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - MW	98.849	101.036	104.464	108.496	-	-
2. Capacidade Instalada de Transformação - MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	-	-
3. Consumo de Energia nos Sistemas Isolados - GWh	-	7.184	7.387	7.836	-	-
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 kV - km	79.799	82.825	86.203	87.233	-	-

Obs: os indicadores têm abrangência nacional, salvo o indicador 3 (Consumo de Energia nos Sistemas Isolados).

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil cresceu 3,9% no ano de 2007. Foram acrescentados 4.031MW de potência ao sistema elétrico brasileiro, totalizando 108.495MW, de acordo com os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 31.12.2007.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A capacidade instalada de transformação no Brasil cresceu 6,6% no ano de 2007. Foram acrescentados 5.958 MVA de potência nas subestações, totalizando 96.034 MVA, conforme os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 31.12.2007.

3. CONSUMO DE ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS – BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:
Fonte: [1] Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento está compatível com a evolução da economia brasileira.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O sistema de transmissão brasileiro cresceu 1,2% no ano de 2007. Foram acrescentados 1.027 quilômetros (km) de linhas de transmissão (LT), totalizando 87.233 km, conforme dados do MME em 31.12.2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas isolados caracterizam-se pela insuficiência de oferta de energia e pela baixa qualidade no atendimento das necessidades de energia elétrica. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados, Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Amapá ao Sistema Interligado Nacional. Nas pequenas comunidades, o parque gerador é composto de unidades dieselétricas, com atendimento parcial, elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente, em períodos de águas baixas. O perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda, cultura e hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em relação à geração de energia tem-se:

a) realização do leilão de energia da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio. Esse fato marcante só foi possível após a emissão da Licença Prévia pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), possibilitando que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) promovesse o leilão;

b) desenvolvimento dos estudos finais da UHE Jirau para a realização do leilão de energia e do empreendimento até abril de 2008;

c) instalação de 81 novos grupos geradores em termelétricas no interior do Estado do Amazonas, ampliando e melhorando a produção de energia elétrica naquele Estado;

d) continuidade das obras da UHE Rondon - 73 MW, no Estado de Rondônia, ampliando a oferta de energia para atender o crescimento do mercado local.

- Em relação à transmissão de energia tem-se:

a) início das obras de interligação dos Estados do Acre e Rondônia ao sistema interligado nacional. Essa importante ação proporcionará melhoria na qualidade do atendimento àquelas regiões, além de reduzir os custos com derivados de petróleo para geração de energia elétrica;

b) desenvolvimento de estudos para preparação do leilão da interligação Tucuruí-Manaus - Macapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN), previsto para o ano de 2008;

c) continuidade das obras da LT Rio Branco (AC)-Epitaciolândia, interligando o interior do Estado do Acre com o sistema Acre-Rondônia;

d) continuidade das obras de transmissão que deverão interligar o sistema de transmissão associado à UHE Samuel às localidades de Pimenta Bueno e Vilhena, no centro-sul do Estado de Rondônia.

- Em relação à distribuição de energia tem-se:

a) ampliação das obras das redes de distribuição das empresas federalizadas, proporcionando regularização de consumidores clandestinos, com destaque para empresas do Estado do Amazonas. Foram regularizados cerca de 46 mil consumidores em todos os Estados;

b) redução das perdas da Boa Vista Energia, no Estado de Roraima, de 22,9% em 2006, para 18,3% em 2007. Para as demais empresas foram mantidos os índices e, em parte, registrados valores superiores aos índices de perdas do ano de 2006.

O índice de atendimento para essa região é um dos menores do Brasil. Apesar da realização de importantes ações e projetos em 2007, ainda há necessidade de novos investimentos para cobrir esse *deficit* de atendimento e melhorar a qualidade do fornecimento de energia para a região. Durante o ano de 2007, não houve evolução dos principais indicadores setoriais, como Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC), Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) e perdas. As obras de interligação dos sistemas isolados com o SIN devem melhorar os índices de confiabilidade e qualidade de atendimento à região.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas, mensalmente, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Aneel, ONS, EPE, entre outros agentes. São realizadas também reuniões, sob a coordenação da Eletrobrás, com as empresas federais responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa. O monitoramento das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);

b) visitas *in loco* realizadas pelos responsáveis pelo acompanhamento das ações, no âmbito executivo do CMSE para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação;

c) sistemas informatizados usados para acompanhar a evolução das ações, tais como o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), e outras ferramentas específicas do MME;

d) SIGPlan que é utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa;

e) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados para informação gerencial e relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

A execução física esteve entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo, e, para algumas empresas, por contingenciamentos orçamentários e pelas intempestividades dos créditos suplementares.

Embora os recursos orçamentários tenham sido suficientes, para a maioria das empresas, a execução orçamentária ficou abaixo das dotações orçamentárias autorizadas na LOA 2007 e suas alterações. As justificativas são a demora para conclusão dos processos licitatórios e a aprovação dos créditos suplementares em período não-apropriado. Além disto, o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

O Programa tem apenas cinco ações com recursos não-orçamentários, com destaque para as usinas hidrelétricas do rio Madeira. Na fase atual, esses empreendimentos ainda não utilizam recursos financeiros em volume que possam impactar o Programa.

A região possui características peculiares com grandes dificuldades de deslocamentos e acesso a determinadas localidades. Deste modo, há problemas de logística para compra e distribuição dos recursos materiais necessários para a execução das ações. Os recursos materiais são insuficientes e a infra-estrutura inadequada nas equipes executoras agrava esta situação. O quantitativo existente nas equipes executoras não é suficiente para a

execução das ações principalmente para aquelas voltadas para as atividades de ampliação e manutenção de redes de distribuição. Atualmente, pela simultaneidade de ações com outros programas relevantes do PPA (Luz para Todos), os recursos humanos são compartilhados, prejudicando, fortemente, o desempenho do Programa.

A força de trabalho, formada por equipe própria e terceirizada, necessita de treinamento técnico para melhorar o desempenho das ações, principalmente na área de distribuição. As distribuidoras federais, para melhor estruturação dos seus quadros de pessoal, vêm negociando com os órgãos competentes a realização de concursos públicos. Por outro lado, a promoção de treinamentos e capacitações dos novos profissionais é fundamental para atender a crescente demanda de serviços na área de energia elétrica. No âmbito do MME, o reforço das equipes ocorrerá por meio da realização de concurso público, conforme Edital nº 01, de 08 de fevereiro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Abaixo estão restrições e providências adotadas:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos em que o desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações por problemas legais inerentes ao próprio processo. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços relacionados com o seguimento de energia elétrica está aquecido, provocando alta de preços e/ou prazos de entrega superiores às necessidades das empresas;

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental – para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observada lentidão nas autorizações das licenças. Podemos destacar o processo de licenciamento da UHE Santo Antonio do complexo rio Madeira, cuja licença prévia só foi emitida em 10.12.2007;

c) inadequação e/ou inexistência de norma legal sendo que as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

Em relação aos processos licitatórios, o Governo está trabalhando na edição de uma lei específica, que vai aperfeiçoar os mecanismos legais da Lei nº 8.666, de 21de junho de 1993. Quanto aos atrasos nos licenciamentos ambientais, as articulações institucionais promovidas no âmbito do monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm gerado resultados satisfatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria, serviço mantido pelas empresas para interagirem com os consumidores;

b) audiência pública quando for requerida legalmente para a execução de ações/obras;

c) consulta pública quando for requerida legalmente para a realização de ações/obras;

d) reunião com grupos de interesse visa antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

e) discussão em conselho setorial, com conselhos representativos dos setores de meio ambiente e com os responsáveis pelos planos diretores dos Municípios envolvidos.

Quanto à avaliação da satisfação de seus beneficiários, não foi realizada pesquisa direta de satisfação do beneficiário do Programa. A avaliação é promovida de forma indireta pela Aneel e Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE). Os resultados estão disponíveis nos sítios das respectivas instituições.

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa, envolvendo todas as empresas participantes, e o monitoramento das ações, realizado pelo CMSE, podem ser considerados práticos ou procedimentos adequados de avaliação periódica.

O Ministério de Minas e Energia (MME) registra que há falta de sincronia entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações e programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ainda sugere a adequação dos empreendimentos que constam no PAC com o PPA 2008-2011 mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. A ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, que embora não constitua parte relevante do Programa, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução física e financeira dos projetos do setor de energia elétrica.

Os indicadores desse Programa foram substituídos, a partir do PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.

GEOLOGIA DO BRASIL

GERENTE DO PROGRAMA

Agamenon Sérgio Lucas Dantas

OBJETIVO

Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para subsidiar o planejamento do uso do solo e do subsolo e induzir o aumento dos investimentos no setor mineral.

PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 254.084.469,00	Empenho Liquidado:	R$ 204.597.753,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 204.597.753,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Percentual da Área Territorial Nacional Coberta por Levantamento Geológico na Escala 1:250.000 - Porcentagem	-	-	15,26	19.91	22.89	86,98%
2. Percentual da Área Territorial Nacional Coberta por Levantamento Geológico na Escala 1:100.00 - Porcentagem	-	-	5,73	8.02	8.52	94,13%

1. PERCENTUAL DA ÁREA TERRITORIAL NACIONAL COBERTA POR LEVANTAMENTO GEOLÓGICO NA ESCALA 1:250.000

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A meta inicialmente prevista para atingir a cobertura de 22,89% do Território Nacional em 2007 por levantamento geológico na escala 1:250.000 foi redimensionada em função do índice estabelecido em 2006. Com os novos critérios técnicos adotados para considerar a área realmente mapeada nessa escala, o índice para 2006 ficou estabelecido em 15,26% do Território Nacional. Assim, com a produção do exercício de 2007 de mapeamentos correspondentes a 4,65% do Território Nacional, o índice para o final do PPA alcançou 19,91% de cobertura cartográfica na escala 1:250.000.

2. PERCENTUAL DA ÁREA TERRITORIAL NACIONAL COBERTA POR LEVANTAMENTO GEOLÓGICO NA ESCALA 1:100.00

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A meta inicialmente prevista para atingir a cobertura de 8,52% do Território Nacional em 2007 por levantamento geológico na escala 1:100.000 foi redimensionada em função índice estabelecido em 2006. Com os novos critérios técnicos adotados para considerar a área realmente mapeada nessa escala, o índice para 2006 ficou estabelecido em 5,73% do Território Nacional. Assim, com a produção do exercício de 2007 de mapeamento de área correspondente a 2,29% do Território Nacional, o índice para o final do PPA alcançou 8,02% de cobertura cartográfica na escala 1:100.000.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A descontinuidade dos programas de levantamentos geológicos básicos do Território Nacional tem comprometido a atração de investimentos para a descoberta de novos depósitos minerais, bem como a geração de informações básicas para o planejamento territorial. Por outro lado, a carência de estudos hidrogeológicos sistemáticos é fator limitante à planificação e à gestão do uso, conservação e preservação dos recursos hidrominerais. Existem equipes capacitadas em instituições no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME) para retomar a execução dessas funções. Para tanto, é necessário reafirmar o papel do Estado como gerador do conhecimento geológico por meio da consolidação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), conforme previsto na Constituição Federal (Art. 21, inciso XV e Art. 22, inciso XVIII) e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Mapeamento geológico de 22 folhas na escala de 1:250.000, perfazendo 396 mil quilômetros quadrados (km²), equivalentes a 4,65% do Território Nacional.

- Mapeamento geológico de 65 folhas na escala de 1:100.000, perfazendo 195 mil km², equivalentes a 2,29% do Território Nacional.

- Edição final e disponibilização, em dezembro de 2007, de 19 folhas na escala 1:100.000, executadas em parceria com as Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade de Brasília (UnB).

- Conclusão do Sistema de Informação Geográfica (SIG) geológico do Estado de Rondônia, bem como foi dada continuidade à execução dos SIGs dos Estados do Pará e Goiás.

- Desenvolvimento de nove projetos aerogeofísicos, dos quais seis foram concluídos no exercício, perfazendo uma área total de cobertura magnetométrica e gamaespectométrica de 376.732 km², correspondentes a 4,4% do Território Nacional.

• Desenvolvimento de 10 projetos visando pesquisar e caracterizar as ocorrências e depósitos minerais em áreas de reconhecido potencial mineral, visando contribuir como suporte de políticas habitacionais, agrícolas e fomento à produção de bens minerais industriais.

• Perfuração e instalação de 111 poços, totalizando 11.625 metros perfurados, o que possibilitou o abastecimento de 70 assentamentos, atendendo 3.600 famílias em 32 Municípios e a disponibilização de 882 mil litros por hora de água potável, suficientes para abastecimento de 100 mil pessoas.

• Constituição de 40 mil dados de poços e cadastramento de 17 mil poços.

• Conclusão do Mapa de Domínios/Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil.

• Operação de 2.774 estações hidrometeorológicas e realização de 62.525 medições hidrológicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Há, no âmbito da gerência, mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. A partir de relatórios mensais de avanço dos projetos desdobrados na programação interna para execução das ações finalísticas e de registros no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) efetuados pelos coordenadores de ação. Como, para cada ação finalística, há o desdobramento em várias etapas, neste momento, visando o melhor monitoramento da execução do PPA 2008-2011, estamos desenvolvendo sistema de informações gerenciais mais detalhado, cuja implantação está prevista para o exercício de 2008.

A execução física ficou na faixa de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA 2007). Grande parte das liberações de recursos foi extemporânea, obrigando à inscrição de volumes significativos em restos a pagar. Ainda assim, mesmo que o fluxo tenha sofrido descontinuidade, esse fato não comprometeu decisivamente a execução programada. Parte da execução física ficou prejudicada, mas não comprometida, pelas dificuldades decorrentes de não se contar com um fluxo de recursos compatível com as necessidades de contratação dos serviços especializados em geologia e aerogeofísica. Os trabalhos de campo devem ser programados em períodos específicos para cada região, dependendo, principalmente, dos períodos não-chuvosos. No caso da aerogeofísica, principalmente, na região amazônica, pela imposição de condições meteorológicas favoráveis à realização dos vôos para aquisição dos dados com janelas climáticas diferenciadas, a regularidade na liberação dos recursos é extremamente importante, podendo, em casos extremos, inviabilizar toda a programação.

O elevado percentual de participação da Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP), nos valores totais liquidados, deve-se, principalmente, à apropriação nesta Ação das despesas totais com pessoal, independentemente, do fato de que grande parte dessas despesas deveria estar alocada nas ações finalísticas específicas. A empresa está

desenvolvendo um novo sistema de planejamento e de apropriação de custos que deverá permitir, ainda no exercício de 2008, a alocação e posterior apropriação das despesas diretas com pessoal às ações finalísticas. A próxima proposta orçamentária, para o exercício de 2009, já deverá ser apresentada dentro do novo modelo.

Faltam investimentos nas ações de suporte aos levantamentos, principalmente, em infra-estrutura laboratorial para as análises geoquímicas e de tecnologia da informação, de forma a permitir a difusão das informações geológicas geradas pelos levantamentos. Novos recursos são demandados, em especial para a recuperação e montagem de laboratórios regionais que constituem a Rede de Laboratórios de Análises Minerais (LAMIN), de forma a dar maior agilidade e sustentação aos programas de cartografia geológica e hidrogeológica do Brasil, e apoiar estudos relacionados à qualidade dos nossos recursos hídricos e à proteção ambiental. A Gestão da Informação Geológica na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é atividade importante e transversal a todas as outras e necessita de firme e continuado aporte de recursos financeiros, assim como de recursos humanos devidamente capacitados, para atender às demandas da sociedade por informações de maneira ágil e amigável. Ou seja, permitir que um usuário, rapidamente, saiba quais informações existem, onde encontrá-las e de que forma obtê-las.

Apesar dos recentes concursos realizados, a falta de um Plano de Cargos e Carreiras com salários adequados tem dificultado a retenção dos novos empregados do quadro técnico.

Há conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo. A grande dispersão de atribuições e recursos entre instituições governamentais, notadamente na área de recursos hídricos, tem prejudicado a execução dos projetos nessa área.

A experiência de anos recentes das parcerias implementadas com as universidades, para a execução de mapeamento geológico, e com alguns Estados, para a execução de levantamentos aerogeofísicos, tem sido extremamente positiva e tem agilizado os levantamentos e aumentado a capacidade operacional nessas áreas. As ações são executadas em conjunto, levando a permanente interação técnica e gerencial entre as equipes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, nem possui mecanismos que promovem a participação social. Tem por finalidade desenvolver estudos e pesquisas altamente especializados sobre o solo e o subsolo, o que restringe o público capaz de opinar sobre suas ações no meio científico e no empresarial, diretamente relacionados às ciências da terra e aos empreendimentos do setor mineral.

O Programa também não avalia a satisfação de seus beneficiários. Com poucas exceções, os benefícios são indiretos, gerados a partir da aplicação dos conhecimentos em atividades econômicas como a prospecção e a pesquisa mineral ou do planejamento territorial, dificultando a identificação dos beneficiários finais. Aqui se faz uma distinção entre público-alvo, que em

grande parte é constituído por empreendedores, cientistas e organizações públicas e privadas, e os beneficiários finais, aqueles que se beneficiarão, por exemplo, dos empregos e rendas gerados pela atividade de mineração que poderá ser induzida.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) registra a necessidade de incremento nos investimentos em infra-estrutura para atividades de suporte aos levantamentos, especialmente, os voltados para laboratórios, tecnologia da informação e gestão de informação. Não obstante o caráter altamente especializado das atividades, recomenda-se ampliar o espectro dos participantes nos mecanismos de participação social, incluindo, também, segmentos diretamente interessados nos produtos do Programa, em especial participantes de Arranjos Produtivos Locais, na dimensão territorial. E ainda ressalta a importância da gestão estratégica no sentido de:

a) efetivar o papel do Serviço Geológico Brasileiro como o órgão de Estado responsável pela geração do conhecimento geológico;

b) sensibilizar tomadores de decisão da importância do conhecimento geológico, buscando viabilizar alocação de recursos e fluxo compatíveis com as necessidades das ações do Programa.

O MP enfatiza que o Programa e a atividade da CPRM têm como foco principal a pesquisa básica e o conhecimento geológico. Este, por sua vez, tem poder catalisador para os investimentos no setor mineral, tendo em vista que os novos investimentos em mineração são baseados na existência desse conhecimento. Dessa forma, a descontinuidade dos levantamentos geológicos, aerogeofísicos e hidrogeológicos, que constituem o núcleo deste Programa, comprometem a atração de investimentos voltados para a descoberta de novos depósitos minerais, assim, limitam o planejamento, a gestão e o uso racional dos recursos hidrominerais.

O MP ainda ressalta que o Programa enfrentou dificuldades com o fluxo de recursos devido ao contingenciamento, que afetou suas ações finalísticas.

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

GERENTE DO PROGRAMA

Mario José Moreira Gaia

OBJETIVO

Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de produtos petroquímicos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 42.857.931,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 12.405.187,00
	Total:	**R$ 12.405.187,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 559.375.000,00	R$ 188.160.000,00	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação na Capacidade Instalada de Polietilenos Porcentagem	-	7,00	20,80	24,83	24,77	100,24%

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA CAPACIDADE INSTALADA DE POLIETILENOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 (24,83) superou a meta prevista ao final do PPA. Este fato decorreu da operação da Riopol (Pólo Gás-Químico do Rio de Janeiro) e da reestruturação das empresas do setor petroquímico ocorrida em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda por produtos petroquímicos cresce acentuadamente. Dessa forma, a não-implementação de ações que busquem aumentar a oferta nacional ocasionará a importação desses produtos, resultando na saída de divisas e prejudicando o equilíbrio da balança comercial brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção da infra-estrutura operacional do parque petroquímico de Triunfo (RS): os valores realizados ocorreram conforme sua previsão e foram aplicados considerando os serviços de elétrica, mecânica e construção civil, com finalidade de reduzir os custos operacionais e/ou aumentar a produtividade da planta operacional, além de manutenção e modernização da infra-estrutura da companhia, objetivando suporte para toda essa estrutura.

• Petroquímica Paulínia S.A. (PPSA), resultado de associação entre as empresas Braskem e Petroquisa, está com suas obras em fase de conclusão e entrará em operação em 2008, com capacidade de produção anual de 300 mil toneladas (t) de polipropileno, com propeno fornecido pelas Refinarias de Paulínia (Replan) e Henrique Lage (Revap).

• Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape): o projeto básico e a compra dos principais equipamentos estão sendo finalizados. A unidade produzirá ácido tereftálico purificado (PTA) e começará a operar em 2009, com capacidade anual de 640 mil toneladas.

• A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) fortaleceu sua presença na área petroquímica, segmento estratégico, por contribuir para a diversificação do *portfolio* de produtos e valorizar o petróleo e o gás natural.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos financeiros foram liberados de forma compatível com a programação ao longo do exercício, resultando na execução da programação física conforme previsto. O monitoramento do Programa é realizado por meio de acompanhamento do desempenho físico e financeiro das ações e validado trimestralmente.

A cadeia petroquímica compreende três segmentos principais: empresas de primeira geração, produtoras de petroquímicos básicos (matéria-prima); empresas de segunda geração, destinadas à produção de resinas e intermediários; e empresas de terceira geração, responsáveis pela transformação de resinas em produtos, destinados à produção de bens de consumo, embalagens, componentes etc. O setor é complexo e dinâmico, intensivo em capital e mão-de-obra.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A implementação do Programa está fundamentada na formação de parcerias e alianças com outros grupos empresariais, nacionais e/ou internacionais, e empresas detentoras de tecnologia. A companhia busca expandir a atuação no Brasil e nos países do Cone Sul, associando-se a parceiros estratégicos na produção de insumos básicos e de resinas termoplásticas. Com isso, a empresa diversifica seu *portfolio* e promove competências e sinergias com as outras operações do Sistema Petrobras.

LUZ PARA TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado.

PÚBLICO-ALVO

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 417.638.299,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.722.120,00
	Pago Estatais:	R$ 224.829.013,00
	Total:	**R$ 241.551.133,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 840.000.000,00	R$ 1.738.349.589,02	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural - Nacional – Porcentagem	-	79.00	85.00	70.00	93.90	74,55%
2. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Centro-Oeste – Porcentagem	-	88.00	90.00	71.00	94.10	75,45%
3. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Nordeste – Porcentagem	-	73.00	81.00	60.00	91.40	65,65%
4. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Norte – Porcentagem	-	47.00	59.00	49.00	80.20	61,10%
5. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Sudeste – Porcentagem	-	94.00	97.00	121.00	100.00	121%
6. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Sul – Porcentagem	-	93.00	98.00	260.00	100.00	260%
7. Número de Domicílios Atendidos - Região Sul - Unidade	-	-	-	33.743.00	13.519.00	249,60%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
8. Número de Domicílios Atendidos - Nacional - Unidade	-	-	-	397.877.00	571.147.00	69,66%
9. Número de Domícilios Atendidos - Região Centro-Oeste – Unidade	-	-	-	25.956.00	36.154.00	71,79%
10. Número de Domicílios Atendidos - Região Nordeste - Unidade	-	-	-	201.141.00	314.739.00	63,91%
11. Número de Domicílios Atendidos - Região Norte - Unidade	-	-	-	77.220.00	157.368.00	49,07%
12. Número de Domicílios Atendidos - Região Sudeste - Unidade	-	-	-	59.817.00	49.368.00	121,17%

Nota: Observa-se que índices superiores a 100% significam a superação da meta prevista, mas não necessariamente que a universalização tenha sido alcançada.

1. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL - NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de ligações realizadas no exercício de 2007 ficou abaixo da expectativa em relação à meta estabelecida para o ano em virtude do baixo desempenho verificado em alguns Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

2. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual apresentado não correspondeu às expectativas para 2007 tendo em vista o baixo desempenho apresentado no Estado de Goiás.

3. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o Estado de Alagoas tenha superado o percentual de realização, o índice para a região se apresentou abaixo da expectativa tendo em vista o baixo desempenho apresentado nos Estados do Piauí e Maranhão.

4. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o Estado do Acre tenha superado o percentual de realização, o índice para a região se apresentou abaixo da expectativa tendo em vista o baixo desempenho apresentado nos Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá.

5. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de domicílios atendidos superou a previsão tendo em vista os seguintes fatores:

a) equívoco no levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em que se baseou o Programa;

b) crescimento vegetativo;

c) retorno do homem ao campo, já que a chegada da energia propiciou novas expectativas de melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e renda.

6. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A região superou a meta estabelecida em virtude das demandas apresentadas que não foram previstas inicialmente.

7. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de domicílios atendidos superou a previsão tendo em vista os seguintes fatores:

a) erro no levantamento do IBGE em que se baseou o Programa;

b) crescimento vegetativo;

c) retorno do homem ao campo, já que a chegada da energia propiciou novas expectativas de melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e renda.

8. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS – NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de ligações realizadas no exercício de 2007 ficou abaixo da expectativa em relação à meta estabelecida em virtude do baixo desempenho verificado em alguns Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

9. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO CENTRO-OESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de domicílios atendidos não atingiu as expectativas estabelecidas para 2007 em virtude do baixo desempenho apresentado no Estado de Goiás.

10. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de ligações não atingiu a meta estabelecida para o exercício de 2007 em virtude do baixo desempenho apresentado nos Estados do Piauí e Maranhão.

11. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de ligações não atingiu a meta estabelecida para o exercício 2007 em virtude do baixo desempenho apresentado nos Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá.

12. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO SUDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de domicílios atendidos superou a previsão para 2007 tendo em vista os seguintes fatores:

a) equívoco no levantamento do IBGE em que se baseou o Programa;

b) crescimento vegetativo;

c) retorno do homem ao campo, já que a chegada da energia propiciou novas expectativas de melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e renda.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No início do Programa Luz para Todos, estimava-se que existissem no Brasil 2,5 milhões de domicílios sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade.

A recente regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que define metas de universalização para cada Município do País, estabelece como limite nacional para

o completo atendimento o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação de serviço definem, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, dada sua localização mais adversa e baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente seria contemplada somente no final do prazo limite estipulado pela Aneel. O Programa Luz para Todos pretende antecipar estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural. O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais não-atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas. Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania além de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram assinados 31 contratos entre o Governo Federal, por meio de sua companhia, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), e os agentes executores para a realização de obras de eletrificação rural, totalizando 177 contratos desde 2004. Esses contratos possibilitaram o atendimento de 1.435.935 domicílios até 2007, sendo 397.877 somente nesse ano, e beneficiando 7.179.675 pessoas, gerando 215.000 novos empregos diretos e indiretos.

• O percentual atingido em 2007 foi inferior às expectativas em função do baixo desempenho verificado em alguns Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Inadimplência das concessionárias, atraso nas licitações e obras e fatores climáticos estão entre as principais causas deste baixo desempenho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento para o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho mensalmente realizadas com os Comitês Gestores Estaduais, para priorizar os atendimentos, os coordenadores regionais e a diretoria do Programa para avaliação de desempenho;

b) visitas *in loco* realizadas periodicamente pelos coordenadores regionais nos Estados para avaliação de desempenho;

c) sistemas informatizados em tempo real foram implantados para acompanhamento e gestão de dados físicos, financeiros, demandas, pesquisa e contratos;

d) relatórios de gestão e acompanhamento, em tempo real, de acordo com as necessidades, disponibilizado pelo sistema de informações implantado.

O percentual de execução física atingido no exercício de 2007 foi inferior às

expectativas em função do baixo desempenho verificado em alguns Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto. Mais de 70% do Programa Luz para Todos é executado com recursos não-orçamentários provenientes de Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR), recolhidos à Eletrobrás que gerencia os recursos e os utiliza para a viabilização do Programa.

A programação, para o exercício de 2007, foi restringida para adequação à previsão orçamentária disponibilizada. Com isso, algumas atividades não foram executadas. Nota-se, contudo, que os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

O Ministério de Minas e Energia (MME) não dispõe de quadro de pessoal efetivo em quantidade e com qualificação adequada.

O MME descentralizou recursos para o Comando Militar da Amazônia (CMA), com a finalidade de implementar projeto de revitalização e ampliação da Central Geradora Hidrelétrica instalada em Pari-Cachoeira (AM) para assegurar o atendimento de energia elétrica dos pelotões especiais de fronteira, comunidades indígenas e demais comunidades do entorno. O CMA vem cumprindo as etapas do projeto, conforme estipulado no plano de trabalho que foi iniciado em 2007, e será concluído em 2008. Descentralizou recursos também para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com a finalidade de implantar Centros Comunitários de Produção (sistemas de resfriamento de leite, entre outros) em comunidades atendidas pelo Programa Luz para Todos e participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite), contribuindo no combate à pobreza e à fome, utilizando a energia elétrica como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades beneficiadas. O MDS está cumprindo as metas estabelecidas no plano de trabalho, que foi iniciado em 2007 e será concluído em 2008.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos para a promoção da participação social:

a) Ouvidoria do MME que recebe e trata as reivindicações;

b) audiência pública realizada nos Estados, coordenadas pelo Comitê Gestor Estadual com a participação de representantes da população interessada;

c) reunião com grupos de interesse, em cada Estado há um Comitê Gestor Estadual formado por nove membros, incluindo representantes do MME, do Governo Estadual, dos Prefeitos, dos agentes executores e, dependendo da realidade de cada Estado, de instituições que representem a sociedade. Entre as atribuições deste Comitê está a priorização das obras no Estado.

O MME vem dando continuidade ao trabalho de pesquisa e avaliação do Programa realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no período de maio e

junho de 2006. Naquela oportunidade, a pesquisa apontou indicadores satisfatórios, tais como: oportunidade de trabalho que apresentou melhoria de 64%; oportunidade de estudo que apresentou melhoria de 67,5%; saúde que apresentou melhoria de 72,6%; satisfação com a implantação do Programa que foi de 96,7%.

Este trabalho de avaliação vem sendo continuado pelo MME, auxiliado pelos coordenadores estaduais e agentes do Programa, com base na metodologia utilizada pelo Ipea. No momento, a pesquisa encontra-se em fase final de análise dos dados relativos ao ano de 2007, coletados em todos os Estados, com exceção do Amapá e Distrito Federal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta a necessidade que a gerência valide o programa e as ações. Esta ausência de validação tem impossibilitado o monitoramento do Programa em função da carência de informações, bem como o seu adequado acompanhamento pelos órgãos de controle.

MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

Miguel Antonio Cedraz Nery

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento racional, seguro e ambientalmente sustentável da produção mineral.

PÚBLICO-ALVO

Mineradoras, investidores, instituições governamentais e não-governamentais e comunidades direta ou indiretamente relacionadas às atividades de minerais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 106.261.891,00	Empenho Liquidado:	R$ 98.894.611,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 98.894.611,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEMDE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Porcentagem	-	-	-	16.80	-	-
2. Número-Índice da Produção Mineral - Índice numérico	-	119.20	188.72	221.14	131.08	168,71%
3. Número-Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral - Índice numérico	-	104.04	106.97	112.96	106.14	106,43%
4. Taxa de Regularidade Fiscal de Empreendimentos do Setor Mineral - Porcentagem	-	-	-	94.40	-	-

1. ÍNDICE COMPARATIVO DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL E ARRECADAÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A arrecadação da CFEM durante o PPA 2004-2007 superou em 16,8% o crescimento do valor da produção mineral no mesmo período. Isso foi possível com a implantação do

sistema de arrecadação proveniente da modernização tecnológica e da gestão da instituição, com a implantação de mecanismos de controle para a eficiência dos procedimentos de auditoria. A arrecadação da CFEM evoluiu de R$ 230 milhões, previsão 2003, para R$ 547 milhões arrecadados em 2007, representando crescimento de 137%, enquanto o crescimento da produção mineral no mesmo período foi de 121%.

2. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUÇÃO MINERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado positivo foi, por um lado, decorrência do aquecimento da demanda por commodities minerais verificado no cenário internacional com repercussão direta no setor mineral brasileiro, particularmente, com elevação de preços ao longo do PPA 2004-2007, e, por outro, decorrente do crescimento do mercado interno de matérias-primas minerais. Este índice da produção mineral que é calculado a partir do valor da produção mineral (faturamento das empresas que atuam na indústria mineral) revelou surpreendente crescimento de 121,15%, 90% a mais do que previsto no início do período avaliado. No caso particular do mercado interno, o crescimento pode ser explicado pela elevação do nível de renda do conjunto da população, sobretudo, no tocante ao consumo de produtos confeccionados com matéria-prima de base mineral (siderúrgicos e da construção civil), corroborado pelas condições macroeconômicas favoráveis.

3. NÚMERO-ÍNDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A perspectiva positiva do setor provocou o aumento dos investimentos privados no setor mineral, com expansão de produção e implantação de novos projetos, com geração de novos empregos não-proporcional devido ao alto grau de mecanização nas grandes minas. Da mesma forma, a superação das expectativas expressas, inicialmente (106,14) pelo crescimento do índice em 2007 (112,96) tem, também, como causa o bom desempenho da mineração em nível internacional e da demanda interna que permitiu a ampliação e abertura de novos minero-empreendimentos no Território Nacional.

4. TAXA DE REGULARIDADE FISCAL DE EMPREENDIMENTOS DO SETOR MINERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A informatização do processo de arrecadação e a nova classificação das receitas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) possibilitaram a elevação em 2007 do índice de regularidade fiscal, que é calculado tomando como referência as informações de regularidade da arrecadação nas receitas: Receita de Exploração de Recursos Minerais (CFEM), Receita de Outorga do Direito de Exploração Mineral (TAH), Serviços de Inspeção e Fiscalização (Vistoria) e Multas Previstas na Legislação Minerária.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A desestruturação do aparelho institucional do Estado, aliada à evolução das demandas jurídicas, sociais e ambientais, tem comprometido sobremaneira o exercício eficiente das atividades de outorga, fiscalização, desenvolvimento mineral, arrecadação e monitoramento ambiental das áreas de mineração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Elevação das reservas em 1,2 bilhão de toneladas (t) de minério de ferro e 153 t de ouro, bem como jazidas de estanho, cobre, níquel, manganês, agregados e argilas para construção civil, calcário e argilas para a indústria do cimento, além de rochas de revestimento e águas minerais.

• Emissão, após procedimentos de controle de origem, com vistorias prévias, de 54 Certificados do Processo Kimberley (CPK), representando um total de 168.070,94 quilates de diamantes, e valor de US$ 18 milhões exportados por 12 empresas, de 18 áreas produtoras em sete Municípios.

• Outorga de 15.901 títulos minerários, 106,88% da meta prevista.

• Elevação em 30,8% no número de relatórios finais de pesquisa analisados e 37,5% dos aprovados em relação a 2006.

• Adimplência de 94,8% na taxa de Outorga dos Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral (TAH).

• Elaboração de anteprojeto de lei tratando da questão da gestão, proteção, fiscalização, coleta, conservação, transporte, entrada e saída no âmbito do Território Nacional de espécimes fósseis.

• Atendimento a 1.600 demandas de órgãos defensores de interesses da sociedade sobre lavra irregular de bens minerais.

• Elevação de 15,8% sobre a arrecadação das receitas de 2006. Neste contexto, destaca-se a CFEM com o repasse de R$ 355 milhões para um total de 1.851 Municípios e R$ 125 milhões para os Estados mineradores.

• Melhoria da gestão do patrimônio mineral brasileiro com 13.467 fiscalizações realizadas, atingindo 101,6% da meta estabelecida.

• Autuação de 62.068 instituições pelo não-pagamento da Receita de Outorga de Direito de Exploração Mineral (TAH), Multas Previstas na Legislação Mineral e Serviços de Inspeção e Fiscalização (Ressarcimento de Vistorias), além de 24.000 autuações por não-comunicação do início dos trabalhos de pesquisa mineral.

• Realização de operações de repressão à extração ilegal e de ordenamento do processo de salvamento de espécimes fósseis em áreas de mineração.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência do Programa executa o monitoramento sobre o desempenho físico das ações, através dos seguintes mecanismos:

a) reuniões de trabalho - mantêm-se as práticas adotadas em anos anteriores. Para o monitoramento das ações são realizadas reuniões semanais da Administração para tomada de decisão, bem como planejamento das ações a serem implementadas. Anualmente, é realizado o encontro nacional dos dirigentes da Autarquia, envolvendo as 25 unidades descentralizadas que compõem o DNPM. As Diretorias Técnica e Administrativa realizam reuniões periódicas de trabalho com o seu corpo técnico e administrativo lotados na sede e nas unidades descentralizadas;

b) visitas *in loco* – são realizadas, periodicamente pelas diretorias técnicas, visitas às unidades descentralizadas com o intuito de aferir o desempenho dessas unidades, bem como identificar possíveis dificuldades no alcance das metas estabelecidas;

c) sistemas informatizados – no âmbito da autarquia existem cinco sistemas que são utilizados no monitoramento das ações: o cadastro mineiro, que é um sistema que registra o ciclo dos processos minerários, permitindo a aferição do quantitativo de títulos minerários emitidos, regularizados, cancelados, entre outras funções; o sistema de arrecadação, que permite disponibilizar boletos para pagamentos das dívidas via Internet, e também acompanhar e controlar estas dívidas autuando as empresas caso não ocorra o pagamento. Emite relatórios de acompanhamento do desempenho de cada distrito; o SisPlan-DNPM, que permite acompanhar o planejado *versus* o executado; o SisMine, que é um sistema de informações minerais, utilizado para o acompanhamento e monitoramento das atividades da mineração através do Relatório Anual de Lavra (RAL); o DIPEM, que é um sistema de informações minerais utilizado para o acompanhamento e monitoramento das atividades e investimento na pesquisa mineral;

d) os resultados físicos das ações do programa são lançados mensalmente no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos coordenadores das respectivas ações com o devido acompanhamento pelo gerente;

e) relatórios de gestão – são apresentados, periodicamente por todas as unidades descentralizadas, às diretorias técnicas para monitoramento e avaliação dos resultados dos trabalhos dentro de cada ação.

A execução física foi acima de 100% do previsto na LOA 2007, exceto pela Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Re-qualificação por razão de contingenciamento ao longo do ano.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Como o DNPM não conta com um Programa de Apoio Administrativo, a Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) incorpora as despesas com pessoal e custeio administrativo e apoio às demais ações, que acumulam, respectivamente, 78,83% e 21,17% do total liquidado.

Há dificuldades com os recursos materiais nas equipes executoras. Os equipamentos adquiridos ainda não são suficientes para atendimento à quantidade das equipes.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras é insuficiente. O DNPM tem atuado junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) com vistas à realização de concurso público para amenizar a carência de pessoal. Foi realizado, em 2006, concurso para provimento de 300 vagas e, em 2008, foi negociado o provimento de mais 44 novos servidores.

O contingenciamento ao orçamento do DNPM trouxe restrição, principalmente, nas Ações Outorga de Direitos Minerários (pagamento de publicação de títulos minerários na Imprensa Nacional), Capacitação e GAP. Houve atrasos na liberação de recursos. Ocorreram dificuldades em licitações e celebração de contratos, causadas pela escassez de recursos humanos capacitados na área administrativa, levando a prejuízos no desenvolvimento normal das Ações Difusão Tecnológica da Mineração e Avaliação de Distritos Mineiros.

A lentidão no processo de licenciamento ambiental também impactou o desenvolvimento do Programa. Tal fato ocorre nos processos em fase de requerimento de lavra seguindo para Portarias de Lavra minerais.

Quanto aos marcos legais, há necessidade premente de aperfeiçoamento do Código de Mineração de 1967.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários, não realiza parcerias não-governamentais e não possui mecanismos que promovem a participação social. Nos trabalhos de regularização da atividade informal, são realizadas audiências públicas com as comunidades para fins de orientação técnica.

Com a adesão ao Programa de Qualidade do Serviço Público (PQSP), foi iniciado processo de avaliação da clientela beneficiária do Programa. Todavia, as pesquisas foram feitas somente com o público-alvo minerador. As pesquisas de beneficiários do Programa, entendendo a sociedade atingida pela mineração, ainda não foram feitas. Em alguns distritos mineiros, a comunidade circunvizinha é atendida através das ações do Programa.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Encontram-se, em desenvolvimento, novos sistemas para permitir o monitoramento e a avaliação do Programa e dar transparência às ações institucionais. Estão sendo desenvolvidos sistemas de autuação e de gerenciamento de processos para controle *on-line* das atividades de outorga, de fiscalização e de arrecadação.

A gerência do Programa destaca a necessidade de evidenciar e acelerar a execução das atividades de modernização tecnológica e de gestão do órgão, transferindo a Ação atualmente no Programa Gestão da Política Mineral para este Programa. Solucionar as restrições relativas à estrutura gerencial e carência de recursos humanos, observando sua adequação às necessidades do órgão. Aprimorar e acelerar a execução da Ação Difusão Tecnológica da Mineração, voltada ao fomento. Promover a atuação com vistas a mitigar dificuldades de licenciamento ambientais e de gestão do aprimoramento dos marcos legais e regulatórios do setor (Código de Mineração).

O cenário internacional tem sido favorável ao setor mineral, com o forte aquecimento de demanda por diversas *commodities* minerais e elevação de seus preços, o que tem influenciado positivamente o setor no País. Da mesma maneira, o cenário de aceleração do desenvolvimento interno e o aumento do consumo dele decorrente contribuíram para o crescimento de investimentos privados na indústria mineral, gerando expansão de emprego, produção e renda, impactando positivamente os indicadores e resultados do Programa. Os esforços de modernização do DNPM concorreram para a melhoria desses resultados, possibilitando maior efetividade nas suas atividades, notadamente, nas de arrecadação, fiscalização e gestão de outorgas.

Apesar dos cenários favoráveis, a falta de melhor estrutura do DNPM, aliada à evolução de demandas jurídicas, sociais e ambientais, e a necessidade de aperfeiçoamento do Código de Mineração de 1967 têm sido obstáculos para o exercício eficiente das atribuições de outorga, fiscalização, desenvolvimento mineral, arrecadação e monitoramento ambiental das áreas de mineração do DNPM, na busca da ampla efetividade do programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável.

OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Hugo Repsold Junior

OBJETIVO

Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.025.681.885,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 18.147.045.413,00
	Total:	**R$ 18.147.045.413,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.140.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produção Média de Gás Natural - Milhão de m³ por dia	42,10	46,74	43,98	43,37	60,70	71,45%
2. Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural - Mil barris por dia	1.493,00	1.684,00	1.777,69	1.792,08	2.000,00	89,60%
3. Taxa de Freqüência de Acidentados com Afastamento - TFCA - Porcentagem	1,00	0,89	0.64	0,70	0,82	117,14%
4. Volume de Óleo Derramado - VOD - m³	42,05	84,00	25,38	32,25	43,00	133,33%

1. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A insuficiência de recursos críticos (sondas, barcos, mão-de-obra especializada, entre outros), ocasionada pelo aquecimento do mercado devido à alta do petróleo tipo *brent*, impossibilitou a realização de todo o *portfolio* de investimentos inicialmente previsto pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), fato que comprometeu a viabilidade de alcance do índice estabelecido ao final do PPA. Em 2007, apesar da retomada do crescimento da produção verificada no último trimestre, o declínio natural dos campos fez com que o volume de gás natural produzido fosse 1,4% menor do que e de 2006.

2. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A insuficiência de recursos críticos (sondas, barcos, mão-de-obra especializada, entre outros), ocasionada pelo aquecimento do mercado provocado pela alta do petróleo tipo *brent*, obrigou a Petrobras a postergar vários projetos. Esse fato, aliado ao declínio natural dos campos, fez com que a meta prevista ao final do plano não fosse atingida.

3. TAXA DE FREQÜÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO – TFCA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Como resultado dos investimentos e dos esforços empreendidos em segurança e meio ambiente, a taxa de freqüência de pessoas acidentadas com afastamento, incluindo empregados próprios e contratados, representou redução de 30% em relação à taxa registrada em 2004. Embora esse valor situe a Petrobras em posição superior à média das empresas petrolíferas do mundo, novos investimentos e esforços são necessários de modo a consolidar e a melhorar continuamente o desempenho em segurança, meio-ambiente e saúde (SMS).

4. VOLUME DE ÓLEO DERRAMADO – VOD
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Como resultado dos investimentos e dos esforços empreendidos em segurança e meio-ambiente, o volume de óleo derramado (VOD) apresentou, em 2007, redução de 25% em relação ao previsto ao final do PPA (43 m^3).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar da busca crescente por energias alternativas, o gás natural, o petróleo e seus derivados ainda terão, nos próximos anos, participação muito elevada na matriz energética nacional, refletida na crescente demanda por esses produtos. A forma de suprir essa necessidade é por meio do aumento da oferta de petróleo e gás natural ao mercado interno, buscando reduzir a dependência externa e evitando o risco da redução da oferta de derivados, o que provocaria racionamentos e o desaquecimento da atividade econômica nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, as reservas provadas de petróleo condensado e gás natural da Petrobras no País atingiram 13,9 bilhões de barris de óleo equivalentes (boe), pelo critério ANP/SPE (um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior). O volume incorporado às reservas ao longo do ano foi de 875 milhões de boe, contra produção acumulada de 708 milhões de boe. Essa incorporação resultou em índice de reposição de reservas (IRR) de 124%. Isso significa que, para cada barril de óleo equivalente produzido no ano, foi acrescentado 1,24 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) foi de 19,6 anos. As apropriações de volumes descobertos em campos com declarações de comercialidade, realizadas ao longo de 2007, foram em parte responsáveis pelo aumento das reservas provadas. Outro fator que contribuiu para a incorporação de reservas provadas foi o gerenciamento de reservatórios em campos já descobertos, em fase de desenvolvimento ou em fase de produção.

• Nas áreas de segurança, meio-ambiente e saúde (SMS), foi dada continuidade à implementação do Plano de Perenização das 15 Diretrizes de SMS e à realização dos Seminários de Boas Práticas envolvendo, em cada um, 100 profissionais de atividades operacionais e de SMS, com a elaboração de guias sobre, aproximadamente, 29 temas diferentes.

• No final de 2007, com a entrada em operação das unidades P-52 e P-54 (ambas no campo de Roncador), da FPSO Vitória (no campo de Golfinho) e da Sevan Piranema (no campo de Piranema), a produção diária ultrapassou a marca dos 2 milhões de barris por dia (bdp), volume alcançado por apenas oito empresas em todo o mundo. O recorde anterior era de 1,91 milhão de bdp, registrado em 2006. A produção média de petróleo, no ano de 2007, foi de 1,79 milhão de bpd de óleo, 0,8% superior à do ano anterior.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os principais recursos utilizados pelo Programa são considerados recursos críticos, ou seja, existe pequena disponibilidade em todo o mundo. Por exigir investimentos muito elevados e ser grandemente dependente de tecnologia, o acréscimo desses recursos demanda considerável tempo e está atrelado às flutuações de mercado. Diante disso, novos investimentos somente são realizados a longo prazo e com a garantia de retorno.

A Petrobras e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) realizam esforços para a melhoria do processo de licenciamento ambiental. Todavia, a despeito dos bons resultados advindos das iniciativas, tal processo ainda está longe do ideal, ocasionando atrasos nos cronogramas de alguns projetos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A realização de parcerias entre a Petrobras e outras companhias de mesmo porte é particularmente interessante, principalmente, pela diversificação do *portfolio*, o que melhora a relação entre risco e retorno da companhia, e pela agregação de valor ao negócio, por meio do compartilhamento e da incorporação da experiência e do conhecimento tecnológico do parceiro. Existem, ainda, outras vantagens, tais como o carrego do investimento, o bônus e, em alguns casos, a alavanca financeira. Por carrego, entenda-se o pagamento dos investimentos pelo parceiro, em nome da Petrobras, em troca de uma participação no ativo (bloco ou campo). Os parceiros têm desempenhado as suas tarefas e cumprido as metas de forma satisfatória. As parcerias têm sido vantajosas para a Petrobras. Apesar das vantagens e da predisposição da empresa pela realização dessas parcerias, a manutenção dessa prática depende da atratividade percebida pelo parceiro.

A Petrobras utiliza diversos mecanismos para registrar e atender as manifestações da sociedade sejam elas problemas, reclamações, opiniões, dúvidas ou sugestões. As manifestações podem ser encaminhadas através do Fale Conosco, do Serviço de Atendimento ao Cliente e da Ouvidoria.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Carlos Soligo Camerini

OBJETIVO

Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural.

PÚBLICO-ALVO

Petrobras, universidades e centros de desenvolvimento de tecnologia

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.313.620.314,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 1.044.706.242,00
	Total:	**R$ 1.044.706.242,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Incorporação de Tecnologia - Porcentagem	81,00	85,50	82,50	71,30	80,00	89,13%

1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Visando uma carteira de projetos mais robusta e seletiva, foram reorganizados e focalizados os projetos, tornando-os mais densos e comprometidos aos desafios propostos. Projetos menores foram encerrados ou absorvidos por projetos mais robustos. Essa reorganização resultou na diminuição do quantitativo de projetos e na melhoria dos resultados qualitativos do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os investimentos em tecnologia na área de petróleo são imprescindíveis para viabilizar a exploração, a produção, o refino, o transporte e a distribuição do petróleo nacional. Este petróleo, pesado e com características físico-químicas diferentes das encontradas em outras regiões do mundo, além de estar predominantemente em jazidas em águas profundas, necessita de tecnologias específicas que não estão disponíveis no mercado.

O aumento das exigências ambientais justifica os investimentos na melhoria da qualidade dos produtos e dos processos da indústria de petróleo. Além disso, a crescente importância do gás natural na matriz energética brasileira implica o desenvolvimento de novas tecnologias para identificação de novas jazidas e para transformação, transporte, armazenamento e a distribuição desse energético. Nesse contexto, as ações do Programa buscam evitar os riscos de desabastecimento e da perda de autonomia (econômica e tecnológica), utilizando uma visão integrada e sistematizada da questão tecnológica nos segmentos de petróleo e gás natural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Tecnologias validadas em bancada ou em avaliação de unidade experimental:

a) produção de etanol a partir de resíduos agroindustriais;

b) obtenção de biopolímeros e blendas poliméricas a partir de resíduo da produção de biodiesel;

c) desenvolvimento de membranas de dessulfatação;

d) desenvolvimento de tecnologia de tratamento de resíduos multifásicos;

e) modelagem de células de escorregamento gravitacionais;

f) desenvolvimento de protótipo de *software* 3D para analisar a evolução estrutural de bacias;

g) desenvolvimento de metodologia de monitoramento de riscos à infra-estrutura e ao meio-ambiente de gasodutos;

h) estudo de viabilidade econômica de uma planta de GNL DIRETO;

i) processamento de biomassa em escala piloto e de bioóleo em escala de bancada;

j) desenvolvimento da tecnologia H100;

k) modelo de previsão de compatibilidade de petróleos nacionais;

l) ônibus híbrido, movido a diesel e energia solar.

- Tecnologias qualificadas para aplicação comercial:

a) estratigrafia de alta resolução;

b) novas fórmulas para gasolina de aviação;

c) sistema catalítico SKY para produção de matérias-primas petroquímicas;

d) sistema modular de apoio à decisão para a otimização do *scheduling* em refinarias de petróleo.

- Tecnologias implementadas comercialmente:

a) mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL);

b) caracterização de corais de águas profundas da Bacia de Campos;

c) injeção de vapor contínua no Campo de Estreito;

d) sistema de bombeio centrífugo submarino submerso;

e) avanços no desenvolvimento do Simulador de Bacias da Petrobras (SIM BR);

f) metodologia integrada para caracterização de reservatórios carbonáticos fraturados;

g) desenvolvimento dos produtos: Diesel Verana, Gasolina 17- Podium F-1 e asfalto borracha.

- Redes Temáticas, em 2007, foram firmados 62 convênios com 28 instituições visando ampliar a capacidade instalada no País de atendimento à demanda em pesquisa e em desenvolvimento nos segmentos de atuação da companhia.

- Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobras (CENPES), em que este projeto apresentou 28,92% de execução física em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa atingiu resultados significativos em 2007, agregando valor ao segmento de petróleo e gás natural por meio do domínio tecnológico.

A reorganização da carteira de projetos de pesquisa e desenvolvimento da Petrobras resultou na postergação de alguns projetos com encerramento previsto para 2007 e na aglutinação de outros, possibilitando uma melhoria qualitativa do Programa. Os recursos orçamentários foram condizentes com as atividades previstas no Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Sendo as áreas de negócio da Petrobras consideradas como beneficiárias primárias dos resultados do Programa, a pesquisa de satisfação junto a esses beneficiários permite melhor adequação da carteira, visando agregar valor à empresa por meio do desenvolvimento tecnológico.

QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

GERENTE DO PROGRAMA

Jerson Kelman

OBJETIVO

Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica se dê de acordo com as necessidades apontadas pelos estudos de planejamento setorial, buscando o desenvolvimento sustentável da economia e o atendimento com qualidade da demanda de energia elétrica.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 159.284.580,00	Empenho Liquidado:	R$ 125.582.184,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 125.582.184,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nacional) – Hora	15,57	16,92	16,33	-	19.90	-
2. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Centro-Oeste) – Hora	19,54	21,72	19,54	-	24.29	-
3. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Nordeste) – Hora	23,30	22,49	21,48	-	30.49	-
4. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Norte) – Hora	33,79	41.15	41,48	-	48.76	-
5. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Sudeste) – Hora	9,54	10,36	9,91	-	12.03	-
6. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Sul) - Hora	16,67	17,52	17,53	-	16.97	-

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
7. Freqüência Equivalente de Interrupção Por Unidade Consumidora - FEC (Nacional) – Unidade	12,02	12,76	11,71	-	17.28	-
8. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Centro-Oeste) – Unidade	17,60	18.26	18,19	-	25.08	-
9. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Nordeste) – Unidade	15,02	14.40	12,87	-	24.62	-
10. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Norte) – Unidade	36,56	41,42	38,08	-	44.63	-
11. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Sudeste) – Unidade	6,95	7,46	6,63	-	10.44	-
12. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Sul) – Unidade	13,70	13.86	13,36	-	15.42	
13. Índice de Satisfação do Consumidor – Unidade	58,88	61,38	60,49	-	- -	- -
14. Outorga de Geração - MW	-	2801,78	1712.33	6596.24	- -	-
15. Outorga de Linhas de Transmissão da Rede Básica - km	-	3134,8	3275.00	2290.73	- -	- -

Os valores dos indicadores DEC e FEC informados referem-se aos apurados após o encerramento da aferição e constam das respectivas prestações de contas dos exercícios subseqüentes ao registro do dado. Eventuais ajustes posteriores nos índices, decorrentes de realização de fiscalização/auditoria pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) dos dados informados pelas concessionárias, não estão contemplados.

1. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (NACIONAL) E 7. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (NACIONAL)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os índices apurados até o exercício de 2004 vinham indicando redução das freqüências e da duração das interrupções dos serviços de energia elétrica, revelando melhoria da qualidade do serviço, com maior expressão nas regiões Sudeste e Norte do País. Em 2005, identificou-se mudança na trajetória de redução das interrupções verificada no período de 1999 a 2004, com elevação dos índices nacionais em 7% para o DEC e 4,9% para o FEC. Em ambos os indicadores, a elevação das interrupções incidiu preponderantemente na região Norte e decorreu, principalmente, da seca de grandes proporções no Estado da Amazonas e a falta de investimentos no sistema de distribuição de energia de Manaus. Já em 2006, verifica-se pequena reversão do quadro apresentado em 2005, com a redução dos índices nacionais em 3,27% para o DEC e 7,37% para o FEC.

Em relação ao indicador DEC, constatou-se redução na duração das interrupções em todas as regiões, exceto para região Norte, que apresentou pequeno aumento na duração de 0,34% em relação ao ano anterior. Já em relação ao FEC, registrou-se redução do número de interrupções em todas as regiões, incidindo preponderantemente, na região Norte. O fortalecimento das ações de fiscalização na região Norte contribuiu, dentre outros fatores, para a redução do FEC.

Os indicadores são apurados pelas concessionárias e encaminhados à Aneel para análise e consolidação, o que requer prazo de cerca de seis meses. Os indicadores referentes ao ano de 2007 estão em processo de apuração.

13. ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) consiste em indicador calculado a partir de dados levantados em pesquisa presencial por meio do qual é obtido o grau de satisfação do consumidor, em relação aos serviços prestados pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, processado em modelo estatístico. A pesquisa abrange cerca de 19.000 consumidores residenciais por todo País, sendo realizada anualmente, desde o ano 2000. A partir de 2002, a Aneel instituiu o Prêmio IASC, tendo por objetivo destacar as empresas que obtiveram as melhores avaliações pelos respectivos consumidores, incentivando-as na busca constante da melhoria de seus serviços. A pesquisa referente ao exercício de 2007 foi iniciada em dezembro e encontra-se em fase de consolidação dos resultados.

14. OUTORGA DE GERAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Essa previsão compete ao poder concedente, representado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A meta alcançada em 2007 foi de 6.596,245 megawatts (MW) outorgados, além de ter autorizado mais 3.150,400 MW a serem homologados em 2008. Esse índice reflete o correspondente esforço empreendido pela Aneel, uma vez que o ato de homologação a ser registrado no próximo exercício, representa simples procedimento administrativo. Além disso, como resultado de outorgas concedidas em anos anteriores, a fiscalização da geração registrou em 2007 a entrada em operação de unidades geradoras com capacidade instalada total de 4.028,1 MW. Em função dos processos de regularização, repotenciação, reativação e ampliação, houve acréscimo de 29,9 MW na potência instalada em usinas que já estavam em operação. Dessa forma, o País teve, em 2007, acréscimo real de 4.058,0 MW de potência, ou seja, 4,21% em relação à capacidade instalada de 2006 (96.294,47 MW). Com isso, o País alcançou em 2007 a capacidade instalada de 100.352,47 MW.

15. OUTORGA DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DA REDE BÁSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O leilão de transmissão nº 4, o único realizado em 2007, propiciou a outorga de concessões para 1.930 quilômetros (km) de linhas de transmissão, compreendendo investimentos da ordem de R$ 1,1 bilhão, abrangendo 10 Estados brasileiros. Acrescendo-se as autorizações, no total foram outorgados 2.290,73 km de linhas de transmissão. Além disso, em 2007, foram firmados os contratos de concessão de 3.275 km de linhas de transmissão, totalizando 30 empreendimentos, referentes aos leilões realizados em 2006, sendo que todos os empreendimentos licitados em 2006 foram contratados em 2007. A rede básica de transmissão foi expandida com a energização de 995,4 km de linhas, relativas a instalações autorizadas e contratadas em anos anteriores, representando acréscimo de 1,15% na extensão da rede, em relação a 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A importância estratégica do setor elétrico, para o desenvolvimento nacional, e as mudanças, verificadas em seu arcabouço institucional e legal, implicaram a necessidade de o Estado atuar na regulação do setor, definindo as regras, promovendo a fiscalização dos serviços, bem como contribuindo para a ampliação da oferta, com vistas ao desenvolvimento do mercado de energia elétrica com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade. Com aproximadamente 53 milhões de unidades consumidoras distribuídas no Território Nacional, com realidades locais distintas, servidas por 64 concessionárias de distribuição, interligadas por rede complexa de transmissão e geração, o setor elétrico exige o provimento de regras claras, abrangentes e estáveis, bem como a atuação fiscalizatória preventiva e corretiva dos agentes, visando a prestação de serviço adequado aos consumidores e a preservação das condições para o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos. Requer ainda a delegação aos agentes da implementação dos serviços, por meio de concessão e autorização, contribuindo para a ampliação da oferta. Entende-se por serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Regulamentação dos serviços de energia elétrica: publicadas 861 normas, sendo 35 resoluções normativas, 65 resoluções autorizativas, 147 resoluções homologatórias e 613 despachos. Destaca-se o início do 2º ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição (2007-2010) e a realização da 1ª revisão tarifária periódica das concessionárias de transmissão. A meta atingida foi de 117,78 %.

• Fiscalização dos serviços de energia elétrica: realizadas 1.430 fiscalizações, sendo 977 fiscalizações de geração, 81 de transmissão, 163 de distribuição e 209 econômicas e financeiras. A meta atingida foi de 95,52 %.

• Outorga de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica: emitidos 216 atos de outorga e registro para empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sendo 188 atos de outorga de geração (6.596,245 MW), 18 de transmissão (2.290,73 km de linhas), quatro de exportação de energia elétrica (1.122,01 MW) e seis de comercialização de energia elétrica. A meta atingida foi de 191,15 %.

• Ouvidoria da Aneel: registro de 1.696.595 solicitações atendidas, das quais 1.338.354 referem-se aos atendimentos de ligações realizadas para o número 144 da Aneel e 358.241 aos atendimentos de ligações realizadas para o 0800 de oito das 12 agências estaduais conveniadas. Houve atuação em 45 processos de mediação de conflitos, encerrando 13 deles. A meta atingida foi de 108,64 %.

• Participação pública: realizados 86 eventos, destacando-se as audiências e consultas públicas. Foram instauradas 53 audiências públicas em 2007, dentre as quais 31 por intercâmbio documental e 22 com sessão ao vivo - presencial. Das 53 audiências instauradas em 2007, 47 foram finalizadas no mesmo ano. Finalizadas, ainda, três audiências públicas instauradas em 2006, totalizando 50 audiências finalizadas em 2007. Foram instauradas ainda 12 consultas públicas em 2007, sendo que 11 consultas foram finalizadas. A meta atingida foi de 113,58%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho – são realizadas reuniões trimestrais de acompanhamento da execução;

b) sistemas informatizados em que o plano gerencial é elaborado no Sistema de Acompanhamento Gerencial da Aneel (SIGANEEL), que também é utilizado no acompanhamento do plano com informações atualizadas mensalmente;

c) relatórios de gestão após cada reunião de acompanhamento é elaborado relatório trimestral de avaliação do andamento das atividades;

d) plano de metas bienal – orienta a formulação do Plano Gerencial Anual e é acompanhado sob a ótica dos resultados alcançados.

A execução física esteve acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A avaliação do desempenho físico-financeiro dos programas fundamenta-se na aferição do desempenho do conjunto das ações da Aneel, baseado em dois indicadores de desempenho desenvolvidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU): Indicador de Desempenho Orçamentário (MIRO), Indicador de Execução das Metas Físicas (MIMF).

Os recursos orçamentários autorizados inicialmente foram insuficientes, situação que foi agravada em alguns períodos do exercício em função da liberação paulatina

para o empenho. A LOA de 2007 consignou a dotação de R$ 106,8 milhões, referente às despesas discricionárias. Embora a dotação aprovada fosse suficiente, o processo de contingenciamento limitou o empenho, tornando insuficiente o montante autorizado para a execução. O valor do limite para empenho inicialmente autorizado para a Aneel foi de R$ 60,329 milhões, representando contingenciamento da ordem de 43,5% sobre o total das despesas discricionárias, distribuídos quadrienalmente. O limite orçamentário definido pelo decreto foi inferior ao montante executado em 2006. O expressivo contingenciamento inicial e a liberação paulatina dos limites afetaram as atividades da agência de maneira global e a instituição teve seu desempenho ameaçado especialmente no primeiro semestre de 2007.

O monitoramento contínuo e sistemático da execução do plano gerencial contribuiu para o bom desempenho da Aneel em 2007, por meio da análise prévia da situação da execução, que permitiu apontar tendências e definir necessidades de ampliação de limites orçamentários. Esse monitoramento orientou, de forma consistente, as solicitações encaminhadas ao MME e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), contribuindo para que, a partir de meados do exercício, a agência recebesse ampliações de limites, que permitiram assegurar os resultados físicos alcançados.

Durante o exercício de 2007, além do monitoramento e acompanhamento trimestral do plano gerencial, junto às unidades técnicas, com a realização das reuniões presenciais de avaliação do desempenho, aAneel intensificou o planejamento e gerenciamento das licitações e contratações. Nesse contexto, são definidos os procedimentos e o cronograma necessários para a efetividade das contratações e são transmitidas às equipes técnicas as orientações necessárias à elaboração dos termos de referência, das pesquisas de mercado e de outras medidas.

Como parte do aprimoramento do sistema de monitoramento da execução, foram, também, realizados aprimoramentos no SIGANEEL, permitindo o acompanhamento detalhado da atuação de todos os itens do plano gerencial, bem como possibilitando a emissão pelo próprio sistema das disponibilidades e previsões orçamentárias para fins de subsidiar os processos de licitação e contratação.

Em relação aos recursos materiais e de infra-estrutura, o espaço físico e o mobiliário são insuficientes para acomodar o quadro de pessoal. A gerência do Programa vem adotando as seguintes providências no sentido de melhoria da infra-estrutura física: contratação, em 2007, dos projetos básicos para reforma e otimização do aproveitamento dos espaços e da infra-estrutura interna e realização de reformas em instalações prioritárias que, em função da programação de alocação de recursos, têm previsão para conclusão em 2010.

Os exercícios de 2006 e 2007 representaram um marco no processo de transição do quadro de servidores da Aneel com a incorporação dos classificados no 2º concurso público da agência, concorrendo para o aumento do pessoal efetivo que era de 9% em 2004, passando, em 2007, a corresponder a 80% da força de trabalho. O alto grau de evasão do efetivo recentemente incorporado pelos concursos realizados (aproximadamente 30% de rotatividade) representa fator de instabilidade institucional, além de representar ônus para a

instituição em função dos esforços empreendidos para realização dos concursos, adaptação e capacitação dos servidores. Cabe ressaltar que, em grande parte, ocorre migração para outros concursos na esfera pública, decorrente da extrema disparidade salarial entre as carreiras. Acrescente-se a isso que o quantitativo atual de servidores é insuficiente para atender adequadamente aos desafios da instituição, o que se torna um agravante frente ao grau de evasão verificado.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento das carreiras de especialista em regulação, analista e técnico administrativo, além de reduzir o índice de evasão e promover a ampliação do quadro de servidores da Aneel, foram desenvolvidas ações de gestão de recursos humanos, das quais decorreram os seguintes resultados: aprimoramento dos procedimentos de avaliação de desempenho individual e institucional; autorização para a convocação de novos servidores aprovados no último concurso realizado.

Com a extinção dos contratos temporários na Aneel em março de 2007, a instituição perdeu parte de seu conhecimento e experiência, o que impactou momentaneamente a atuação institucional no primeiro semestre, considerando a necessidade de adaptação e capacitação dos novos funcionários. Em atenção a este problema, a gerência do Programa concebeu e implantou estratégia sistematizada de capacitação e treinamento do novo quadro de servidores para o desenvolvimento das competências afetas à missão da instituição. Foi elaborado o plano de capacitação do exercício de 2007, resultando no desenvolvimento de 221 ações de treinamento e desenvolvimento, abrangendo 595 servidores e alcançando 94% da meta de realizar pelo menos um treinamento por ano, por servidor, com vistas à estabilização do processo de transição e a adaptação dos novos servidores.

Os montantes consignados na LOA de 2007 estavam próximos do que seria suficiente para o cumprimento das atribuições da Aneel. Entretanto, o contingenciamento inicial no orçamento da agência representou corte da ordem de 43,5%. De 2002 a 2006, enquanto a arrecadação da Aneel aumentou de forma considerável, os limites estabelecidos para empenho (orçamentário) foram sempre reduzidos. Em 2007, embora o limite tenha sido superior aos anos anteriores, o que representa 48% do valor arrecadado, registra-se que, conforme dispõe o Código Tributário Nacional (CTN), espera-se que as despesas com serviços prestados sejam compatíveis com os recursos arrecadados por meio da taxa cobrada pelo exercício do poder de polícia. A expressiva elevação da receita arrecadada, constituída essencialmente da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, deveria assegurar o montante necessário para o atendimento às demandas da Aneel.

A liberação de limites quadrimestrais prejudica o cronograma de contratações. Em junho de 2007, a Aneel tinha empenhado 70,3% do limite total autorizado para despesas discricionárias, mas esgotado o limite autorizado até agosto, o que poderia levar a paralisação das atividades durante os meses de junho e julho, até que fosse liberado o limite para o próximo quadriênio. Atenta à gravidade da situação, a Aneel conduziu tratativas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) para obter ampliações de seu orçamento, fundamentais para a continuidade de suas atividades. A normalização dessa situação permitiu estabilizar o desempenho a partir de julho.

A Aneel detém atribuições técnicas relacionadas ao desenvolvimento de estudos, análise e à aprovação de projetos tais como os projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, cujos resultados montam valores muito superiores ao orçamento total da Aneel. Também se destaca a intensa demanda de projetos e estudos de viabilidade de Usinas Hidrelétricas (UHEs) e de projetos básicos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) submetidas à análise e à aprovação por parte da Aneel, tendo como objetivo a outorga dos empreendimentos. Para cumprir essas responsabilidades, considerando o volume, a complexidade e a materialidade dos resultados, que geram grande passivo de trabalhos e diante das dificuldades quanto à insuficiência do quadro de servidores, a Aneel tem buscado alternativas para contratação de serviços técnicos especializados. Em função da peculiaridade e do alto grau de especialização desses serviços, os procedimentos licitatórios para sua contratação têm enfrentado dificuldades. O principal desafio no exercício foi a definição de alternativas de contratação que possibilitasse maior agilidade e estabilidade no procedimento de contratação, buscando procedimentos que permitam, com toda a segurança e rigidez normativa, dispor dos serviços de qualidade e com a tempestividade necessária.

Considerando o volume, a complexidade e a materialidade dos trabalhos técnicos que se encontram sob a responsabilidade das unidades técnicas da Aneel, e diante das dificuldades decorrentes da insuficiência do quadro de servidores, a agência atuou na busca de alternativas para contratação de serviços técnicos especializados para apoiar a realização de atividades complementares de regulação e fiscalização.

Em 2007, foram iniciados os trabalhos para proposta de norma interna, que proporcione o aprimoramento dos procedimentos e estenda a utilização da modalidade de credenciamento, já aplicada para a contratação de serviços de apoio à atividade de fiscalização, para apoio às atividades de regulação da Aneel, além do estudo de alternativas de solução. A proposta de nova norma para o credenciamento deverá ser implementada a partir de 2008.

Entre as dificuldades encontradas para execução das atividades de outorga, destaca-se a dependência da emissão das licenças ambientais para a definição dos empreendimentos a serem licitados, muitos dos quais têm sofrido embargos e restrições por parte dos órgãos ambientais.

As mudanças trazidas pelo novo modelo institucional do setor elétrico, configuradas nos desdobramentos da Lei nº 10.847 e Lei nº 10.848, ambas de 15 de março de 2004, e suas regulamentações complementares, continuaram a gerar interferências nos trabalhos desenvolvidos pela Aneel, principalmente, nos temas e questões sobre os quais pairam ainda certas indefinições de responsabilidades e competências. Essa situação afeta, em particular, as atividades voltadas para as outorgas e concessões. Em 2007, foi o caso, por exemplo, das análises e questionamentos sobre os estudos de viabilidade técnica e econômica da usina de Santo Antônio, no rio Madeira, cujo projeto, aprovado pela SGH/Aneel, foi objeto de otimizações pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para a definição da tarifa-teto do leilão de licitação de sua concessão. Nesse contexto, fez-se necessário esclarecer ao TCU e à Secretaria de Direito Econômico (SDE) as diferenças dessas concepções e esferas de análises, no conjunto de preparativos para o referido leilão. Também como conseqüência de indefinições ainda presentes nesse novo modelo setorial, em 2007, esteve

em pauta discussão sobre possível prioridade da EPE em relação aos demais agentes para o desenvolvimento de estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos, diante de casos de duplicidade de interesse, como são hoje estudos de usinas no rio Teles Pires. Também com o próprio MME registram-se algumas questões e sobreposições, como é o caso do cálculo das energias asseguradas, para efeito da comercialização de energia de empreendimentos hidrelétricos (CGH, PCH e UHE). Além disso, persistem indefinições quanto aos limites de atuação das entidades envolvidas, ainda decorrentes do processo de regularização e amadurecimento das mudanças trazidas pelo novo modelo setorial.

A Aneel estabeleceu, como diretriz, o fortalecimento das articulações interinstitucionais, com vistas a promover ganho de sinergia entre as definições políticas para o setor, que possam refletir no desempenho das competências a ela delegadas, relacionadas às outorgas de concessão, autorização e permissão de serviços de energia elétrica. Nesse contexto, a Aneel tem priorizado esforços para uma maior aproximação técnica e institucional com seus parceiros, dentre os quais se destacam o próprio MME, a EPE, a Agência Nacional de Águas (ANA), os órgãos licenciadores (IBAMA e órgãos estaduais), e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Essa articulação visa o ganho de sinergia no processo de outorga de empreendimentos do setor elétrico.

A descentralização para os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio de cooperação, de atividades complementares de regulação, controle e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica representa importante estratégia para apoiar a Aneel no cumprimento de suas atribuições, especialmente, no momento em que se aponta como forte entrave a insuficiência do quadro de servidores. Firmados no final de 2007 com 11 Estados, o modelo adotado para estabelecer o convênio de cooperação vem apresentando dificuldades em sua implementação, em decorrência de regras que não são adequadas à relação de delegação de atividades entre os entes federados. Com base na experiência acumulada, as unidades internas da Aneel e das agências estaduais vêm apontando alternativas de mudança, de modo a garantir melhor resultado e eficiência no alcance do objetivo.

Durante o exercício passado, a Aneel concentrou esforços na busca do aprimoramento das normas afetas à descentralização de atividades, propondo uma revisão dos instrumentos normativos que disciplinam os seus procedimentos. Uma das alternativas estudadas para o aprimoramento desse processo é a substituição dos atuais convênios por um regime da gestão associada de serviços públicos, orientado pelo disposto no art. 241 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, que atribui à União, aos Estados e ao Distrito Federal a competência para disciplinar, por meio de lei, os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos.

Foi desenvolvida proposta de modelo de descentralização, por meio de consultoria contratada, que proporcionou o aprofundamento e a discussão sobre o tema, e a definição de diretrizes, pela agência, para a revisão estrutural da norma de descentralização.

Neste sentido, também foram iniciados os estudos para a definição dos custos de referência para as atividades descentralizadas pela Aneel e dos indicadores de desempenho,

com vistas a fortalecer a parceria com as agências estaduais, com ênfase na eficácia e na eficiência dos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos para a promoção da participação social:

a) a atuação da Ouvidoria consiste em estabelecer canais de comunicação para que o consumidor possa registrar o seu pleito ou descontentamento por meio da Central de Teleatendimento – 144 (CTA), carta, e-mail (diretamente no sítio www.aneel.gov.br) ou fax encaminhado à Ouvidoria da Aneel. A principal forma de registro das solicitações recebidas pela Aneel tem sido por meio de sua Central de Teleatendimento (CTA). O processo ocorre pelo registro no Sistema de Gestão da Ouvidoria (SGO) e posterior encaminhamento ao Grupo de Apoio Operacional (GAO), que é responsável pelo recebimento, triagem, análise, resposta, controle de prazos e, se for solicitação mais complexa, pelo envio da questão ao Grupo de Apoio Técnico (GAT), que analisa o processo, elabora pareceres, media conflitos e oferece apoio técnico às agências reguladoras estaduais conveniadas. A CTA da Aneel também participa da prestação dos serviços de Ouvidoria conduzidos por agências com as quais mantém convênio de descentralização de serviços;

b) processo de consulta à sociedade quando da elaboração, alterações ou ajustes em ato administrativo da agência ou quando da proposição pela agência de anteprojeto de lei, e é instaurada, sempre que o ato possa implicar afetação de direitos dos agentes econômicos do setor elétrico ou dos consumidores. As audiências públicas têm como objetivos recolher subsídios e informações para o processo decisório, propiciar aos agentes e aos consumidores a possibilidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões, identificar, da forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da audiência pública e dar publicidade à ação reguladora da agência. As audiências, ao longo de sua condução, podem contar com a realização de sessões públicas, para a manifestação de viva voz, chamada de sessão ao vivo (presencial), ou apenas serem feitas por meio de intercâmbio documental;

c) consulta pública: é uma ferramenta utilizada pelas unidades organizacionais para aferir, de forma ampla e democrática, os seus atos junto a todos os envolvidos e/ou interessados na questão. As consultas públicas visam recolher subsídios e informações dos agentes econômicos do setor elétrico e dos consumidores para o processo decisório da Aneel, de forma a identificar e a ampliar a visão dos aspectos relevantes dos atos administrativos em questão;

d) discussão em conselho setorial: a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, determinou no art. 13 que as concessionárias de serviço público criassem, no âmbito de sua área de concessão, os conselhos de consumidores, de caráter consultivo, voltados para a orientação, análise e avaliação das questões ligadas ao fornecimento, tarifas

> e adequacidades dos serviços prestados ao consumidor final. Compete à Aneel estimular a organização dos conselhos de consumidores. Desde sua criação, a Aneel busca estimular o funcionamento desses conselhos e o estreitamento das relações com os mesmos, participando de suas reuniões e prestando informações pertinentes à regulamentação e à fiscalização do setor elétrico.

Destaca-se também que o Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Para acompanhar a execução e assegurar o alcance das metas fixadas, a Aneel adota como sistemática a realização de reuniões trimestrais de avaliação do desenvolvimento do plano de trabalho e do progresso das atividades associadas à execução de cada ação. Nas reuniões, participam a gerência do Programa, as coordenações das ações e as superintendências parceiras no desenvolvimento da ação. O gerenciamento dos programas e das ações, em todas as suas fases, é apoiado por sistema de informações gerenciais disponíveis na Intranet da Aneel, denominado Sistema de Informações Gerenciais da Aneel (SIGANEEL).

QUALIDADE DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Haroldo Borges Rodrigues Lima

OBJETIVO

Proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível e biodiesel.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo, gás natural, álcool combustível e biodiesel

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 53.900.001,00	Empenho Liquidado:	R$ 47.676.712,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 47.676.712,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento - Porcentagem	-	96,10	96,41	97,40	95,00	102,53%

1. GRAU DE QUALIDADE DOS PRODUTOS NOS DIVERSOS AGENTES ECONÔMICOS DO ABASTECIMENTO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice alcançado em 2007 superou o previsto no PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Compete à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) implementar, em sua esfera de atribuições, a política de petróleo e gás natural contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo Território Nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. O Programa atende à determinação contida na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de novos equipamentos para o Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas (CPT).

• Realização de 24.420 ações de fiscalização focadas, principalmente, nos Estados da região Sudeste. Em 2007, foram utilizados laboratórios móveis que proporcionaram maior celeridade às ações de fiscalização no Rio de Janeiro e em São Paulo.

• O Centro de Relacionamento com o Consumidor atendeu 117.945 solicitações de consumidores e agentes econômicos em 2007.

• Em 2007, cerca de 97,4% das amostras de combustíveis coletadas estavam de acordo com o grau de qualidade requerido. Esse resultado é fruto da combinação de maior efetividade das ações de fiscalização e da ampliação dos convênios com Secretarias de Estado e Ministério Público. Também se consolidou a abrangência territorial do Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (PMQC) que, em 2007, abrangeu 22 instituições que cobriram 26 Estados.

O resultado alcançado reflete a combinação da ampliação da abrangência territorial das ações do Programa com a adoção de procedimentos e instrumentos mais eficazes de combate a práticas criminosas e lesivas aos consumidores e ao erário.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Muito embora as equipes tenham sido reforçadas ao longo dos períodos de 2005 e 2006, mediante a realização de concurso público e a nomeação dos aprovados, houve perda de mão-de-obra ocasionada pela saída dos contratados temporariamente e de servidores recém-empossados que, aprovados em outros concursos, deixaram os quadros da ANP.

Em função de dificuldades orçamentárias, financeiras e de pessoal, a elaboração e a implementação do processo de avaliação da satisfação do usuário foi adiada para o próximo PPA.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ANP mantém, por meio de seu Centro de Relacionamento com os Consumidores, central de atendimentos que tira dúvidas de consumidores e agentes econômicos em geral (diretamente ou consultando interlocutores das áreas responsáveis), além de encaminhar denúncias e reclamações.

O artigo 19 da Lei 9.478/97 prevê que toda iniciativa de projeto de lei ou norma administrativa que implique afetação do direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo será objeto de audiência pública

presidida pela ANP. Tais audiências possibilitam a esses atores participar e influir nas propostas de resoluções apresentadas pela Agência.

É, também, prática comum da ANP a realização de eventos de divulgação das rodadas de licitação de blocos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

A adoção de laboratórios móveis pode ser considerada inovação que contribui para o aumento da efetividade das ações de fiscalização no combate a práticas criminosas de adulteração de combustível e de ilícitos fiscais. Os equipamentos foram adotados nas ações de fiscalização nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quais concentram os maiores mercados consumidores do País.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) registra que no PPA 2008-2011, os dois programas da ANP (Qualidade dos Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis) foram fundidos. Nesse contexto, propõe-se a realização de Modelo Lógico para o novo programa, visando ratificar a adequação de sua estrutura, a consistência das ações e a viabilidade de apuração dos indicadores.

REFINO DE PETRÓLEO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Alberto Gaspar Domingues

OBJETIVO

Ampliar e modernizar o parque nacional de refino de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o risco ambiental mínimo, maximizando o uso de matéria-prima nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.703.121.932,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 4.717.090.062,00
	Total:	**R$ 4.717.090.062,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.035.143.642,00	R$ 760.762.778,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total - Milhão de barris de petróleo por dia	1,61	1,73	1,74	1,78	1,80	98,89%
2. Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional - Milhão de barris de petróleo por dia	1,29	1,38	1,39	1,39	1,44	96,53%
3. Capacidade de Refino Instalada - Milhão de Barris de Petróleo por Dia	1,86	1,83	1,99	1,99	1,98	100,51%

1. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO ANUAL TOTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice ficou próximo da meta prevista.

2. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice ficou próximo da meta prevista.

3. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice superou a meta prevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade exige a adoção de ações visando garantir sua oferta. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes representam oportunidades de desenvolvimento para o País e de ganhos para a balança comercial brasileira. Simultaneamente, os resultados empresariais positivos permitirão a sustentação do processo de desenvolvimento do parque industrial, com seu conseqüente desdobramento na forma de incremento ao mercado de fornecimento de bens e serviços no País e a evolução dos padrões de qualidade de combustíveis para patamares compatíveis com uma visão ecologicamente correta.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Adequação dos combustíveis diesel e gasolina à necessidade de redução de emissão de poluentes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Destaca-se o planejamento, em 2007, de novas unidades de conversão de petróleo nacional, caracterizado pelo seu baixo grau API (petróleo pesado), em derivados médios e leves. No ano de 2007, foi concluída a etapa de planejamento de grande parte dos projetos envolvidos, estando previsto o início de suas obras para 2008.

Ressalta-se que o aquecimento do mercado provocou o aumento dos custos de fornecimento de equipamentos, materiais e serviços, tornando morosos os processos licitatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho do Programa é medido mensalmente pelo avanço físico dos projetos. Está em estudo a padronização dos critérios de avanço a partir do uso sistemático do Sistema Integrado de Gestão (SAP R3). São utilizadas também, para o monitoramento da execução das ações as reuniões de trabalho, visitas *in loco* e o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O Programa promove a participação social por meio de Ouvidoria, de audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental e de reuniões com grupos de interesse. Um exemplo claro desse último mecanismo é o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), uma vez que promove o envolvimento social no

desenvolvimento dos projetos, inclusive com a participação de entidades de classe como sindicatos, associações patronais, fundações e prefeituras.

O uso de *benchmarking* internacional, a implementação de processos de otimização e melhoria contínua, bem como a adoção de melhores práticas na implantação de projetos, têm sido uma constante no gerenciamento do Programa.

TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

GERENTE DO PROGRAMA

Tereza Cristina Sanges de Alvarenga Rosa

OBJETIVO

Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte dutoviário de petróleo e derivados adequada ao incremento da demanda e às novas exigências ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.389.080.630,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 1.206.632.429,00
	Total:	**R$ 1.206.632.429,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Óleo e Derivados - Milhão de m³.km	-	47.581,00	-	-	47.581,00	-
2. Extensão da Malha de Oleodutos de Transporte da Petrobras - km	-	-	7.011,00	7.033,00	-	-
3. Taxa de Participação do Transporte Dutoviário no Transporte de Petróleo e Derivados - Porcentagem	18,00	18,00	-	-	18,00	-

1. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE ÓLEO E DERIVADOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não foi prevista a meta de índice ao final do PPA.

2. EXTENSÃO DA MALHA DE OLEODUTOS DE TRANSPORTE DA PETROBRAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice de 2007 não foi calculado.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE DUTOVIÁRIO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice de 2007 não foi calculado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o crescimento da produção de petróleo e seus derivados previsto para os próximos anos, faz-se necessária a disponibilização de infra-estrutura de armazenamento e de transporte dutoviário dimensionada para atender aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, segurança e de proteção ao meio-ambiente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação de sistema de escoamento de álcool, com a solicitação das licenças de instalação em maio de 2007 e emissão das requisições de materiais dos equipamentos críticos. Entrega do relatório de consistência do projeto básico em julho de 2007, com a colocação do pedido das bombas da Refinaria do Planalto Paulista (Replan). Início do processo de compras de equipamentos em setembro 2007, com a contratação do estudo de análise e risco realizado. Entrega da documentação do detalhamento do escopo de contratação dos domos em novembro de 2007. E a emissão final dos documentos da Fase Inicial do Projeto de Engenharia (FEED) em dezembro de 2007.

• Implantação do Terminal de Pecém (CE), em que foi concluída a FEED, em março de 2007, e iniciado o projeto executivo que se encontra em fase de conclusão. Em junho de 2007, foi realizado o pagamento à Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE), da compensação ambiental prevista nas condicionantes da licença de instalação. E, em outubro de 2007, foi concluída a aquisição de terreno com área total de 130 hectares (ha).

• Implantação de melhorias no terminal de São Sebastião, com o projeto básico concluído e o projeto executivo de substituição dos braços e das interligações está em andamento. E, em fase final de montagem da substituição de duas linhas de petróleo submarinas e a construção de duas novas linhas de claros que aguardam a emissão das licenças de operação, com o projeto básico concluído e o projeto executivo das bombas de carregamento de navios e à adequação das tubulações ao transiente hidráulico está em andamento.

• Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo, com projeto na fase de sondagem (sondagem técnica do terminal de Mauá e do terminal de Guararema concluídas), e estudo termo-hidráulico dos dutos concluído. Aerolevantamento dos trechos EB-Mauá e RECAP-Guararema concluídos e do trecho Guararema-REPLAN em andamento. Projeto geométrico das faixas de dutos entre a estação de bombas e o terminal de Guararema em licitação. Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio-Ambiente (EIA-RIMA) concluídos em setembro de 2007, com os estudos de análise

de risco quantitativa das instalações pontuais concluídos em dezembro de 2007. Processo de licenciamento junto à Secretaria de Meio Ambiente iniciado em novembro de 2006, Termo de Referência emitido em junho de 2007 e a entrega dos estudos ambientais e Protocolo do Pedido de Licença Prévia realizados em setembro de 2007.

• Construção de duto entre São Sebastião e Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) e de um píer em São Sebastião (SP), com a conclusão do projeto conceitual em junho de 2007 e início do projeto básico em julho de 2007. Emissão dos documentos técnicos para compra das bombas principais em setembro de 2007. Término do projeto básico em dezembro de 2007 e a contratação da Fase Inicial do Projeto de Engenharia/Projeto Executivo (FEED). Contratação da investigação do subsolo em dezembro de 2007 e início do processo de contratação do EIA/RIMA.

• Ampliação da capacidade do sistema de escoamento de petróleo e derivados da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) para 30.000 metros cúbicos por (m^3/dia), com a conclusão da estrutura metálica e a montagem da casa de controle e da sala de painéis e postes na nova subestação elétrica. Aquisição das bombas principais de petróleo e das bombas de carregamento de navios para a nova casa de bombas.

• Ampliação da capacidade do sistema de escoamento de petróleo e derivados da Refinaria Paulínia, em que o processo licitatório para construção e montagem foi iniciado em outubro de 2007. Recebimento de Licença Prévia da Estação de Santa Isabel em abril de 2007 – LP nº 1.096. Fabricação de sete bombas para estações intermediárias e conclusão do projeto básico, restando alguns detalhes do projeto executivo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O cumprimento das metas ficou abaixo do previsto em função de algumas ações que não foram realizadas conforme o cronograma. Entre as razões, há o alongamento dos prazos para obtenção de licenças ambientais, o aumento do escopo de alguns projetos, o atraso na finalização de licitações e as decisões administrativas da empresa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os principais mecanismos de participação social na execução do Programa são:

a) Ouvidoria: responsável por receber e dar seguimento, internamente, às questões enviadas por todas as partes interessadas e impactadas pelo Programa;

b) audiência pública: a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), juntamente com área de engenharia da Petrobras, realiza audiências públicas para esclarecimentos à comunidade local sobre seus empreendimentos de dutos e terminais;

c) pesquisa de satisfação tanto para clientes quanto para as comunidades vizinhas às instalações;

d) A atualização financeira do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) deveria ser mensal ao invés de bimestral. A empresa necessita realizar acompanhamentos físicos mensais e validações trimestrais, ao passo que os valores financeiros somente são atualizados bimestralmente.

O acompanhamento físico poderia ser trimestral, pois, na prática, em função dos tipos de projeto, a evolução física mensal é pequena.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) registra que no PPA 2008-2011, os Programas Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados e Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados foram fundidos. Sugere-se uma revisão dos indicadores escolhidos para o novo programa no intuito de garantir as apurações dos índices.

TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

GERENTE DO PROGRAMA

Tereza Cristina Sanges de Alvarenga Rosa

OBJETIVO

Reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente a novas exigências de mercado e ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 378.985.323,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 202.644.481,00
	Total:	**R$ 202.644.481,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados – Porcentagem	53,00	46,00	36,00	-	48,00	-
2. Taxa de Participação do Transporte Marítimo no Transporte de Petróleo e Derivados – Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA FROTA DE NAVIOS PRÓPRIOS DA PETROBRAS NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice do indicador não foi calculado.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE MARÍTIMO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve análise do alcance do indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A frota de petroleiros brasileira possui idade média bastante elevada, caminhando para o esgotamento de sua vida útil. Além disso, as novas exigências legais em tramitação, com padrões mais rigorosos de segurança e proteção ambiental, poderão reduzir ainda mais o tempo de utilização dos navios existentes. A redução planejada e gradual dos navios petroleiros nacionais, além de reduzir a dependência externa, proporcionará a otimização da utilização dos estaleiros nacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aprovação e liberação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do financiamento para compra de 10 navios-tanque que serão construídos pelo Estaleiro Atlântico Sul S.A., no Complexo Industrial e Portuário de Suape, no Município de Ipojuca, em Pernambuco. A assinatura dos contratos para a construção dos navios ocorreu em 31.12.07.

• Assinatura do contrato para construção de nove navios no Estaleiro Sermetal no Rio de Janeiro, em abril de 2007.

• Aprovação do financiamento de R$ 564,5 milhões do BNDES para a construção de quatro navios encomendados pela Transpetro junto ao Estaleiro Mauá Jurong, em Niterói.

• Liberação de recursos dos financiamentos do Fundo de Marinha Mercante (FMM) ao Estaleiro Atlântico Sul.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Houve baixa realização financeira, porque a execução dos contratos não ocorreu conforme cronograma previsto. Todavia, os recursos financeiros foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

A realização física da Ação Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais somente será considerada quando da entrega do primeiro navio previsto, não havendo registro de execução física até momento. A complexidade dessa Ação ocasionou atraso no edital de licitação dos navios previstos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram realizadas reuniões com grupos de interesse: os sindicatos ligados à indústria naval brasileira e à marinha mercante foram convidados a participar da Ação Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais.

Destaca-se que a Transpetro realiza, periodicamente, pesquisa de satisfação junto aos seus clientes.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que no PPA 2008-2011 os Programas Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados e Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados foram fundidos. Sugere-se uma revisão dos indicadores escolhidos para o novo programa no intuito de garantir as apurações dos índices.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Agricultura Familiar (Pronaf)

Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais

Crédito Fundiário

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Educação do Campo (Pronera)

Paz no Campo

Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram utilizados **R$ 3.796.675.453,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 4.122.113.346,00	Realizado orçamentário:	R$ 3.796.675.453,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 9.302.000.000,00	Realizado não-orçamentário:	R$ 0,00
Total previsto:	**R$ 13.424.113.346,00**	**Total realizado:**	**R$ 3.796.675.453,00**

Além disso, do total de **R$ 492.180.634,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 376.620.133,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MDA, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004/2007
Finalístico	0351 Agricultura Familiar – Pronaf	57,89%	38,41%	32,95%	32,30%	39,97%
	0135 Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais	27,19%	38,16%	42,48%	42,49%	37,83%
	1116 Crédito Fundiário	8,47%	10,33%	10,08%	9,46%	9,59%
	1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	0,47%	2,44%	2,95%	4,57%	2,68%
	0137 Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	4,86%	8,38%	9,37%	8,86%	7,93%
	1350 Educação do Campo (PRONERA)	0,00%	0,69%	0,68%	0,69%	0,53%
	1120 Paz no Campo	0,05%	0,07%	0,18%	0,13%	0,11%
	0138 Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária	0,84%	1,23%	1,04%	1,29%	1,10%
Finalístico Soma		**99,76%**	**99,71%**	**99,73%**	**99,78%**	**99,75%**
Gestão de Políticas Públicas	0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	0,24%	0,29%	0,27%	0,22%	0,25%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, destacam-se os principais resultados alcançados pelo MDA:

a) novos assentamentos e obtenção de imóveis rurais: foram assentadas 67.535 famílias, investidos R$ 1,4 bilhão na obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais, e destinados 6,4 milhões de hectares à criação de projetos de assentamentos;

b) crédito instalação e estruturação de assentamentos: foram beneficiadas 192.409 famílias com crédito para instalação nos assentamentos, compreendendo as etapas de implantação de assentamentos, que estruturam os projetos para receber os assentados e criam condições para o desenvolvimento da produção. Incluídos nesse montante estão o apoio inicial à instalação da família (R$ 2.400,00 por

família), o apoio ao fomento (R$ 2.400,00 por família), o financiamento e a recuperação da habitação (até R$ 7.000,00 por família) e um auxílio especial para a região do Semi-árido (até R$ 1.500,00 por família), totalizando um valor de até R$ 13.300,00 por família. Na infra-estrutura básica dos novos assentamentos (estradas, eletrificação, abastecimento de água), foram beneficiadas 49,9 mil famílias com ações diretas na construção e recuperação de 6.200 quilômetros (km) de estradas e 19 mil famílias foram atendidas com sistemas de abastecimento de água. Nas atividades de recuperação de assentamentos, foram aplicados, em 2007, R$ 37 milhões no Programa de Consolidação de Assentamentos (PCA), que atendeu cerca de 10 mil famílias com infra-estrutura e serviços;

c) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): ao todo, 53 mil pessoas tiveram acesso a programas de educação nos assentamentos, em 2007. Como parte das ações para garantir os direitos fundamentais às populações rurais, o Governo implementa uma política de leitura para o meio rural brasileiro por meio do Programa de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras. Ao disponibilizar, às comunidades rurais, informações e literatura de acordo com seus interesses e necessidades, esse Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da educação e do lazer no campo. Além disso, estimula a leitura em ambiente familiar e contribui para a redução da evasão escolar. Em 2007, foram implementadas 1.858 Bibliotecas Rurais, em 895 Municípios de 25 Estados, distribuídos mais de 368.678 livros e atendidas 265.746 famílias do campo;

d) agricultura familiar: as ações do Governo para a agricultura familiar priorizaram a consolidação dos instrumentos e políticas públicas, em especial a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para qual foram disponibilizados R$ 167 milhões, possibilitando atender cerca de 2,5 milhões de agricultores familiares com o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). No Plano Safra da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária 2006-2007 houve expressiva ampliação do crédito do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Os financiamentos alcançaram R$ 8,4 bilhões aplicados na safra 2006-2007, representando 1,69 milhão de contratos realizados. Houve também a consolidação do novo mecanismo de garantia de renda, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Agora, além da garantia de renda alicerçada pelo SEAF e pela Garantia-Safra, que protegem a produção em caso de perdas por problemas climáticos, o produtor estará segurado contra queda de preços na época da comercialização da produção. Esses instrumentos proporcionam um ambiente de estabilidade, estimulando o aumento da produção e da renda, que assegurou aproximadamente 76% dos contratos de Pronaf Custeio, em 2007, para as culturas de milho, feijão, arroz, mandioca, leite e soja;

e) crédito fundiário: 15.995 famílias beneficiadas com a aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva, em um total de mais de R$ 450 milhões, em sua maior parte nas regiões mais pobres do País;

f) regularização fundiária: o georreferenciamento dos imóveis rurais possibilita a identificação da situação dos imóveis rurais e constitui pré-condição para a regularização fundiária e o acesso às políticas de apoio à produção. Fruto de 349 ações judiciais, o Governo obteve a retomada de 7 milhões de hectares de terras públicas federais nas áreas ocupadas irregularmente, que depois de arrecadadas foram destinadas à reforma agrária ou à criação de unidades de conservação. Atualmente, estão em curso ações de georreferenciamento, em 10,4 milhões de hectares, nos Estados da Amazônia Legal. Ademais, com a edição do Decreto nº 6.232, de 11 de outubro de 2007 foram fixados os limites de área rural para efeitos de concessão de título de propriedade ou de direito de concessão real de uso na Amazônia;

g) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2007: o volume de recursos destinados foi de R$ 61 milhões, mais R$100 milhões, suplementares, no final de novembro. Foram investidos R$ 69.475.135,00, contemplando a compra de alimentos de 21.935 agricultores familiares. Considerando o previsto pela Lei Orçamentária Anual (LOA) atingiu-se 80% da meta de aquisições, tendo sido beneficiados 98% dos agricultores inicialmente previstos. Esse resultado deve-se à grande variação do produto comercializado e do preço pago. Produtos de maior valor agregado (derivados de leite, polpa de frutas, sementes, castanhas, café beneficiado) são adquiridos em menores volumes e mais recursos. Dos recursos previstos para aquisição (R$ 56.010.000,00), foram aplicados 116%, ou seja, R$ 9.125.198,00 a mais do que previa a LOA. Com relação aos recursos financeiros disponibilizados pela suplementação orçamentária, cabe lembrar que não foi possível sua utilização plena tendo em vista o curto período de tempo disponível para empenho e execução. Em 2007, consolidou-se a política setorial do leite, cadeia produtiva que envolve quase dois milhões de estabelecimentos de agricultores familiares e que é hoje uma das principais atividades geradoras de renda no meio rural, especialmente, entre os agricultores familiares;

h) biodiesel: o Governo criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), estabelecendo as condições para a participação da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária na produção do biodiesel, tendo como principal instrumento o Selo Combustível Social, certificado que proporciona benefícios tributários às empresas produtoras de biodiesel que adquirem matérias-primas da agricultura familiar e prestam assistência técnica aos agricultores. O Selo já foi emitido para 28 empresas de biodiesel, viabilizando a participação de mais de 100 mil famílias de agricultores nessa cadeia produtiva. O estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias visando proporcionar melhores condições de participação da agricultura familiar no Programa constitui uma das prioridades do Governo. Com as entidades da agricultura familiar, o Governo tem realizado parcerias com o objetivo de ampliar a capacidade de organização da produção e de negociação com as indústrias de biodiesel;

i) elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável de Territórios Rurais: em 2007, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) apoiou 120 Territórios Rurais selecionados nas 27 unidades da Federação, abrangendo 1.864 Municípios, com uma população de cerca de 38,7 milhões de pessoas (22,78 % do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 3.342.377 km^2 (39,18% da área total do País). Nesses territórios, concentram-se 45,36% dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil. Foram ainda constituídos colegiados territoriais em 115 territórios rurais apoiados, com graus de consolidação variáveis, considerando-se a diversidade existente entre as realidades vivenciadas em cada espaço apoiado. Foram elaborados, em 2007, oito novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), sendo que, no período 2004-2007, 104 territórios rurais concluíram pelo menos uma primeira versão do seu PTDRS, construídos pelos atores locais de forma participativa, contendo, além do diagnóstico territorial, os principais eixos norteadores do desenvolvimento territorial e a visão de futuro do território. Em apoio à elaboração e à gestão dos PTDRS, foram concluídos, em 2007, 23 novos Planos de Safra Territoriais e outros 14 estão em fase de conclusão.

Os resultados alcançados na execução dos Programas que compõem a política de desenvolvimento agrário expressos anteriormente demonstram a superação de grande parte das dificuldades enfrentadas. Fez-se necessário reverter a ausência de políticas públicas permanentes capazes de promover a autonomia financeira e o acesso a direitos por parte dos agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais de todas as regiões do País, considerando as suas especificidades. A Reforma Agrária, entendida como uma política estruturante para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável apresentou avanços significativos, com a construção e a execução das políticas pautadas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Para cumprir seus objetivos, o Plano buscou a implementação de novas formas de crédito e assistência técnica, entre outras ações, baseado na viabilidade econômica e na sustentabilidade ambiental, acompanhadas da multiplicação dos recursos. Os agricultores familiares passaram a contar com um conjunto de políticas diferenciadas, com a ampliação e qualificação do Pronaf, a criação dos seguros de clima e de preços, a ampliação da oferta de assistência técnica, a organização da cadeia do biodiesel e as ações de apoio à comercialização.

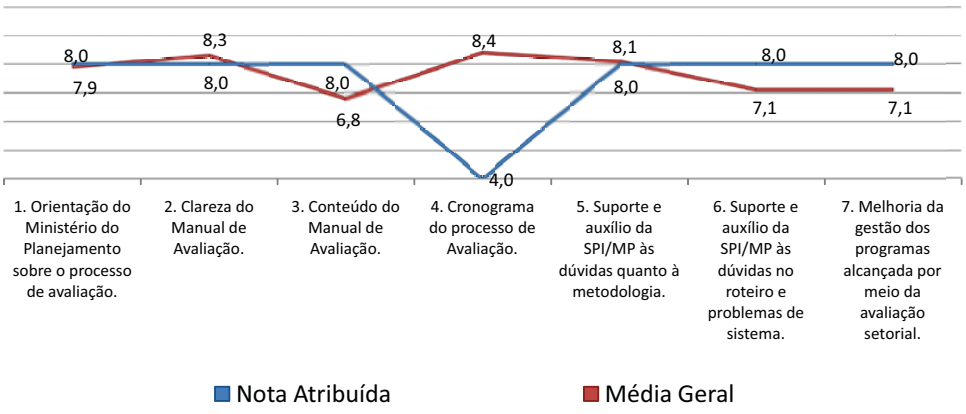
A participação social no âmbito da gestão do MDA dá-se, principalmente, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que tem composição paritária, entre Governo Federal e entidades da sociedade civil, contam com comitês e grupos temáticos permanentes que se constituem em instâncias de controle social e definição das linhas de ação e metas da política a ser desenvolvida no âmbito dos programas. Com a implementação da política de desenvolvimento territorial e a constituição dos territórios de desenvolvimento rural sustentável, abriu-se outro importante espaço de participação da sociedade civil, os colegiados de desenvolvimento territorial, que envolvem os atores locais no planejamento das ações e na definição da aplicação dos recursos do Programa.

As ações implementadas pelo MDA, neste último período, tiveram ênfase na articulação entre os objetivos expressos pelas políticas públicas. Buscando superar a fragmentação e a desarticulação das diversas ações desenvolvidas no meio rural foi incorporada a abordagem territorial na formulação e implementação dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Com a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais foram constituídos 120 territórios rurais, nas 27 unidades da Federação abrangendo 1.864 Municípios, com uma população de cerca de 39,7 milhões de pessoas (22,46% do total brasileiro), onde se concentram 44,3 % dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil.

A estrutura organizacional do Ministério passou por um processo recente de adequação, com a aprovação da reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a criação das Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário, em todas as Unidades da Federação e a constituição da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em 2003. Apesar dos avanços produzidos por essa adequação e pela recuperação da capacidade operacional do Incra, com o provimento de mais de 1.800 cargos, permanece um descompasso entre a amplitude do alcance das políticas e a pequena estrutura institucional responsável por sua gestão. O Ministério não possui quadro de pessoal próprio desde a sua criação, contando, para o desempenho de suas atribuições e competências, somente com cargos em comissão e poucos servidores integrantes da carreira de gestor de políticas públicas.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MDA mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a dez, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MDA e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

GERENTE DO PROGRAMA

Adoniram Sanches Peraci

OBJETIVO

Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.441.676.121,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.838.413.845,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.838.413.845,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 10.575.933.446,00	R$ 8.060.162.978,71	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Assentados da Reforma Agrária – Porcentagem	-	-	-	59.83	77.07	77,63%
2. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B – Porcentagem	-	-	-	45.05	34.65	130,01%
3. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha C – Porcentagem	-	-	-	43.89	46.43	94,53%
4. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha D – Porcentagem	-	-	-	69.27	50.79	136,39%
5. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha E – Porcentagem	-	-	-	75.37	72.00	104,68%

1. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice previsto não foi atingido em decorrência de outras dificuldades, como a greve prolongada dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra),

autarquia responsável para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAPs), que se configura como um dos requisitos para o acesso ao crédito.

2. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF LINHA B
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto foi superado. Isso ocorreu devido a alterações no Pronaf, tais como a transformação da linha B em microcrédito, simplificação no processo de contratação, e utilização de metodologia diferenciada pelo Banco do Nordeste (BNB), que modificou as orientações para as famílias tomadoras de crédito em potencial.

3. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF LINHA C
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o índice não tenha sido atingido, apresentou um bom desempenho com 94% do esperado. Tal fato é explicado pela migração dos beneficiários do Grupo C para o Grupo D, o que é altamente positivo para o Programa, pois significa aumento de renda nessas famílias.

4. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF LINHA D
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice foi superado, atingindo 136% do esperado. Tal fato explica-se pela simplificação dos procedimentos para contratação do financiamento e à efetivação da contratação em época adequada e oportuna, reduzindo assim os riscos dos empreendimentos financiados. Acrescenta-se ainda a migração de agricultores do grupo C.

5. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF LINHA E
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto foi superado devido à mudança no limite da renda bruta para o enquadramento da linha E, que permitiu o acesso de maior número de agricultores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os problemas da agricultura familiar têm sua origem na exclusão produtiva ou social da classe de produtores no âmbito das políticas públicas dirigidas ao meio rural. A implementação do Pronaf tem por finalidade garantir o acesso às políticas de geração de renda e emprego, e ao exercício de cidadania, consubstanciadas nas políticas de crédito à produção, à infra-estrutura produtiva, à habitação, à saúde, à educação, incluindo-se nesta última as ações de capacitação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação do atendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares graças à suplementação orçamentária aprovada em Lei.

• Estabelecimento do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), que no ano de 2007 cobriu cerca de 550 mil contratos.

• Qualificação dos técnicos da rede de extensão rural por meio de cursos de especialização.

• Implementação de Redes Temáticas nos convênios de ATER.

• Concessão de Selo Combustível Social a 18 empreendimentos e implementação de pólos de produção de oleaginosas visando a ampliação da participação da agricultura familiar na cadeia do biocombustível.

• Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, ampliando as alternativas de comercialização para a agricultura familiar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Conforme mostram os indicadores do Programa, o crédito, com exceção do Grupo de Assentados da Reforma Agrária e do Grupo C, superou os índices esperados. Ainda assim, esses dois grupos atingiram 77% e 94% do esperado, respectivamente. A ação de ATER também superou a previsão, atingindo 113% do número de beneficiários previstos. As ações de Agregação de Valor e Cadeia do Biodiesel tiveram boa execução orçamentária, porém insuficiente frente à demanda, em virtude de escassez de recursos.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa em questão são reuniões de trabalho, visitas *in loco*, sistemas informatizados, como o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronaf (SMAP).

Os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) foram executados quase na sua integralidade, bem como a suplementação orçamentária para a ação de ATER (4260). Todavia, esses recursos são ainda insuficientes para atendimento do público beneficiário do Programa, que necessita de assistência técnica para obtenção de crédito e para a correta aplicação dos recursos. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Tanto a equipe gerencial quanto as equipes executoras possuem infra-estrutura inadequada para sua acomodação. Outra fragilidade apontada é a inexistência de carreiras próprias do Ministério.

Um obstáculo indicado foi a dificuldade para celebração dos convênios em alguns Estados em função do atraso na apresentação de prestação de contas. Além disso, em virtude da falta de pessoal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem dificuldades para tramitação de todos os convênios demandados a partir das ações do Pronaf. O tempo de tramitação por vezes torna-se excessivamente longo, já que várias instâncias devem se manifestar para autorizar a celebração do instrumento.

A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) executa a maioria das ações por meio de parcerias com órgãos estaduais e organizações não-governamentais (ONGs). Há duas inconveniências nas normas de convênio:

a) não são adequadas para atividades de caráter continuado como, por exemplo, a ATER, que além do aspecto continuado, deve ser oferecida de acordo com a sazonalidade, e muitas vezes não coincide com o tempo de tramitação de um convênio;

b) não são adequadas para as ONGs, por exemplo, as normas de aplicação de pregão eletrônico. No caso da ação de fortalecimento da cadeia produtiva do Biodiesel, assim como da ATER, há conflito com diversos órgãos que desenvolvem atividades paralelas e concorrentes, gerando desperdício de recursos.

Os recursos descentralizados para Estados e ONGs, no caso das ações 4260 e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (4448), são definidos com base em editais e termos de referência, nos quais são especificadas as atividades passíveis de execução, as metodologias a serem empregadas, entre outros. Há reuniões constantes com as Redes de ATER e a capacitação, que atuam nestas ações, com vistas a aperfeiçoar os procedimentos para sua execução. Nas ações Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar (4280) e Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel (2B54), é feito acompanhamento constante da execução junto aos parceiros, o que tem conduzido a bons resultados nos projetos, à exceção da maior parte dos projetos oriundos de emendas parlamentares.

Atualmente, o Pronaf tem ações de crédito no Ministério da Fazenda (MF), que acompanhamos com intensidade e razoável precisão, e uma ação no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), da qual nunca houve acompanhamento sobre a execução. As ações de crédito rural são as que mais contribuíram para o alcance dos objetivos do Programa, e as que são acompanhadas com maior efetividade.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias com instituições não-governamentais têm sido bastante importantes para a execução das ações.
O Programa promove a participação social mediante reuniões com grupos de interesse, discussões no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). No entanto, o MDA não avalia a satisfação de seus beneficiários por não ter estrutura para tanto.

Os sistemas informatizados como o SMPA e o Sistema de Convênios e Finanças (Sicofin) são bons exemplos de prática de gestão que podem ser replicados na Administração Pública Federal.

O MP esclarece que, diferentemente de outros programas do MDA, o Pronaf teve seus indicadores apurados em 2007 permitindo aferir o desempenho do Programa no período do Plano. Apesar da importância dessa apuração, é importante destacar que indicadores de atendimento do público-alvo são insuficientes para aferir o impacto de um Programa da envergadura do Pronaf. Faltam dados que informem a alteração da realidade da agricultura familiar *vis-à-vis* à atuação do Programa.

ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Nilton Bezerra Guedes

OBJETIVO

Promover a democratização do acesso à terra, contribuindo para a segurança alimentar e para a geração de emprego e renda.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores rurais sem-terra

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.475.123.948,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.418.219.341,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.418.219.341,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Famílias Beneficiadas com Crédito de Instalação - Apoio - Porcentagem	-	-	-	-	100.00	-
2. Taxa de Famílias Beneficiadas com Infra-Estrutura Viária - Porcentagem	-	-	-	-	60.00	-
3. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Assistência Técnica – Porcentagem	-	-	-	-	100.00	-
4. Taxa de Famílias Acampadas Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária – Porcentagem	-	-	97.40	67.50	90.00	75%
5. Taxa de Famílias Beneficiadas com Crédito Instalação - Habitação – Porcentagem	-	-	-	-	70.00	-
6. Taxa de Famílias Beneficiadas com Eletrificação Rural – Porcentagem	-	-	-	-	60.00	-
7. Taxa de Famílias Beneficiadas com Sistemas de Abastecimento de Água - Porcentagem	-	-	-	-	60.00	-
8. Taxa de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária – Porcentagem	-	-	-	-	56.00	-

A inexistência de índice de referência prejudica a avaliação dos resultados do Programa com base nos indicadores propostos. A avaliação, portanto, foi elaborada somente a partir do número de famílias beneficiadas com cada ação. Já se encontram em andamento as análises e os estudos para o estabelecimento de indicadores que melhor definam o objetivo e o alcance do Programa, que deverão ser implementados no PPA 2008-2011.

1. TAXA DE FAMÍLIAS ACAMPADAS BENEFICIADAS NOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de 67,50% é razoável, tendo em vista que, tanto a greve de servidores quanto a tardia liberação do orçamento 2007, atrapalharam a execução do Programa.

2. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM CRÉDITO DE INSTALAÇÃO – APOIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador representa uma das quatro modalidades de crédito que compõem a ação 0062 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas - Implantação, quais sejam: apoio inicial, fomento, aquisição de material de construção, adicional de Semi-árido, cuja meta, para o exercício de 2007, era de 98.811 famílias a serem atendidas. Ressalte-se que foram beneficiadas 119.066 famílias, alcançando, assim, uma execução de 120,50% da meta prevista pela ação. Embora o indicador não tenha sido aferido, cabe salientar que, especificamente, na modalidade Crédito de Instalação na Modalidade de Apoio, foram contempladas 45.946 famílias. Considerando a proporcionalidade desse conjunto de famílias em relação ao total de atendimentos e tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento dos projetos de assentamento, pode-se inferir que o resultado foi expressivo.

3. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador representa um dos cinco tipos de serviços executados na ação 4296 – Projetos de Assentamento Rural em Implantação, quais sejam: Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), demarcação, topografia, sistema de abastecimento de água, sistema de eletrificação rural e estrutura viária. Embora a ação tenha atendido somente 37,56% (equivalente a 56.333 famílias) da meta prevista para 2007, vale ressaltar que, na modalidade de Infra-Estrutura Viária (estrada), foram beneficiadas 19.774 famílias.

4. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Assistência Técnica objetiva propiciar de forma permanente e continuada a assessoria técnica, social e ambiental às famílias assentadas em projetos de reforma agrária. Embora o indicador não tenha sido aferido, cabe salientar que ele está diretamente relacionado com a ação 4464 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação, para a qual, em 2007, foram previstos atendimentos a 183.591 famílias, tendo sido contempladas 77.829 famílias apenas, o que significou um alcance de 42% do total.

5. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de o indicador não ter sido aferido, convém salientar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vem reduzindo o passivo de famílias que aguardam atendimento pelo Programa de Reforma Agrária, investindo na qualificação dos projetos de assentamento criados, o que pode ser traduzido pelos seguintes resultados em 2007: assentamento de 67.565 famílias, atendimento de 77.829 famílias com assessoria técnica, concessão de 119.066 créditos de instalação, atendimento de 56.333 famílias com serviços (PDA e topografia) e infra-estrutura básica.

6. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM CRÉDITO INSTALAÇÃO - HABITAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador representa uma das quatro modalidades de crédito que compõem a ação 0062 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas - Implantação, quais sejam, apoio inicial, fomento, aquisição de material de construção, adicional de Semi-árido, cuja meta para o exercício de 2007, era de 98.811 famílias a serem atendidas. Ressalte-se que foram atendidas 119.066 famílias, alcançando, assim, uma execução de 120,50% da meta prevista na ação. Embora o indicador não tenha sido aferido, cabe salientar que, especificamente, na modalidade Crédito de Instalação - Habitação, foram beneficiadas 55.278 famílias.

7. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM ELETRIFICAÇÃO RURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador representa um dos cinco tipos de serviços executados na ação 4296 – Projetos de Assentamento Rural em Implantação, quais sejam: PDA (Plano de Desenvolvimento de Assentamento), demarcação, topografia, sistema de abastecimento de água, sistema de eletrificação rural e estrutura viária. Cabe salientar que a Ação alcançou o atendimento

de 37,56% (equivalente a 56.333 famílias) da meta prevista para 2007. Ressalte-se que a modalidade de Infra-Estrutura (eletrificação Rural) é desenvolvida diretamente pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

8. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este indicador representa um dos cinco tipos de serviços executados na ação 4296 – Projetos de Assentamento Rural em Implantação, quais sejam: PDA (Plano de Desenvolvimento de Assentamento), demarcação, topografia, sistema de abastecimento de água, sistema de eletrificação rural e estrutura viária. Apesar de a ação ter atendido somente 37,56% (equivalente a 56.333 famílias) da meta prevista para 2007, é importante salientar que, na modalidade de Infra-Estrutura (Sistema de Abastecimento), foram beneficiadas 10.144 famílias.

Cabe, ainda, ressaltar que foram propostas no projeto de lei de elaboração do PPA 2008-2011 a exclusão dos indicadores acima e a criação de dois novos indicadores, para possibilitar que o alcance do objetivo do Programa seja aferido de forma mais acurada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A reforma agrária constitui elemento essencial do processo de mudança do modelo de desenvolvimento do País, mas a demanda pelo acesso à terra e por condições de sustentabilidade por parte das famílias rurais sem-terra vem gerando fortes conflitos no meio rural. A não intervenção nesse processo acarretará o acirramento de conflitos pela posse e uso da terra, impedindo o avanço sócio-econômico e ambiental dos grupos vulneráveis. O modelo de intervenção praticado em exercícios anteriores não foi suficiente para induzir a melhoria na qualidade de vida e no trabalho dos assentados, além de gerar um passivo ambiental. Para mudar o enfoque da intervenção, tentou-se implantar novos assentamentos em áreas prioritárias com vistas à potencialização dos investimentos promotores da transformação da estrutura sócio-econômica do meio rural e com a efetiva participação da comunidade assentada. O novo modelo deverá, portanto, ser capaz de integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, meio ambiente, entre outras, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento, com ênfase na inserção das questões de gênero, raça/etnia e geração de renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incorporação de 1.376.535 hectares ao Programa de Reforma Agrária, correspondendo a 117,68% da meta física programada ao custo total de R$ 1.399.346.563,00, representando 96,86% dos recursos financeiros disponíveis.

• Concessão de crédito e instalação de 119.066 famílias, extrapolando a meta física em 20,5%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou uma execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Vale destacar que alguns fatores impactaram negativamente, como o período de greve dos servidores e a tardia aprovação do orçamento da União, o que comprometeu o tempo hábil para a celebração dos convênios e a liberação dos recursos. Apesar disso, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, e a execução orçamentária, em relação às dotações autorizadas na LOA 2006, foi satisfatória. O fluxo de recursos da programação física, no entanto, sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Os recursos não-orçamentários tiveram impacto médio.

O Programa compreende apenas cinco ações com meta física apresentadas, quais sejam: 4274 – Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais, 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária, 4296 – Projetos de Assentamento Rural em Implantação, 0062 – Concessão de Crédito Instalação às famílias Assentadas – Implantação, 4464 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação. Nessas cinco ações, houve, de modo geral, um bom desempenho do órgão.

Três metas ficaram aquém do esperado: o desempenho razoável no atendimento às famílias acampadas, o baixo número de famílias atendidas com assistência técnica, e a deficiência na contabilização dos números efetivos de famílias atendidas com a eletrificação rural. Face à decisão do Governo de estabelecer limites para movimentação e empenho de recursos orçamentários e financeiros por quadrimestre, o Programa não apresentou melhores resultados. Ressalte-se que os recursos financeiros não foram disponibilizados em tempo hábil para implementação das ações já comprometidas.

Tendo em vista o volume dos programas e das ações executadas e ainda o montante de recursos abrangidos pelo Programa, verifica-se a necessidade de maior número de servidores atuando tanto na equipe que realiza o gerenciamento do Programa quanto no corpo técnico de execução do Programa e de suas ações. Aponta-se a necessidade, também, de capacitação da equipe gerencial.

Apesar das suplementações feitas nos últimos exercícios, especialmente, na ação de obtenção de terras e na Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), estas ocorrem já quase no final do exercício, dificultando a aplicação efetiva dos recursos aportados e resultando na inscrição de parte do orçamento em restos a pagar.

O atraso na prestação de contas dos entes convenentes compromete o encerramento de convênios estabelecidos e a celebração de novos, o que impossibilita, em parte, a aplicação efetiva dos recursos para alcance do objetivo das ações. Além disso, a lentidão do processo de licenciamento ambiental afeta, principalmente, a criação de projetos de assentamentos e, conseqüentemente,

todas as ações posteriores de implantação inerentes ao programa. Permanecem dificuldades operacionais por parte dos órgãos licenciadores, que, muitas vezes, não têm estrutura financeira e de pessoal para a análise das solicitações de licenças protocoladas pelo Incra.

Pode-se considerar que houve um alto desempenho na execução das ações, com quase todas realizadas por meio da descentralização dos recursos.

A gerência na execução física, orçamentária e financeira é desenvolvida de forma integrada com as unidades executoras. É possível melhorá-la de forma significativa com a implantação de sistemas de monitoria visando facilitar essa integração.

À exceção do Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia (MME), que apresentou, nos últimos anos, um resultado bastante significativo, outras ações de parceria ainda precisam de maior empenho por parte das instituições para que os resultados sejam alcançados. Podem-se citar como exemplo, as ações de saneamento e de captação de água com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que representam melhoria significativa na qualidade de vida dos assentados, mas que ainda não são executadas de forma efetiva, bem como as ações de parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) para habitação rural, cujos recursos aportados poderiam ser de maior vulto. Tanto a definição dessas ações como sendo prioritárias nas instituições parceiras quanto o aumento de volume de recursos a serem investidos podem melhorar a relação multissetorial.

Quanto à obtenção de terras, esta insuficiência foi equacionada com a suplementação orçamentária. A integração entre a gerência do Programa e as coordenações das ações foram efetivas.

Há a necessidade de maior interação intra-setorial, seja no que se refere à definição de territórios para atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a agricultura familiar em conjunto com as ações de reforma agrária pelo Incra, seja no que se refere às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). É necessária ainda uma maior integração quanto à aplicação dos recursos de infra-estrutura pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), guardando coerência com os Municípios de atuação do Incra.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realizou parcerias não-governamentais para sua execução. Quanto à participação social, o Programa apresenta ação da Ouvidoria Agrária, do MDA, que sistematiza as demandas relativas às ações de obtenção de terras, e também das ações de implantação de assentamentos. Além disso, são realizadas audiências públicas, especialmente, nos procedimento de obtenção de terras via aquisição por compra e venda. São promovidos, ainda, eventos com a participação dos setores envolvidos, com o objetivo de discutir a aplicação dos recursos, as prioridades de atuação, as formas de contratação

de serviços, a elaboração de normativos da instituição, além de reuniões no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). O Programa, no entanto, não possui mecanismos para aferição da satisfação de seus beneficiários, sendo necessário que se implemente tal instrumento.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, a exemplo do processo de monitoramento junto às Superintendências Regionais do Incra, que contribuem significativamente para a gestão da iniciativa.

O MP enfatiza a necessidade de se trabalhar na construção de novos indicadores que melhor representem o Programa para o período do PPA 2008-2011.

CRÉDITO FUNDIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Raimundo da Costa Sobrinho

OBJETIVO

Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis.

PÚBLICO-ALVO

Famílias sem-terra, arrendatários, parceleiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 550.419.775,00	Empenho Liquidado:	R$ 538.198.603,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 538.198.603,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária - Porcentagem	-	2.46	4,06	5,66	-	-

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO NA REFORMA AGRÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado apurado em 2007 foi de 1,6%. A taxa de participação cumulativa do Crédito Fundiário no período do PPA 2004-2007 é de 5,66%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficientes para um processo de desapropriação representam cerca de 40 milhões de hectares. A estas áreas devem-se acrescentar as áreas produtivas, que não podem ser incorporadas ao processo de reforma agrária pela via da desapropriação, mas que podem, em razão de seu preço,

originar projetos viáveis. Esse Programa de acesso à terra é complementar ao Programa de Reforma Agrária. O Programa de Crédito Fundiário é executado de forma descentralizada pelos Estados e financia a compra de imóveis rurais, bem como os investimentos básicos necessários à estruturação dessas novas unidades produtivas, a capacitação dos beneficiários e a assistência técnica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 7.875 contratos assinados.
- 16.344 famílias beneficiadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física do Programa ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e, embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não houve impactos sobre a execução do Programa.

Constituíram entraves para o não atendimento da meta de beneficiar 27.188 famílias em 2007 o não estabelecimento de novos convênios com os Estados partícipes e a previsão de encerramento do Acordo Empréstimo 7037-BR. Assim, as unidades técnicas ficaram todo o ano de 2006 e também de 2007 sem receber novos recursos do Governo Federal, obrigadas a diminuir o ritmo das atividades e conseqüentemente das contratações.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa em questão são visitas *in loco*, sistemas informatizados, como o Sistema de Qualificação da Demanda (SQD) e o Sistema de Monitoramento dos Mercados de Terras (SMMT), além dos relatórios de gestão (Painel de Indicadores).

Tanto a equipe gerencial quanto as equipes executoras possuem infra-estrutura inadequada para realização de suas tarefas, principalmente nas Unidades Técnicas Estaduais (UTE). Porém, há insuficiência de servidores, bem como necessidade de qualificação dos gestores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias com organizações não-governamentais, o que tem permitido a construção e a consolidação da Rede de Apoio do Programa. Além disso, a sociedade é consultada sobre as propostas, metas e estratégias de implementação do Programa em foros como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Por meio do Diagnóstico Qualitativo dos Projetos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), realizado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz em parceria com a Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), o Programa foi avaliado como ótimo e bom por 94 % das famílias entrevistadas.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) enfatiza a existência de forte vinculação do Programa com acordo de empréstimo externo. Além disso, ressalta-se a necessidade de criação de novo indicador, tendo em vista que a Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (Porcentagem) não é capaz de expressar o impacto do Programa sobre o problema que pretende atacar.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Cesar José de Oliveira

OBJETIVO

Recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária, criados até 2002, de modo a proporcionar à população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo, objetivando sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando às diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania.

PÚBLICO-ALVO

Famílias assentadas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 513.031.460,00	Empenho Liquidado:	R$ 504.552.736,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 504.552.736,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTACEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Assistência Técnica e Capacitação - Recuperação – Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
2. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Crédito Instalação - Recuperação - Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
3. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Recuperação de Eletrificação Rural - Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
4. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Recuperação de Sistemas de Abastecimento de Água-Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
5. Taxa de Atendimento de Famílias Asssentadas com Recuperação de Infra-Estrutura Viária - Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
6. Taxa de Concessão de Documentação aos Assentados da Reforma Agrária - Porcentacem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado. Assim, a aferição dos resultados do Programa com base nesse indicador foi prejudicada. No entanto, 199 unidades de abastecimento de água foram executadas no exercício, beneficiando 9.633 famílias. No âmbito dos Planos de Consolidação de Assentamentos foram concluídos obras e serviços que beneficiaram cerca de 604 famílias.

2. TAXA DE CONCESSÃO DE DOCUMENTAÇÃO AOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado, assim a aferição do resultado com base nesse indicador fica prejudicada.

3. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM CRÉDITO INSTALAÇÃO - RECUPERAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado, assim a aferição do resultado com base nesse indicador fica prejudicada, entretanto, observa-se o excelente desempenho da ação.

4. TAXA DE ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado. Com isso, a aferição dos resultados do Programa com base nesse indicador foi prejudicada. No entanto, 30.176 famílias foram beneficiadas com 4.053,76 quilômetros (km) de estradas.

5. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO - RECUPERAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado, assim a aferição do resultado com base nesse indicador fica prejudicada. No âmbito dos Planos de Consolidação de Assentamentos, 4.388 famílias foram atendidas por equipes de assistência técnica.

6. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A inexistência de índice prejudica a avaliação dos resultados do Programa, com base nesse indicador. Entretanto, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia (MME), vem atendendo às demandas de acesso à energia elétrica nos assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ainda assim, o Incra beneficiou 280 famílias utilizando recursos próprios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A inexistência de uma estratégia de desenvolvimento local e regional sustentável fundamenta o estabelecimento de ações visando à inserção de famílias assentadas em um contexto de sustentabilidade sócio-econômica por meio da mobilização e articulação dos atores sociais, governamentais e não-governamentais, reafirmando a importância das ações de reforma agrária como indutoras do desenvolvimento regional e levando qualidade de vida ao campo. Obstáculos como fortes restrições de mercado, oferta deficitária de serviços sociais, infra-estrutura básica e assistência técnica e de capacitação impedem a consolidação dos assentamentos e conduzem ao endividamento e evasão dos assentados, indicando claramente a desarticulação da Política de Reforma Agrária com os programas locais e regionais de desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 57.075 famílias beneficiadas pela Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias (Terra Sol).

- 69.332 famílias beneficiadas pela Ação 4312 - Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural.

- 11.527 famílias com títulos provisórios ou definitivos.

- 10.493 famílias atendidas de um total previsto de 11.230 famílias pelo Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos (PCEA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa são realizadas quase que totalmente pelos órgãos descentralizados (Superintendências Regionais) e apresentam desempenho positivo, fato que pode ser explicado pela integração entre a gerência do Programa e os entes executores.

Com relação à execução física, tem-se resultado de 80% a 100% do previsto na LOA 2007. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e a execução

orçamentária em 2007 esteve compatível com as dotações autorizadas na LOA. O fluxo, porém, sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Houve o contingenciamento de recursos durante o ano que somente foram liberados nas duas últimas semanas do exercício, fato que comprometeu execução físico-financeira das ações. No caso da Ação 4320, o contingenciamento ocorrido durante o exercício prejudicou a execução física no período.

Em relação à Assistência Técnica (Ates), crédito instalação e a Ação Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural, que contempla infra-estrutura básica (água, energia e estradas), Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) e serviços topográficos, os resultados alcançados ficaram aquém do esperado para cada uma dessas atividades, pela insuficiência de recursos para atender a demanda existente. No caso da Ação Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais, os recursos não foram disponibilizados em tempo hábil, comprometendo negativamente a expedição de documentos.

Outra dificuldade encontrada foi a obtenção de créditos orçamentários adicionais para os Planos de Consolidação de assentamentos, o que resultou no atraso das atividades contratadas. Além disso, a liberação dos recursos, no segundo semestre do ano, acarretou em substancial elevação da inscrição em restos a pagar, gerando assim impacto no financeiro do exercício subseqüente.

Por sua vez, as parcerias têm contribuído sobremaneira no alcance das metas e na qualificação das atividades realizadas. A parceria com o MME, por meio do Programa Luz para Todos, proporcionou a eletrificação rural para 98.547 famílias. Além disso, a parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), relativa à implementação dos Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs), permitiu a realização de importantes experiências nos Projetos de Assentamento que desenvolveram atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável. A participação de parceiros não-governamentais também tem sido fundamental na implementação de ações do Programa, principalmente na Ates.

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento utilizados sobre o desempenho físico das ações, consistem de reuniões de trabalho entre equipes da Sede e das Superintendências do Incra nos Estados, visitas *in loco* aos assentamentos da reforma agrária, sistemas informatizados e de relatórios de gestão que subsidiam o Gerente de Programa.

No tocante às restrições, embora tenha havido, nos últimos três anos, a contratação de novos servidores, esse número ainda se apresenta insuficiente para o atendimento de toda a demanda das ações. Além disso, faz-se necessária constante capacitação tanto da equipe gerencial quanto da equipe executora para qualificação na implementação do Programa e suas respectivas ações.

A participação da sociedade civil concretizou-se pela celebração de convênios com associações, cooperativas e outras entidades representativas dos assentamentos rurais e, principalmente, por meio da avaliação da satisfação dos beneficiários, que ocorre mediante realização de três oficinas de avaliação participativa. Além disso, existem outros canais de participação, como a Ouvidoria, as Audiências Públicas e as reuniões com grupos de interesse.

O órgão ressalta a necessidade de aperfeiçoamento/ajustamento na questão dos indicadores, já contemplados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 2008-2011.

O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão lembra que o Programa foi submetido a uma oficina de modelo lógico em 2007 e ainda se percebe uma sobreposição com o escopo do Programa Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais. No tocante aos indicadores, cabe esclarecer que os não apurados no PPA 2004-2007 foram substituídos por apenas um, para o período 2008-2011, Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamentos (porcentagem). É importante que o MDA se empenhe no sentido da apuração desse novo indicador bem como na incorporação de outros, com vistas a permitir a avaliação de impacto de um Programa contemplado com recursos consideráveis no PPA e nos orçamentos anuais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS

GERENTE DO PROGRAMA

José Humberto de Oliveira

OBJETIVO

Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia.

PÚBLICO-AVO

Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 292.628.314,00	Empenho Liquidado:	R$ 259.897.757,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 259.897.757,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - Projetos Setoriais - Porcentagem	-	23.11	25.77	26.67	55.56	48%
2. Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Municípios Atendidos- Porcentagem	-	18.18	18.11	36.22	53.83	67,29%
3. Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais – Porcentagem	-	23.11	25.77	26.67	55.56	48%
4. Taxa de Atendimento Total dos Territórios Rurais – Porcentagem	-	23.11	26.22	26.67	55,56	48%

1. TAXA DE ATENDIMENTO EM ELABORAÇÃO DE PLANOS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PROJETOS SETORIAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O baixo desempenho em termos de resultados físicos obtidos em 2007 (33,3% da meta física) está diretamente relacionado ao fato de que a elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PTDRS) é um processo participativo

e que apresenta ritmos e dinâmicas específicos em cada território. Portanto, encontra-se ainda em andamento a elaboração dos planos territoriais nos demais 16 territórios rurais apoiados pelo Programa em 2007, que estarão concluídos em 2008. Esse indicador permanece para o PPA 2008-2011, tendo sido incluído mais um indicador referente à Taxa de Consolidação de Colegiados Territoriais.

2. TAXA DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado para 2007 corresponde a 1.630 Municípios apoiados no exercício, sendo que, desse total, 453 Municípios estão localizados fora dos 120 territórios rurais trabalhados durante o ano. Esse indicador foi retirado para o PPA 2008-2011.

3. TAXA DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NOS TERRITÓRIOS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foram trabalhados, em 2007, 120 territórios rurais (nº utilizado para apuração do índice de 2007).

4. TAXA DE ATENDIMENTO TOTAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foram atendidos, em 2007, 120 territórios rurais. Esse indicador permanece para o PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Parte significativa da população brasileira está localizada em Municípios que dependem, em grande medida, das atividades rurais para banir a fome, gerar empregos, reduzir significativamente a pobreza e crescer economicamente. As políticas públicas até aqui implementadas não foram capazes de superar esses desafios, pois se verifica que a grande maioria destes Municípios não possui condições objetivas de promover o desenvolvimento sustentável, nem mesmo de participar de processos induzidos e articulados ao conjunto das demandas sociais existentes. Faltam ainda capacidades locais, humanas e institucionais suficientes para que organizem ações encadeadas entre os diversos setores econômicos e sociais. Essas deficiências os obrigam a depender de transferências constitucionais, de políticas compensatórias e do clientelismo político.

Para enfrentar esses problemas, é necessário que as políticas públicas se articulem às demandas sociais e que tais Municípios aliem-se a outros em melhores condições, de forma a gerar sinergias e maior efetividade nas políticas, possibilitando que os conjuntos formados por esses Municípios, aqui denominados territórios rurais, apropriem-se dos

processos técnicos, sociais e políticos, entre outros aspectos:

a) o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais locais;

b) o fortalecimento das instituições capazes de operar os processos;

c) a estruturação, a modernização e a diversificação das atividades econômicas;

d) a implementação de iniciativas econômicas, sociais e institucionais que sejam inovadoras e associativas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 24.028 agentes de desenvolvimento capacitados (160,2% da meta física), nos 120 territórios rurais apoiados, em 2007, tanto diretamente pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) quanto por intermédio de parcerias com organizações da sociedade civil e do poder público.

• Oito novos PTDRS (33,3% da meta anual) elaborados. Em 2007, mais 38 Colegiados Territoriais atingiram o estágio de consolidados (95,0% da meta anual), totalizando 70 colegiados consolidados. Entre os 115 Colegiados Territoriais já constituídos, 105 empreendimentos associativos/cooperativos foram apoiados (147,5% da meta física anual).

• 1.152 Planos de Trabalho contratados por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), beneficiando, com projetos de infra-estrutura e serviços, os 120 territórios rurais apoiados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou execução física acima de 100% do previsto na LOA 2007. Os recursos orçamentários executados foram suficientes para a meta de 120 territórios rurais apoiados. Porém, conforme descritos na avaliação dos indicadores do Programa, os recursos foram insuficientes para atender a previsão inicial de 250 territórios rurais incorporados ao Programa até 2007. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

O alto desempenho alcançado em termos de agentes de desenvolvimento capacitados (160,2% da meta física) ocorreu em função da operacionalização, em 2007, de contratos/convênios celebrados e pagos em exercícios anteriores, bem como pela ampliação de parcerias institucionais que potencializaram o alcance desses resultados. Em termos de empreendimentos associativos/cooperativos, os resultados obtidos (147,8% da meta física) representam um alto desempenho operacional, comprovando e justificando a importância do tema para a agricultura familiar e os ganhos decorrentes da inclusão no Programa 1334, em 2007, de uma ação orçamentária específica.

As ações executadas com recursos de investimento descentralizados também tiveram um alto desempenho, considerando que os planos de trabalho contratados estão implantados ou em implantação.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa em questão são reuniões de avaliação e avaliações setoriais, visitas in loco e sistemas informatizados, como é o caso do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), em que são programadas, acompanhadas, monitoradas e avaliadas as atividades desenvolvidas pelo Programa.

A quantidade de servidores da equipe gerencial mostra-se insuficiente, bem como é inadequada a capacitação dessa equipe. Apesar de existirem avanços, a equipe executora ainda não se mostra suficientemente qualificada.

Outro obstáculo que ainda persiste é a dificuldade relacionada à celebração de convênios e contratos, o que reflete a falta de capacidade organizativa e gerencial de entidades situadas nos territórios rurais. Além disso, em projetos que exigem licença ambiental, a morosidade no atendimento por parte dos órgãos ambientais compromete a liberação dos recursos para execução dos contratos firmados. Apesar dessas dificuldades, no entanto, o desempenho dos parceiros não-governamentais tem sido satisfatório.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A estratégia de implementação do Programa está baseada fortemente na promoção de acordos e entendimentos com os diversos atores sociais dos territórios, governos estaduais e parcerias federais, em foros como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Apesar de não possuir mecanismo de aferição da satisfação dos beneficiários, em diversos eventos de cunho territorial, estadual ou nacional, os participantes, na sua maioria, beneficiários do Programa, têm realizado avaliações do Programa, indicando os avanços e os desafios a serem enfrentados e contribuindo para as adequações necessárias ao Programa.

As práticas gerenciais adotadas pelo Programa são continuadas e relativamente inovadoras. A partir de um compromisso de Governo e de um pequeno grupo de profissionais, conseguiu-se estruturar um programa nacional em todos os Estados e DF, por meio da construção de redes de parceiros e de entidades colaboradoras, que, em grande medida, responsabilizam-se pela execução *in loco* das atividades apoiadas e promovidas pelo Programa. Assim, um grande número de profissionais e de entidades da sociedade civil lograram assumir responsabilidades junto às instituições territoriais, prescindindo da ação direta do Governo para atingir os seus objetivos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que o Programa em questão tem natureza diversa de um Programa finalístico tradicional, pois se trata de uma intervenção multidisciplinar do Estado em territórios selecionados. Nesse sentido, é importante que essa lógica territorial seja apropriada no aperfeiçoamento dos indicadores.

EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)

GERENTE DO PROGRAMA

César José de Oliveira

OBJETIVO

Promover ações educativas por meio de metodologias específicas à realidade sócio-cultural do campo e propiciar capacitação profissional aos egressos dos cursos de ciências agrárias.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, profissionais egressos das ciências agrárias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.660.287,00	Empenho Liquidado:	R$ 39.199.349,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 39.199.349,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de alunos formados anualmente nos cursos de ciências agrárias, financiados pelo Programa, trabalhando nos assentamentos de Reforma Agrária e nas áreas de Agricultura Familiar – Porcentagem	-	-	-	-	15.00	-
2. Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária alfabetizados – Porcentagem	-	-	-	-	-	-
3. Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que concluíram o ensino médio - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
4. Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que concluíram o ensino fundamental - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ALUNOS FORMADOS ANUALMENTE NOS CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, FINANCIADOS PELO PROGRAMA, TRABALHANDO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E NAS ÁREAS DE AGRICULTURA FAMILIAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice não foi apurado em virtude de não ter sido estabelecido o índice de referência. Não houve execução física e financeira, já que a ação de Concessão de Bolsas de Capacitação em Assistência Técnica passou por um processo de avaliação.

2. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA ALFABETIZADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi estabelecido índice de referência que permita a aferição. Esses índices foram propostos para o PPA 2008-2011, tendo como base os dados apurados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e o Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra).

3. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi estabelecido índice de referência que permita a aferição. Esses índices foram propostos para o PPA 2008-2011, tendo como base os dados apurados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizada pelo Inep/MEC em parceria com o Incra.

4. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi estabelecido índice de referência que permita a aferição. Esses índices foram propostos para o PPA 2008-2011, tendo como base os dados apurados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizada pelo Inep/MEC em parceria com o Incra.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Além da geração de emprego, que é uma das prioridades de Governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como missão fortalecer a Agricultura Familiar e avançar na Reforma Agrária, visando construir um novo modelo de desenvolvimento rural, com base em uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável. De acordo com o

Mapa do Analfabetismo no Brasil, produzido pelo Inep, o País possui cerca de 16 milhões de analfabetos, com 15 anos ou mais, e 30 milhões de analfabetos funcionais. De acordo com este estudo, a taxa de analfabetismo no meio rural (28,7%) é três vezes superior à urbana (9,5%). Nesse sentido, o Programa se justifica pela urgência da alfabetização e da escolarização desses trabalhadores rurais, não só para o exercício de sua cidadania, que se encontra limitado por não dominarem o mundo da escrita e da leitura, mas também pela premente necessidade do acesso a melhores níveis de escolarização para viabilizar e tornar mais eficientes as unidades familiares de produção.

A permanência dos atuais níveis de analfabetismo e de baixa escolarização compromete o sucesso da própria Reforma Agrária e do fortalecimento da Agricultura Familiar, impedindo a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalhariam na assistência técnica aos assentados e aos agricultores familiares, aliado ao processo de formação pelo qual esses jovens passariam trabalhando durante dois anos nessas áreas, por meio da participação em uma Especialização *lato sensu*, contribuiria para o imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para a criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Permanência e acesso à educação formal a 54.843 jovens e adultos beneficiários das áreas de Reforma Agrária. Desse total, foram matriculados 46.341 alunos em cursos de alfabetização e de ensino fundamental, 5.643 em cursos de ensino médio/técnico profissionalizante, e 2.859 alunos em cursos superiores de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Embora a execução orçamentária do Programa, nas suas principais ações, tenha sido em média de 80%, a meta física global realizada foi superior à programada na LOA. Os convênios são plurianuais e foram celebrados em anos anteriores, quando os cursos se encontravam em execução, para sua continuidade, foram também celebrados novos convênios. Os recursos orçamentários foram considerados suficientes e, embora o fluxo de liberação tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízo à execução programada. O contigenciamento prejudicou a execução do Programa no cumprimento do cronograma de desembolso pactuado e na implantação de novos cursos no primeiro semestre do ano.

Houve dificuldades de ordem operacional na celebração e na execução dos convênios, como prestações de contas atrasadas e inconsistentes, demora na análise das prestações de contas no âmbito do Incra, atrasos na liberação dos recursos, contingenciamento dos recursos orçamentários, e alterações na Instrução Normativa nº 01/97. Esses fatores levaram à repactuação das parcelas previstas nos cronogramas de desembolsos dos Planos

de Trabalho. Mas, apesar de todas essas dificuldades, tanto a execução orçamentária quanto a execução física foram bastante positivas.

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento utilizados sobre o desempenho físico das ações consistem em reuniões de trabalho entre equipes do Incra - Sede e das Superintendências do Incra nos Estados, visitas *in loco* durante as etapas presenciais dos cursos, sistemas informatizados e de relatórios de gestão que subsidiam o Gerente de Programa.

Com relação à prestação de contas de Estados e Municípios, houve atraso, principalmente, em função da falta de conhecimento, por parte das convenentes, sobre contabilidade pública e exigências legais que não atendem a realidade do campo brasileiro.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parceria com organismos não-governamentais que são, em sua maioria, as fundações de apoio das universidades públicas, também partícipes dos convênios, sejam como intervenientes e/ou executoras das ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como com instituições de apoio vinculadas às escolas técnicas. Além dessas, são parceiras do Programa outras instituições de ensino civis sem fins lucrativos.

Os mecanismos de participação social do Programa são reuniões com grupos de interesse, bem como discussões na Comissão Pedagógica Nacional (CPN). A avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa ocorre por meio de reuniões, seminários, a exemplo do III Seminário Nacional do Pronera realizado no ano passado, e coleta de depoimentos dos beneficiários do Programa. Todas as discussões, construções e informações são utilizadas para corrigir rumos, qualificar o Programa e melhorar as práticas. Todo o processo se realiza de forma coletiva e participativa, na elaboração, na execução e na avaliação dos projetos.

O MDA informa que as recomendações para o melhoramento do Programa estão propostas no PPA 2008-2011 e na revisão do Manual de Operações do Programa, que se encontra em tramitação interna. Além disso, existe a necessidade de adequar as normas jurídicas referentes às transferências voluntárias de recursos à realidade do rural brasileiro com suas diversidades regionais e ainda com os processos educacionais e de aprendizagem.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que a educação do campo é contemplada igualmente por programas de titularidade da Presidência da República e do Ministério da Educação. Nesse sentido, o Pronera, como uma intervenção do MDA nos assentamentos, receberia benefícios se houvesse uma interface mais intensa com os órgãos supracitados.

PAZ NO CAMPO

GERENTE DO PROGRAMA

Gercino José da Silva Filho

OBJETIVO

Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

PÚBLICO-ALVO

Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 10.323.394,00	Empenho Liquidado:	R$ 7.222.866,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 7.222.866,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Assassinatos decorrentes de conflitos agrários – Unidade	-	14.00	16.00	9.00	16.00	-

1. ASSASSINATOS DECORRENTES DE CONFLITOS AGRÁRIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

As ações de prevenção da tensão social no campo desenvolvidas pelo Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, em parceria com os Estados e Municípios, com os poderes Executivo e Judiciário, com as Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com as organizações não-governamentais, e com as demais instituições que defendem os direitos humanos e apóiam a reforma agrária, bem como a capacitação de ouvidores agrários e mediadores de conflitos, em prevenção, mediação de conflitos e legislação agrária e a maior presença do Estado nas áreas de conflitos agrários, possibilitaram uma diminuição nos assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, o campo brasileiro tem sido marcado por graves conflitos agrários decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando em um quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. A ausência de mecanismos para ensejar a participação popular na condução das políticas públicas tem dificultado aos excluídos explorarem seus anseios nas pautas governamentais, resultando na fragilidade desses grupos sociais. Como condição favorável à implementação da paz no campo, evidencia-se a decisão governamental de implementar a reforma agrária de forma democrática, tendo como suporte para superação dos conflitos a atuação da Ouvidoria Agrária Nacional como uma decisiva ação de Governo. O Programa Paz no Campo identifica-se com a dimensão democrática das orientações estratégicas e com o Megaobjetivo do Governo no sentido de fortalecer a inclusão social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 250 mediadores de conflitos sociais.

- Prestação de assistência social, técnica e jurídica a 268.564 famílias acampadas.

- Realização de diversas audiências públicas, possibilitando diagnosticar as áreas de tensão social e conferir melhor conhecimento à sociedade sobre as causas geradoras de conflitos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física do Programa ficou acima de 100% do previsto na LOA 2007. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e o fluxo financeiro foi liberado em compatibilidade com a programação. O alcance das metas acima do previsto ocorreu em função das parcerias estabelecidas com as Superintendências Regionais do Incra, com os Estados e Municípios, com os poderes Executivo e Judiciário, com as organizações não-governamentais, e com as demais instituições que defendem os direitos humanos e apóiam a reforma agrária. A participação da sociedade, por intermédio das parcerias estabelecidas, também contribuiu para elevar o percentual atingido das metas.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa em questão são: reuniões de trabalho, visitas in loco, sistemas informatizados e relatório anual de gestão das atividades desempenhadas pelo Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos.

Há necessidade de contratação de profissionais especialistas para atuar em análise de convênios, em contas públicas e nas equipes executoras.

Um dos entraves à execução é o fato de que a ordenação de despesas é feita diretamente pelo Secretário Executivo ou pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, o que dificulta os processos licitatórios e a celebração de convênios. Outro obstáculo consiste na inadimplência junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) em alguns Estados, o que dificulta a celebração de convênios, que é uma prática comum no Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação da sociedade civil concretizou-se pela atuação no âmbito da Ouvidoria Agrária Nacional, bem como em audiências públicas e em reuniões com grupos de interesse.

A estrutura operacional do Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos não possui técnicos em número suficiente para promover a avaliação da satisfação de seus beneficiários.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que o Programa Paz no Campo caracteriza-se como coadjuvante no combate à violência. Analisando o conjunto de suas ações percebe-se um forte caráter de apoio a políticas de segurança pública e, especialmente, de direitos humanos. É necessária a reflexão a respeito da atribuição do indicador de assassinatos decorrentes de conflitos agrários de forma a avaliar a adequação para medir efetivamente os resultados do Programa.

REGULARIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Roberto Kiel

OBJETIVO

Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social.

PÚBLICO-ALVO

Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 88.414.369,00	Empenho Liquidado:	R$ 73.205.655,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 73.205.655,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural – Porcentagem	-	8.00	-	-	30.00	-
2. Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais – Porcentagem	-	41.00	-	-	70.00	-
3. Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até Quatro Módulos Fiscais- Porcentagem	-	-	-	-	2.50	-
4. Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais – Porcentagem	-	0.60	-	-	70.00	-
5. Taxa de ocupação territorial aparente - Porcentagem	-	-	-	68,18	55.00	123.96%
6. Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até Quatro Módulos Fiscais – Porcentagem	-	-	-	-	70.00	-

1. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em que pese o indicador não ter sido apurado, historicamente, a taxa de atualização voluntária no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) varia em torno de 10%. O cadastro é declaratório e as atualizações são procedidas quando ocorre remembramento, desmembramento, mudança de proprietário etc.

2. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) não foi implantado.

3. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foram georreferenciados 33.047 imóveis rurais. Fazendo a relação percentual com os imóveis constantes da base do SNCR, 5.100.000, representa 0,65%. O CNIR não foi implementado o que impossibilita a apuração do indicador conforme está proposto. Este indicador foi modificado no PPA 2008-20011. Observe-se que o índice de 0,65% contempla todos os imóveis georreferenciados sejam eles grandes, médios e pequenos. Não estão delimitados apenas aqueles até quatro módulos que seriam prioridade caso fosse implantado o CNIR. O Decreto nº 5.570/2005 que alterou o Decreto nº 4.449/2002 estendeu os prazos para o georreferenciamento das propriedades de até quatro módulos para 2011.

4. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foram georreferenciados 33.047 imóveis rurais. Se for calculada a relação percentual com os imóveis constantes da base do SNCR, no total de 5.100.000, ter-se-á 0,65%. No entanto, este indicador deve ser calculado por meio da relação percentual entre o número de imóveis georreferenciados no âmbito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e o número total de imóveis cadastrados no SNCR. Ocorre que o CNIR não foi implementado o que impossibilita a apuração do indicador conforme está proposto.

5. TAXA DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL APARENTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador, calculado por meio do percentual da área total cadastrada em relação à superfície territorial, alcançou 68,18%, ultrapassando o índice previsto ao final do PPA, de 55,00%.

6. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve apuração. O indicador foi revisto no PPA 2008-2011.
Ressalte-se que foi proposta no projeto de lei de elaboração do PPA 2008-2011 a exclusão dos indicadores acima com exceção de Taxa de Ocupação Territorial Aparente. Este Programa no novo PPA terá apenas dois indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A grandeza do território, as diversidades regionais, o acentuado grau de concentração da terra e a ausência de informações sobre a distribuição espacial dos imóveis rurais, evidenciam a complexidade e a magnitude da missão de monitorar a ocupação do espaço fundiário e a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão da estrutura fundiária brasileira. A inexistência de informações georreferenciadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e não integradas ao Serviço de Registro Imobiliário, agrava o desconhecimento da realidade fundiária, facilitando a continuidade da grilagem de terra e do equívoco na escolha das áreas objeto de intervenção pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). O desconhecimento da estrutura fundiária compromete as definições de políticas de desenvolvimento sustentável, necessárias para o crescimento econômico e social do País, gerando altos custos ao erário público na implantação de programas e projetos. A gestão eficaz da estrutura fundiária, por meio da identificação, caracterização, localização e classificação do imóvel rural, respalda, legalmente, a aplicação dos instrumentos de correção dessa estrutura e a promoção do controle social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Regularização Fundiária de 18.000 imóveis rurais, correspondendo a 64,29%, da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

• Georreferenciamento de 33.047 imóveis rurais que corresponde a 74,08% da meta estabelecida na LOA.

• Direcionamento das ações do Programa para a região amazônica integrando-as aos projetos de Governo, como o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

• Assinatura do Contrato de Empréstimo na ação 0574, de nº 1633-OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando realizar o Cadastro de Terras e a Regularização Fundiária em cinco Estados (CE, MA, BA, SP e MG).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física das ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro e Sistema de Cadastro Rural ficou em 100%. Com relação à ação de Regularização Fundiária, a execução foi de 64,28%, já a ação de Georreferenciamento de Imóveis Rurais teve execução de 74%. A avaliação percebe que, na média, logrou-se boa execução física do Programa. O mesmo pode ser dito com relação à execução financeira. A Ação 5148 – Implantação de Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) não foi executada. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e apesar de o fluxo ter sofrido descontinuidade, não houve prejuízo para a execução programada.

Não existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações.

Tanto a equipe gerencial quanto as equipes executoras possuem infra-estrutura inadequada para realização de suas tarefas. Há ainda insuficiência de gestores, bem como necessidade de sua qualificação tanto na sede quanto nas superintendências regionais. Por outro lado, a nova estrutura organizacional do Incra, aprovada em outubro de 2006, facilitou a integração entre a sede e as superintendências regionais.

A Licitação Pública Internacional nº 01/07 não foi concluída, inviabilizando a execução das metas física e financeira na sua totalidade. As licitações para aquisição de GPS (Sistema de Posicionamento Global) e outros equipamentos não foram concluídas devido à dificuldade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em atender a política de aquisição do BID e a burocracia e a morosidade de adesão à ata de registro de preço. A execução financeira ficou em 43,68% e a física em 35,50%.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) enfatiza que há necessidade de revisão dos indicadores utilizados para avaliar o Programa. Os indicadores apontados para a avaliação do PPA 2008-2011 foram reduzidos a dois, Taxa de Destinação de Terra Pública e Taxa de Ocupação Territorial Aparente. Outra questão que chama a atenção é a característica de complementaridade do Programa em relação às políticas finalísticas do próprio MDA e de outros órgãos como Ministério do Meio Ambiente (MMA). É possível que uma avaliação do modelo lógico revele que o Programa se apresente majoritariamente como um programa de apoio a políticas públicas.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Acesso à Alimentação

Erradicação do Trabalho Infantil

Proteção Social Básica

Proteção Social Especial

Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram utilizados **R$ 24.713.594.593,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 24.864.390.988,00	Realizado orçamentário:	R$ 24.713.594.593,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 24.864.390.988,00**	**Total realizado:**	**R$ 24.713.594.593,00**

Além disso, do total de R$ 268.321.844,00 inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados R$ 108.424.967,00.

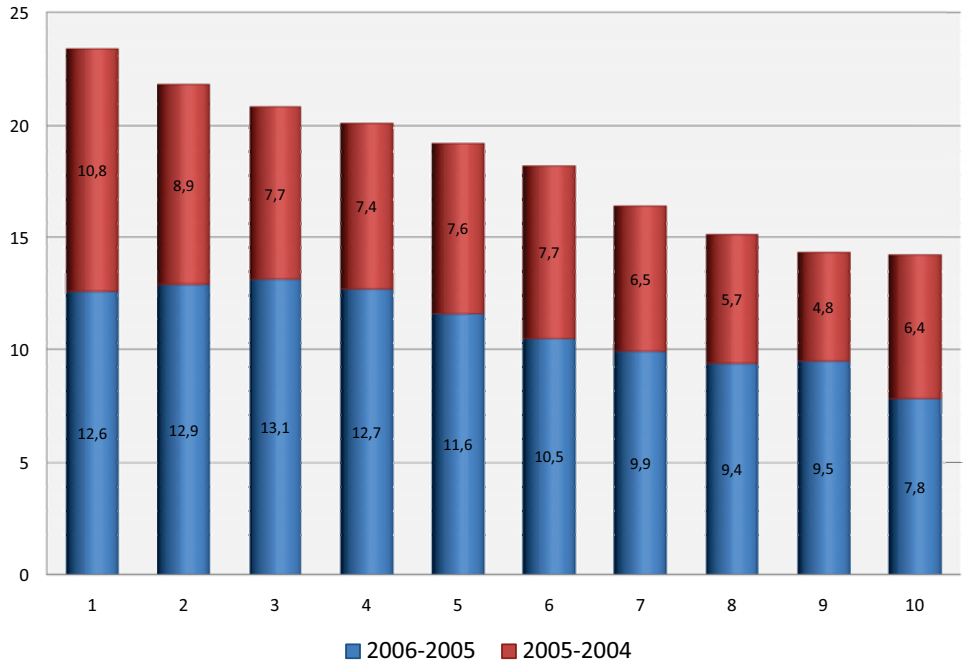
Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MDS, no período do Plano Plurianual 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1049 Acesso à Alimentação	1,20%	0,87%	2,72%	2,52%	1,96%
	0068 Erradicação do Trabalho Infantil	1,32%	3,11%	1,15%	1,11%	1,61%
	0070 Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude	2,46%	2,01%	0,00%	0,00%	0,90%
	0065 Proteção Social à Pessoa com Deficiência	32,43%	31,05%	0,00%	0,00%	12,94%
	1282 Proteção Social ao Idoso	21,52%	23,82%	0,00%	0,00%	9,30%
	1384 Proteção Social Básica	0,00%	0,00%	56,97%	58,02%	34,04%
	1385 Proteção Social Especial	0,00%	0,00%	0,60%	0,66%	0,37%
	1011 Rede Solidária de Restaurantes Populares	0,15%	0,20%	0,00%	0,00%	0,07%
	1093 Sistema Único de Assistência Social	0,56%	0,77%	0,00%	0,00%	0,27%
	1335 Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família	40,32%	37,95%	38,39%	37,48%	38,36%
Finalístico Soma		**99,96%**	**99,78%**	**99,82%**	**99,80%**	**99,83%**
Gestão de Políticas Públicas	1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0,04%	0,22%	0,18%	0,20%	0,17%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os indicadores sociais têm registrado melhorias nos últimos anos. O Índice de Gini (utilizado para medir a desigualdade de renda), por exemplo, teve variação de 0,594, em 2001, para 0,559 em 2006. Apesar de serem ainda altas as desigualdades no Brasil quando comparadas às de outros países, o coeficiente de Gini vem decrescendo ininterruptamente desde 2001. Entre 2003 e 2006, particularmente, a queda anual média do Gini foi de 0,7 ponto centesimal, refletindo uma melhoria da distribuição de renda decorre de um ganho de rendimentos dos mais pobres superior ao dos mais ricos, conforme apresentado no gráfico abaixo. Por exemplo, entre 2005 e 2006, o ganho real dos rendimentos do decil mais pobre foi de 12,6%, contra 7,8% do decil mais rico.

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DOS RENDIMENTOS POR DÉCIMOS DA DISTRIBUIÇÃO (DO DÉCIMO MAIS POBRE AO DÉCIMO MAIS RICO, EM %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Pnads 2004 a 2006)
Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

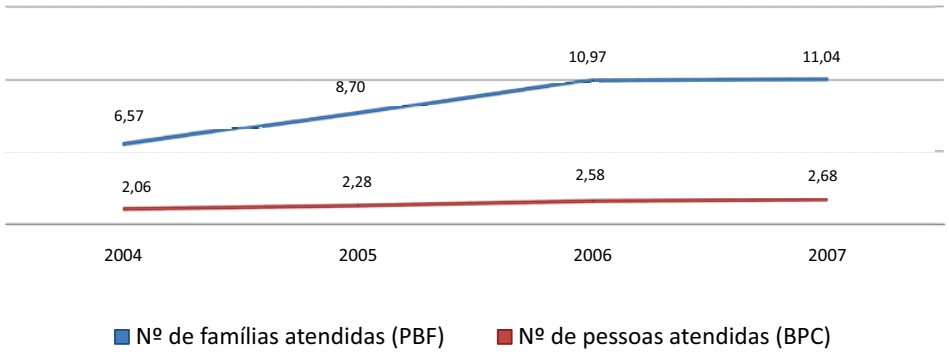
Além disso, o ganho de renda dos mais pobres vem repercutindo sobre a pobreza, de modo que a proporção de pessoas em situação de miséria caiu para índice inferior a 20% em 2006, bem abaixo dos 28,17% registrados em 2003, conforme medida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Especialistas vêm debatendo as causas da redução das desigualdades e da pobreza, considerando uma delas os programas de transferência de renda governamental.

Segundo estudo do Ipea, 28% da queda da desigualdade entre 1995 e 2004 se explicam pela renda originada do Programa Bolsa Família (PBF) e dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC). Este último consiste de benefício no valor de um salário mínimo mensal a pessoas idosas e pessoas com deficiência incapacitante para o trabalho, com renda per capita familiar mensal inferior a ¼ de salário mínimo. Já o PBF, repassava recursos de R$ 12,00 a R$ 112,00, para famílias com renda per capita mensal até R$ 120,00, variando de acordo com a situação de pobreza ou pobreza extrema, e com o número de crianças/adolescentes até 15 anos de idade na família. Como contrapartida, as famílias têm de cumprir condicionalidades nas áreas de educação e de saúde.

Vale assinalar a evolução do atendimento do PBF e do BPC no período do PPA 2004-2007. O primeiro, em 2007, atendia a mais de 11 milhões de famílias, que equivale ao universo estimado de famílias elegíveis ao Programa, com base na Pnad 2004. No caso do BPC, entre 2004 e 2007, o número de pessoas atendidas aumentou em mais de 600 mil, chegando, em 2007, a 2,68 milhões.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DO BOLSA FAMÍLIA E DO BPC (2004-2007)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP/SIGPlan)/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP)

A Pnad 2006 trouxe um suplemento sobre a presença dos programas sociais nos domicílios brasileiros. Vale ressaltar que 18,3% dos domicílios brasileiros (10,02 milhões de domicílios) recebiam dinheiro de programas sociais. No Nordeste, o percentual foi de 35,9%, sendo o mais alto entre as grandes regiões. Destes domicílios, 8,13 milhões recebiam o PBF, enquanto 1,21 milhão teve acesso ao BPC. Além disso, os números atestam que os programas sociais têm chegado à população com rendimentos mais baixos. Conforme gráfico abaixo, mais de 60% dos benefícios estavam concentrados em domicílios com rendimento domiciliar per capita mensal até ½ salário mínimo.

Distribuição dos domicílios particulares nos quais houve recebimento de dinheiro de programas sociais, no mês de referência, segundo o rendimento mensal domiciliar *per capita* – 2006*	
Total	100,00
Menos de ¼ do SM	25,1
¼ a menos de ½ de SM	36,5
½ a menos de 1 SM	28,0
1 a menos de 2 SM	8,5
2 SM ou mais	0,9
Sem rendimento (*)	-
Sem declaração	1,0

Fonte: IBGE/Pnad 2006
* Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios Elaboração: SPI/MP

O MDS é responsável por um conjunto de ações que, articuladas à transferência de renda, vem expandindo a rede de promoção e proteção social. Tais ações são voltadas às famílias e indivíduos em situação de pobreza, vulnerabilidade social e em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Com relação ao PBF, o MDS coordena sua gestão descentralizada, que vem sendo elemento fundamental na melhoria da qualidade das informações do CadÚnico, na focalização do Programa e no acompanhamento das condicionalidades. Neste sentido, o Programa não apenas teve grande expansão nos últimos anos, aproximando-se do universo estimado de famílias com direito ao recebimento dos benefícios, como vem apresentando aperfeiçoamentos que ajudam a explicar seus impactos sobre as condições de vida das famílias pobres e extremamente pobres.

Outra área vinculada ao MDS é a de assistência social, cuja política nacional vem sendo implementada a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)[1]. Trata-se de sistema pactuado nacionalmente, e que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família. O SUAS é organizado por níveis de proteção (básica e especial) e grau de complexidade dos serviços. Nesse contexto, destaque para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades públicas estatais localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social, que prestam serviços de proteção social básica. O objetivo dos CRAS é prevenir o risco social, fortalecendo os vínculos familiares comunitários e promovendo a inclusão das famílias e indivíduos.

Por fim, vale citar a área de segurança alimentar e nutricional. A promoção do direito humano à alimentação adequada é um dever do Estado e direito de todo cidadão brasileiro, especialmente, com a promulgação da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Esta lei prevê a existência do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que articula um conjunto de órgãos e entidades públicas, assim como instituições privadas afetas à segurança alimentar e nutricional e que tenham interesse em integrar o Sistema.

As ações e programas do MDS, referentes às três áreas citadas, estão hoje presentes em todos os 26 Estados, no Distrito Federal e na totalidade dos Municípios brasileiros (5.564). Dados de agosto de 2007 mostram que o MDS atendia a 64 milhões de pessoas,

[1] O BPC integra o SUAS.

correspondentes a 34% da população brasileira, por meio de todos os seus programas. Para tanto, foram liquidados mais de R$ 24 bilhões em 2007, representando 9,27% do total de recursos da seguridade social. Estas ações têm constituído instrumentos importantes para a melhoria dos indicadores sociais no Brasil. Além dos já citados efeitos sobre a distribuição de renda e redução da pobreza, as iniciativas promovem, por exemplo, melhora da situação alimentar e a retirada de crianças/adolescentes da situação de trabalho infantil. Segue o quadro resumido com as principais ações do MDS, nas três áreas finalísticas.

Programa	Iniciativa	Benefício	Atendimento 2007	Recursos liquidados em 2007 (R$ 1,00)
Bolsa Família	Transferência de renda	Família atendida (com benefício de R$ 18,00 a R$ 112,00)	11,04 milhões (em todos os Municípios do Brasil)	8,76 bilhões
	Condicionalidade de educação (freqüência à escola)	Pessoa acompanhada (seis a quinze anos – outubro/novembro de 2007)	13 milhões (84% das crianças/ adolescentes beneficiários)	
	Condicionalidade de saúde (acompanhamento nutricional para gestantes, nutrizes e crianças de zero a sete anos; acompanhamento pré-natal e pós-natal; e vacinação em dia para crianças de zero a sete anos)	Criança acompanhada (segundo semestre 2007)	3,06 milhões (de um total de 5,6 milhões de crianças beneficiárias)	
		Família acompanhada (segundo semestre 2007)	4,86 milhões (de um total de 10,47 milhões de famílias beneficiárias com o perfil saúde)	
Proteção Social Básica	Benefício à pessoa idosa e com deficiência	Pessoa atendida (com um salário mínimo mensal)	2,68 milhões	11,57 bilhões
	Renda Mensal Vitalícia por idade e invalidez	Pessoa atendida (com um salário mínimo mensal)	400 mil	1,9 bilhão
	Centro de Referência da Assistência Social/Programa de Atenção Integral à Família	Família Referenciada	11 milhões	275,2 milhões
		CRAS com serviço co-financiado	3,2 mil (em 2,6 mil Municípios)	
	Agente Jovem	Jovem atendido (Bolsa de R$ 65,00 mensais + serviços sócio-educativos)	111,8 mil	114,3 milhões
Erradicação do Trabalho Infantil	Ações sócio-educatvas e de convivência	Criança/adolescente atendida	863,3 mil	215,8 milhões
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias	Criança atendida	65,9 mil	61,3 milhões
Proteção Social Especial	Serviços de Proteção Social Especial à Família	Pessoa atendida	107,2 mil	41,8 milhões
	Serviços Específicos de Proteção Social Especial	Pessoa atendida	185,4 mil	83,3 milhões
Acesso à Alimentação	Programa de Aquisição de Alimentos	Agricultor beneficiado	79,5 mil	393,3 milhões
		Pessoa em insegurança alimentar e nutricional atendida	6,17 milhões	
	Equipamentos de segurança alimentar e nutricional voltados à expansão da oferta de alimentos à população em situação de vulnerabilidade e risco nutricional	Número efetivamente instalado de bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares (desde 2003)[2]	385 equipamentos	41,5 milhões (para instalação e modernização de novas unidades)
	Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos	Pessoa atendida	402,4 mil	44,1 milhões
		Número de cestas de alimentos	1,87 milhão	
	Cisterna	Cisterna construída	40,9 mil	65,8 milhões

Fonte: SIGPlan/MDS/Sisvan
Elaboração: SPI/MP

Ainda que o Ministério tenha, desde sua criação em 2004, expandido sua atuação e suas metas de atendimento, há ainda algumas restrições relativas, principalmente, ao quadro de pessoal

[2] Os dados de cozinha comunitária são de março de 2008; restaurante – janeiro de 2008; bancos de alimentos – setembro de 2007.

reduzido, à infra-estrutura inadequada e aos sistemas informatizados. Os programas e ações do Ministério têm sido formulados, implementados, acompanhados e monitorados por uma equipe reduzida de pessoal. O MDS conta com uma força de trabalho de 619 servidores[3], incluindo servidores de carreira, contratos temporários, requisitados e nomeados em cargos comissionados, e 691 prestadores de serviço. Além de reduzida, a equipe encontra-se dispersa em seis locais diferentes em Brasília, sendo três fora da Esplanada dos Ministérios, dificultando os fluxos de trabalho e a comunicação entre as áreas. O espaço físico médio para cada servidor é de 6,4 metros quadrados (m²), sendo que o preconizado pelo Ministério do Planejamento é de 9 m². A reestruturação do MDS, portanto, é fundamental para o fortalecimento da capacidade de gestão interna e de formulação, implementação e avaliação das políticas setoriais sob sua responsabilidade. Nesse sentido, foi encaminhada ao MP a proposta de alteração da estrutura regimental e o do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério.

ASPECTOS RELEVANTES

Participação Social

No que tange à participação social, a pasta tem entre as suas principais diretrizes a participação da sociedade no processo decisório das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional. No caso da política de assistência social, a participação social se dá de forma permanente por meio dos Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social. Destacam-se também as conferências de assistência social, que são instâncias deliberativas, e têm a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS. No período de 14 a 17 de dezembro de 2007, foi realizada em Brasília (DF) a VI Conferência Nacional de Assistência Social, com a participação de, aproximadamente, 1.700 pessoas, entre delegados, observadores e convidados. Durante a Conferência, foram aprovadas as metas nacionais a serem inseridas no Plano Decenal da Assistência Social. Os delegados aprovaram a Carta Nacional dos Direitos Sócio-assistenciais, entre outras ações, apontando para uma agenda nacional na área da assistência social.

Quanto à renda de cidadania, a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o PBF, estabelece o controle social como um de seus componentes, garantindo a participação da sociedade na execução e no acompanhamento do Programa. Dentre as atribuições das Instâncias de Controle Social do PBF, destaque para o apoio e a supervisão do cadastramento das famílias; o monitoramento dos atos de gestão de benéficos; o acompanhamento do funcionamento global do Programa e de suas relações com outros programas.

Finalmente, na segurança alimentar e nutricional, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea e os conselhos locais, de composição mista (governo e sociedade), são responsáveis pela proposição de diretrizes das políticas vinculadas à área. Em julho de 2007, o Consea e o MDS promoveram o evento de maior expressão nacional sobre o tema, a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza (CE). O encontro fortaleceu o modelo descentralizado de atuação do Estado, tendo ocorrido 26 conferências estaduais e 536 conferências municipais, que foram fundamentais para a consolidação da segurança alimentar como uma política pública. Sua

[3] Dados relativos ao final do ano de 2007.

realização representou um amplo processo de mobilização e participação social, afirmando a segurança alimentar e nutricional como um direito humano fundamental e uma expressão da soberania alimentar dos povos.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A capilaridade exigida pelos programas requer melhorias nos sistemas existentes e a criação de novos sistemas. Por essa razão, o MDS tem investido nessa área, o que se evidencia, por exemplo, pela estruturação da Rede SUAS (Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS), pelo constante aprimoramento dos aplicativos do Cadastro Único e pelo desenvolvimento de novos sistemas, como o Sistema Integrado de Gestão das Condicionalidades do PBF.

ALTERAÇÕES LEGAIS

Vale ressaltar algumas alterações legais relativas às ações e aos programas do MDS:

a) em 2006, foi promulgada a Lei 11.346/06, que cria o Sisan e coloca o direito humano à alimentação adequada como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. A Lei prevê ainda a existência da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pela Política e pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação. Deste modo, o Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, instituiu a Câmara Interministerial, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional;

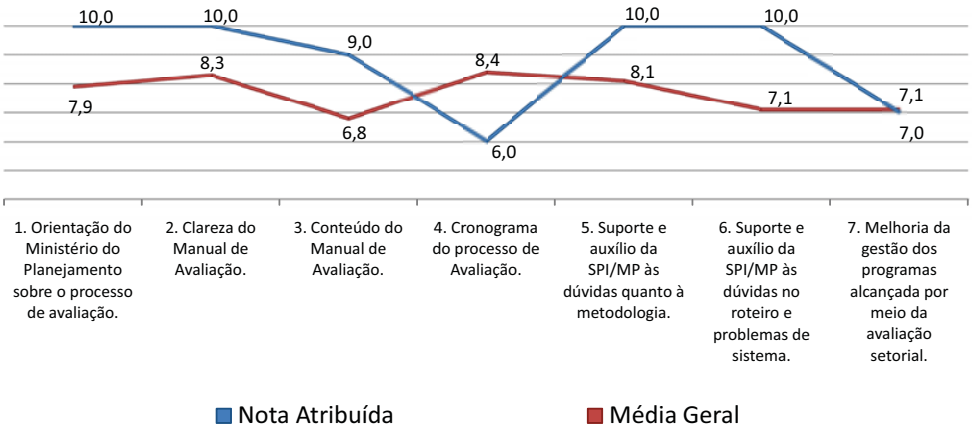
b) o Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.157, de 16 de julho de 2007, corrigiu os valores dos benefícios do PBF em 18,25%. Esse aumento foi definido com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) entre outubro de 2003 e maio de 2007. Com a atualização dos valores, a partir de agosto, o benefício básico passou de R$ 50,00 para R$ 58,00, e o variável, de R$ 15,00 para R$ 18,00. Além disso, a Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007 instituiu o Benefício Variável Jovem (BVJ), o qual visa ampliar o pagamento do benefício variável para jovens de 16 e 17 anos. A família pode receber até dois benefícios vinculados ao adolescente. O valor desses benefícios é de R$ 30,00, razão pela qual o valor máximo do benefício por família passa a ser de R$ 172,00. Este benefício variável entrou em vigor no início do ano de 2008;

c) a MP 411/07 também reformulou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, de modo a integrar ações de vários órgãos, voltadas, em particular, ao processo educacional da juventude, à sua qualificação profissional e ao seu desenvolvimento humano. Neste contexto, o Agente Jovem está sendo

reformulado, dando origem ao Projovem Adolescente (modalidade específica do Projovem). O novo programa consiste no serviço continuado de proteção social básica, ofertado preferencialmente nos CRAS, tendo como público-alvo jovens selecionados dentre as famílias beneficiárias do PBF e jovens em situação de risco. Entre suas vantagens em relação ao Agente Jovem, pode-se citar: o maior nível de integração com outras ações no âmbito do Projovem, PBF e Proteção Social Especial; elevação do valor do repasse mensal por grupo de 25 jovens; aumento do período de permanência dos jovens; e meta de atendimento mais elevada, devendo chegar em 2010 a mais de 1 milhão de jovens.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MDS mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MDS e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ACESSO À ALIMENTAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Onaur Ruano

OBJETIVO

Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e à manutenção da saúde humana.

PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 626.288.346,00	Empenho Liquidado:	R$ 619.230.894,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 619.230.894,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal - Porcentagem	-	-	3.79	-	8.38	-
2. Taxa de Segurança Alimentar - Porcentagem	-	-	-	-	3.30	-

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este indicador não foi apurado. A Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal é definida como a relação percentual entre a quantidade adquirida de produtos agropecuários provenientes da agricultura familiar e o total de aquisições de produtos agropecuários do Governo Federal. Importa esclarecer que o Programa de Acesso à Alimentação possui apenas uma pequena parcela dos recursos totais do Governo Federal destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar. Existem outras ações orçamentárias em outros Ministérios para fins de aquisição de alimentos,

não havendo mecanismo de consolidação da participação dos produtos da agricultura familiar referentes a este Programa com os demais órgãos que desenvolvem a mesma atividade. Por outro lado, não estão disponíveis informações sobre as aquisições do Governo Federal que permitissem o cálculo da taxa de participação. Esse indicador não tem sido apurado. O índice em 2006 foi apurado tão-somente com base nas aquisições feitas pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, que não esgotam o total das aquisições.

2. TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Esse indicador não foi apurado. A taxa de segurança alimentar é definida como a relação percentual entre o número de famílias pobres atendidas anualmente por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e o total de famílias com renda familiar per capita inferior a 1/2 salário mínimo. Existem inconsistências em sua definição, que, além de não contemplar todos os beneficiários do Programa, apresenta inadequação relativa à múltipla contagem de beneficiários. Há que se refletir sobre a adequação da definição do indicador para medir a taxa de segurança alimentar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado não tem garantido o direito à alimentação plena da população brasileira, pois há cerca de 40 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, que envolve a restrição quantitativa de acesso aos alimentos, com ou sem convívio com a fome, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004). O risco de alimentação insuficiente remete ao reconhecimento de que a sociedade brasileira defronta-se com um círculo vicioso de massiva geração de pobreza e fome. A persistência desse circulo tende a acentuar, gradativamente, as dificuldades de inserção das pessoas, em situação de vulnerabilidade social, assim como de seus descendentes, nos mercados de trabalho e de consumo, bem como de garantia de cidadania. A suplantação desse círculo vicioso requer um conjunto de políticas de governo, no qual a ação de combate direto à fome, por meio da ampliação do acesso aos alimentos, se articula, complementarmente, às atividades de geração de emprego e renda, promoção da cidadania, melhoria dos hábitos alimentares e culinários, aprimoramento da gestão do orçamento familiar, saneamento básico, entre outras de caráter estruturante. Essa missão é, em parte, facilitada pela determinação do atual governo de suplantar o flagelo da fome. Para tanto, o Programa Acesso à Alimentação procura articular um conjunto de ações, objetivando garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram adquiridas 402,5 mil toneladas de alimentos, produzidos por 79.489 agricultores familiares. Cabe observar que os alimentos adquiridos no âmbito dessa

ação têm uma participação superior a 50% na constituição das cestas distribuídas a grupos populacionais específicos. Foram beneficiadas 6.172.566 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional pela distribuição dos alimentos adquiridos, através de todas as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

• Foram construídas cerca de 40,9 mil cisternas, beneficiando 204,7 mil pessoas no Semi-árido brasileiro.

• De janeiro a novembro de 2007, foram entregues aproximadamente 1,87 milhão de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos, atendendo a 402.429 famílias. Essas cestas totalizaram cerca de 44.621 toneladas de alimentos, adquiridos, em parte, por meio do PAA.

• Em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) destinou cerca de R$ 31 milhões para o apoio à instalação de restaurantes populares. Graças à parceria firmada junto aos Municípios, por meio de edital de seleção pública, será possível a implantação de mais 23 novas unidades e a modernização das quatro unidades já existentes. Até o fim de 2007, havia, já em funcionamento, cerca de 30 restaurantes populares equipados e construídos com recursos do Governo Federal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução orçamentária do Programa Acesso à Alimentação atingiu 99% dos créditos consignados no orçamento. De modo geral, as ações tiveram um bom desempenho, com algumas tendo superado as metas físicas previstas.

Em relação à instalação de restaurantes populares, cumpre informar que em 2005, quando do lançamento do primeiro edital para a seleção de projetos, um número considerável de Municípios teve seus projetos aprovados dentro dos requisitos do edital. Em razão disto, optou-se pela contratação de todos os selecionados com desembolso em regime bianual, comprometendo desta forma os recursos dos exercícios de 2005 e 2006. Considerando o quantitativo e os recursos investidos nos proponentes selecionados pelo edital de 2005, não houve publicação de edital para seleção de propostas no exercício de 2006.

Parte dos recursos da Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água é monitorada por meio de sistema informatizado. Para o PAA-Leite, umas das modalidades executadas na Ação Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, foi implantado o Sistema de Informações do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAALeite), sistema informatizado de monitoramento, por meio do qual os Estados convenentes inserem dados de execução da ação. Apesar de estar em produção, o sistema apresenta necessidade de aprimoramentos. As modalidades do PAA implementadas por meio de convênios com os Estados e a modalidade executada pela Conab são monitoradas através do envio regular de informações através de planilhas, estando em fase de negociação e implantação o sistema PAAnet para acompanhamento do recebimento de propostas até a execução final do processo.

Os montantes dos recursos alocados na Lei do Orçamento Anual (LOA), desde 2004, têm sido suplementados por créditos adicionais, de forma a apenas manter a clientela atual, sem ampliação das metas físicas. É necessário o efetivo dimensionamento do público-alvo, que resultará em necessidade de complementação orçamentária e financeira das ações. A demora no processamento, aprovação e publicação dos créditos orçamentários ocorre todos os anos, seja nos casos simples de remanejamentos, seja nos de créditos suplementares. Por outro lado, os recursos foram liberados ao longo do exercício de 2007, em fluxo compatível com a programação.

O quantitativo de técnicos e corpo diretivo da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) – cerca de 120 colaboradores de diversas origens, com diferentes graus de formação – é ainda insuficiente. Há problemas de instalação, devido à escassez de espaço físico e pouca disponibilidade de mobiliário e equipamentos. Também há sobrecarga da rede elétrica e incapacidade da rede lógica no prédio onde funciona a SESAN.

Observa-se a necessidade de incrementar a capacidade de acompanhamento dos convênios, em atendimento à exigência legal de fiscalização sob responsabilidade do gestor dos recursos públicos. Em decorrência da inexperiência dos executores locais, sobretudo no caso destas ações de segurança alimentar, constata-se freqüentemente que é mister efetuar verificações in loco, para correção dos rumos de implementação dos projetos. Outra necessidade premente refere-se ao aumento da capacidade de análise das prestações de contas dos convênios, tanto técnica, relativa ao cumprimento da meta física, quanto financeira, para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos investidos nos projetos. Além disso, os executores (Estados e Municípios) também têm grande dificuldade na apresentação das prestações de contas.

Para finalizar, observa-se que o instrumento de repasse de recursos – o convênio – utilizado pela SESAN é demasiado trabalhoso, de processamento demorado e absorve grande parte da força de trabalho disponível. É preciso simplificar a forma de repasse, de maneira a ampliar a abrangência do Programa e agilizar sua implementação, mas, sobretudo, sem eliminar o atendimento aos pequenos e mais carentes Municípios.

Os atrasos e erros nas prestações de contas têm sido um gargalo na execução dos projetos. Ocorrem, ainda, dificuldades em relação ao gerenciamento local da execução, uma vez que o convenente freqüentemente deixa de solicitar a prorrogação de prazo de vigência do convênio em tempo hábil para seu processamento.

A maior parte das ações do Programa é executada de forma descentralizada, através de parcerias com os governos estaduais e municipais, além de organizações do terceiro setor. Esta parceria e proximidade vêm sendo paulatinamente construídas. Há contatos permanentes entre a gerência do Programa e os executores. Ocorre, entretanto, uma dificuldade de obtenção de informações e documentação necessárias à implementação dos projetos, resultando em atrasos no processo de execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Participação social: os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – Conseas constituem-se em um dos principais mecanismos de participação social na implementação do Programa. No caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), trata-se de instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para ações na área em questão. O Consea tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o País garanta o direito humano à alimentação.

Mudanças institucionais: em 2006, foi promulgada a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan e coloca o direito humano à alimentação adequada como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. A Lei prevê ainda a existência da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pela Política e pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação. Deste modo, o Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, instituiu a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional.

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

GERENTE DO PROGRAMA

Ana Lígia Gomes

OBJETIVO

Eliminar a prática do trabalho por crianças e adolescentes com idade até 16 anos incompletos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes com idade até 16 anos incompletos que estão trabalhando em situações ilegais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 297.126.761,00	Empenho Liquidado:	R$ 273.724.046,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 273.724.046,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Trabalho Infantil - Porcentagem	-	5.70	-	6.45	7.00	92,14

1. TAXA DE TRABALHO INFANTIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os números da tabela acima apresentam problema de comparação, já que a fórmula de cálculo do indicador se alterou durante o período do PPA. Desta maneira, vale tecer comentários sobre os números de trabalho infantil no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006) revelou uma ligeira redução no nível de ocupação das crianças e adolescentes. Os dados são: para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, o percentual de ocupados era de 11,5% em 2006, apresentando queda frente a 2005 (12,2%). O nível de ocupação dos meninos foi de 14,5% e o de meninas foi de 8,3%. Em 2006, havia 5,1 milhões de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos trabalhando no Brasil, representando 5,7% da população ocupada (0,5 p.p. abaixo de 2005). A região Nordeste apresentou maior participação, mas também foi onde se verificou a maior redução de 2005 para 2006 (de 9,4% para 8,4%). A participação da população de 5 a 17 anos em atividades

agrícolas (12,2%) foi três vezes maior do que em atividades não-agrícolas (4,2%), mas houve uma redução de 1,1 p.p. entre 2005 e 2006 em atividades agrícolas, contra 0,2 p.p. em atividades não-agrícolas. Cabe ressaltar que apesar do número expressivo de crianças e jovens trabalhando, há registros de queda. Por fim, dimensões culturais podem influenciar as taxas de ocupação, sobretudo, nas áreas rurais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O ordenamento jurídico nacional proíbe qualquer trabalho abaixo da idade de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Também proíbe o trabalho noturno, insalubre ou perigoso aos adolescentes com idade entre 14 anos e 18 anos incompletos. O Brasil é signatário das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 138, sobre a idade mínima para admissão ao emprego, e nº 182, sobre as piores formas de trabalho infantil. Está, portanto, comprometido com a adoção de medidas imediatas para eliminar o trabalho ilegal abaixo da idade mínima, erradicar o trabalho de adolescentes nas piores formas e assegurar o trabalho decente aos adolescentes em idade legal para o trabalho. Entre as causas do trabalho precoce destaca-se a questão da pobreza, influenciada fortemente pela má-distribuição de renda. Padrões culturais em determinadas regiões do País também influenciam negativamente sobre esse problema. A permanência de tal fenômeno provoca a perpetuação do ciclo de pobreza que aprisiona famílias, pois a pobreza dos pais leva os filhos precocemente ao trabalho como forma de aumentar a renda familiar, gerando crianças e adolescentes com baixa escolaridade. Assim, essas crianças e adolescentes ficam impedidos de ocupar postos de trabalho com melhor remuneração, reproduzindo as mesmas conseqüências na geração seguinte, dificultando o processo de inclusão social. O trabalho precoce traz prejuízos para a saúde física e mental de crianças e adolescentes, bem como para a sua escolaridade. A erradicação do trabalho precoce permite potencializar ganhos de escolaridade, propiciando aos jovens melhores condições de empregabilidade e maiores chances de ocupar um posto de trabalho com maior remuneração, melhorando o seu padrão de vida e de sua família.

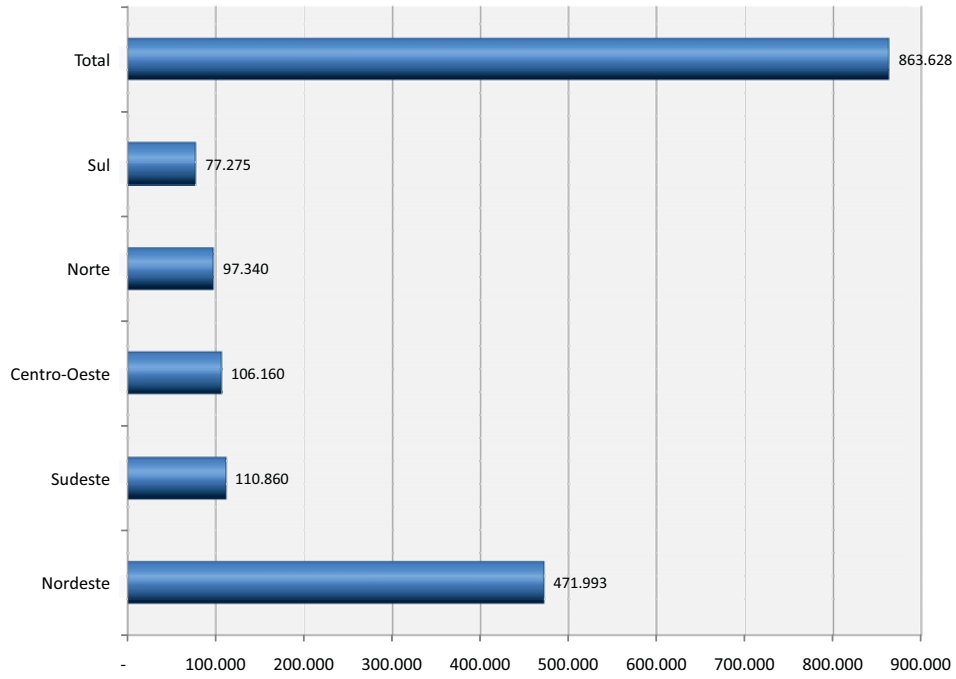
PRINCIPAIS RESULTADOS

• 1 - 863 mil crianças/adolescentes cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com registro de situação de trabalho precoce e, por conseguinte, tendo financiamento para participação nas ações sócio-educativas do Programa de Erradicação do trabalho Infantil (PETI) e recebendo bolsa, que é paga segundo a lógica descrita abaixo.

Programa Bolsa Família (PBF) Famílias em situação de trabalho infantil com renda *per capita* mensal igual ou inferior a R$ 120,00	PETI Famílias em situação de trabalho infantil com renda *per capita* mensal superior a R$ 120,00
Famílias com renda *per capita* de até R$ 60,00: R$ 58,00+R$ 18,00 por beneficiário (no máximo até três)	Famílias residentes na área urbana têm direito à bolsa mensal no valor de R$ 40,00 por criança/adolescente.
Famílias com renda *per capita* entre R$ 60,01 e R$ 120,00: R$ 18,00 por criança ou adolescente de até 15 anos (no máximo até três)	Famílias residentes na área rural têm direito à bolsa mensal no valor de R$ 25,00 por crianças/adolescente.

Segue a discriminação por grandes regiões do atendimento, a partir da qual se pode perceber que mais de 50% das crianças/adolescentes já inscritas no CadÚnico estão concentrados no Nordeste.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DO ATENDIMENTO DO PETI POR GRANDES REGIÕES (CRIANÇA ADOLESCENTE ATENDIDO - DEZ 2007)



Fonte: SIGPlan/MDS
Elaboração: SPI-MP

• 2 - Regularização da situação de 7.999 crianças e adolescentes encontrados trabalhando nos setores formal e informal da economia, encaminhadas para a rede de proteção social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No ano de 2007, houve avanços no processo de integração entre o PETI e o Bolsa Família, disciplinada por meio da Portaria nº 666, de 28 dezembro de 2005, publicada pelo Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Dentre outros, a integração desencadeia o processo de identificação territorial de crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce, com a perspectiva de universalizar o acesso ao Programa para o recebimento de Bolsa pela família e de inserir e manter as crianças/adolescentes retirados do trabalho nas ações ofertadas pelo serviço sócio-educativo do PETI. Neste sentido, o PETI deixa de ser operacionalizado pela lógica de pactuação de metas, passando a uma outra, que pressupõe a localização e identificação das famílias em situação de pobreza e

vulnerabilidade, integrando-as às ações sócio-educativas e à transferência de renda.

Outro avanço se refere ao monitoramento do desempenho físico das ações. Em especial, foi disponibilizado em 2007 para todos os Municípios ligados ao Programa o Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Sócio-educativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Sispeti), que tem, como uma de suas finalidades, o controle da freqüência mensal das crianças/adolescentes (mínimo de 85%) nas ações sócio-educativas, no contra-turno escolar. Ressaltam-se avanços significativos quanto ao aprimoramento da gestão do Programa a partir da implementação desse sistema, o qual disponibiliza, entre outras informações, a lista nominal das crianças/adolescentes atendidas, cadastro nacional dos núcleos de atendimentos e dados qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pelo PETI.

O recurso destinado ao co-financiamento das ações sócio-educativas não foi suficiente para o pagamento da parcela do mês de dezembro, assim, o pagamento foi efetuado em janeiro de 2008. Vale também ressaltar que, após a pactuação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), o recurso referente à Bolsa PETI (para aqueles que não recebem o Bolsa Família) foi repassado fundo a fundo até o pagamento da parcela referente ao mês de setembro. Após este período, o pagamento se deu exclusivamente por meio do cartão magnético da Caixa Econômica Federal (CEF), que implica transferência direta ao beneficiário.

Além disso, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. De acordo com a regulação dos serviços sócio-assistenciais, foi definido que a data final para efetuar a transferência de recursos aos fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais é o dia 10 de cada mês, o que, juntamente com sistemas de gestão financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possibilitou, em grande medida, regularizar esse fluxo e evitar prejuízos ao acesso dos usuários aos serviços.

O processo de transferência fundo a fundo é uma importante prerrogativa da gestão da Política de Assistência Social, pois permite repasse de recursos regular e automático aos Fundos Municipais e Estaduais de Assistência Social, possibilitando a execução das ações do Programa sem interrupção, transformando-as em continuadas. No entanto, o processo de auditoria instituído pela Controladoria-Geral da União – CGU revela um número ainda grande de Municípios que não utilizam os recursos corretamente, ou não executam o Programa, o que se tornou foco de atenção por parte da coordenação e da gerência do Programa, com a perspectiva de avançar em sua supervisão e seu monitoramento, bem como no fortalecimento do controle social e outras instâncias locais com este fim. Destaca-se a necessidade de maior participação dos Estados no processo de acompanhamento de execução das ações pelos Municípios, conforme responsabilidades estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O PETI conta com uma rede de parceiros fundamentais à sua execução e à sua gestão. Dentre eles, vale mencionar: Ministério Público do Trabalho (MPT), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Órgão das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef), Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

Houve contribuição dos Conselhos Nacionais de Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no que tange à articulação e à mobilização junto aos seus respectivos conselhos municipais para o acompanhamento processo de integração Peti/PBF, especialmente no que se refere à identificação e ao cadastramento das crianças/adolescentes em situação de trabalho em âmbito local. Registre-se, ainda, a participação da sociedade civil organizada por meio do FNPETI e da Conaeti, integrados por representações de trabalhadores, empregadores e o movimento social da área de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil, assim como organismos internacionais (OIT e Unicef), num amplo processo de discussão e acompanhamento da integração entre o Peti e o PBF, o que contribuiu para sua construção e permitiu maior êxito na resolução de dificuldades apresentadas no decorrer do referido processo. Porém, ressalve-se a fragilidade e pouca efetividade das Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil.

Em especial, tem destaque a assinatura de termo de cooperação técnica do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o MPT, visando potencializar a fiscalização e o monitoramento da ocorrência do trabalho infantil.

Por fim, vale comentar que a PNAD 2006 trouxe suplemento sobre a questão do trabalho infantil, com o intuito de conhecer mais detalhes sobre a inserção do menor no mercado de trabalho. No referido suplemento, foram feitas perguntas relativas ao motivo principal pelo qual o menor trabalhava; ao destino do rendimento do trabalho; à existência (ou não) de treinamento ou orientação sobre como evitar machucados ou doenças de trabalho. Dentre estas questões, chamam atenção os seguintes resultados observados: 77,9% das crianças/adolescentes trabalhavam porque queriam, enquanto 22,1% o faziam porque os pais determinavam. O percentual de crianças/adolescentes que trabalhavam porque queriam era menor nas regiões Norte e Nordeste. Outro tema importante se refere à destinação dos rendimentos: do total de menores que trabalhavam, 63,9% não entregavam seus rendimentos aos pais. Nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente, 50,1% e 51,1% das crianças/adolescentes entre 5 e 13 anos de idade não entregavam os rendimentos aos pais, percentuais muito inferiores aos do Sudeste (68,2%) e Centro-Oeste (68,5%).

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

GERENTE DO PROGRAMA

Ana Lígia Gomes

OBJETIVO

Promover a redução das situações de vulnerabilidade social e prevenir as situações que indicam risco potencial decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou fragilização dos vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o território como base de atuação.

PÚBLICO-ALVO

Famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o território como base de atuação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.326.563.031,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.254.810.036,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 14.254.810.036,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Gini da Proteção Básica - Índice numérico	-	-	-	-	-	-
2. Percentual de Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
3. Percentual de Crianças em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
4. Percentual de Indígenas em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
5. Percentual de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
6. Percentual de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
7. Percentual de Pessoas Afro-descendentes em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
8. Percentual de Pessoas com Deficiência em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
9. Percentual de Pessoas Idosas em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - PORCENTAGEM	-	-	-	-	-	-
10. Taxa de Cobertura das Famílias em Situação de Pobreza Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
11. Taxa de Cobertura de Famílias em Situação de Pobreza Atendidas pelos Programas e Projetos de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
12. Taxa de Cobertura de Pessoas Idosas em Situação de Indigência pelos Benefícios de Prestação Social Básica - PORCENTAGEM	-	-	-	-	98.00	-
13. Taxa de Cobertura de Pessoas com Deficiência em Situação de Indigência pelos Benefícios de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	98.00	-

JUSTIFICATIVA PELO NÃO CÁLCULO DOS ÍNDICES DOS INDICADORES EM 2007

Para o indicador 12, não houve apuração em virtude das dificuldades de se estimar o público potencial. A despeito disso, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) financiou pesquisa para, entre outros objetivos, construir e projetar estimativas do público-alvo do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O trabalho baseou-se nos dados do Censo 2000, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e nas bases administrativas do BPC e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os resultados da pesquisa mostram que, em 2005, estaria completa a cobertura do público idoso. Contudo, deve-se salientar que a metodologia da pesquisa adota uma série de pressupostos, como,

por exemplo, ausência de mudanças substanciais no nível e na distribuição de renda entre as famílias, bem como na composição familiar dos idosos e de pessoas com deficiência, do período analisado em relação a 2000.

As dificuldades relativas à apuração da cobertura pelo BPC de pessoas com deficiência (Indicador 13) também se devem aos problemas com a estimativa do público-alvo. A pesquisa citada acima estimou este público, chegando ao resultado de 57% dos beneficiários potenciais atendidos para o ano de 2005. Vale enfatizar, não apenas a metodologia utilizada, mas também, no caso específico de pessoa com deficiência, o fato de que o conceito de pessoa com deficiência incapacitante para o trabalho do qual se valeu a pesquisa pode ter superestimado os elegíveis pelo BPC.

Para os demais indicadores, importa assinalar que foram propostos a partir da idéia de especificação do segmento atendido, sobretudo, nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Ocorre que o co-financiamento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), desenvolvido nos CRAS, dá-se a partir do porte do Município e do número de famílias referenciadas no território (público potencial em situação de vulnerabilidade) de abrangência do CRAS. A idéia, portanto, é que o co-financiamento gere capacidade instalada de atendimento, correspondente à estimativa do público potencial. Ainda estão em desenvolvimento os mecanismos para efetivo monitoramento da execução dos serviços no CRAS. Deste modo, a concepção desses indicadores não expressa coerentemente os resultados do Programa (principalmente porque não evidencia o foco conferido às famílias e não mede a evolução do co-financiamento), assim como suas variáveis não possuem fonte de dados adequadas, impossibilitando sua mensuração. Dessa forma, esses indicadores foram excluídos do PPA 2008-2011. Em seu lugar, foram definidos indicadores relativos a: evolução do co-financiamento federal para desenvolvimento de ações nos CRAS; evolução do atendimento do BPC; razão entre a oferta de serviços e de benefícios assistenciais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a assistência social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. De acordo com o artigo primeiro da LOAS, "a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, que busca traduzir o texto legal em concepções e conceitos inovadores no sentido do avanço na garantia dos direitos, ao se configurar necessariamente na perspectiva sócio-territorial,

pretende propiciar esse incremento, uma vez que, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas - população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência. Cabe, nesse sentido, reconhecer a dinâmica demográfica e sócio-econômica associadas aos processos de exclusão/inclusão social, vulnerabilidade aos riscos pessoais e sociais em curso no Brasil, em seus diferentes territórios.

Diante disso, a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e convívio ou vivência familiar. A proteção social básica, especificamente, tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Propõe incluir as pessoas com deficiência e organizá-las em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada quanto eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização. Os serviços de proteção social básica são ofertados de forma direta nos CRAS e em outras unidades públicas de assistência social, e de forma indireta pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 3.248 CRAS co-financiados com recursos da União em 2.624 Municípios, referenciando mais de 11 milhões de famílias que vivem em territórios de vulnerabilidade. Deste total de famílias referenciadas, cerca de 2 milhões foram atendidas, com o desenvolvimento nos CRAS do Programa de Atenção Integral à Família (Paif). Entre 2004 e 2007, houve crescimento médio anual superior a 50% no número de CRAS com co-financiamento federal.

• 1.711 Municípios contemplados a partir do co-financiamento do Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, com capacidade de atendimento a 111.793 jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, inseridos em famílias cuja renda *per capita* é de até 1/2 salário mínimo. Os jovens estavam distribuídos em 4.472 núcleos com capacidade de atendimento para até 25 jovens cada núcleo. Os jovens são atendidos por bolsa mensal no valor de R$ 65,00 e serviços sócio-educativos.

• 2,68 milhões de pessoas beneficiadas com os benefícios de prestação continuada, que consistem da garantia de um salário mínimo mensal às pessoas idosas e com deficiência incapacitante para o trabalho, ambas com renda *per capita* familiar inferior a ¼ de salário mínimo. O crescimento no atendimento, com relação a 2006, foi de 8,2%. O

Nordeste concentra 36% dos beneficiários, sendo seguido pelo Sudeste (34%), Sul (11%), Norte (10%) e Centro-Oeste (9%). Abaixo segue a discriminação do atendimento por grandes regiões em dezembro de 2007.

Nº de pessoas atendidas pelo BPC (dez 2007)			
	Pessoa com deficiência	Pessoa Idosa	Total
Norte	150.576	118.985	269.561
Nordeste	545.845	414.051	959.896
Sudeste	420.584	500.145	920.729
Sul	155.429	129.173	284.602
Centro-Oeste	112.673	133.362	246.035
TOTAL	**1.385.107**	**1.295.716**	**2.680.823**

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SNAS/MDS)
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento (SPI/MP)

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No ano de 2007, a Proteção Social Básica seguiu co-financiando serviços assistenciais nos 3.248 CRAS, localizados em 2.624 Municípios brasileiros. A diretriz de universalização da Proteção Social Básica torna necessária a ampliação da cobertura dos serviços.

Visando avançar no acompanhamento das ações sócio-assistenciais, foi pactuada uma avaliação do estágio de funcionamento e organização dos CRAS implantados no País a partir de 2003, utilizando como instrumental para o levantamento das informações a Ficha de Monitoramento dos CRAS. Esta contemplou informações qualitativas e quantitativas que possibilitam conhecimento dos espaços e das atividades dos CRAS, a fim de melhorar o planejamento das ações e a formulação de orientações aos Municípios. Com os resultados obtidos, é possível conhecer dados da identificação dos CRAS tais como: endereço, telefone, e-mail, fontes de financiamento, mês e ano de implantação, planejamento de implantação, horário de funcionamento, situação do imóvel, estrutura física, público prioritário, atividades realizadas, intersetorialidade e a composição da equipe técnica de todos os CRAS existentes no País, até mesmo dos co-financiados por recursos municipais e estaduais. Os dados gerados estão sendo tabulados e o relatório completo será publicado no primeiro semestre de 2008.

Com relação ao orçamento destinado ao Programa**,** os recursos foram insuficientes para a ação 2583 - Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia à Pessoa com Deficiência e à Pessoa Idosa, em função de que, à época da elaboração do orçamento, não haviam sido estabelecidos os termos do contrato entre o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência (Dataprev) (responsáveis pela operacionalização do BPC), que estipulou o preço de R$ 0,58 por benefício processado.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A não liberação do limite orçamentário no mês de dezembro de 2007 inviabilizou o pagamento da parcela 12 de alguns serviços, que será efetuado no exercício de 2008.

Ainda sobre restrições, foram obtidas melhorias na estrutura física da gerência, a partir da renovação de mobiliários, computadores e linhas telefônicas. Em especial, falta equipamento de informática com capacidade de rodar a base de dados dos beneficiários do BPC.

A equipe técnica que realiza o acompanhamento das ações ainda é insuficiente frente à grande gama de atribuições, que envolve o acompanhamento dos Estados, demandas de regulação, acompanhamento do processo de revisão, acompanhamento da execução orçamentária, dentre outros, e ao universo de Municípios que atualmente estão recebendo o co-financiamento para as ações da proteção social básica ou que demandam esse co-financiamento.

Assim como há necessidade de capacitação permanente da equipe gerencial, é necessário que esta qualificação seja estendida às equipes que executam diretamente as ações no âmbito local. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH/SUAS), aprovada em 2006, dispõe sobre a demanda de qualificação dos recursos humanos, indicando diretrizes para a política nacional de capacitação. Em 2007, começou a ser implementado pelo MDS o Programa Gestão Social com Qualidade, que vai capacitar, em um ano, 15,6 mil técnicos e gerentes de Estados e Municípios, visando aprimorar a gestão dos programas sociais, por meio de qualificação de profissionais em novas práticas e tecnologias para atender com eficiência à população e promover a integração de diversas ações. O curso atenderá a 14.059 técnicos em aulas à distância e 1.617 gerentes na forma presencial.

O procedimento de transferência fundo a fundo agiliza o repasse de recursos, tornando-o regular e automático aos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social, o que possibilita a execução das ações de forma continuada e sem interrupção. No entanto, as auditorias instituídas pela Controladoria-Geral da União (CGU) identificam elevada quantidade de Municípios que não executam os recursos corretamente ou mesmo deixam de executar parte da ação proposta. Outro mecanismo que permite identificar esta baixa execução é o demonstrativo de prestação de contas dos serviços da Proteção Social Básica. Esse contexto está sendo foco de atenção da gerência do Programa, na perspectiva de avançar no processo de supervisão e monitoramento das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Discussão em Conselho Setorial: A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) estabelece as competências do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre elas, pode-se destacar a atribuição de normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social. A

NOB define os critérios de partilha dos recursos de co-financiamento federal que deverão ser pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e deliberados pelo CNAS. Dessa forma, a CIT e o CNAS configuram-se instâncias de grande relevância para a participação e o controle social. Cabe ressaltar que a partir da NOB/SUAS e da implantação da Rede SUAS, os Conselhos de Assistência Social dos Municípios, Estados e Distrito Federal passam a exercer efetivamente o controle social sobre a assistência social em seu âmbito. Uma das formas de exercer esse controle é por meio do parecer de aprovação ou rejeição do Plano de Ação e do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do SUAS (instrumento de prestação de contas).

Pesquisa: a pesquisa Agente Jovem, realizada pelo MDS em parceria com Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF) e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no ano de 2007, aponta que a maioria dos ex-beneficiários possui uma avaliação muito positiva do Programa Agente Jovem, seja no que tange à equipe, à qualidade das atividades realizadas ou ao programa como um todo. No geral a avaliação corresponde a: ótimo 42,5%; bom 47,3%; regular 8%; ruim 0,7% e péssimo 0,9%.

Legislação: ainda em 2007, último ano do PPA, foi editada Medida Provisória, reformulando o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, de modo a integrar ações de vários órgãos, voltadas, em particular, ao processo educacional da juventude, à sua qualificação profissional e ao seu desenvolvimento humano. Neste contexto, o Agente Jovem está sendo reformulado, dando origem ao Projovem Adolescente (modalidade específica do Projovem), que consiste de serviço continuado de proteção social básica, ofertado preferencialmente nos CRAS, tendo como público-alvo jovens selecionados dentre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e jovens em situação de risco, independentemente de renda, egressos ou sob medida de proteção, sob medida sócio-educativa em meio aberto ou egressos de medidas sócio-educativas de internação ou semi-liberdade, egressos do Programa de Erradicação do Trabalhão Infantil (Peti) ou de programa de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual. A seleção deve prever a inclusão do jovem com deficiência. Entre suas vantagens com relação ao Agente Jovem, pode-se citar: a) o maior nível de integração com outras ações no âmbito do Projovem, PBF e com a Proteção Social Especial; b) elevação do valor do repasse mensal por grupo de 25 jovens; c) aumento do período de permanência dos jovens; e d) meta de atendimento mais elevada, devendo chegar em 2010 a mais de 1 milhão de jovens.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Ana Lígia Gomes

OBJETIVO

Promover a redução das situações de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e,ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e das famílias que tiveram seus direitos violados, visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiar e comunitário.

PÚBLICO-ALVO

Crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, migrantes, famílias em situação de risco pessoal e social decorrente da violação de direitos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 216.741.997,00	Empenho Liquidado:	R$ 163.115.806,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 163.115.806,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Gini da Proteção Especial - Índice numérico	-	-	-	-	-	-
2. Percentual de Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social Especial - porcentagem	-	-	18.20	-	-	-
3. Percentual de Crianças em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	18.20	-	-	-
4. Percentual de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	-	-	-	-

5. Percentual de Pessoas com Deficiência em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	70.00	-	-	-
INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	**ÍNDICES APURADOS**				**ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA**	**PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE**
	2004	**2005**	**2006**	**2007**		
7. Taxa de Cobertura de Famílias em Situação de Pobreza pelos Programas e Projetos de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	-	-	-	-
8. Taxa de Cobertura de Famílias em Situação de Pobreza Pelos Serviços de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	-	-	-	-

JUSTIFICATIVA PELO NÃO CÁLCULO DOS ÍNDICES DOS INDICADORES EM 2007

Os indicadores não expressam coerentemente o resultado do Programa e suas variáveis não possuem fontes de dados adequadas. Por essa razão, foram estabelecidos novos indicadores para o PPA 2008-2011, aproximando-os dos termos estabelecidos para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), particularmente, o nível de proteção social especial. Com isso, espera-se avaliar o desempenho do Programa à luz da: a) reintegração familiar de crianças e adolescentes institucionalizados por motivo de pobreza; b) presença de co-financiamento federal por meio de pisos da proteção social especial nos Municípios; e c) reordenamento dos serviços de proteção especial nos Municípios.

Os indicadores e suas respectivas fórmulas de cálculo serão os seguintes:

1. Porcentagem de Crianças e Adolescentes Institucionalizados por Motivo de Pobreza Reintegradas às suas Famílias: Relação percentual entre o número de crianças e adolescentes reintegrados e o número de crianças e adolescentes institucionalizados por motivo de pobreza.
2. Taxa de Cobertura dos Pisos de Proteção Social Especial: Piso de Transição de Média Complexidade; Piso de Alta Complexidade I; e Piso de Alta Complexidade II: Relação percentual entre o número de Municípios que possuem pelo menos um dos Pisos da Proteção Social Especial - Transição, Alta 1 e Alta 2 - e o número total de Municípios.
3. Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil Habitantes: Relação percentual entre o número de Municípios com mais de 100 mil habitantes que recebem co-financiamento federal para Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias (constantes do Piso Fixo de Média Complexidade) e o número de Municípios com mais de 100 mil habitantes.
4. Taxa de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial: Relação percentual entre o número de Municípios com serviços de Proteção Social Especial reordenados e o número de Municípios com co-financiamento da Proteção Social Especial federal até julho de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A reorganização do modelo de gestão descentralizada e participativa na perspectiva do SUAS aponta a necessidade de reconfigurar as ações de assistência social com base em sua complexidade, em consonância com as situações de vulnerabilidade e risco, na matricialidade sócio-familiar e na organização territorial. No Brasil, há milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social, cuja situação agrava-se pelos processos de violação de direitos como núcleo familiar ou de violação dos direitos de seus membros, exigindo, portanto, atenção diferenciada, especializada e com maior grau de complexidade. Nesse sentido, as ações, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), devem ser prestadas de acordo com a situação apurada, sendo caracterizadas como de proteção social de média e alta complexidade. A proteção de média complexidade refere-se ao atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, o que requer maior estruturação técnico-operacional e atenção mais especializada e mais individualizada. A proteção de alta complexidade diz respeito à proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. Além disso, o SUAS exige a reestruturação da rede de atendimento, de modo a assegurar a uniformidade dos espaços públicos de atenção sócio-assistencial, tornando-se urgente a implantação e a implementação das unidades de referência com base na oferta e na necessidade das ações pertinentes a esse nível de complexidade. A criação desse Programa imprime lógica diferenciada da participação da União no co-financiamento da política de assistência social, em função de exigir alterações na forma de gestão financeira dos recursos transferidos do fundo nacional para os fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais dessa política social. Nesse sentido, a transferência de recursos é realizada por meio de duas modalidades: a) fundo a fundo, por meio dos pisos fixo e variável de média e alta complexidade, no caso dos serviços; e b) convênio, no caso dos programas e projetos de enfrentamento à pobreza. Essa proposição assume grande importância no cenário de luta pela consolidação da assistência social como política pública, em razão da necessidade de ordenamento dos serviços, programas e projetos da política em rede descentralizada, articulada, regionalizada e hierarquizada, com base no território. Para tanto, torna-se imprescindível, além da definição das formas de financiamento nas três esferas de governo e das ações com base em sua complexidade, a definição de mecanismos e sistema de monitoramento e avaliação que permitam apurar resultados e impactos, e apontem correções de fluxo que se fizerem necessários para que a assistência social se efetive como política pública e se possa ampliar o acesso à rede de proteção.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento a 107,2 mil pessoas por meio dos serviços de proteção especial à família.

- Atendimento a 185,4 mil pessoas, em 1.547 Municípios, pelos serviços específicos de proteção social especial.

• Seleção de 278 projetos para aplicação dos recursos direcionados à estruturação da rede de atendimento sócio-assistencial. Quanto às emendas parlamentares, foram empenhados recursos referentes a 254 projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os serviços de proteção social especial atenderam a quase 300 mil indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

O monitoramento das ações é efetivado por meio dos instrumentos disponibilizados na Rede SUAS, a qual tem por função responder às novas necessidades de informação e comunicação no âmbito do SUAS. Dentre esses, mencione-se o Demonstrativo Anual da Execução Físico-Financeira, instrumento de prestação de contas do co-financiamento federal das ações continuadas de assistência social, elaborado pelos gestores e submetido à avaliação do conselho de assistência social competente, que verifica o cumprimento das metas físicas e financeiras do plano de ação, de acordo com a Portaria nº 459, de 9 de setembro de 2005.

Com relação ao financiamento das ações, ressalta-se que, em virtude da não liberação de limite para pagamento da última parcela dos serviços sócio-assistenciais, este foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2008, mediante a utilização de recursos do referido ano.

A transferência de recursos por meio dos pisos de proteção social, aplicada aos serviços sócio-assistenciais, deve ser regular ao longo do ano de modo a propiciar o atendimento das metas físicas. De acordo com a regulação dos serviços sócio-assitenciais, a data final para efetuar a transferência de recursos aos fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais é o dia 10 de cada mês, o que, juntamente com os sistemas de gestão financeira, possibilitou em grande medida regularizar esse fluxo e não prejudicar o acesso dos usuários aos serviços. Contudo, ao longo do ano existiram ocasiões em que ocorreu atraso na liberação da cota orçamentária/financeira, o que contribui para gerar atrasos. Em que pese tais dificuldades, essa modalidade de co-financiamento da União proporcionou a alteração de um quadro histórico caracterizado por atrasos sistemáticos no repasse de recursos, divergência de dados e restrições à efetividade de transferências inviabilizando a oferta de serviços para a população usuária.

Apesar dos avanços originados das determinações da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), o processo de auditoria instituído pela Controladoria-Geral da União – CGU, revela número ainda grande de Municípios que não utilizam os recursos corretamente, ou mesmo não executam o Programa. A coordenação e gerência dispensam uma atenção especial à supervisão e ao monitoramento do Programa e ao fortalecimento do controle social voltado para a maior abrangência das ações.

Ainda sobre recursos orçamentários, vale registrar a questão do financiamento das ações assistenciais por todos os Entes Federados. Na estrutura de gestão da política de assistência social, está previsto o co-financiamento dos três Entes Federados. A pesquisa, realizada no ano de 2005, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulada Perfil dos Municípios Brasileiros - Assistência Social, aponta que cerca de 99,1% dos Municípios alocam recursos próprios no seu orçamento, embora apenas cerca de 50% afirmaram ter definição legal de percentual de recursos. Entretanto, constata-se descaracterização da concepção da gestão financeira desses recursos, uma vez que menos de 50% os alocam nos fundos municipais de assistência social, locus privilegiado para assegurar gestão democrática do orçamento público.

Outro aspecto crítico são os problemas com recursos materiais, que não atendem às demandas dos processos de trabalho, tais como: falta de espaço físico para acomodar novos técnicos, insuficiência de equipamentos de informática, linhas telefônicas etc.

A PNAS e a NOB impõem um reordenamento dos recursos humanos envolvidos no gerenciamento e execução dos programas de modo a assegurar a sua implementação de forma qualificada. No ano de 2006, foi realizado concurso público para provimento de vagas no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS para profissionais de nível médio e superior, o que ainda não suprirá a necessidade real.

Sobre as restrições dos Municípios, conforme apresenta a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada em parceria com o IBGE, o número de pessoas ocupadas em 2005 na área de assistência social da administração municipal foi, aproximadamente, de 140.000 pessoas, representando 2,9% do total de pessoal ocupado na administração municipal.

Como forma de ampliar as competências dos profissionais da área da assistência social, o MDS consolidou um Programa de Capacitação que mobilizará conhecimentos, metodologias e ferramentas gerenciais para municiar os profissionais em suas atividades visando a qualificação dos serviços e implementação do SUAS enquanto instrumento de viabilização e consolidação dos direitos sociais. Para isso, serão qualificados gestores e técnicos municipais e estaduais pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Secretaria Nacional de Assistência Social (SAGI/SNAS/MDS).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Realização de pesquisas:

a) caracterização das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil, realizada com parceria do MDS, Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. No ano de 2007, foram publicados os resultados do levantamento e da análise das entidades da região Norte, estando em fase de conclusão o estudo sobre as demais regiões;

b) no ano de 2007, também ocorreu a consolidação dos dados da Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua. Tal ação é uma

atividade conjunta da SNAS e da SAGI. A pesquisa ocorreu em âmbito nacional, e é direcionada aos Municípios brasileiros com mais de 300.000 habitantes (71 Municípios). Serão disponibilizados, grosso modo, dois tipos de informações: 1) números absolutos: quantos moradores de rua por Município foram abordados pela pesquisa; quantos são homens e mulheres, entre outros dados; e 2) análise por meio de cruzamento de variáveis, por exemplo: quantas pessoas de cor parda têm como principal atividade cuidar de carros e preferem dormir na rua a dormir em albergues. No mês de março de 2008, teve início o processo de divulgação dos resultados junto aos Municípios participantes e para o público em geral.

Intersetorialidade: em 2007, houve a coordenação, em conjunto com o Ministério da Saúde (MS), do Grupo Interministerial para elaboração do Plano Nacional Integrado de Ações de Proteção à Pessoa Idosa SUAS-SUS. O grupo é composto por técnicos do MDS e MS. Em atividade, o Grupo contará e envolverá em suas etapas de trabalho diversos atores tais como: entidades prestadoras de serviços, especialistas, conselhos de políticas e de defesa de direitos, entre outros. Por intermédio do Plano objetiva-se regular as ações de responsabilidade conjunta das duas políticas setoriais e implementar ações e estratégicas comuns relativas à rede de atendimento, tais como: apoio domiciliar, atendimento domiciliar, centros-dia, abrigos, apoio sócio-familiar, cuidados comunitários, entre outros.

Discussão em Conselho/Comissão: os conselhos se constituem em importantes instâncias de discussão, proposição e avaliação voltadas aos segmentos populacionais atendidos pelos serviços da Proteção Social Especial. Nesse sentido, o MDS é membro efetivo-titular nos seguintes conselhos/comissões: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Comissão Intersetorial de Acompanhamento da Implementação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (Sinase), Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

A participação social, seja direta ou por meio dos conselhos, tem sido determinante na formulação, execução e avaliação dos serviços da Proteção Social Especial. No que se refere aos Conselhos de Assistência, a descentralização das ações em instâncias regionais consultivas tem tornado-as mais próximas à população. A interface com movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Movimento Nacional da População em Situação de Rua também tem sido importante no sentido de sistematizar as necessidades e demandas dessas populações na formulação e no planejamento das ações e políticas no âmbito do MDS, bem como na Proteção Social Especial.

Alterações legais: em 2007, o MDS promoveu um reajuste no Piso de Alta Complexidade I, por meio da Portaria nº 460 de 18 de dezembro de 2007, para viabilizar o reordenamento da rede de acolhimento, de modo a promover: a) equalização regional; b) equalização por porte de Municípios c) estímulo ao reordenamento da Rede de Serviços de Alta Complexidade e à implementação de novas modalidades de atendimento; d) recomposição do valor do piso.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA

GERENTE DO PROGRAMA

Rosani Evangelista da Cunha

OBJETIVO

Combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local dos territórios.

PÚBLICO-ALVO

Famílias em situação de pobreza, com renda familiar per capita de até R$ 100,00[4]

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.207.844.141,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.207.821.873,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 9.207.821.873,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento às Famílias Pobres - Porcentagem	-	-	100.00	100.00	100.00	100%
2. Taxa de Pobreza - Porcentagem	-	0.00	-	-	-	-

1. TAXA DE POBREZA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador "Taxa de Pobreza", calculado pela relação percentual entre o número de famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza e o número total de famílias, é influenciado por inúmeras variáveis e não só pelo Programa Bolsa Família (PBF). Com isso, foi criado o indicador "Taxa de atendimento às Famílias Pobres", que expressa o número de famílias

[4] O Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006, atualiza o público-alvo do Programa, definindo-o como famílias com renda familiar mensal *per capita* até R$ 120.

pobres atendidas pelo Programa em relação ao total de famílias pobres.

2. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS POBRES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

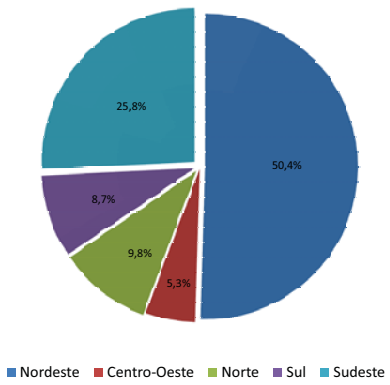
A meta estabelecida para o PPA 2004/2007 foi o atendimento a 11,1 milhões de famílias, número total de famílias pobres estimadas a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004). Esta meta foi alcançada em junho de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Elevar a renda da população é, sem dúvida, um dos principais desafios que se apresenta para a sociedade brasileira. Com efeito, segundo estimativas realizadas a partir da Pnad 2004, cerca de 11,1 milhões de famílias têm uma renda familiar mensal per capita até R$ 120. É neste contexto que se destaca a prioridade que vem sendo conferida aos mecanismos de transferência de renda. Neste sentido, com intuito de dar maior racionalidade e organicidade à ação de governo, evitando-se desperdício de recursos e superposições de ações, o Governo unificou as ações de transferência em um único programa. Dessa forma, o PBF é o instrumento de unificação dos procedimentos de gestão e execução dos programas federais de transferência de renda, em especial, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Além disso, deve-se assinalar as condicionalidades nas áreas de educação e saúde, que constituem compromissos das famílias beneficiárias do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atendimento de 11,04 milhões de famílias, com a presença do PBF em todos os Municípios brasileiros. Além disso, importa mencionar a redução de famílias nos programas remanescentes entre 2003 e 2007: Bolsa Escola: 5,05 milhões; Bolsa Alimentação: 1,669 milhão; Cartão Alimentação: 750 mil; Auxílio Gás: 9,3 milhões. Segue abaixo gráfico com a distribuição do atendimento nas grandes regiões, evidenciando-se a ênfase do Programa na região Nordeste, na qual é maior a freqüência do fenômeno da pobreza.



Fonte: SIGPlan

• Ampliação do acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde. No fim de 2007, o acompanhamento da freqüência escolar chegou a cerca de 13 milhões de alunos, representando 84% do total de crianças e adolescentes beneficiados pelo Bolsa Família. Destes, 97% tiveram freqüência à escola igual ou superior a 85%. Na saúde, a evolução do acompanhamento também é positiva. Por exemplo, no primeiro semestre de 2005, 7% das crianças acompanhadas tiveram registro no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan). No segundo semestre de 2007, este percentual alcançou 55%. Deste total em 2007, 99% cumpriram as condicionalidades de saúde.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa atendia, em dezembro de 2006, a 11,04 milhões de famílias em todos os Municípios do País. O PBF, portanto, teve excelente desempenho, não apenas alcançando a meta proposta (universalizar o atendimento às famílias pobres), mas também garantindo, por meio dos instrumentos de gestão, a devida focalização do seu público-alvo. Estudo do Banco Mundial demonstrou que 70% dos beneficiários do PBF estão no primeiro quintil de renda, resultando numa focalização superior a de outros programas de transferência de renda de países da América Latina.

Este desempenho satisfatório, conjugando expansão e boa focalização, foi alcançado por intermédio da gestão descentralizada do Programa. O desafio colocado para o PBF é articular os diversos agentes políticos em torno da promoção e da inclusão social das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, o PBF não pode prescindir da participação efetiva das três esferas de governo, como co-responsáveis pela sua implementação, estabelecendo um modelo de gestão compartilhada em que a União, os Estados e os Municípios atuem como co-responsáveis pela sua implementação, gestão e fiscalização. A participação dos Entes Federados no Programa envolveu a assinatura de termo de adesão específico (quase todos os Municípios brasileiros aderiram formalmente ao Programa), indicação do gestor municipal do Programa e a formalização da instância local de controle social do PBF. A assinatura do referido termo é condição para que o Município tenha acesso aos recursos financeiros de apoio à gestão do PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), além de algumas ferramentas como, por exemplo, o Sistema de Gestão de Benefícios – Sibec. Este permite que os gestores municipais realizem bloqueios, desbloqueios, cancelamentos e reversões de cancelamento de benefícios. Além disso, gestores estaduais, integrantes das instâncias de controle social e da rede pública de fiscalização do PBF (formada pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU)) também podem consultar as mesmas informações que os gestores municipais.

Por meio do termo de adesão, os Municípios se comprometeram a cumprir responsabilidades específicas na implementação do Programa, em especial no que se refere ao cadastramento, ao monitoramento das condicionalidades, à gestão de benefícios e à oferta de programas complementares. Além disso, Entes Federados que aderiram ao Programa podem receber os recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que consiste de repasse mensal aos Municípios, de acordo com o seu desempenho relativo à gestão do Programa e do CadÚnico.

O IGD é calculado a partir de quatro variáveis: qualidade e integridade das informações constantes no CadÚnico; atualização da base de dados do CadÚnico; informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de educação; e informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de saúde.

Foi repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), de janeiro a novembro de 2007, o valor de R$ 209,5 milhões aos Municípios, referente ao IGD. Desde a criação do IGD, observa-se uma significativa melhoria na performance de gestão dos Municípios. Em julho de 2007, foi publicado o relatório de análise da pesquisa sobre a utilização dos recursos do IGD. Essa pesquisa foi realizada no mês de dezembro de 2006 e contou com participação bastante significativa dos Municípios (2.633 participantes), representando todas as regiões e Estados brasileiros. Em especial constatou-se que a infra-estrutura disponível nos municípios é proporcional a seu porte. Isso demonstra o esforço dos municípios em adequar os recursos materiais e humanos ao número de famílias a serem atendidas em cada localidade. Apesar disso, também foram constatadas dificuldades com insuficiência de pessoal e espaço físico que influenciam negativamente a gestão do PBF e do CadÚnico. Ficou evidenciado que os municípios têm se apoiado fortemente nos recursos do IGD para sanar suas dificuldades estruturais. Assim, percebe-se a importância deste instrumento para a gestão do PBF e do CadÚnico.

Foram desenvolvidas diversas atividades no exercício de 2007, visando à integração com os entes executores do PBF, tais como: mobilização dos atores locais, nos Estados e Municípios, para difundir a cultura de gestão descentralizada; realização de seminários nacionais; formação de agentes regionais para criação de pólos descentralizados de capacitação nos Estados; inclusão dos conselheiros das instâncias de controle social, estaduais e municipais, nos processos de capacitação. No entanto, ainda há insuficiência de informação para a gestão do Programa no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em especial, no que se refere às informações disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), agente operador do CadÚnico. Este processo de negociação é permanente.

Como resultado da política de gestão descentralizada, foram validados 14,42 milhões de cadastros válidos da base do CadÚnico. Além disso, são realizadas rotinas de auditorias nas bases disponíveis e, ainda, comparação com outras bases administrativas do Governo Federal, como o Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS. A conjugação destas medidas vem repercutindo positivamente sobre a qualidade do CadÚnico, assim como sobre a focalização do PBF, como atestam diversos estudos e análises.

Em 2007, foi desenvolvida, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proposta para o novo formulário do CadÚnico. O processo de revisão do formulário do cadastro visou dois pontos centrais: a) a harmonização, sempre que possível, dos conceitos do CadÚnico com os conceitos utilizados pelas estatísticas oficiais (IBGE); e b) a utilização de variáveis sócio-econômicas e demográficas relevantes para a identificação de situações de vulnerabilidade e risco familiar ou pessoal. Esse processo contou com a colaboração de Municípios e da sociedade civil por meio de consulta pública

disponibilizada no sítio do MDS no período de 25 de junho a 27 de julho de 2007. Além disso, foram realizadas várias validações que envolveram membros das outras Secretarias do MDS, Ministérios parceiros, acadêmicos, especialistas, pesquisadores e gestores estaduais e municipais do CadÚnico. Duas novas versões do aplicativo do CadÚnico foram desenvolvidas no exercício de 2007, para facilitar o trabalho das prefeituras no cadastramento e atualização dos dados das famílias.

O fluxo financeiro não prejudicou o ritmo de expansão do Programa. Destaca-se que, para o exercício de 2007, segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA), foram alocados inicialmente R$ 8.837,48 milhões no Programa, distribuídos, principalmente, entre a transferência de renda, os pagamentos à CEF e o pagamento do IGD. Com a necessidade de reajustar o valor do benefício do PBF e de dar continuidade ao processo de apoio aos Municípios para melhorar a gestão do Programa, foram adicionados à ação 6524 - Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda mais R$ 220 milhões, enquanto na ação 0060 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004), foram acrescentados mais R$ 150 milhões, totalizando, assim, R$ 9,2 bilhões no Programa. Desse total, foram executados 99,70%. Mesmo com todos estes reajustes de valores, parte dos recursos referentes ao pagamento do IGD do mês de dezembro, no valor de R$ 13.579.107,14, foi reconhecida como dívida para o ano de 2008.

Sobre restrições, há grande insuficiência de espaço físico e dispersão da equipe, que ocupa espaços em três locais separados. Também há insuficiência de equipamentos de trabalho. Além da alta concentração de pessoas por metro quadrado (m^2), a situação atual também impede a recomposição da equipe, inclusive com a impossibilidade de convocar técnicos concursados. Há necessidade de expansão da equipe gerencial e executora tanto em relação à quantidade quanto aos perfis disponíveis. As formas de contratação são variadas, com vínculos precários e correspondente déficit técnico.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Alterações no Programa - O Governo Federal corrigiu os valores dos benefícios do PBF em 18,25%. Esse aumento foi definido com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) entre outubro de 2003 e maio de 2007. Com a atualização dos valores, a partir de agosto, o benefício básico passou de R$ 50,00 para R$ 58,00, e o variável de R$ 15,00 para R$ 18,00.

A Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007, instituiu o Benefício Variável Jovem (BVJ), o qual visa ampliar o pagamento do benefício variável para jovens de 16 e 17 anos. A família pode receber até dois benefícios vinculados ao adolescente. O valor desses benefícios é de R$ 30,00, razão pela qual o valor máximo do benefício por família passa a ser de R$ 172,00. Este benefício variável entrou em vigor no início do ano de 2008.

Pactuação - A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) estabeleceu um processo de pactuação com Estados, Distrito Federal e Municípios, objetivando a implementação

conjunta de programas de transferência de renda, nos casos em que o Estado ou Município tem programa próprio de transferência de renda. Em linhas gerais, a pactuação busca integrar programas estaduais e municipais de transferência de renda ao PBF, criando condições para eliminar as superposições e para elevar os valores das transferências. Em 2007, foram celebrados termos de cooperação com um Estado, quatro Municípios e com o Distrito Federal com tal finalidade.

Pnad 2006 - A Pnad 2006 trouxe suplemento sobre os programas sociais do Governo, permitindo análises mais apuradas sobre estes. Segundo o suplemento, havia, em 2006, cerca de 10 milhões de domicílios que recebiam dinheiro de programa social do Governo (18,3% dos domicílios do Brasil). Este percentual é superior ao de 2004 (15,6%), quando suplemento com a mesma natureza foi publicado.

Dos 10,02 milhões de domicílios com recebimento de dinheiro, 81% se referiam ao PBF (8,13 milhões de domicílios), significando 14,9% dos domicílios brasileiros. No Nordeste, o percentual de domicílios com acesso ao PBF chegou a 31,3%, sucedido do Norte (19,4%), Centro-Oeste (9,5%), Sudeste (8,2%) e Sul (8%).

Os números demonstram o peso do PBF no total de domicílios brasileiros. Além disso, o suplemento contém informações importantes sobre o rendimento médio mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares. Nos domicílios com recebimento do PBF, este rendimento era de R$ 172, conforme a tabela abaixo. Comparando-se com os domicílios em que não houve recebimento de dinheiro, nos quais os rendimentos médios domicialiares per capita eram de R$ 699, pode-se perceber que, de fato, o Programa tem chegado às famílias com rendimentos mais baixos, razão pela qual tem sido mecanismo fundamental para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Rendimento médio mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares, por grandes regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do Governo, no mês de referência, e o tipo de programa social do Governo – 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do Governo, no mês de referência, e tipo de programa social do Governo	Rendimento médio mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares (R$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	**601**	**402**	**361**	**727**	**694**	**662**
Houve	**172**	**177**	**145**	**200**	**197**	**231**
Bolsa Família	149	154	129	175	175	190
Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC)	302	283	265	345	323	360
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	147	158	131	169	170	170
Outro programa social	198	192	160	210	217	224
Não houve	**699**	**475**	**483**	**790**	**753**	**757**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Notas: (1) Em um mesmo domicílio pode haver recebimento de dinheiro de mais de um programa social de transferência de renda do governo.

(2) Exclusive as informações dos domicílios sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

- Artesanato Brasileiro
- Competitividade das Cadeias Produtivas
- Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte
- Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora
- Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental
- Metrologia e Qualidade Industrial
- Propriedade Intelectual

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foram utilizados **R$ 45.309.477.885,00** o que representou 66,4% do originalmente previsto, para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.438.113.889,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.139.273.008,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 66.809.300.000,00	Realizado não-orçamentário:	R$ 44.170.204.877,00
Total previsto:	**R$ 68.247.413.889,00**	**Total realizado:**	**R$ 45.309.477.885,00**

Além disso, do total de **R$ 57.682.798,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 47.853.491,00** correspondendo a 83% do valor inscrito.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MDIC, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo0	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1015 Arranjos Produtivos Locais	0,15%	1,42%	0,00%	0,00%	0,48%
	1016 Artesanato Brasileiro	0,06%	0,09%	0,02%	0,05%	0,06%
	8021 Comércio Eletrônico	0,03%	0,04%	0,00%	0,00%	0,02%
	0812 Competitividade das Cadeias Produtivas	0,08%	0,16%	0,08%	0,09%	0,11%
	0416 Cultura Exportadora	0,02%	0,02%	0,00%	0,00%	0,01%
	0418 Defesa Comercial	0,03%	0,02%	0,00%	0,00%	0,01%
	0419 Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte	0,52%	1,83%	1,50%	7,05%	2,57%
	0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora	77,70%	78,79%	71,11%	55,17%	71,71%
	1020 Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental	3,14%	1,97%	1,43%	8,51%	3,58%
	0390 Metrologia e Qualidade Industrial	12,38%	10,68%	16,90%	18,11%	14,06%
	0392 Pólo Industrial de Manaus	2,22%	1,95%	2,78%	3,31%	2,49%
	0393 Propriedade Intelectual	3,26%	2,59%	5,66%	7,17%	4,41%
Finalístico Soma		**99,59%**	**99,56%**	**99,47%**	**99,46%**	**99,53%**
Gestão de Políticas Públicas	0411 Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	0,41%	0,44%	0,53%	0,54%	0,47%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os resultados obtidos no exercício de 2007 mostram que o MDIC vem trabalhando para o alcance da política setorial estabelecida, contribuindo, significativamente, com o Megaobjetivo de Governo 2, Crescimento com Geração de Trabalho, Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Sociais.

Em 2007, as exportações alcançaram aumento de 16,6%, em relação a 2006, evoluindo para US$ 160,649 bilhões. As importações cresceram 32,0%, totalizando US$ 120,610 bilhões, resultando em *superavit* comercial de US$ 40,039 bilhões. A corrente de comércio totalizou US$ 281,259 bilhões, valor 22,7% acima de 2006.

Foi lançada, em 2007, a nova versão do Portal do Exportador, que teve 1,2 milhões de acessos.

Foram realizados oito Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), cerca de 1.600 empresas e 5.702 pessoas participaram desses eventos. Na ocasião, foram selecionadas empresas dos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Goiás para implementarem a Ação 1ª Exportação, que consiste no acompanhamento sistematizado de sua preparação para a exportação. Aprimoramento e modernização dos sistemas do comércio exterior brasileiro: Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICE*web*), Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), Novo Módulo do SISCOMEX Exportação (Novoex) e o sistema *DRAWBACK*.

O MDIC atuou ativamente em vários fóruns negociadores para estreitar as relações comerciais brasileiras. Nos acordos no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, avanços nas negociações do Acordo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União Aduaneira Sul-africana (SACU), do Acordo entre Mercosul e Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), bem como do aprofundamento do Acordo entre Mercosul e Índia. Nesse ínterim é importante destacar que foi concluído estudo da eventual assinatura de um acordo comercial entre o Mercosul e a Coréia do Sul. Foram também concluídas as negociações entre Mercosul e Israel, e o Acordo de Livre Comércio foi assinado. Em conjunto com o setor privado nacional, foram elaborados subsídios para definir o posicionamento brasileiro frente às negociações multilaterais da Rodada de Doha.

No que tange às iniciativas para o setor terciário, foi concluída e implementada a base de dados do Cadastro Nacional de Empresas (CNE). Constam nessa base de dados 16 milhões de empresas. Aprovado o Projeto Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) em atenção a Lei nº 11.598, de 04 de dezembro de 2007, que visa a redução de custos e prazos para a abertura, alteração e baixa de empresas.

O MDIC buscou elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País no mercado mundial (com ações relativas à geração de emprego, ocupação e renda), o desenvolvimento e a desconcentração regional da produção, o aumento das exportações, a substituição competitiva das importações e a capacitação tecnológica das empresas. Nesse sentido, foram realizadas diversas atividades, como:

a) a implantação da Câmara de Desenvolvimento da Indústria Naval;

b) o Acordo de Complementação Econômica (ACE 2), firmado entre o Brasil e o Uruguai, para o desenvolvimento da cadeia automotiva;

c) as medidas adotadas para o desenvolvimento das cadeias produtivas de setores intensivos em mão-de-obra, no âmbito do Programa Revitaliza;

d) o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do MERCOSUL, que é composto de quatro projetos nacionais na cadeia de madeira e móveis;

e) o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva do MERCOSUL;

f) o Fórum Internacional de Biocombustíveis, lançado pelos governos do Brasil, EUA, China, Índia, União Européia e África do Sul.

Será plenamente viável gerar emprego, renda e estimular as exportações, aprimorando-se o tratamento às microempresas e às empresas de pequeno e médio porte em racionalização legal e burocrática, investimento e financiamento, formação e capacitação empreendedora, tecnologia e inovação, comércio exterior e integração nacional e informação. Para tanto, em 2007, no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, foi publicado o Decreto nº 6.174, de 1º de agosto de 2007 instituindo e regulando esse Colegiado, e Publicada a Portaria nº 226, de 13 de junho de 2007 que aprova o seu Regimento Interno e estabelece a sua estrutura de funcionamento.

Também no sentido de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno e médio porte, organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs), foram alcançados:

a) atendimento de 540 empresas por meio do Programa Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx);

b) realizada a 3ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, com cerca de 800 participantes e 80 especialistas que discutiram as principais barreiras e entraves ao desenvolvimento dos APLs, as potencialidades de cada setor, a possibilidade de integração e a competitividade dos APLs frente aos desafios empresariais;

c) capacitação de gerentes de negócio e de promoção comercial e marketing em 17 APLs. Foram também implantados 418 Telecentros, o portal TIN teve 90.047 acessos e recebeu o prêmio *World Summit Award* (WSA).

Os recursos do Sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para micro, pequenas e média empresas e pessoas físicas, disponibilizados por meio da ação Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas, atingiram R$ 16,1 bilhões em 2007 (crescimento de 45% em relação a 2006), um quarto dos desembolsos do BNDES.

Por meio do Programa Artesanato Brasileiro (PAB), desenvolveu-se o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), que possibilitará a migração de bases de dados existentes nos Estados, reunindo em um único ambiente. O projeto foi concluído em quatro unidades federativas, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Alagoas e Distrito Federal, e será estendido a outros Estados. Capacitaram-se 1.435 pessoas, entre técnicos,

gestores, artesãos e multiplicadores. Realizaram-se, ainda, seis eventos sobre Artesanato Brasileiro. Neste contexto, instituiu-se o sistema de apuração de resultados das vendas e elaborou-se o manual de orientação do PAB nas Feiras e Eventos para Comercialização de Produtos Artesanais, por meio do qual foi possível a apuração do faturamento dos artesãos nas feiras e eventos apoiados pelo PAB, em torno de R$ 2 milhões.

O Programa Metrologia e Qualidade Industrial apresentou-se como importante fator para a reestruturação produtiva, pois representou uma referência para o aumento da qualidade do produto brasileiro, apoiando o aumento das exportações brasileiras e fortalecendo o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de segurança. Os principais resultados foram:

a) desenvolvimento do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Biocombustíveis;

b) estudos sobre aspectos científicos e técnicos dos biocombustíveis e padrões metrológicos confiáveis e reconhecidos internacionalmente com o instituto norte-americano, *National Institute of Standards Technology* (NIST);

c) criação da Diretoria de Inovação e Tecnologia;

d) projeto Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO);

e) acordo de cooperação técnica ente o INMETRO e o Ministério da Educação (MEC) para aquisição de ônibus escolares para as regiões rurais, o chamado projeto Caminho da Escola;

f) coordenação de trabalhos no âmbito do *Codex Alimentarius*;

g) aprovação do Guia de Boas Práticas de Regulamentação;

h) concluída toda a regulamentação técnica necessária para a realização das adaptações nos veículos para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que compõem a frota existente do Transporte Rodoviário, Urbano e Interestadual, conforme determina o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;

i) concluídas mais duas certificações do manejo de florestas plantadas no âmbito da Certificação Florestal (Cerflor);

j) consolidação da metrologia química no País;

k) ampliação da metrologia de materiais;

l) implementação do monitoramento da produção de bebidas;

m) publicação da Portaria nº 326, de 24 de agosto de 2007, que dispõe sobre alterações no procedimento de certificação para brinquedos importados, tornando-os mais restritivos.

No tocante à Propriedade Intelectual, os principais resultados obtidos em 2007 foram em decorrência das ações de implementação da segunda fase do projeto de reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), quais foram:

a) realização de 296.258 concessões de Registro de Marcas, eliminou-se o atraso na concessão de marcas que não sofreram oposição, bem como se organizou o processo de exame;

b) realização de 17.333 concessões de pedidos de patentes, graças à eliminação do problema da demora excessiva pelo exame de patentes, reduzindo-se dos atuais seis a 10 anos para uma espera não superior ao prazo de quatro a 4,5 anos, sendo este prazo compatível com a melhor prática internacional;

c) treinamento em temas de propriedade intelectual gestores de tecnologia de 23 Estados da Federação.

Os Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus (PIM) demonstram os resultados alcançados em 2007. O faturamento do PIM foi de US$ 25,67 bilhões, gerando aumento de 12,34% em relação a 2006. A tendência deste indicador é de crescimento, considerando que os segmentos de eletrônico, cosméticos e duas rodas estão em processo de ampliação. As exportações no PIM entraram em queda acentuada desde 2006, um reflexo da transferência de plantas fabris de empresas exportadoras para suas filiais no México. As exportações chegaram a US$ 1,04 bilhões, representando redução de 29,73% em relação a 2006. Houve ainda a geração de 98.246 postos de trabalhos, chegando a um registro de 105.693 postos de trabalhos em novembro. O Estado do Amazonas contribuiu com 64,02% do total da arrecadação de tributos da 2ª Região Fiscal, mantendo o mesmo nível de 2006. A manutenção desses crescimentos está assegurada e vinculada na fixação e consolidação dos investimentos, na contínua atração de novos empreendimentos ao parque fabril do PIM e na inserção de seus produtos em novos mercados. Concernente à Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, firmaram-se, em 2007, aproximadamente, 115 projetos de desenvolvimento regional nos setores agropecuários, de serviços, da indústria e de Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para o PPA 2004-2007, de forma a contribuir com o Megaobjetivo 2 - Crescimento com Geração de Trabalho, Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Sociais, o MDIC traçou os seguintes Objetivos Estratégicos:

a) aumentar as exportações e a agregação de valor aos produtos;

b) promover e estimular a competitividade das cadeias produtivas;

c) fortalecer as microempresas e empresas de pequeno e médio porte;

d) reforçar e ampliar o Sistema Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial;

e) promover a Propriedade Intelectual;

f) desenvolver o PIM;

g) formular e implementar mecanismos para favorecer a promoção e a defesa comercial;

h) fomentar a inovação tecnológica das empresas brasileiras.

O Programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora vincula-se ao objetivo setorial de aumento das exportações e agregação de valor aos produtos exportados, visando reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira pela ampliação do saldo da balança comercial e das transações correntes do balanço de pagamentos, e ao objetivo setorial de formular e implementar mecanismos para favorecer a promoção e a defesa comercial.

O Comércio Exterior ampliou a sua representatividade na economia brasileira, mostrando o crescente grau de abertura, tanto do lado das exportações quanto das importações. O Brasil deixou de ser visto somente como um importante exportador de produtos agrícolas, mas também como base de produtos de maior valor agregado, ganhando espaço em diversos mercados. O Brasil, ao longo dos anos de 2004 a 2007, aumentou as vendas para países não-tradicionais, reduzindo-se a dependência em relação a um grupo restrito de países que podem enfrentar eventuais ciclos de desaquecimento de suas economias. É de se destacar que, na comparação com 2003, as exportações excederam o dobro (+119%), aumentando as vendas externas brasileiras em quase US$ 100 bilhões nos últimos quatro anos. As importações também cresceram de forma substancial em relação a 2003 (+147%). Com isso a corrente de comércio aumentou em US$ 160 bilhões de 2003 para 2007, resultado sem igual na história do comércio exterior brasileiro. Indicador de bom desempenho das exportações brasileiras é a comparação da taxa de crescimento das exportações do Brasil com o mundo. As vendas externas brasileiras ampliaram-se a taxas superiores às do comércio mundial nos últimos quatro anos, período esse que foi marcado por um cenário externo de crescimento da economia mundial, que propiciou maior demanda por bens e aumento dos preços internacionais de *commodities*.

Segundo estudo recente do BNDES, *A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais*, o Brasil figura em posição singular entre os países emergentes na pauta de exportações. Embora seja classificado no grupo em que há o predomínio de recursos naturais na pauta de exportações, entre os emergentes, é o que tem conseguido maior diversificação de produtos embarcados para o exterior.

Entre os resultados alcançados, além dos já mencionados, destaca-se a diversificação da pauta de exportação, com inclusão de 600 novos itens, em 2007, e o aspecto qualitativo das exportações, constituído, em sua maioria, de itens de maior valor agregado.

As três categorias de produtos (básicos, semimanufaturados e manufaturados) registraram em 2007 recordes históricos, sendo que as exportações de manufaturados representaram 52,3% da pauta. Já no que concerne ao aspecto qualitativo da pauta de importação, destaca-se as aquisições de bens de capital e produtos intermediários, que respondem hoje por 70% das compras externas. Houve o incremento de 17,7% no número de empresas exportadoras no ano em relação a 2003, que até o momento supera a marca de 21 mil, contra 17,7 mil, em 2003. Ao se analisar os mercados de destino, houve crescimento para todas as regiões econômicas e, em especial, a ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta. Dentre as iniciativas previstas para o incremento do comércio exterior brasileiro, foram realizadas atividades as mais diversas, desde ações de promoção comercial a medidas de natureza normativa e operacional, desenvolvidas especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior.

O MDIC além de atuar como órgão regulador, age, ainda, como promotor de mecanismos de facilitação do processo operacional e a difusão de conhecimentos e oportunidades, servindo ainda como canal de interlocução entre Governo e comunidade usuária nos assuntos afetos ao comércio exterior. A área de defesa comercial mostrou-se um instrumento importante para combater as práticas desleais de comércio e evitar que a indústria brasileira fosse prejudicada por práticas dessa natureza ou por surtos de importação. No período, foram abertas 68 investigações e concluídas 72, sendo 48 delas com aplicação de medidas de defesa comercial.

Um dos principais desafios enfrentados no quadriênio foi o de promover o encadeamento e a complementaridade das atividades desenvolvidas, de modo a gerar otimização e sinergia de resultados. Não obstante os resultados positivos colhidos no período recente, pretende-se reforçar a estratégia até então adotada de facilitação do processo operacional. Para tanto, são requeridos urgentes investimentos em ferramentas para o aprofundamento da informatização dos processos.

Os programas Competitividade das Cadeias Produtivas e Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, contribuíram para o alcance do objetivo setorial de promoção e estímulo à competitividade das cadeias produtivas. Apesar do comportamento desfavorável da taxa de câmbio ao setor exportador, houve substancial crescimento das exportações das cadeias produtivas no período de 2004 a 2007, com um aumento de US$ 38,7 bilhões em 2003 para US$ 76,4 bilhões em 2007. Para efeito de análise do desempenho exportador das cadeias produtivas, consideraram-se as taxas médias anuais da variação líquida das exportações das cadeias produtivas em todo período do PPA 2004-2007 e obtiveram-se os seguintes resultados:

a) cadeias produtivas com melhor desempenho exportador, em 2007, foram a aeroespacial (com o melhor desempenho de 4,54%), as gemas e jóias, os transformados plásticos, e perfumaria, cosméticos e higiene pessoal e farmacêutico (com taxas médias anuais da variação líquida das exportações superior a 3,40%);

b) cadeias produtivas com intermediário desempenho exportador foram as de bens de capital mecânico, da construção civil, do automotivo, e do siderúrgico (com taxas médias anuais da variação líquida das exportações abaixo de 3,40% e superior a 2,86%);

c) cadeias produtivas com baixo desempenho exportador foram as de madeira e móveis, de eletroeletrônico, de couros e calçados, agroquímico, e têxtil e confecções (com taxas médias anuais da variação líquida das exportações abaixo de 2,86%).

A produtividade do trabalho na indústria brasileira cresceu 3,7%, em média, entre 2004 e 2007, percentual considerado bastante expressivo para os padrões internacionais. A produtividade é um indicador de eficiência e, portanto, torna as empresas mais competitivas. Gerando impacto de forma transversal na melhoria da competitividade das cadeias produtivas da indústria nacional, o MDIC apoiou inúmeros projetos de fomento à inserção do *design* no setor produtivo, especialmente, o desenvolvimento da Rede *Design* Brasil, que é o principal portal do gênero na Internet e que abriga também o Observatório do *Design*, que disponibiliza informações sobre a produção do estilo brasileiro, servindo como canal de comunicação entre o empresário e o *designer*. No período, foi realizada a 1ª Bienal Brasileira de *Design*, promovida pelo MDIC e executada pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), que teve como tema a inovação, expondo um panorama histórico do desenvolvimento do design no País.

No período 2004-2007, por proposta do MDIC, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou e publicou 3.797 Ex-Tarifários que correspondem a cerca de US$ 7,3 bilhões de importações de máquinas e equipamentos sem produção nacional. Por sua vez, tais importações impulsionaram investimentos globais pela indústria da ordem de US$ 45,7 bilhões, indicando a realização no País de significativa contrapartida em aquisições de equipamentos, obras e serviços por empresas nacionais. As cadeias produtivas têm um diálogo efetuado por intermédio de 17 fóruns de competitividade em funcionamento (plástico, couro e calçados, construção civil, têxtil e confecções, madeira e móveis, complexo eletrônico, indústria aeroespacial, siderurgia, farmacêutica, automotiva, bens de capital, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, agroquímica, gemas e jóias, carnes e biotecnologia).

Além destes, estão em atividade o Fórum Mercosul de Madeira e Móveis e o Fórum Setorial de Franquias. Para o ano de 2008, os Fóruns de Competitividade estarão focados na implementação da nova fase da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

O Ministério procurou reestruturar a cadeia produtiva e a cadeia de pesquisa e desenvolvimento do setor eletroeletrônico. Baseado na implantação de um vigoroso programa na área de microeletrônica, o desenvolvimento da TV Digital no Brasil vai capacitar a engenharia brasileira não somente no segmento da produção industrial, mas também no crescimento da produção de *software*.

O conjunto de medidas é de extrema relevância para o setor, pois proporciona maior capacidade na atração de investimentos, além de ampliar a possibilidade de inserção

brasileira na oferta de bens e serviços no mercado internacional, incluindo a incorporação de tecnologias desenvolvidas por empresas e universidades brasileiras. Os principais fatores de sucesso para o alcance do objetivo setorial foram:

a) aquecimento da demanda interna puxada pelos produtos industriais, contribuindo para o aumento do faturamento das cadeias produtivas;

b) investimento das indústrias no aumento da capacidade produtiva instalada;

c) crescimento no emprego na indústria, tendo sido criados cerca de 1,4 milhões de postos de trabalho;

d) desenvolvimento da Rede Design Brasil criou um ambiente fértil para a comunidade do *design*, movimentando o mercado em termos de troca de informações e experiências das diversas vertentes do *design* por parte dos integrantes da rede e oportunidades – novos produtos, eventos, concursos, empregabilidade;

e) Regime dos Ex-tarifários, ao proporcionar a redução dos custos de investimento em máquinas e equipamentos sem produção nacional, trazidos do exterior e embutidos das mais atualizadas tecnologias, proporcionando às empresas nacionais um elevado grau de competitividade aos produtos por ela fabricados, com visíveis resultados no que se refere à exportação de bens de melhor qualidade e maior valor agregado.

Além disso, ao estimular também o aumento da capacidade de produção do parque industrial, tem contribuído de forma decisiva à maior oferta de bens de consumo ao mercado interno. Quanto aos desafios enfrentados na gestão do Programa, foram os seguintes:

a) recursos orçamentários insuficientes, especialmente, para custeio de despesas de representatividade em eventos relacionados ao *design*, bem como visão limitada da sociedade, por quanto associa o *design* tão somente à arte, quando sua maior identificação diz respeito à indústria;

b) persiste o desafio de tornar a Ação Avaliação de Pleitos de Redução da Alíquota dos Ex-Tarifários cada vez mais eficiente no aparelhamento e modernização do parque industrial brasileiro e do setor de infra-estrutura, cumprindo assim um dos objetivos da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) brasileira.

O Programa Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, não possui indicador de desempenho, no entanto, os resultados são expressos pela execução das ações que contribuem para a formulação de políticas, cumprindo os objetivos de gerar emprego

e renda, inclusão social e, principalmente, retirar empresas da informalidade. Os resultados obtidos no quadriênio pelo Programa foram:

a) conclusão e implantação da base de dados do Cadastro Nacional de Empresas (CNE), na qual constam dados de 16 milhões de empresas;

b) registro no Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) de 6.188.110 atos, que se referem a empresas constituídas, alteradas e extintas;

c) aprovação do Projeto Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) em atenção a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que visa a redução de custos e prazos para a abertura, alteração e baixa de empresas;

d) fiscalização de 221 empresas, no que tange ao Processo Produtivo Básico (PPB) para Bens de Informática.

ASPECTOS RELEVANTES

Os principais resultados para o alcance do objetivo setorial de fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno e médio porte foram obtidos por meio do Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte e do PAB. Os indicadores de desempenho do Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte não foram aferidos no decorrer do quadriênio, tendo em vista o sigilo fiscal das informações, o que dificulta o acesso e a verificação dos dados definidos para a medição dos mesmos. Por esses motivos, os indicadores foram substituídos em 2008. O indicador do PAB não foi medido no período em decorrência da falta de dados sistematizados sobre os artesãos, sendo assim, a partir de 2006 foi desenvolvido o SICAB, com uma base de dados padronizada que unificará o cadastro dos artesãos do País. Em 2007, a implantação do SICAB e treinamento dos técnicos e coordenadores foram realizados em todas as unidades da Federação, e deu-se início aos processos de coleta e inserção dos dados.

Os principais resultados dos programas no período 2004-2007 foram:

a) publicação do Decreto nº 6.174, de 1° de agosto de 2007, instituindo e regulando o Fórum Permanente e publicação da Portaria nº 226 (também de 2007), que aprova o Regimento Interno e estabelece a estrutura e o funcionamento;

b) celebração de 14 convênios para o PEIEx, com atendimento de 21 APLs, o que resultou em 3.479 micro, pequenas e médias empresas inscritas, 48.232 trabalhadores beneficiados, 3.049 empresas com atendimento de demandas, 10.609 demandas atendidas pelo PEIEx;

c) capacitação de 1.660 microempreendedores e distribuição de 100.000 cartilhas para microempreendedores informais;

d) implantação de 1.512 telecentros;

e) instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro;

f) capacitação de 1.497 artesãos e multiplicadores, em parceria com os PABs estaduais;

g) participação em 20 feiras, beneficiando, aproximadamente, 28 mil artesãos e foram ainda implantados 13 Centros de Artesanato, por meio de emendas parlamentares.

Os fatores de sucesso para o alcance dos resultados dos programas, em relação ao objetivo setorial definido para o período foram os seguintes:

a) aprovação e instituição do marco legal para as microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) e suas regulamentações;

b) construção de parcerias locais e estaduais como os governos, instituições de apoio, empresariado e governanças, por meio do Fórum Permanente e do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP – APL), permitindo o maior alcance das políticas desempenhadas no escopo do Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte;

c) estruturação produtiva do artesanato;

d) construção de parcerias locais e estaduais com os governos, instituições de apoio, artesãos e governanças, por meio do PABs estaduais e do Fórum do Artesanato Brasileiro.

Os principais desafios enfrentados nos programas foram:

a) articulação com as lideranças e entidades de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) em todo o País, considerando a dimensão territorial e as especificidades regionais;

b) capilarização e atuação nos Estados, que tem sido compensada pelas parcerias com as instituições e governos;

c) diferentes estágios de desenvolvimento das MPEs, APLs e das cadeias produtivas;

d) ampliação da representatividade e da participação do segmento de MPEs no processo decisório de políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal;

e) implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte nos Estados e Municípios;

f) ampliação do quadro de recursos humanos na equipe gerencial com perfil adequado para acompanhamento e monitoramento das atividades;

g) qualificação dos recursos humanos das equipes executoras;

h) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários);

i) dificuldades de celebração de convênios, no âmbito do PAB, as instituições proponentes apresentaram dificuldades no cumprimento das exigências referentes à apresentação de projetos, além do desconhecimento das normas que regem os instrumentos contratuais e legais.

A participação social no Programa Desenvolvimento de Microempresa e Empresas de Pequeno e Médio Porte ocorreu mediante a presença efetiva de 57 instituições de apoio e representatividade de MPEs de todo o País nas reuniões do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Além disso, há também a participação social por meio do GTP - APL, composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais e que conta com o envolvimento de 200 instituições.

No âmbito do Programa Artesanato Brasileiro, o Fórum Brasileiro do Artesanato é um espaço de discussão acerca dos temas afetos ao segmento, onde os diferentes grupos de interesse se fazem representar, participando de discussões e proposições. São realizadas reuniões e palestras com artesãos em seus núcleos produtivos, bem como são feitas pesquisas por meio de questionários. As ações dos programas são executadas direta ou indiretamente, de forma descentralizada e por meio de parcerias institucionais, em quase todas as unidades da Federação.

Considerando a necessidade de incrementar, diversificar e agilizar a execução dos serviços de metrologia legal no País, o INMETRO fez parcerias, ao longo do quadriênio, com diversas entidades, com vistas ao objetivo setorial de reforçar e ampliar o Sistema Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial, alcançando os seguintes resultados:

a) o Programa Brasileiro de Avaliação de Conformidade de Biocombustíveis, visando proporcionar confiança de que o combustível certificado segue requisitos técnicos estabelecidos em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou em normas que venham a ser acordadas internacionalmente, representando critérios úteis à promoção das exportações e à eliminação de barreiras técnicas ao comércio, tem, como pressuposto básico, a exigência no atendimento aos aspectos de preservação sócio-ambiental;

b) consolidação da Metrologia Química no País, área de vital importância para o Brasil, pois suas atividades têm impacto direto em segmentos como fármacos e medicamentos, proteção da saúde do cidadão, aumento da competitividade da indústria nacional, superação de barreiras técnicas à exportação e sobre o meio ambiente. Nesse sentido, o INMETRO vem atuando fortemente em cinco áreas da metrologia química, cujas atividades estão consolidadas: eletroquímica, análise orgânica, análise inorgânica, análise de gases e motores, combustíveis e

lubrificantes, despontando como liderança para o desenvolvimento da metrologia química na América Latina, com participação nos fóruns internacionais e produzindo Material de Referência Certificados (MRC);

c) Certificação Florestal (Ceflor) que conta hoje com quatro organismos de certificação de manejo florestal e cadeia de custódia acreditados pelo INMETRO, que certificaram 10 empresas nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rondônia, totalizando 996.244 hectares certificados pelo Ceflor. Realizou-se, ainda, pelo Cerflor, certificação de cadeia de custódia em duas empresas localizadas no ES, RS, e em MG. O número de hectares certificados, em 2003, era de 216.373 e entre 2004 e 2007 houve um crescimento de mais de 350% do número de hectares certificados;

d) Programa de Certificação da Cachaça desenvolvido em parceria com a ABNT e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de inserir no mercado externo cachaças de qualidade comprovada. No período de 2004 a 2007, 23 marcas de cachaça foram certificadas;

e) Produção Integrada de Frutas (PIF), programa de certificação que assegura práticas adequadas de gestão ambiental no cultivo, qualidade e ausência de substâncias tóxicas nas frutas (redução média de 50% de defensivos agrícolas), garantindo seu acesso aos mercados externos mais exigentes. Até 2007, 285 produtores e 36 empacotadores aderiram ao PIF;

f) Alerta Exportador que disponibiliza, via Internet, gratuitamente, para o empresário, as notificações elaboradas pelos países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) que dizem respeito a regulamentos técnicos encaminhados por outros países à organização. Até 2003, haviam 1.069 inscritos no Sistema Alerta Exportador. Em 2007, havia 5.313, representando um acréscimo de 397% no número de inscritos;

g) convênio com a Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA) que viabiliza a transferência de tecnologia japonesa para os países do MERCOSUL com vistas à adequação de embalagens de produtos industriais de modo a minimizar o índice de perdas durante o transporte por estradas, que hoje é da ordem de 15%;

h) Portal do Consumidor, que disponibiliza informações para consumidores via Internet, contribuindo para a melhoria de suas decisões de compra, uso e descarte de produtos, bem como para os fornecedores de produtos e serviços. No período de 2004 a 2007, o número de acessos registrados ao Portal cresceu exponencialmente. Enquanto, em 2003, o portal foi acessado 234.782 vezes, em 2007, houve 5.031.981 acessos, um crescimento de mais de 2.000% no número de acessos;

i) ampliação do Bônus Metrologia que trata de apoio financeiro a micro e pequena empresa para os serviços de calibração e ensaio de produtos, podendo cobrir até

50% dos gastos, operacionalizado por INMETRO, Redes Metrológicas Estaduais e Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);

j) Bônus Certificação, que objetiva promover a inserção sustentável das micro e pequenas empresas nos programas de avaliação de conformidade por meio de apoio financeiro em até 70% dos custos referentes ao processo de certificação. Os setores definidos como prioritários são: cachaça, mel e frutas, além dos produtos explicitados no Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC).

No período de 2004 a 2007, 159 microempresas e empresas de pequeno porte obtiveram o Bônus Certificação nas áreas de equipamentos elétricos de baixa tensão, cachaça, frutas, e pneus reformados e 1.908 microempresas e empresas de pequeno porte estão em processo de obtenção de certificação nas áreas de cerâmica vermelha, eletroeletrônico, cachaça e fruticultura.

Os principais fatores de sucesso que levaram ao alcance do objetivo traçado para o Programa devem-se ao fato de o INMETRO possuir contrato de gestão, sendo avaliado semestralmente pelo Comitê de Avaliação do Contrato de Gestão, em que é analisado o cumprimento dos objetivos e indicadores pactuados. Realizam-se pesquisas de satisfação de seus principais serviços, sendo o nível de satisfação superior a 80%.

Merece destaque também, a formulação do planejamento estratégico do INMETRO em que foram entrevistados os setores acadêmico, empresarial, governamental, de proteção ao consumidor e à cidadania, clientes e parceiros e instituições estrangeiras.

O desempenho dos indicadores do Programa Metrologia e Qualidade Industrial mostra que ao final do quadriênio o objetivo setorial foi alcançado. Apesar de haver crescimento significativo da importância do papel desempenhado pelo INMETRO e uma ampliação da demanda por serviços prestados pelo Programa, houve redução do seu quadro de pessoal no período 1993-2005. Muitos funcionários estão em vias de se aposentar. Acredita-se que nos próximos anos (2008 e 2009) essa carência seja amenizada com a realização de concurso público.

Outro desafio a ser enfrentado é que os recursos materiais são inadequados, pois o INMETRO precisa manter uma frota de veículos atualizada, uma vez que, os mesmos se constituem em instrumento de trabalho fundamental para a execução das atividades de campo, verificação e fiscalização metrológica. Os procedimentos governamentais que limitam a execução orçamentária no que diz respeito à cota orçamentária e ao limite de pagamento, principalmente, para a fonte própria (250 e 281), também é um desafio enfrentado.

No período, foi implantada a primeira fase do Projeto de Reestruturação do INPI, a qual se iniciou com a adequação emergencial do orçamento e com uma primeira revisão da estrutura administrativa do órgão. Seguiram-se daí a progressiva recomposição do quadro de recursos humanos e as primeiras ações com vistas à reordenação do espaço físico e modernização das instalações, absorção de tecnologia, revisão de processos de trabalho e o fortalecimento dos canais de comunicação com a sociedade, para uma efetiva atividade de difusão da informação tecnológica e de educação em propriedade intelectual.

Todas essas mudanças acabaram por contribuir para que o Programa Propriedade Intelectual apresentasse um excelente desempenho ao final do PPA 2004-2007, particularmente, na ação de Concessão de Registro de Marcas e na ação de Promoção à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual. Os indicadores do Programa refletem os resultados da reestruturação do Instituto. Em 2004, o tempo decorrido entre depósito e concessão de marcas era de cinco anos e de patentes, de nove anos. Em 2007, os índices alcançados foram, respectivamente, dois anos para marcas e 7,5 anos para patentes, demonstrando o excelente desempenho desses indicadores A melhoria se reflete de modo ainda mais evidente quando apurada com base no prazo esperado para a concessão do último pedido depositado no INPI. Os indicadores apontavam uma espera de 12 anos no caso de marcas e de 15 anos no caso de patentes.

Ao final de 2007, esses indicadores atingiram 1,13 ano para marcas e 7,28 anos para patentes. O INPI precisa aumentar o seu quadro de examinadores de patentes para chegar à meta internacionalmente considerada ideal de cerca de quatro anos de prazo de concessão de patente. Aguarda-se a aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para a realização de concurso público no ano de 2008. O Programa possui mais dois indicadores de efetividade que medem prazo.

O Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia é o que obteve melhor desempenho, mantendo-se dentro da meta estabelecida de um mês desde 2004 e findando 2007 com 0,82 mês. Já o Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial atingiu um resultado ligeiramente acima da meta (previsão de um mês), com 1,28 mês. Os demais indicadores do Programa mensuram fatores exógenos aos esforços do INPI, tanto no que se refere ao Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção, quanto ao que se refere ao Crescimento do Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade. As ações de longo prazo de educação, pesquisa, fomento e articulação visam atacar este problema.

No decorrer do PPA 2004-2007, o INPI alcançou importantes resultados por meio do Programa, podendo-se destacar:

a) avanço nos Tribunais Superiores dos posicionamentos do INPI;

b) aprovação do INPI na condição de Autoridade Internacional de Busca (ISA) e Autoridade Internacional de Exame Preliminar de Patentes (Ipea);

c) implantação do novo portal de serviços e informações do INPI;

d) implantação da Academia de Propriedade Intelectual;

e) ampliação da promoção do uso estratégico da propriedade intelectual por cidadãos e empresas brasileiras;

f) aprofundamento da cooperação nacional com outras instituições do Sistema Nacional de Inovação;

g) integração sul-americana;

h) aprofundamento das ações de cooperação internacional. Esses resultados demonstram que o INPI vem atuando de forma a atender o objetivo setorial do PPA de Promover a Propriedade Intelectual.

No que se refere aos objetivos setoriais de Desenvolver o Pólo Industrial de Manaus e Formular e Implementar mecanismos para favorecer a promoção e a defesa comercial, os indicadores dos programas Pólo Industrial de Manaus e Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental mostram os esforços da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para alcançá-los.

Nos programas Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e Pólo Industrial de Manaus, foram apoiados 187 projetos num total de R$ 192 milhões em 2007, o maior volume de investimentos já feito pela autarquia na região, em um único ano. Com esse montante, soma R$ 395,24 milhões o total de recursos aplicados pela SUFRAMA somente no período de 2004 a 2007.

A SUFRAMA tem exercido o papel de agência indutora do desenvolvimento, configurando-se como uma das principais fontes de investimentos públicos federais para a infra-estrutura econômica da região. Um volume considerável desses recursos foi destinado para formação qualificada de recursos humanos. São dezenas de doutorados, mestrados, especializações e até mesmo graduações em áreas como Engenharia de Produção, Informática, Biotecnologia, Logística, Doenças Tropicais, Microeletrônica, Mecânica, Robótica, entre outras, contribuindo para a formação de pelo menos mais 1.000 doutores e 2.000 mestres nos próximos oito anos. Os principais fatores responsáveis pelo sucesso dos programas no quadriênio foram:

a) aperfeiçoamento da gestão;

b) aperfeiçoamento da política industrial, pautada na identificação das vantagens comparativas regionais, com a finalidade de atrair novos investimentos para a área sob jurisdição da SUFRAMA com vistas à promoção do desenvolvimento da Amazônia Ocidental;

c) apoio governamental na implementação das suas ações;

d) parcerias estabelecidas com instituições nacionais e internacionais;

e) qualificação da equipe técnica.

Em relação às dificuldades enfrentadas na gestão do PPA e do modelo econômico implantado em Manaus, tem-se:

a) recursos orçamentários e financeiros insuficientes para a execução dos programas;

b) falta de governança regional sobre os processos produtivos dos produtos da Zona Franca de Manaus;

c) alteração dos marcos regulatórios por instrumentos infralegais;

d) necessidade de alterações de ordem tributárias;

e) inadequação de infra-estrutura portuária;

f) dificuldades logísticas;

g) quadro de servidores insuficientes;

h) mudanças de plataforma tecnológica.

A Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal passou de 61,44% em 2004 para 64,02%, índice superior ao previsto para o final do PPA 2004-2007. A exportação acumulada no período foi de US$ 5,6 bilhões.

O resultado alcançado em 2007 ficou abaixo do registrado em 2004, tendo em vista a transferência de plantas fabris de empresas exportadoras para filiais no México a partir de 2006. O faturamento do PIM apresentou resultados substanciais, acumulando no período o montante de US$ 81,46 bilhões. Em 2007, o faturamento foi de US$ 25,67 bilhões, aumento de 144,48% em comparação a 2005. O indicador de Índice de Mão-de-Obra no Pólo de Manaus apresentou resultados positivos no período, com média anual de crescimento dos empregos em 11,2%. Em 2007, foram gerados 98.246 postos de trabalho, contra 64.971 em 2003, o que representa aumento de 51,21%.

Os investimentos realizados pela SUFRAMA no quadriênio contribuíram para o alcance do índice previsto para o indicador Taxa de Participação do PIB Regional no Nacional, que foi de 2,81% em 2007, e 1,71% em 2003. Os principais resultados obtidos no PIM foram:

a) aprovação de 1.075 projetos industriais;

b) aprovação de 372 projetos agropecuários;

c) acompanhamento e controle de 2.494 projetos industriais e agropecuários;

d) publicação de 346 Processos Produtivos Básicos (PPB), no Diário Oficial da União permitindo a fabricação de novos PIM de US$ 3,89 bilhões equivalente a 58,53% do estoque de investimento do PIM;

e) realização de duas edições da Feira Internacional da Amazônia (FIAM) II e III;

f) assinatura de cinco convênios para realização de cursos de mestrado em circuitos digitais e microeletrônica, especialização em televisão digital HDTV, doutorado em

planejamento de transporte e logística, implementação e gerenciamento de projetos constantes do Plano de Negócios e construção do Centro de Tecnologia Eletrônica e Telecomunicações (CETELI) e treinamentos em microeletrônica e automação;

g) implantação da 2ª fase do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA);

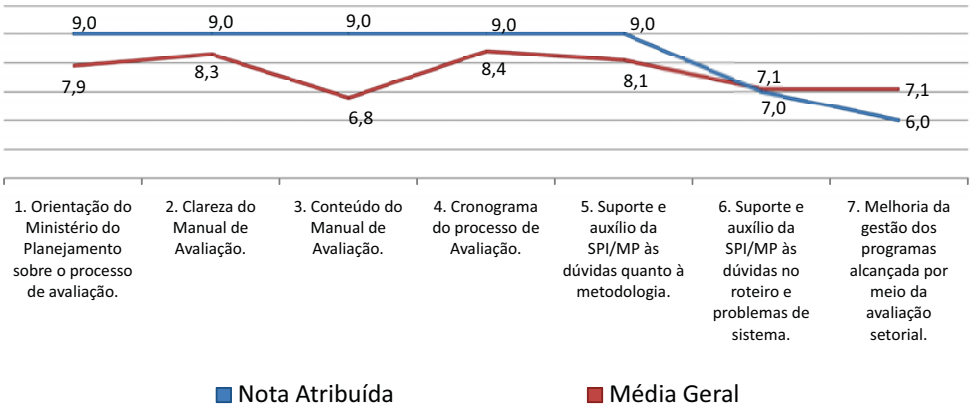
h) convênio com o Centro de Indústrias do Estado do Amazonas (CIEM), visando à implantação do projeto de revitalização do sistema viário e expansão da infra-estrutura do Distrito Industrial de Manaus.

O BNDES visou dar acesso a capital de longo prazo as empresas dos mais diversos setores, nas mais variadas formas, bem como apoiar o desenvolvimento à infra-estrutura, a inclusão social e o desenvolvimento urbano, aumentar o volume e a qualidade das exportações, e buscar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego.

As ações do BNDES colaboraram para o alcance dos resultados em diversos programas do MDIC, no período de 2004 a 2007. Os desembolsos somaram o montante na ordem de R$ 137,7 bilhões, beneficiando diversos segmentos do setor produtivo.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MDIC mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MDIC e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ARTESANATO BRASILEIRO

GERENTE DO PROGRAMA

Armando de Mello Meziat Neto

OBJETIVO

Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo.

PÚBLICO-ALVO

Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 927.583,00	Empenho Liquidado:	R$ 926.799,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 926.799,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes - Porcentagem	-	-	-	-	121.00	-

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS ARTESÃOS CADASTRADOS NOS ÓRGÃOS ESTADUAIS COMPETENTES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Com relação ao único indicador do Programa, até o momento, não foi possível apurar os índices em 2004, 2005, 2006 e 2007. Em 2005 e 2006, veiculou-se a existência de 8,5 milhões de artesãos no País. No entanto, não existiam pesquisas e estudos que respaldassem esse dado. Em 2006, foi verificado que não existia cadastro ordenado dos artesãos nos Estados, inviabilizando a apuração do indicador. Conforme negociado em reuniões com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MDIC, em 2006 e 2007, foi desenvolvido o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro, com uma base de dados padronizada que unificará o cadastro dos artesãos do País. Em 2007, o Sistema foi implantado em todas as unidades Federativas (UFs), bem como foram

treinados técnicos e coordenadores para sua operação, e deu-se início aos processos de coleta e inserção dos dados. Para maio de 2008, está prevista a geração dos primeiros relatórios para monitoramento da situação de cada UF, visando o ordenamento dos processos de apuração. Provavelmente, tal índice poderá ser auferido quando o cadastramento nacional de artesãos estiver implementado e o setor estiver organizado, possibilitando, também, a adoção de novos indicadores a partir de 2009.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O artesanato é um dos segmentos com maior potencialidade para contribuir de forma direta para a geração de trabalho e renda. Trata-se de um modo de produção com características próprias e com grande potencialidade de agregação de valor ao produto, bem como de uma maior inserção tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Concluída a implantação do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB).

- Capacitação de artesãos em diversos temas relacionados ao desenvolvimento e ao desempenho de suas atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa Artesanato Brasileiro (PAB) empenhou e liquidou, em 2007, praticamente 100% do orçamento aprovado, a melhor performance no período do PPA 2004-2007. O montante do orçamento autorizado (Lei + Créditos) em 2007 foi 166% maior ao registrado em 2006 (R$ 391.798,00).

Em 2007, concluiu-se a implantação do Sistema SICAB que possibilitará a migração de base de dados existentes nos Estados, reunindo em um único ambiente, dados dos artesãos e suas organizações em todo o País. O Sistema foi implantado em todas as unidades da Federação, e foi viabilizado um amplo programa de capacitação para os operadores nos Estados. Os testes iniciais com o novo sistema deverão ser realizados no início de 2008, possibilitando a emissão dos primeiros relatórios. O sistema vai permitir conhecer de fato o número de artesãos no País, sua localização, situação econômica e financeira e possibilitará, também, a futura emissão da Carteira Nacional do Artesão, um documento de identificação profissional da categoria.

No âmbito da Ação Capacitação de Artesãos e Multiplicadores foram capacitadas 1.435 pessoas, bem acima da meta prevista de 850. A referida ação é implementada em parceria com os PABs Estaduais, que abrange treinamento para a operação do SICAB, seminários, estes realizados nos Estados do Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, oficinas de orientações para apuração de resultados de vendas e de

elaboração de projetos para efetivação de convênios e/ou contratos, cursos e ou palestras em 58 Municípios, bem como parcerias entre o PAB Minas Gerais (MG) Governo Estadual e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com apoio institucional do MDIC para a capacitação de artesãos. Sob a orientação do PAB realizou-se oficinas e cursos de capacitação no Estado do Acre, com o apoio de Prefeituras daquele Estado.

Adicionalmente, foi firmado Convênio nº 009/2007 com a Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), para capacitação de artesãos em dois Municípios do Estado de Pernambuco e constituído o Grupo de Trabalho.

A Ação Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal promoveu a participação em seis Feiras, uma a mais da previsão inicial, beneficiando aproximadamente 12 mil artesãos, com volume aproximado de vendas de R$ 2 milhões. Elaborado o Manual de Orientação do PAB nas Feiras e Eventos de Comercialização de Produtos Artesanais estabelecendo critérios e procedimentos de apuração de resultados da vendas dos artesãos. Das seis feiras realizadas, três foram de âmbito Nacional e uma regional, com aporte de recursos financeiros pelo MDIC, e participação no 35° Congresso da ABAV, em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), e também a participação no Pavilhão do Artesanato, em Cáceres (MT).

A Ação Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro iniciou o apoio, por intermédio de assinatura de convênios, a três dos quatro projetos previstos, entretanto, a execução física se dará em 2008.

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2007. Contudo a implementação enfrenta dificuldades. Uma das dificuldades é a carência de recursos humanos na gerência do Programa. A quantidade de recursos humanos que compõe a equipe gerencial é insuficiente para a implementação do Programa. Há necessidade de ampliação da equipe com técnicos que possuam perfil adequado para acompanhamento e monitoramento das atividades, além de conhecimento e competências básicas que favoreçam a definição de políticas públicas para o setor artesanal. Necessita-se, também, de técnico para o monitoramento do SICAB, com conhecimento básico no gerenciamento de informações.

Igualmente é insuficiente a qualificação dos recursos humanos das equipes executoras tendo em vista que a execução do Programa é descentralizada e nem todas as equipes encontram-se no mesmo nível de qualificação. Há necessidade de contribuição da capacitação técnica e gerencial para as equipes executoras.

Os recursos orçamentários alocados para as ações do Programa foram insuficientes. Na Ação Capacitação de Artesãos e Multiplicadores, projetos dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Amapá, Espírito Santo e Santa Catarina não foram atendidos devido a escassez de recursos. Na Ação Feiras e Eventos para a Comercialização da Produção Artesanal, o Programa não apoiou oito feiras, que era o número ideal.

Pelo fato de ser um Programa de execução descentralizada, ocorrem dificuldades de celebração de convênios ou contratos na gerência para operacionalização. As instituições proponentes, de modo geral, apresentam dificuldades no cumprimento das exigências referentes à apresentação de projetos, de documentos, aliado ao desconhecimento das normas que regem os instrumentos contratuais e legais.

As instituições executoras vêm cumprindo o objeto acordado, apesar das suas dificuldades na elaboração de projetos, no desenvolvimento de planos de trabalho e no atendimento das exigências administrativas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

São realizadas reuniões de trabalho com os coordenadores dos PABs Estaduais e artesãos, para monitoramento dos projetos executados e avaliar o desempenho físico referente às ações Feiras e Eventos para Divulgação e Comercialização do Produto Artesanal, Capacitação de Artesãos e Multiplicadores Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro e Gestão e Administração do Programa (GAP).

Técnicos do Programa participam de atividades *in loco*, verificando o cumprimento e o desempenho das ações conforme estabelecido nos convênios e nos contratos.

Os coordenadores dos PABs Estaduais e Secretários de Estado têm efetivado o acompanhamento da implementação das ações que integram o Programa por meio de *e-mails*, pela comunidade virtual do Programa e por meio de consultas via Internet, que subsidiam a elaboração dos Relatórios de Gestão que, posteriormente, são compartilhados com os agentes que desenvolveram os projetos, com os coordenadores dos PABs Estaduais e com os Secretários de Estado.

Foram repassados aos 27 PABs Estaduais os procedimentos estabelecidos no Manual de Orientação do PAB nas Feiras e Eventos de Comercialização de Produtos Artesanais, para monitoramento sobre o desempenho físico da Ação Feiras e Eventos no roteiro de orientações para apresentação, celebração, acompanhamento e monitoramento dos convênios e contratos, como forma de disseminação das informações que possibilitassem a sua aplicação por técnicos locais.

Os parceiros governamentais e não-governamentais responsáveis pela execução dos projetos vêm cumprindo com o objeto acordado.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, como a Ouvidoria, criada em 2006, que funciona como um canal aberto e direto à participação do público e dos usuários dos serviços do Ministério, visando promover a harmonia das relações entre cidadãos e as áreas internas do MDIC e a reuniões com grupos de interesse que ocorrem palestras com artesãos em seus núcleos produtivos, incentivo ao movimento associativista e cooperativista. Participação em eventos para divulgação e comercialização de produtos artesanais.

As ações implementadas no âmbito do Programa são originadas nas coordenações estaduais que mantêm interface direta com os artesãos. Ademais, no âmbito do Fórum Brasileiro do Artesanato, espaço de discussão acerca dos temas afetos ao segmento, os diferentes grupos de interesse se fazem representar, participando das discussões e proposições.

O Programa avalia a satisfação do beneficiário por meio de questionário, junto aos artesãos participantes de eventos de divulgação e comercialização, cursos de capacitação e estruturação de núcleos produtivos de artesanato.

COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS

GERENTE DO PROGRAMA

Armando de Mello Meziat Neto

OBJETIVO

Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações.

PÚBLICO-ALVO

Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.903.683,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.682.953,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.682.953,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 19.774.126.000,00	R$ 23.709.265.536,58	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva Automotiva - Índice Numérico	-	1.85	2.24	0.40	7.50	5,33%
2. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva da Construção Civil - Índice Numérico	-	1.79	4.21	0.04	10.00	0,40%
3. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva da Indústria Aeroespacial - Índice Numérico	-	-0.12	0.89	4.49	7.75	57,94%
4. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva da Indústria Agroquímica - Índice Numérico	-	0.16	1.35	0.85	3.50	24,29%
5. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Bens de Capital - Índice Numérico	-	1.46	2.62	2.02	7.50	26,93%
6. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Couro e Calçados - Índice Numérico	-	0.35	2.71	0.91	4.50	20,22%
7. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Gemas e Jóias – Porcentagem	-	0.20	7.69	1.42	6.00	23,67%
8. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Higiene Pessoal - Índice Numérico	-	1.37	3.98	1.26	10.00	12,60%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
9. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis - Índice Numérico	-	0.06	0.43	0.49	7.00	7%
10. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Perfumaria e Cosméticos - Índice Numérico	-	1.37	3.98	1.26	10.00	12,60%
11. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Plástico - Índice Numérico	-	1.82	3.95	1.55	7.50	20,67%
12. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Siderurgia - Índice Numérico	-	1.63	0.83	0.55	10.00	5,50%
13. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva do Complexo Eletrônico - Índice Numérico	-	2.61	4.21	0.09	7.50	1,20%
14. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva Farmacêutica - Índice Numérico	-	0.96	5.04	2.44	4.25	57,41%
15. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções - Índice Numérico	-	0.35	-1.15	1.15	4.75	24,21%

1. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA AUTOMOTIVA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Substituído.

2. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Substituído.

3. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AEROESPACIAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Substituído.

4. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AGROQUÍMICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Substituído.

5. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE BENS DE CAPITAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

6. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE COURO E CALÇADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

7. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE GEMAS E JÓIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

8. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE HIGIENE PESSOAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

9. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE MADEIRA E MÓVEIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

10. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

11. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PLÁSTICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

12. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE SIDERURGIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

13. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DO COMPLEXO ELETRÔNICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

14. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA FARMACÊUTICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

15. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento da indústria brasileira tem de ser pensado nos marcos de um modelo de abertura e integração crescente da economia do País. Logo, o processo de globalização e a inserção competitiva da economia brasileira na economia internacional impõem o incremento da competitividade internacional das cadeias produtivas no Brasil. Impõe-se uma política vigorosa de aumento da competitividade das empresas nacionais, por diversos motivos, pois os ganhos de produtividade são hoje o motor inquestionável do crescimento econômico e o Brasil apresenta desvantagens significativas em relação aos *benchmarks* internacionais, tais ganhos são indispensáveis ao equilíbrio macroeconômico do País, em especial, no que concerne ao balanço de pagamentos, são também essenciais para que se assegure uma integração soberana do País à comunidade internacional e por fim, para que se alcance uma redução efetiva da pobreza e da miséria, e aumentos substantivos nos salários reais.

A competitividade é aqui abordada em sua acepção ampla, em suas várias faces e dimensões. O grau de competitividade final de uma empresa é, na realidade, o resultado da conjunção de uma série de fatores no nível das empresas, no nível estrutural e no nível sistêmico. Sendo assim, a competitividade, no sentido mais amplo, é uma referência inevitável para o futuro do setor produtivo do País. Não apenas para disputar mercados externos, mas também concorrer no mercado doméstico com os competidores internacionais. Nesse contexto, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) prioriza as cadeias produtivas relacionadas aos setores de fármacos, *software*, bens de capital e semicondutores, e os setores portadores de futuro: biotecnologia, nanotecnologia, biomassa e metais especiais.

O conceito de cadeias produtivas é fundamental para se tratar da questão da competitividade em seus aspectos setoriais. Isso será atingido por meio da intensificação do diálogo entre o poder público, o setor privado, o terceiro setor e os trabalhadores. O estreitamento dessa relação estará centrado no fortalecimento e na ampliação dos Fóruns de Competitividade como espaço de discussão na busca de soluções consensuais dos diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro.

O Objetivo Setorial Associado é promover a competitividade das cadeias produtivas do País, com especial ênfase às cadeias relacionadas aos setores considerados prioritários pela PITCE:

a) fármacos, software, bens de capital e semicondutores;

b) setores portadores de futuro, biotecnologia, nanotecnologia, biomassa;

c) metais especiais, objetivando melhor aproveitamento das potencialidades produtivas e setoriais;

d) geração de emprego e renda;

e) redução das desigualdades sociais e regionais e fortalecimento dos pólos produtivos regionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Avaliação de 1.944 pleitos de Redução de Ex-Tarifários, resultando em investimentos globais de US$ 11,0 bilhões.

• Fortalecimento de diversas cadeias produtivas, a exemplo do Programa Revitaliza lançado pela Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa empenhou e liquidou pouco mais de 19% do orçamento aprovado em 2007, índice superior ao registrado em 2006 e semelhante com o desempenho em 2005. Mesmo considerando o aumento ocorrido em relação a 2006, a execução financeira é baixa. Entretanto, ocorreu o inverso com as ações não-orçamentárias, que não demandam recursos do orçamento da União, uma vez que a realização financeira aumentou em aproximadamente 19% se comparado com a previsão inicial em 2007, ou seja, atingiu R$ 23,7 bilhões, de um total previsto de R$ 20,0 bilhões. O desempenho financeiro poderia ter alcançado percentual próximo a 100% caso a Ação Rede de Centros Tecnológicos e Apoio às Empresas de Pequeno e Médio Porte tivesse utilizado os recursos orçamentários previstos de pouco mais de R$ 7,0 milhões, valor muito próximo a 90% do orçamento do Programa. Esta ação decorre do Ajuste Complementar ao Acordo firmado entre a Comunidade Econômica Européia e o Brasil, em que a Comissão Européia repassa recursos ao Governo Brasileiro para a execução de ações do projeto Rede de Centros Tecnológicos e Apoio às Pequenas e Microempresas Brasileiras. Esse ajuste permitiu ao beneficiário, o MDIC, delegar as atividades a uma entidade de gestão e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), através de um convênio, ficou incumbida da missão, porém dificuldades burocráticas fizeram necessária nova estruturação do plano operacional, o que demandou tempo, impossibilitando a execução das ações no ano de 2007.

No que se refere à Ação Fortalecimento das Cadeias Produtivas, os recursos são escassos (R$ 550 mil), que impede qualquer ação relacionada a políticas de desenvolvimento industrial, limitando-se a atendimentos a pleitos (pequenos projetos) específicos de cadeias produtivas priorizadas.

No que se refere às ações não-orçamentárias, executadas em sua maioria pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil (BB), com impacto direto no alcance dos objetivos deste Programa, alcançaram 119,9% (execução física, em média) de execução, em relação ao valor previsto. Trata-se de linhas de crédito disponibilizadas à indústria, possibilitando o financiamento do seu investimento. A Ação Financiamento de Longo Prazo para Cadeias Produtivas do País, de responsabilidade do BB, teve um desempenho físico menor do que o previsto, ou seja, 12.799 financiamentos concedidos, de uma previsão de 23.315 financiamentos, mas o montante emprestado aumentou de R$ 1,3 bilhão para R$ 3,6 bilhões, um expressivo aumento.

No contexto do desenvolvimento da cadeia automotiva, em agosto de 2007, o Brasil e o Uruguai firmaram o 67º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE 2), estabelecendo novas regras para o comércio bilateral de produtos automotivos que terão vigência até 30 de junho de 2008. As partes acordaram que durante o período desse Protocolo Adicional os dois países procurariam negociar regras mais definitivas para o comércio bilateral, a serem utilizadas como base para a construção de uma Política Automotiva Comum para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Trata-se de acordo anterior ao MERCOSUL (ACE 18) que continua em vigor para abrigar produtos que não estão plenamente inseridos no MERCOSUL, como os produtos automotivos.

Nas cadeias produtivas associadas à utilização intensiva de mão-de-obra, observou-se uma expressiva elevação das relações comerciais do Brasil. Tanto as importações quanto as exportações apresentaram um salto em 2007. As exportações do setor de gemas e jóias de janeiro a outubro de 2007 apresentaram um aumento de 17,5% em relação ao mesmo período do ano passado. O setor de papel e celulose encerrou o primeiro semestre com *superavit* comercial de US$ 1,68 bilhão, e expansão de 17,3% em relação a igual período do ano passado. As exportações do setor de couro apresentaram um aumento de 18,7% (janeiro até novembro), totalizando US$ 1,99 bilhão. Em relação ao setor têxtil e de confecções, as exportações tiveram um aumento de 8,8% de janeiro a outubro de 2007 em comparação ao mesmo período de 2006. O avanço das exportações de móveis foi da ordem de 9,6%, enquanto de madeira foi de 6% baseado no período de janeiro a outubro (2006-2007).

Houve uma expansão no nível de produção dos setores intensivos em mão-de-obra. No setor de celulose, foram produzidas, no País, 5,7 milhões de toneladas de janeiro a junho deste ano, o que significa expansão de 3,6% em relação ao mesmo período de 2006. Já a produção de papéis cresceu 2,7% em igual comparação, para 4,4 milhões de toneladas, ante 4,3 milhões de toneladas produzidas entre janeiro e junho de 2006. Relacionado ao setor coureiro-calçadista, segundo informações do setor privado, a venda de calçados no mercado interno alcançou 600 milhões de pares, com alta de 10% sobre 2006, sendo que o mercado interno movimentou 25% acima dos valores de 2006.

Entre as medidas adotadas ao longo do ano, para o desenvolvimento das cadeias produtivas de setores intensivos em mão-de-obra, cita-se o Programa Revitaliza, lançado pela Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, que se reveste de medidas para estimular a competitividade e eficiência de setores industriais afetados com a valorização cambial e com a concorrência internacional.

Estabeleceu-se o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Mercosul, que contém um conjunto de quatro projetos nacionais, na cadeia de madeira e móveis, com a participação dos países integrantes do Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a participação de governos, setor privado e instituições correlatas.

Foi lançado, também o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul. A pauta apresenta um conjunto de diretrizes e programas, tais como:

a) Programa Regional de Capacitação de Recursos Humanos em Integração Produtiva;

b) Projetos de Integração Produtiva Regional;

c) Programa de Cooperação entre Institutos de Tecnologia;

d) Instalação de Novos Foros de Competitividade Mercosul, entre outros.

Com o objetivo de normalizar o abastecimento de peles de caprinos e de ovinos, foi reduzida a alíquota de importação do produto para 0%, com imediata repercussão positiva para os curtumes do Norte e Nordeste do Brasil. Por outro lado, como medida para minimizar os efeitos do câmbio valorizado, foram elevadas as alíquotas de importações para têxteis, confecções e calçados, ficando determinado um aumento nas alíquotas do Imposto de Importação para 26% nos artigos têxteis, e para 35% nos artigos de confecção e calçados.

Em relação à Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, as principais ações desenvolvidas voltaram-se para a estruturação e funcionamento do Comitê Nacional de Biotecnologia, criado em 2007, bem como para a reestruturação deste Fórum de Competitividade, com ações voltadas aos seus quatro eixos setoriais: Saúde Humana, Agropecuária, Industrial e Ambiental.

Buscando disseminar o uso e a produção internacional do etanol e do biodiesel, os governos do Brasil, Estados Unidos (EUA), China, Índia, União Européia e África do Sul lançaram o Fórum Internacional de Biocombustíveis. Os trabalhos do Fórum subsidiarão a realização da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, em 2008, no Brasil. Foi firmado um Memorando de Entendimento Brasil - EUA sobre biocombustíveis, na ocasião da visita do Presidente Bush ao Brasil em março de 2007. O Memorando contempla as seguintes ações:

a) pesquisa e desenvolvimento para biocombustíveis de próximas gerações;

b) fomento para os biocombustíveis em terceiros países;

c) desenvolvimento de padrões (materiais de referência) para a definição de especificações de biocombustíveis, firmando parceria entre o INMETRO e o *National Institute of Standards and Technology* (NIST).

Firmado Convênio com a Associação dos *Designers* de Produto (ADP), para realização e divulgação de pesquisas setoriais sobre o impacto econômico do design em 10 setores produtivos e sua divulgação. Já foram publicados, na Internet, os estudos sobre os setores de Utilidades Domésticas e Mobiliário. Restam concluir e publicar os estudos sobre Jóias e Gemas, Construção Civil e Habitação, Eletrodomésticos e Eletro-eletrônicos, Automotivo e Transportes, Máquinas e Equipamentos, Moda e Acessórios, Médico-hospitalar e Equipamentos Esportivos.

Mediante parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Centro de Design Paraná, o MDIC apoiou a criação do portal oficial do design brasileiro – *www.designbrasil.org.br*. Principal sítio brasileiro de *design* na Internet possui mais de 7.000 inscritos e dispõe do maior cadastro de profissionais e escritórios na área de *design* (mais de 500 cadastrados), comporta o Observatório do Design, para identificar novos talentos e o melhor da produção nacional.

Avaliados 1.944 pleitos de redução de alíquota do Ex-Tarifários, atingindo 108% da meta prevista. Do total de pleitos avaliados, foram aprovados 1.210 pleitos (reduções tarifárias concedidas), resultando em investimentos em bens de capital importados no valor de US$ 2,6 bilhões e investimentos globais de US$ 11,0 bilhões.

Em que pese o desempenho financeiro das ações orçamentárias, os resultados foram muito bons, considerando as ações não-orçamentárias e outras ações que não dependem de alocação de recursos decorrentes do trabalho de articulação desenvolvido pelo MDIC, junto às cadeias produtivas. A Execução física foi de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Algumas ações obtiveram execução superior ou igual a 100%, a exemplo da Ação Avaliação de Pleitos de Redução de Alíquota dos Ex-Tarifários e Fomento a Projetos de Desenvolvimento do *Design* Nacional, mas também ações com resultados físicos baixos, como as ações Fortalecimento das Cadeias Produtivas e Inserção do *Design* em Setores Produtivos, cujos resultados físicos somente serão conseguidos em 2008.

O Programa possui 15 indicadores, todos vinculados à taxa de variação líquida das exportações de diversas cadeias produtiva. Entretanto, nenhum indicador alcançou os índices previstos ao final de 2007, porquanto quando concebidos, não se tinha idéia da valorização do real frente a outras moedas, notadamente o dólar, a concorrência de produtos estrangeiros, principalmente, os oriundos da China, além do aquecimento da economia que levou muitas empresas a optarem por vendas internas em detrimento das exportações. Dois indicadores atingiram a meta prevista ao final de 2007 em 2006, entretanto, os resultados favoráveis não puderam ser mantidos. Ressalte-se que, em 2007, mesmo com o crescimento vigoroso das exportações, as importações apresentaram crescimento muito maior, dificultando os resultados aqui descritos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As reuniões de trabalho são, por excelência, a principal forma de atuação dos Fóruns de Competitividade. É através dessas reuniões que são discutidos e avaliados o andamento de planos de trabalho estabelecidos. Não existe um padrão de periodicidade, em razão das especificidades de cada cadeia produtiva, bem como de suas coordenações. A abrangência corresponde a todas as cadeias produtivas contempladas com Fóruns de Competitividade ou Câmaras Técnicas Setoriais.

As despesas com Gestão Administrativa do Programa (GAP) foram limitadas ao valor autorizado para empenho, que foi de R$ 356.473,00. A considerar a disponibilidade de

recurso como sendo o limite de empenho, a execução alcançou quase 100% do previsto, sendo que os recursos foram destinados em sua totalidade para o pagamento de despesas com diárias e passagens. O montante é insuficiente, em razão do grande número de cadeias produtivas abrangidas pelo Programa, limitando a participação de responsáveis pelos seus acompanhamentos, em reuniões de trabalho, eventos e programações diversas.

Os Fóruns de Competitividade permitem a participação de todos os interessados na promoção de ações que venham a fortalecer a cadeia produtiva considerada, na busca de maior competitividade, ao mesmo tempo em que fornece a transparência necessária a um ambiente de confiança mútua entre todos os atores envolvidos.

A gerência do Programa destaca a necessidade de construir novos indicadores no âmbito do PPA 2008-2011 de modo que se possa acompanhar o desempenho de cadeias produtivas, não necessariamente vinculadas a desempenho externo (exportação). No âmbito do PPA 2008-2011 todos os 15 indicadores citados foram substituídos por um único, Taxa de Variação Líquida das Exportações da Indústria, que já se constitui um avanço em relação aos indicadores anteriores.

DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Armando de Mello Meziat Neto

OBJETIVO

Aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, ao comércio exterior, acesso ao crédito e à infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 137.966.189,00	Empenho Liquidado:	R$ 135.505.604,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 135.505.604,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 34.157.272.890,00	R$ 43.672.681.578,65	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Faturamento Médio da Empresas nos Arranjos Produtivos selecionados - R$	-	-	-	-	-	-
2. Faturamento Médio das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte - R$	-	-	-	-	112.00	-
3. Taxa de Emprego por Microempresa de Pequeno Porte - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. FATURAMENTO MÉDIO DA EMPRESAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS SELECIONADOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os indicadores definidos para o Programa não estão sendo aferidos, em face da dificuldade de acesso e verificação dos dados definidos para a sua medição. De forma que, até o

momento, o Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (DEPME) desconhece os resultados que vêm sendo alcançados pelos indicadores de efetividade.

O Departamento solicitou alteração dos indicadores, por ocasião da revisão qualitativa dos Programas e Ações referente ao PPA 2008-2011, pelas seguintes razões: o sigilo fiscal impossibilita a abertura das informações sobre o faturamento das empresas, e, conseqüentemente, a apuração de parte dos indicadores listados e a existência de teto para classificação das micro e pequenas empresas em termos de receita e de número de empregados faz com que o aumento no faturamento ou no número de empregados reclassifique a empresa, logo, as MPEs com melhor desempenho saem da base de cálculo dos indicadores, distorcendo os resultados efetivamente alcançados pelo Programa.

2. FATURAMENTO MÉDIO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os indicadores definidos para o Programa não estão sendo aferidos, em face da dificuldade de acesso e verificação dos dados definidos para a sua medição. De forma que, até o momento, o Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (DEPME) desconhece os resultados que vêm sendo alcançados pelos indicadores de efetividade.

O Departamento solicitou alteração dos indicadores, por ocasião da revisão qualitativa dos Programas e Ações referente ao PPA 2008-2011, pelas seguintes razões: o sigilo fiscal impossibilita a abertura das informações sobre o faturamento das empresas, e, conseqüentemente, a apuração de parte dos indicadores listados e a existência de teto para classificação das micro e pequenas empresas em termos de receita e de número de empregados faz com que o aumento no faturamento ou no número de empregados reclassifique a empresa, logo, as MPEs com melhor desempenho saem da base de cálculo dos indicadores, distorcendo os resultados efetivamente alcançados pelo Programa.

3. TAXA DE EMPREGO POR MICROEMPRESA DE PEQUENO PORTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os indicadores definidos para o Programa não estão sendo aferidos, em face da dificuldade de acesso e verificação dos dados definidos para a sua medição. De forma que, até o momento, o Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (DEPME) desconhece os resultados que vêm sendo alcançados pelos indicadores de efetividade.

O Departamento solicitou alteração dos indicadores, por ocasião da revisão qualitativa dos Programas e Ações referente ao PPA 2008-2011, pelas seguintes razões: o sigilo fiscal impossibilita a abertura das informações sobre o faturamento das empresas, e, conseqüentemente, a apuração de parte dos indicadores listados e a existência de teto para classificação das micro e pequenas empresas em termos de receita e de número de

empregados faz com que o aumento no faturamento ou no número de empregados reclassifique a empresa, logo, as MPEs com melhor desempenho saem da base de cálculo dos indicadores, distorcendo os resultados efetivamente alcançados pelo Programa.

Os indicadores definidos para o Programa não estão sendo aferidos, em face da dificuldade de acesso e verificação dos dados definidos para a sua medição. De forma que, até o momento, o DEPME desconhece os resultados que vêm sendo alcançados pelos indicadores de efetividade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As microempresas e empresas de pequeno porte representam uma parcela expressiva do setor produtivo nacional, cerca de 98% das empresas em funcionamento. Representa, também, cerca de 80% da força de trabalho e responde por 42% da massa salarial do País. Em termos absolutos são 5,5 milhões de empresas. Esses empreendedores fazem do Brasil o 6º colocado no ranking elaborado pela pesquisa internacional anual GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) 2003. O percentual de empreendedores por oportunidade (que resume aqueles que vislumbram novas oportunidades de negócio) já supera o de "por necessidade" (ou seja, que teve de abrir um negócio para sobreviver, em função de desemprego etc). O grande espaço das MPEs na economia nacional implica a necessidade de combater as carências do segmento. Dificuldades de acesso ao crédito, à tecnologia e à inovação de processos, falta de capacitação gerencial, baixa capacidade de obter informação e oneração tributária e burocrática para a condução dos negócios no mercado interno e externo estão entre os principais problemas do segmento. Dado que o critério de pequena empresa estabelece um volume anual de faturamento relativamente baixo, empresas recém-saídas da condição de pequenas, as médias empresas, também possuem carências semelhantes. Ainda que condições macroeconômicas interfiram diretamente no desempenho ou sobrevivência de grande parte das MPEs, atuação no nível microeconômico pode aperfeiçoar as condições de concorrência e o ambiente de negócios desses atores. O enfrentamento dos problemas mencionados pode se dar por meio de medidas horizontais - com alterações na legislação, por exemplo - ou verticais, por meio de projetos que atendam formas de organização produtiva que se baseiam na concentração espacial de empresas com laços de cooperação entre si e que desenvolvem mecanismos de aprendizagem - em breves linhas, os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Esses são *locus* privilegiados para as políticas públicas de desenvolvimento, em especial, quando realizadas de maneira orientada e coordenada. Espera-se que tal aprimoramento tenha impacto no crescimento da atividade econômica de maneira descentralizada no Território Nacional, gerando impactos em índices de empregos gerados, distribuição de renda da população e redução das desigualdades regionais com a melhoria de regiões menos desenvolvidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Consolidação do fórum permanente das microempresas e empresas de pequeno porte, colegiado no qual se iniciaram inúmeros debates e discussões em defesa deste segmento empresarial, a exemplo da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

• Encaminhamento, no âmbito do Poder Executivo Federal, da proposta de decreto de consórcios constituídos por MPE.

• Atendimento a 540 empresas pelo Programa de Extensão Exportadora (PEIEx) em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O destaque verificado em 2007 foi à publicação do Decreto nº 6.174, em 1° de agosto de 2007, instituindo e regulando o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e da Portaria nº 226, de 27 de novembro de 2007, que aprova o seu Regimento Interno, estrutura e funcionamento. O Fórum foi instituído como instância governamental federal competente para cuidar dos aspectos não-tributários relativos ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. Foram instituídos Grupos de Trabalho para a regulamentação de dispositivos do Estatuto Nacional da MPE e o encaminhamento, no âmbito do Poder Executivo Federal, da proposta de Decreto de Consórcios constituídos por MPEs. Foram editadas a Cartilha Informativa de Produtos e Serviços Bancários para MPEs e a Cartilha Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas MPEs. Foi assinado o Protocolo de Intenções entre MDIC e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para capacitação em compras governamentais.

Foram capacitados 896 funcionários e empresários de MPEs em produtos e serviços bancários e Planos de Negócios e de 1.660 microempreendedores na área de crédito, e distribuição de 100 mil cartilhas.

No âmbito de ações em benefício a APLs, foram recebidos 52 Planos de Desenvolvimento e concluídos a instalação de 27 Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs, bem como a realização de 10 seminários. Consolidação da lista de APLs prioritários 2008-2010, do Manual de Apoio aos APLs e a realização da 3ª Conferência Brasileira de APLs.

No âmbito da ação Fomento à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, foram celebrados convênios com 13 Prefeituras dos Estados de Santa Catarina (SC), Minas Gerais (MG), Rio Grande do Norte (RN), São Paulo (SP), e Paraná (PR). Na Ação Construção de Barracão Industrial, foram celebrados convênios para a execução de projetos com 11 prefeituras dos Estados do Rio Grande do Sul (RS), Mato Grosso (MT), Goiás (GO), Santa Catarina (SC), e Paraná (PR). Não se verificou execução física em 2007 nas duas ações.

No âmbito do Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), foram atendidas, no período do PPA 2004-2007, 3.479 empresas, com execução de 10.609 melhorias, beneficiando 48.232 trabalhadores. Em 2007, atendeu-se a 540 empresas, com execução de 2.217 melhorias, beneficiando 7.806 funcionários.

Na Ação Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais nove Pesquisas de Mercado em APLs dos Estados de SC, PR e RS e DF foram executadas e na Ação Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte ocorreu a execução do Projeto de Apoio Conjunto ao Incremento da Competitividade das MPMEs em São Paulo, com foco em 10 APLs do Programa de Desenvolvimento de Novos Mercados para setores produtivos, em cinco APLs do País e de duas Rodadas de Negócios, em APLs do PR.

À exceção das ações Fomento à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Fomento à Implantação de Central de Negócios e Construção de Barracão Industrial, que dependem de apresentação de projetos de emendas parlamentares originárias do Congresso Nacional, todas as demais ações do Programa apresentaram execução física de 71% a 170%.

Assim, a execução do Programa foi plenamente satisfatória em 2007, ano em que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) começou a ser, de fato, operacional, com a adesão de mais de 70% das empresas ao Simples Nacional, sistema simplificado de pagamento de impostos das três esferas de governo, uma importante conquista do setor empresarial que nasceu no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Ações como a Capacitação para Crédito e Microcrédito, a Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, a Pesquisa de Mercado para APLs e a Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte obtiveram resultados de, 147%, 71,43, 150% e 170%, respectivamente. Esses resultados se devem a um esforço de construção de parcerias locais e estaduais que permitiram o maior alcance das políticas públicas desempenhadas no escopo do Programa.

O Programa empenhou e liquidou em 2007 mais de 98% do orçamento aprovado, percentual bem superior que o verificado em 2006, que foi de 56,9%. Vale ressaltar que a excelente performance ocorreu com um montante empenhado e liquidado, em 2007, 382% maior que em 2006, ou seja, aumentou de R$ 28 milhões para R$ 135,5 milhões.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No âmbito das ações Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Gestão e Administração do Programa são realizadas reuniões periódicas de acompanhamento de execução destas ações e reuniões plenárias para apresentação de resultados. Destaque-se também, a edição do Jornal Eletrônico do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cujo objetivo central é a publicação das ações desenvolvidas. No escopo da Ação Extensão Industrial e Exportadora são realizadas, a cada dois meses, Reuniões do Comitê Consultivo do Núcleo Operacional do PEIEx, no qual presta-se contas à sociedade dos resultados dos recursos aplicados. Essas reuniões são abertas à comunidade e contam com a participação de instituições governamentais, financeiras e de apoio ao segmento das MPEs, bem como de empresas atendidas pelo projeto e demais grupos de interesse da área de atuação do Núcleo.

As ações finalísticas Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Capacitação para o Crédito e Microcrédito, Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, Fomento à Implantação de Central de Negócios, Pesquisa de Mercado para APLs e Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte apresentam cronograma de visitas, segundo os seguintes critérios: uma visita no início do projeto, objetivando a apresentação do Programa e sua contextualização, e outra, ao final do projeto, para verificação dos resultados alcançados.

Na Ação Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte a execução do projeto é monitorada através de um banco de dados do projeto, com inserção remota, via *web*, das empresas atendidas. O referido banco de dados possibilita a geração dos seguintes relatórios:

a) número de empresas inscritas;

b) número de funcionários beneficiados;

c) número de empresas visitadas;

d) número de empresas diagnosticadas;

e) número de empresas com atendimento de demandas;

f) avaliação do projeto pelos extensionistas.

Verifica-se a necessidade de se construir novos indicadores, no período do PPA 2008-2011, para que se possa medir o tratamento diferenciado e favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte nos diversos dispositivos legais, tais como a Lei Geral da microempresa e empresa de pequeno porte, a Lei de Inovação, a Lei do Bem, além dos efeitos do PEIEx no desenvolvimento das empresas.

Da mesma forma, há a necessidade de se ampliar o PEIEx para que um maior número de empresas sejam beneficiadas, porquanto o atual número é muito baixo.

Por fim, há a necessidade de se criar, no âmbito de alguma ação hoje existente no Programa, incentivos para que sejam preparados bons projetos a serem financiados por diversas linhas de crédito hoje existentes, notadamente em projetos de modernização e inovação tecnológica.

DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA

GERENTE DO PROGRAMA

Welber Oliveira Barral

OBJETIVO

Expandir a pauta brasileira de exportação em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional, bem como defender a indústria nacional contra práticas desleais de comércio internacional.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos econômicos importadores e exportadores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.303.146.564,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.060.882.186,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.060.882.186,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 36.086.603.044,00	R$ 37.301.703.046,63	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação em Mercados de Destino Relevantes (Índice de Concentração) - Número Índice	-	-	18.10	19.70	19.00	103,68%
2. Taxa de Participação de Novos Produtos na Pauta de Exportações - Porcentagem	-	-	2.80	8.10	18.20	44,51%
3. Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações - Porcentagem	-	55.10	54.30	52.50	59.00	88,98%
4. Taxa de Variação das Exportações Brasileiras - Porcentagem	32.00	22.60	16.20	16.60	10.00	166%

1. PARTICIPAÇÃO EM MERCADOS DE DESTINO RELEVANTES (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este indicador reflete a participação em mercados de destino relevantes (índice de concentração). O crescimento do índice em relação ao índice de referência demonstra a

desconcentração das exportações brasileiras por mercados de destino, o que representa menor vulnerabilidade, em vista da ampliação do leque de países compradores significativos. Se comparado ao ano de 2006, houve uma melhora significativa no resultado apurado, tendo-se inclusive ultrapassado a meta estabelecida para período. O resultado obtido demonstra expressiva ampliação do número de países relevantes para as exportações brasileiras, reduzindo-se assim a dependência do Brasil em relação aos parceiros tradicionais.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A exportação de produtos não-tradicionais à pauta representou 8,1% das exportações totais em 2007. O resultado, embora inferior ao previsto para o período, revelou crescimento de 34% sobre o total de itens exportados em 2006 e de 190% sobre o período anterior, quando o índice apurado foi de apenas 2,8%. Em 2007, foram exportados produtos brasileiros classificados em 2.449 itens tarifários não-tradicionais à pauta, do universo de aproximadamente 11 mil itens atualmente existentes e ativos, sendo assim considerados aqueles que ingressaram no mercado internacional ou que ampliaram seu grau de comercialização em mais de 100%. Cabe destacar que, segundo o estudo recente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais, do economista Fernando Puga, o Brasil figura em posição singular entre os países emergentes na pauta de exportações, embora seja classificado no grupo em que há o predomínio de recursos naturais na pauta de exportações, dentre os emergentes é o que tem conseguido maior diversificação de produtos embarcados para o exterior, o que dá mais robustez à balança comercial brasileira.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Das três categorias de produtos (básicos, semimanufaturados e manufaturados), o segmento de manufaturados foi o que mais contribuiu, em 2007, para o resultado recorde das exportações, tendo registrado US$ 74,696 bilhões, e aumento de 15,6% pela média diária comparativamente ao ano anterior. Os produtos básicos registraram vendas de US$ 40,273 bilhões, com crescimento de 16,9%, e os semimanufaturados, US$ 19,520 bilhões, com aumento de 23,3%. A maior contribuição, entretanto, foi dada pelos produtos manufaturados, que cresceu US$ 9,554 bilhões, correspondendo a 49,9% do crescimento ocorrido no período, de US$ 19,162 bilhões. Ainda segundo o estudo do BNDES mencionado anteriormente, mesmo nas exportações brasileiras de matérias-primas há muita tecnologia desenvolvida no País.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As exportações de 2007 registraram recorde histórico ao totalizarem US$ 160,649 bilhões, resultando em crescimento de 16,6%, em relação ao ano de 2006, acima da meta traçada pelo Governo (US$ 157 bi).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação brasileira nas exportações globais estacionou, há mais de 12 anos, abaixo de 1%. As exportações mundiais, por sua vez, atingiram, em 2002, valores superiores a US$ 6,4 trilhões, contra exportações brasileiras de US$ 60,4 bilhões, no mesmo período. Mesmo com o excepcional desempenho da balança comercial brasileira no ano passado, o Brasil apenas manteve a 26ª posição no ranking dos principais países exportadores, conforme relatório da Organização Mundial do Comércio, de 22 de abril de 2003. Ressalte-se, ainda, a geração de empregos conseqüente ao crescimento das vendas externas brasileiras: estima-se que cada bilhão de dólares de exportação resulte na criação de 60 mil novos empregos. Nesse sentido, torna-se indispensável à manutenção do esforço na implementação de medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, engajamento de novas empresas na atividade exportadora e disponibilização ao empresariado de informações que facilitem sua inserção na atividade exportadora de forma competitiva.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Recorde histórico nas transações comerciais do País, que alcançaram US$ 281 bilhões, 22,7% maior que em 2006.

• Aumento de 16,6 % das exportações em relação a 2006, atingindo os US$ 160,6 bilhões.

• Aumento de 11,4% nas exportações de manufaturados em relação a 2006, somando US$ 83,9 bilhões, metade do que o País exportou.

• Ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais (países em desenvolvimento) que representavam 46% das exportações brasileiras em 2003 e chegaram a 53% em 2007.

• Incorporação de 600 novos itens à pauta da exportação em 2007.

• Crescimento da importação de bens de capital 32,7% em relação a 2006, fator decisivo para a modernização tecnológica e a ampliação de exportação.

• Registro de 21.000 empresas exportadoras, 18,6% superior ao número de 2003 (17.700).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

Em 2007, o Brasil alcançou a cifra recorde US$ 281 bilhões nas transações comerciais com o exterior, valor 22,7% acima dos US$ 229,158 bilhões de 2006. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos. O incremento das vendas externas brasileiras, comparativamente ao ano anterior, atingiu 16,6% e as importações registraram incremento de 32,0% O *superavit* comercial foi de US$ 40,039 bilhões. As exportações de manufaturados, na comparação com 2006, tiveram aumento de 11,4%, somando US$ 83,943 bilhões. Os produtos básicos registraram vendas de US$ 51,595 bilhões, com crescimento de 27,6%, e os semimanufaturados, US$ 21,800 bilhões, com aumento de 11,2%. As três categorias de produtos registraram valores recordes históricos, em 2007. As exportações de manufaturados representaram 52,3% da pauta, indicando o aspecto qualitativo das exportações, visto que mais da metade das vendas externas brasileiras é constituída de itens de maior valor agregado. Diversificação da pauta de exportação, com a inclusão de 600 novos itens em 2007. Como aspecto qualitativo da pauta de importação destaca-se as aquisições de bens de capital e produtos intermediários, que respondem hoje por 70% das compras externas. Incremento de 17,7 % no número de empresas exportadoras no ano, em relação a 2003, que até o momento já supera a marca de 21 mil, contra 17,7 mil, em 2003. Crescimento das vendas externas para todas as regiões econômicas e, em particular, para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta.

Dentre as iniciativas previstas para o incremento do comércio exterior brasileiro, foram realizadas atividades as mais diversas, desde ações de promoção comercial a medidas de natureza normativa e operacional, desenvolvidas especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior. Essa linha de atuação contribuiu para que, no ano de 2007, as exportações alcançassem aumento de 16,6%, evoluindo para US$ 160,649 bilhões. As importações ampliaram-se em 32,0%, totalizando US$ 120,610 bilhões, resultando em *superavit* comercial de US$ 40,039 bilhões. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos e mostram que o comércio exterior atingiu um novo patamar, ao totalizar corrente de comércio inédita de US$ 281,259 bilhões, em 2007, valor 22,7% acima dos US$ 229,158 bilhões de 2006. É de se destacar que as exportações brasileiras mais que dobraram nos últimos seis anos (+166%), tendo em conta que, em 2002, somavam US$ 60,362 bilhões, o que significou, em valor, aumento de US$ 100,2 bilhões. As importações, de igual modo, elevaram-se de forma significativa, com aumento de 156% em relação a 2002, quando alcançaram US$ 47,240 bilhões, resultando, em valor, expansão de US$ 73,4 bilhões. Nestes cinco anos, o saldo comercial acumulado atingiu US$ 189,6 bilhões, contribuindo para a melhoria das contas externas brasileiras e estabilidade da economia.

Os indicadores do Programa indicam que os resultados foram positivos em 2007, mas também desde o início do PPA. Dos quatro indicadores do Programa, dois ultrapassaram as metas previstas, ou seja, Participação em Mercados de Destino Relevantes e Taxa de Variação das Exportações Brasileiras. Dois outros indicadores, Taxa de Participação de Novos Produtos na Pauta de Exportações e Taxa de Participação de Produtos de Maior

Valor Agregado não atingiram os objetivos propostos, mas evoluíram ao longo do período de 2004 a 2007. O primeiro deles revelou crescimento de 34% sobre o total de itens exportados em 2006, evolução esta que chegou a 190% sobre o período anterior, quando o índice apurado foi de apenas 2,8%.

Em sua maioria, as metas estabelecidas para as ações cursadas no âmbito do MDIC foram superadas. Algumas outras ficaram na faixa de 80% a 100% de execução física. Apenas a Ação Modernização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) teve a modestíssima realização de 8% do previsto, justificada pela perda de dois técnicos especializados e pela impossibilidade de imediata contratação de novos profissionais para as vagas em aberto. Esta dificuldade encontra-se, neste momento, em parte, superada, tendo sido retomado o ritmo normal de trabalho, ainda que persista uma necessidade de ampliação da equipe diretamente ligada a essas atividades e uma melhor estruturação funcional.

Em 2007, foram analisados 49 processos de defesa comercial, de uma meta prevista de 40 e capacitados 1.636 profissionais em comércio exterior, 118% maior do que a meta estabelecida. A Ação Capacitação para Empresários Exportadores, de responsabilidade do Banco do Brasil atingiu um número promissor de 12.875 empresários capacitados, 100% maior do que a meta prevista (6.199). Foram realizados oito Encontros de Comércio Exterior, pouco abaixo da meta prevista de 10 eventos e distribuídos, em 2007, 71.300 exemplares de material técnico para orientação ao exportador, bem acima da previsão inicial de 49.800.

Vale ressaltar que as ações não-orçamentárias, sob a responsabilidade do Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF) tiverem realização financeira acima do previsto, totalizando R$ 37,3 bilhões em financiamentos ao setor produtivo exportador, de uma previsão de R$ 36,0 bilhões.

A ação de Gestão e Administração do Programa consumiu cerca de 51% dos recursos efetivamente utilizados nas ações a cargo do MDIC, aplicados em contratos de serviços de manutenção predial das instalações da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) no Rio de Janeiro e na locação de mão-de-obra suplementar para suprir as necessidades de serviço daquela unidade.

Entretanto, a implementação do Programa enfrenta alguns desafios. É inadequada a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial. A SECEX, responsável pela gerência do Programa e por boa parte das ações executadas, possui estrutura de funções de Direção e Assessoramento Superior incompatível com o volume e abrangência das atividades que desenvolve. Nesse sentido, vem sendo solicitada a ampliação de seus cargos comissionados de modo a melhor atender as necessidades do serviço. Também é inadequada a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras. No segundo semestre de 2007, quando do anúncio da transferência das atividades da SECEX/RJ para Brasília, houve expressiva redução da mão-de-obra dedicada a algumas ações do Programa, bem como a perda total da equipe de analistas de sistemas então em serviço na SECEX, alocados nos projetos da Ação Modernização do Siscomex. Esta carência deverá ser sanada com a admissão e treinamento de novos servidores contratados a partir de 2008.

O quadro de especialistas da SECEX provém, parcialmente, de convênio firmado com o BB, que cedeu funcionários que atuavam na extinta Consultoria e Assessoria de Comércio Exterior (CACEX). Mas este contingente não foi atualizado e vem diminuindo desde a criação da carreira de Analistas de Comércio Exterior, no âmbito do governo federal. Assim, a atual carência de recursos habilitados para a gestão das ações deverá ser equacionada em médio prazo, conforme treinamento e experiência adquiridos pelos novos funcionários.

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Flávia Skrobot Barbosa Grosso

OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana no Amapá.

PÚBLICO-ALVO

Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos Estados e Municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santana

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

utorizado (LOA + Créditos): R$ 184.798.300,00	Empenho Liquidado:	R$ 163.871.410,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 163.871.410,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional - Porcentagem	-	1.70	1.75	2.81	1.73	162,43%

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO PIB REGIONAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB NACIONAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador alcançou a meta prevista de 2,81% ao final do PPA, o seu índice de referência era 1,71% em 2004. Os investimentos realizados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) no período contribuíram para o alcance de sua meta

CONTEXTUALIZAÇÃO

Devido às suas peculiaridades, a Amazônia apresenta desafios de ordem econômica, social e ambiental que requerem a adoção de políticas públicas adequadas à sua realidade, visando reduzir desigualdades intra e inter-regionais. Neste sentido, torna-se necessário

implementar um modelo de desenvolvimento que propicie melhoria da qualidade de vida da sua população, mediante promoção de ações que reduzam os gargalos existentes, quais sejam:

a) dificuldades logísticas;

b) ausência de infra-estrutura econômica;

c) baixo nível de renda;

d) desigualdades sociais;

e) desigualdades intra-regionais;

f) grande extensão territorial;

g) produção econômica centrada em atividades primárias;

h) baixo nível de escolaridade;

i) concentração da atividade econômica na cidade de Manaus causando êxodo rural crescente e exclusão social.

Com base nessa realidade, é que a SUFRAMA vem promovendo ações voltadas para o alcance da sustentabilidade econômica e o maior aproveitamento das potencialidades regionais, apoiando programas que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento com vistas a atrair novos investimentos, geração de emprego e renda e melhor distribuição de riqueza na região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoiados 115 projetos nos Estados da Amazônia ocidental e nos Municípios de Macapá e Santana no Estado do Amapá.

• Apoiados quatro Arranjos Produtivos Locais (APLs) na área de atuação do Programa (Amazônia ocidental e os Municípios de Santana e Macapá no Estado do Amapá).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa empenhou e liquidou 88,6% do orçamento aprovado, o segundo melhor desempenho financeiro no período do PPA 2004-2007, apenas pouco abaixo do resultado de 2004. O resultado é bem superior ao verificado nos exercícios de 2006 e 2005, quando o percentual empenhado e liquidado foi de 48,3% e 39,5%, respectivamente. Ressalte-se que o orçamento de 2007 foi de 233,5% maior do que em 2006. O índice previsto do único indicador do Programa Taxa de Participação do Produto Interno Bruto (PIB) regional na

composição do PIB nacional não só ultrapassou o índice proposto em 162,43%, com um expressivo aumento em relação ao dado aferido em 2006. Entretanto, a execução física foi abaixo do esperado em virtude de atraso na liberação de recursos. Outro fator que dificultou o cumprimento total da meta física são os recursos materiais na equipe gerencial, infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e recursos materiais insuficientes nas equipes executoras.

Em 2007, o Programa apoiou 115 projetos de desenvolvimento, número muito superior ao previsto inicialmente, que era de 59 projetos, no âmbito da ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Área de livre comércio de Macapá e Santana. Mediante esta ação a SUFRAMA em parcerias com os governos estaduais, municipais e entidades contribui para o processo de interiorização do desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Esses projetos consistem em aquisição de máquinas e equipamentos, recuperação e conservação de estradas vicinais, implantação de parque industrial, reforma e ampliação de mercado Municipal, aquisição de *kits* de casa de farinha, construção de pontes, aquisição de barco, de equipamentos rodoviários e agrícolas, aquisição de tanques de resfriamento de leite, entre outros.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O fortalecimento do Sistema Local de Ciência, Tecnologia e Inovação e Capital Intelectual com destaque para o fomento aos cursos de especialização, mestrado e doutorado nas áreas de interesse da região. Abaixo os principais projetos relacionados ao fomento do capital intelectual e à qualificação profissional oferecidos pela:

a) Universidade Federal do Acre (UFAC), com Pós-Graduação em Química de Produtos Regionais e Produtos Florestais, Mestrado em Desenvolvimento Regional, a reformulação do Curso de Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais, e a criação do Doutorado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais;

b) Universidade Estadual do Amazonas (UEA), com a implantação do Doutorado em Doenças Tropicais e Infecciosas;

c) Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com a consolidação do Curso de Doutorado em Biotecnologia e dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Informática, com o curso de Especialização em Comércio Exterior, treinamento de jovens engenheiros para desenvolvimento de softwares para TV digital, e Especialização em Tecnologia de Distribuição do Gás Natural;

d) Fundação Institucional Rio Solimões (UNISOL), com Doutorado em Planejamento e Transporte,

e) Centro Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM), com a capacitação, treinamentos no País e no Exterior nas Áreas de Microeletrônica, Bio-Informática, em Inovação e Negócios e no Desenvolvimento de Projetos de

Circuitos Integrados-Design House;

f) Fundação Djalma Batista (FDJ), com a qualificação de profissionais, estagiários e bolsistas para as tarefas de preparo e curtimento da pele de peixe, tanto por meio de transferência tecnológica como por meio de cursos;

g) Genius Instituto de Tecnologia, com a implantação de um centro de excelência em microeletrônica para a fabricação de marca-passo para fins de atender as necessidades com relação às doenças do coração;

h) Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET/AM), com a Graduação em Engenharia Mecânica;

i) Universidade Federal de Rondônia (UFRO), com o apoio aos APLs em especial ao do leite e o Doutorado em Administração;

j) Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá (IEPA), com o desenvolvimento de estudos de espécies frutíferas da Amazônia;

k) Universidade Federal de Roraima (UFRR), com o apoio à Formação de Capital Intelectual para o Desenvolvimento Sustentável - II FASE.

Em 2007, foram cadastrados 378 projetos, sendo 323 demandados pelos governos Federal, Estadual e Municipal e 55 referentes a emendas parlamentares. Os recursos correspondentes a projetos cadastrados atingiram R$ 485 milhões. O número de projetos analisados pela SUFRAMA, por intermédio do Grupo Técnico de Análise de Projetos de Desenvolvimento Regional foi de 477, com recursos da ordem de R$ 556 milhões. Em 2007, a SUFRAMA acompanhou 116 projetos.

Estavam previstos apoio a 22 APLs, na Ação Apoio a Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Ocidental, mas apenas quatro foram efetivamente apoiados, com a utilização de R$ 1,9 milhão, de um montante previsto de R$ 6,7 milhões. No âmbito da Ação Fomento à Capacitação de Recursos Humanos nas Áreas de Atuação da SUFRAMA, o cumprimento da meta física foi de 100%, com a capacitação de 50 pessoas.

A gerência do Programa evidencia a necessidade de se aplicar a sistemática de modelo lógico nos Programas 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e 0392 - Pólo Industrial de Manaus, ambos implementados pela SUFRAMA, de modo a verificar se os problemas, as intervenções pretendidas, os resultados intermediários e os impactos esperados nos dois Programas estão suficientemente bem definidos para serem mensuráveis (consistência do Programa proposto), além da necessidade de se analisar a cadeia de causalidade.

METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL

GERENTE DO PROGRAMA

João Alziro Herz da Jornada

OBJETIVO

Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

PÚBLICO-ALVO

Setor produtivo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 357.808.593,00	Empenho Liquidado:	R$ 348.233.188,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 348.233.188,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População - Porcentagem	89.00	89.60	93.40	93.81	85.00	110,36%
2. Taxa de Reconhecimento do INMETRO – Porcentagem	42.00	57.40	55.00	44.20	42.00	105,24%

1. TAXA DE CREDIBILIDADE DO INMETRO JUNTO À POPULAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dentro da população pesquisada que disse conhecer o INMETRO, 93,81% disse confiar no instituto, em 2007. Essa taxa de credibilidade está num patamar bastante elevado e tem crescido ao longo dos anos.

2. TAXA DE RECONHECIMENTO DO INMETRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com o intuito de aperfeiçoar a medição do índice de reconhecimento, o INMETRO decidiu aumentar o rigor na identificação das pessoas que o conhecem. Até 2006, o Instituto considerava que o percentual da população que o conhecia era as pessoas que afirmavam conhecê-lo. Atualmente, considera-se que, para uma pessoa afirmar que conhece

o INMETRO ela precisa conhecer a autarquia e reconhecer a marca do INMETRO. 73% da população afirmam que conhece o INMETRO e 65% conhecem e identificam sua marca. Dentre as pessoas que conhecem, 68% informaram de forma espontânea uma atividade realizada pela autarquia e, por isso, o nível de reconhecimento atingiu 44,20% em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Tendo em vista a inserção do País num cenário internacional cada vez mais globalizado, o acirramento da concorrência interna e o fortalecimento do Estado regulador, a metrologia e qualidade têm um papel decisivo para o aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e para proteção ao consumidor. Neste contexto, as ações deste Programa deverão voltar-se tanto para apoiar a exportação brasileira, quanto para fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de qualidade e segurança.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Desenvolvimento de ações para a consolidação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Biocombustíveis.

- Desenvolvimento de ações para a consolidação do Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis.

- Implantação do Guia de Boas Práticas de Regulamentação, experiência inédita no mundo.

- Regulamentação técnica para as adaptações em veículos e embarcações para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

- Controle maior sobre a segurança dos brinquedos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O INMETRO está fortemente engajado no apoio às atividades de biocombustíveis no âmbito do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Biocombustíveis. Nessa condição, está desenvolvendo e concluindo estudos sobre aspectos científicos e técnicos dos biocombustíveis e padrões metrológicos confiáveis e reconhecidos internacionalmente, num projeto em parceria com o instituto metrológico norte-americano, *National Institute of Standards Technology* (NIST). Simultaneamente desenvolve, também, o Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis, de caráter voluntário, que visa proporcionar confiança de que o combustível certificado segue requisitos técnicos estabelecidos em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou em normas que venham a ser acordadas internacionalmente, representando critérios úteis à promoção das exportações e à eliminação de barreiras técnicas ao comércio.

Em razão da criação da Lei de Inovação e da sua interface direta com as atividades de competência delegadas ao INMETRO foi criada na estrutura regimental da autarquia a Diretoria de Inovação e Tecnologia. Esta diretoria tem por finalidade apoiar as ações da política industrial, estimulando a inovação e a competitividade do setor produtivo, desenvolver estudos de prospecção de áreas estratégicas, análises de cenários e de tecnologias-chave, articular-se, em nível nacional e internacional, com órgãos de pesquisa e entidades do setor produtivo para o desenvolvimento conjunto de atividades voltadas para a inovação tecnológica e a modernização do setor industrial, orientar, planejar e coordenar ações voltadas para o desenvolvimento do Pólo Tecnológico e da Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do INMETRO e atuar como Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto, gerindo a política de inovação da autarquia, nos termos previstos no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Foi implantado o processo de avaliação de desempenho individual dos servidores do INMETRO. Esta avaliação visa aferir o desempenho do servidor no exercício de suas atribuições, tendo por pressuposto básico sua contribuição individual para o alcance das metas da autarquia. Cabe ressaltar que este modelo de avaliação de desempenho é inovador no setor público, visto que é conduzido por comitês de avaliação de desempenho que deverão ter em sua composição uma maioria de membros externos à instituição, privilegiando a imparcialidade e a isenção. A avaliação de desempenho dos servidores do INMETRO se vale de planos de trabalhos individuais, elaborados pelos próprios servidores e aprovados pelas chefias. Para os itens pactuados constantes do plano de trabalho foram estabelecidos indicadores e explicitadas suas vinculações com o planejamento estratégico, processos e projetos da instituição.

Em razão dos acidentes de consumo registrados ultimamente nos EUA, referentes a brinquedos com ímãs, o INMETRO editou a Portaria nº 326, de 24 de agosto de 2007, que dispõe sobre alterações no procedimento de certificação para brinquedos importados, tornando-o mais restritivo, visando, dessa forma, proteger o mercado nacional do ingresso de produtos sem segurança avaliada. Foi estabelecido, também, que cada lote de brinquedo importado será obrigatoriamente ensaiado, em laboratório nacional acreditado pelo INMETRO.

O INMETRO está coordenando dois importantes trabalhos no Comitê de Contaminantes do Codex Alimentarius (Comitê Assessor do Conmetro) para estabelecer os limites para aflatoxina em Castanha do Brasil e limites para ocratoxina A em café. Essas ações são estratégicas para o País, dada a importância dos dois produtos na nossa pauta de exportações. O estabelecimento desses limites, sob coordenação do Brasil, permitirá uma discussão equilibrada, com valores baseados no conhecimento científico disponível, evitando, assim, que estes limites se convertam em barreiras ao acesso desses produtos ao comércio internacional de alimentos. Cabe ressaltar, que estes limites, quando aprovados, serão estabelecidos em normas Codex, que são referência para a solução de controvérsias no comércio internacional de alimentos. Aprovado no Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Conmetro) o Guia de Boas Práticas de Regulamentação. A criação do Guia visa melhorar a interação entre os órgãos regulamentadores por meio das seguintes ações:

a) harmonização da interface entre os regulamentos técnicos editados e as normas existentes;

b) cobrança da utilização de normas e referência às mesmas em regulamentos técnicos;

c) harmonização das práticas de regulamentação das agências e órgãos regulamentadores, objetivando promover uma atuação mais integrada entre os mesmos, bem como um alinhamento às práticas internacionais de regulamentação, em especial, dos fóruns aos quais o Brasil é membro.

Cabe ressaltar que a criação deste guia, que envolveu todos os 27 órgãos regulamentadores do País, sendo uma experiência inédita no mundo. Projeto de Cooperação Técnico firmado entre o Brasil e a Costa Rica, implantando o controle metrológico dos instrumentos de medição utilizados no âmbito da saúde e do meio ambiente naquele país, entre eles os aparelhos de pressão arterial, termômetros clínicos e analisadores de gás de emissões veiculares, bem como preparação de pessoal técnico qualificado para a realização desses serviços.

Foi aprovado o alinhamento do INMETRO às políticas governamentais, aumentando a visibilidade e a integração do País em âmbito internacional Execução do Projeto de Cooperação Técnico firmado entre o Brasil e Moçambique, visando o fortalecimento da metrologia e qualidade naquele país, através da identificação de oportunidades de cooperação e elaboração de propostas de projetos no âmbito do Programa pertinente à metrologia legal e a avaliação da conformidade. O objetivo principal é possibilitar que os técnicos do INMETRO e do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) preparem de forma conjunta, um ou mais documentos de projeto para construir ou apoiar um plano estratégico para o fortalecimento institucional do órgão metrológico de Moçambique, bem como o planejamento e a realização de cursos de formação específicos nas áreas de massa, temperatura, volume, comprimento, pressão e energia elétrica.

Expansão da abrangência do controle metrológico com a adoção da autoverificação por parte de fabricantes foi uma das atividades de 2007. Considerando a necessidade de incrementar, diversificar e agilizar a execução dos serviços de metrologia legal no País, de modo a permitir a expansão do controle metrológico para determinadas classes de instrumentos de medição, consolidou-se, a adoção da autoverificação para os fabricantes de instrumentos de medição e postos de ensaios autorizados aplicados aos medidores de energia elétrica, medidores de água e medidores de gás domiciliar. Dentro deste contexto foram autorizados 13 fabricantes nas áreas de energia elétrica, água e gás e 59 concessionárias na área de energia elétrica e de gás.

A acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida obteve à devida atenção do INMETRO. Foi concluída toda a regulamentação técnica necessária para a realização das adaptações nos veículos que compõem a frota existente do Transporte Rodoviário (Urbano e Interestadual), bem como para as embarcações que navegam em mar aberto e águas do interior, do Sistema de Transporte Aquaviário. Tais adaptações visam tornar estes transportes acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme determina o Decreto 5296, de 2 de dezembro de 2004.

A parceria entre o INMETRO e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi incrementada por intermédio da aprovação do projeto para a instalação de um campus avançado da UFRJ no INMETRO. O Projeto atende não apenas às demandas dos segmentos metrológicos e da qualidade, mas ao amplo espectro da PITCE e mobiliza, de forma inédita, atenções e recursos das três esferas da administração pública.

Celebrado entre o INMETRO e a Receita Federal, visando a instalação de sistemas de monitoramento da produção de bebidas (cervejas e refrigerantes), com o intuito de coibir a evasão fiscal. Foram realizadas avaliações dos sistemas de medição instalados em todas as regiões da Federação, pertencentes ao grupo de fabricantes com maior capacidade de produção instalada (acima de 200 milhões de litros por ano).

Assinado o acordo de cooperação técnica ente o INMETRO e o Ministério da Educação (MEC) em novembro de 2007, o acordo de cooperação técnica que tem como um dos seus principais objetivos implementar algumas ações previstas no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Federal. Uma dessas ações é o Projeto Caminho da Escola, que prevê a aquisição e a disponibilização de novos ônibus escolares para atender aos estudantes das regiões rurais do País. O papel do INMETRO neste projeto diz respeito aos aspectos relativos aos padrões de segurança e à qualidade dos ônibus, relacionados à segurança das crianças e à robustez do veículo, o que significa maior durabilidade e capacidade do veículo de operar em estradas não-asfaltadas.

Igualmente assinado o acordo de cooperação técnica entre o INMETRO e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), este acordo tem como objetivo a integração institucional entre o INMETRO e o MTE, para transferência mútua de conhecimento nas áreas de Avaliação da Conformidade, Metrologia Legal e Científica e do Trabalho, tendo como pressupostos básicos a certificação de produtos e serviços diretamente ligados à proteção e à segurança do trabalhador, especialmente, aqueles relacionados aos equipamentos de proteção individual, os chamados EPIs. Pretende-se também, desenvolver um programa de certificação para qualificar portadores de necessidades especiais, capacitando-os para o mercado de trabalho.

Diversas iniciativas no ano de 2007 contribuíram para o aumento da qualidade dos produtos e serviços brasileiros e para o aumento da competitividade do País. O investimento em melhoria dos processos de gestão da autarquia foi um fator preponderante o alcance dos resultados do Programa.

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2007, considerando que a maioria das ações que contribuem decisivamente para o alcance de seus objetivos alcançou as metas previstas, como é o da Avaliação da Conformidade, com a implantação de 26 programas, seis a mais do que a meta originalmente prevista. Na Ação Controle Metrológico, 12.509.087 instrumentos de medição foram fiscalizados, de uma previsão inicial de 15.000.000, apesar de não ter cumprido a meta o número alcançado é bastante expressivo. Considerando que o número de instrumentos de medição fiscalizados foi de 11.000.000 em 2006, houve um avanço em 2007.

O Programa empenhou e liquidou, em 2007, praticamente 100% do orçamento aprovado, resultado muito próximo ao de 2006. Os dois indicadores do Programa ultrapassaram as metas previstas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A concepção do Programa é adequada. Entretanto, a implantação do Programa enfrenta algumas dificuldades e restrições. Os recursos materiais são, ainda, insuficientes nas equipes executoras. Os recursos materiais são inadequados, pois o Inmetro precisa manter uma frota de veículos atualizada uma vez que os mesmos constituem-se instrumento de trabalho fundamental para a execução das atividades de campo - verificação e fiscalização de metrológia e qualidade. Devido à escassez de recursos, isto nem sempre é possível. Além disso, são necessários equipamentos de tecnologia de ponta para dar suporte às atividades da Instituição. Outra dificuldade é a infra-estrutura inadequada nas equipes executoras, pois o Inmetro, devido à natureza de seu trabalho, tem que possuir laboratórios de ponta comparados com os melhores do mundo, o *Physikalisch Technische Bundesanstalt* (PTB) e o *National Institut of Standards and Technology* (NIST). Devido à escassez de recursos, isto nem sempre é possível.

Apesar de haver um crescimento significativo da importância do papel desempenhado pelo INMETRO e uma ampliação da demanda por serviços prestados pelo Programa, houve uma redução do seu quadro de pessoal no período 1993-2007. Muitos funcionários estão em vias de se aposentar. Acreditamos que para os próximos anos essa carência será amenizada com o concurso público, que irá trazer 639 novos servidores para a instituição.

Para a execução da Ação Controle Metrológico, o INMETRO optou por um modelo descentralizado delegando, por meio de convênios, as atividades de fiscalização a órgãos metrológicos estaduais e municipais que constituem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I), bem como com as superintendências do INMETRO. Existe o processo de prestação de contas da execução financeira e física com supervisão técnica, auditoria técnica, contábil e financeira. Através desta ação foram fiscalizados mais de 12 milhões de instrumentos de medição em todo Território Nacional.

Há reuniões constantes entre o presidente do Instituto, que desempenha a função de gerente do Programa e os seus diretores que são os coordenadores de ação. Em adição, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento do INMETRO como agente de monitoramento e avaliação faz reuniões periódicas com os coordenadores de ação nas quais é avaliada a gestão de cada ação e são propostas ações corretivas. Há o Portal de Relacionamento INMETRO/RBMLQ-I que é instrumento de gestão, de alinhamento estratégico e de troca de informações entre o INMETRO e os órgãos delegados, integrantes da rede.

PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

GERENTE DO PROGRAMA

Flávia Skrobot Barbosa Grosso

OBJETIVO

Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus, ampliar a geração de emprego e renda e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo.

PÚBLICO-ALVO

Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 64.279.888,00	Empenho Liquidado:	R$ 63.999.324,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 63.999.324,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Participação das Exportações na Balança Comercial do Pólo Industrial de Manaus - Porcentagem	-	-	61.91	18.02	26.00	69,31%
2. Índice de Mão-de-Obra no Pólo Industrial de Manaus - Porcentagem	-	-	10.05	0.05	4.00	1,25%
3. Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal – Porcentagem	61.44	63.04	64.02	64.02	52.61	121,69%
4. Taxa de variação das exportações do Pólo Industrial de Manaus - Porcentagem	-	42.43	25.08	16.56	34.00	48,71%

1. COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NA BALANÇA COMERCIAL DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O saldo da balança comercial do PIM em 2007 foi negativo em U$ 5,24 bilhões, equivalente a 18,02% maior que em 2006. É relevante mencionar que persistem os problemas de logística, que impedem uma melhor performance das ações, além de outros fatores conjunturais, como greves no serviço público e a robusta valorização do Real.

2. ÍNDICE DE MÃO-DE-OBRA NO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PIM abriga atualmente aproximadamente 467 empresas acompanhadas pela Superintendência da Zona Franca de Manau (SUFRAMA). Essas empresas proporcionaram, em 2007, a geração de 98.244 empregos diretos (média anual) representando redução de 0,05% (50 empregos) em relação a 2006 (98.194). Merece destaque que no mês de maior pico (novembro) atingiu 105.693 postos de trabalhos. A análise do período (2004-2007) permite que se observe o excelente resultado do esforço institucional na busca do fortalecimento do PIM, caracterizado pela atração de novas plantas fabris e pela geração de emprego e renda. No período citado, houve um incremento de 51,21% equivalente a 33.272 novos empregos, quando comparados a 2003 (64.969) ano de referência. O crescimento anual dos empregos no período foi de 11,2% em média.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS NA 2ª REGIÃO FISCAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007 a participação do Estado do Amazonas manteve o mesmo nível de 2006. A tendência desse indicador é de crescimento ao se considerar que o faturamento do Pólo Industrial sinaliza um crescimento a curto e médio prazo.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As exportações do Pólo Industrial de Manaus, segundo os indicadores da SUFRAMA, totalizaram US$ 1,04 bilhão, em 2007, representando 16,56% do volume das importações (US$ 6,28 bilhões). Em 2006, as exportações totalizaram o montante de US$ 1,48 bilhão representado 25,05% das importações (US$ 5,92 bilhões). Ao comparar-se a participação relativa, nos dois períodos, observa-se que o desempenho das exportações em relação às importações sofreu uma queda de 8,49 pontos percentuais. A seguir, as razões mais prováveis para o entendimento dessa dinâmica:

a) exportação com a transferência de plantas fabris de empresas exportadoras para suas filiais no México em decorrência de questões logísticas e de excesso de tempo nos trâmites de importação/exportação, com a condição de 3º país no MERCOSUL dado aos produtos originários da Zona Franca de Manaus. Na prática, significa que os produtos do PIM e de outras Zonas Francas não são beneficiados pela tarifa intrabloco do MERCOSUL (alíquota zero). Portanto, fazem parte da Tarifa Externa Comum (TEC), e a valorização do Real em relação ao dólar norte-americano;

b) importação, com vendas para o mercado interno registrado, em 2007, foram superiores em 22,71%, equivalentes a US$ 3,75 bilhões, em relação a 2006. Esse incremento repercutiu no volume de insumos importados contribuindo para o incremento do *deficit* na balança comercial do PIM. Nesta questão também teve peso a valorização do Real, que tornou as importações mais atrativas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Zona Franca de Manaus é um modelo vitorioso de desenvolvimento regional implantado para reduzir as diferenças econômicas e sociais da Amazônia Ocidental frente às regiões mais desenvolvidas do País. O PIM, como seu principal setor, é responsável pelo crescimento econômico e social da região, registrando no ano de 2004 a instalação de 467 empresas fabris, propiciando cerca de 82.527 postos de trabalho. O volume de exportação da ordem de US$ 1,1 bilhões propiciou a participação em 61,44% na arrecadação federal da região Norte. A gestão do modelo conduz à SUFRAMA, a superação das ameaças impostas pelas conjunturas nacional e internacional e a busca da sua consolidação. A ampliação dos efeitos positivos para a região constitui os maiores desafios a serem superados. Neste sentido, visando a permanência e a auto-sustentabilidade do modelo, na perspectiva a longo prazo, é que a SUFRAMA criou o Programa PIM, vital para o modelo Zona Franca de Manaus, composto por ações, convergentes e sinérgicas, voltadas para o atendimento das demandas e a redução dos gargalos existentes, especialmente, os de ordem tecnológica. Estas ações estarão convergentes com a necessidade de atrair investidores, buscar a melhoria de infra-estrutura logística, equilibrar a balança comercial, explorar a biodiversidade visando a implantação de um pólo de biodiversidade, aprimoramento e promoção do capital intelectual, adensamento das cadeias produtivas e desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aprovação de 276 projetos industriais, com a possibilidade de geração de aproximadamente 16.000 novos empregos diretos, US$ 3,5 bilhões de investimentos totais e US$ 857,5 milhões em exportações.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O resultado do Programa em 2007 foi dentro do esperado e se justifica, em parte, pela execução de R$ 63,99 milhões equivalente a 99,56% de seu orçamento aprovado (R$ 64,27 milhões), e pelo andamento satisfatório de quatro das cinco ações. Apesar de o Programa ter executado 99,56% de seu orçamento os recursos não foram suficientes para o enfrentamento de suas demandas. É importante registrar, ainda, que muitos projetos importantes para a região não estão sendo inseridos no PPA pela falta de perspectiva de receber recursos.

Das cinco ações do Programa, quatro tiveram desempenho favorável, em que pese o atraso na liberação dos recursos tendo como resultado a realização das metas em 2008. Pode-se

considerar como resultado satisfatório a celebração dos convênios e dos contratos que asseguram a realização das metas ainda que no outro exercício.

Do total de 276 Projetos industriais aprovados em 2007, 100 são projetos de implantação, ou seja, novos empreendimentos, e 176 de ampliação, diversificação e atualização de projetos já existentes. Espera-se que esses Projetos gerem aproximadamente 16.000 novos empregos, com a expectativa de exportação em torno de US$ 857,5 milhões, a partir do nível de terceiro ano de produção.

Em 2007, o PIM faturou US$ 25,7 bilhões, com exportação de US$ 1,0 bilhão, ainda bem aquém do volume importado, que se situou em US$ 6,2 bilhões, com *deficit* de US$ 5,2 bilhões.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram realizados 40 eventos no âmbito da Ação Divulgação do Pólo Industrial de Manaus, de uma meta prevista de 25 eventos, que inclui o início dos preparativos para a realização, em 2008, da Feira Industrial da Amazônia, em sua quarta edição.

Foram realizados, ainda, serviços de recuperação e pavimentação de vias do Distrito Industrial, recuperação de meio-fio e sarjeta, recomposição do sistema de drenagem e limpeza e coleta de lixo. Contudo, devido ao desgaste do pavimento asfáltico, em decorrência do tempo de sua implantação (mais de 30 anos), da intensificação de tráfego de carretas e caminhões pesados, além do fator climático local (chuvas constantes, mais de 2.500 milímetros por ano), apenas os trabalhos de recuperação não têm sido suficientes. Dessa forma, buscou-se uma solução mais adequada, com intervenções de maior impacto no sistema.

Destaca-se o convênio firmado, no final do ano de 2007, com o Centro de Indústrias do Estado do Amazonas (CIEAM), correspondente ao valor de R$ 20.000.000,00, visando a implantação de projeto de revitalização e expansão da infra-estrutura do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus (DIM). Esse projeto foi uma conquista e resolverá o problema da pavimentação das vias do DIM.

Verifica-se a necessidade de se aplicar a sistemática de modelo lógico nos programas 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e 0392 - Pólo Industrial de Manaus, ambos implementados pela SUFRAMA, de modo a verificar se os problemas, as intervenções pretendidas, os resultados intermediários e os impactos esperados nos dois programas estão suficientemente bem definidos para serem mensuráveis (consistência do programa proposto), além da necessidade de se analisar a cadeia de causalidade.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

GERENTE DO PROGRAMA

Jorge de Paula Costa Ávila

OBJETIVO

Aumentar a participação ativa de brasileiros nos serviços e nos resultados de propriedade intelectual de modo a garantir a proteção e os meios para a geração e a comercialização dessa natureza de propriedade.

PÚBLICO-ALVO

Empresas, instituições científicas e tecnológicas, inventores isolados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créd os): R$ 156.228.995,00	Empenho Liquidado:	R$ 137.982.207,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 137.982.207,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção Prioridade BR – Porcentagem	-	-	-	-5.77	5.00	-115,40%
2. Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade Prioridade BR - Porcentagem	-	-	-	-14.99	10.00	-149,90%
3. Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia - Mês	-	-	0.95	0.82	1.00	82%
4. Prazo de Concessão de Patentes - Ano	-	-	11.61	7.28	3.50	-
5. Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial - Mês	-	-	0.98	1.28	1.00	-
6. Prazo para Concessão de Registro de Marcas – Ano	-	-	3.34	1.13	1.00	-

1. CRESCIMENTO DO VOLUME DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE INVENÇÃO PRIORIDADE BR

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de -5,77%. Este índice negativo significa uma piora da situação mensurada em 2006, que foi de -0,15%, e fica longe de atingir a meta

estabelecida de crescimento de 5% para 2007. Fatores exógenos ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) são preponderantes para influenciar este indicador. E apesar da ação de Promoção à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual ter superado as expectativas para 2007, é impossível verificar, a curto prazo, a influência do INPI na quantidade de depósitos de Patentes, uma vez que corresponde a um conjunto de fatores ligados à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, crescimento econômico, desenvolvimento da cultura da propriedade intelectual entre os brasileiros etc.

2. CRESCIMENTO DO VOLUME DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE MODELO DE UTILIDADE PRIORIDADE BR

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de -14,99%. O índice negativo denota uma piora da situação mensurada em 2006, que foi de -2,42%, e fica longe de atingir a meta estabelecida de crescimento de 10% para 2007. Fatores exógenos ao INPI são preponderantes para influenciar este indicador. E apesar da ação de Promoção à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual ter superado as expectativas para 2007, é impossível verificar, a curto prazo, a influência do INPI na quantidade de depósitos de Patentes, uma vez que corresponde a um conjunto de fatores ligados à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, crescimento econômico, desenvolvimento da cultura da propriedade intelectual entre os brasileiros etc.

3. PRAZO DE ANÁLISE DE CONTRATOS E FATURAS DE TECNOLOGIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de 0,82 mês. O índice constitui uma melhora da situação mensurada em 2006, que foi de 0,95 mês, e superou a meta estabelecida de um mês para 2007.

4. PRAZO DE CONCESSÃO DE PATENTES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de 7,28 anos. O índice constitui uma melhora da situação mensurada em 2006, que foi de 9,09 anos, mas ainda não atinge a meta estabelecida de 3,5 anos para 2007. Um dos problemas verificados para diminuir ainda mais o tempo de concessão de patentes se deu em decorrência da não realização de novo concurso para suprir as vagas que não foram preenchidas em 2006 por falta de aprovados, bem como da relativa demora para efetivação das contratações que, aliada ao tempo necessário para o treinamento dos novos, determinaram a impossibilidade do reflexo desse esforço no PPA 2004-2007. Assim, apesar de o número de servidores ter crescido, não houve um incremento proporcional na análise dos processos. Com a maior experiência adquirida no exercício da função, esta situação tenderá a se normalizar.

5. PRAZO DE CONCESSÃO DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de 1,28 mês. O índice constitui uma piora da situação mensurada em 2006, que foi de 0,98 mês, mas ainda está muito perto da meta estabelecida de um mês para 2007. Houve problema de agilidade na digitalização dos novos pedidos de desenho industrial. Tal situação causou um pequeno atraso nos trabalhos, o suficiente para superar em 0,28 mês a meta estabelecida.

6. PRAZO PARA CONCESSÃO DE REGISTRO DE MARCAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de 1,13 ano. O índice constitui uma melhora da situação mensurada em 2006, que foi de 3,34 anos, e faltou pouco para que atingisse a meta estabelecida de um ano para 2007. O adicional de servidores empossados em 2006, aliado ao e-Marcas, que possibilitou o recebimento de depósitos via Internet, praticamente equacionaram o problema do prazo de concessão de registro de marcas, tanto que o índice apurado foi apenas 0,13 ano superior à meta do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A propriedade intelectual é, e tende a ser, cada vez mais, um importante instrumento de apoio à competitividade econômica, exercendo um papel crítico no processo de desenvolvimento tecnológico dos países. Ao se conferir o direito da propriedade intelectual, contribui-se diretamente com os esforços para estimular a criação e absorção de tecnologia, aumentar o valor agregado dos produtos e serviços nacionais, melhorando, assim, o desempenho das exportações do País, e colocando nossos produtos e serviços em posição mais favorável no mercado interno, frente aos importados. O sistema de propriedade intelectual também contribui para a repressão à concorrência desleal, em especial, no combate à pirataria, aumentando os negócios das empresas estabelecidas, o número de postos de trabalho e o nível de arrecadação de impostos no País.

Mesmo dispondo de uma legislação reconhecidamente alinhada com a normativa internacional, os direitos relativos à propriedade intelectual ainda são conhecidos e usufruídos relativamente por poucos no Brasil. Os setores diretamente interessados da sociedade brasileira (setores produtivo e científico tecnológico) ainda não estão suficientemente conscientizados e capacitados para a proteção da propriedade intelectual, notadamente, o patenteamento e comercialização da tecnologia desenvolvida por empresas e institutos de pesquisa nacionais. Uma evidência disso são os índices de desenvolvimento tecnológico do País que, se medido pelo número de pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao escritório norte-americano de patentes (USPTO), mostra um fraco desempenho do Brasil quando comparado com outros países em desenvolvimento como, por exemplo, a Coréia do Sul.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 296.258 decisões de registro de marcas (recorde de exames e decisões).
- 17.333 exames e decisões de patentes.
- 686 registros de programas de computador.
- 4.085 registros de desenho industrial.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

Em 2007, o INPI alcançou importantes resultados. Os avanços mais significativos ocorreram no indicador do Prazo de Concessão de Registro de Marca (queda de 3,34 anos em 2006 para 1,13 ano), chegando bem próximo à meta de um ano para o final do PPA, e no indicador de Prazo de Análise de Contratos de Faturas de Tecnologia (queda de 0,95 mês, em 2006, para 0,82 mês), ficando bem abaixo da meta de um mês para o final do PPA.

O Prazo de Concessão de Patentes, apesar de não ter atingido a meta prevista de 3,5 anos, obteve um desempenho satisfatório (queda de 9,09 anos, em 2006, para 7,28 anos), considerando-se as adversidades ocorridas no período e citadas abaixo. O indicador do Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial apresentou uma piora de 0,98 mês, em 2006, para 1,28 mês, acima da meta de um mês para o final do PPA.

Devido a fatores exógenos ao INPI, o resultado dos indicadores de Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção e Crescimento do Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade ficou longe das metas estabelecidas, apesar de as ações ligadas à promoção da propriedade intelectual e disseminação de informações tecnológicas terem registrado um excelente desempenho em 2007. Por esse motivo, esses dois indicadores não foram incluídos para o cálculo percentual de alcance de 40% a 80% do previsto para 2007.

Destaque-se o número de exames e decisões de pedidos de registro de marcas que atingiu 296.258, de uma previsão inicial de 100.000. Assim, o prazo médio de registro de uma marca chegou a 1,13 ano, muito próximo a meta ideal estabelecida pelo INPI e internacionalmente aceita de 1 ano.

Em 2007, foram analisados 2.618 processos de Contratos de Faturas de Tecnologia, de uma previsão inicial de 1.863. Assim, o prazo de análise caiu para menos de um ano, ou seja, situou-se em 0,83 mês, um avanço significativo.

Entretanto, o prazo de concessão de patentes ainda está longe do ideal, 7,28 anos, embora tenha ocorrido redução do prazo se comparado a 2006, quando era de 11,61 anos. Entretanto, deve-se registrar que o número de pleitos (Prioridade BR) reduziu em 5,77% em relação a 2006. Ocorreu redução também em relação à meta prevista em 2007 de 22.000

decisões de patentes, verificando-se a quantidade de 17.333. O decréscimo do número de decisões de patentes ocorreu mesmo com aumento do número de consulta realizadas no âmbito da ação Disseminação de Informações Tecnológicas, que teve a meta física ampliada de 70.000 (previsão inicial) para 88.923 (realização final), e da ação Promoção da Geração, Proteção e a Comercialização da Propriedade Industrial, que atendeu a 12.207 pessoas de uma meta prevista de 7.500, um excelente desempenho, o que reforça a idéia de que é necessária uma atuação conjunta de diversos atores governamentais e não apenas do INPI para que se sensibilize o setor empresarial e científico do País de modo a que aumente o número de pedidos para a concessão de patentes.

Um dos motivos da baixa sensibilização é o tempo de concessão. O trabalho do INPI para reduzir tal prazo poderá contribuir para o aumento do número de pedidos, embora não seja suficientemente eficaz para que o Brasil tenha o número de pedidos de concessão de patentes à altura de sua economia, como se faz na Coréia. A ação de promoção referida objetiva sensibilizar e capacitar os setores empresariais, científico e tecnológico, e governamentais no uso de informação tecnológica contida nas patentes e apoiá-los no uso do sistema de propriedade intelectual, com vista a aumentar a geração de propriedade intelectual por empresas brasileiras, assim como sua proteção e a sua comercialização. A concessão de desenho industrial ficou muito próxima a meta estabelecida de 4.800 (realização física de 4.085).

O Programa empenhou e liquidou 88,3% do orçamento aprovado, resultado muito semelhante ao de 2006, superior ao de 2005, quando o índice foi de 73,3%. Registre-se que o orçamento autorizado em 2007 (LOA + Créditos) foi maior do que o de 2006, R$ 156,2 milhões e R$ 120,2 milhões, respectivamente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa ainda enfrenta desafios e problemas em sua implementação. A combinação de um elevado nível de exigência burocrática com a baixa capacidade operacional instalada nas áreas envolvidas em contratações no âmbito do INPI é outra grande dificuldade. Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, igualmente causam problemas na implementação do Programa. Apesar da controvérsia junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) permanecem as dúvidas quanto à efetividade da participação dessa agência no julgamento de patentes de produtos farmacêuticos, e pontos de indefinição do processo, acarretando atraso nas decisões que poderá se reverter em custos para o sistema público de saúde e para a sociedade de um modo geral, uma vez que a falta continuada de decisão acarreta, pela Lei da Propriedade Industrial, na extensão dos prazos de vigência das patentes. Por outro lado, há pontos da Lei de Propriedade Industrial que necessitam de revisão. A percepção da finalidade e da relevância do sistema de propriedade intelectual por alguns segmentos dos órgãos governamentais ainda é baixa, o que acarreta, por vezes, o isolamento do Instituto. Apesar dos avanços das ações do INPI para superação desse problema, por ser um dos objetivos do Programa, ainda há seqüelas por essa desinformação.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), na qualidade de gestor do PPA, poderia promover a articulação entre o INPI, por intermédio do MDIC, com outros segmentos que atuam diretamente ou indiretamente sobre a propriedade intelectual para discutir os problemas mencionados, de forma a unir esforços no sentido de tornar a propriedade intelectual um mecanismo de apoio seguro ao setor científico e empresarial, tal como ocorre nos países desenvolvidos.



MINISTÉRIO DO ESPORTE

Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Esporte e Lazer da Cidade

Inserção Social pela Produção de Material Esportivo

Rumo ao Pan 2007

Segundo Tempo

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Esporte (ME), foram utilizados **R$ 1.415.257.819,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.576.050.262,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.415.257.819,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.576.050.262,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.415.257.819,00**

Além disso, do total de **R$ 471.639.605,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 382.714.087,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do ME, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Cód/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento	4,04%	7,86%	3,10%	4,69%	4,68%
	1250 Esporte e Lazer da Cidade	53,28%	55,32%	37,52%	29,52%	37,51%
	1255 Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%
	1245 Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	5,08%	3,12%	2,69%	1,48%	2,36%
	1246 Rumo ao Pan 2007	17,36%	1,61%	37,29%	54,89%	39,16%
	8028 Segundo Tempo	19,53%	31,19%	18,36%	8,94%	15,58%
Finalístico Soma		99,50%	99,11%	98,95%	99,51%	99,31%
Gestão de Políticas Públicas	0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	0,50%	0,89%	1,05%	0,49%	0,69%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O ano de 2007 assegurou ao esporte, de maneira definitiva, a condição de política de Estado. Tal entendimento fica claro, principalmente, devido à importância e à priorização que o Governo dedica às questões relacionadas ao esporte. Estes são sinais inequívocos do protagonismo da área do esporte na atual gestão do Governo Federal. Além disso, o sucesso e o impacto provocados pela realização dos Jogos Pan-americanos e pela escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo, a ser realizada em 2014, colocaram a agenda esportiva nos temas de discussões nacionais. Assim, cabe enumerar os resultados obtidos pelos programas conduzidos pelo ME ao longo do ano de 2007, evidenciando a sua importância na caminhada ao encontro dos objetivos setoriais da Pasta. Inicialmente, destacam-se os objetivos setoriais do Ministério:

a) democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões;

b) promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e lazer, em todas as suas dimensões;

c) fomentar a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do esporte e do lazer, em todas as suas dimensões;

d) fortalecer o esporte de alto rendimento, elevando o nível esportivo do País;

e) articular e implementar políticas intersetoriais que possibilitem a formação da cidadania, a promoção da saúde e a qualidade de vida;

f) implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Esporte e Lazer;

g) fomentar a geração de emprego e renda, a indústria nacional e a cadeia produtiva do esporte e do lazer, potencializando o crescimento do País;

h) potencializar o desenvolvimento do esporte escolar para crianças, adolescentes e jovens, contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino;

i) ampliar e qualificar a infra-estrutura de esporte e do lazer no País.

A realização dos Jogos Pan-americanos e do Parapan no Rio de Janeiro, que a princípio tão desacreditada (poucos apostaram que o País seria capaz de realizar um evento de tamanha envergadura), restituiu aos brasileiros a auto-estima e trouxe de volta o brio da camisa verde e amarela. Cinco meses depois da festa, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) revelou que 81% da população brasileira com mais de 16 anos considerou os jogos bem organizados e 73% avaliou que os recursos utilizados para promovê-los foram bem aplicados. O esforço se refletiu nas arenas esportivas, onde os atletas do Brasil conquistaram o maior número de medalhas em tais certames, sendo 157 no Pan (terceiro no *ranking*) e 228 no Parapan (a primeira colocação).

Tamanho sucesso conferiu ao País não apenas muita experiência, mas também a certeza da capacidade de assumir eventos esportivos de tal monta, reforçando os argumentos de trazer para o Brasil a Copa do Mundo de 2014 e de disputar, com boas chances, a oportunidade de sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Ainda no primeiro semestre de 2008, autoridades nacionais e a população estarão envolvidos com a campanha para que o Rio de Janeiro venha a sediar este evento.

Ao mesmo tempo, o Governo Federal começa a preparar o País para a Copa de 2014. Haverá um planejamento de investimentos, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um excepcional ponto de partida. A registrar um importante detalhe: tudo o que for investido ficará no Brasil.

Ainda a respeito de 2007, para além dos grandes eventos do ano, merece destaque a vigência da Lei de Incentivo ao Esporte, marcando uma mudança importante, ao permitir investimentos em eventos esportivos - investimentos equivalentes a 1% do Imposto de Renda (IR) devido por pessoas jurídicas e 6% do que é devido por pessoas físicas.

Até dezembro de 2007, o ME recebeu 617 projetos, dos quais 32 estão autorizados a captar R$ 84.068.140,24. Com tais recursos será possível realizar competições cada vez melhores, incentivar a juventude à prática esportiva e formar novos atletas.

Também em 2007, a Timemania saiu do papel. Antigo anseio do mundo do futebol, recebeu grande adesão dos clubes já em sua etapa inicial, uma vez que promove o saneamento financeiro destes por meio de um acerto fiscal, o qual permite adotar medidas modernas de gestão e financiamento.

O ano de 2007 trouxe ainda bons resultados para os programas sociais do Ministério. Um dos destaques é o Segundo Tempo, que atende a crianças e jovens do ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas, oferecendo atividades esportivas, além de reforço escolar e alimentar no contraturno das aulas. A meta é colaborar para a inclusão social, o bem-estar físico, a promoção da saúde e o desenvolvimento intelectual e humano, além de assegurar o exercício da cidadania. Em 2007, foram destinados ao Segundo Tempo R$ 112,8 milhões, atingindo-se a marca de quase um milhão de beneficiados e a qualificação e ampliação de sua abrangência, através de melhorias no processo de formalização de convênios. Fixou-se nas renovações de convênios para o estabelecimento de parcerias com Governos estaduais e municipais.

O esporte como lazer também fez parte das preocupações. Em 2007, cerca de dois milhões de cidadãos de diversas faixas etárias foram beneficiados com o Programa Esporte e Lazer da Cidade, distribuído em 618 núcleos de 400 Municípios. Deve-se ressaltar o início do funcionamento das novas unidades do Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, que sedimentarão, ao longo do tempo, as noções de boas práticas esportivas, a produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico na área esportiva, na busca pelo aprimoramento da prática do esporte recreativo e do lazer.

Ainda sob a ótica da inclusão social, há outros projetos relevantes, o Pintando a Liberdade e o Pintando a Cidadania merecem destaque, que levam uma alternativa profissionalizante a detentos e jovens em situação de risco social, através da produção de materiais esportivos, além dos benefícios com a ampliação de unidades de produção, finalizando o exercício de 2007 com 93 unidades de produção ativas. Isso proporcionou a geração de emprego direto para 12.700 internos do Sistema Penal Brasileiro e absorveu a mão-de-obra de 1.873 pessoas.

O Bolsa-Atleta, que assegura renda fixa àqueles que não têm patrocínio, mas apresentam bom desempenho em provas nacionais e internacionais, procura oferecer ao esportista tranqüilidade para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento, cujo mérito foi reconhecido pelo Presidente da República, que ampliou os recursos para R$ 13,2 milhões, beneficiando mais 1.141 atletas. Em 2007, o Programa contou com um total de R$ 26,4 milhões de

investimentos, atingindo 2.172 atletas, sendo 25% paraatletas. O resultado é o que se viu no Pan e no Parapan: subiram no pódio 103 bolsistas de várias modalidades.

Merecem destaque, ainda, os investimentos em praças esportivas: em 2007, o ME autorizou a Caixa Econômica Federal (CEF) a contratar 1.478 obras de infra-estrutura para construção ou reforma de ginásios, quadras e estádios. Finalmente se está revisando a atual legislação esportiva. A cultura corporal está presente nas várias civilizações ao longo da história. Mas a noção do esporte; da atividade física como direito é recente. Apenas em 1978 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), através da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, sistematizou para o mundo a perspectiva do esporte como direito social, que deveria ser objeto de Políticas Públicas. A Constituição brasileira incorporou tal conceito. A chamada Lei Pelé, que fez 10 anos, parte dos desafios colocados pela Carta Nacional. A Lei Pelé regulamenta o esporte em todas as suas dimensões. Criou, por exemplo, o Sistema Brasileiro do Esporte, que embora demande desenvolvimento, apóia a Política Nacional do Esporte (PNE).

A face mais visível da Lei Pelé trata de temas ligados ao futebol. Ela ficou marcada pela consolidação do fim do passe, que na verdade sintonizou o País com as tendências internacionais de relação entre os clubes e atletas. Antes o clube era proprietário dos direitos federativos dos atletas. Agora a relação entre clube e atleta se estrutura como contrato de trabalho. No mundo do futebol brasileiro há um debate intenso sobre medidas para o seu fortalecimento, o que inclui a revisão da Lei Pelé. Um problema central é a possibilidade de desligamento do atleta a qualquer tempo, o que fez muitos clubes perderem o interesse em investir em divisões de base. Os que continuaram investindo passaram a perder seus atletas muito cedo. Com o fim do passe no futebol brasileiro, surgiu a necessidade de se valorizar e proteger o clube formador, para que não se inviabilizem as fontes de talentos que singularizam o futebol do País.

Para tratar dessa matéria, tramita no Congresso Nacional, de autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei (PL) nº 5.186/2005, que propõe alterações na Lei Pelé. De acordo com o PL, clube formador é o que tem condições de dar uma formação completa ao atleta, garantindo também educação, alimentação, tratamento médico e psicológico, estada adequada, dentre outros requisitos. Uma vez estabelecido o que é o clube formador, o projeto define mecanismos para a sua proteção, incluindo a justa remuneração para o investimento feito no trabalho de base.

Ao se considerar o estágio em que está o futebol moderno no mundo, o País já evoluiu bastante. Hoje, os campeonatos no Brasil têm regras, não há mais espaço para viradas de mesa. Temos uma padronização nos balanços de todos os clubes, veiculados pelos meios de comunicação, o que traz transparência e permite acompanhamento pleno. Há, também, o Estatuto do Torcedor, que define os direitos dos espectadores nos estádios. Pode-se avançar mais, sobretudo para tornar a economia do futebol mais forte, competitiva como em outros países. Isso exige fortalecer os clubes, aqui incluídos os que formam atletas. Exige-se, enfim, a aprovação do PL 5.186/2005, com os adequados aperfeiçoamentos que serão feitos pelos parlamentares. Isso é urgente, é relevante e acredita-se que poderá ser realizado ainda em 2008.

A Conferência Nacional do Esporte (CNE), instituída por decreto presidencial em 2004, tem um papel fundamental para a consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais. A primeira edição da conferência, realizada em junho de 2004, teve como resultado a indicação das potencialidades e dificuldades do esporte nacional, e a aprovação dos referenciais para uma nova PNE, com forte ênfase na inclusão social, e da resolução de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Dando continuidade às conquistas alcançadas, em maio de 2006 foi realizada a II CNE denominada Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, entendendo tal sistema como necessário para unificar a ação do conjunto dos atores compreendidos no segmento do esporte e do lazer em todo o Território Nacional. A terceira versão está em fase de organização, e contribuirá para a implementação de Políticas Públicas de esporte, reordenando, compatibilizando e sistematizando as propostas que produzirão conhecimentos para planejar, implantar e avaliar ações e projetos para reestruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, na ótica do desenvolvimento humano e da inclusão social.

A construção deste sistema pressupõe a responsabilidade de fomentar e qualificar, de forma integrada e articulada, as diferentes práticas sociais de esporte e lazer, considerando as contradições advindas de sua origem numa sociedade de classes. Portanto, é necessário reconhecer e resgatar as reivindicações já formuladas pela população, não captadas pelos mecanismos oficiais e formais do sistema de esporte atual, ou na proposta do Legislativo, para estabelecer Políticas Públicas assentadas na realidade material objetiva. De maneira geral, os resultados obtidos foram satisfatórios, sendo que os motivos para o êxito não residem especialmente em nenhum fator específico, embora se possa destacar a maior preocupação dada pelo Governo para a questão do esporte. O Ministério atua, principalmente, na inclusão social, ferramenta auxiliar no processo de educação e saúde, na prática de costumes saudáveis e na conquista de cidadania. Contribui também com o processo de geração de renda para comunidades carentes, com o fortalecimento da cultura esportiva e com a prospecção de novos atletas.

Ao longo de 2007, foram encontrados alguns obstáculos durante a gestão dos programas do ME. Estes obstáculos decorrem de fatores estruturais e conjunturais que residem no percurso entre a concepção e a execução dos programas. Ao encontrar estes obstáculos, cabem aos gestores dos programas providências, com o intuito de superar tais amarras. O desafio enfrentado no processo de gestão dos programas consiste na capacidade de equacionar as variáveis que compõem os obstáculos, e de propor e implementar medidas de superação. Sendo assim, vê-se a seguir alguns dos maiores obstáculos surgidos ao longo do ano de 2007:

a) carência de servidores, que em geral, é freqüente a reclamação das várias áreas finalísticas em relação à falta de pessoal. É perceptível, entretanto, que a falta de servidores e funcionários muitas vezes está relacionada à insuficiente informatização e à não-sistematização de funções, como é o caso de trabalhos tipicamente de análise, a exemplo da própria avaliação do PPA, imprescindível instrumento de planejamento do Governo Federal. Em algumas unidades administrativas é comum a verificação da precariedade da alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), pois os

servidores, pela própria natureza das áreas finalísticas, dedicam seus esforços quase que exclusivamente ao trabalho dito operacional, no atendimento direto aos beneficiários dos programas;

b) dificuldades na captação de informações sobre o andamento das ações: dada a natureza política do País, o qual possui entes políticos autônomos no três níveis (Federal, Estadual e Municípal), vê-se que a ação estatal Federal apresenta algumas especificidades. Em particular, quando a ação é realizada indiretamente por meio de descentralização de recursos, cabe aos entes convenentes a condução direta da ação, com o apoio financeiro, logístico e profissional do ME. Entretanto, o acompanhamento, monitoramento e controle das ações tornam-se muito prejudicados, em virtude do elevado número de Municípios e organizações não-governamentais (ONGs), da grande extensão territorial do País e do diminuto número de servidores. Acrescente-se a isso a falta de sistematização na coleta de informações e a falta de cultura gerencial para essa finalidade específica;

c) ausência de rotinas e procedimentos, em que constata-se a existência em alguns setores do ME de procedimentos previamente aceitos e aplicados por seus servidores como, por exemplo, o serviço de protocolo. Em outros setores, os serviços são realizados de maneira histórica, ou seja, há uma memória entre os servidores da área, que garante a boa continuidade dos trabalhos. Entretanto, há setores em que não há qualquer rotina preestabelecida de ação na consecução dos serviços, e o trabalho se dá de maneira precária, exemplo do que acontece muitas vezes nas áreas finalísticas. Esse diagnóstico permite verificar que há desorganização, ineficiência, retrabalho e, portanto, desperdício de recursos em várias áreas do Ministério. Neste sentido, existe um consenso da necessidade de se contratar, ou mesmo de se desenvolver nas áreas técnicas do Ministério, um projeto que oficialize ou aperfeiçoe algumas rotinas, e crie outras para a melhoria na eficiência da ação da Pasta;

d) falta de capacitação dos agentes executores tem origem no insuficiente número de servidores federais, que não conseguem suprir a demanda de capacitação dos agentes locais. Outro fator é o baixo nível médio de instrução dos agentes locais, o que afeta negativamente a qualidade e a correta condução das ações. Este é um problema estrutural, que pode ser minimizado com regulares retornos aos locais dos programas para atualizações e acompanhamentos dos trabalhos dos agentes locais. Outra forma de minimizar essa deficiência é promover, com maior freqüência, fóruns e encontros para a reunião de vários agentes;

e) ausência de institucionalidade e participação social em que se verifica uma reduzida mobilização dos segmentos do esporte, por se tratar de uma temática recente no âmbito da elaboração de Políticas Públicas como direito social. Outras Políticas Públicas recebem maior atenção do cidadão como, por exemplo, políticas de educação e saúde, as quais têm, por razões históricas, maior participação e atenção da sociedade. Esta fragilidade institucional na

estrutura do esporte nos Estados e Municípios, e a ausência de órgãos específicos e de conselhos estaduais e municipais para efetivar a gestão e o controle social, dificultam de modo significativo a apropriação pela população da política de esporte como uma política de Estado, e não apenas deste ou de outro Governo. Talvez uma das alternativas efetivas seja fazer um *link* mais claro da importância que tem o esporte com as noções de saúde e educação; com os conceitos de vida saudável. Carece ainda o Ministério de uma atuação mais institucional ligada ao esporte mais popular no Brasil e no mundo, o futebol. A idéia é auxiliar no aperfeiçoamento desta modalidade como espetáculo preferido do público esportivo. A Pasta poderá, neste sentido, auxiliar na regulação de uma legislação para proteger os direitos do torcedor, a qual garanta ao mesmo a possibilidade de desfrutar conforto, segurança e bons acessos aos estádios. Em relação aos clubes de futebol, a idéia seria colaborar com a absorção de conceitos empresariais como *marketing* e eficiência financeira, para que haja instituições esportivas mais estruturadas. Subsiste ainda na Pasta uma desvinculação; uma incompatibilidade entre o modelo de gestão atual, em que os projetos estão concentrados sob a gestão do Gabinete Ministerial, enquanto as demandas nascem no âmbito das atuações das secretarias finalísticas. O ideal seria que existisse uma programação de obras ligada a cada Secretaria finalística, pois o acompanhamento da ação seria realizado por aqueles responsáveis pela interlocução da demanda, o que propiciaria melhor controle do projeto, na questão física e financeira. Ainda prescinde o Ministério de indicadores de impacto que possam informar acerca das modificações que a efetiva ação governamental propicia. Em outras palavras, que possam informar como o ambiente social se modifica pela ação do Estado. Estes indicadores de impacto são importantes, pois mostram qual a base que a Política Pública está sedimentando para a população. No entanto, sabe-se que até os indicadores de desempenho dos programas, em alguns casos, têm dificuldades para mostrar seus resultados, pela inexata formulação, pela ineficiente coleta de informações e às vezes pela equivocada escolha de bases de dados. Neste sentido, deverá haver um esforço de capacitação e implementação, com o objetivo de aperfeiçoar os indicadores de desempenho e implantação dos indicadores de impacto, fundamentais para a leitura correta do impacto dos programas;

f) dificuldades na execução orçamentária, na celebração de convênios e na prestação de contas, uma vez que o processo de execução orçamentária se dá de maneira burocrática, em sua maior parte, por meio de descentralização de recursos mediante convênios com Municípios, Estados e entidades privadas sem fins lucrativos. A execução sofreu impacto, particularmente em 2007, pois além dos contingenciamentos rotineiros, foi dada compreensível prioridade aos Jogos Pan-americanos, prejudicando, assim, outros programas. O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios foi um fator que reteve o processo de estabelecimento de parcerias e convênios. Isso se deve ao passivo de processos em situação de prestação de contas e à limitação de pessoal para análise das mesmas, tanto nas secretarias finalísticas quanto na Coordenação-Geral de Prestação de Contas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do

Ministério. Tentou-se mitigar o grande passivo de processos por meio de uma força-tarefa, com o intuito de avançar na análise dos processos em situação de passivo. Com isso, conseguiu-se efetivar um grande quantitativo de convênios até dezembro de 2007. Outro fator de desgaste tem relação com a demora no envio da documentação solicitada e o grande número de potenciais convenentes com registros de inadimplência pelos órgãos públicos, sobretudo junto aos sistemas financeiros do Governo. Sendo assim, as pendências apontadas no Relatório de Cumprimento do Objeto (RCO) prejudicaram a execução orçamentária e financeira dos programas. Lembre-se ainda a repetida dificuldade imposta pela programação financeira dos recursos do orçamento. É compreensível que a liberação de recursos para empenho deva se dar tendo seu respaldo no efetivo recolhimento das receitas previstas ao longo do exercício. Mas também é inegável que a não-liberação da dotação autorizada importa, às vezes, uma redução no ritmo dos projetos e atividades, que acabam por ter execuções financeiras concentradas no fim do ano, prejudicando um bom andamento físico-financeiro. Esse descolamento do plano em relação ao orçamento é um problema ainda a ser equacionado nas futuras correções de rumo, a que serão submetidos os instrumentos federais de orçamento e planejamento.

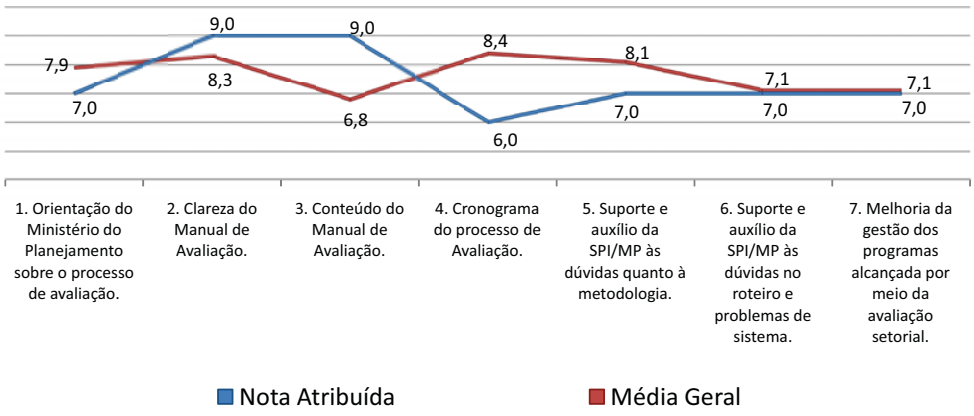
ASPECTOS RELEVANTES

Para reforçar a necessidade de sistematização, pode-se apontar outro problema, já elencado na avaliação do ano anterior e ainda não devidamente equacionado, relativo à precariedade do modelo de acompanhamento e monitoramento das ações, em especial devido à ausência de um sistema de gestão interrelacional, implantado e em funcionamento, de forma a integrar os diferentes sistemas operacionais do ME que considere as diferentes áreas e segmentos, e garantir o acompanhamento por parte da sociedade, por meio de relatórios gerados automaticamente, em prol da transparência da execução dos recursos públicos. É possível afirmar que a solução deste problema representará a superação de um dos grandes entraves à eficiência administrativa do Ministério. Um bom sistema informatizado de gestão que, sendo gerencial, forneça ao gestor o subsídio para a tomada de decisões, é uma das principais ferramentas administrativas de que necessita o ME para otimizar sua eficiência na gestão dos recursos públicos.

Os desafios são numerosos, e os descritos anteriormente são apenas os mais visíveis. Provavelmente, grande parte deles é comum a outros Ministérios e o ME ficará atento às inovações de sucesso em outros órgãos, para possíveis adaptações. De qualquer forma, é fundamental que se torne o esporte uma política social de Estado, com maior envergadura, possibilitando que a sociedade assim se aproprie do esporte. Para isso, a participação social é imprescindível e, por meio dos seus instrumentos de atuação, talvez seja possível caminhar no sentido da consolidação das Políticas Públicas da área do esporte.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo ME mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo ME e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA

Djan Garrido Madruga

OBJETIVO

Diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas, melhorando o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior.

PÚBLICO-ALVO

Atletas das diversas modalidades desportivas de alto rendimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 72.340.319,00	Empenho Liquidado:	R$ 64.780.326,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 64.780.326,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Olímpicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Pan- americanos - Porcentagem	-	-	-	14.23	14.00	101,64%
3. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Parapan-americanos - Porcentagem	-	-	-	30.00	50.00	60%
4. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Paraolímpicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
5. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Sul-americanos - Porcentagem	-	-	20.90	-	-	-
6. Taxa de colocação entre os 20 primeiros colocados nos Jogos Olímpicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
7. Taxa de colocação entre os cinco primeiros classificados nos Jogos Pan-americanos - Porcentagem	-	-	-	69.28	70.00	98,97%
8. Taxa de colocação entre os três primeiros classificados nos Jogos Sul-americanos - Porcentagem	-	-	57.85	-	-	-
9. Taxa de colocação entre os 20 primeiros classificados nos Jogos Paraolímpicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
10. Taxa de colocação entre os cinco primeiros classificados nos Jogos Parapan-Americanos – Porcentagem	-	-	-	-	75.00	-

1. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS OLÍMPICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Olímpicos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2004 e o próximo será em 2008. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

2. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, ocorreram os XV Jogos Pan-americanos, no Rio de Janeiro. O Brasil obteve um índice de 14,23%, chegando à meta proposta para o Programa.

3. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARAPAN-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, ocorreram os Jogos Parapan-americanos no Rio de Janeiro. O Brasil obteve um índice de 30%. O índice alerta para o fato de que, embora o Brasil tenha sido o primeiro colocado em número de medalhas, apenas a minoria dos atletas obteve resultados.

4. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARAOLÍMPICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Paraolímpicos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2004 e o próximo será em 2008. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

5. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Sul-americanos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2006 e o próximo será em 2010. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

6. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS 20 PRIMEIROS COLOCADOS NOS JOGOS OLÍMPICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Olímpicos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2004 e o próximo será em 2008. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

7. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS CINCO PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, ocorreram os XV Jogos Pan-americanos, no Rio de Janeiro. O Brasil obteve um índice de 69,28%, chegando muito próximo à meta proposta para o Programa.

8. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS TRÊS PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Sul-americanos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2006 e o próximo será em 2010. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

9. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS 20 PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PARAOLÍMPICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Paraolímpicos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2004 e o próximo será em 2008. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

10. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS CINCO PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PARAPAN-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ainda não foi apurada, devido à dificuldade de informação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um País que pratica grande diversidade de modalidades esportivas com finalidades competitivas. Porém, apresenta grande disparidade de resultados no cenário internacional, tendo modalidades ranqueadas nas primeiras colocações, assim como outras modalidades com resultados intermediários e até insignificantes no cenário internacional. Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo da sua participação em jogos Pan-americanos e Olímpicos têm sido considerados muito aquém das potencialidades nacionais, além de muito díspares. Nas últimas Olimpíadas, por exemplo, o Brasil ficou em 52º lugar na classificação geral, atrás de países como Quênia, Argélia e Bahamas, cuja população, economia e desenvolvimento tecnológico são muito menores. Nesse sentido, vale ressaltar que a imagem do País no exterior está ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais, assim como este desempenho influencia diretamente a auto-estima da população brasileira. Assim sendo, o apoio ao esporte de alto rendimento

nacional, além de prerrogativa constitucional, é fundamental para o desenvolvimento e melhoria dos resultados das modalidades esportivas, contribuindo para a diminuição das diferenças entre performances esportivas, aumentando o resultado global das delegações nacionais, que acabam por influenciar diretamente o incentivo à prática e a consolidação do segmento esportivo, além de promover a imagem positiva do Brasil no exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Programa apoiou diversos atletas por meio da Bolsa-Atleta, contribuindo diretamente para os bons resultados do Brasil nos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos do Rio de Janeiro. Além disso, o Programa apoiou à realização das copas do mundo de judô, também no Rio de Janeiro, e a garantia da realização da Copa do Mundo de Futsal no Brasil, em 2008.

• Em conseqüência das diversas modificações alcançadas em 2007, principalmente da estrutura administrativa e gerencial, o Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento alcançou um indicador global de 89,54%. Este número demonstra que a gestão do Programa conseguiu ser eficiente em relação aos instrumentos e às condições que têm para executar suas ações, entendendo que essa eficiência na execução orçamentária e financeira é que dará capacidade de ação concreta ao Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Não há nenhum mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. As informações são captadas por meio de relatórios de prestação de contas ou relatórios solicitados esporadicamente. A gerência tem feito esforços para criar mecanismos periódicos de aferição. No entanto, não tem conseguido devido a questões estruturais, como falta de funcionários, sistema de informática defasado, excesso de demandas de outras áreas do Ministério do Esporte (ME), entre outras.

A execução física foi acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Comparadas as metas físicas planejadas e executadas, no entanto, expurgadas da análise as ações que tiveram problemas extremos de definição de metas, e assim extrapolaram em muitas vezes, para cima ou para baixo, o previsto na LOA 2007, incluídos os créditos, foi possível uma execução neste patamar.

Os recursos orçamentários foram suficientes. Quanto ao desempenho global, a gestão do Programa teve um índice de execução de 89,54%. Avaliando-se por meio da análise pontual das duas principais ações do Programa, em termos orçamentário-financeiros, pode-se concluir que a gestão do Programa teve um índice de execução média de 100%, que representa, por qualquer dos caminhos escolhidos, o êxito dos esforços alocados pela gerência para propiciar condições de demanda, condições internas de serviço e articulações internas e externas, que possibilitaram este ótimo nível de execução orçamentário-financeira. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

No decorrer do exercício de 2007, houve uma melhor interlocução entre as áreas do Ministério, sanando a escassez de disponibilidade de informações sobre recursos e a variabilidade do fluxo financeiro, o que foi determinante para que a gestão do Programa tenha atingido altos índices de eficiência, pois o acesso à informação sobre esses aspectos influi, decisivamente, na implementação e na execução das ações do Programa.

O Programa não tem utilizado recursos não-orçamentários de maneira adequada, buscando dar suporte ao seu desenvolvimento. Seus gastos são, na maioria das vezes, com passagens e diárias, ligados tanto a ações do Programa quanto a ações puramente administrativas. Isso acaba se refletindo até mesmo no baixo índice orçado para a ação em relação ao orçamento do Programa.

Quanto aos recursos materiais, faltam equipamentos de informática atualizados; faltam recursos para acompanhamento, avaliação e fiscalização das ações. Faltam também programas de gerenciamento interno, fluxos de procedimentos e de documentos que sejam padronizados, recursos humanos insuficientes, instrumentos de gerenciamento inexistentes, etc.

Muitas equipes executoras não têm recursos humanos suficientes e preparados para gerenciar os projetos. A demanda é muito superior à capacidade de execução da equipe gerencial, o que causa uma sobrecarga de trabalho e a priorização de determinados processos em detrimento de outros. À deficiência da quantidade, soma-se a qualificação muitas vezes inadequada da equipe algo difícil de ser corrigido, visto que não há tempo disponível para capacitação. Constata-se o problema de capacidade para desenvolver determinadas rotinas pelas equipes executoras, em função da característica do próprio setor, que ainda é pouco profissionalizado.

Grande parte dos recursos executados pelo Programa é de característica descentralizada. Sendo assim, com o alto desempenho de execução do Programa, pode-se constatar que a estratégia tem surtido efeito positivo, apesar das dificuldades.

Ainda existem gargalos a serem corrigidos. No entanto, a integração com os entes executores tem sido mais positiva que negativa, tendo seu ponto principal nos momentos de formatação dos projetos, em função, principalmente, das características do Programa que tem focos bem definidos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A maior parte dos parceiros do Programa são entes não-governamentais, mas que fazem parte do sistema brasileiro de esporte. Por atuarem tradicionalmente no setor de esporte de alto rendimento, isso tem facilitado a implementação das ações.

A participação social é estimulada de diversas maneiras. A Ouvidoria tem sido o principal canal de sugestões, avaliações e denúncias para o Programa. Além disso, há reuniões com grupos de interesse. Diversas ações do Programa são definidas junto a tais grupos, haja vista a participação da Rede Centro de Excelência Esportiva (Cenesp), do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), da Confederação Brasileira de Clubes (CBC), entre outros. Já o Conselho Nacional de Esporte (CNE) atua

diretamente na discussão da forma de implementação de algumas ações do Programa, como a Bolsa-Atleta, na definição das modalidades não-olímpicas e não-paraolímpicas que poderiam fazer parte do processo de concessão de bolsas a atletas.

O Programa não avalia a satisfação dos seus beneficiários por causa das demais dificuldades relatadas nesta avaliação. Não há uma razão pontual, mas uma conjuntura de fatores que levam à não priorização deste procedimento.

Os resultados apontados pelos indicadores não refletem necessariamente os resultados do Programa. Há outros fatores e instituições que influenciam os resultados das equipes brasileiras em competições internacionais, como as transferências da Lei Agnelo/Piva para as confederações, e os patrocínios das empresas estatais. Como conseqüência, a avaliação do Programa fica prejudicada, pois não se consegue separar de influências externas o impacto direto de suas ações. Sugere-se que sejam criados indicadores que apontem mais diretamente os resultados específicos do Programa, expurgadas as influências externas.

Em relação aos resultados, é importante reforçar o caráter social do Programa, principalmente, ao oferecer acesso ao esporte de competição àquelas comunidades em risco social. As ações empreendidas pelo Ministério neste campo devem estar refletidas mais claramente no desenho do Programa.

É importante destacar que, segundo registros consignados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), foram concedidas 1.331 bolsas em 2007, no âmbito da ação Concessão de Bolsa a Atletas.

ESPORTE E LAZER DA CIDADE

GERENTE DO PROGRAMA

Rejane Penna Rodrigues

OBJETIVO

Promover a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, da população em situação de vulnerabilidade social, visando a melhoria de sua qualidade de vida.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 532.405.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 407.434.762,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 407.434.762,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de atendimentos nos núcleos de esporte e lazer - Unidade	-	9.076.455	109.630.800	3.010.566	103.040.000	2,92%
2. Taxa de atendimento da demanda de esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social - Porcentagem	-	-	2.11	14.39	-	-

1. NÚMERO DE ATENDIMENTOS NOS NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador utilizado inicialmente para o Programa, e que serviu de base para calcular o índice final previsto para 2007, foi o número de atendimentos nos núcleos de esporte e lazer, o que representa o número de beneficiados multiplicado pelo número de atendimentos realizados durante o convênio. Por ter sido avaliado como insuficiente, este índice foi substituído, em 2006, pelo que consta no indicador Taxa de Atendimento da Demanda de Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social, cuja base de cálculo é o número de pessoas beneficiadas, ou seja, os inscritos nas atividades sistemáticas mais os participantes dos eventos, sem a multiplicação pelo número de atendimentos,

o que justifica a redução em 2007. Vale salientar que o índice apurado diz respeito a apenas duas ações do Programa, as quais representam menos de 10% das metas financeiras previstas e realizadas. Está em fase inicial o processo de revisão dos indicadores.

2. TAXA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) decorre da constatação da necessidade de Políticas Públicas que atendam às crescentes demandas da população por esporte recreativo e lazer, frente à expressão da condição de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social, à qual estão submetidas significativas parcelas da população brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ações de pesquisa: com o funcionamento de 37 Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES), entre os selecionados via chamada pública (19) e as pesquisas induzidas, organizados em nove núcleos temáticos.

• Ações educativas: com o funcionamento de 548 núcleos PELC/Vida Saudável, e chamada pública com 1.624 pleitos, sendo 172 encaminhados para conveniamento, pelos limites orçamentários das ações, e seleção pública e formação de multiplicadores do Programa.

• 136 eventos de formação de agentes do Programa e a Realização da 2ª Reunião Nacional dos Gestores e Agentes do Programa e 2ª Reunião Nacional de Coordenadores da Rede CEDES.

• Realização da IX edição dos Jogos dos Povos Indígenas.

• Criação do sistema de monitoramento dos convênios.

• Financiamento de 15 publicações na área de esporte e lazer de inclusão social e distribuição de 3.279 publicações, com apoio a oito eventos científicos e tecnológicos.

• Ações de gestão compartilhada com a definição de parceria com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça (MJ), e com o Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC). E, 25 representações em eventos em parte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), em parte do Ministério.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados indicados dizem respeito à meta física alcançada com os empenhos emitidos pela Secretaria e a ações que não estão contempladas diretamente nas metas, mas são muito significativas para a implementação do Programa, como os encontros de formação. O resultado é superior à execução financeira, por fatores como o aumento da contrapartida dos parceiros, ações consorciadas que permitem economia de recursos e ampliação do atendimento. Esses aspectos dizem respeito apenas ao funcionamento de núcleos, que é uma parcela das ações da Secretaria. Cabe informar que, se considerados os valores pagos, o alcance das metas físicas é bem inferior ao previsto, por problemas na organização e tramitação dos pleitos.

Em relação aos mecanismos de monitoramento, são realizadas reuniões de trabalho, como a reunião anual dos agentes do Programa, tanto das ações de funcionamento de núcleos quanto da Ação de Funcionamento de Centros. Há também reuniões semanais das equipes locais dos núcleos do Programa, criação e capacitação do grupo de formadores e avaliação de todos os convênios no País.

Além disso, foram feitas 43 visitas institucionais na Ação Funcionamento de Núcleos, afora o acompanhamento feito pelo grupo de formadores do Programa, que se dá na implantação, na formação em serviço e na avaliação, e duas visitas na Ação Funcionamento de Centros.

Foi desenvolvido o sistema de monitoramento dos convênios e de funcionamento de núcleos e de centros, a ser implementado a partir de 2008. Há o acompanhamento, a alimentação e as validações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Finalmente, é elaborado anualmente o relatório de gestão.

Considerando-se os recursos empenhados, a execução física do Programa foi de 93,38% em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Porém, se só forem considerados os valores pagos, essa execução cai para 6,36%. As justificativas são:

a) implantação das chamadas públicas para seleção de pleitos, as quais, por terem sido feitas pela primeira vez, atrasaram os processos;

b) dificuldades das entidades para organizar os projetos e documentos, de acordo com as exigências legais;

c) dificuldades do setor de convênios do Ministério para dar conta da demanda, que ficou acumulada ao final do exercício;

d) demora na liberação do limite financeiro necessário para a execução do Programa.

Considerando-se os valores empenhados, excetuada a ação do Programa que esta sob responsabilidade da Secretaria Executiva do ME, o percentual de execução é de 76,53%. Caso sejam analisados apenas os valores pagos, tal percentual cai para 3,39%, pelos

motivos já mencionados nas metas físicas. O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. O limite financeiro demorou a ser liberado, o que gerou grande acúmulo de pleitos tramitando nos últimos dias e muitos processos empenhados e não pagos. Além disso, diversos pleitos não puderam ser empenhados, pois nos últimos dias do ano não havia mais limite financeiro para tanto no Ministério.

As ações de formação, promovidas tanto pela equipe da Secretaria, quanto na multiplicação feita pelos agentes, pesquisadores e gestores, têm um impacto significativo na construção de uma política de esporte e lazer de inclusão social.

O montante de recursos gastos foi insuficiente para cobrir os custos administrativos do Programa. Só em diárias e passagens, para acompanhamento, avaliação, ações de formação e de representação, foram gastos R$ 648.903,66. O espaço físico onde a equipe atua é restrito e mal dimensionado. Boa parte das entidades conveniadas só dispõe dos materiais adquiridos com os recursos do convênio, que geralmente são escassos. Muitos espaços das entidades convenentes não são adequados para a prática de atividades esportivas e de lazer. Falta vinculação entre a Ação de infra-estrutura e a de funcionamento de núcleos.

Em relação aos recursos humanos, a equipe é restrita para a grande demanda. A maior parte dos funcionários possui pouca qualificação profissional na área de atuação. Apesar do grande investimento em formação, percebe-se que a qualidade poderia ser melhor. As trocas constantes de agentes dificultam o processo de formação. Nos processos de renovação de pleitos, a qualificação se mostra mais adequada.

Tem havido dificuldade na obtenção de créditos orçamentários adicionais, uma vez que ações que receberam uma demanda, na chamada pública, de mais de R$ 300 milhões para um orçamento de R$ 21 milhões, e não foi possível obter suplementação orçamentária. Em alguns momentos, a falta de limite financeiro do Ministério prejudicou o andamento dos pleitos. Emendas parlamentares liberadas quando se aproximava o final do exercício também prejudicaram a execução.

Algumas prestações de contas pendentes em outros setores impediram a realização de convênios. A equipe restrita para a grande demanda dificultou os trabalhos de celebração de convênios. Diversos casos de convenentes com inadimplência levaram à não-efetivação de convênios. Já os recursos descentralizados têm tido uma boa execução, especialmente, no tocante à pesquisa e à organização de informações na área de esporte recreativo e lazer. A gerência mantém contato constante com as entidades executoras, no sentido de monitorar, fiscalizar e avaliar as ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros não-governamentais têm tido um desempenho positivo, muitas vezes realizando o papel que seria do Poder Público local. A maior dificuldade tem sido dar conta da operacionalização para firmar convênio (trâmites administrativos) por falta de profissionalização das equipes. O aperfeiçoamento tem se dado no processo de chamada pública, que tem sido tratada de maneira educativa.

Quanto ao estímulo à participação social, o Ministério mantém uma Ouvidoria e procura dar respostas no menor prazo possível às demandas apresentadas através dela. Além disso, permanentemente, há a realização de reuniões com assessorias parlamentares, prefeitos e gestores em geral, para orientar as ações, e há a participação no Conselho Nacional do Esporte (CNE).

Os convênios prevêem a instituição de entidades de controle social e conselhos gestores para acompanhar a execução das ações. Além disso, a Conferência Nacional do Esporte estabelece as diretrizes de ação.

São outras iniciativas adotas a avaliação permanente das ações, a criação dos grupos temáticos na Rede CEDES, o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação e a realização das chamadas públicas para democratizar o acesso ao Programa.

As avaliações de satisfação dos beneficiários têm sido realizadas de maneira pontual pelos formadores. Valida-se gradativamente um instrumento a ser aplicado em todos os convênios pelo grupo de formadores, no módulo de avaliação, aos agentes, usuários e gestores. Além disso, a Rede CEDES está prevendo uma pesquisa que venha a organizar e realizar uma avaliação do funcionamento de núcleos.

A chamada pública para seleção de pleitos tem se mostrado um instrumento de democratização da gestão, com caráter educativo. A instituição de um grupo de formadores que atua como multiplicador da Política Pública de esporte e lazer também tem sido uma experiência muito positiva. O Ministério capacita os formadores e prevê, nos convênios, recursos para formação. A entidade conveniada escolhe o formador e o contrata para desenvolver os módulos introdutório e de avaliação. O fato de um mesmo programa contar com ações de pesquisa e extensão tem permitido um estreitamento da relação entre teoria e prática nas políticas de esporte e lazer de inclusão social.

Mantém-se a orientação de alterar o nome do Programa. Dado o forte caráter de inclusão social deste, em destaque na descrição de seu objetivo e público-alvo, sugere-se que isso também seja mencionado no nome.

Em virtude de já haver um programa de inclusão social pelo esporte, inclusive com ações que complementam este Programa, sugere-se estudar a viabilidade de união dos dois num grande programa de inclusão social.

É necessário rever os indicadores. Os indicadores apontam apenas a quantidade de pessoas atendidas. Seria bom pensar um indicador que olhasse o Programa do ponto de vista das pessoas atendidas.

INSERÇÃO SOCIAL PELA PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO

GERENTE DO PROGRAMA

Wadson Nathaniel Ribeiro

OBJETIVO

Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo.

PÚBLICO-ALVO

Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a Lei e populações em situação de vulnerabilidade social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.550.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 20.372.252,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 20.372.252,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa média de redução na reincidência de presos - Porcentagem	-	-	-	33.33	33.33	100%

1. TAXA MÉDIA DE REDUÇÃO NA REINCIDÊNCIA DE PRESOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice estabelecido para o Programa esta concentrado na execução da Ação Pintando a Liberdade, a qual tem por referência nas metas físicas do PPA 2004-2007 com o previsto de 33,33%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Originado a partir da Ação Pintando a Liberdade, inserida no Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário, o Programa ora proposto representa a ampliação necessária da idéia original de buscar a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo. A prioridade dada pelo Governo à geração de emprego e renda levou o Ministério do Esporte (ME) a identificar a possibilidade de dar a sua parcela de contribuição por meio

de um novo projeto que, inicialmente, denominado Pintando a Cidadania, envolve a montagem de unidades de produção em comunidades em risco social. Assim, este Programa compreende duas linhas de ações distintas, ambas destinadas à geração de material esportivo: Pintando a Liberdade, destinado à reintegração do detento junto à sociedade e Pintando a Cidadania, destinado à geração de emprego e renda em comunidades sob risco social, preferencialmente, na busca do primeiro emprego.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados são a ressocialização e profissionalização de internos do Sistema Penitenciário Nacional, bem como a produção e distribuição de material esportivo aos programas sociais do ME, em atendimento à população em situação de vulnerabilidade social.

Em 2007, o Programa ressocializou e profissionalizou os internos do Sistema Penitenciário Nacional por meio de parcerias estabelecidas com os Governos de Estados, proporcionando redução de pena de um dia para três dias trabalhados. Ressalte-se a ampliação de unidades de produção (a ampliação de núcleos) implementadas em aproximadamente 1,6% (de 87 para 93 unidades em atividade). O Programa finalizou o exercício de 2007 com 93 unidades de produção em funcionamento, sendo 73 da Ação 2362 e 20 da Ação 2352. Proporcionou a geração de emprego direto para 12.700 internos do Sistema Penal Brasileiro e absorveu, na produção de material esportivo, a mão-de-obra de 1.873 pessoas que residem em comunidades reconhecidamente em situação de risco, promovendo a inclusão social desses indivíduos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em relação ao monitoramento, são realizadas reuniões entre os membros da equipe do Programa, e destes com os parceiros dos Estados, quando também são realizados capacitações e treinamentos específicos.

Também são feitas visitas de acompanhamento e vistoria para averiguar o processo de implantação e funcionamento das unidades de produção financiadas pelo ME. O acompanhamento é feito por meio do sistema informatizado do sítio eletrônico do Ministério. A alimentação é feita pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), acompanhando a execução orçamentária do Programa em relação às metas orçamentárias e físicas propostas inicialmente. Há a inclusão de informações detalhadas da execução do Programa nos relatórios governamentais.

A execução da meta física ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A Ação Pintando a Liberdade previa 400.000 e realizou 108.000. A Ação Pintando a Cidadania previa, na LOA, 903.846 e realizou 826.005. A meta física inerente aos processos que ficaram em restos a pagar, no exercício de 2007, foi 240.750 para Pintando a Liberdade e 577.250 para Pintando a Cidadania.

Os recursos orçamentários foram suficientes. Em relação à dotação autorizada, a execução orçamentária em Lei foi considerada suficiente para que o Programa pudesse atingir seus objetivos. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação, de acordo com o planejado pela Área Técnica do Programa.

A Ação Gestão e Administração dos Programas (GAP) permitiu a realização do acompanhamento in loco do processo de implantação, operacionalização e prestação de contas dos convênios firmados com o ME no Território Nacional, garantindo que a equipe de gestão do Programa pudesse se fazer presente neste processo, possibilitando a implantação das unidades, a produção e a entrega do material esportivo pactuado, assim como algumas despesas de postagem e transporte do material esportivo aos parceiros dos programas sociais do ME.

Há insuficiência de recursos humanos na equipe gerencial. O Programa está operando em todo o Brasil, contendo 93 unidades de produção em funcionamento, com a participação de 12.700 detentos e 1.873 pessoas que residem em comunidades em situação de risco social, atuando diretamente no processo de produção de material esportivo, em caráter de atividade continuada. Há, ainda, uma unidade internacional de produção implantada em Angola, na África. Este cenário suscita uma maior demanda gerencial na elaboração e no desenvolvimento de projetos, no planejamento, no monitoramento e na fiscalização das ações do Programa.

Toda a demanda dos programas esportivos sociais do ME foi atendida, conforme poderá ser observado no texto e em anexos do Relatório de Tomada de Contas Anual. Os dados específicos que comprovam estas afirmações estão especificados no texto e nos anexos do Relatório de Tomada de Contas Anual - 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) têm trazido bons resultados. Cite-se como exemplo a performance da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS) e da Associação Cultural Jacuipense (ACJ), ambas do Estado da Bahia (BA), as quais têm inovado, buscando a melhor utilização do recurso público. Ilustrando esta característica, a sugestão aceita pelo Ministério e formalizada contratualmente foi, respectivamente, a construção de uma pista de atletismo com material reaproveitável de fábricas de produção de pneus, e a confecção de jogos de xadrez e damas com plástico também reaproveitado de fábricas. Tais projetos, além de possibilitarem aos jovens o acesso a um espaço esportivo nobre e o desenvolvimento intelectual, atende a exigências ecológicas.

A Ouvidoria possibilita à Coordenação do Programa conhecer dúvidas da população sobre o seu funcionamento e, também, familiarizar-se com possíveis críticas, aspectos importantes na avaliação e inovação de estratégias de operacionalização das ações do Programa.

A Ação Pintando a Cidadania agrega, exclusivamente, recursos humanos provenientes de comunidades em situação reconhecidamente de risco. Essa participação credita ao Programa valor fundamental em sua relação com os anseios da sociedade na construção de uma realidade mais justa e igualitária.

O mecanismo utilizado para avaliar a satisfação dos beneficiários é o relatório de execução do objeto, instrumento obrigatório entregue pelos convenentes na prestação de contas dos contratos pactuados. Há outros mecanismos eventuais, tais como depoimentos espontâneos dos aludidos, bem como pesquisas de opinião, realizadas pela Coordenação dos Estados parceiros, e matérias editadas pela mídia.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Tais práticas são aquelas determinadas na Lei e têm caráter de continuidade.

O único indicador existente é insatisfatório. E não apenas porque reflete apenas uma das ações do Programa (Pintando a Liberdade). Mas também porque o resultado medido pode ser influenciado por outros fatores e políticas do Governo externos ao Programa, desviando os resultados. Não obstante, mencione-se que não há um indicador do nível de cobertura do Programa em relação ao seu público-alvo, notadamente as comunidades em situação de vulnerabilidade social. Finalmente, como os produtos esportivos fabricados atingem uma enorme população, seria interessante a mensuração desse alcance, já que, embora seja um efeito secundário, esse efeito por si só pode ter um impacto positivo sobre as populações beneficiadas. Por tudo isso, devem ser elaborados novos indicadores, que reflitam os diferentes aspectos do Programa, e que superem os problemas aqui apontados.

Como já foi documentado no relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de seu escritório de nome Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, o esporte é uma ferramenta poderosa e útil para programas sociais, principalmente, para populações com baixa inserção ou coesão social. Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania são exemplos de como buscar a inserção social utilizando o esporte. Assim, sugere-se que o ME busque ampliar o Programa por meio da interação com outros programas do Governo Federal, principalmente, aqueles voltados especificamente para comunidades em situação de risco social.

RUMO AO PAN 2007

GERENTE DO PROGRAMA

Ricardo Leyser Gonçalves

OBJETIVO

Realizar os Jogos Pan-americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

PÚBLICO-ALVO

Comunidade Esportiva Nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 775.280.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 757.676.164,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 757.676.164,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo de sua participação em jogos Pan-americanos e Olímpicos têm sido considerados muito aquém das potencialidades nacionais. Nas últimas Olimpíadas, por exemplo, o Brasil ficou em 52° lugar na classificação geral, atrás de países como Quênia, Argélia e Bahamas, cuja população, economia e desenvolvimento tecnológico são muito menores. Neste sentido, vale ressaltar que a imagem do País no exterior está ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais, assim como este desempenho influencia diretamente a auto-estima da população brasileira. O País passa por mudanças substanciais na reorganização do sistema esportivo. A criação de um Ministério exclusivo para tratar de assuntos do esporte dá ao segmento um fôlego maior para alavancar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento. No entanto, tal objetivo depende da busca de aprimoramento do nível técnico dos atletas e dos profissionais que atuam na área. A carência de recursos humanos e físicos, incompatíveis com o potencial esportivo nacional, é objeto de preocupação do setor, considerando-se que o esporte de alto rendimento, nos seus mais elevados níveis de disputa, exige uma grande complexidade de organização. Uma das principais causas da fraca participação nacional nesses eventos pode ser encontrada no próprio nível de desenvolvimento de cada modalidade esportiva praticada no Brasil. Sob essa perspectiva, o Programa procura contemplar os processos científicos, participativos e

administrativos, que envolvem o intrincado sistema esportivo, apontando as alternativas viáveis para reverter o quadro crítico e o baixo desempenho dos atletas brasileiros. Procura, ainda, criar mecanismos para dar condições de treinamento e competitividade, investindo em equipamentos e materiais esportivos, assim como ampliar o capital humano envolvido com o esporte na perspectiva de alto rendimento e o incremento da performance.

Além disso, depois de 44 anos o Brasil voltará a sediar os Jogos Pan-americanos, evento esportivo de magnitude continental e visibilidade mundial, que poderá elevar o esporte brasileiro a um novo patamar entre as grandes potências esportivas. Neste sentido, o maior desafio é alcançar resultados técnicos esportivos que façam o País figurar entre os mais destacados no cenário esportivo internacional. Os Jogos Pan-americanos podem ser um divisor de águas para o esporte brasileiro, não só no campo estritamente técnico, mas também na gestão do esporte e na infra-estrutura. Um evento desse porte propicia impactos econômicos e sociais - por meio da melhoria na estrutura e nos serviços -, fortalecimento do setor de pequenos e médios negócios, aumento da oferta de empregos, desenvolvimento de projetos de preservação ambiental, desenvolvimento econômico regional, divulgação do País no exterior, aumento do turismo interno e externo e atração de novos eventos internacionais, sempre com conseqüentes impactos positivos para a população mais carente, como demonstram as experiências internacionais. Mas talvez o grande legado para o País, ao realizar um evento esportivo de grande porte, seja a melhora da sua auto-estima. O caso australiano é exemplar: colonizado por criminosos ingleses, o País sempre sofreu com essa imagem negativa. Após os Jogos Olímpicos de Sidney, em 2000, o Comitê Organizador, em seu relatório final, concluiu que o maior ganho para o país foi a melhora da sua imagem, interna e externamente. Com esse panorama, onde se mostram concretos o problema e a oportunidade, cabe ao Poder Público orquestrar uma intervenção direcionada, com reflexos que deverão marcar o setor esportivo nacional como um todo, tendo claro que o evento marcado como foco é o resultado de um processo que deve ter seu início imediato.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Na implantação de infra-estrutura física para o evento, em 2007, tem-se:

a) a finalização da implantação do Complexo Esportivo de Deodoro, R$ 38,9 milhões;

b) a finalização da contratação das instalações temporárias, R$ 58,8 milhões;

c) a contratação dos serviços logísticos dos Jogos, R$ 16 milhões;

d) a aquisição da pista do velódromo, R$ 2,2 milhões;

e) o sistema viário da Vila Pan-americana, R$ 53,0 milhões;

f) a complementação das obras do Complexo Esportivo do Maracanã, R$ 113,5 milhões.

- Na realização do evento, em 2007, tem-se:

a) os serviços de hotelaria da Vila Pan-americana, R$ 31,9 milhões;

b) a realização das cerimônias de premiação dos atletas, R$ 4,8 milhões;

c) a realização das cerimônias de abertura e encerramento, R$ 47,4 milhões;

d) a implantação do restaurante da Vila Pan-americana, R$ 32,4 milhões;

e) o custeio do percurso da Tocha Pan-americana, R$ 5,9 milhões;

f) o custeio dos recursos humanos do Comitê Organizador dos Jogos (CO-RIO), R$ 48,4 milhões;

g) o custeio do transporte e da hospedagem das delegações, R$ 37,7 milhões;

h) a contratação dos seguros dos Jogos, R$ 7,3 milhões.

- Na implantação de infra-estrutura tecnológica para o evento, em 2007, tem-se:

a) a finalização da contratação do Integrador dos Sistemas de Tecnologia da Informação, R$ 82,8 milhões;

b) a contratação dos sistemas de áudio e vídeo, R$ 60,9 milhões;

c) a finalização do processo de contratação dos serviços de telecomunicação dos Jogos, R$ 31,9 milhões.

Em síntese, os jogos Pan-americanos e Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro foram realizados em sua plenitude.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O índice de execução atingiu 98% da dotação disponível e de restos a pagar 2006 para o exercício. Todas as ações previstas para a realização do Programa foram implementadas por completo. Tratou-se, assim, de efetiva economia orçamentária (2% do total) empreendida pelos técnicos da Secretaria Especial dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 (Sepan), na análise, revisão, aprovação e contratação dos serviços e produtos previstos dentro de cada ação correspondente às demandas, e empreendidas com sucesso pelo Governo Federal.

Quanto ao monitoramento, foram realizadas reuniões de trabalho periódicas. No início do Programa, as reuniões tinham periodicidade quinzenal. No exercício de 2007, com a proximidade do evento, passaram a não ter periodicidade estabelecida; eram convocadas

e realizadas de acordo com as necessidades e circunstâncias do momento. Estas equipes foram constituídas no âmbito do Plano de Ações Governamentais, que nortearam a forma de integração entre todos os entes do Governo Federal e as interações com os outros entes – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), Governo do Estado do Rio de Janeiro (GERJ) e CO-RIO. Além disso, foram feitas visitas *in loco*, principalmente, no monitoramento da evolução física da construção das instalações esportivas (inspeção e relatório fotográfico). Foi implantado o Sítio Colaborativo BRPAN, cuja característica fundamental foi prover de informações todas as instâncias de planejamento, monitoramento e controle das atividades e projetos previstos para a realização do evento. Pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) foi feito acompanhamento através do gerenciamento do Programa e de suas respectivas ações.

Com os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde o início do projeto revelaram-se de importância ímpar a análise e discussão de relatórios evolutivos mensais de monitoria de tecnologia e de outras áreas. O principal conteúdo destes documentos são as análises de projetos e subprojetos e seus respectivos acompanhamentos fotográficos. O monitoramento das metas físicas e financeiras de todos os projetos e subprojetos foi realizado através do Sistema *Project Builder*.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Os gastos não-orçamentários estão relacionados principalmente, ao pagamento das consultorias especializadas (agências implementadoras), que auxiliaram o ME no planejamento, monitoramento, controle e construção do legado de conhecimento do evento. A revista Maiores e Melhores de 2006, publicação da Editora Abril, que congrega as 50 maiores e melhores empresas públicas e as 500 do setor privado, apresenta índice consolidado de 6,36% para o conjunto das despesas com pessoal em relação às vendas líquidas de impostos. Tomando este indicador como uma proxy de despesas administrativas, podemos inferir que 2,26%, conforme auferido pelo Programa, pode ser considerado bastante razoável.

Grande parte dos recursos materiais (impressoras, material de expediente, pequenos gastos diários, *coffee breaks* em hotéis, dentre outros) foram custeados pelas agências implementadoras. Através de convênio com a Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro (PGR-RJ), a Sepan estabeleceu-se no oitavo andar de seu prédio situado na Rua Uruguaiana. A infra-estrutura disponibilizada não era compatível, em qualidade de instalações (serviços internos, velocidade de Internet, privacidade, espaços para reuniões e apresentações, estacionamento, etc), com o perfil dos trabalhos executados pelo Governo Federal, em comparação aos outros entes, no mesmo nível (GERJ, PCRJ, Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e CO-RIO).

É possível planejar, monitorar e controlar a realização de um megaevento esportivo do porte dos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos em uma situação inadequada e insuficiente de recursos materiais e de infra-estrutura. Isto somente foi possível por conta dos enormes esforços individuais e conjuntos das equipes de trabalho, o que, em última análise, desviou seus focos de atuação para contornar essas situações. Fica o aprendizado

de que, para um eventual próximo programa desta magnitude que venha a executar, o ME disponibilize instalações e recursos compatíveis com as necessidades.

A inadequação dos recursos humanos, qualitativa e quantitativamente, para a implementação do Programa, foi suprida por meio de contratação de consultorias especializadas através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Cada ente financiador do evento (PCRJ e GERJ), considerando suas responsabilidades particulares, possuía *timing* de execução diferenciado. Além do mais o CO-RIO - entidade privada, em parceria na operacionalização do evento - não possuía em seus quadros recursos humanos suficientemente qualificados para a realização das tarefas e exigências necessárias à celebração dos instrumentos.

A descentralização dos recursos do Programa para outros executores ocorreu fundamentalmente para o Ministério da Defesa (MD) que apresentou um plano de trabalho consistente junto às necessidades do Programa. Esses planos de trabalho trataram basicamente de reforma de instalações esportivas das Forças Armadas, para sua utilização durante o evento, como instalações de treinamento das seleções.

Toda a execução orçamentária das ações teve como princípio um projeto básico e um plano de trabalho detalhado, alinhados com os objetivos do Programa como um todo.

Algumas e pouco expressivas execuções foram realizadas pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), no âmbito dos eventos de teste das instalações esportivas. De qualquer forma, todas foram executadas a contento e dentro das expectativas do Programa.

As informações necessárias foram disponibilizadas pelas unidades administrativas executoras das ações, havendo integração entre a gerência do Programa e a coordenação das ações, de forma bastante satisfatória e interativa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros deste Programa foram: a PCRJ e o GERJ (públicos) e o CO-RIO (privado). A principal dificuldade residiu na formatação de um acordo final sobre as responsabilidades no financiamento do evento, já que os acordos iniciais se mostraram incapazes de solucionar a falta de recursos para a sua realização. Este acordo somente foi oficializado em fevereiro de 2007 (o evento ocorreu em julho de 2007). De qualquer forma, esse relacionamento e as parcerias intragovernamental e não-governamental fortaleceram o Programa, em detrimento das dificuldades encontradas.

O Programa utilizou, de forma sistemática, a Ouvidoria como forma de absorção de informação e de transparência das ações. Foram disponibilizados acessos diretos e irrestritos ao portal BRPAN. Além disso, a implementação do Programa passou sistematicamente pela discussão com grupos de interesse. As ações foram implementadas após decisão em tais reuniões, que foram fundamentais, sendo que, em sua totalidade, as ações só foram empreendidas após estas contribuições.

Foram contratadas pesquisas de opinião com o público presente ao evento. Em síntese, a pesquisa realizada pelo Instituto *Ipsos Bus* apontou que em uma escala de 1 a 5, a nota média dada para a organização dos Jogos Pan-americanos foi de 4,8 pontos. Em que 97% dos entrevistados consideraram que os Jogos Pan-americanos foram importantes para o Brasil.

Também, pelas pesquisas teve a constatação de que 85% dos entrevistados acham que o Rio de Janeiro pode se candidatar à sede de eventos esportivos mundiais, como os Jogos Olímpicos e 84% dos entrevistados gostariam que os Jogos Olímpicos de 2016 fossem realizados no Rio de Janeiro.

O sucesso e a opinião pública levaram ao anúncio da aspiração do Brasil como sede olímpica em 2016, submetendo-se ao processo eleitoral junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI). As autoridades públicas têm reconhecido papel fundamental neste processo, no planejamento global e no oferecimento das garantias e compromissos exigidos.

Fundamentalmente o planejamento, o controle e o monitoramento das ações são exemplos de boa gestão a serem observados. Embora tardiamente efetivado, através de contratação de consultoria especializada no tema com o apoio do PNUD, é certo que tal prática não poderia ser efetivamente executada pela insuficiência qualitativa e quantitativa dos recursos humanos disponíveis. De qualquer forma, estas três vertentes clássicas da administração de projetos poderão, sem dúvida alguma, contribuir para o aperfeiçoamento das práticas no serviço público federal.

Embora o Programa tenha se encerrado em 31 de dezembro de 2007, e a Sepan prorrogada para 31 de março de 2008, fica o legado do conhecimento e do aprendizado da operação, da instrumentalização necessária e as dificuldades encontradas para sua efetiva concretização. É certo também que a execução de um evento com a envergadura e a magnitude apresentada pelos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos nunca havia sido empreendida por nenhum ente do Governo Federal.

Dado o percurso tortuoso pelo qual passou o Programa, bem como o grande aprendizado resultante da organização de um grande evento esportivo internacional, é fundamental que o processo seja documentado e que seja feita uma avaliação detalhada, para que as lições possam ser utilizadas na execução de programas semelhantes no futuro.

SEGUNDO TEMPO

GERENTE DO PROGRAMA

Julio Cesar Monzú Filgueira

OBJETIVO

Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

PÚBLICO-ALVO

Estudantes do ensino fundamental e médio

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 132.928.075,00	Empenho Liquidado:	R$ 123.382.205,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 123.382.205,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças e adolescentes – Porcentagem	-	-	1.31	1.55	9.00	17,22%
2. Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social – Porcentagem	-	-	3.39	2.73	20.00	13,65%

1. TAXA DE ATENDIMENTO DO SEGUNDO TEMPO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A atuação da Secretaria foi impactada por um conjunto de circunstâncias, limitações e insuficiências, que não puderam ser equacionadas, em que as principais são: - dificuldades objetivas de infra-estrutura (sede, mobiliário, equipamentos, transporte, etc.); - limitações no quadro de recursos humanos técnico e operacional; - atual modelo de conveniamento; - alcance do Programa e execução orçamentária; e - déficit na infra-estrutura esportiva.

2. TAXA DE ATENDIMENTO DO SEGUNDO TEMPO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A construção e oferta de espaços públicos coletivos (organizados pedagogicamente), favoráveis ao fomento da prática esportiva na comunidade, poderão oportunizar o estabelecimento e desenvolvimento de Políticas Públicas para o esporte educacional, em parceria com Governos estaduais e municipais, institutos de ensino superior (IES) e associações e entidades representativas dos segmentos, envolvendo temas de interesse direto da comunidade e contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida. A prática esportiva, conforme o artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão. Portanto, a democratização do acesso a essa prática, por si só, é uma forma de inclusão social. E quando o esporte é efetivado como instrumento de formação integral do indivíduo há, ainda como conseqüências, outras formas de inclusão, como a convivência social, a disseminação de valores, a saúde e a consciência crítica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Na Ação Estratégica I - qualificar e ampliar a abrangência do Programa Segundo Tempo (PST). O processo de formalização de convênios esteve voltado para as renovações de convênios e para o estabelecimento de parcerias com Governos estaduais e municipais. Teve destaque a maior articulação com o Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC). Também o estabelecimento dos Ciclos Pedagógicos Anuais.

• Na Ação Estratégica II - assegurar a oferta do PST voltado ao público do ensino médio e superior, e desenvolvimento de um modelo específico para atendimento.

• Na Ação Estratégica III - oportunizar eventos: elaboração da proposta do Projeto Recreio nas Férias e dos festivais internúcleos.

• Na Ação Estratégica IV - qualificar e aprimorar a gestão do Programa: instituição de processos gerenciais e início da implantação de um sistema de controle e monitoramento do PST.

• Na Ação Estratégica V - qualificar o processo de capacitação de gestores do Programa, professores e monitores: reformulação da capacitação.

• Na Ação Estratégica VI - ampliar ações intersetoriais do PST, no sentido de criar o que se está denominando Rede Criança.

• Na Ação Estratégica VII - fortalecer o esporte educacional brasileiro: implementar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Além de fortalecer as parcerias com as entidades representativas do esporte educacional e as ações de intercâmbio de experiências com organismos internacionais.

• Embora para efeito de execução do Programa sejam considerados somente os beneficiados de convênios que já foram pagos, é importante ressaltar que foram empenhados 175 convênios, sendo 17 com Governos estaduais, 115 com prefeituras e 43 com organizações não-governamentais (ONGs), e destes, 20 são termos aditivos e destaques.

• O número de beneficiados em relação aos convênios formalizados é de 916.160, sendo que 841.060 são de convênios firmados em 2007 e 75.100 de convênios de exercícios anteriores (termo aditivo), distribuídos em 4.045 núcleos esportivos, localizados em mais de 800 Municípios, nos diversos Estados do País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Adotada pela gestão do Programa, a estratégia de avançar no comprometimento de parte do orçamento de 2008 permitiu a ampliação do número de beneficiados, já que possibilitou a formalização de um número maior de convênios, aumentando o número dos que foram firmados com órgãos públicos, prioritariamente, assegurou, também a priorização das renovações, ao mesmo tempo em que foram implantadas novas parcerias. Isso foi possível, pois se considerou a Portaria nº 135 de 26 de outubro de 2005, que prevê o repasse dos recursos conveniados em duas parcelas, sendo 20% a partir da publicação do convênio e 80% após o cumprimento de alguns procedimentos, previsto o prazo de 60 dias para a 1ª e a 2ª parcelas. Sendo assim, apenas 20% de alguns convênios foram empenhados, o que explica a diferença entre os recursos necessários para o atendimento pleno dos convênios formalizados e os valores empenhados e pagos em 2007, e também a diferença entre os números de beneficiados lançados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e o número de beneficiados em relação aos convênios firmados em 2007.

Dentre os mecanismos de monitoramento, há reuniões de trabalho, com elaboração e revisão trimestral do planejamento da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), com plano de ação específico para acompanhar as ações e metas propostas no Programa. E também reuniões específicas com um grupo de trabalho formado por membros das secretarias finalísticas, da Assessoria de Controle Interno e representante da Controladoria Geral da União (CGU), no sentido de organizar o Sistema de Acompanhamento e Controle no Ministério do Esporte (ME).

O monitoramento, a avaliação e o controle da execução dos convênios vêm sendo efetivados através do planejamento e do cronograma de vistorias *in loco*, bem como pela implantação de medidas operacionais, através de termos de cooperação que permitam o acesso a bancos

de dados oficiais de instituições e entidades que desenvolvem suas atividades junto à população brasileira.

A avaliação do impacto desta Política Pública está sendo desenvolvida de forma a aproveitar a construção do modelo lógico, desenvolvido conjuntamente com a Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA), instância colegiada do modelo de gestão do PPA 2004-2007, e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), a proposta de metodologia e indicadores apontados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), bem como a recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) em termos de indicadores de desempenho.

O Sistema de Controle e Monitoramento deverá ser capaz de estabelecer rotinas e instrumentos de supervisão, orientação e fiscalização do cumprimento dos termos acordados, com a reformulação do sistema gerencial informatizado (integridade da base de dados), ampliação das vistorias, emissão de relatórios semi-estruturados e reformulação dos relatórios de acompanhamento trimestral, além de novos procedimentos para análise do cumprimento do objeto dos convênios finalizados.

O Sistema de Controle e Monitoramento do Programa Segundo Tempo deverá ser estruturado a partir de uma plataforma informatizada dedicada à armazenagem do conjunto de dados qualitativos e quantitativos, permitindo posterior extração de informações estatísticas ou gráficas acerca do cumprimento do objeto. Os dados que comporão a base analítica serão obtidos e sistematizados a partir das verificações das visitas técnicas, fiscalizações empreendidas pela SNEED ao longo do período de execução dos convênios e dos respectivos planos de trabalho, da análise dos relatórios trimestrais e da análise da prestação de contas do respectivo convênio. O processo de capacitação dos recursos humanos envolvidos também permitirá inferências qualitativas acerca desses dados.

O SIGPlan é utilizado como um sistema de acompanhamento gerencial, em termos de metas físicas e financeiras. Na proposta do Sistema Gerencial da Secretaria e do ME, objetiva-se a integração e interlocução com o SIGPlan.

Na realização da vistoria *in loco*, emite-se o relatório de vistoria, permitindo analisar a forma de utilização de recursos pelos parceiros, e as falhas e equívocos presentes no processo de implantação do Programa. Assim, logo há a elaboração de relatórios e recomendações ao parceiro que, notificado oficialmente, dentro do prazo estabelecido pela Gestão da SNEED deve justificar-se e corrigir o processo.

Conforme mencionado no Relatório de Gestão 2007, foram várias as iniciativas já estabelecidas para avançar em um sistema gerencial da informação. No entanto, apesar de extremamente necessário e urgente, aguarda-se posicionamento do MP quanto à proposta de um sistema padrão para o Governo.

Além do exposto, há a realização anual do Seminário de Planejamento Estratégico e oficinas de trabalho setoriais.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O valor total de convênios formalizados em 2007 foi R$ 182.401.284,40, sendo que R$ 105.519.203,52 (93,49% do valor previsto na LOA de 2007, Ação: Funcionamento de Núcleos) foram empenhados em 2007 e o restante (R$ 76.882.080,90) será empenhado com recursos de 2008, o que atende a mais de 900 mil crianças, sendo 75.100 convênios com termos aditivos, 560.960 convênios de renovação e 280.100 convênios de implantação. Ressalte-se que a meta física foi prejudicada devido à priorização de recursos financeiros para a realização dos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos (que tinham vigência restrita), o que causou atraso na liberação da primeira e da segunda parcelas dos convênios firmados em 2007.

Considerando-se que o Programa Segundo Tempo atende a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, faz-se necessária a renovação dos convênios em vigência, visto que a sua interrupção paralisa o funcionamento dos núcleos, causando um impacto negativo nas comunidades, quando não é possível a continuidade do Programa onde está inserido. Há, também, a necessidade de atendimento de novas áreas, que preenchem todos os requisitos e diretrizes do Programa. Registre-se que há uma posição determinada da Administração para fortalecer as parcerias institucionais com Estados e Municípios, sobretudo aqueles com mais de 100 mil habitantes e pertencentes às regiões metropolitanas. Além disso, não se pode esquecer de uma demanda reprimida do ano de 2006 de pleitos de Municípios, Estados e entidades que prevêem o atendimento de milhares de crianças e adolescentes, os quais não possuem nenhuma oportunidade de vida digna e saudável - o orçamento destinado para o principal Programa do ME foi insuficiente para o atendimento de todas as demandas.

Além disso, o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. E a formalização de novas parcerias só foi possível no último trimestre do ano, atrasando, portanto, a execução financeira, e restringindo o atendimento da meta física em relação aos beneficiados.

Embora haja a possibilidade de complementar os recursos necessários para a implantação do PST, atualmente o PST é basicamente custeado por orçamento próprio da Secretaria. Ressalte-se, no entanto, que o material esportivo e os uniformes foram fornecidos diretamente pela Ação Pintando a Liberdade, contando com a respectiva contrapartida oferecida pelo convenente. Esta Ação foi de extrema relevância para o desenvolvimento das ações estratégicas do Programa, uma vez que possibilitou à Gestão, em 2007, reorganizar o processo de acompanhamento das parcerias efetivadas na ponta, viabilizando as visitas *in loco*, que permitiram analisar a forma de utilização de recursos pelos parceiros, e as falhas e equívocos presentes no processo de implantação do Programa.

A maior insuficiência diz respeito à ausência de um sistema informatizado e à infra-estrutura lógica necessária. Parte significativa da energia da SNEED esteve comprometida pela inadequação da infra-estrutura, uma vez que o espaço físico disponibilizado não comporta adequadamente todos os funcionários da SNEED. Ressalte-se, ainda, que existem diversas limitações de recursos físicos e operacionais que, desde 2007, são apresentadas nas áreas de modernização e informática do Ministério, em especial, a limitação de capacidade do provedor atual, para atender as demandas do ME como um todo. As limitações de máquinas e *softwares* impossibilitam qualquer avanço no desenvolvimento de sistemas de gestão.

Nesse processo, considera-se como equipe executora a equipe técnica do convenente, mobilizada para execução do PST. O quadro de recursos humanos é insuficiente, pois há a necessidade de otimização dos fluxos gerenciais. Além disso, há o estabelecimento de um sistema de controle e monitoramento, a proporção de pleitos solicitados, o acompanhamento dos convênios em vigência, a realização de capacitações para qualificação dos parceiros e outras demandas que exigem um grande esforço do quadro de funcionários existente, para que as mesmas sejam realizadas de modo adequado. Há, também, a necessidade de contínua qualificação do quadro técnico.

O atraso na liberação dos recursos em função do contingenciamento e da priorização dos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos (que tinham vigência restrita), prejudicou a execução orçamentária e financeira do Programa, causando atraso na liberação do pagamento da 1ª e da 2ª parcelas de convênios no primeiro semestre de 2007, e concentração de um grande número de novas parcerias, a serem firmadas no último trimestre do ano. Cabe ressaltar ainda que, devido ao atraso na liberação de recursos, ficou difícil atingir as metas propostas para 2007.

Embora a demanda reprimida de pleitos não formalizados, inclusive de renovações, justificasse a abertura de créditos orçamentários adicionais, os mesmos não se viabilizaram justamente porque a dinâmica relatada acima retardou a execução orçamentária dos recursos próprios já consignados na LOA.

O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios deve ser pontuado como fator que reteve o processo de estabelecimento de parceria e conveniamento, devido ao passivo de processos em situação de contas e à limitação de pessoal para análise das mesmas, tanto na Secretaria Finalística quanto na Coordenação-Geral de Prestação de Contas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério (SPOA/SE/ME). A estratégia adotada pela SNEED para tentar avançar na análise dos processos em situação de passivo foi de constituir, em caráter emergencial, eventual e temporário, uma força-tarefa com o intuito de agilizar e assegurar os meios necessários para implementação do Sistema de Controle e Monitoramento da SNEED, em relação ao Programa Segundo Tempo. Tal medida considera o fato de que a constituição da referida força-tarefa foi determinante para se alcançar o quantitativo de convênios efetivados até dezembro de 2007.

A demora no envio da documentação solicitada, o grande número de órgãos públicos com inadimplências apontadas junto aos sistemas financeiros do Governo e pendências apontadas no Relatório de Cumprimento de Objeto (RCO) prejudicaram a execução orçamentária e financeira do Programa.

Os ajustes firmados com órgãos que demandaram descentralização de recursos foram satisfatórios, no que tange ao atendimento do objeto pactuado e das metas estabelecidas. Ressalte-se que tais ações dizem respeito à implantação de núcleos do PST, bem como à cooperação para a realização do Ciclo Nacional de Capacitação dos Coordenadores de Núcleos. O ente executor disponibilizou as informações conforme solicitado e houve integração entre a gerência e o executor.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Há grande diversidade no desempenho dos parceiros não-governamentais. Algumas parcerias foram satisfatórias no que tange ao atendimento do objeto pactuado e das metas estabelecidas. Outras, no entanto, demonstraram dificuldades na execução. Pode-se aferir empiricamente que a maioria das parcerias compõe o primeiro grupo. A maior parte das dificuldades verificadas diz respeito ao processo gerencial dos convênios, bem como ao atendimento das metas pedagógicas do PST.

Há serviço de Ouvidoria no ME, objeto de ampla divulgação entre os parceiros e a sociedade em geral. Foram realizadas diversas oficinas setoriais com grupos de interesse. Houve a participação nos fóruns de discussão e acompanhamento da Conferência Nacional do Esporte e no Conselho Nacional do Esporte (CNE). Parcela significativa do processo de aprimoramento do PST levou em conta o diálogo estabelecido nas conferências nacionais, oficinas setoriais e demais fóruns de discussão.

Não há estudos qualitativos e quantitativos em andamento, no que se refere aos beneficiários, sobretudo por limitações orçamentárias para implementação dessas pesquisas.

O PST foi o primeiro Programa a desenvolver, em conjunto com o Ipea e a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP), o modelo lógico que, embora precise ser atualizado, tornou-se referência para a análise de outros programas no âmbito do PPA.

O PST tem que lidar com o dilema que opõe quantidade e qualidade. Por um lado, aumentar o alcance do Programa diminuiria o conteúdo pedagógico. Por outro, incrementar os aspectos educacionais diminuiria o alcance do Programa, que já é restrito em relação ao seu público e às metas de inclusão. Em vista do impasse que se apresenta, essa é uma discussão necessária e envolve a própria concepção do PST. A decisão sobre o caminho a seguir pode significar a redefinição do Programa e, para isso, a metodologia do modelo lógico pode ser utilizada novamente.

A redefinição do Programa leva à revisão do custo médio do aluno beneficiado na Ação Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, pois é um parâmetro importante para a alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). E, nesta Ação é contemplada as atividades de capacitação do Programa, é importante analisar a possibilidade de criação de uma ação específica, em função de sua especificidade e de sua demanda de recursos.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

- Amazônia Sustentável
- Áreas Protegidas do Brasil
- Combate à Desertificação
- Comunidades Tradicionais
- Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros
- Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos
- Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
- Nacional de Florestas
- Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer)
- Proambiente
- Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas
- Qualidade Ambiental
- Recursos Pesqueiros Sustentáveis
- Resíduos Sólidos Urbanos
- Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental
- Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), foram utilizados **R$ 1.468.762.670** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 2.799.755.678	Realizado orçamentário:	R$ 1.468.762.670
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 3.520.000	Realizado não-orçamentário:	R$ 0,00
Total previsto:	**R$ 2.803.275.678**	**Total realizado:**	**R$ 1.468.762.670**

Além disso, do total de **R$ 114.733.204** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 73.473.643**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MMA, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0502 Amazônia Sustentável	4,41%	4,26%	2,72%	0,40%	2,27%
	0499 Áreas Protegidas do Brasil	4,62%	3,60%	5,26%	2,69%	3,76%
	1080 Combate à Desertificação	0,19%	0,32%	0,08%	0,25%	0,21%
	1145 Comunidades Tradicionais	1,67%	1,80%	1,55%	1,05%	1,40%
	1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	0,66%	1,11%	0,27%	0,10%	0,41%
	0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	3,26%	3,68%	5,03%	3,39%	3,82%
	1140 Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos	0,53%	0,33%	0,00%	0,00%	0,14%
	1304 Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	2,02%	1,83%	1,85%	0,00%	1,08%
	0498 Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	1,09%	0,29%	0,33%	0,00%	0,29%
	0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0,95%	1,01%	0,71%	0,52%	0,72%
	0503 Florescer - Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais	11,52%	6,36%	5,17%	3,21%	5,49%
	1349 Litoral Brasileiro Sustentável	0,00%	0,26%	0,00%	0,00%	0,05%
	1084 Mudanças Climáticas e Meio Ambiente	1,37%	0,05%	0,00%	0,00%	0,21%
	0500 Nacional de Ecoturismo	0,65%	0,23%	0,00%	0,00%	0,14%
	0506 Nacional de Florestas	4,16%	4,36%	2,97%	1,92%	2,96%
	1210 Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais	2,24%	0,54%	0,00%	0,00%	0,43%
	1270 Proambiente - Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural	0,61%	0,56%	0,45%	0,24%	0,40%
	1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas	1,91%	1,59%	3,98%	4,41%	3,41%
	1346 Qualidade Ambiental	0,00%	1,96%	2,02%	1,61%	1,54%
	0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis	33,31%	34,03%	41,88%	34,29%	35,91%
	8007 Resíduos Sólidos Urbanos	9,60%	9,12%	6,71%	3,46%	6,20%
	1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	4,64%	14,91%	13,52%	39,07%	23,37%
	0516 Viver sem Contaminação	0,67%	0,37%	0,00%	0,00%	0,17%
	0512 Zoneamento Ecológico-Econômico	1,51%	0,79%	0,44%	0,16%	0,55%
Finalístico Soma		**91,61%**	**93,38%**	**94,94%**	**96,75%**	**94,93%**

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Gestão de Políticas Públicas	1102 Agenda 21	0,64%	0,50%	0,16%	0,15%	0,29%
	0511 Gestão da Política de Meio Ambiente	6,67%	5,04%	4,28%	2,73%	4,11%
	0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	1,08%	1,08%	0,63%	0,37%	0,67%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**8,39%**	**6,62%**	**5,06%**	**3,25%**	**5,07%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O novo modelo proposto pelo atual Governo para a política ambiental, compatível com o avançado arcabouço legal brasileiro, promove uma gestão ambiental compartilhada com todos os níveis governamentais e a sociedade em geral, construindo, assim, a Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável, capaz de agregar conceitos socioambientais ao novo ciclo de desenvolvimento econômico do País.

Em 2007, como forma de modernizar e fortalecer a gestão ambiental e a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente, o Governo Federal criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para a gestão das Unidades de Conservação Federais (UCs) e pesquisa sobre biodiversidade, centralizando no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) as ações de controle, fiscalização e licenciamentos ambientais. Essa evolução institucional se fundamentou nos conceitos de preservação do meio ambiente, nas evidências demonstradas pelos últimos estudos científicos relativos às mudanças climáticas, nas orientações governamentais para promover o desenvolvimento sustentável do País, por meio do caráter estruturante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na necessidade de inclusão de fatores de sustentabilidade nos processos de produção e de consumo, bem como no conceito de gestão ambiental compartilhada, que tem como base a participação dos diferentes setores do Poder Público, da sociedade civil e do setor privado na solução dos problemas ambientais.

Com a finalização e sistematização das consultas públicas, o Governo revisou e consolidou a versão final do Plano Amazônia Sustentável (PAS), incorporando as contribuições dos diversos segmentos governamentais e da sociedade amazônica. O PAS foi apresentado a todos os secretários de planejamento dos Estados da região em dezembro de 2007. Seguindo as diretrizes do PAS, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia Cuiabá-Santarém (Plano BR-163 Sustentável), cujo lançamento ocorreu em junho de 2006. O Decreto nº 6.290, de 06 de dezembro de 2007, instituiu um comitê executivo, atribuindo-lhe a responsabilidade de acompanhar a implementação do Plano BR-163 Sustentável no âmbito da Câmara de Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional do Conselho de Governo.

Para a prevenção e o controle do desmatamento da Amazônia, em 2007, foi criado o Grupo Permanente de Responsabilização Ambiental para articular com órgãos estaduais de controle e fiscalização ambiental o desenho de ações estratégicas e integradas para prevenir e reprimir as infrações e os crimes relacionados aos desmatamentos, às queimadas

e à exploração ilegal de florestas na Amazônia Legal. O desmatamento na Amazônia entre agosto de 2006 e julho de 2007, estimado em 11.224 quilômetros (km²) pelo sistema de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), caiu 20% em relação ao período 2005-2006, registrando uma queda acumulada de 59% nos últimos três anos. O número é muito próximo ao menor já registrado (11.030km², em 1991) desde o início do monitoramento do desmatamento na região em 1988. Essa queda contribuiu para que o País evitasse a emissão de meio milhão de toneladas (t) de gás carbônico na atmosfera. Já entre os meses de agosto e dezembro de 2007, registrou-se, conforme informações do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), uma área desmatada estimada em 3.235 km². Visando combater o avanço desse desmatamento, o MMA irá acelerar as ações que começaram a ser postas em prática no final de 2007, após a detecção dos primeiros sinais de aumento do desmatamento. A Portaria nº 28, de 24 de janeiro de 2008 apontou os 36 Municípios que mais desmatam no Brasil e que deverão obedecer a regras mais rígidas de controle, estabelecidas no Decreto de dezembro de 2007. É importante ressaltar que para deter o aumento do desmatamento na Amazônia será preciso não só ações do Governo, mas também maior responsabilidade social e ambiental dos setores produtivos.

A compensação ambiental apresenta-se como a principal ferramenta de financiamento para a regularização fundiária das UCs, e sua consolidação e eficácia representarão recursos significativos para equacionar e resolver problemas históricos dessas unidades. Em 2007, 277 processos de compensação ambiental beneficiaram 254 UCs Federais, Estaduais e Municipais. Do total dos recursos destinados às UCs Federais, 53,5% foram direcionados às ações de regularização fundiária, 41,2% às ações de implementação, 4,2% ao custeio dos processos de elaboração de planos de manejo e 1,1% ao custeio de processos de criação de novas UCs. Dessa forma, do total arrecadado por intermédio de compensação ambiental no referido exercício (R$ 10,5 milhões), 71,7% foram investidos em ações de implementação das UCs Federais, 28,1% em ações de regularização fundiária e 0,2% foi destinado ao custeio do processo de elaboração de planos de manejo.

Dos avanços alcançados pelo Programa Nacional de Florestas (PNF) em 2007, destacam-se:

a) o fomento florestal decorrente das políticas e dos instrumentos de apoio ao reflorestamento, que teve um crescimento significativo e permitiu o alcance da meta de reflorestamento do PNF, superando os 600 mil hectares (ha) de florestas plantadas;

b) o levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 unidades de assentamento rural, envolvendo 10 mil famílias em regiões situadas no bioma Caatinga;

c) a recuperação de áreas degradadas em decorrência da instalação dos três primeiros centros de recuperação de áreas degradadas no Vale do São Francisco, em Petrolina (PE), Paracatu (MG) e Arco (MG);

d) a ratificação da Carta de Recuperação de Áreas Degradadas do Vale do Alto Paraguai envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai;

e) a criação de grupos multissetoriais para a discussão do manejo comunitário de sementes, mudas florestais e carvão vegetal.

A área de manejo florestal certificada cresceu de 1.400.000 ha em 2006, para 3.000.000 ha, em 2007, em que as grandes dificuldades estão sendo superadas devido à implementação de instrumentos políticos diversos, com destaque para a promulgação da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, da Lei de Gestão de Florestas Públicas, a implementação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a revisão da regulamentação do manejo florestal.

No âmbito das concessões florestais destacam-se as seguintes ações em 2007:

a) a regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007;

b) a consolidação do SFB;

c) o lançamento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), em julho de 2007, o qual permitirá reunir dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações relevantes para a gestão florestal;

d) publicação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2007-2008, o qual prevê a possibilidade de concessão florestal de 43,7 milhões de ha, sendo priorizada a Floresta Nacional (Flona) do Jamari (RO) e um conjunto de UCs na Amazônia Legal;

e) o lançamento, em novembro de 2007, do edital do lº Lote de Concessão Florestal na Flona do Jamari (RO).

Dentre as ações desenvolvidas pelo Governo em 2007, visando o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e das comunidades tradicionais, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), concretizada pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que estabelece um pacto entre o Poder Público e esses povos e comunidades. Ressalta-se que foram aprovados 108 projetos durante as duas reuniões ordinárias do Comitê Gestor do Programa e de quatro reuniões dos comitês locais. Também, 600 pessoas foram capacitadas para o desenvolvimento de atividades de acesso aos recursos públicos e de gestão dos recursos públicos. Desta forma, serão beneficiadas, aproximadamente, 26.995 famílias de entidades representantes de povos e comunidades tradicionais, de praticamente todos os Estados da Amazônia, da bacia hidrográfica do rio São Francisco e da Mata Atlântica do Estado de São Paulo.

Em 2007, a ampliação de áreas do Território Nacional com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) foi de 32%. Além disso, estão em andamento projetos que abrangem cerca de 2,4 milhões de km², o correspondente a 28% do Território Nacional. Atualmente, aproximadamente 13% do Território Nacional possui ZEEs em fase de implantação ou em articulação com outros instrumentos de política pública, dentre os quais zoneamento agrícola, licenciamento ambiental, planos diretores municipais, definição de áreas protegidas e recuperação de passivos ambientais. O apoio à implantação dos zoneamentos tem sido feito por meio da geração de insumos técnicos pelo Consórcio ZEE Brasil, pela disseminação da informação e pela capacitação de gestores públicos. Outro ponto importante foi a assinatura, em dezembro de 2007, do Decreto nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007, autorizando a realização de ZEEs locais ou regionais, desde que sejam referendados pelas comissões estaduais de zoneamento e aprovados pelas Assembléias Legislativas. Tal medida modifica a regulamentação do ZEE, editada em 2002, que só reconhecia os zoneamentos estaduais que compreendessem a totalidade dos seus territórios e fossem realizados em escala de 1:250.000, ou maiores. A flexibilidade proporcionada pelo novo Decreto permitirá mais eficiência no enfrentamento de problemas localizados e que exijam respostas mais rápidas do Governo Federal, ou dos Governos Estaduais e Municipais.

Com o objetivo de fortalecer as atividades relativas ao licenciamento ambiental, foi criado, no âmbito da nova estrutura do MMA, o Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental (DLAA), por meio do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007. Por sua vez, no estabelecimento da Agenda Nacional para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental, o Governo realizou, em dezembro de 2007, o *1º Workshop sobre o Licenciamento Ambiental de Portos Marítimos: regiões Sul e Sudeste*, com o objetivo de discutir a gestão ambiental portuária e o licenciamento ambiental, em razão do cenário de crescimento da infra-estrutura portuária inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infra-estrutura, o MMA criou, em 2007, um grupo gestor, constituído por todas as secretarias e entidades vinculadas ao Ministério, e um grupo de trabalho para acompanhar o licenciamento ambiental, realizado em nível federal, dos empreendimentos do PAC. Em 2007, tem-se como um balanço das atividades de licenciamento que o IBAMA concedeu:

a) 17 licenças para pequenas centrais hidrelétricas, o que representa cerca de 3.500 megawatts (MW). Dessas, três receberam licença para início das obras (LI), uma recebeu licença para operação (LO), nove receberam licenças de renovação ou autorização para supressão de vegetação, duas prorrogações de licença prévia e duas prorrogações de licença de instalação;

b) 20 licenças para usinas hidrelétricas de grande porte, sendo duas licenças prévias, três de prorrogação ou concessão de licença de instalação, 10 de renovação ou autorização para supressão da vegetação e cinco de renovação, regularização ou retificação de licenças de operação;

c) nove licenças para projetos na área petrolífera foram autorizadas para perfurações, das quais cinco referem-se a licenças prévias, duas foram retificações de licenças prévias e duas autorizações para atividade de perfuração no âmbito de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);

d) 24 licenças para empreendimentos de produção de petróleo e 23 para a instalação de gasodutos;

e) 91 licenças, no setor rodoviário para a construção de novas rodovias;

f) 35 para empreendimentos no âmbito das atividades ferroviárias;

g) oito para projetos portuários.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) representou um grande avanço na gestão de recursos hídricos no País. Atualmente, há cerca de 140 comitês de bacias hidrográficas estaduais e federais, além de 22 conselhos estaduais e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Essas instâncias contribuem sobremaneira para a governança democrática na elaboração das políticas públicas de gestão integrada desses recursos. Entre os principais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos estão a outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Esses mecanismos já foram, até o momento, implantados na bacia do rio Paraíba do Sul e nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, de forma descentralizada e participativa. Houve, no ano de 2007, aperfeiçoamentos nos mecanismos e valores de cobrança nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, visando caracterizar de forma mais precisa o uso da água no setor rural, criando, inclusive, incentivos para que os usuários adotem tecnologias de irrigação mais eficientes. Como resultado do instrumento de cobrança, arrecadou-se um montante superior a R$ 50 milhões, entre 2003 e 2007, sendo que somente no exercício de 2007 a arrecadação foi de aproximadamente R$ 20 milhões, os quais foram repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos nessas bacias.

O Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas consiste em um estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado para prestadores de serviços públicos de saneamento que investem na implantação, ampliação e operação de estações de tratamento de esgotos (ETE). Foram investidos, no período de 2001 a 2006, recursos da ordem de R$ 272 milhões, beneficiando uma população de 3,5 milhões de habitantes. Em 2007, foram habilitados 55 empreendimentos, gerando uma demanda de R$ 260 milhões. Três empreendimentos foram contratados, resultando na aplicação de R$ 40,1 milhões de recursos da União que, somados a recursos de outras fontes aportados aos projetos, resultaram na efetiva aplicação de R$ 100 milhões, beneficiando aproximadamente 1 milhão de brasileiros, com o abatimento diário de 46,4 t de carga orgânica que seriam lançadas sem tratamento em importantes bacias hidrográficas.

Na área de revitalização de bacias, destaca-se a inauguração de dois centros integrados de referência da revitalização da bacia do rio São Francisco, os quais constituem um espaço

para o desenvolvimento de ações integradas entre os diversos programas do Governo coordenados e executados pelo MMA, parceiros que atuam na revitalização do São Francisco e prefeituras locais. Viabiliza-se, assim, a realização de estudos e a disponibilização de informações para a população, além da articulação das ações prioritárias e a conseqüente democratização do acesso à informação. Em 2007, destaca-se a criação da primeira UC na região do São Francisco, trata-se da Flona Negreiros, localizada em Serrita (PE), área com 3 mil ha, possuindo 46% de cobertura florestal e 54% de agricultura e pasto, sendo destinada à conservação da biodiversidade, ao fomento do desenvolvimento sustentável da Caatinga e à capacitação de produtores rurais.

Em 2007, refletindo a importância e a prioridade atribuídas à questão dos resíduos sólidos urbanos, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, em setembro de 2007, o projeto de Lei instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos. Nessa proposta estão contemplados os diversos aspectos necessários para uma efetiva gestão desses resíduos, compreendendo suas diretrizes gerais e os instrumentos da política, incluindo a gestão integrada e proibições. No referido exercício, destacam-se os seguintes resultados em relação à gestão desses resíduos:

a) a continuidade dos processos decorrentes da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

b) o apoio ao Projeto Aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), na redução de emissões em aterro sanitário que foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades (MCidades) em conjunto com o MMA, contando, ainda, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial;

c) o acompanhamento de empreendimentos habitacionais, de saneamento (especialmente de resíduos sólidos) e de regularização fundiária previstos no PAC.

Para entendimento do contexto, em uma análise retrospectiva sobre as políticas recentes para o setor, quatro diretrizes básicas determinaram o traçado da política ambiental do Brasil nos últimos anos, podendo ser compreendida como Política Ambiental Integrada. Elas estimularam princípios de compartilhamento e integração, permeando todas as ações, projetos, programas e planos do MMA, que são a promoção do desenvolvimento sustentável, a necessidade de controle e participação social, o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e a transversalidade.

Quanto à primeira diretriz, o Ministério vem atuando na promoção da gestão integrada do território na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando as diversidades regionais, os biomas, as bacias hidrográficas e as regiões geoeconômicas, aprimorando os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e resolução de conflitos ambientais. Sobre a segunda diretriz, a participação da sociedade nos processos decisórios, dentre tantos outros fatos, tem sido um desafio à participação do MMA em, aproximadamente, 150 órgãos colegiados consultivos e de deliberação superior. No que se refere à terceira diretriz, a ampliação e o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio

Ambiente (SISNAMA), há um esforço permanente de atuação de forma articulada do MMA com os demais órgãos do Governo Federal, Estados, Municípios e a sociedade civil, em discussões de implementação das ações e dos temas relacionados à questão ambiental. Complementarmente, como quarta e última diretriz, a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas – a transversalidade – consistiu no envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais, onde o meio ambiente deixou de ser uma política setorial e permeou a agenda dos outros Ministérios e demais órgãos públicos, integrando-se e dialogando com as demais políticas públicas.

ASPECTOS RELEVANTES

Dentre os principais desafios enfrentados no processo de gestão dos programas durante o PPA 2004-2007, destacam-se que a estrutura organizacional para a gestão do PPA foi marcada pelo enfrentamento de diversas situações, o que incluiu o aprimoramento das atribuições das suas unidades internas, a reestruturação de unidades técnico-administrativas e de assessoramento para permitir que o MMA pudesse exercer efetivamente o seu papel de órgão central responsável pela formulação, pela implementação, pelo acompanhamento e pela avaliação das políticas nacionais de meio ambiente e dos recursos hídricos. O desafio direcionou a superação das deficiências causadas por políticas ambientais anteriores com a demonstração de um grau de evolução do processo de consolidação do novo modelo de política ambiental de Governo. O maior desafio foi o processo de modernização e fortalecimento da gestão ambiental e da Política Nacional de Meio Ambiente, com implementação de importantes alterações na estruturação dos órgãos ambientais. Inicialmente, para contextualizar o cenário ambiental, a criação do IBAMA, em 1989, produziu um efeito extraordinário na gestão ambiental pública e, passados quase 20 anos, o SISNAMA se fortaleceu, o MMA foi criado e a questão ambiental passou a fazer parte do cotidiano em todas as áreas da sociedade brasileira.

Em 1989, havia 134 UCs Federais, compreendendo aproximadamente 15 milhões de ha. Atualmente são 288 UCs, somando 70 milhões de ha, obrigando ao gerenciamento de sobreposições, vazio administrativo, necessidade de modernização de processos e utilizando melhor as sinergias do sistema federal de meio ambiente na busca constante de adequação da estrutura organizacional ao tamanho dos desafios e respondendo com políticas públicas eficientes e próximas da realidade. Assim, o IBAMA hoje está responsável pela função reguladora das atividades de licenciamento, fiscalização, monitoramento e autorização, possibilitando um maior foco na preservação do patrimônio ambiental e na viabilização do desenvolvimento em bases sustentáveis.

Com a criação do ICMBio, pela Lei nº 11.156, de 28 de agosto de 2007, procura-se atingir o fortalecimento do setor ambiental objetivando dar maior eficiência, especificamente no gerenciamento das UCs Federais, na execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, no apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas UCs de uso sustentável e no fomento e execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade.

As fragilidades estão sendo superadas, também, com a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, com a implementação do SFB e com a revisão da regulamentação do manejo florestal.

A reestruturação do MMA ocorrida pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, objetiva o rearranjo de seus órgãos específicos singulares, buscando adequar o Ministério para responder aos desafios da atual conjuntura nacional e internacional, criando e formalizando unidades técnico-administrativas, visto que o MMA não dispunha anteriormente de subunidades formais, como departamentos, coordenações-gerais, coordenações, divisões e serviços, o que dificultava a gestão administrativa e aumentava o grau de responsabilização das unidades, além de estar em desacordo com o estabelecido no modelo de gestão do PPA. Por conseguinte, foi realizada a transformação dos cargos existentes, de diretor e de assessoramento, em cargos de chefias de unidades de direção, de fundamental importância para o órgão. A nova estrutura do MMA procurou responder, ainda não totalmente, a esses e a outros cenários e demandas, efetivando a criação de secretarias voltadas para temas como as mudanças climáticas, a cidadania ambiental e a responsabilidade social, os biocombustíveis, o agroextrativismo e o desenvolvimento rural sustentável, a gestão ambiental urbana e metropolitana e o fortalecimento institucional.

Da mesma forma, foram estabelecidos no Ministério os departamentos voltados ao licenciamento ambiental e à revitalização de bacias hidrográficas, e outros junto à Secretaria Executiva (SE) do MMA, como o de Economia e Meio Ambiente, para tratar dos instrumentos econômicos para a sustentabilidade, o da Amazônia e do Plano de Combate ao Desmatamento e, ainda, o de Fomento. Uma conseqüência no monitoramento do PPA, decorrente das mudanças internas deste Ministério, foi a transferência da gerência de programas e coordenação das ações, em 2007, o que acarretou em execução de uma mesma atividade por secretarias distintas, havendo necessidade de um período de adaptação e reorganização das unidades com seus programas e suas ações.

Na abordagem programática, também merece destaque a dificuldade para melhorar a qualidade da gestão dos programas no que diz respeito à eficiência de resultados e ao enfrentamento dos riscos. Ressalta-se a eficiência do gasto por meio dos resultados alcançados nas ações do MMA em 2007, já descritos anteriormente, mesmo diante da insuficiência e descontinuidade dos recursos orçamentários e financeiros destinados aos programas, bem como dos atrasos na liberação dos recursos financeiros, conseguindo um fortalecimento na sua capacidade de coordenação e articulação interna e externa. Considerando-se a abrangência da atuação do MMA e as limitações e restrições quantitativas e qualitativas referentes aos recursos humanos, orçamentários e financeiros, dificilmente qualquer programação que possa ser montada não será suficiente para enfrentar todos os desafios e todas as fragilidades. Entretanto, a transformação da estrutura organizacional do órgão, durante o período 2004-2007, propiciou uma estrutura programática mais racionalizada e simplificada, e mais adesa à realidade institucional. Hoje, o Ministério dispõe de uma programação com 19 programas, enquanto em 2005 eram 27. Mesmo havendo um acréscimo na execução orçamentária do MMA e de suas entidades vinculadas, que em 2004 estava em R$ 1.103.640.000, passando para R$ 1.468.766.000 em 2007, deve-se

esclarecer que a execução ainda carece de amadurecimento na qualidade do gasto e da apresentação de resultados para que sejam condizentes no caso de alguns programas, não dificultando ou comprometendo a gestão e o monitoramento dos programas e das ações, assim como a instituição.

Os programas de responsabilidade do MMA ainda carecem de melhores indicadores e processos de avaliação de seus resultados. Entretanto, nesse momento, o Ministério está envidando esforços em algumas frentes de discussões, entre as quais se destacam:

a) a elaboração de proposta de agenda e funcionamento do Subcomitê de Estatísticas e Indicadores Ambientais do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA);

b) o inventário, estado da arte, de estatísticas e de indicadores ambientais produzidos periodicamente pelos órgãos estaduais de meio ambiente e outras instituições, além da reestruturação do Sistema de Informações sobre Gestão Ambiental (SIGAB) e sua integração com o SINIMA no intuito de dar maior transparência às ações de gestão ambiental praticadas pelos órgãos estaduais de meio ambiente;

c) as discussões metodológicas que envolvem a definição dos indicadores de impacto do sistema de monitoramento da Reforma Programática para a Sustentabilidade Ambiental (SAL Ambiental) e do Projeto de Assistência Técnica para a Agenda da Sustentabilidade Ambiental (TAL Ambiental) com empréstimo pactuado junto ao Banco Mundial;

d) a inserção de variáveis ambientais nas pesquisas do IBGE, sendo fundamental para o processo de mensuração dos diferentes aspectos do conceito de desenvolvimento sustentável;

e) a representação do MMA na agenda internacional de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável como na Organização das Nações Unidas (ONU), na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que desenvolvem bancos de dados integrados entre diversos países com o objetivo de monitorar as principais metas acordadas nos fóruns internacionais relacionados às temáticas ambientais.

Complementando, como estratégia de atuação em 2007, a SE, em parceria com os demais órgãos e unidades do MMA, dirigiu o processo de elaboração das orientações estratégicas do Ministério, o qual foi elaborado em consonância com as orientações delineadas pelo Governo Federal. Esse documento norteou o processo de elaboração do PPA 2008-2011, a fim de que os programas e as ações a serem executados refletissem as reais diretrizes e prioridades, privilegiando, também, a sincronia, a racionalidade, a simplificação das atividades e com ênfase nas metas a alcançar.

A infra-estrutura de recursos humanos com a consolidação institucional interna do Ministério, até 2003, não teve como contrapartida a construção de um suporte técnico adequado, representado por um quadro estável de pessoal. A capacidade técnica necessária para dar resposta à ampliação das responsabilidades do MMA era absorvida por meio de servidores requisitados de outros órgãos da administração pública, de contratados por empresas prestadoras de serviços e, também, de consultores e profissionais de equipes-base vinculados a projetos de cooperação internacional. No período de 2004 a 2007, este assunto mereceu destaque, uma vez que grandes esforços foram realizados para a adequação do quadro de pessoal, no qual a força de trabalho total em 2004 era de 1.243 servidores e funcionários entre cargos efetivos, requisitados e cargos comissionados sem vínculo, contratados temporários e terceirizados, com apenas 109 servidores do Ministério, constituindo hoje o quantitativo total de 1.153 profissionais com 328 servidores efetivos, nos níveis médio e superior, o que ainda deixa muito a desejar. A maioria (610) era formada por profissionais contratados por meio de projetos com organismos internacionais, trazendo, portanto, inconvenientes do ponto de vista da gestão pública, pois estavam vinculados aos objetivos dos projetos de cooperação e não aos objetivos e às metas do Ministério, havendo uma inversão na lógica de planejamento e provocando um questionamento do Ministério Público Federal do Trabalho (MPFT), que considerava ilegal essa forma de contratação.

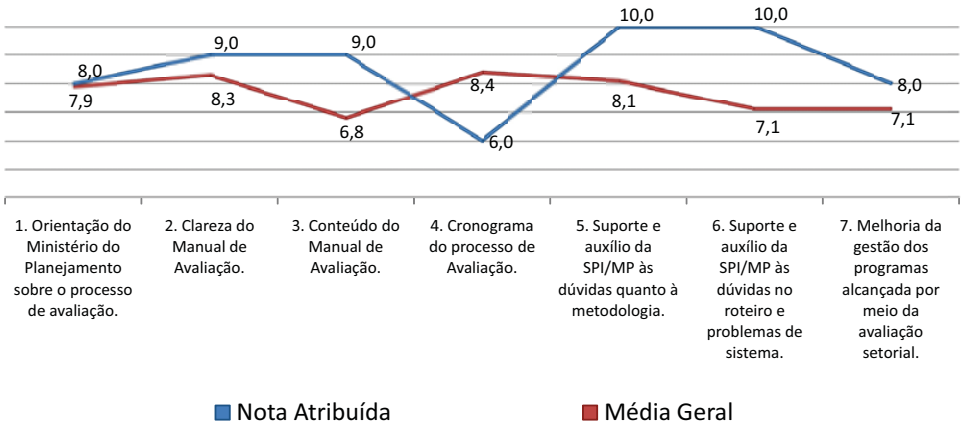
Em função desses questionamentos jurídicos, o Poder Executivo firmou acordo judicial, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo etapas e prazos para regularização da situação. A partir da assinatura desse TAC, a contratação por meio dos projetos de cooperação internacional restringiu-se a consultores de alta qualificação para produtos específicos como estudos e pareceres. Conseqüentemente, em dezembro de 2004, o MMA realizou o primeiro concurso público de sua história, tendo ingressado, a partir de março de 2005, 150 servidores para o quadro da carreira de especialista em meio ambiente, com o objetivo de substituir essa mão-de-obra, e sendo contratados 652 servidores na modalidade de contrato temporário com duração máxima de quatro anos.

Além disso, será realizado um novo concurso em 2008, concretizado com a publicação do edital no dia 27 de fevereiro de 2008, para o preenchimento de 83 vagas de analistas ambientais, completando os 300 cargos de nível superior aprovados na Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que criou a carreira de especialista em meio ambiente. Ademais, os contratos temporários com vencimento em dezembro de 2007 foram prorrogados até 31 de julho de 2009. É importante mencionar, também, que esses concursados não atenderão às necessidades do MMA, pois o seu quadro de servidores será, mesmo assim, composto majoritariamente por profissionais nomeados sem vínculo, requisitados, temporários e terceirizados. Porém, por outro lado, é preciso ressaltar que, em termos qualitativos, houve uma profunda transformação. Se o Ministério perdeu quadros de elevada capacidade técnica, com experiência de vários anos no tratamento das políticas ambientais, revigorou seus quadros e internalizou, de forma mais efetiva, a diretriz de política ambiental integrada, associada à obtenção de avanços em capacitação e desenvolvimento gerencial e motivação de pessoas. Todavia, como esse quadro de pessoal do MMA está, ainda, em formação e é multidisciplinar, será indispensável a implementação de um modelo bem estruturado de avaliação de desempenho profissional e um programa permanente de desenvolvimento dos recursos humanos.

A sensibilização das questões ambientais no mundo vem sendo alçada a um patamar inédito na história da humanidade e o MMA passa, no momento, por uma fase de transição, devido ao seu rearranjo e à evolução natural dos conceitos envolvidos na preservação do meio ambiente, às evidências trazidas pelos últimos estudos científicos relativos às mudanças climáticas, às orientações de Governo para promover a inclusão de fatores de sustentabilidade nos processos de produção e de consumo e, também, ao crescente controle e à participação social, com a evidência de ser vital o envolvimento dos diferentes setores do Poder Público, da sociedade civil e do setor privado na solução dos problemas ambientais. Diante do exposto, entende-se que ainda são enormes os desafios, mas também muitas iniciativas o MMA vêm promovendo na busca pela melhoria constante na gestão dos programas do PPA sob sua responsabilidade, consciente de que o aperfeiçoamento é um processo permanente e contínuo da instituição.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MMA mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MMA e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades extrativistas e indígenas, ribeirinhos, associações e cooperativas de pequenos produtores agrícolas e rurais, setor privado empresarial e comunidade científica amazônica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.496.554	Empenho Liquidado:	R$ 5.760.860
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 5.760.860**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 47.867.274	R$ 16.434.801	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área de Ecossistema Original Manejada de Forma Sustentável - ha	-	-	231.221	151.000	3.600.997	4,19%

1. ÁREA DE ECOSSISTEMA ORIGINAL MANEJADA DE FORMA SUSTENTÁVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice não se aplica às ações Apoio à Estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia, Gestão e Administração do Programa (GAP) e Disseminação de Boas Práticas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia. Como informado na avaliação de 2006, o índice de referência original levou em consideração áreas em hectares (ha) manejadas de forma sustentável, de reservas extrativistas (RESEX) e da Ação Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas do subprograma Projetos Demonstrativos (PDPI/PDA) num total de 3.000.000 ha, só que tais ações migraram para outros programas no PPA 2004-2007. Como são programas em fase de consolidação e finalização em 2007 e no início de 2008 as ações Fomento ao Manejo Florestal na

Amazônia e Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia passarão a indicar o crescimento na quantidade de hectares manejados de forma sustentável, o índice previsto ao final do PPA não se realizou.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o intuito de reverter o ritmo de destruição das florestas tropicais, reduzindo as emissões de carbono ao mesmo tempo em que se propicia melhor qualidade de vida aos habitantes das regiões, foi criado, no início dos anos 90, o Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Quase uma década depois de sua criação, o PPG7 se tornou um exemplo de cooperação internacional e, no plano interno, um modelo de parceria entre o setor público e a sociedade civil na busca de alternativas promissoras para o desenvolvimento sustentável das regiões da Amazônia e Mata Atlântica.

O PPG7 foi incluído no PPA 2000-2003, como um conjunto de ações do Programa Amazônia Sustentável (PAS) e na forma de ações de outras unidades do Ministério do Meio Ambiente (MMA), como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e de outros Ministérios, como o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério da Justiça (MJ).

Esse esforço articulado entre instituições federais, com ativa participação dos Estados e da sociedade, contribuiu para significativos avanços em um largo espectro de temas, que compreendem desde a pesquisa científica até a criação de condições para a gestão ambiental descentralizada; desde a geração de alternativas produtivas em caráter pioneiro à etnodemarcação de terras indígenas; e desde as experiências participativas de manejo florestal ao apoio à produção sustentável em diferentes ecossistemas. Foram geradas importantes lições, cruciais para a construção de um modelo não predatório de uso econômico dos recursos naturais para as regiões tropicais.

Ao mesmo tempo e, quiçá, mais importante, o PPG7 contribuiu para um notável avanço na mobilização autônoma da sociedade, na medida em que incorporou organizações civis nos processos decisórios e na implementação do Programa. A demanda natural pela difusão ampliada das lições geradas pelo PPG7 do Brasil foi reforçada pela vitória de uma coalizão política que, durante a campanha eleitoral, construiu um programa de Governo comprometido com um modelo de desenvolvimento sustentável, participativo e voltado às necessidades dos setores mais pobres da sociedade. O Programa de Governo para a Amazônia, por exemplo, elaborado com a participação da sociedade regional, estabelece, como prioridade absoluta, a internalização transversal dos princípios do desenvolvimento sustentável no conjunto das políticas públicas, considerada fundamental para um novo modelo de desenvolvimento da região.

No dia 09.05.2006, em Rio Branco (AC), o Presidente da República e os Governadores dos Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, de Rondônia e de Roraima assinaram um termo de cooperação com o objetivo de elaborar um grande programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: o Amazônia Sustentável, no âmbito do PPA 2004-2007.

O Programa foi construído a partir de diagnósticos e propostas estaduais estruturadas em torno de eixos temáticos estabelecidos com ativa consulta pública e participação da sociedade civil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Estruturação e operacionalização do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLOR).

• Capacitação de cerca de 150 analistas do IBAMA e de órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) no uso dos novos sistemas e das novas ferramentas de controle da atividade florestal.

• Elaboração de acordos de bom manejo do fogo em 47% das famílias nas 25 comunidades tradicionais da Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós (PA) representado por 423 famílias de um total de 900.

• Estabelecimento de renda diversificada para 128 famílias em cinco comunidades com a produção de óleos vegetais, móveis artesanais e couro ecológico.

• Desembolso de R$ 14.740.000,00 para projetos de apoio a populações tradicionais e assentados da reforma agrária, envolvendo em torno de 13 mil famílias.

• Publicação do exemplar Cutting down deforestation in the Brazilian Amazon: how Brazilian policies were able to reduce deforestation in the word's largest tropical forest sobre políticas do Governo Federal para combate e controle do desmatamento na Amazônia legal, destinado aos participantes da 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP-13), realizada na cidade de Bali (Indonésia) em dezembro de 2007.

• Organização e publicação do cd-rom 10 Anos do Sistema de bases compartilhadas de dados sobre a Amazônia (BCDAM), contendo documentação relativa aos 10 anos de informações sobre a Amazônia compartilhadas entre as instituições públicas da região.

• Implementação do Centro de Pesquisa e Gestão da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Pesqueiros Continentais da Amazônia (CEPAM), em articulação com órgãos federais e com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará (SEMA/PA).

• Avanços no processo de regularização fundiária na várzea, em ação compartilhada com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

• Avaliação do processo e da implementação dos acordos de pesca no Estado do Amazonas com o auxílio de parcerias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apóia o processo de implantação do Distrito Florestal BR-163 Sustentável e de gestão de diversas unidades de conservação (UCs) na região da BR-163, fornecendo subsídios técnicos para criação de UCs na Amazônia brasileira, resultando no aumento de áreas de FLONAs criadas pelo Governo brasileiro. Ocorreu a capacitação de duas mil pessoas, com ênfase nas práticas de manejo florestal.

A Ação Apoio a Estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia (Programa-Piloto) obteve baixa execução em decorrência do encerramento de instrumentos de parcerias firmados, 13 convênios foram encerrados em junho de 2006. Com o encerramento dos contratos com a Comissão das Comunidades Européias (CEC) e com o Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais (RFT), permaneceram 22 instrumentos, sendo nove convênios apoiados pelo *Kentucky Foundation for Women* (KFW) e 13 acordos de cooperação técnica (ACTs) relativos aos Centros de Capacitação para a Amazônia Legal (CECAP), celebrados junto a universidades federais e estaduais, com a interveniência dos Ministérios Públicos Estaduais.

Cinco das sete ações do Programa têm compromisso com doadores externos existindo, portanto, mecanismos de monitoramento das ações como um todo. Com regularidade não definida, são realizados cursos de capacitação em monitoramento e avaliação. E nas demais ações do Programa, o monitoramento é realizado por meio de sistemas de monitoria dos subprojetos, que se inicia nos dois primeiros meses do cronograma de implementação dos subprojetos, com avaliação de meio-termo, e finda com a proximidade de conclusão dos subprojetos, procurando extrair seus principais impactos e as lições geradas pela sua implementação, inclui também avaliações semestrais, e pelo Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente (SIGMA-1) do MMA, sendo que a avaliação depende da inclusão dos dados pelos agentes executores nos Governos Estaduais.

Contudo, tem-se a considerar que não refletem as mudanças recentes nas estratégias de atuação do MMA o que vem dificultando a medição dos indicadores. Com a reestruturação do MMA, as ações que atendiam à Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) passaram para outro departamento, criado no final do primeiro semestre de 2007.

É sempre um problema o orçamento da União ser votado fora do prazo constitucional, o que atrasa a liberação de recursos para os programas do PPA. No entanto, em 2007 não houve maiores problemas quanto ao fluxo de recursos visando a execução programada.

As doações internacionais têm sido de grande impacto no objetivo de dar suporte a ações de natureza experimental e pioneira, que visem a preservação das florestas tropicais brasileiras e o desenvolvimento sustentável. Assim como de dar suporte institucional tanto aos Governos Estaduais na gestão ambiental quanto à sociedade civil da Amazônia Legal. Em 2007, os impactos permaneceram significativos, haja vista vários resultados das ações terem influenciado políticas públicas, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito Estadual,

visando o melhor manejo dos recursos naturais da Amazônia. O caráter experimental de várias das ações do PAS está sendo transformado em políticas permanentes, incorporadas ao dia-a-dia de instituições ambientais federais e estaduais.

Permanece a necessidade de treinamento e capacitação contínua e cumulativa de técnicos, ainda mais se considerando a mudança no quadro de servidores do MMA, de temporários para permanentes ao longo de 2006 e 2007, nas questões relacionadas às áreas administrativa e financeira de algumas ações, especialmente quanto às regras de celebração de convênios, licitações e contratos, normas do Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e GAP para a execução de projetos.

Considerando-se a única ação executada fora do MMA, a Ação Financiamento de Projetos de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia transferida ao Ministério do Turismo (MTur), mais adequado à realização do objetivo da ação, e executada pelo Banco da Amazônia (BASA), o desempenho em 2007 continuou muito baixo em função da pouca demanda aos produtos creditícios oferecidos pela instituição financeira. O BASA, preocupado em dinamizar o crédito para o setor, está criando o Plano de Alavancagem do Turismo, com abrangência para todos os Estados da Amazônia Legal, em parceria com a iniciativa privada regional ligada ao turismo, com os Governos Estaduais e Municipais e com a sociedade local, num esforço conjunto para que se criem as condições necessárias para a melhoria do desempenho da aplicação creditícia no setor turístico da região.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em geral, os parceiros não-governamentais têm executado suas ações de forma satisfatória, contribuindo para o resultado positivo na execução e no cumprimento de metas das ações e, conseqüentemente, no resultado do Programa. A Ação Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa-Piloto) possui uma comissão executiva que tem a atribuição de aprovação ou não dos projetos a serem apoiados. Possui, também, uma comissão de apoio que acompanha e aprova a execução da Ação no ano anterior, por meio do relatório de atividades, e o planejamento operacional do ano seguinte.

As ações do Programa, em sua maioria, realizam reuniões com grupos de interesse, de forma a incorporar sugestões, alternativas ao seu objetivo como forma de participação destes grupos no desenvolvimento das atividades promovidas pelas mesmas.

A avaliação da satisfação dos beneficiários, a exemplo da Ação Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa-Piloto), é feita nas reuniões da Comissão de Apoio, da Comissão Executiva, do Fórum de Planejamento da FLONA do Tapajós, composto por representantes dos beneficiários, oficinas de intercâmbio de projetos com participação de líderes de comunidades, madeireiros, representantes de instituições e demais beneficiários do setor florestal, já a Ação Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa-Piloto) faz através do sistema de monitoria e avaliação participativa, e a Ação Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de

Várzeas na Amazônia (Programa-Piloto) faz com questionários aplicados pela equipe de monitoramento da ação, que são enviados a todos os que participam de eventos, cursos e demais atividades e, uma vez sistematizados os resultados, faz-se uma avaliação e são tomadas as medidas necessárias, seja para a correção das metodologias empregadas, seja para a criação ou adequação das atividades.

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes.

PÚBLICO-ALVO

População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 56.714.085	Empenho Liquidado:	R$ 39.072.057
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 39.072.057**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Proteção Integral dos Biomas - Porcentagem	2,88	-	5,60	3,79	6,00	94,8%
2. Taxa de Uso Sustentável dos Biomas - Porcentagem	2,96	-	9,20	4,29	7,00	61,3%

1. TAXA DE PROTEÇÃO INTEGRAL DOS BIOMAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 foi 3,79 e ficou um pouco abaixo do previsto para o final do PPA.

2. TAXA DE USO SUSTENTÁVEL DOS BIOMAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 foi 4,29, abaixo do previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O estabelecimento do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) está previsto no Programa de Governo da Coligação Lula Presidente e nas orientações estratégicas do Governo Federal, contidas no PPA da União. Dentre tais orientações está o Megaobjetivo II, que trata da proteção da biodiversidade como aspecto fundamental para alcançar a sustentabilidade.

A diretriz 12, do desafio 17 – melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com justiça ambiental –, por sua vez, orienta as ações de Governo necessárias para a conservação e o manejo de áreas protegidas.

A proteção de áreas naturais resulta em benefícios à sociedade, aumentando a qualidade de vida das gerações atuais e respeitando necessidades das gerações futuras, além de gerar benefícios econômicos diversos. Dentre as ações e os respectivos benefícios decorrentes do estabelecimento e da gestão de um sistema de áreas protegidas, destacam-se:

a) conservar a diversidade biológica;

b) conservar os recursos genéticos para avaliação de seu potencial de uso;

c) garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;

d) proteger e manejar a fauna silvestre;

e) proteger e manejar os recursos florestais;

f) conservar os recursos hídricos;

g) proteger paisagens de notável beleza;

h) proteger sítios históricos e culturais;

i) favorecer a pesquisa científica;

j) proporcionar flexibilidade de tecnologia;

k) assegurar a qualidade de vida dos seres humanos;

l) proporcionar recreação em contato com a natureza;

m) proteger investimentos (evitando e controlando a erosão do solo e o assoreamento dos rios e das represas, mantendo regular a vazão dos rios, mantendo mananciais de água para abastecimento humano, mantendo e repovoando espécies exploradas comercialmente);

n) assegurar o crescimento econômico regional (organizando e enfocando a ação governamental no interior ou no entorno de áreas protegidas, visando a transferência de renda para o meio rural e a geração de oportunidades estáveis de trabalho, por exemplo: turismo, comércio de artesanato e de produtos de divulgação local e pólos de excelência em pesquisa).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação do SNUC no âmbito federal, em 126.400 ha, resultante da criação de cinco unidades federais e da ampliação de duas unidades federais.

• Implementação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) por meio da disponibilização de informações sobre as unidades de conservação (UCs) reconhecidas pelo SNUC.

• Elaboração do Plano de Sustentabilidade Financeira do SNUC.

• Reestruturação da Câmara de Compensação Ambiental (CCA) no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

• Conclusão do Plano de Ação para a Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais.

• Publicação dos cadernos cinco e seis da série Áreas Protegidas do Brasil: Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil e Pilares para o Plano de Sustentabilidade do SNUC.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As atividades previstas para o ano de 2007 foram alcançadas em sua maioria. Porém, foram encontradas dificuldades com os processos de criação de UCs, que em sua maioria não foram concluídos. Dos 23 processos encaminhados à Casa Civil, sete foram decretados. No entanto, isso se deve a problemas externos ao MMA, que vem sendo minimizado por meio do estabelecimento de grupo de trabalho para definição de procedimentos de criação de UCs Federais com apoio a iniciativas municipais e estaduais de criação e implementação de UCs no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Foi promovida a integração do Plano de Visitação dos Parques Nacionais com a campanha Viagens Sustentáveis. Houve seleção dos parques nacionais, que irão participar da primeira fase da campanha, e identificação dos produtos e serviços sustentáveis que serão abordados na campanha. Foi promovido o apoio à realização do V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC) em Foz do Iguaçu (PR).

Houve contingenciamento de recursos, mas isso não alterou a execução programada. A legislação atual restringe a descentralização de recursos para entidades civis sem fins lucrativos, que muitas vezes não apresentam recursos financeiros como contrapartida. Na Ação Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis para o Ecoturismo, houve restrições administrativas e demora na liberação da dotação orçamentária da ação, que se encontrava contida até meados de novembro de 2007. Com isso, a meta física não foi atingida em 100%.

A gerência do Programa e os entes executores das ações desenvolvem as atividades em conjunto, e a gerência do Programa e a coordenação das ações desenvolveram as atividades em parceria.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias não-governamentais para a execução do Programa foram satisfatórias. As atividades foram desenvolvidas com comprometimento de ambas as partes e as metas foram alcançadas.

As consultas públicas, realizadas nos processos de criação das UCs, contribuem para o levantamento de novas informações, correções e indicação de alternativas.

A gerência do Programa destaca a necessidade de capacitação continuada para o corpo técnico que atua na equipe gerencial do Programa de forma a assegurar otimização e melhoria dos resultados.

COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

PÚBLICO-ALVO

População das áreas susceptíveis à desertificação (ASD)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 10.797.198	Empenho Liquidado:	R$ 3.666.990
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.666.990**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Áreas Atendidas por Intervenções que Visem o Combate à Desertificação - km²	-	-	3.475	12.400	14.600	84,9%

1. ÁREAS ATENDIDAS POR INTERVENÇÕES QUE VISEM O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Várias ações implementadas nos Estados contribuíram para o índice apurado, dentre as quais: o Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) dos Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí e as intervenções estaduais. Uma área de 12.400 quilômetros quadrados (km²) foi atendida com ações de combate à desertificação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) define desertificação como a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas. No Brasil, são áreas susceptíveis à desertificação (ASDs) as regiões atingidas por esse problema.

São Municípios de todos os Estados do Nordeste, além de alguns Municípios do Norte do Estado de Minas Gerais e do Noroeste do Estado do Espírito Santo. No total, são 1.482 Municípios que ocupam uma área de 1.338.076 km² (15,7% do território brasileiro), nos quais vivem cerca de 32 milhões de pessoas (18,6% da população do País).

O Brasil, seguindo a orientação da UNCCD, da qual é signatário desde 1997, elaborou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil). Esse Programa, instrumento de planejamento que define as linhas e as principais ações para o combate e a prevenção do fenômeno da desertificação, tem como elementos-chave o combate à pobreza e às desigualdades sociais, aliado à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais. O PAN-Brasil tem como objetivo geral estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e a execução de políticas públicas e investimentos privados nas ASDs, tendo como foco a promoção do desenvolvimento sustentável. Em face do exposto, o Programa Combate à Desertificação justifica-se pela necessidade de se promover uma centralização, em um programa apenas, das diversas ações governamentais que visam a implementação de práticas sustentáveis para a convivência com a seca e redução do processo de desertificação na região. Além disso, o Programa pretende desenvolver algumas das ações de implementação previstas no PAN-Brasil:

a) construir, desenvolver, fortalecer, aumentar e melhorar a capacidade da população que vive nas ASDs para o combate à desertificação por meio da convivência com especificidades locais;

b) selecionar projetos de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, que priorizem a racionalização do uso e recuperação dos solos, conservação da biodiversidade, combate à pobreza, educação ambiental e desenvolvimento científico e tecnológico;

c) apoiar técnica e politicamente a elaboração e implementação dos planos estaduais (PAEs), por meio da mobilização e articulação dos diversos atores governamentais e não-governamentais;

d) cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil junto à UNCCD;

e) desenvolver projetos de convivência com as ASDs voltados para as atividades familiares em microbacias da região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Lançamento do Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação.

- Realização do ZEE dos Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí.

- Realização do I Seminário Internacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A redução dos processos de desertificação em curso nas ASDs demanda iniciativas integradas e de longo prazo, através de ações e metas que visem minimizar impactos dos processos de desertificação sobre o solo, a fauna, a flora e os recursos hídricos, de forma a reduzir a degradação das terras e a pobreza no semi-árido brasileiro. Porém, apesar dos esforços do Ministério do Meio Ambiente (MMA), os recursos alocados no Programa de Combate à Desertificação não foram suficientes diante das necessidades do Programa e das demandas dos atores locais. Portanto, foi primordial a inclusão de novos parceiros para o desenvolvimento de ações de combate à desertificação nas ASDs, como meio de se atingir os objetivos esperados. Por outro lado, o MMA passou por uma reestruturação interna impactando o desenvolvimento das atividades da Coordenação Técnica de Combate à Desertificação (CTC).

A mobilização social desencadeada durante o processo de elaboração do PAN-Brasil foi fundamental para que na fase de implementação se esteja logrando uma participação efetiva dos atores governamentais (federal e subnacionais) e não-governamentais. Do ponto de vista governamental, possibilitou abrir canais de diálogo com diversos órgãos e instituições federais que, de alguma forma, desenvolvem ações nas ASDs. A CTC da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério (SEDR), ao coordenar a participação de diversos atores, incentivar a organização da sociedade civil e apoiar a realização de eventos, favorece a ampliação da discussão do tema de combate à desertificação junto à sociedade brasileira, em especial do conjunto de cidadãos e instituições nas ASDs. Dessa forma, coordena e coopera com a formulação de agendas comuns de trabalho, visando ampliar a capacidade nacional e regional para o enfrentamento dos problemas diagnosticados nas ASDs. A metodologia participativa também é aplicada na fase de planejamento das ações da CTC/SEDR.

O planejamento das atividades e ações é realizado de forma processual, que é consolidado em seminário ou oficina de trabalho, do qual participam representantes de órgãos e Ministérios atuantes nas ASDs, da cooperação internacional, de Governos Estaduais e da sociedade civil. Este trabalho permanente e verdadeiro de co-gestão entre Governos Federal e Estaduais, sociedade civil e cooperação internacional, tem permitido também o desenvolvimento de uma capacidade de mobilizar recursos privados para fins públicos, viabilizando o cumprimento dos objetivos do Programa.

Várias iniciativas realizadas no Programa foram realizadas, como o 1º Encontro Presencial do Curso de Especialização *lato sensu* por tutoria a distância em Desenvolvimento Sustentável para o Semi-árido Brasileiro (DSSB), em Campina Grande (PB), com ênfase no combate à desertificação. A promoção de curso pela SEDR, em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), por meio da cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), tendo como público-alvo profissionais de nível superior ligados a instituições ou entidades com atuação direta nas ASDs. O curso tem atingido seu objetivo, proporcionando a introdução de novos conceitos e práticas de modo a potencializar a participação dos profissionais nas ações de prevenção e combate à desertificação.

Foi lançado o Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação pelo MMA, em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), com a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil). Isto se configurou como uma importante ferramenta para o desenvolvimento de atividades para implementação do PAN-Brasil. Foram apoiados 13 projetos com orçamento de até R$ 15 mil cada desenvolvidos nas ASDs.

Foi elaborado o Projeto de Cooperação Técnica Proágua Semi-Árido Antidesertificação (PASA) no âmbito do Programa Proágua Nacional do Ministério da Integração Nacional (MI), em cooperação com o MMA e com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Participação na 8ª Conferência das Partes da UNCCD, no período de 3 a 14 de setembro de 2007, na cidade de Madrid (Espanha). Os objetivos da conferência foram de desenvolvimento de uma estratégia de implementação para a UNCCD, de discussão do orçamento para o período 2008-2009 e do Plano Estratégico para os próximos 10 anos. O Brasil, como signatário da convenção, além de participar da conferência, coordenou três *sides events*. O primeiro, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) denominado Pacto Nacional: um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido; o segundo, com os países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) denominado a *Estrategia de Lucha contra la Desertificación, la Degradación de la Terra e los Efectos da la Sequía*; o terceiro, em conjunto com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) denominado Uma Abordagem Global e Dinâmica de Apoio à Implementação da Convenção.

O Programa realizou o Projeto de ZEE dos Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí, o qual foi viabilizado com recursos do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o MMA e com o IICA. Como resultado deste trabalho foram gerados os seguintes produtos:

a) banco de dados geográficos (BDG), contemplando dados físicos e sócio-econômicos;

b) compilação e geração de informações temáticas necessárias para caracterização dos componentes do meio físico (geologia, geomorfologia, solo, clima, cobertura vegetal e uso da terra);

c) delimitação das áreas de preservação permanente (APPs) e estimativa da área disponível para manutenção da reserva legal, com base na legislação vigente;

d) informações sobre a aptidão agrícola dos solos e sobre a vulnerabilidade à perda de solos;

e) desenvolvimento de um programa de capacitação de pessoal para manusear as informações geradas.

Ocorreu a promoção do *workshop* Sistema Brasileiro de Alerta Precoce de Seca e Desertificação (SAP), em parceria com o INPE – instituto do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – com o objetivo de discutir a elaboração de um sistema capaz de prever períodos de seca no semi-árido brasileiro e de desenhar cenários atuais de vulnerabilidade resultantes do uso da terra, com ênfase nas questões de desertificação, e cenários futuros, em decorrência das mudanças climáticas. O *workshop* elaborou um conjunto de recomendações para orientar o desenvolvimento do SAP.

Realização do Quinto Período de Sessões do Comitê para a Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CRIC5/UNCCD) em Buenos Aires (Argentina). A participação da delegação brasileira nesse fórum teve resultados importantes. Dentre eles, a preparação e realização do side event Avanços do Brasil na Implementação da UNCCD, que teve como objetivos principais apresentar o relatório nacional de implementação da convenção no País, lançar o Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil e o livro *Indicadores de la desertificación para América del Sur* e apresentar as cinco prioridades do Governo brasileiro para o período 2007-2011.

Além disso, foi proferida palestra no painel *Global Interactive Dialogue on Rural Investments*. Também foi realizada a mostra de cinema Cenários Secos, em comemoração ao Dia Mundial de Combate à Desertificação, no Espaço Cultural Renato Russo em Brasília (DF), e a palestra (seguida de debate) Mudanças Climáticas e Desertificação – Um Desafio Global, tema sugerido pela Secretaria da UNCCD para 2007. A mostra contribuiu para difundir o tema da desertificação de forma inovadora.

Realização do I Seminário Internacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, promovido pelo Governo do Estado da Bahia, com o apoio da SEDR, por meio da Coordenação de Combate à Desertificação. O evento teve como objetivo principal discutir as diretrizes para a elaboração do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE/BA).

A SEDR, por meio da Coordenação de Combate à Desertificação, integrou a comitiva do MMA que apresentou ao Governo do Piauí as atividades desenvolvidas pelo Ministério neste Estado, e discutiu a questão da criação de UCs, dentre elas a do Parque Nacional da Serra Vermelha, o evento em questão resultou nos seguintes acordos:

a) futuro estabelecimento de convênio entre o MMA e o Estado do Piauí visando a elaboração do PAE/BA;

b) proposta de uma agenda comum com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR/PI) para discutir a implementação do Núcleo de Pesquisa de Recuperação de Áreas Degradadas em Gilbués (Nuperade), a fim de dar prosseguimento à execução das ações e à negociação de recursos com os parceiros e financiadores;

c) disseminação de experiências exitosas de controle da degradação ambiental alcançadas nos experimentos implantados pelo MMA e a SEMAR.

Foi realizada a VII Reunião Ordinária dos Ministros de Meio Ambiente do MERCOSUL, em Montevidéu (Uruguai). No âmbito deste evento foi realizada a 41ª Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho nº 6 do MERCOSUL (SGT-6), a reunião do Grupo *Ad Hoc* de Luta Contra a Desertificação e Seca do MERCOSUL e a oficina de trabalho da Comissão de Meio Ambiente do Parlamento do MERCOSUL. As reuniões apresentaram os seguintes resultados:

a) elaboração do Plano de Trabalho para implementação da primeira fase da Estratégia MERCOSUL de Luta Contra a Desertificação, Degradação da Terra e a Seca;

b) apoio à implementação da Estratégia de Combate à Desertificação assumido pelo Parlamento do MERCOSUL;

c) o PNUD e o Mecanismo Mundial (MM) reafirmaram seu apoio à fase de implementação da estratégia;

d) os países participantes reconheceram que a desertificação é um problema regional grave que deve ser priorizado.

Os recursos oriundos do Orçamento da União liberados foram insuficientes para atender às metas físicas das ações do Programa. Em decorrência do contingenciamento, que só foi possível sanar a questão e cumprir com as metas físicas estabelecidas mediante um trabalho permanente de articulação e parceria com outros órgãos da Administração Federal, dos Estados, da sociedade civil e dos organismos de cooperação internacional. O fluxo dos recursos liberados ao longo do ano limitou o desenvolvimento das ações de implementação do PAN-Brasil. Saliente-se que só não foi mais prejudicial porque houve grandes avanços na sensibilização de outros parceiros.

Estão sendo formuladas estratégias para captação de recursos de outras fontes complementares, necessários para a plena execução do Programa. Desta forma, para o ano de 2007, o Congresso Nacional aprovou Emenda Parlamentar ao Orçamento no valor de 10 milhões de reais. Entretanto, estes recursos só foram liberados parcialmente no final de 2007.

No tocante às metas físicas do Programa em 2007, só foram utilizados 32% dos recursos previstos, em decorrência do contingenciamento do orçamento. Parte desse recurso foi descentralizado para o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCT) no âmbito da cooperação entre o Brasil, via a SEDR, e o IICA, objetivando apoiar a execução de ações de implementação do PAN-Brasil. As ações vêm sendo desempenhadas conforme os objetivos especificados no PCT. O desempenho do referido projeto pode ser considerado médio em função de ainda estar em execução.

Durante o ano de 2007, foram efetivadas várias parcerias com a sociedade civil para a implementação do Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca para a realização do ZEE dos Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí e para a realização do projeto diagnóstico do uso da lenha nas atividades agroindustriais do território do Seridó (RN).

Com a participação em consultas públicas, em reuniões com grupos interessados e nas discussões em conselhos setoriais, garantiu-se o envolvimento de todos os grupos interessados e das instituições parceiras na gestão de recursos, na execução, no monitoramento e na avaliação das ações do Programa. Foram envolvidos os diferentes atores sociais, principalmente as comunidades locais das áreas afetadas.

A equipe gerencial é qualificada. Entretanto, o grande problema enfrentado pela gerência é a rotatividade de técnicos em função dos contratos temporários. A vigência destes contratos foi renovada até julho de 2009, sem possibilidade de prorrogação.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 60.385.327	Empenho Liquidado:	R$ 15.244.922
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 15.244.922**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 20.000.000	R$ 0,00	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção - Porcentagem	-	-	20,38	31,25	17,59	177,6%

1. TAXA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS COM BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice esperado para 2007 foi superado já em 2006, uma vez que a expectativa era de atingir 17,59% de organizações inseridas em processos produtivos enquanto, na realidade, essa proporção foi de 20,38%. Em 2007, ficou acima com 31,25%, devido aos mesmos motivos dos anos anteriores: o número de projetos aprovados foi maior do que o esperado, além dos que foram priorizados, projetos com caráter produtivo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um dos países de maior diversidade cultural no planeta. Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Arruda em "Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil", 2002, Ministério do Meio Ambiente (MMA) apontam a existência de centenas de grupos tradicionais, que

incluem, entre outros, seringueiros, caboclos e ribeirinhos, caiçaras, caipiras, quebradeiras de coco, quilombolas, pantaneiros, campeiros, babaçueiros, vareiros, jangadeiros e açorianos. Do ponto de vista conceitual, como assinala Para Manuela Carneiro da Cunha em "Populações Tradicionais e Conservação Ambiental", de Veríssimo *et alli*, *in* Biodiversidade na Amazônia Brasileira (2001) do Instituto Socioambiental, as populações tradicionais são caracterizadas, para os propósitos deste Programa, por sua relação com a base de recursos naturais e a gravidade e premência de suas demandas por políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Dentre as características que definem as comunidades tradicionais destacam-se: a ligação intensa com territórios; a presença de instituições políticas próprias e tradicionais; a dependência de sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência. Em conseqüência, a relação de tais comunidades com os recursos naturais em seus territórios é um elemento crucial para sua sobrevivência e integridade cultural. As populações tradicionais têm sido historicamente excluídas das políticas públicas de promoção econômica e social, consideradas "invisíveis", "atrasadas", ou mesmo como obstáculo ao desenvolvimento e ao aumento da produção comercial. Como conseqüência, ao longo da história do Brasil, os territórios por elas ocupados e os direitos de acesso e uso de recursos naturais têm sido usurpados, o que resultou em êxodo rural e aumento da pobreza, agravados pela degradação ambiental de seus territórios remanescentes, o que se reflete diretamente na qualidade de vida das populações que as habitam. Com a democratização do País e refletindo sua crescente organização, as populações tradicionais construíram alianças e se tornaram ativas no processo político, conquistando o direito a políticas públicas de promoção econômica e social específicas e reconhecimento pelos serviços ambientais prestados.

A Constituição Federal de 1988 fez referência direta e indireta às populações tradicionais, como, por exemplo, no artigo 68 das Disposições Transitórias, que garante a propriedade definitiva das terras ocupadas por quilombolas. Outro marco legal da luta de comunidades tradicionais por reconhecimento é o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que criou a figura das reservas extrativistas (RESEX), depois incorporada na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Se a Legislação Federal respondeu rapidamente à mobilização de populações tradicionais, provendo adequada base legal, os recursos destinados à proteção ambiental e à promoção sócio-econômica nem foram suficientes para reverter às conseqüências de décadas de omissão do Poder Público, nem permitiram o atendimento a um número significativo de comunidades no País.

Crescentemente organizadas e cientes de seus direitos, as comunidades tradicionais exigem respostas imediatas e eficazes das políticas públicas às suas demandas por apoio ao desenvolvimento sustentável. O não-atendimento de tais demandas irá semear a frustração entre populações cronicamente postas à margem da atuação do Estado, ainda em situação de pobreza relativa e fragilidade social.

O Programa Comunidades Tradicionais pretende atingir seu objetivo focalizando inicialmente suas ações em diferentes grupos sociais e em regiões distintas. A maior parte das ações incide sobre a Amazônia, pois a maioria das populações tradicionais vive nessa

região, exatamente porque a base de recursos naturais é menos degradada. De início, o Programa vai trabalhar com extrativistas (seringueiros, quebradeiras de coco e extrativistas de açaí) e com grupos quilombolas. Posteriormente, o Programa buscará incorporar outros grupos sociais em função da gravidade de sua demanda, latente por ações de gestão ambiental e de apoio ao uso sustentável de recursos naturais. Contatos diretos com tais grupos sociais dependem de uma tessitura delicada de relações de confiança, cuja construção irá se beneficiar da existência de um programa como este, na medida em que significa status, coerência e estabilidade no trato do tema pelo Governo Federal.

O apoio aos extrativistas da Amazônia que no PPA 2000-2003 se expressou na ação Amazônia Solidária, conduzida pela Coordenadoria de Agroextrativismo da Secretaria de Coordenação da Amazônia (CEX/SCA), no âmbito do Programa Amazônia Sustentável (PAS) e em ações do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CNPT/IBAMA), teve continuidade no PPA 2004-2007. A CEX/SCA teve, neste Governo, suas atribuições grandemente ampliadas. Em função da capilaridade construída ao longo dos últimos anos, tornou-se parceira do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a implantação do Programa Fome Zero nas áreas de floresta da Amazônia. Além disso, um acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e com o Ministério da Fazenda (MF) transferiu à SCA a responsabilidade pelo repasse dos recursos advindos da subvenção econômica à borracha nativa, estabelecidos pela Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997. Finalmente, o Programa incluirá ações de gestão ambiental e promoção do uso sustentável de recursos naturais em territórios de quilombolas.

Estimativas apontam a existência de cerca de 1.000 comunidades quilombolas distintas, distribuídas em pelo menos 22 Estados da Federação. Grande parte dessas comunidades se localiza na Amazônia Legal. Apenas no Pará, estima-se a existência de 250 comunidades. A situação fundiária indefinida e a ausência de políticas de proteção e gestão ambiental contribuíram para a degradação da base de recursos naturais secularmente utilizadas por essas comunidades.

O Programa Comunidades Tradicionais irá contribuir para recuperar a base de recursos degradada, com participação decisiva das próprias comunidades, detentoras de patrimônio inestimável de conhecimentos sobre o uso sustentável da biodiversidade. A estratégia de implementação será descentralizada, com grande parte da execução entregue às organizações representativas das populações tradicionais e organizações não-governamentais (ONGs) afins, uma vez que a existência de capital social fundado em relações de confiança é apontada, na literatura especializada, como elemento crucial para o sucesso de políticas públicas no contexto cultural em que se inserem as comunidades tradicionais. Eventualmente, poderá haver recursos para a execução de atividades por instituições públicas dos três níveis de Governo.

A coordenação eficaz do Programa Comunidades Tradicionais irá envolver a participação ativa de instituições federais, inclusive por meio da execução concertada de ações. Dentre tais instituições estão: a Fundação Cultural Palmares (FCP), o Ministério da Educação (MEC), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e, no âmbito do MMA, o CNPT/IBAMA e a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS).

Tendo em vista as conhecidas dificuldades de monitoramento por meio de indicadores convencionais, uma vez que o espaço das comunidades tradicionais é caracterizado pela informalidade e dispersão espacial, a gestão do Programa se fará com base em comitês gestores paritários, a exemplo do que foi feito com sucesso pela CEX/SCA para a gestão da Ação Amazônia Solidária – Apoio às Comunidades Extrativistas da Amazônia. Esse tipo de instância de gestão não só permite um gerenciamento dinâmico eficaz, já que se baseia em fluxo de informações adequado e tempestivo, mas também estimula a organização autônoma dos beneficiários e o aumento da percepção de propriedade (ownership) sobre a política pública.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Publicação do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que estabelece a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

- Crescimento de 53,3% na taxa de comunidades tradicionais com beneficiamento da produção.

- Elaboração de plano de ação para desenvolvimento da cadeia produtiva do babaçu.

- Desenvolvimento de estratégia para as cadeias de produtos da sócio-biodiversidade e mercados sustentáveis nos biomas brasileiros.

- Elaboração de mapeamento com a metodologia da cartografia social em três comunidades tradicionais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O alcance dos resultados ficou acima de 100%, pois além das metas físicas terem sido alcançadas, outros resultados não-planejados, não-quantitativos e não-expressos na forma de produtos de ações foram atingidos.

Efetua-se, principalmente, o monitoramento das ações que visam o apoio a projetos. Procura-se realizar este monitoramento antes, durante e depois da execução de um projeto. Contudo, nem todos podem ser monitorados com essa periodicidade, pois se trata de uma demanda que extrapola o número de técnicos que trabalham no Programa. Nesses monitoramentos, os técnicos do Programa informam aos beneficiários sobre a forma correta do uso dos recursos, avaliam a execução dos projetos, auxiliam na solução de eventuais dificuldades e articulam com outras entidades possíveis parcerias para a boa execução dos projetos e para sua continuação. Da mesma forma, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) realiza visitas quando constatada uma execução de 50% de cada projeto ou sempre que se detecta a necessidade de proximidade das equipes.

A proposta é monitorar fisicamente e também os aspectos financeiros, auxiliando no desenvolvimento das ações, no equacionamento de possíveis conflitos e também visando o bom ordenamento das despesas. Ao longo de 2007, implementou-se um sistema de monitoria e avaliação que facilitará essa tarefa, uma vez que a tornará mais objetiva. Outra iniciativa que aumentou a capacidade de acompanhamento dos projetos foi a parceria com as agências implementadoras do Programa, que são entidades da sociedade civil que, em conjunto com o MMA, auxiliam na execução do Programa. Como estas entidades estão próximas às áreas de execução dos projetos, a possibilidade de acompanhamento é muito maior. Outra dificuldade são as grandes distâncias que devem ser percorridas, o que demanda muito tempo e recursos. No caso das ações realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), os chefes das RESEX e seus funcionários acompanham *in loco* o desempenho dos projetos apoiados.

Ao longo de 2007, continuou-se a montagem do Sistema de Informações da CEX, um dos executores do Programa Comunidades Tradicionais. O escopo do sistema foi elaborado, constando as telas de entrada e saída de informações referentes aos projetos apoiados por esta coordenadoria, às reuniões dos comitês locais e do Comitê Gestor, aos componentes do Programa (e as suas ações e aos seus resultados), ao monitoramento e à avaliação de todas essas vertentes. Além disso, encontra-se em fase de implementação o módulo de cadastro.

Foram aprovados 100 projetos para o apoio às atividades produtivas e de organização social das comunidades tradicionais extrativistas e dos agricultores.

Foram realizados capacitação e treinamento de 6.200 extrativistas, lideranças comunitárias, agricultores e algumas associações comunitárias em elaboração de projetos, liderança comunitária, gestão de RESEX, comercialização de produtos, manejo florestal, agroecologia, uso de máquinas de desfribilar malva e juta, organização e gestão comunitária e para o fortalecimento da participação na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Foram implementados projetos em parceria com o Programa Corredores Ecológicos (PCE), e também foi ampliado o acesso de grupos não-organizados juridicamente.

O FNMA, assim como a CEX, solicita relatórios financeiros e técnicos parciais dos projetos apoiados, que são analisados e diligenciados sempre que há necessidade.

A existência de conselhos nas RESEX e do Conselho Gestor da Carteira de Projetos do Agroextrativismo estabelece mecanismos de participação social nos processos de decisão e de acompanhamento dos projetos. A CNPCT também faz um acompanhamento qualitativo das ações realizadas neste Programa.

Desconsiderando-se as ações executadas com recursos de restos a pagar, e créditos extraordinários e não-orçamentários, visto que estas não têm metas físicas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, observa-se que das seis ações restantes, uma ultrapassou

os 100%, com um índice de 420%, duas atingiram 100% e três ficaram abaixo, com índices de 83,3%, 73% e 6,11%.

O maior aporte dos recursos foi liberado no final do ano de 2007, o que provocou problemas para a execução do planejamento. O montante de recursos da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) é baixo em relação ao montante liquidado diretamente com a execução das ações do Programa, visto que a equipe técnica que implementa as ações deste é composta, na sua maioria, em torno de 80%, por técnicos contratados temporariamente e terceirizados.

A implementação das ações, no que se refere ao seu produto final, foi restringida pela necessidade de destinar recursos ao pagamento de salário e benefícios ao pessoal contratado por concurso temporário. Ao contrário de servidores efetivos, este pagamento é feito com recursos das ações.

O Programa trabalha, basicamente, com recursos descentralizados. É justamente isso que confere o alto desempenho da execução das ações, uma vez que os executores são as entidades que diretamente representam o público-alvo do Programa ou entidades que os assessoram. Isto confere maior eficiência, pois diminui custos, uma vez que não há necessidade de deslocamentos de técnicos de Brasília (DF) para a execução das ações. Ademais, dá maior legitimidade ao Programa, pois os beneficiários tornam-se protagonistas deste, compartilhando, inclusive as tomadas de decisões.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa trabalha com as agências implementadoras, que são entidades da sociedade civil com inserção local. Estas entidades apóiam a divulgação do Programa, bem como a elaboração, execução e avaliação dos projetos.

São realizados seminários com as entidades beneficiárias e parceiras do Programa, com o intuito de definir os procedimentos de atuação, no que se refere ao acompanhamento dos projetos, a sua avaliação e a outras decisões pertinentes.

O julgamento dos projetos executados pela CEX é realizado em instâncias coletivas e paritárias, Comitê Gestor, ou com maioria de representação da sociedade civil nos comitês locais. O FNMA também tem seu conselho deliberativo, que se constitui, paritariamente, por representantes governamentais e da sociedade civil, eleitos por meio de voto a cada biênio para aprovação dos projetos. O Programa também é discutido no âmbito da CNPCT, da Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais do São Francisco e da Câmara Técnica Temática dos Povos e Comunidades Tradicionais do São Francisco. Todas as ações em RESEX e em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são discutidas em conselhos próprios.

As contribuições se dão no sentido de aproximar as estratégias de execução do Programa e a realidade local dos beneficiários. Além disso, no sentido de definir prioridades de

acordo com as necessidades locais. Desta forma, o controle social permite que as ações fomentadas sejam desenvolvidas de acordo com as necessidades das comunidades, e não pelos interesses locais ou de um determinado setor.

Encontra-se em fase de implementação um sistema de monitoramento e avaliação de projetos.

A equipe gerencial do Programa tem perdido sistematicamente seus quadros técnicos, seja de analistas ambientais, seja de contratos temporários. Há deficiência no conhecimento técnico afeito ao agroextrativismo, aos movimentos sociais, às comunidades tradicionais e ao cooperativismo.

Apesar das necessidades evidentes de pessoal, não houve, em 2007, a liberação de concursos para o MMA e, para 2008, somente está autorizada a realização de concurso para substituir os servidores permanentes que saíram do quadro.

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Contribuir para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas Cerrado, Pantanal, Marinho, Costeiro, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, por meio da implantação de sistemas de gestão integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.035.435	Empenho Liquidado:	R$ 1.395.681
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.395.681**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Remanescentes do Bioma da Mata Atlântica - Porcentagem	-	-	27,4	7,0	8,48	82,5%

1. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em dezembro de 2007, foi lançado o Mapeamento da Cobertura Vegetal do Bioma Mata Atlântica, realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no âmbito do Projeto de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (PROBIO/MMA). O referido mapeamento apontou uma taxa de remanescentes de 27% em relação à área original do bioma, incluindo os remanescentes florestais e de vegetação de campos naturais, restingas e manguezais. Cerca de 7% são remanescentes florestais bem conservados, e o restante é vegetação em estádio inicial e médio de regeneração. Estes dados apontam para a redução dos índices de desmatamento e para a existência de um processo de recuperação da vegetação nativa do bioma.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, acreditava-se que seria suficiente garantir a conservação de espécies isoladamente, passando depois para a conservação de amostras de ecossistemas por meio da criação de unidades de conservação (UCs). Finalmente, no conceito moderno, embasado em um consenso científico, percebeu-se que é necessária uma visão global, que incorpore uma ação mais ampla sobre as potencialidades e as ameaças a que estão submetidos os recursos naturais em todo o bioma, envolvendo, inclusive, as atividades produtivas, a partir do levantamento de seu passivo ambiental e da adoção de medidas que tornem mais articulado o desenvolvimento econômico com a necessária manutenção de sua base socioambiental. Sem isso, não será possível garantir a conservação e o uso sustentável da megabiodiversidade brasileira no longo prazo, e nem a sua incorporação como fator de geração de riqueza neste processo. Assim, em cada bioma o desenvolvimento adquire características próprias.

No Cerrado, graças às suas terras planas, implantou-se a agropecuária em grandes extensões. A Mata Atlântica, por sua proximidade com a zona costeira, vem acompanhando, historicamente, o processo de ocupação do Brasil, e sua expansão agrícola, urbana e industrial, desde os tempos da colônia. A Caatinga, por sua vez, sofre em função de sua condição de semi-árido e dos programas de combate à seca, que vêm sendo rearticulados atualmente sob a concepção de convivência com a seca, com a revalorização do uso sustentável dos recursos naturais locais em estratégias econômicas menos dependentes de água. Assim, uma estratégia desenhada para o Cerrado, não necessariamente pode ser aplicada para outro bioma com a mesma eficácia. Somente o enfoque sistêmico particularizado para cada bioma pode permitir o aprofundamento de políticas e ações planejadas a partir de um domínio do conhecimento por parte do ser humano sobre os biomas, como o Cerrado e Pantanal, a Caatinga, o Marinho e Costeiro e a Mata Atlântica, que merecem um enfoque prioritário, dadas as ameaças e vulnerabilidades a que estão submetidos. Portanto, a agenda por bioma é praticamente imprescindível neste estágio de conhecimento científico e de necessidade de articulação territorial de práticas de conservação e uso sustentável. Esta estratégia representa, portanto, um marco diferencial que permite definir diretrizes e orientar políticas e programas, tendo como propósito ações que compatibilizem a conservação, a geração de renda, a distribuição da riqueza, a valorização das culturas humanas associadas aos biomas e a promoção da qualidade de vida das populações, com destaque para aquelas que tradicionalmente mantêm forte relação de seus meios de sobrevivência com a biodiversidade local.

A articulação e execução integrada de políticas e ações com esse intuito precisam ser assumidas pelo setor público, pela sociedade civil e pelo setor empresarial para se tornarem efetivas. Para tanto, é necessário estabelecer os meios para garantir o diálogo e a resolução de conflitos entre as partes, sobretudo quanto aos aspectos sociais e econômicos envolvidos, buscando dar maior sustentabilidade às diversas dinâmicas de ocupação. Nesse sentido, foram criados, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), em 2004, Núcleos de Assessoramento por Biomas, Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Pampas, Costeiro e Marinho, que são os executores das ações do Programa.

Os núcleos desempenham o papel de canal de comunicação e articulação para as demandas da sociedade civil organizada, refletida na existência de redes organizadas por biomas: Rede Cerrado; Rede Mata Atlântica (RMA); Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil); Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC).

Além disso, em seus respectivos biomas de atuação, os núcleos são responsáveis por realizar estudos e consultas junto à sociedade civil, necessários ao desenvolvimento das diversas políticas e de programas temáticos. Como exemplos práticos das ações deste Programa, foram criados grupos de trabalho de cada bioma, instituídos por portarias do MMA, que funcionam como instâncias de articulação entre as três esferas de Governo, organizações não-governamentais, movimentos sociais e a sociedade científica. Um dos principais papéis dos grupos de trabalho consiste na priorização de ações em cada bioma, de acordo com as demandas levantadas pelo conjunto de atores envolvidos. Ademais, já se encontram em execução programas financiados por meio de recursos externos, como o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) Caatinga e o Programa Mata Atlântica (PMA), além do GEF Mangue e do GEF Cerrado que estão em fase final de elaboração.

A existência do Programa no PPA é fundamental para a formalização de financiamentos, uma vez que é necessária contrapartida, com exigência de que existam linhas orçamentárias específicas por biomas, em muitos casos, para garantir o repasse de recursos. Caso o Programa não fosse implementado, haveria prejuízo de ações concretas em desenvolvimento, que vêm contribuindo para salvaguardar os biomas brasileiros e a população a eles relacionada, além de perder-se a oportunidade de concretizar a articulação entre as esferas sócio-econômica, cultural, política, ecossistêmica e territorial, necessária para garantir a eficiência e efetividade na implementação de políticas públicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Criação de duas UCs Federais de proteção integral, na Bahia: Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Rio dos Frades com 894 hectares (ha) e RVS de Una com 23.400 ha.

- Ampliação da UC Federal Reserva Biológica (REBIO) de Una de 7.100 ha para um total de 18.500 ha.

- Criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Cassurubá, com 100.462 ha.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Ao longo de 2007, as atividades realizadas no Programa envolveram a participação e realização de diversos seminários regionais, nacionais e internacionais, dentre os quais se destacam a Revitalização do Rio São Francisco e o Setor Siderúrgico: Desafios e Perspectivas; *Expert Workshop on Guidelines for Aquaculture Certification*. Também se destacaram a Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais, com realização de quatro cursos de multiplicadores dos princípios da campanha.

Em termos de atos normativos, cabe citar a publicação da Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007, que aprova as áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, a elaboração de documentos técnicos para subsidiar a criação de áreas protegidas costeiras e marinhas, a publicação técnica sobre áreas protegidas aquáticas como instrumento de gestão pesqueira, a publicação da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 388, de 23 de fevereiro de 2007, a qual convalidou as resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estádios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a publicação das resoluções CONAMA nº 391 e nº 392, ambas de 25 de junho de 2007, que regulamentam os estádios sucessionais das florestas nos Estados de Minas Gerais e da Paraíba e a elaboração da primeira versão da regulamentação da Lei da Mata Atlântica cuja minuta do Decreto se encontra em análise no MMA.

Foi finalizada a proposta do Projeto Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais Brasileiros em Áreas Protegidas, apresentada e aprovada no GEF, com a realização de reuniões da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER), e do Comitê da Iniciativa GEF Cerrado, para aprovação de subprojetos que farão parte do projeto, em fase final de negociação com o Banco Mundial.

Foi firmado convênio com o Instituto Recifes Costeiros (IRCOS) para realização do Programa de Monitoramento de Recifes de Corais Brasileiros (*Reef Check*), realizado nas UCs do Nordeste brasileiro. Houve a implementação inicial do Projeto Fortalecimento de Capacidade Institucional para a Consolidação dos Sítios Ramsar Brasileiros.

Foram realizadas reuniões para promoção de estudos visando a criação de UCs no Cerrado baiano, e reuniões com lideranças comunitárias para esclarecimentos sobre o processo de criação de UCs de uso sustentável no Estado de Minas Gerais. Foi promovido o II Seminário Regional Cerrado e Pantanal da Cadeia dos Produtos da Sócio-biodiversidade.

Criou-se a Rede de Pesquisa para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Houve a elaboração de estudos para uma proposta de regulamentação para RESEX e reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) no bioma Cerrado, no âmbito da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, juntamente com realização de seminário para discussão, com o lançamento de mapa sobre UCs e terras indígenas no Cerrado e Pantanal, em parceria com *The Nature Conservancy* (TNC).

Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando a elaboração do mapa da área de aplicação da Lei da Mata Atlântica. Foram elaborados estudos técnicos para proposta de criação de nova UC na região do Campo dos Padres (SC) com a finalização da proposta técnica de criação de UCs que integrarão o corredor ecológico no Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e realização de estudos técnicos e consultas públicas para criação de RESEX em Garopaba (SC).

Foram realizados estudos para criação de UC na região de Bertioga, no litoral do Estado de São Paulo. Elaborou-se o Plano para Ampliação das Unidades de Conservação do Bioma Pampa com o lançamento do mapeamento da cobertura vegetal do bioma Pampa.

Houve participação na elaboração do Plano de Gestão do Corredor Ecológico da Caatinga (Sergipe, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Piauí) com a seleção de projeto para a delimitação e criação do Corredor da Onça no Estado da Bahia. Apoio ao processo de criação do Parque Nacional de Serra Vermelha (Piauí), com a participação em expedições na região e notas técnicas, e retorno do processo de criação do Monumento Natural de Xingó (Alagoas, Sergipe e Bahia) junto ao Departamento de Áreas Protegidas (DAP).

Negociou-se, junto ao Centro de Monitoramento Ambiental do IBAMA (CEMAM) e ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a elaboração e implementação do Sistema de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Caatinga. Além disso, foi feita a especificação dos produtos que serão fornecidos para o monitoramento do bioma.

Na Ação Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros, foi previsto o valor de R$ 1.160.000 na fonte de recursos de doações. Os recursos de doação não foram utilizados, visto que o acordo de doação ainda se encontra em fase de negociação. Dessa forma, já que o valor previsto para doação correspondeu a 80% do valor da Ação e que a meta física atingiu 25% de sua execução, pode-se considerar que a execução dessa Ação atingiu a meta prevista.

São realizadas visitas de campo pelas equipes de trabalho, de modo a verificar áreas potenciais para estudos de criação de UCs e, também, para a mobilização da sociedade civil e das comunidades tradicionais locais, de forma a conscientizá-las da importância e dos benefícios da conservação ambiental.

Embora o monitoramento associado ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) deva ser mensal, com validação trimestral e com a inserção dos resultados das ações referentes ao Programa, muitas atividades desenvolvidas são efetivamente mensuráveis somente ao final do ano.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. Os recursos de origem não-orçamentária tiveram grande impacto nas ações para cobrir a lacuna decorrente do atraso da liberação do orçamento, e contribuíram para o alcance adequado das metas físicas. A Ação Implantação de Sistema de Gestão para a Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros, embora tenha apresentado baixo percentual de execução orçamentária, aguarda acordo de doação com o GEF, previsto para 2008.

A meta da ação que se encontra em outra unidade administrativa foi de dois projetos apoiados. Foi celebrado um termo aditivo, porém o recurso ainda não foi liberado por se encontrar em fase de análise para posterior liberação financeira. Pelo fato da ação estar em outra unidade administrativa, algumas vezes o acompanhamento da execução dos resultados esperados é prejudicado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias estabelecidas pelos núcleos que representam os biomas visam a cooperação técnica e financeira, e têm auxiliado positivamente no cumprimento das metas físicas. Nota-se grande interesse das organizações não-governamentais no apoio ao estabelecimento e cumprimento de políticas públicas para conservação dos biomas. No caso dos convênios firmados com as instituições não-governamentais, destaca-se a dificuldade na implementação do objeto decorrente da legislação vigente.

As audiências públicas são realizadas no processo de criação e ampliação de UCs, segundo previsto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Os planejamentos de consolidação de áreas de conservação têm prevista a realização de oficinas com vários grupos de interesse locais. Os posicionamentos do País para reuniões da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional especialmente como *Habitat* de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar) são preparados com base nos resultados de reuniões com diversos grupos de interesse.

A participação social garante maior legitimidade no desenvolvimento das propostas e na realização das ações relativas ao Programa, por envolver os beneficiários nas tomadas de decisões. O Programa atinge toda a sociedade brasileira e, por isso, não possui um grupo específico de beneficiários.

Há necessidade de capacitação continuada para os novos analistas ambientais, visando a otimização da execução das atividades do Programa. Existem dificuldades na celebração de convênios. Dentre os fatores mais relevantes estão as restrições impostas pela legislação que, muitas vezes, em se tratando de pequenas entidades, inviabiliza a celebração do convênio.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

PÚBLICO-ALVO

Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 79.789.040	Empenho Liquidado:	R$ 49.197.758
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 49.197.758**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas - Porcentagem	-	7,00	9,00	10,76	12,00	89,67%

1. TAXA DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES AMEAÇADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A previsão era de que o índice chegasse a 12% e o resultado obtido foi 10,76%. O nível alcançado é considerado satisfatório, pois o índice foi de 2%, em 2003, para os 10,76% apurados no final de 2007. Considera-se que os contingenciamentos de recursos impediram que a meta final fosse obtida.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil abriga a maior diversidade biológica dentre os 17 países megadiversos, que reúnem 70% das espécies de animais e vegetais catalogadas até o presente, em todo o mundo. Apresenta, também, diversidade cultural expressiva, constituída por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras populações tradicionais e locais, detentoras de conhecimentos

associados ao uso da biodiversidade. A conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica implicam, também, na preservação dos conhecimentos das comunidades locais e das populações indígenas, às quais devem ser revertidos, de forma eqüitativa, os benefícios decorrentes de sua exploração. Cerca de 70 espécies de mamíferos brasileiros estão ameaçadas de extinção, assim como 160 espécies de aves, que necessitam de ações voltadas para sua recuperação.

A Mata Atlântica encontra-se, atualmente, reduzida a menos de 7% de sua área original e cerca de 15% da Floresta Amazônica foi desmatada. O bioma Cerrado, onde ocorreu o maior avanço da fronteira agrícola nas últimas décadas, já perdeu mais de 50% da vegetação nativa e abriga diversas formas de utilização econômica em quase toda a sua área. O bioma Caatinga, que também teve mais de 50% da sua vegetação nativa removida, sofre as conseqüências de prolongadas secas, erosão do solo, salinização e processos de desertificação.

Também se reveste de importância fundamental a conservação da biodiversidade, em face do elevado valor dos serviços por ela proporcionados, dentre os quais: a provisão de alimentos, a estabilização do clima, a purificação do ar e da água, a decomposição dos rejeitos orgânicos, a manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, e os benefícios estéticos e culturais.

O Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, instituiu, conforme disposto no seu anexo, princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade (PNB). O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), coordenará a formulação e a implementação dessa política, mediante a promoção da parceria entre o Poder Público e a sociedade civil. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) tem como princípios a conservação e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade, a repartição justa e eqüitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, a soberania nacional sobre os recursos da biodiversidade, a proteção dos conhecimentos tradicionais e a aplicação do princípio da precaução.

O Programa proposto deve, portanto, além de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do País, gerar mudanças na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção alinhadas com a conservação ambiental, e contribuindo, ainda, para a inclusão social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Emissão de 4.566 autorizações para coleta, captura e transporte de recursos genéticos que impulsionaram as pesquisas científicas em biodiversidade, assim como possibilitaram o melhor manejo desses recursos.

- Publicação de 39.331 artigos científicos e de divulgação sobre a diversidade vegetal pelo Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

• Firmados 12 contratos para repartição de benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as ações, 10 alcançaram suas metas e cinco ultrapassam os valores esperados. Por outro lado, nove não alcançaram a totalidade de suas metas. Considerou-se esse resultado razoável, visto que a Lei Orçamentária Anual (LOA) inclui o valor a ser captado de recursos de doações, que em muitos casos ainda não foram efetivamente disponibilizados. A execução das metas físicas acompanhou a execução orçamentária. As nove ações que não atingiram suas metas físicas também não executaram todo o orçamento. Como a LOA conta com os valores de doação ainda em fase de captação a exemplo da ação Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura que a execução financeira não pôde ser completada.

Em 2007, o valor contingenciado foi de 12,23%. Mesmo não sendo um valor expressivo, se comparando com anos anteriores, isso compromete a execução de ações que dependem exclusivamente de recurso orçamentário. Todas as ações utilizam recurso orçamentário. Contudo, algumas utilizam um valor baixo do orçamento em comparação com os recursos de doação e de contrapartida de outras instituições. O impacto nessas ações é alto porque compromete projetos de abrangência nacional, a exemplo do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, o PROBIO.

Freqüentemente, são feitas visitas e reuniões com os beneficiários nas áreas de atuação da ação. Anualmente, são realizados relatórios de gestão.

Durante o período entre 2004 e 2007, o Programa perdeu cerca de 40% de recursos humanos, devido aos contratos serem temporários.

A execução das ações com recursos descentralizados apresenta, na maioria dos casos, boa execução. Algumas exceções ocorrem quando a instituição conveniada está inadimplente com a União ou apresenta muitas etapas burocráticas, impossibilitando a execução.

Esse Programa não contém ações de outros Ministérios. O desempenho das ações em outras unidades foi alto, considerando-se que as cinco ações que tiveram melhor desempenho físico são ações conjuntas do MMA e de outras unidades, nesse caso com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Os parceiros não-governamentais exercem um papel fundamental para a execução das ações. Em muitos casos, possibilitam o alcance dos beneficiários na ponta do processo. Em outros casos, os parceiros são instituições de pesquisa que fornecem os subsídios científicos para a execução da ação. Outros tipos de parceiros são os próprios executores das ações.

A participação social é imprescindível para o alcance das metas do Programa, visto que reflete a eficácia dos resultados. A participação social também auxilia na elaboração das diretrizes para o alcance das metas. Diferentes setores da sociedade civil estão representados na Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO).

O espectro de beneficiários é muito amplo. A conservação da biodiversidade brasileira beneficia a totalidade das pessoas do País, constituindo-se, portanto, em bem para toda a sociedade. Sendo assim, dificilmente se poderia quantificar a população beneficiada, bem como apurar sua satisfação, pelo fato da biodiversidade estar sendo conservada e seu uso sustentável promovido. Não só esta geração, mas também as próximas estão e estarão se beneficiando das ações do Programa.

As principais demandas e os principais resultados dos projetos são identificados em reuniões periódicas entre os recursos gerenciais e os executores. Os executores mantêm um constante monitoramento sobre o andamento das ações e os resultados são relatados, periodicamente, aos gerentes.

A gerência do Programa destaca que a situação de carência de recursos humanos compromete a execução e a qualidade dos trabalhos da equipe gerencial do Programa.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Hamilton Pereira da Silva

OBJETIVO

Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

PÚBLICO-ALVO

Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.048.869	Empenho Liquidado:	R$ 7.488.841
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 7.488.841**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Coletivos Educadores Constituídos - Unidade	-	-	60	150	100	150

1. NÚMERO DE COLETIVOS EDUCADORES CONSTITUÍDOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 era de 100 Coletivos Educadores, tendo sido constituídos e identificados 150 que atuam em consonância aos objetivos do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), de acordo com as diretrizes e os princípios para a formação de educadores ambientais estabelecidos no Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA). O número é dado pelo somatório de Coletivos Educadores constituídos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A insustentabilidade do modelo econômico dominante se faz explícita no quadro da problemática ambiental. A resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1989 sustenta: "a causa maior da deterioração contínua do meio ambiente global é o insustentável modelo de produção e consumo, particularmente nos países industrializados". E afirma ainda: "nos países em desenvolvimento, a extrema pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionados".

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, produzido participativamente no Fórum de ONGs e Movimentos Sociais na Rio-92, insere-se nessa mesma perspectiva, propondo uma educação ambiental participativa, política e emancipatória. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, por sua vez induz à promoção da democratização do acesso à educação ambiental (EA) como parte do processo educativo mais amplo, incumbindo o Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 255 da Constituição Federal, de definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, e de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Entretanto, a atuação do Poder Público no campo da educação ambiental tem se dado de forma pouco articulada. Na maioria dos casos, as decisões são tomadas de forma isolada e são direcionadas para pequenos estratos sociais, de modo que não repercutem na parcela majoritária da sociedade e, assim, não são identificadas mudanças substanciais no comportamento e hábito do cidadão. É consenso a necessidade de melhorar a qualidade de vida humana e a conservação dos recursos naturais. É preciso também disseminar a idéia de que, a partir dos preceitos da EA, é possível obter trabalho, renda, melhoria na habitação, no transporte, na educação formal, no relacionamento entre os indivíduos e no combate à violência urbana.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), visando cumprir sua missão, em sua orientação estratégica estabelece três eixos fundamentais para a implementação da política pública ambiental: a transversalidade da dimensão ambiental; a adoção de práticas sustentáveis; o controle social sobre a política ambiental. A implementação de uma política pública ambiental pautada por tais orientações demanda o fortalecimento da educação ambiental por meio de seu enraizamento em todo o Território Nacional.

A construção de sociedades sustentáveis exige a integração e ordenação de ações educacionais na gestão pública e nos diferentes setores da sociedade, na formação, na comunicação e na mobilização social. Desse modo, o Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, em consonância com o ProNEA, pretende potencializar as interfaces com o conjunto dos Ministérios, das demais secretarias do MMA e dos órgãos vinculados, fortalecer parcerias com a sociedade civil organizada, articular as equipes de educação ambiental nos diversos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), fortalecer a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), bem como as ações de fomento a projetos de educação

ambiental por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e apoiar o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e seu Comitê Assessor.

As condições favoráveis são a PNEA instituída pela Lei nº 9.795/99 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02, a CTEA instituída de forma permanente no CONAMA a partir de 2001, a Diretoria de Educação Ambiental instituída no MMA em 1999, a EA inserida como Programa estruturante no PPA 2000-2003, com ações em cinco órgãos, os 19 mil professores, técnicos do SISNAMA e outros profissionais da área ambiental, de cerca de 2.475 Municípios brasileiros, dos 26 Estados e do Distrito Federal (DF), capacitados por meio do Curso Básico de EA a distância, os 840 técnicos do SISNAMA capacitados por meio do Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão do Meio Ambiente, ofertado pelo IBAMA, as 23 Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental instaladas; o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA) em fase de conclusão em que o Grupo de Trabalho para Gestão foi criado no Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA, e o SIBEA implantado em cinco Redes de Educação Ambiental, a existência de carteira específica de EA no FNMA com apoio a cerca de 47 projetos nos exercícios entre 2000 e 2002, e existência incorporada de ações de EA nas outras sete carteiras de fomento a projetos e o ProNEA elaborado em 2003.

As condições desfavoráveis e carências são a dispersão e falta de coordenação da EA no Governo Federal, o corte e contingenciamento de recursos orçamentários para a execução do Programa, as comissões de EA necessitando de apoio para sua efetivação e para a ampliação de suas representatividades, a carência de ações de educação permanente junto aos beneficiários diretos das capacitações realizadas, a falta de recursos humanos e financeiros e necessidade de articulações para atender às demandas locais por projetos e ações de EA e a falta de técnicos qualificados para a gestão e alimentação descentralizada (pesquisa, tratamento e validação de informação) do SIBEA.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Constituição e fortalecimento de 150 Coletivos Educadores.

- Implantação e fortalecimento de Salas Verdes e pontos de presença do Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento do Cidadão (GESAC).

- Implementação de novos módulos do SIBEA com a produção de materiais educativos, publicações e material audiovisual.

- Implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A meta de constituição de 100 novos Coletivos Educadores em 2007 foi superada, tendo sido mapeados 150. Foi dada ênfase ao fortalecimento dos Coletivos que haviam sido

criados e mapeados durante os anos anteriores, tendo realizado esforços para mapeamento de potenciais Coletivos, para a assinatura de acordos de cooperação técnica e convênios que permitam a sustentabilidade e efetividade desta estratégia para a formação de educadores ambientais que permeiem todo o tecido social. Neste sentido, foram realizadas atividades que permitirão a ampliação do número de Coletivos estruturados e articulados durante os próximos anos, sendo prevista uma meta de 300 ao final de 2010.

No âmbito do Programa foi criado um grupo de trabalho interno ao Departamento de Educação Ambiental (DEA) em conjunto com instituições de pesquisas externas para definição de indicadores que mensurem a efetividade e satisfação dos envolvidos com a implementação das políticas públicas de educação ambiental no Brasil.

Algumas atividades de monitoramento da implementação das políticas públicas de educação ambiental previstas no Programa são realizadas, mas nem tudo é sistematizado e utilizado como instrumento de avaliação que permita a redefinição de prioridades ou estratégias a serem implementadas. Existe um descompasso entre o que é feito, o que é avaliado e o que de fato é sistematizado e utilizado como indicador de avaliação.

A formação de educadores ambientais desenvolvida pelo MMA, em parceria com a Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (COEA/MEC), abarca ações do Programa de Juventude, com a constituição e articulação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente e apoio às ações da Rede de Juventude e Meio Ambiente (REJUMA).

No âmbito da gerência do Programa, os mecanismos de monitoramento e avaliação compreendem:

a) reuniões de trabalho semanais entre todos os membros da equipe para troca de informações, além das reuniões entre pequenos grupos de mesma temática (formação, gestão e comunicação em educação ambiental) para trabalhar de forma coletiva;

b) visitas anuais de enraizamento da educação ambiental aos Estados brasileiros nas quais são desenvolvidas atividades junto aos parceiros (Coletivos Educadores, estruturas educadoras como Salas Verdes), junto aos órgãos governamentais de meio ambiente e educação e outras instituições. Além disso, outras visitas às instituições são realizadas durante a realização de eventos, oficinas ou reuniões em que a presença de um representante do DEA seja solicitada;

c) elaboração de relatórios de gestão que permitem a sistematização e avaliação das atividades desempenhadas no ano.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) foram liberados com atraso, não permitindo que fossem completamente executados. Os recursos orçamentários foram insuficientes para a execução da ação de publicidade de utilidade pública, que é relevante para a consecução dos objetivos do

Programa. As demais ações poderiam ter as dotações aumentadas para garantir a melhor execução das atividades propostas. Ao longo do ano, a descontinuidade do fluxo de recursos prejudicou a programação física prevista. A liberação dos recursos sofreu atraso significativo, que comprometeu a execução dos trabalhos na implementação das ações. No decorrer do ano, os processos de liberação de recursos e contingenciamento também ocorreram.

A quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras compromete o alcance das atividades de implementação da PNEA e de suas ações. É necessário melhorar a capacitação da equipe técnica, ampliando a formação continuada e gestão de recursos humanos da instituição.

Com o contingenciamento, algumas ações previstas não puderam ser realizadas ou foram realizadas com significativo atraso, já que dependeram da articulação de parcerias que pudessem custear os trabalhos. Algumas iniciativas têm previsão de desenvolver atividades de educação ambiental que podem facilmente ser compatibilizadas com as atividades propostas, mas existe dificuldade para realocar crédito, o que dificulta a implementação.

A demora na aprovação da LOA e, conseqüentemente, na liberação de recursos, dificulta a execução do orçamento planejado para o exercício, sendo que o limite orçamentário disponibilizado não atende ao orçamento necessário para a execução.

O comprometimento dos recursos financeiros com restos a pagar para a ação de fomento a projetos com parcelas conveniadas resultou em saldo insuficiente para execução no exercício.

Devido à inadimplência dos convenentes, somente uma ação encontra-se disponível para fomentar e apoiar projetos, e, por conseguinte, o Programa fica prejudicado na promoção e no desenvolvimento de outras ações.

Os recursos disponibilizados e descentralizados são insuficientes para atender à gama de ações integrantes, inclusive de outros programas, na esfera nacional, estadual e municipal, dificultando e prejudicando o alcance das metas propostas. As atividades de educação ambiental, como um tema transversal, são executadas em parceria ou articulação com alguns outros departamentos e secretarias do Ministério. Entretanto, ainda são encontradas dificuldades em garantir esta transversalidade na medida em que, para implementar novas temáticas e abordagens, é sempre necessário garantir recursos humanos e financeiros, e isto nem sempre é possível.

As atividades são desempenhadas pelos executores e gestores do Programa de forma participativa e constante. Desta maneira, as informações são partilhadas com freqüência. Há um diálogo permanente entre o DEA e os demais executores, visando a busca de integração entre as ações e de minimização dos esforços e recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Algumas ações são executadas em parceria com instituições não-governamentais que trabalham com temas correlatos. Dentre as tais instituições estão as de ensino e pesquisa, universidades,

organizações não-governamentais (ONGs), órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal. As atividades são executadas de forma satisfatória pelas instituições parceiras.

Como mecanismos de promoção da participação social no Programa são realizadas consultas públicas com ampla participação social da população envolvida com a temática ambiental, desde os momentos de concepção até a implementação, sendo sempre disponibilizados para consultas que também tenham em seu desenvolvimento um caráter educador, e reunião com grupos de interesse, com freqüência de reuniões com grupos da sociedade, da academia e do Governo para discussão dos temas de interesse comum que relacionam o campo educacional, social e ambiental.

São realizadas reuniões periódicas e alguns eventos que contam com a participação dos beneficiários diretos e indiretos dos projetos e, nestes, sempre é realizada uma avaliação da implementação do Programa. Além disso, são realizados relatórios anuais e alguns questionários para avaliação dos resultados das ações. Os resultados destas atividades de avaliação são utilizados durante as fases de planejamento de trabalho das equipes técnicas e gerenciais de execução do Programa e, desta forma, permitem o aprimoramento das ações.

Como boas práticas de gestão, o Programa utiliza uma forma de gestão em que a equipe executora é dividida em subgrupos temáticos correspondentes às ações de formação, gestão e comunicação previstas no Programa. Estas equipes trabalham de forma integrada permanentemente, e o gerenciamento busca a pró-atividade e participação nas decisões e atividades cotidianas, aproximando-se da autogestão.

A gerência do Programa destaca a necessidade de criação de grupo de trabalho interno do DEA e grupos de pesquisa externos para trabalhar a definição de indicadores que mensurem a efetividade e a satisfação dos envolvidos com a implementação das políticas de educação ambiental no Brasil, e ampliação das fontes de financiamento para o Programa, buscando novos parceiros públicos e privados para sua expansão.

NACIONAL DE FLORESTAS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada.

PÚBLICO-ALVO

Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor florestal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.100.840	Empenho Liquidado:	R$ 27.843.250
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 27.843.250**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área de Florestas Plantadas - ha	-	465.000	627.000	600.000	550.000	109,1%
2. Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável - ha	-	1400.000	3.000.000	3.000.000	15.000.000	20%
3. Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação – há	-	280.000	600.000	600.000	3.000.000	20%
4. Áreas Degradadas que foram Recuperadas - ha	-	-	70.000	15.000	70.000	21,4%

1. ÁREA DE FLORESTAS PLANTADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice foi superado a partir de 2005. Isto só foi possível pelo esforço empreendido pelo Programa Nacional de Florestas (PNF) em viabilizar os instrumentos políticos e mecanismos institucionais necessários, como crédito compatível com a atividade, assistência técnica e o aprimoramento e ajuste da legislação, assegurando ao produtor a estabilidade de regras. Vale lembrar que as áreas de plantio em 2004 e 2005 foram recordes históricos de plantio em um ano. Outro fato, também de extrema relevância, foi o aumento do fomento florestal, com a participação de pequenos produtores rurais. Em 2005, esse segmento

produtivo contribuiu com mais de 23% da área plantada com florestas correspondendo a 128 mil hectares em todo o País.

A área de plantio de 2005 e 2006 superou a área de colheita pela primeira vez em mais de uma década. Se mantido este ritmo de plantio e crescimento, aliado à continuidade do aumento de produtividade, afasta-se o "fantasma do apagão florestal" nos ciclos de corte que se iniciam em 2012. Porém, a falta de investimentos no plantio florestal na década de 90 traz ainda fortes riscos de falta de matéria-prima florestal, especialmente de pínus na região Sul, a partir de 2008. A substituição por eucalipto (tecnicamente limitada), a importação dos países do Cone Sul, o aumento de eficiência no uso da madeira e adaptações no ciclo de manejo e colheita são algumas das alternativas sendo estudadas pelos empreendedores para enfrentar o período de escassez.

2. ÁREA DE FLORESTAS NATURAIS MANEJADAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) lançou edital para elaborar o plano de manejo em quatro florestas nacionais (FLONAs): Amanã (PA), Crepori (PA), Jamari (RO) e Trairão (PA). A execução dos estudos necessários foi realizada e o tempo estimado pelo edital é de seis meses a partir da data da assinatura do contrato. Os estudos permitirão a concessão de uso de Flona, prevista pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e possibilitarão a ampliação da área de manejo no Brasil. Nesse contexto, uma ação já iniciada pelo SFB é o processo de licitação para concessão de uso da Flona de Jamari e do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, cuja área para o manejo é de 96 mil hectares. Dessa forma, somente após a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas foi possível iniciar ações concretas para o alcance do índice estabelecido para esse indicador. Até o exercício de 2007 a meta ficou muito aquém do esperado.

3. ÁREA DE FLORESTAS PROTEGIDAS COM ALTO VALOR PARA CONSERVAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Essa meta está relacionada com a área de florestas naturais manejadas para a produção florestal sustentável. O índice estipulado para o final do PPA foi de três milhões de hectares, o que corresponde a 20% do índice previsto para o indicador 2. Até o ano de 2006, a responsabilidade pelo monitoramento dessas áreas era do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A partir de 2007, com a aprovação de planos de manejo, foi descentralizada para os Estados. Até o momento não há registro sobre os planos de manejo aprovados pelos Estados.

4. ÁREAS DEGRADADAS QUE FORAM RECUPERADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O cumprimento dessa meta requer recursos anuais da ordem de R$ 210 milhões, se considerado um custo médio por hectare da ordem de R$ 3 mil. É preciso considerar ainda a necessidade de fornecimento regular de sementes e mudas de espécies florestais, cujo processo de implantação de uma rede nacional foi iniciado, porém com resultados esperados para médio prazo. Algumas iniciativas foram tomadas pelo Programa, com destaque para:

a) o lançamento, com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do edital de recuperação e conservação de nascentes e de margens dos cursos d'água;

b) discussão com o Tesouro Nacional (TN), em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Florestal Diferenciado, proposto pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (CONCRAB/MST), que prevê o rebatimento da dívida em 35% ao produtor rural que comprovar a recuperação em nível da propriedade da área de preservação permanente e reserva legal;

c) discussão com o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) para a criação de instrumentos econômicos, relacionados com os serviços ambientais prestados pelas florestas, de modo a viabilizar a conformação de um fundo específico para a recomposição de áreas degradadas, incluindo a viabilização do Fundo de Serviços Ambientais do Programa Proambiente.

Outro fato que merece registro refere-se à proposta do Ministério da Fazenda (MF), em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de regulamentação de mecanismos de cota de reserva legal, de acordo com artigo 44 , inciso III e artigo 44C da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal, viabilizando a negociação no mercado de títulos sobre áreas de servidão para a compensação da reserva legal em nível de propriedade rural. A regulamentação da nova reposição florestal, que promove a cobrança da reposição florestal de quem desmata, deve dar novo impulso às ações de recuperação de áreas degradadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A história do Brasil foi marcada pelo paradigma equivocado do desenvolvimento rural e urbano, no qual as florestas, apesar da sua importância em termos econômicos, ecológicos e sociais, tiveram papel marginal, sendo consideradas como bens inferiores e obstáculos ao progresso. Assim, a pressão ambiental sobre todos os biomas brasileiros ocorreu, por um lado, em função da expansão de zonas urbanas e, de outro, devido à conversão de matas

nativas em áreas agrícolas ou pastagens. A título de ilustração, vale citar a Mata Atlântica, que perdeu 92,7% de sua área original. Vários são os fatores que vêm gerando a degradação dos ecossistemas brasileiros, merecendo destaque o emprego inadequado de tecnologias no uso dos recursos florestais, aliado às falhas no sistema de gestão das atividades florestais.

O uso sustentável e a valoração das florestas como produtoras de bens e serviços ambientais, geradoras de emprego e renda, juntamente com o desenvolvimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o trabalho de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas, constituem a base para a promoção e a conservação do patrimônio florestal brasileiro e todos os valores associados.

O Brasil reúne incontestáveis vantagens comparativas na área florestal, o que lhe confere uma nítida vocação potencial para assumir a liderança mundial desse setor. As extensas áreas de ricas florestas nativas existentes e a posição de vanguarda no domínio tecnológico da formação e do manejo de florestas de rápido crescimento são algumas das características que conferem ao País a garantia potencial de competitividade internacional. O setor florestal é responsável por 8% das exportações, 4% do Produto Interno Bruno (PIB) e 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil. No manejo de florestas naturais, o Brasil tem a segunda maior área florestal do mundo, mais de 60% do País é coberto por florestas que abrigam a maior diversidade biológica do planeta e uma extraordinária diversidade cultural. O País é também o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. No entanto, a produção florestal tem se caracterizado, em grande medida, por ser migratória, predatória e pouco eficiente. A prática dominante de extração madeireira produz expressivos impactos sobre a floresta, tornando-a empobrecida e vulnerável a incêndios e desmatamentos. O nível de desperdício é alto, tanto na etapa de exploração quanto no processamento da madeira, e os produtos gerados são de baixo valor agregado.

Nos últimos 10 anos, uma série de experiências de manejo sustentável das florestas, tanto empresariais como comunitárias, começou a ser implementada no Brasil, em especial na Amazônia e na Caatinga. Estas experiências atingiram ponto de maturação comercial no início da primeira década deste século e estão mostrando que é possível promover o uso e a conservação das florestas, e gerar empregos duráveis e de melhor qualidade, contribuindo para o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento regional, baseada no estabelecimento de um setor florestal estruturado, competitivo e estável.

O bom manejo dos recursos florestais naturais propicia aumento da produtividade e redução de desperdícios, e minimiza os impactos sobre a biodiversidade, assegurando a permanência da cobertura florestal e dos serviços ambientais. Ampliar e consolidar a atividade florestal em bases sustentáveis nas florestas naturais exige o estabelecimento de novas regras e mecanismos de manejo, crédito, treinamento, assistência técnica e gestão de florestas públicas, com a participação efetiva das comunidades e populações tradicionais, pleno conhecimento das cadeias produtivas e valorização dos usos múltiplos e dos serviços ambientais decorrentes.

O País já chegou a possuir 6,2 milhões de hectares de florestas plantadas no início da década de 90. Hoje são 4,9 milhões de hectares. Essa queda decorre do crescimento da indústria e da redução da área plantada no País, devido, especialmente, à falta de políticas de estímulo.

O Brasil consome, por ano, de 400 a 450 mil hectares de florestas plantadas, aproximadamente, e planta somente 250 mil hectares, representando um *deficit* anual de 200 mil hectares. No entanto, o mercado para produtos oriundos das florestas plantadas está crescendo e a indústria de base florestal está em plena expansão e demandando cada vez mais madeiras de florestas plantadas. A atividade florestal é de longo prazo por natureza e requer condições compatíveis para seu desenvolvimento. É necessário que o Estado defina políticas públicas de apoio, capazes de atender às necessidades de crédito, assistência técnica e incentivos específicos para o setor.

Se por um lado existe o reconhecimento da importância e necessidade urgente de se expandir a base florestal plantada, por outro lado reconhece-se que questões a respeito de quando, onde, como e quem irá plantar são fundamentais para garantir a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade. A definição das áreas prioritárias de plantio, bem como as condições para que tais plantios aconteçam, passa por um processo de participação social, que será desenvolvido pelo Programa.

O Programa apoiará, especialmente, a ampliação da participação dos pequenos produtores no total da produção florestal de origem plantada, contribuindo significativamente para a mudança no perfil da produção atual, que é amplamente baseada nos latifúndios. A produção em propriedades familiares deverá constituir-se numa importante base de suprimento de produtos e serviços, levando-se em conta as oportunidades decorrentes da avançada tecnologia silvicultural existente no País, as condições edafoclimáticas favoráveis e o potencial de geração de emprego, renda, tributos e divisas, além da redução da pressão sobre produtos oriundos de florestas naturais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento do fomento florestal com a participação de pequenos produtores rurais, cuja participação chega a 23% da área plantada.

- Realização do mapeamento das áreas potenciais para a produção florestal sustentável na região amazônica.

- Desenvolvimento de metodologia para o Inventário Florestal Nacional (IFN).

- Implementação das redes de parcelas permanentes para a Mata Atlântica e Campos Sulinos, Cerrado, Pantanal e Amazônia.

- Equipado o Centro Nacional de Manejo Florestal (CENAFLOR).

• Realização do IFN de Irati (PR) para a análise da diversidade florística de espécies para a produção não-madeireira, e medição de parcelas e cubagem de árvores para a produção madeireira.

• Levantamento de áreas prioritárias na região da Caatinga.

• Manejo florestal em 30 assentamentos na região do semi-árido.

• Mapeamento das áreas com cobertura florestal e degradadas da bacia do rio São Francisco.

• Realização de cursos de capacitação de produtores e técnicos para a assistência técnica e construção de infra-estrutura básica para a recomposição de áreas degradadas.

• Colaboração na criação de quatro centros de referências para a recuperação de áreas degradadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa obteve importantes resultados durante a vigência do PPA 2004-2007, em especial a partir de 2006, com a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que criou o SFB, instituiu o Fundo de Desenvolvimento Florestal e criou, no âmbito do MMA, os órgãos colegiados Comissão Coordenadora do PNF (CONAFLOR) e Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP).

O Programa conseguiu superar a meta de plantio florestal, inclusive com a participação de pequenos produtores rurais, que subiu de 7% para 23% na área plantada em todo o País. O Programa obteve avanços na criação de mecanismos e instrumentos para viabilizar o manejo florestal sustentável e para o processo de recuperação de áreas degradadas. As áreas de plantio em 2004 e 2005 obtiveram recordes históricos de plantio em um ano. A ameaça do apagão florestal foi afastada. A tendência da atividade de plantio florestal é de crescimento.

O Programa conta com a CONAFLOR, órgão colegiado do MMA, de natureza consultiva e composto por 39 membros. Essa comissão reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano, e tem atribuições definidas pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000 que são as seguintes:

a) propor e avaliar medidas para o cumprimento dos princípios e das diretrizes da política pública para o setor florestal;

b) propor recomendações ao planejamento das ações do PNF;

c) propor medidas de articulação entre programas, projetos e atividades de implementação dos objetivos do PNF, bem como promover a integração de políticas setoriais;

d) propor, apoiar e acompanhar a execução dos objetivos previstos no PNF e identificar demandas e fontes de recursos financeiros;

e) sugerir critérios gerais de seleção de projetos no âmbito do PNF, relacionados à proteção e ao uso sustentável das florestas;

f) propor o desenvolvimento de projetos, pesquisas e estudos voltados ao manejo e plantio florestal, bem como ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização pública.

Cabe ainda à CONAFLOR acompanhar o processo de implementação da gestão florestal compartilhada.

Nas ações realizadas em parceria com o FNMA, mediante editais, o Programa, durante a vigência e o encerramento dos convênios firmados com instituições públicas e privadas, realiza vistoria nos locais de execução dos projetos com o objetivo de atestar ao FNMA a qualidade dos trabalhos desenvolvidos e o cumprimento dos objetivos do Programa.

Em relação à execução orçamentária e financeira, o Programa apresentou uma execução em torno de 58%. Nas ações de responsabilidade do IBAMA, observa-se que a dotação orçamentária liberada em 2007 foi equivalente apenas a 33% da dotação inicial prevista para o exercício. Além disso, cerca de 60% deste recurso só foi liberado no mês de outubro daquele exercício. A legislação vigente e a observância das restrições impostas pelos órgãos de controle e suporte jurídico não permitem o início dos procedimentos licitatórios, sem a correta indicação dos recursos e o documento de pré-empenho, e tampouco permitem o fracionamento desses procedimentos ao longo do exercício. Mesmo assim, considerando-se as áreas prioritárias de ações do IBAMA, as atividades relacionadas com os mecanismos de comando e controle foram atendidas plenamente, em especial para o monitoramento das atividades florestais e de desmatamento, como também para as atividades de acompanhamento da reposição florestal. Por outro lado, outras atividades ficaram prejudicadas no tocante ao alcance de suas metas. Dentre elas podemos destacar as ações relacionadas com o processo de descentralização das atividades florestais, a certificação de produtos de origem extrativistas, a difusão de procedimentos de manejo florestal, o processo de concessões de florestas públicas, a implantação do sistema nacional de informações florestais e a recuperação de ecossistemas e áreas degradadas.

O estabelecimento de limite orçamentário imposto por Decreto tem sido a causa principal da execução muito abaixo do programado. Além do limite, o grande volume de recursos liberados ao final do exercício também vem prejudicando a execução do Programa, principalmente naquelas atividades que dependem de transferência de recursos por meio de convênios ou até mesmo pelo processo de destaque orçamentário.

Além do limite orçamentário estabelecido em valor inferior ao proposto pelo Programa, a descontinuidade do repasse de recursos ao longo do exercício foi o fator de maior influência para a não-obtenção dos resultados esperados, em especial nas atividades não-madeireiras,

na recuperação de áreas degradadas e na assistência técnica, como também naquelas relacionadas com a estruturação do Programa, como sistema de informação e o processo de descentralização institucional.

O Projeto Conservação e Uso Sustentável da Caatinga (GEF Caatinga) contribui com o alcance dos objetivos do PNF, estabelecidos pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000. As ações do GEF Caatinga consistem em estimular, no bioma Caatinga, o manejo florestal de produtos madeireiros e não-madeireiros, disseminar técnicas e práticas para aumentar a eficiência da transformação da madeira, demonstradas e adotadas pelas indústrias de carvão vegetal e cerâmicas (tijolos e telhas), implementar estratégias de conservação da biodiversidade, no nível de paisagem, por meio de três corredores ecológicos que associam mosaico de áreas protegidas de diferentes categorias e o uso da terra de forma sustentável.

O Programa dispõe de uma unidade administrativa sediada em Natal (RN) para dar o suporte técnico às atividades florestais na região Nordeste.

Os indicadores de resultados do Programa mostram claramente que, do ponto de vista de satisfação dos beneficiários, o Programa vem alcançando os resultados esperados e atendendo aos anseios diagnosticados. Nessa linha, vimos que no tocante ao envolvimento de pequenos produtores rurais no processo de incorporação da atividade florestal como vetor de desenvolvimento e de geração de emprego e renda, o interesse demonstrado por esse segmento produtivo tem sido crescente e bem distribuído em todo o Território Nacional. Corrobora com essa assertiva o aumento da participação dos pequenos produtores rurais na atividade florestal, saindo de 7% em 2003 para 23% da área plantada em 2007.

Outro indicador diz respeito ao alcance antecipado da meta de plantio florestal a partir da safra de 2004/2005. Esse fato evidencia que, quando estimulado o setor e tendo a garantia de que as regras serão mantidas, o resultado torna-se satisfatório em todos os aspectos. Por outro lado, o Programa adota como rotina o monitoramento de suas ações, confrontando os resultados com as metas estabelecidas. Esse monitoramento ocorre de duas formas: pela vistoria de campo em projeto específico apoiado pelo Programa, e mediante informações produzidas pelo sistema produtivo.

Ao longo do exercício, ocorreu o aumento do fomento florestal com a participação de pequenos produtores rurais, cujo alcance chega a 23% da área plantada. Porém, a falta de investimentos na década de 90 traz ainda preocupações, especialmente no fornecimento de matéria-prima de pínus na região Sul a partir de 2008.

Houve a celebração de convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), com o intuito de apoiar o Estado do Rio Grande do Norte no projeto de Manutenção, Avaliação, Consolidação e Difusão de Resultados de Ações Experimentais com Essências Florestais no Estado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As instituições parceiras foram escolhidas com base em critérios técnicos e especializados para o desempenho das tarefas propostas. Nesse sentido, pode-se mencionar o caso de instituições não-governamentais contratadas para os trabalhos de introdução das atividades florestais nos assentamentos de reforma agrária da região Nordeste. Essa parceria vem contribuindo para o fortalecimento institucional, não somente das organizações estaduais de meio ambiente, mas também daquelas responsáveis pela execução das políticas de reforma agrária e de assistência técnica e extensão rural. Adicionalmente, esse trabalho tem se revelado como um importante aliado para a melhoria das condições sócio-econômicas e ambientais dos assentamentos e respectivas áreas de entorno.

O mecanismo de participação social tem sido utilizado pelo Programa para discutir e obter apoio da sociedade na implementação de suas ações, a exemplo da proposta de criação do Distrito Florestal Sustentável do Carajás, onde foram realizadas audiências públicas nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Como o processo não logrou êxito, está sendo proposta uma nova rodada de negociações com os movimentos, de modo a chegar a um consenso para que as reivindicações sejam consensuadas. O envolvimento da sociedade e do Governo por meio de suas representações oficiais, embora constitua um processo mais demorado, proporciona a tranqüilidade necessária para a implementação de ações que vêm ao encontro dos interesses das partes envolvidas e, conseqüentemente, no alcance dos resultados esperados.

Tanto com o IBAMA quanto com o Serviço Florestal Brasileiro, a integração do Programa foi total, permitindo avanços nas diferentes áreas de sua atuação. A transferência da gestão florestal para os órgãos estaduais de meio ambiente permitiu ao IBAMA atuar prioritariamente nos processos de licenciamento florestal no âmbito das competências federais. Consolidou-se a implantação do sistema eletrônico de controle do transporte e armazenamento dos produtos e subprodutos florestais (DOF). Estabeleceu-se a integração do sistema DOF com alguns sistemas estaduais, no sentido de integrar as informações sobre o fluxo de produtos florestais no País.

Foram monitorados aproxidamente 104 mil usuários de recursos florestais em todo o País. Este sistema permitiu o aumento de 57% no número de empresas novas cadastradas, ou seja, um significativo aumento na legalidade do processo de transporte e comercialização de produtos e subprodutos florestais.

Realizaram-se alterações no processo de formalização do Ato Declaratório Ambiental (ADA), tornando-o mais acessível aos proprietários rurais e com esclarecimentos mais efetivos sobre a redução do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) mediante a declaração de áreas de preservação permanente, reservas legais, reservas particulares do patrimônio natural, áreas de interesse ecológico, e áreas sob manejo florestal e reflorestamento, contribuindo, desta forma, para a conservação e preservação das florestas. Com o MMA, participou-se das discussões para a revisão das normas relativas ao manejo florestal sustentável (MFS), à reposição florestal e aos mecanismos de controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais.

Ainda nesse sentido de cooperação, cabe destacar os seguintes trabalhos desenvolvidos:

a) o desenho geral do Sistema Nacional de Informações Florestais (SINFOR);

b) o lançamento do primeiro edital de licitação para áreas da Flona do Jamari (RO), abrangendo 96.000 ha;

c) a consolidação do Distrito Florestal da BR-163;

d) a realização de audiências públicas nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins para a criação do Distrito Florestal Sustentável da região do Carajás;

e) a realização de dois eventos técnicos na bacia do rio São Francisco objetivando elaboração de projetos de Recuperação da Cobertura Vegetal Arbórea e implantados quatro centros de referência para a recomposição e recuperação de ecossistemas.

Em parceria com o FNMA, foram capacitados 480 técnicos para difusão de assistência técnica a pequenos agricultores rurais da Caatinga e do Cerrado. Com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foi realizado o Seminário Panamazônia II, com o objetivo de transferir métodos e ferramentas para o monitoramento da floresta e da hidrologia do domínio panamazônico. No contexto da produção extrativista, foram realizados quatro seminários regionais para estruturar a cadeia da sócio-biodiversidade de produtos florestais utilizados por parte de comunidades tradicionais, que vivem e dependem da atividade extrativista. Por fim, o Programa estruturou a Rede Brasileira de Sementes Florestais, interligada ao Plano Nacional de Silvicultura (Pensaf), que visa a utilização de espécies florestais nativas e de sistemas agroflorestais com fins de produção comercial e aumento da disponibilidade de produtos florestais.

O PNF, pela sua abrangência, vem exercitando um processo de gestão compartilhada. Isto significa não só dividir tarefas, mas, sobretudo, buscar comprometimento das partes envolvidas. Assim, no que tange às atividades de uso sustentável e à produção florestal, o Programa preocupa-se em realizar um processo permanente de consulta pública. Para tanto, disponibiliza no Portal Eletrônico as informações necessárias, ao mesmo tempo em que o tema ou o projeto é levado à apreciação dos órgãos colegiados do Ministério.

A consulta aos órgãos colegiados, com representação paritária do Governo e da sociedade, visa compatibilizar os interesses públicos e privados com os objetivos e metas do Programa. Semelhantemente, nas ações de descentralização das atividades florestais, o Programa procura o envolvimento dos entes federativos, por meios das organizações estaduais de meio ambiente (OEMAs), visando conciliar e racionalizar o uso dos recursos dos programas e projetos com as diferentes políticas públicas em implementação. Por outro lado, a gestão do Programa leva em conta também as oportunidades de mercado, isto é, aproveita os

eventos florestais ou de temas correlatos (nacionais e internacionais) para introduzir a questão florestal como vetor de promoção do desenvolvimento e de inclusão social.

Na implementação do Programa, é necessário maior articulação institucional, em âmbito Federal e Estadual, para uma ampla discussão sobre a problemática do setor, inclusive no que se refere à compatibilização de políticas públicas para identificar ações que poderão ser levadas a efeito de forma integrada e viabilizar com a área econômica do Governo e com os órgãos de classes novas alternativas de financiamento à produção florestal, dada a particularidade da atividade e o valor econômico intrínseco dos serviços ambientais prestados pelas florestas.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS (FLORESCER)

GERENTE DO PROGRAMA

Bazileu Alves Margarido Neto

OBJETIVO

Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.137.741	Empenho Liquidado:	R$ 46.613.697
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 46.613.697**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área Anual Desmatada da Amazônia Legal - km²	-	18.900	13.100	11.224	15.582	-
2. Número de Focos de Calor - Unidade	236.100	167.200	85.359	94.793	200.000	-

1. ÁREA ANUAL DESMATADA DA AMAZÔNIA LEGAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os índices apurados apontam para uma redução significativa da área desmatada na Amazônia Legal, superando a previsão ao final do PPA, uma vez que trata de indicador que evidencia a melhoria de resultado pela sua diminuição.

2. NÚMERO DE FOCOS DE CALOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Houve redução do número de focos de calor a menos da metade do valor previsto ao final do PPA, e o indicador, também, evidencia a melhoria de resultado pela sua diminuição.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A tendência histórica da política florestal brasileira esteve vinculada a instrumentos reguladores de comando e controle, inclusive no tocante à fiscalização. Esses mecanismos se desgastaram e não conseguiram conter o avanço do desflorestamento, nem evitar as queimadas e incêndios florestais. Nos últimos oito anos foram suprimidas algumas medidas de política não-florestal que induziam ao desmatamento, como os incentivos fiscais à agropecuária, inclusive nas áreas de cobertura da floresta amazônica. Passou-se, então, a reconhecer a importância estratégico-econômica da ampla base dos recursos florestais nativos e plantados de que o País dispõe. No bojo das medidas e reformas adotadas, pode-se destacar:

a) a incorporação dos princípios e das noções do manejo florestal sustentável na legislação que regulamenta a exploração da floresta da bacia amazônica, pelo Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994;

b) o reconhecimento de que medidas regulatórias de comando e controle eram insuficientes para viabilizar formas sustentáveis de produção e conservação florestal;

c) a adoção de medidas de suspensão ou eliminação de estímulos implícitos ao uso predatório dos recursos contidos em instrumentos econômicos (como a eliminação de incentivos fiscais a projetos agropecuários em áreas florestais da Amazônia e a eliminação de subsídios ao crédito rural para a agricultura como um todo, entre outras);

d) a institucionalização do Programa Protocolo Verde, envolvendo os bancos oficiais que trabalham com créditos especiais, para estimular o setor produtivo da economia brasileira a implantar negócios ecologicamente corretos, bem como desestimular com juros maiores empreendimentos de alto impacto ambiental;

e) a institucionalização da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o ITR, estabelecendo que, no tocante às propriedades rurais, as áreas de preservação permanente, de reservas florestais legais e de interesse ecológico para a proteção de ecossistemas, declaradas por ato do órgão competente, são áreas não tributáveis.

Mesmo assim, o Brasil ainda ocupa a incômoda posição de primeiro lugar no desmatamento de florestas no mundo. Em 2002, mais de dois milhões de hectares (ha) de florestas foram desmatados como conseqüência da exploração florestal predatória, das queimadas descontroladas, dos incêndios e da conversão do solo para agropecuária. A perda de florestas causa perdas econômicas, sociais, biológicas e culturais, além de interferir no ciclo da água e de provocar elevadas emissões de carbono, que contribuem para o aquecimento global. A prevenção e o combate aos desmatamentos e incêndios evitarão este quadro crítico e estimularão a conservação e promoção do uso sustentável da maior biodiversidade do planeta.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Registro no período de julho 2006 a agosto de 2007 de 11.220 quilômetros (km²) de área desmatada, o que corresponde a uma redução de 20% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo este o segundo menor percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia Legal desde 1988.

• Elaboração e encaminhamento para fiscalização de mais de seis mil mapas pelo Centro de Monitoramento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CEMAM/IBAMA), os quais orientam o planejamento e a execução das operações de fiscalização em campo.

• Apreensão de mais de 300 mil metros cúbicos (m3) de madeira nas operações ocorridas nos Estados da região amazônica, com a lavratura de 9.070 autos de infração, totalizando mais de R$ 1,0 bilhão em multas aplicadas.

• Realização de mais de 100 grandes operações integradas de fiscalização, tendo como parcerias fundamentais o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e o Exército Brasileiro.

• Desenvolvimento do banco de dados do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais (SISCOM) com o aperfeiçoamento e a integração de sistemas do IBAMA.

• Capacitação, em 2007, de mais de 100 pessoas para o Sistema SISCOM.

• Disponibilização, via web, de informações ambientais por meio do SISCOM (*http://siscom.ibama.gov.br*).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No Programa foram realizadas manutenções em 12 bases operativas de fiscalização do IBAMA no arco do desmatamento e foram construídas as bases operativas de São Félix do Xingu (PA), Novo Progresso (PA), Vila Rica (MT), bem como foi ampliada a base de Sinop (MT).

As metas do Programa vêm sendo alcançadas satisfatoriamente. De modo geral, foram aplicados, em cada ação, mais de 90% dos recursos orçamentários programados.

São realizadas reuniões anuais de avaliação e planejamento do ano futuro, com a participação de todas as superintendências, e reuniões pontuais de planejamento para tratar de ações extraordinárias.

Os coordenadores apresentam um relatório após cada operação, seja de fiscalização, de constatação ou de combate a queimadas ou incêndios, contendo registros das ações e das dificuldades encontradas em campo pelos agentes. Há, também, o Sistema de Cadastro,

Arrecadação e Fiscalização (SICAFI), já implementado, que serve como banco de dados e cadastramento de informações levantadas em operações de fiscalização.

Foi baixa a efetividade na participação de outros Ministérios nas metas e diretrizes do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCDAM) e houve efetiva integração da gerência com as coordenações das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Há um canal exclusivo para denúncias da sociedade civil, a Linha Verde (0800-618080). As denúncias cadastradas na Linha Verde são transformadas em dados, os quais são analisados e incluídos na programação das operações.

O Programa realiza seminários sobre alternativas ao uso do fogo, assim como a promoção de cursos sobre o uso do fogo nas atividades agrossilvopastoris.

Há a necessidade de renovação da frota veicular, que se encontra depreciada e em número insuficiente, de adequação de reformas nas instalações físicas das unidades descentralizadas, bem como a atualização e renovação de equipamentos eletrônicos de informática.

A quantidade de servidores é insuficiente para atender às atividades administrativas e finalísticas, principalmente no apoio às ações de fiscalização e na execução destas. Há, também, a necessidade de capacitação dos mesmos.

PROAMBIENTE

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação e certificação de serviços ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Produtores familiares (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais), e suas instituições de organização e representação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.600.252	Empenho Liquidado:	R$ 3.419.043
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.419.043**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área Certificada para a Prestação de Serviços Ambientais - ha	-	-	-	135.650	269.500	50,3

1. ÁREA CERTIFICADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, ainda não foram normatizados os mecanismos legais que reconheçam o conceito e o mecanismo legal de pagamento por serviços ambientais, apesar do avanço alcançado com as inúmeras iniciativas do legislativo, que estão tramitando no Congresso Nacional, referentes ao assunto. Desse modo, os resultados e a ampliação do Programa, para uma política nacional, foram comprometidos ao longo do ano de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) surgiu como projeto da sociedade civil e, posteriormente, foi absorvido como Programa de

Governo. Nesse sentido, a proposta do Programa surge do acúmulo de demandas e carências históricas dos movimentos sociais da Amazônia, proponentes do projeto.

A proposta da sociedade atribuía ao Proambiente uma série de competências que cabem a outras instâncias de Governo, tornando os objetivos do Programa excessivamente amplos. Com o acúmulo de dois anos de execução do Programa, ficou clara a necessidade de ajustes nas atribuições do Proambiente, com foco em competências exclusivas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que foram explicitadas na nova redação do objetivo.

Ações complementares para o atendimento das demandas iniciais dos movimentos sociais, que motivaram a elaboração do Proambiente como proposta inovadora de política de desenvolvimento rural, devem ser atendidas à medida que as premissas do Programa são ativamente pautadas em outras instâncias de Governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação dos pólos pioneiros do Proambiente.

- Beneficiadas 3.850 famílias pela prestação de assistência técnica e extensão rural (ATER).

- Financiadas 1.768 famílias para implantação dos Planos de Utilização das Unidades Produtivas.

- Institucionalização do Conselho Nacional do Proambiente.

- Consolidação dos Planos de Gestão Ambiental Rural (PGAR) nos seis territórios apoiados, a saber: Portal da Amazônia (MT), Araguaia (MT), BR-163 (PA), Baixo Amazonas (PA), Serra Geral (MG), Paulo Afonso-Xingó (SE, PE, AL, BA).

- Prestação de ATER por meio da Política Nacional de ATER (PNATER) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a experiência dos projetos de implementação dos pontos de conversão agroecológica, que representam iniciativas fundamentais para a consolidação da experiência dos pólos pioneiros do Proambiente em política nacional.

- Aplicação, nos seis territórios previstos, dos recursos conforme plano de trabalho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Foram realizadas reuniões do Conselho Nacional do Proambiente e inúmeras reuniões de trabalho com diferentes programas do MMA, Ministérios parceiros e instituições de ensino e pesquisa, com o intuito de discutir e contribuir para a implementação do Programa e possíveis parcerias. No caso do Programa Gestão Ambiental Rural (GESTAR), será contratada consultoria para avaliação do projeto, com realização prevista para o primeiro semestre de 2008.

O Programa prevê um plano de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas nos pólos, no qual seria avaliada a execução das atividades. Porém, pela priorização de outras atividades, essa estratégia de monitoramento não é regularmente efetivada pela equipe da gerência do Programa.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado por meio de relatórios de execução parcial e final do objeto dos projetos, visitas de campo, encontros técnicos e reuniões dos conselhos gestores. Estes mecanismos têm sido capazes de garantir um acompanhamento razoável da implementação das ações.

As atividades realizadas são inseridas mensalmente no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), permitindo o seu acompanhamento e a melhoria da gestão, por meio da avaliação da eficiência da execução físico-financeira do Programa.

Há o acompanhamento da execução das atividades realizadas pelo Programa, através de relatórios de progresso para avaliação das atividades realizadas, monitoramento e planejamento das atividades futuras.

O Programa teve cumprimento adequado da execução física prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

O Proambiente tem como um de seus princípios a gestão compartilhada entre o Governo Federal, Estados, Municípios e a sociedade civil organizada. O desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas foi considerado satisfatório, em muitos casos, superando os resultados esperados, o que fortaleceu as ações do Governo, dando maior visibilidade e consistência aos objetivos propostos. O projeto GESTAR apóia as mais diversas formas de associações legítimas, com as quais firma as devidas cartas de acordo para concretização da metodologia preconizada. Para isso, leva em consideração, na escolha, o perfil das mesmas e afinidades para com as populações dos territórios.

A gestão participativa e a execução descentralizada contribuem para a eficácia das ações e sua economicidade, podendo servir de modelo a outras ações governamentais.

As ações do Programa encontram-se em fase de avaliação, contemplando entrevistas com diferentes atores: beneficiários, entidade executora, conselheiros locais e nacionais e representantes das políticas articuladas pelo Proambiente. Essa estratégia visa promover uma reflexão e análise dos principais resultados, de modo a subsidiar o seu planejamento ao longo de execução do PPA 2008-2011.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com o Conselho Nacional, órgão colegiado integrante de sua estrutura de gestão, com composição paritária entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada,

e com a finalidade de contribuir para sua implementação. No meio rural, o Proambiente é implantado por adesão coletiva, por meio da formação de pólos. Cada pólo é formado por um conjunto de grupos comunitários vinculados às associações de produtores e às cooperativas de atuação local.

Os pólos são constituídos por territórios rurais com similaridades sociais, culturais, econômicas e ambientais, possibilitando a gestão integrada dos recursos naturais em escalas de unidades de produção (propriedades, lotes, reservas extrativistas, áreas de uso comum, etc.) e grupos comunitários prestadores de serviços ambientais à sociedade. No âmbito do pólo, a viabilização de espaços de diálogo e parcerias entre os diferentes setores de Governo, sociedade civil e setores privados é efetivada pela constituição do conselho gestor do pólo, órgão deliberativo local, também de composição paritária entre o Poder Público e a sociedade civil organizada.

O Conselho Nacional do Proambiente tem como atribuição contribuir na definição de critérios, diretrizes e estratégias para a execução do Proambiente, apoiando a definição dos pólos a serem instalados. Os conselhos gestores dos pólos, com a atribuição de apoiar a gestão local de execução do Programa, elegem a entidade executora que é responsável pela execução direta com as famílias envolvidas, prestando assistência técnica e extensão rural diferenciada.

No ano de 2007, foi discutida uma minuta de projeto de Lei com diretrizes, critérios, procedimentos e formas de compensação de serviços ambientais. O GESTAR tem, como metodologia simplificada, a construção de um plano, que contempla as diversidades regionais em todos os quesitos, sejam eles sociais ou econômicos, não dependendo de forma direta desta previsão legal, uma vez que a execução orçamentária se faz via organismos internacionais para a qual existe regulação específica, faltando normas legais regulamentadoras para a sua efetiva implementação.

O Proambiente tem como proposta a compensação pelos serviços ambientais prestados pelas famílias. Porém, não há norma legal que reconheça o conceito e os mecanismos de transferência de recursos orçamentários para esse propósito. Também, caberia melhor qualificação da equipe técnica que executa as atividades previstas no Programa, em todo o Território Nacional.

PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

GERENTE DO PROGRAMA

José Machado

OBJETIVO

Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 86.260.481	Empenho Liquidado:	R$ 64.131.191
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 64.131.191**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.520.000	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Bacias Hidrográficas com Alcance de, pelo menos, 70% do Índice de Implementação dos Instrumentos de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Porcentagem de Implementação dos Instrumentos de Gerenciamento de Recursos Hídricos	-	-	2	2	5	40
2. Taxa do Território Brasileiro com Implantação de Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, excluída a Bacia Amazônica - Porcentagem	1,20	1,66	1,66	1,66	20,50	8,1

1. NÚMERO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM ALCANCE DE, PELO MENOS, 70% DO ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Das cinco bacias com previsão de implantação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), no período do PPA que se encerrou em 2007, uma já se encontrava com esses instrumentos em funcionamento (Paraíba do Sul) e outra teve o início

das atividades de cobrança pelo direito de uso no período, formada pelo consórcio das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ). Nas demais, o sistema avançou, mas não a ponto de dar início ao processo de cobrança e, por meio dos recursos arrecadados, beneficiar as populações locais com ações de recuperação e conservação dos corpos d'água locais.

2. TAXA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO COM IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, EXCLUÍDA A BACIA AMAZÔNICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Das cinco bacias com previsão de implantação dos instrumentos da PNRH, no período do PPA que se encerrou em 2007, uma já se encontrava com esses instrumentos em funcionamento (Paraíba do Sul) e outra teve o início das atividades de cobrança pelo direito de uso no período, formada pelo consórcio das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Nas demais o sistema avançou, mas não a ponto de dar início ao processo de cobrança e, por meio dos recursos arrecadados, beneficiar as populações locais com ações de recuperação e conservação dos corpos d'água locais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em seu artigo 1º ("Dos fundamentos") estabelece: "a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SINGREH". Assim, a bacia hidrográfica é a unidade de gestão, no âmbito da qual deverão ser fortalecidos os instrumentos PNRH e implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio aos conselhos e agências de bacias, o que permitirá a descentralização, a participação da sociedade e o fortalecimento do controle social, visando assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. As ações do Programa contemplam, ainda, a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas (PBHs) de rios de domínio da União, a capacitação técnica e operacional das entidades colegiadas, dos órgãos e das instituições envolvidas no sistema, bem como o fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos do SINGREH, possibilitando dar maior visibilidade às prioridades definidas pelos respectivos comitês de bacias.

O Programa visa a preservação das disponibilidades de água na natureza através de medidas de conservação de solo e água, da redução de perdas nas estruturas de fornecimento de água para as mais diversas aplicações, da implementação de tecnologias adequadas, de incentivos e instrumentos econômicos que estimulem a maior eficiência do uso em processos de produção, da minimização dos desperdícios, da redução do consumo promovendo a reciclagem da água em circuitos abertos ou fechados, da redução das quantidades de novas vazões captadas, através da prática da reutilização de forma adequada e em bases sustentáveis. Para tanto, estimula a implementação de ações voltadas para a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas, com a aplicação dos recursos originários da cobrança pelo uso da água em projetos priorizados pelo comitê da bacia hidrográfica em que foram gerados e outras ações de fomento e financiamento a projetos voltados para o uso racional e conservação de recursos hídricos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Cadastrados 21.970 usuários de recursos hídricos no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) em 2007, totalizando 82.443 usuários cadastrados.

• Gestões nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Doce, Verde Grande, Paranaíba, Piranhas-Açu e Guaíba visando a implementação da cobrança pelo uso da água.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Tomou-se a execução orçamentária como base para mensuração do alcance dos resultados no exercício. Foram realizados 68% dos recursos totais alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 mais créditos e restos a pagar (RAP). Se considerada a LOA mais os créditos, esse percentual sobe para 74,4%. Além disso, se considerada somente a soma dos valores da LOA e dos créditos deduzidos R$ 9 milhões relativos a emendas promovidas no Congresso Nacional, que têm outros condicionantes específicos quanto à efetiva disponibilidade de recursos para execução e excluídos também os recursos inscritos em RAP, a execução apurada no exercício estará na casa de 83%.

São realizadas reuniões envolvendo os coordenadores de ação e titulares das unidades organizacionais responsáveis pelos resultados das ações nas oportunidades de encaminhamentos de pedidos de créditos, sempre que houver mudanças nos limites de recursos para movimentação e empenho. O plano gerencial interno do Programa é elaborado antes do encaminhamento da proposta orçamentária e orienta a sua elaboração. Nessa oportunidade toda a agência discute as propostas, que são apresentadas e aprovadas pelo gerente do Programa.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), o Sistema de Informações Gerenciais Setoriais que é um Infrasig denominado Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão (SISPLANA), e o Sistema de Tramitação de Processos e Documentos da Agência Nacional de Águas (ANA) – Sistema Próton – são alguns sistemas informatizados que contribuem para o monitoramento, adequações, a prestação de contas de resultados e a tramitação de processos. Os dois últimos são restritos às ações coordenadas pela ANA. Não se vislumbrou, ainda, um Infrasig que possa reunir todo o conjunto de ações dos programas, considerando-os como unidades de planejamento, como preceitua o modelo de gestão do PPA. Essa providência, por envolver a multissetorialidade, passa obrigatoriamente pela gestão do órgão central de planejamento de Governo.

O SIGPlan é outro instrumento de prestação de contas e de monitoramento do Programa. A sua concepção e tempestividade no trato das informações, porém, não são suficientes, razão pela qual há a intenção de interligar com o Infrasig para permitir o envio de informações relativas ao monitoramento de forma automatizada.

O Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária é elaborado considerando-se o Programa como uma unidade de gestão. O relatório explicita os resultados do Programa, bem como outras informações demandas pelos órgãos de controle.

O cumprimento das metas físicas das ações do Programa é influenciado por diversos fatores, tanto técnicos quanto orçamentário-financeiros. Do ponto de vista estritamente físico, não é possível aferir o resultado de um conjunto de ações que têm unidades de medidas de resultados díspares, daí a opção ser meramente indicativa e subjetiva. Das 16 ações sob coordenação da ANA, uma única ação está sob a coordenação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), por exemplo, nada menos do que 10 apresentaram execução entre 90% e 110%, o que parece indicar uma boa relação entre planejado e executado. Ademais, o grau de dificuldade para se alcançar uma meta pode variar muito. O modelo de gestão, aferido por metas físicas quantitativas, não parece refletir o resultado de um Programa que, aliás, tem indicadores de resultados exatamente para atender a esse quesito.

O Programa, para implementar os instrumentos da PNRH e promover a recuperação e conservação dos recursos hídricos sob domínio da União necessitaria de muito mais do que lhe é ofertado anualmente. Na prática, ainda não foi implementada a gestão por programas a que alude a Constituição Federal. Assim, procura-se fazer o possível. Cabe enfatizar que disponibilização insuficiente de recursos para atacar um determinado problema que afeta a sociedade onera o resultado final. Os recursos serão sempre insuficientes caso não haja uma definição clara de prioridades e objetivos de Governo, a serem priorizados por meio de programas que realmente se proponham a resolver problemas claramente identificados. Não é o caso, ainda.

Qualquer descontinuidade no fluxo de recurso traz prejuízos à execução de uma ação ou de um programa. O problema é recorrente, ao fim de dois planos plurianuais de Governo. Os órgãos executores de ações e programas enfrentam enormes dificuldades a cada exercício para tentar compatibilizar seus planejamentos aos orçamentos disponibilizados. O fluxo descontínuo não permite uma mínima garantia de execução da programação. Os esforços das avaliações anuais também não se revertem em benefícios para melhorar o desempenho da ação de Governo.

Há programas com baixíssima capacidade de execução, ao longo de uma série, que continuam sendo agraciados como se efetivos fossem. Porém, esse fator, de forma individualizada, não é suficiente para se avaliar a efetividade de um programa.

No âmbito do Probacias, um sistema interno de gerenciamento vem sendo o meio para tornar as regras da execução orçamentária mais claras. Os coordenadores de ação têm dificuldade de assimilar o sistema orçamentário. No caso do Programa, os limites de recursos disponibilizados são incompatíveis com a arrecadação da principal fonte de financiamento do mesmo, forçando a geração de sobras que culminam na reserva de contingência. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2007, por exemplo, a fonte de receitas próprias contemplou recursos de R$ 172,8 milhões, dos quais nada menos de R$ 110,2 milhões dispostos na reserva de contingência. Não de menor importância, há limitações impostas pelos decretos de programação orçamentária e financeira do Governo, que ditam regras restritivas à execução dos programas.

Os créditos adicionais, para serem efetivos, têm de ser propostos ainda no primeiro semestre, quando ainda não são bem conhecidos os problemas e gargalos, tornando o pedido, muitas vezes, precipitado. Na segunda fase, o pedido destes créditos torna-se, na maioria das vezes, inócuo, devido à morosidade que envolve o processo de aprovação e sua liberação ocorrendo próximo ao final do exercício.

A inadimplência dos entes é um problema que tem exigido criatividade para sanar as restrições decorrentes. De todo modo, tem se constituído em entrave para a formalização de convênios, especialmente no caso do Probacias, cujo alcance de resultados depende, em muito, da gestão compartilhada com entidades parceiras.

A descentralização direta é um dos meios que o Programa adota para a execução de atividades continuadas, especialmente em relação à operação da rede hidrometeorológica, ação que o integra e que conta com parceiros de grande competência técnica e credibilidade, como a Companhia de Recursos Minerais do Ministério de Minas e Energia (CPRM/MME). A descentralização externa, para outras esferas de Governo, vem tendo um desempenho mais comedido em decorrência das restrições causadas pelas inadimplências dos parceiros.

Apenas a Ação Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas, que tem por produto projeto apoiado, é realizada em outra unidade administrativa. O resultado poderia ter sido melhor, não fossem as restrições na liberação de recursos para a sua execução.

Foi realizado o repasse, por meio de contratos de gestão, de R$ 5,6 milhões para a bacia do Paraíba do Sul e de R$ 13,6 milhões para o consórcio dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, totalizando R$ 19,2 milhões em 2007, para implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos hídricos, conforme prevê a legislação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa é assentado em pressupostos de descentralização e integração, razão pela qual a participação social ocorre em grande parte de sua implementação e foram apoiadas várias instâncias locais do sistema de gestão descentralizado, por meio dos comitês:

a) para Integração do Rio Paraíba do Sul (Ceivap);

b) da Bacia Hidrográfica São Francisco (CBHSF);

c) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e com os órgãos gestores de Minas Gerais (IGAM) e do Espírito Santo (IEMA);

d) da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBH-Verde Grande);

e) da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH-Paranaíba);

f) da Bacia do Rio Piranhas-Açu (CBH-Piranhas-Açu);

g) da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;

h) da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH-Guandu).

A participação social está presente em todos os processos de criação dos comitês de bacias hidrográficas, também conhecido como parlamento das águas. Todo o modelo do Programa realiza avaliação dos beneficiários, em especial nas ações onde o processo de cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos já está implantado na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e no Consórcio das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Nos contratos de gestão que dão suporte ao repasse de recursos para utilização, pela entidade delegatária, das funções de agência de águas na bacia, um dos indicadores de desempenho é exatamente a participação da sociedade local.

O planejamento da atuação de cada exercício é elaborado antes e fornece os subsídios necessários à elaboração do PLOA. As informações são organizadas em um sistema informatizado, por meio do qual se procura acompanhar o desenho da execução, de acordo com a programação elaborada. Após a aprovação da LOA, a programação é aprovada e a execução autorizada. O sistema informatizado proporciona condições para o monitoramento.

QUALIDADE AMBIENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Thelma Krug

OBJETIVO

Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 26.892.168	Empenho Liquidado:	R$ 23.440.404
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 23.440.404**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFC) - Tonelada	-	-	-	478	300	159,3
2. Número de Empreendimentos de Infra-Estrutura sem Licença de Operação - Unidade	-	228	147	-	50	-
3. Número de Episódios Anuais de Violação do Padrão Diário de Qualidade do Ar para os Parâmetros Material Particulado Inalável (PM10) e Ozônio (O3) - Unidade	-	-	-	1.908	380	502,1

1. CONSUMO NACIONAL DE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO (CFC)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Para o cálculo desse indicador, são considerados os clorofluorcarbonos (CFC) dentre todas as substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO), por apresentarem maior consumo no Brasil. Esse dado é obtido por meio do Cadastro Técnico Federal (CTF) e diz respeito às substâncias do grupo I do anexo A do Protocolo de Montreal (CFC 11, 12,

113, 114 e 115). Esse valor é obtido em toneladas de potencial de destruição da camada de ozônio (toneladas PDO). Cada CFC possui o seu fator PDO que, multiplicado pela quantidade de toneladas, permite a obtenção do valor do consumo do País em PDO. Os dados finais do consumo só são obtidos em maio, pois de acordo com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 267, de 14 de setembro de 2000, e a Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 37, de 29 de junho de 2004, as empresas cadastradas no CTF têm até o 30.04 de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas comercializadas e utilizadas no período de 1º.01 a 31.12 do exercício imediatamente anterior ao corrente. Portanto, em janeiro, quando os relatórios de avaliação são feitos, há apenas um valor estimado. Dessa forma, o estimado para o indicador em 2005 foi de 1.182,00 toneladas (t) de CFC e o valor exato deste indicador foi de 967,175 t, obtido por meio do CTF do IBAMA, após o fechamento do mês de abril de 2006. Durante o ano de 2006, o consumo final de CFC foi de 478 t PDO. No ano de 2007, espera-se que o consumo de CFC no Brasil seja totalmente eliminado, conforme estabelece a resolução CONAMA nº 267/2000. Em 2008, devem ser substituídos os CFC pelos hidroclorofluorcarbonos (HCFC), que também são SDO, que passam a ser controladas por meio de cotas, conforme ajuste aprovado no Protocolo de Montreal, na 19ª Reunião das Partes, ocorrida em setembro de 2007.

2. NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA SEM LICENÇA DE OPERAÇÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não foi apurado nenhum índice no ano de 2007.

3. NÚMERO DE EPISÓDIOS ANUAIS DE VIOLAÇÃO DO PADRÃO DIÁRIO DE QUALIDADE DO AR PARA OS PARÂMETROS MATERIAL PARTICULADO INALÁVEL (PM10) E OZÔNIO (O3)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Comparando-se os dados de 2007 com os dos dois anos anteriores, observa-se um crescente aumento nos níveis de ozônio atmosférico e que a emissão de material particulado ainda é um problema nos grandes centros urbanos e industriais, apesar dos avanços do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) e das medidas de combate e controle da poluição industrial por meio do licenciamento e do monitoramento realizado pelos órgãos ambientais fiscalizadores. Essa piora na qualidade do ar dos grandes centros urbanos e industriais é um indicativo de que as ações governamentais não estão sendo suficientes diante do aumento no número de veículos em circulação nas ruas, principalmente veículos pesados, motocicletas e veículos velhos, e também do aumento do parque industrial, especialmente a indústria petroquímica e de geração de calor (termelétricas). Essas são as principais fontes de material particulado, óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos, que são precursores do ozônio. Outro aspecto que vale registrar é a falta

de infra-estrutura dos órgãos ambientais estaduais para o desenvolvimento de seu trabalho ilustrado, nesse caso, pela baixa porcentagem de medições de qualidade do ar registradas no Estado do Rio Grande do Sul, onde as estações de monitoramento funcionaram apenas 32% do tempo em 2007, o que ocorreu devido à falta de recursos financeiros para a manutenção dos equipamentos de medição da qualidade do ar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A degradação da qualidade ambiental, que vem ocorrendo nas últimas décadas, tem influenciado de forma negativa a qualidade de vida da sociedade brasileira. Parte dessa degradação está associada à utilização desmedida dos recursos naturais, à emissão de gases que afetam a camada de ozônio e o sistema climático global, a substâncias químicas e resíduos industriais perigosos e ao nível de poluição do ar. Agregam-se a isso os impactos ambientais decorrentes das atividades de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento do País.

Existem hoje, no mundo, mais de cem mil substâncias químicas comercializadas e a cada ano são introduzidas cerca de duas mil novas substâncias, das quais apenas um número reduzido foi testado do ponto de vista de sua toxicidade para os seres humanos e para o meio ambiente. Especialistas prevêem que esta produção continuará crescendo, principalmente nos países em desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD). Por isso, a promoção da segurança química tem para o Brasil relevância inequívoca, visto que o País está entre os 10 maiores produtores e o sétimo maior consumidor de produtos químicos em nível mundial, além de ser o maior produtor e importador do gênero na América Latina.

A observação dos riscos devidos a agentes químicos e aos resíduos é de grande importância para as sociedades modernas, em face dos efeitos de tais substâncias em diferentes escalas temporais e espaciais. Em termos espaciais, os riscos não têm fronteiras, podem ocorrer localmente, ou ter impactos mais amplos, na medida em que afetam ecossistemas regionais ou mesmo globais. Temporalmente, os riscos devidos a agentes químicos e aos resíduos podem gerar efeitos ao seres humanos e ao ambiente em diferentes momentos.

Outra fonte de preocupação são os resíduos industriais perigosos. Grande parte das indústrias apresenta um passivo ambiental significativo, decorrente da disposição inadequada de resíduos cuja localização, muitas vezes, é desconhecida dos órgãos de controle ambiental. Outras vezes, as autoridades públicas têm que lidar com sítios contaminados, cujos responsáveis não são mais acionáveis de imediato, os chamados sítios órfãos. Aliado a esses problemas, os padrões de produção não sustentável provocam o aumento da quantidade e variedade de produtos perigosos persistentes e seus resíduos lançados no meio ambiente. Uma abordagem preventiva, centrada na mudança de padrões tecnológicos de produção, significa adotar uma estratégia de produção mais limpa, demonstrando ao setor produtivo as vantagens ambientais, sociais e econômicas da produção limpa, na medida em que esta possibilita às empresas ganhos de competitividade garantindo a sua sobrevivência em um mercado globalizado.

Em relação à poluição atmosférica, estudos têm demonstrado que um acréscimo de uma parte por milhão (1 ppm) na concentração de monóxido de carbono (CO) na atmosfera, mesmo quando padrões de qualidade do ar são atendidos, foi responsável, respectivamente, por um aumento de 11% e 14,8% nas internações hospitalares por doenças pulmonares crônicas em idosos e de 5% do total de internações por doenças respiratórias em crianças.

Em relação ao sistema climático global, a continuação das emissões nos padrões atuais provocará um aumento de até 5,8°C na temperatura média da Terra nos próximos 100 anos e, conseqüentemente, levará a um aumento de até 88 centímetros (cm) no nível dos oceanos, com prejuízos incalculáveis para regiões costeiras e países insulares, além de problemas como secas severas e modificação de regimes hidrológicos.

Para enfrentar as constantes ameaças ambientais, o setor público precisa aperfeiçoar seus instrumentos de gestão, e promover ações articuladas que possibilitam a eliminação, a minimização ou o controle de riscos ambientais e o combate rápido e efetivo a situações emergenciais. Estas ações integradas de monitoramento, fiscalização e atuação direta devem ser desenvolvidas por equipes capacitadas, instrumentalizadas, apoiadas por especialistas e municiadas de informações organizadas e atualizadas. Se assim ocorrer, torna-se possível apresentar respostas claras e efetivas à sociedade nas situações em que as condições e a qualidade de vida das populações, bem como o patrimônio ambiental, estiverem ameaçadas. Esta diretriz foi explicitada no Programa de Governo, nas diretrizes e nos objetivos setoriais definidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão do Atlas de Sensibilidade Ambiental da Bacia Sedimentar Marítima de Santos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No Programa foram consolidados entendimentos entre o MMA e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para atendimento às determinações da resolução CONAMA nº 315, de 29 de outubro de 2002, relacionada aos limites máximos de emissões de poluentes atmosféricos para veículos leves e pesados, as quais entrarão em vigor em 2009. Foi criado grupo de trabalho, no âmbito da Câmara Técnica de Controle da Qualidade Ambiental do CONAMA, para definição de padrões de emissão de poluentes atmosféricos por fontes fixas. Também foi aprovada proposta de revisão da resolução nº 293, de 12 de dezembro de 2001, pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA, sobre o conteúdo mínimo do plano de emergência individual para derramamento de óleo.

Foi realizado apoio ao Projeto Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes, no Estado de Pernambuco, com ênfase no Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), conforme termo de referência estabelecido pelo grupo de trabalho como instrumento integrante do

Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2), e a instalação do laboratório de análise de dioxinas e furanos, fruto de um convênio firmado entre o MMA e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) em que foram iniciadas ações visando o treinamento dos técnicos que irão efetuar o start-up do equipamento e operá-lo rotineiramente.

Foi firmado convênio, denominado Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos, entre o MMA e o Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Departamento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SENAI/RS), em parceria com os Governos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de Pernambuco, e o Centro Coordenador Regional para a América Latina e o Caribe de Capacitação e Transferência de Tecnologia da Convenção de Basiléia.

Os resultados foram alcançados de maneira satisfatória, sendo relevante destacar as metas de capacitação, graças às parcerias com instituições públicas e privadas, as quais contribuíram de forma significativa para a viabilização das ações.

Com a reestruturação do Programa, as iniciativas ligadas à agenda do petróleo conheceram, também, um processo de realinhamento de prioridades. Assim, a proposta de consolidação do Plano Nacional de Contingência (PNC), mediante minuta de Decreto, encontra-se em revisão, ainda sem uma redação conclusiva das instituições envolvidas que são o MMA, o IBAMA e o Comando da Marinha, do Ministério da Defesa (MD).

Apesar da previsão inicial de elaborar o mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo de quatro bacias marítimas do plano cartográfico, não foi possível avançar na bacia de Campos, especialmente pela carência de recursos orçamentários e financeiros.

Durante o ano de 2007, foram realizadas reuniões de avaliação do desempenho das ações com a participação dos coordenadores de ação e dos diretores. Nelas são definidas estratégias visando o alcance das metas das ações. Foram realizadas, periodicamente, reuniões de nivelamento técnico-metodológico com as equipes executoras dos trabalhos.

São realizadas visitas aos órgãos ambientais estaduais que estão realizando os mapeamentos de áreas de risco referente a substâncias químicas perigosas, assim como visitas às equipes executoras em áreas onde estão sendo realizados os trabalhos de mapeamento de sensibilidade ao óleo.

Anualmente, são realizados relatórios para a tomada de contas do Ministério, o Balanço Geral da União (BGU), além de relatórios para cumprir cláusulas de contrato de empréstimo e relatórios para organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De forma geral, pode-se considerar como satisfatória a execução das ações. Houve metas não cumpridas por motivos de inadimplência do convenente, o que inviabilizou o repasse de recursos. Algumas metas foram superadas devido às parcerias com outras instituições, as quais contribuíram significativamente na realização das atividades das ações.

Nas ações que dependem da celebração de convênios, houve prejuízo na execução devido à dificuldade na viabilidade destes, principalmente pela inadimplência dos Governos Estaduais, que representa uma dificuldade recorrente para a celebração de convênios e o repasse de recursos.

A execução das ações do IBAMA e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) tiveram bons rendimentos. Os coordenadores de ações disponibilizaram as informações tempestivamente.

Vários temas tratados no âmbito do Programa possuem interfaces com as resoluções do CONAMA, as quais têm abertura para consulta pública. Nestas consultas são acolhidas contribuições de diversos atores do setor público e privado.

Foram constatadas importantes participações dos atores envolvidos nas discussões das resoluções do CONAMA, nas comissões nacionais de segurança química e de produção mais limpa, as quais contribuíram nas formulações de políticas públicas.

O índice Número de Empreendimentos de Infra-Estrutura sem Licença de Operação, segundo o IBAMA, não pôde ser apurado devido à viabilidade do alcance do índice proposto ao final do PPA 2004-2007 estar diretamente ligada ao prosseguimento na modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), com a introdução de novas ferramentas técnicas na avaliação dos processos de licenciamento ambiental.

Recomenda-se que sejam intensificadas as ações governamentais visando a prevenção e o controle das emissões de fontes potencialmente poluidoras mencionadas, do MMA junto aos demais órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), como, por exemplo, regulação das emissões de veículos pesados e motocicletas, inspeção veicular e capacitação, tanto técnica quanto de recursos, dos órgãos ambientais estaduais para as ações de licenciamento e fiscalização da poluição industrial e também para o monitoramento da qualidade do ar.

A insuficiência de recursos para a execução do Programa não está restrita ao orçamento, e sim ao limite de recursos da unidade responsável. As ações atinentes ao petróleo vêm, desde 1997, tentando acesso aos recursos da fonte 142, conforme estabelecido no artigo 50 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997.

Há necessidade de criação de novos cargos gerenciais nos órgãos participantes do Programa, para maior eficiência e agilidade das ações.

Identificou-se a ausência de amparo legal para a celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, o que impediu um desempenho maior das ações do Programa.

RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.

PÚBLICO-ALVO

Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 564.175.184	Empenho Liquidado:	R$ 498.301.225
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 498.301.225**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Sustentabilidade para o Uso dos Recursos Pesqueiros - Índice Numérico	-	-	-	-	1,30	-

1. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE PARA O USO DOS RECURSOS PESQUEIROS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A principal fonte de dados para a aplicação do indicador é o Sistema de Mapas de Bordo (SMB), que fornece a captura por unidade de esforço (CPUE) dos recursos que são utilizados pelas principais pescarias brasileiras. O sistema encontrava-se desativado e, somente no final de 2005, foi retomado. Entretanto, a série de dados gerada foi insuficiente para se ter a possibilidade de aplicação da fórmula empregada. Na realidade, será necessário pelo menos de dois a três anos de dados disponíveis para que se possa comparar a situação dos estoques de um ano para o outro e, mesmo assim, de forma parcial, já que os resultados alcançados após a aplicação de uma medida podem ser mais demorados e dependem da longevidade dos recursos em questão – recursos com ciclo de vida longo somente irão apresentar resultados após alguns anos. Em função do anteriormente exposto, as análises dos resultados do Programa, em relação ao indicador, foram feitas por meio de avaliação qualitativa e da utilização dos relatórios das reuniões de avaliação da situação de cada

recurso, oportunidade em que se faz diagnóstico pormenorizado e são sugeridas novas medidas de gestão para o uso desses recursos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As melhores informações científicas disponíveis sobre o estado dos principais recursos pesqueiros costeiro-marinhos concluem que cerca de 80% deles encontram-se sobreexplotados, ameaçados de sobreexplotação ou próximos a tais níveis.

O excesso de esforço de pesca tem sido apontado como a causa mais visível de tal situação, não se desprezando o efeito deletério do conjunto das ações antrópicas em terra.

No que se refere aos ambientes aquáticos continentais, embora não se tenha informações científicas suficientes, as observações empíricas e as informações correntes de grupos de pescadores apontam para uma considerável perda de produtividade pesqueira em tais ambientes. Este quadro é relacionado principalmente com o barramento dos principais rios para usos múltiplos dos recursos hídricos, o desmatamento das margens e de áreas de cabeceira, o assoreamento de lagos e lagoas marginais, e a poluição, tanto química quanto orgânica.

Na raiz de tais problemas, encontra-se um sistema de gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros "estado-centrado", que não leva em consideração os saberes e conhecimentos, os projetos de vida e objetivos dos diversos grupos sociais pesqueiros, e com pouca ou nenhuma participação dos usuários no processo de formação e aplicação das principais normas de acesso e uso. Desta forma, gera-se ausência de comprometimento e responsabilidades daqueles que acessam e usam tais recursos para com seus níveis de sustentabilidade. Por outro lado, o atual sistema de gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros não se encontra integrado com as demais regulações do uso dos outros recursos ambientais que interagem com os recursos pesqueiros nos diversos níveis ecossistêmicos.

No plano nacional, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 20, 23, 24 e 225, define os princípios suficientes para que o Estado brasileiro estabeleça normas e padrões de acesso e uso dos recursos pesqueiros, tendo a sustentabilidade como objetivo primeiro. No plano infraconstitucional, o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, se constitui no diploma legal que dá sustentação às normas que disciplinam o acesso e uso dos recursos pesqueiros. No plano internacional, a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar e o Código de Pesca Responsável da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), se constituem nos principais diplomas que orientam tal ação do Estado brasileiro.

O principal desafio que se apresentou no marco do PPA 2004-2007 foi a construção de um sólido sistema de gestão de recursos pesqueiros, que tivesse a sustentabilidade como elemento central. Devem ser atributos fundamentais de tal sistema uma estrutura de compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários de tais recursos, e a troca entre o saber científico e os saberes e conhecimentos tradicionais das populações pesqueiras. Crê-se que, desta forma, seja possível construir condições para o aumento da produção nacional de pescado, para o aumento do nível de emprego e renda

no setor pesqueiro, contribuindo, assim, para a inclusão social e a justiça ambiental. Para tanto, foi proposto que o sistema de gestão gerado no marco do PPA 2000-2003 fosse implementado com o estabelecimento de fóruns de negociação de objetivos e projetos entre o Estado e os usuários. Como propostas surgiram:

a) aperfeiçoamento e ampliação das estruturas conceituais e físicas de coleta e difusão de informações biológico-pesqueiras, bioecológicas e sócio-ambientais e de avaliação de recursos;

b) geração e implementação dos planos de gestão por recurso, bacia hidrográfica ou ecossistema;

c) reconstrução e aperfeiçoamento do Sistema de Licenciamento Pesqueiro;

d) desenvolvimento e implementação dos instrumentos econômicos específicos e apropriados para a gestão de recursos pesqueiros;

e) ampliação e aperfeiçoamento do Sistema de Fiscalização do Acesso e Uso dos Recursos Pesqueiros.

A não-implementação de um programa com tal escopo contribuirá para o agravamento do quadro de insustentabilidade no acesso e uso dos recursos pesqueiros, gerando como conseqüência a perda de biodiversidade, diminuição da produção nacional de pescado de origem extrativa, diminuição do nível de emprego e renda no setor, com conseqüente migração de trabalhadores não-qualificados para outros setores da economia, o que significa aumento do desemprego, e, por conseguinte, aumento da exclusão social e da injustiça ambiental.

Constituem-se condicionantes favoráveis à implementação do Programa: o próprio Programa de Governo aprovado nas eleições de 2002, as diretrizes definidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e, por mais paradoxal que pareça, o despertar crescente dos usuários para o fato inconteste de que sem recursos pesqueiros não é possível haver atividade pesqueira. Por outro lado, o baixo nível histórico de alocação de recursos orçamentários e a fragilidade das organizações representativas dos usuários, em seus aspectos de representatividade e legitimidade, são os principais condicionantes desfavoráveis à implementação do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Pagamento do seguro defeso a 268 mil pescadores artesanais.

- Aumento de 38,4% no número de licenças de pesca amadora emitidas.

- Elaboração dos planos de gestão do uso sustentável de lagostas e da sardinha no âmbito de cada comitê de gestão.

• Aprovação e início do plano de gestão para as lagostas.

• Instalação do Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco (CGSF).

• Elaboração e publicação de 21 instrumentos legais de estabelecimento de normas, critérios e padrões para regulamentação do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

• Consolidação da estatística pesqueira nacional e publicação do Boletim Estatística da Pesca - 2005 - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

• Apreensão de 350 mil metros de rede caçoeira, 10.000 quilogramas (kg) de lagosta e 100 embarcações pesqueiras ilegais.

• Vistoriadas cerca de 9 mil unidades de produção e comercialização de pescados (UPP).

• Lavrados 1.902 autos de infração em todo o País, envolvendo atividades de fiscalização da pesca.

• Rastreadas 840 embarcações por satélite.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os fatos relevantes para o alcance dos objetivos compreenderam uma série de iniciativas traçadas pela Política de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros. Neste sentido foram realizadas 15 reuniões técnicas e de ordenamento. Como resultado dessas ações, foram elaborados e publicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) 21 instrumentos legais de estabelecimento de normas, critérios e padrões para regulamentação do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

No ano de 2007, foi consolidada a estatística pesqueira nacional do ano de 2006, abordando: a produção da pesca extrativa e da aqüicultura, a produção pesqueira proveniente da pesca industrial, artesanal e da aqüicultura, a pesca extrativa marinha, a pesca extrativa continental, a maricultura, a aqüicultura continental, e a balança comercial brasileira de produtos pesqueiros. Foi também disponibilizado o Boletim Estatística da Pesca - 2005 - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Realização, pelo IBAMA, da divulgação da licença de pesca amadora, que possibilitou um aumento de 38,4% no número de licenças emitidas, resultando em uma arrecadação de R$ 7.642.357,00. Além do licenciamento dos pescadores amadores, foram realizadas seis oficinas de guia de pesca, totalizando 181 pessoas capacitadas, nos Municípios de São Caetano de Odivelas (PA), Araporã (MG), Cananéia (SP), Colômbia (SP), Fama (MG) e Altamira (PA). Foram atendidas 8.548 crianças nas oficinas de pesca infantil, em 12 Municípios de sete Estados.

Participação em fóruns de discussão sobre o enfoque ecossistêmico na gestão do uso dos recursos pesqueiros, na Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com ênfase nos grupos de trabalho para elaboração de resolução sobre introdução de espécies aquáticas exóticas e também para o licenciamento da aqüicultura, em comitês permanentes de gestão (CPGs) da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) sendo um sobre peixes demersais de profundidade e outro sobre atuns e afins. E, em reuniões para elaboração e implantação do Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS).

No âmbito da ação de licenciamento da pesca amadora, foi realizado, ainda, um amplo trabalho visando orientar o pescador amador sobre as regras para a pesca amadora, através da Internet (no sítio: *www.ibama.gov.br/pescaamadora*) e de publicações como folheto com as regras de pesca, caderneta de pesca e guia de pesca de água doce e marinha.

No âmbito do Plano Nacional de Fiscalização da Pesca da Lagosta, foram apreendidos cerca de 350 mil metros de rede caçoeira (petrecho proibido), cerca de 10 mil kg de lagosta e 100 embarcações pesqueiras que exerciam atividades ilegais. Também neste sentido foram lavrados aproximadamente 500 autos de infração, totalizando um valor de aproximadamente R$ 3,0 milhões. Ao todo, as atividades de fiscalização da pesca resultaram no total de 1.902 autos lavrados em todo o País, e registra-se o montante de R$ 11.663.684,00 em multas.

No apoio à atividade fiscalizatória do setor pesqueiro, destacaram-se as seguintes iniciativas o PREPS, implementado em conjunto com a Marinha do Brasil e a SEAP, que em 2007, 56 servidores das regiões Sul-Sudeste, Norte e Nordeste foram capacitados a executar o PREPS e foram registradas cerca de 840 embarcações aderidas ao sistema do PREPS, até novembro de 2007.

Foram realizadas atividades de organização das comunidades extrativistas no sentido de definir, de forma participativa, medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros nas áreas de reservas extrativistas (RESEX). Esta ação envolveu 40 comunidades por meio da inclusão nos planos de manejo de uso múltiplo.

No âmbito da ação Seguro Desemprego, seguiu-se a tendência de incremento do número de pescadores beneficiados e do montante pago como benefício, cerca de 268 mil pescadores e R$ 484 milhões, apesar desses números estarem abaixo da meta prevista para o ano de 2007. O uso do seguro objetiva apoiar as medidas de gestão do uso dos recursos pesqueiros, em especial nos períodos de piracema nas bacias hidrográficas brasileiras e nos períodos de reprodução nas águas marinhas.

Em 2007, foi iniciada a implementação do Projeto de Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia (AquaBio), a partir da assinatura dos acordos de cooperação técnica estabelecidos entre o MMA e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o MMA, o IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT) e o MMA, o IBAMA, o ICMBio e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA/PA).

Promoção, em parceria com a FAO, de dois cursos para líderes de pescadores artesanais e industriais, armadores e organizações da sociedade civil de apoio aos movimentos sociais e organizações de pescadores artesanais, implicados na apropriação e uso de recursos pesqueiros que já vivenciam um contexto de gestão compartilhada, visando construir sustentabilidade em suas diferentes dimensões no acesso e uso de recursos pesqueiros no Brasil.

Em parceria com universidades e institutos de pesquisa, o IBAMA e seus centros especializados executaram projetos de pesquisa, assim distribuídos por área de conhecimento:

a) três cruzeiros de prospecção para a captura de lulas e pequenos pelágicos;

b) seis cruzeiros de pesquisa voltados para o monitoramento dos estoques de sardinha no Sudeste e Sul;

c) 20 pesquisas voltadas ao monitoramento das pescarias de lagosta, camarão, sardinha, piramutaba, pargo e caranguejo-uçá;

d) 14 estudos objetivando conhecer a bioecologia das principais espécies que sustentam as pescarias nacionais.

Além desses estudos foram realizadas as seguintes pesquisas:

a) identificação e reprodução, em ambiente controlado, de espécie marinha como alternativa de isca viva para a captura do bonito listrado, no litoral catarinense;

b) monitoramento de bancos de mexilhão (perna-perna) em costões rochosos do litoral catarinense;

c) caracterização genética, preservação e criação do pirarucu e aruanã na bacia hidrográfica dos rios Araguaia-Tocantins;

d) caracterização genética, fisiológica e reprodutiva de peixes neotropicais;

e) estudos bioecológicos e reprodutivos da piraíba, jundiá e manjuba;

f) monitoramento do fenômeno da piracema em rios da bacia hidrográfica do alto do rio Paraguai.

Foram editados, ainda neste período, os boletins técnico-científicos do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR), do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE) e do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Continentais (CEPTA), onde são publicados os resultados importantes para as medidas de gestão de uso das principais espécies, objeto de explotação.

Considerando-se especificamente o indicador do Programa que busca medir o índice de recuperação dos estoques de recursos pesqueiros utilizados pelas principais pescarias brasileiras, as avaliações qualitativas apontam as seguintes situações:

a) lagostas em situação de sobrepesca, a produtividade CPUE encontra-se estagnada, sendo que o tempo decorrido desde a implantação das medidas de gestão ainda não favoreceu recuperações mensuráveis;

b) camarão-rosa da costa Norte do Brasil cujo recurso apresenta sinais de recuperação, com a produtividade CPUE mostrando tendência a incremento;

c) camarão-rosa do Sudeste-Sul, situação em elevada sobrepesca com a produtividade ainda em declínio;

d) camarão-sete-barbas do Sudeste-Sul espécie em sobrepesca com a produtividade CPUE em queda;

e) sardinha verdadeira, recurso se recuperando de situação de colapso e com lenta recuperação da produtividade CPUE;

f) piramutaba, cuja produção do recurso na área estuarina apresenta recuperação significativa e a produtividade tem acompanhado a mesma tendência. Contudo, a situação de uso do estoque ainda merece preocupação;

g) pargo do Norte e Nordeste, espécie em sobrepesca com níveis de produção estagnada e produtividade crítica;

h) caranguejo-uçá, recurso em sobrepesca em áreas tradicionais de captura e produtividade em declínio;

i) peixes demersais do Sudeste-Sul (castanha, corvina, pescada olhuda e pescadinha real) espécies plenamente explotadas ou em sobrepesca, com produtividade estacionada ou em declínio.

A paralisação das atividades do IBAMA em virtude de movimento grevista por 65 dias (de 14.05.2007 a 17.07.2007), a alteração na estrutura organizacional do IBAMA com a criação do ICMBio, e a liberação insuficiente de recursos orçamentários e financeiros em parte das ações comprometeram a execução na totalidade de algumas atividades.

Dificuldades com os procedimentos de atualização de cadastros e registros auxiliares ao pagamento do benefício seguro-desemprego foram responsáveis pelo não-alcance da meta prevista.

Cabe destacar que a área específica do IBAMA adota um sistema de planejamento em que todas as propostas de trabalho são previamente avaliadas e aprovadas e, no decorrer do ano,

além das visitas *in loco*, são realizadas reuniões para apresentação dos resultados e utilização dos dados e informações no processo de definição de normas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros. A metodologia adotada para monitorar a implementação das ações de geração de conhecimento executadas pelos centros especializados continua sendo a de visita *in loco*. No entanto, no período avaliado, esse monitoramento foi prejudicado devido à transferência dessas estruturas para o ICMBio.

A execução ficou um pouco abaixo do previsto e houve algum prejuízo na qualidade dos resultados obtidos, já que algumas atividades não puderam ser executadas na época mais adequada, devido a contingenciamentos ou atrasos nas liberações orçamentárias, aliados à greve dos servidores do IBAMA. A transferência dos Centros Especializados em Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros para o ICMBio causou, inicialmente, atrasos na execução dos trabalhos de apoio à gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros, uma vez que os mesmos executam pesquisa e apoio no processo de gestão.

Nas ações desenvolvidas pelo IBAMA, os recursos materiais disponíveis (informática e embarcações) e a manutenção dos mesmos têm sido prejudicados pelo contingenciamento orçamentário. Não tem sido feita a adequada manutenção da intra-estrutura física do IBAMA existente nos Estados, por deficiência de recursos orçamentários e financeiros.

O contingenciamento orçamentário resultou em restrições, prejudicando o desempenho das ações Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos (Revimar) e Estatística Pesqueira. Essas ações são essenciais para se obter informações que permitam a aplicação de medidas de gestão da pesca.

Para algumas ações, a solicitação de recursos suplementares ou extraordinários não tem sido atendida. As liberações de recursos financeiros para a maioria das ações ocorreram aleatoriamente, não obedecendo ao cronograma de trabalho previsto, prejudicando principalmente as atividades que envolvem fenômenos ambientais sazonais, como reprodução de espécies e migração. Foram particularmente prejudicadas as ações de monitoramento, estatística e fiscalização pesqueira, devido a atrasos na liberação de recursos que, muitas vezes, coincidiram com épocas de defeso para a reprodução, especialmente nos primeiros meses do ano.

A insuficiência de recursos em investimento para atender às necessidades básicas de equipamentos e manutenção das embarcações sediadas nos centros especializados afetou diretamente a geração de conhecimento para subsidiar a gestão do uso dos recursos pesqueiros.

O desequilíbrio na alocação de recursos para as distintas ações, a descontinuidade na liberação dos recursos orçamentário-financeiros e o contingenciamento de recursos têm impedido a consecução de melhores resultados das atividades constantes da maior parte das ações. Bem como, a liberação de recursos orçamentários decorrentes das taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, sem a devida disponibilidade financeira, com conseqüências imprevisíveis para a consecução dos objetivos de algumas ações do Programa. Como os

coordenadores de ações não têm gerência quanto às liberações orçamentárias e financeiras, os problemas detectados não têm sido superados no tempo certo.

A execução de parte das ações poderia ter alcançado um nível alto se houvesse a liberação dos recursos financeiros juntamente com os recursos orçamentários ou, no mínimo, respeitando o cronograma de execução das atividades de cada ação, facilitando, assim, a execução por parte das unidades descentralizadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O modelo de gestão compartilhada adotado é conduzido por meio da criação e implementação de comitês de gestão por pescarias, espécies ou áreas (bacias hidrográficas), que funcionam mediante reuniões de negociação com o setor pesqueiro e demais atores-chave. Na ausência de comitês instituídos, são conduzidos grupos de trabalho ou mesmo reuniões com os grupos de interesse para se discutir, sempre que possível, as medidas de gestão a serem adotadas.

A participação social esteve representada pela negociação e aprovação, por consenso, de medidas de gestão do uso de recursos pesqueiros. Dessa forma, foi promovido o compartilhamento de responsabilidades e a maior credibilidade e apoio à adoção das medidas de gestão, o que fortaleceu o modelo de gestão compartilhada do Programa e a sustentabilidade no acesso e uso dos recursos pesqueiros.

Várias ações contam com o envolvimento direto dos usuários dos recursos pesqueiros, o que tem possibilitado uma avaliação direta (manifestações verbais e escritas) e indireta (reconhecimento do trabalho executado) do grau de satisfação dos beneficiários. Adicionalmente, no âmbito dos comitês de gestão, existem os subcomitês de acompanhamento, que têm por objetivo avaliar a eficiência das medidas de ordenamento, no que concerne à satisfação dos usuários do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Necessita-se de maior integração entre as instituições envolvidas, no sentido de buscar maior eficiência e eficácia na aplicação do seguro-desemprego sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O modelo de gestão utilizado requer, para o seu funcionamento, maior integração entre os diversos executores, que disponibilizam informações geradas no âmbito das ações.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

GERENTE DO PROGRAMA

Eustáquio Luciano Zica

OBJETIVO

Aumentar a cobertura e a eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, na perspectiva da universalização e da sustentabilidade dos empreendimentos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, na reutilização, no aproveitamento e na reciclagem de resíduos sólidos urbanos, e na adoção de meios para a inclusão sócio-econômica de catadores de materiais recicláveis.

PÚBLICO-ALVO

População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do País e/ou de fragilidade físico-ambiental em Municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 116.543.082	Empenho Liquidado:	R$ 50.260.371
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 50.260.371**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 175.000.000	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos - Porcentagem	-	-	-	-	93,0	-
2. Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos - Porcentagem	-	-	-	-	41,0	-

1. TAXA DE COBERTURA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este índice refere-se à relação percentual entre a população urbana atendida por serviços de coleta de resíduos sólidos e a população urbana total, tendo sua inclusão na revisão do PPA em agosto de 2006 e sua base de dados vinculada à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Não foi possível avaliar os resultados, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realizou a medição nos anos de 2006 e 2007.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM DESTINO FINAL ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este índice refere-se à relação percentual entre o número de Municípios com disposição adequada de resíduos sólidos em relação ao total de Municípios com coleta, tendo sua inclusão na revisão do PPA em agosto de 2006 e sua base de dados vinculada à Pnad. Não foi possível avaliar os resultados, uma vez que o IBGE não realizou a medição nos anos de 2006 e 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência do Programa se justifica pelas deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades, atingindo de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico e os Municípios de menor porte, pela baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, comprometendo a qualidade e a sustentabilidade dos serviços prestados, pela disposição inadequada dos resíduos em lixões e cursos d'água, com conseqüências negativas sobre a qualidade das águas, do solo, do ar e sobre a capacidade de condução dos cursos d'água e dos sistemas de drenagem, pela escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes, pela existência de trabalho de adultos e crianças em condições degradantes nos lixões e na coleta seletiva informal, e pela ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elaboração de estudos para a implementação regionalizada do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU).

- Elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A mudança de paradigma na gestão de resíduos sólidos, antes realizada pontual e isoladamente, para uma gestão integrada e associada, com apoio à formação de consórcios, possibilitou ampliar o número de Municípios atendidos, com maior eficiência e eficácia. Acrescente-se que, além das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, previstas inicialmente, foram também atendidas as bacias dos rios dos Sinos e do Taquari e o Estado do Rio de Janeiro, sendo que articulações já estão acontecendo em outras Unidades da Federação com esse mesmo objetivo.

Foram realizados vários apoios a Estados e Municípios como:

a) a formação de consórcios para gestão dos resíduos sólidos nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba;

b) a gestão integrada dos resíduos sólidos nas bacias dos rios dos Sinos e do Taquari, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA);

c) a elaboração do PGIRS no Estado do Rio de Janeiro;

d) a formação de consórcios para gestão de resíduos sólidos na região do Município de Iguape (SP);

e) os cursos de capacitação de multiplicadores para ações de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) em resíduos sólidos;

f) o apoio à realização do Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC), que objetiva a inclusão social dos catadores e a gestão dos resíduos.

As visitas *in loco* são realizadas com o objetivo de monitorar a execução dos convênios firmados. Ocorrem participações em eventos externos (nacionais e internacionais) para a realização das atividades de articulação com os parceiros de execução do Programa, participação em eventos técnicos, congressos e outros eventos de discussões relacionadas com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

As metas físicas das ações foram de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A avaliação refere-se apenas às ações que apresentaram informações consistentes sobre as execuções, quais sejam: Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas; Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos; Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas; Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos em Municípios de Médio Porte; Gestão e Administração do Programa (GAP); Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). As demais ações ficaram prejudicadas por falta de dados no sistema.

Não foi possível fazer uma avaliação sistemática do Programa, uma vez que as informações necessárias para tanto não foram disponibilizadas.

O contingenciamento teve impacto negativo, prejudicando a totalidade da execução das ações planejadas. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a

execução programada. A liberação de recursos no final do segundo semestre tem prejudicado a execução das ações.

A liberação de recursos no final do exercício financeiro sempre prejudica a sua execução, sobrecarregando a equipe, provocando trabalho sob pressão e exigindo exclusividade para sua consecução.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes impedem a normalidade de formalização das parcerias. Atrasos nas prestações de contas dos Estados e Municípios ocasionam um enorme passivo de convênios em aberto.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O aperfeiçoamento das parcerias está sempre sendo exercitado. Encontra-se em processo de discussão a reformulação do PRSU para a implementação de novas diretrizes e novos mecanismos que propiciem maior integração entre os órgãos executores e os parceiros não-governamentais.

O Programa apresenta mecanismos que promovem a participação social, dentre os quais as reuniões do FNLC e dos fóruns estaduais de mesma proposta, e as reuniões da Comissão Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis.

O estabelecimento e o desenvolvimento de trabalho social deverão, necessariamente, prever o apoio à mobilização e à organização comunitária, a capacitação profissional ou a geração de trabalho e renda, a educação sanitária, o acompanhamento e a avaliação dos resultados da intervenção, por parte dos agentes executores, após conclusão das obras e serviços.

O Programa não dispõe de um processo direto de avaliação e monitoramento junto aos usuários.

A inadequação e inexistência de norma legal nacional sobre resíduos sólidos comprometem os objetivos do Programa. Espera-se que a aprovação do Projeto de Lei nº 1991, de 2007, em tramitação, supra a deficiência legal, e atuando com equipamentos obsoletos e insuficientes, a equipe técnica gerencial do Programa carece de capacitação e de recursos materiais.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Eustáquio Luciano Zica

OBJETIVO

Revitalizar as principais bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.

PÚBLICO-ALVO

Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paraíba do Sul e Alto Paraguai

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 697.557.816	Empenho Liquidado:	R$ 567.656.765
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 567.656.765**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	434,0	192,00	226,0
2. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul - mg/l	-	-	-	89,5	15,00	596,7
3. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) - mg/l	-	-	-	-	42,00	-
4. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) - mg/l	-	-	-	84,5	60,00	140,8
5. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) - mg/l	-	-	-	-	48,00	-
6. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul - mg/l	-	-	-	150,0	19,0	789,5
7. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	46,5	17,0	273,5

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
8. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	4,5	15,0	30
9. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul - mg/l	-	-	-	2,0	2,0	100
10. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	-	2,0	-
11. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará) - mg/l	-	-	-	2,0	1,0	200
12. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) - mg/l	-	-	-	-	1,0	-
13. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul - mg/l	-	-	-	-	12,0	-
14. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	2,0	2,0	100
15. Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a relação percentual entre as condições de qualidade da água no ano e as condições de qualidade da água no ano anterior. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance dos índices. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil apuração. Como nos anos anteriores, o índice não foi calculado, não foi possível efetuar este cálculo para 2007.

2. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da demanda bioquímica de oxigênio (DBO). Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance dos índices. A Agência Nacional de Águas (ANA) informou não possuir este índice coletado. Especificamente para o rio Paraíba do Sul, este resultado não reflete qualquer influência de ações do Programa, uma vez que este se encontra em fase de planejamento. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada

desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição.

3. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição.

4. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição.

5. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição.

6. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance dos índices. A ANA informou não possuir este índice coletado.

7. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (A JUZANTE DA FOZ DO RIO PARÁ)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Em avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance do índice ao longo do PPA. A ANA informou não possuir este índice coletado.

8. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance do índice. A ANA informou não possuir este índice coletado.

9. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO HIDROLÓGICA PONTE RAUL SOARES NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance do índice. A ANA informou não possuir este índice coletado.

10. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance do índice. A ANA informou não possuir este índice coletado.

11. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as

atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

12. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

13. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

14. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO PONTE RAUL SOARES NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

15. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A

reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação desordenada do território brasileiro, em nível rural e urbano, tem provocado graves impactos ambientais, especialmente no que diz respeito à água. Embora o País possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, inclusive nas áreas de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, ocasionando maior escassez (quantidade e qualidade) em regiões com alta disponibilidade de água (principalmente nos grandes centros urbanos), como também em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro).

A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves para o desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos. A degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas.

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, estabelece como competências do Ministério do Meio Ambiente (MMA), dentre outras, a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; a Política de Preservação, Conservação e Utilização Sustentável de Ecossistemas e Biodiversidade e Florestas; a proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais; e as políticas para integração do meio ambiente e da produção.

O Decreto Federal, de 05 de junho de 2001, criou o Projeto de Revitalização e Conservação do Rio São Francisco, assim como o Comitê de Gestão deste projeto, coordenado pelo MMA, através de sua Secretaria Executiva (SE). A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, apresenta como um de seus objetivos centrais assegurar à atual e futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Além disso, a mesma política apresenta como diretriz geral de ação a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo.

Corroborando o que está definido na legislação de recursos hídricos e na definição de competências do MMA, o Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) na decisão nº 1.259/2002, determinou que o MMA adotasse critérios para a formulação do planejamento governamental, inclusive do PPA, a serem aplicados todas as vezes que houver relação do planejamento com a gestão ambiental e de recursos hídricos, e elabore um diagnóstico dos problemas da bacia do Rio São Francisco, com o objetivo de nortear as ações de conservação e revitalização daquela bacia. É a partir desses pressupostos que o Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas se insere.

O Programa visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias com situação de vulnerabilidade ambiental.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Elaboração do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e início da implantação do Sistema de Monitoramento da Cobertura Vegetal na bacia do Rio São Francisco.

• Implantação de 40% do banco de dados ambientais.

• Fortalecimento institucional e socioambiental no São Francisco por meio do Conselho da Área de Proteção Ambiental (APA) de Piaçabuçu (AL) e da Gestão da Caatinga com a mobilização social visando construir um inventário cultural e de saberes tradicionais associado à preservação da biodiversidade no Alto Paraguai com promoção de ações de educação ambiental.

• Proteção e manejo dos recursos naturais no São Francisco com o início de obras de infra-estrutura em UCs, com a contratação de execução de obras de recuperação e controle de processos erosivos e criação de centros de referência de áreas degradadas. Desenvolvimento tecnológico para monitoramento e conservação da água e do solo e o Projeto de Controle de Queimadas com manejo da biodiversidade, em especial, a conservação da onça pintada e o levantamento e controle de espécies exóticas invasoras. E, em Tocantins com a formalização de convênio para manejo e proteção de nascentes.

• Qualidade e saneamento ambiental no São Francisco com o início dos processos de implantação de sistemas de abastecimento de água em 106 Municípios, de implantação de esgotamento sanitário em 194 Municípios, de implantação de 17 sistemas de tratamento de resíduos sólidos. .E, convênio para gestão integrada de resíduos sólidos em Alagoas, em Minas Gerais, em Sergipe, na Bahia e no Piauí incluindo a recuperação de dessalinizadores.

• Melhoria da navegação no rio São Francisco no trecho entre Ibotirama (BA) e Juazeiro (BA) e início da implementação do plano de ações estratégicas e integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco. Início da elaboração dos planos de revitalização dos rios Paraíba do Sul e Tocantins-Araguaia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A avaliação do alcance dos resultados foi efetuada comparativamente com as metas estabelecidas no Plano de Atividades e Metas (PAM) do Plano de Revitalização do São Francisco, documento que está sendo revisado.

O contingenciamento de aproximadamente 18% do orçamento inicialmente previsto teve impacto negativo, prejudicando a totalidade da execução das ações planejadas. A abrangência do tema, a expectativa subjetiva do beneficiário e a grande área de atuação nas diferentes bacias implicam em aporte de recursos em número bem acima do disponibilizado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Ficou bem clara a insuficiência dos recursos de custeio para atendimento das demandas diversas.

Periodicamente são realizadas reuniões técnicas e administrativas com os parceiros do Programa, visando o monitoramento da execução das diversas atividades. E, as visitas *in loco* visam constatar o andamento e a propriedade da execução dos itens pactuados.

Desde outubro de 2007, o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) vem sendo preenchido em sua totalidade, servindo como instrumento importante para o monitoramento.

O Programa não possuía mecanismos de monitoramento físico das suas ações. No âmbito da reestruturação em curso, este mecanismo encontra-se em fase de implementação e consta, principalmente, de visitas e reuniões periódicas de avaliação, além da implantação de um sistema informatizado de monitoramento.

De maneira geral, as ações apresentaram execução satisfatória, sendo que algumas delas, conforme já mencionado, apresentaram disparidades devido a indicadores inadequados.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. O processo de execução ficou acumulado no final do ano de 2007, sobrecarregando a equipe e gerando conflitos com parceiros e convenentes.

Devido à lentidão no processo de licenciamento ambiental, o processo da hidrovia do rio São Francisco e de esgotamento sanitário em alguns Estados, evidenciando-se a Bahia, vêm sofrendo atrasos.

O desempenho foi prejudicado por conta da baixa execução verificada dos planos de trabalho pelos convenentes e, tendo como providência a atualização dos planos de trabalho, assinados aditivos de prazo e estabelecidos cronogramas físico-financeiros para garantir o alcance dos objetivos propostos em tempo hábil.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Algumas tarefas consistem na articulação e no acompanhamento da execução de atividades do Programa, em níveis estadual e municipal, atingindo índices satisfatórios de desempenho. Pode-se superar estes índices com a melhoria da infra-estrutura local e maior disponibilização de recursos financeiros dos parceiros.

No que diz respeito à participação social, são realizadas reuniões para articulação interinstitucional, com o objetivo de planejar, monitorar e definir responsabilidades nas

ações conjuntas, e reuniões com entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), como comitês de bacia e conselhos de recursos hídricos. É essencial a compreensão da realidade local para o estabelecimento de diretrizes específicas regionais, assim como a mobilização de atores locais em prol da revitalização.

Devido à transversalidade de execução, o Programa conta com todas as secretarias vinculadas ao MMA e, também, com outros Ministérios, de forma continuada, para execução de suas ações. Esta prática utiliza a capacidade técnica e institucional instalada dos parceiros, promovendo integração das diversas políticas ambientais e setoriais, além de otimizar os recursos disponíveis. Há integração com o SINGREH, especialmente, com os comitês de bacia e conselhos de recursos hídricos para planejar, monitorar e definir responsabilidades nas ações conjuntas. A participação na Sala de Situação de Recursos Hídricos é fundamental para integrar o planejamento com o plano de investimento.

Os órgãos descentralizados do MMA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), parceiros do Programa, possuem estruturas fragilizadas e deficientes, principalmente no apoio à execução.

O Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRB) possui três servidores efetivos e nove temporários em sua equipe técnica, pessoal insuficiente para a adequada execução das atividades demandadas pelo Programa. Os concursos realizados recentemente não utilizaram a qualificação profissional como critério de seleção, além do fato do MMA não possuir um programa de qualificação continuada para seus servidores.

É imprescindível a revisão dos indicadores do Programa com o objetivo de adequá-los aos resultados pretendidos.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar de forma sustentável o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.

PÚBLICO-ALVO

Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais e nacionais), agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores e trabalhadores)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.191.193	Empenho Liquidado:	R$ 2.349.411
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.349.411**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Zoneamento do Território Nacional - Porcentagem	-	-	25,0	67,0	60,0	111,7

1. TAXA DE ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado ao final de 2007 foi de 67% por meio da elaboração de uma planilha intitulada Situação do ZEE no Brasil, com data base de dezembro de 2007, contendo dados sobre: região, área (km^2), diagnóstico, prognóstico, normatização, concluído e em andamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação do Território Nacional tem ocorrido de forma desordenada, irregular e sem os investimentos necessários de infra-estrutura, de capacitação institucional e de desenvolvimento tecnológico. Isso tem ocorrido tanto em áreas rurais, com uso extensivo dos recursos naturais, quanto em áreas urbano-metropolitanas, gerando áreas críticas ocupadas, em geral, por segmentos da população que não têm acesso ao mercado imobiliário

formal, ou por setores privilegiados em áreas de interesse estratégico (turismo, petróleo e aqüicultura). No caso das áreas rurais, sobretudo na fronteira agrícola, há a intensificação do desmatamento e da proliferação dos incêndios, além de outras conseqüências dos vetores de ocupação constituídos pelos projetos de infra-estrutura econômica. No caso das grandes aglomerações urbanas (com parques industriais e petroquímicos, complexos sistemas de transportes intermodais), ocorre a contaminação do solo e dos cursos d'água por sedimentos e efluentes domésticos e industriais, por disposição inadequada de resíduos sólidos, pela proliferação de organismos aquáticos exóticos, com assoreamento e comprometimento das nascentes. A tradição de setorialidade no trato da gestão territorial tem gerado grande número de áreas críticas no território e em águas jurisdicionais brasileiras, seja por transporte de cargas poluidoras (sub-bacias, áreas estuarinas e áreas marítimas), seja pelo comprometimento de áreas de risco e ambientalmente sensíveis a óleo e substâncias químicas ou perigosas.

O zoneamento e o ordenamento são instrumentos de políticas governamentais que perpassam por diferentes instituições (portanto, devem ser interinstitucionais) e vários níveis de poder decisório, o que aumenta as dificuldades de operacionalização nas diferentes esferas administrativas. Nesse sentido, requer uma interlocução com as diversas formas de planejamento participativo, sobretudo com a Agenda 21, os poderes locais e com projetos integrados.

O Programa tem por objetivo consolidar e sistematizar, dentre os instrumentos de planejamento territorial, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE), proporcionando base técnico-científica e negociada para o ordenamento. Como instrumento técnico, o ZEE fornece informações integradas, dividindo o território segundo suas potencialidades e limitações. Como instrumento político de regulação do uso, permite espacializar as políticas públicas em base geográfica integrada, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais.

A implementação do Programa se justifica pela premência de criar e aperfeiçoar instrumentos e estratégias de gestão no território e das águas jurisdicionais brasileiras, contribuindo para fortalecer os processos de sistematização de informações, de análise da realidade, de negociação sobre o uso dos recursos e de intervenção no território.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Programa ZEE preparou, durante o ano de 2007, as condições, os critérios e as articulações para dar um salto qualitativo na implantação do ZEE no Brasil. Tais atividades foram adaptadas para atender à nova configuração do MMA, que passou por uma reestruturação organizacional. Nesse sentido, o Programa foi incorporado ao Departamento de Zoneamento Territorial, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (DZT/SEDR), ganhando, assim, um novo *status* na estrutura administrativa. Tais ações materializaram-se em quatro pontos principais:

a) estabelecer as estratégias de implantação de curto prazo e de médio prazo;

b) preparar os produtos dos projetos em andamento para o debate imediato com os parceiros e usuários;

c) reestruturar as ações em função de uma perspectiva nacional que articule as ações e os produtos estaduais e regionais;

d) readequar a estrutura técnico-operacional para o atendimento das demandas sobre os resultados.

• Citam-se os projetos em execução pela coordenação nacional e pelo Consórcio ZEE Brasil, cujas ações em 2007 foram o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (MacroZEE Brasil), a metodologia para espacialização de biodiversidade, que são análises temáticas da dinâmica territorial brasileira realizada nas ZEEs existentes, a integração com políticas públicas em que o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar foi definido de forma integrada ao ZEE, o ZEE incorporado à proposta da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

• Medidas e estratégias de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca definidas com base no ZEE de áreas prioritárias (Núcleo de Gilbués e Monte Alegre do Piauí). Produtos do ZEE integrados à Política Nacional de Informação Cartográfica via Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), entre os quais:

a) proposta de integração das bases de dados cartográficos e geográficos estaduais à Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE);

b) atualização das bases cartográficas da Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) para a versão 2007 da Mapoteca Nacional Digital (MND);

c) proposta de metodologia para a manutenção compartilhada de bases cartográficas e bases temáticas.

• Projeto Macrozoneamento da Amazônia Legal com elaboração de mapa integrado dos ZEE dos Estados da Amazônia Legal, versão 2007, e disponibilizado na Internet (*http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/index.html*). Com o Zoneamento do Estado do Acre referendado pela Comissão Nacional Coordenadora do ZEE, e curso de Cenários Prospectivos para o Maranhão, realizado em parceria com a Companhia de Recursos Minerais (CPRM) e o Governo do Estado.

• Projetos de ZEE binacionais fronteiriços entre Brasil e Venezuela, Brasil e Colômbia, Brasil e Peru, e Brasil e Bolívia, resgatados e sistematizados para publicação.

• Centros de capacitação para a gestão ambiental e territorial (CECAPs) instalados em nove Estados da Amazônia e processo de capacitação para gestores iniciado.

• Projeto ZEE da Bacia do Parnaíba com criação do banco de dados do MacroZEE da bacia do Parnaíba estruturado, integrando áreas específicas como o delta do Parnaíba e a região do Cerrado do sul do Piauí e Maranhão, em parceria com o INPE.

• Elaborado e aprovado o projeto para instalação de cinco centros de gestão ambiental e territorial (CEGAT), em territórios do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP). Executado detalhamento do ZEE Parnaíba para o Núcleo de Desertificação de Gilbués e Monte Alegre do Piauí.

• Criação e instalação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, segundo orientações e diretrizes do ZEE. Apoio técnico e financeiro para elaboração de relatório de criação de unidade de conservação (UC) em Cajueiro da Praia (Piauí).

• Projeto ZEE da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno com implantação dos CEGATs na Universidade Estadual de Goiás (UEG), nos Municípios de Formosa e Cristalina. Elaborados os mapas de sistemas naturais de uso e ocupação do solo, e outros diagnósticos temáticos, com a rearticulação das equipes do Consórcio ZEE Brasil para continuidade da execução do projeto.

• Projeto ZEE da Bacia do São Francisco em que foram instalados três CEGATs nas cidades de Montes Claros (MG), Pains (MG) e Formosa (GO). Articulados e negociados os próximos cinco: Barreiras (BA), Araripina (PE), Petrolina (PE), Salgueiro (PE) e Penedo (SE). Finalizados e publicados os diagnósticos da sócio-economia, jurídico-institucional, alvos prioritários para conservação da biodiversidade e do meio físico na escala do milhão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Considera-se o índice alcançado satisfatório, indicativo de um gradual e contínuo processo de estruturação e aquisição de capacidades para o cumprimento dos objetivos e das finalidades do Programa. Esse resultado se expressa pelos projetos de ZEE executados diretamente pela coordenação do Programa, com apoio do Consórcio ZEE Brasil, em atendimento a demandas e prioridades do Governo Federal; pela cooperação técnica prestada aos Estados na execução de seus ZEEs, no fortalecimento do Consórcio ZEE Brasil e da equipe técnica do Programa; pela recuperação e disponibilização de informações já produzidas em diferentes níveis e escalas territoriais; pela revisão de aspectos conceituais e metodológicos; e pela crescente demanda apresentada pelo Poder Público e pela sociedade civil em relação ao Programa. Em que pesem estes avanços já serem consideráveis, os resultados ainda serão ampliados, à medida que novos aportes de recursos financeiros e humanos forem canalizados para o Programa.

São realizadas reuniões periódicas com a coordenação do Programa para acompanhamento da execução. O próprio preenchimento dos dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) permite que se faça um monitoramento, ainda que parcial, das atividades em curso.

A execução física foi de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. No ano de 2007, o Programa foi fortemente impactado pela demora da assinatura do Acordo de Doação do Banco Mundial para o Projeto Base Cartográfica. Tal fato impediu a execução da ação que contava com orçamento de cerca de R$ 8 milhões, quase 70% do orçamento do Programa.

Tanto as licitações realizadas via o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) quanto as executadas com recursos do orçamento via MMA, carecem de agilidade e clareza de procedimentos, o que impede a contratação de serviços em tempo adequado para viabilização dos trabalhos.

A meta física prevista para 2007 na Ação de Implantação de Sistema de Informações Georreferenciadas para o Desenvolvimento do Ecoturismo só será atingida ao longo do ano de 2008, devido à demora na liberação de dotação inicialmente contida, o que ocorreu somente em meados de novembro de 2007. Em relação à execução financeira, dos R$ 200.000,00 inicialmente previstos para ação, R$ 50.000,00 foram gastos com pessoal temporário que trabalha diretamente na ação e o restante, que se encontrou contido até meados de novembro de 2007, foi repassado à Fundação Universidade de Brasília (UnB) por meio de descentralização externa de créditos orçamentários e recursos financeiros para execução das atividades previstas na Ação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os produtos intermediários do ZEE são apresentados e debatidos em consultas públicas, para colher contribuições para posterior definição final das zonas. O Programa reconhece o desafio de ampliar os mecanismos e as formas de divulgação e apropriação dos produtos e resultados do ZEE por parte da sociedade civil, bem como sua relação com outras políticas públicas junto ao público-alvo. Providências nessa direção estão sendo tomadas pela coordenação do Programa.

No caso do Projeto Base Cartográfica, a participação social contribuiu para legitimar as ações a serem desenvolvidas e valorizar o produto final. Nos demais projetos do ZEE, a participação social é sempre estimulada e procura colher contribuições que propiciem a melhora do produto final.

Não existe um mecanismo formal de avaliação. Porém, o Programa mantém, neste momento, acordos de cooperação técnica com 16 Estados que estão realizando seus ZEEs, e vem atendendo vários convites de setores empresariais, dos movimentos sociais e do parlamento, para informar, discutir e receber reivindicações vinculadas aos projetos de ZEE, que estão sendo realizados em diferentes níveis e escalas do País, o que indica o interesse da participação no Programa.

É necessária a criação de um aparato tecnológico de ponta no âmbito da coordenação nacional, o que atualmente não existe para a implementação de um programa cujo propósito é realizar o ZEE do Território Nacional. A equipe gerencial do Programa conta com apenas dois servidores efetivos, sendo os demais temporários e terceirizados. Há carência de recursos humanos qualificados para a execução dos projetos. Para uma melhor execução, a equipe gerencial deveria contar ao menos com um gerente para cada região do País.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Governo Eletrônico

Inclusão Digital

Informações Estatísticas e Geocientíficas

Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas

Recenseamentos Gerais

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), foram utilizados **R$ 3.856.865.206,00** o que corresponde a 82,4% do total previsto para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 4.682.381.607,00	Realizado orçamentário:	R$ 3.856.865.206,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 4.682.381.607,00**	**Total realizado:**	**R$ 3.856.865.206,00**

Além disso, do total de **R$ 229.278.844,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 199.304.409,00** correspondendo 86,9% do valor inscrito.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MP, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	8002 Governo Eletrônico	11,82%	10,40%	6,94%	2,75%	6,02%
	1008 Inclusão Digital	3,26%	22,48%	11,60%	10,46%	11,31%
	1059 Recenseamentos Gerais	3,07%	0,30%	22,87%	25,13%	17,91%
Finalístico Soma		**18,15%**	**33,19%**	**41,41%**	**38,35%**	**35,25%**
Gestão de Políticas Públicas	1333 Avaliação do Plano Plurianual	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
	0798 Compras Governamentais	4,43%	4,08%	2,67%	1,19%	2,37%
	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	34,96%	11,25%	9,32%	38,43%	28,20%
	1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	8,30%	12,41%	8,18%	3,73%	6,53%
	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	0,51%	0,68%	4,29%	1,51%	1,81%
	0795 Gestão dos Orçamentos da União	4,13%	4,43%	0,00%	0,00%	1,24%
	1088 Gestão Pública para um Brasil de Todos	0,23%	0,93%	8,07%	4,85%	4,26%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**52,56%**	**33,79%**	**32,53%**	**49,70%**	**44,41%**
Serviços ao Estado	0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública	2,96%	3,16%	2,68%	1,25%	2,06%
	0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	4,26%	5,46%	3,85%	1,89%	3,14%
	0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas	6,47%	6,67%	4,66%	2,47%	4,10%
	0797 Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas	15,60%	17,72%	14,87%	6,34%	11,04%
Serviços ao Estado Soma		**29,29%**	**33,02%**	**26,06%**	**11,95%**	**20,34%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

No que tange a coordenar o processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do PPA e dos Orçamentos da União, destacam-se:

a) elaboração do PPA 2008-2011, que compreende 306 programas;

b) elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2008;

c) coordenação da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2008;

d) divulgação do relatório de avaliação anual (ano base 2006) ao Congresso Nacional, aos órgãos setoriais e às universidades;

e) conclusão da Avaliação do Setor Elétrico;

f) aumento nos registros de metas físicas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), atingindo cerca de 86% das ações executadas pelo Governo Federal, permitindo comparação com o desempenho pretendido;

g) acompanhamento dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e participação nas negociações envolvendo o Governo Federal, os 26 Estados, o Distrito Federal e mais 187 Municípios, que resultaram na seleção dos empreendimentos nos setores de habitação e saneamento.

Planejar e coordenar políticas e ações com vistas à captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais, instituições financeiras oficiais externas e governos estrangeiros destinados à execução de programas e projetos do setor público, o que resultou em:

a) recomendação para a preparação de 68 projetos da ordem de US$ 8,14 bilhões, com ênfase para aqueles de interesse de Municípios, notadamente, no âmbito do Pró-Cidades e do Programa de Apoio aos Governos Municipais (PRAM);

b) aprovação de 18 operações com recursos não-reembolsáveis, de cerca de US$ 26 milhões;

c) coordenação de 18 negociações contratuais com diversos organismos internacionais, representando um montante de aproximadamente US$ 1,53 bilhão de novos financiamentos, nos mais diversos setores, nas três esferas de Governo.

Desenvolver a gestão pública capaz de transformar o Estado e suas organizações em instituições sólidas que fortalecessem a cidadania e a democracia resultou em:

a) reestruturação organizacional de 203 órgãos públicos, que culminaram na edição de 54 atos, entre decretos, leis ou medidas provisórias e implantação do sistema de avaliação de desempenho institucional em 781 organizações públicas;

b) estruturação de projeto básico visando a racionalização dos gastos públicos e a realização de estudos técnicos com vistas a subsidiar a organização da macroestrutura e das estruturas internas dos órgãos do Poder Executivo Federal;

c) realização de sete missões técnicas de servidores brasileiros à Europa, capacitando 97 servidores públicos, por meio de cooperação técnica entre o Brasil e a Comissão Européia;

d) elaboração de estudos técnicos nas áreas de transparência pública e controle social do Estado, desburocratização e desregulamentação do Estado e gestão de riscos;

e) capacitação de 3.766 servidores, na modalidade educação a distância, nos temas ética e gestão de pessoas;

f) modelagem e redesenho dos processos organizacionais de órgãos públicos nas áreas de competência orçamentária, de planejamento e territorial e certificação cadastral de bens imóveis da União, por meio do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF);

g) assinatura de 29 convênios com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, no âmbito do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX).

Quanto a promover a gestão de recursos logísticos, das tecnologias de informação e comunicação e a inclusão digital, destacam-se:

a) implantação do novo *Data Warehouse de Compras*, com inclusão de novos dados, em especial, da sessão pública dos Pregões Eletrônicos, convênios e contratos;

b) implantação de Sistema de Controle de Diárias e Passagens em 45 órgãos públicos, contemplando a certificação digital e a integração com o SIAPE, SIORG e SIAFI;

c) edição e elaboração de normas: - regulação por decreto (Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e Decreto nº 6.329, de 27 de dezembro de 2007), que define regras relativas às transferências voluntárias de recursos da União, e - ampliação do uso do poder de compra do Estado, regulamentando o art. 5º da Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006, por meio da edição Decreto nº 6.204, de 05 de novembro de 2007;

d) início da operação de três unidades do Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) em Porto Alegre (RS), Brasília (Gama-DF) e Guarulhos (SP), responsáveis pela produção de 1.891 computadores recondicionados, doados a 158 escolas públicas, telecentros, bibliotecas, bem como a implantação de mais duas unidades de recondicionamento;

e) lançamento do portal do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) (*http://onid.org.br*), no qual encontram-se o sistema de cadastro de mais de 3 mil telecentros em funcionamento no País, públicos e privados, e o mecanismo de pesquisa de unidades, visualizadas em mapa interativo;

f) realização da 6ª Oficina para Inclusão Digital, na cidade de Salvador (BA), em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, que reuniu desde gestores de ações dos diferentes níveis de governo até monitores de telecentros, articuladores e lideranças de todas as partes do País. Um dos resultados do evento foi a Carta de Salvador, documento elaborado por entidades da sociedade civil organizada, por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional;

g) conclusão dos estudos para a expansão da Infovia em nível nacional;

h) implantação do sistema de Telefonia Corporativa do Governo Federal;

i) avanços na Arquitetura Referencial de Integração de Sistemas;

j) publicação do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES), da Lista de Assuntos de Governo (LAG) e da versão 3.0 da e-PING.

No que tange a desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas, destacam-se:

a) capacitação de 26.726 servidores em desenvolvimento gerencial, sendo 26.397 servidores com orçamento próprio do MP e 329 com recursos provindos de destaque orçamentário de outros órgãos da Administração Pública Federal;

b) matrícula de 1.252 servidores no curso de formação inicial e aperfeiçoamento de carreiras;

c) matrícula de 32 servidores no curso de pós-graduação *Lato Sensu* para servidores públicos;

d) realização de intercâmbio com 25 instituições internacionais de excelência em gestão pública.

Em relação a gerir os recursos humanos democratizando as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal, destacam-se:

a) realização do V Encontro Nacional de Dirigentes de Recursos Humanos do SIPEC, como resultado da política nacional de desenvolvimento de pessoas;

b) a proteção da saúde do servidor público federal, com a implantação do Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil Federal (SISOSP);

c) realização de mais de 320 reuniões de negociações com as entidades sindicais que representam os servidores públicos federais, que resultaram em acordos consubstanciados em atos normativos aprovados pelo Congresso Nacional;

d) realizado o V Encontro Nacional com o tema Carreiras, Competências e Negociação: - eixos da Política de Gestão de Pessoas, com a presença de 626 servidores, reunindo experiências nacionais e internacionais para debater os desafios impostos à gestão de pessoas na administração pública;

e) modernização do SIAPE, com as seguintes novas funcionalidades:

- consultas estruturadas e trilhas de auditorias DW;
- homologação da folha de pagamento;
- módulo de cadastro de dependentes;
- módulo de representante legal;
- dossiê do servidor no SIAPENET;
- dependentes, pensão alimentícia e férias *web*.

No que concerne a promover a utilização ordenada do patrimônio imobiliário da União, visando os interesses públicos e sociais, sobressaíram-se:

a) regularização fundiária para população de baixa renda, com a entrega de mais de 37.000 títulos;

b) reconhecimento de territórios quilombolas, com a entrega de mais de 11.000 Termos de Autorização de Uso aos moradores das várzeas e pescadores;

c) cessão de 13 imóveis da extinta LBA (com área total de 50.968,05 m², avaliada em R$ 35,9 milhões), beneficiando mais de 10 mil famílias e entrega de 17 imóveis de Caics (com área total de 231.869,70 m²), beneficiando cerca de 13 mil famílias;

d) destinação de imóveis para utilização pela Administração Pública Federal;

e) implementação de atividades relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

f) descentralização das Universidades, e fomento à aqüicultura e pesca;

g) inovações na área de receitas, assim como a atualização da Planta de Valores Genéricos – PVG, que proporcionaram acréscimo de 37% na arrecadação patrimonial em relação ao ano de 2006.

Quanto a coordenar as Políticas Nacionais de Estatística e de Cartografia e o conhecimento da realidade demográfica e social do país, com produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas, destacaram-se:

a) divulgação da Nova Série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, para os anos 2000 até 2005, das Contas Regionais e do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, para os anos 2002 até 2005;

b) divulgação da *Síntese de Indicadores Sociais 2007 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*, que reúne indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias e grupos populacionais específicos: crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos;

c) divulgação dos resultados da *Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC)*, fornecendo as primeiras evidências estatísticas sobre a inovação tecnológica nas atividades de telecomunicações, informática e pesquisa e desenvolvimento;

d) lançamento do volume *Perfil das despesas no Brasil - Indicadores selecionados e implementação de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta*, baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad);

e) construção do Banco de Dados Ambientais Integrados de Recursos Naturais e análise de informações de cunho espacial sobre a organização do território;

f) elaboradas cartas sobre Hidrogeologia e Hidroquímica, voltadas para subsidiar a região Nordeste com um instrumento interpretativo das características gerais dos mananciais subterrâneos;

g) implantação da estação maregráfica do Porto de Mucuripe, em Fortaleza (CE), que monitora globalmente o nível do mar e as variações climáticas de longo período;

h) elaborados relatórios identificando os Estados e os Municípios beneficiários dos *royalties* do petróleo produzido na plataforma continental brasileira, em atendimento aos questionamentos da sociedade sobre a definição das áreas beneficiárias;

i) realizada a coleta das operações censitárias *Censo Agropecuário e da Contagem da População* e implantado o *Cadastro de Endereços de Domicílios*;

j) divulgação de dados preliminares do *Censo Agropecuário*, fornecendo um perfil da estrutura do setor agropecuário brasileiro, com dados relativos a números e a área total dos estabelecimentos, utilização da terra, tratores existentes, pessoal ocupado, efetivos da pecuária e produção animal;

k) divulgação de resultados sobre as características da população e dos domicílios e os totais populacionais apurados por Município, que compuseram os efetivos populacionais, que são parte fundamental no cálculo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios;

l) construção do *Cadastro Nacional de Endereços* para fins estatísticos, com coordenadas geográficas de todas as unidades levantadas nas áreas rurais, visando o aperfeiçoamento das pesquisas e futuros censos, além de ser do interesse de outros programas governamentais.

No que tange a elaborar e disseminar estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental, para aprimoramento das políticas públicas sobressaíram-se:

a) publicação do livro *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente,* no qual são retratados estudos que documentam e analisam a recente queda da desigualdade de renda no Brasil, identifica seus principais determinantes e delineia propostas de políticas públicas para que seja prolongada ou mesmo aprofundada nos anos subseqüentes;

b) publicação de dois volumes do livro *Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas*, nos quais são oferecidos elementos para a melhor compreensão das condições de vida da nossa população, com os gastos relativos a bens e serviços relacionados a alimentação, vestuário, transporte, habitação, saúde, educação, lazer, cultura e outros, e que permitem, ainda, realizar estudos sobre desigualdade e pobreza, identificação do padrão de segurança alimentar e nutricional das famílias, atualização das cestas de produtos utilizadas no cálculo da inflação e a maior fidedignidade no cálculo das contas nacionais;

c) publicação do livro *As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional*, que apresenta explicações para o vigoroso crescimento das exportações brasileiras;

d) publicação dos trabalhos de *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) 2006 - Saneamento e Habitação, Pnad 2006 - Primeiras Análises: Demografia, Educação, Trabalho, Previdência, Desigualdade de Renda e Pobreza, e Hierarquia e desigualdade salarial na administração pública brasileira;*

e) realização do estudo - *Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007*, que consiste em informações sobre o mercado de trabalho no Brasil, com a apresentação de um mapa do emprego por setor econômico e região no País, tendo por base demanda e perfil dos trabalhadores formais em 2007;

f) elaboração do *3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)*, Programa da Organização das Nações

Unidas (ONU) que estabelece metas de desenvolvimento social, econômico e ambiental a serem atingidas pelos 189 países integrantes até o ano de 2015;

g) elaboração do roteiro *Como Elaborar Modelo Lógico de Programa: um roteiro básico*, que visa orientar a construção de modelo lógico de programas, a fim de subsidiar o processo de elaboração do PPA 2008-2011;

h) publicação do documento *Technological Innovation in Brazilian and Argentine Firms*, que tem por objetivo analisar o potencial exportador de Brasil e Argentina, com base na inovação tecnológica;

i) publicação do documento *Regulação e Concorrência no Brasil: Governança, Incentivos e Eficiência*, que discute os mecanismos e incentivos à concorrência para os setores de transporte aéreo, saneamento, energia elétrica, mercado de carbono e telecomunicações;

j) edição do livro *Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas*, onde são analisadas inadequações do sistema previdenciário brasileiro, propondo soluções viáveis para cada problema apontado;

k) edição de 24 livros sobre informações econômico-sociais e de políticas públicas e das revistas *Desafios do Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)* e *Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*;

l) edições dos boletins de Conjuntura, de Política Social, de Desenvolvimento Fiscal, de Mercado de Trabalho e de Conjuntura Industrial, que analisam e acompanham a evolução econômica, política, de programas e dos gastos públicos nas respectivas áreas, com o objetivo de oferecer à sociedade informações e análises relevantes sobre a implementação e avaliação de programas e políticas públicas, bem como de subsidiar a atuação de gestores e tomadores de decisão;

m) lançamento da *Carta de Conjuntura*, que faz uma análise dos principais temas econômicos dos três meses precedentes, sempre acompanhada de projeções dos mais importantes indicadores macroeconômicos.

ASPECTOS RELEVANTES

Os fatores de sucesso para o alcance dos resultados foram:

a) acompanhamento da execução física das ações e discussões por meio de reuniões periódicas com gerentes e coordenadores, e ainda, visita aos locais de implementação das ações;

b) maior comprometimento técnico do pessoal envolvido na gerência e execução dos programas;

c) ampliação da autonomia e da responsabilidade dos gerentes de programas e coordenadores de ação, preconizada pelo modelo de gestão do PPA;

d) cooperação internacional com a União Européia (UE), possibilitando a capacitação e a troca de experiências em gestão pública entre servidores brasileiros e daqueles países;

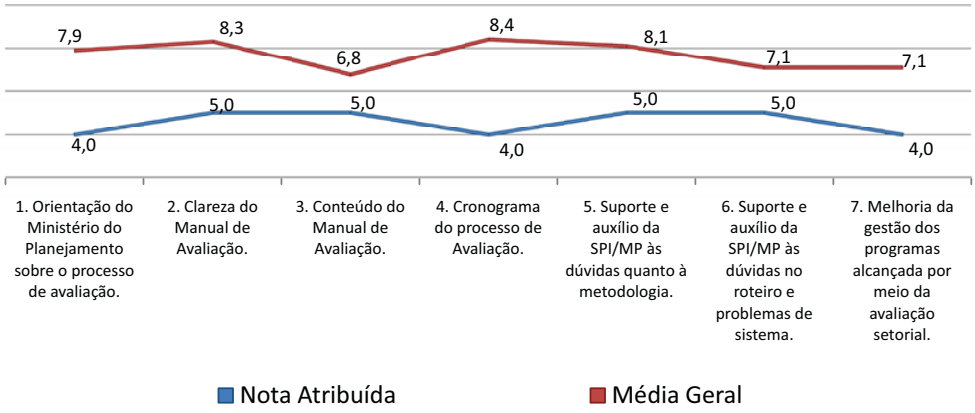
e) apoio técnico de organismos internacionais para um melhor planejamento da captação de recursos externos.

Os principais desafios enfrentados no processo de gestão dos programas foram os relativos à inadequação da infra-estrutura e dos recursos humanos, principalmente, no que se refere à quantidade de pessoas e à qualificação das equipes executoras. Foi identificada, também, a necessidade de ajustes em alguns programas, de forma a melhorar a sua gerência. O MP veio gradativamente adequando a sua estrutura ao modelo de gestão por programas. Desde a implantação do PPA 2004-2007, providências foram tomadas, como a revisão/exclusão de alguns programas, ajustes na estrutura programática de algumas unidades e participação dos dirigentes (gerentes) no processo de revisão e avaliação do PPA e na alocação anual de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Mesmo assim, o MP ainda careceu de ajustes em seu modelo organizacional e programático. A maioria dos programas e ações foi executada tanto por meio de sua estrutura organizacional quanto por arranjos organizacionais mais flexíveis como comissões, comitês e grupos de trabalho que garantiram a harmonização de possíveis disfunções estruturais.

A visão atual que predominou no período foi a unissetorial. Quando existiram programas intra-setoriais e multissetoriais, ainda houve ausência de uma gestão compartilhada de sua implementação. Os executores atuaram (talvez porque os elementos de que dispõem assim os condicionassem) como prestadores de informações e não como co-responsáveis pelos resultados do Programa como um todo. Na estrutura programática do Ministério, temos o exemplo dos Programas de Inclusão Digital e Governo Eletrônico, coordenados pelo MP, em que a maioria das ações e dos recursos financeiros esteve em outros Ministérios. A gerência do Programa não dispôs de nenhum mecanismo de participação na gestão dessas ações, como também teve dificuldades na obtenção de informações. Trata-se de caso a ser examinado.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MP mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MP e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA

GERENTE DO PROGRAMA

Helena Kerr do Amaral

OBJETIVO

Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores.

PÚBLICO-ALVO

Servidores da administração pública de carreiras estratégicas e dirigentes com responsabilidade de direção

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.852.839,00	Empenho Liquidado:	R$ 20.345.220,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 20.345.220,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Horas em Treinamento - Hora	-	-	14.751.00	14.736.00	10.500.00	140,34%

1. NÚMERO DE HORAS EM TREINAMENTO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Considerando que o índice previsto para o final do PPA é 10.500 horas em treinamento, e que o índice apurado em 2007 foi de 14.736 horas, pode-se afirmar que o índice previsto para o indicador foi alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando a necessidade de aumentar a capacidade de governo faz-se urgente a profissionalização e a melhoria da qualidade do serviço público no País. A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por conhecer as necessidades de governo e por sua capacidade de prospecção e inovação, pode e deve se tornar a primeira opção em capacitação de dirigentes públicos. Diferentemente do conteúdo ministrado pelas universidades, o

Programa deve produzir estudos e pesquisas que subsidiem reformulações de procedimentos e decisões do Governo Federal, bem como atender prontamente a problemas estratégicos de gestão pública. Essas ações visam suprir lacuna relativa à disseminação de conceitos e tecnologia inovadoras que aumentem a competência e a capacidade de resolver problemas nas áreas de governabilidade, governança e gestão de políticas públicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Os cursos oferecidos no âmbito da Ação de Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública capacitaram 26.397 servidores com orçamento próprio da ENAP e 329 com recursos provindos de destaque orçamentário, o que totalizou 26.726 servidores capacitados. A meta foi superada em 22%, o que reflete o investimento na ampliação da oferta de capacitação visando apoiar ações governamentais na melhoria do gasto. Esta ampliação se deu em escala nacional pela maior oferta de cursos a distância e aprimoramento das parcerias com instituições nacionais e internacionais. Foram promovidos eventos e projetos para a capacitação de dirigentes, conforme Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005 e Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 que tratam da priorização de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício de cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e da criação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Porém, se for considerado os destaques provenientes de outros órgãos (R$ 46.455), a meta foi superada em 23%.

• A meta prevista para a Ação de Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras foi atingida e superada em 174% (foram matriculados 1.252 alunos). No entanto, se considerarmos as 259 matrículas oriundas de recursos orçamentários, o percentual seria alterado para 210% (1.511 matrículas no total).

• Na Ação de Pós- graduação Lato Sensu para Servidores, a meta física alcançada foi apenas 11% da meta física prevista, muito embora tenham sido gastos 35% dos recursos disponíveis. A previsão de 280 matrículas foi corrigida para 70 devido a redimensionamento das atividades da área responsável pela Ação e, em razão de contingenciamento, só foi possível iniciar duas turmas, o que permitiu apenas 32 matrículas em 2007.

• Na Ação de Difusão de Conhecimento em Gestão Pública, a meta física foi superada em 7% (108.106 exemplares divulgados).

• Foi concluída a implementação do banco de dados utilizado como sistema de controle do Programa, o Sistema de Administração de Cursos, Especialização e Formação de Carreira (WebCEF), que registra informações das ações Desenvolvimento Gerencial, Formação Inicial e Aperfeiçoamento e Pós-Graduação.

• No que se refere à Ação de Intercâmbio com Instituições Internacionais de Excelência em Gestão Pública, a superação da meta física foi de 92%, com a realização de 25 eventos e se deve à alta demanda de eventos traçada nos planos de ação que são negociados e aprovados com instituições parceiras. Esses planos são traçados em março do ano corrente, diferente do planejado pela ENAP para a previsão orçamentária do Governo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A ENAP buscou ampliar a utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para o gerenciamento de suas ações, fazendo uso regular das ferramentas disponibilizadas pelo sistema, pois este é um documento para prestação de contas que acaba sendo utilizado como fonte de informações para uso interno. Contudo, no que tange ao campo destinado às restrições, este ainda é desconhecido por boa parte dos usuários. Assim, conhecer o sistema a fundo seria relevante para um melhor monitoramento.

No que se refere à execução orçamentária do Programa, dos R$ 20.621.839,00 liberados para a ENAP, o que corresponde a 78,7% do orçamento aprovado, foram executados R$ 20.345.223,11 (99%). Considerando o aporte proveniente de destaques orçamentários, foram executados mais R$ 535.152,29, o que totaliza R$ 20.880.375,40.

De fato, o orçamento previsto para a ação de Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública, em 2007, de R$ 4.393.000 foi para R$ 6.393.000 devido ao recebimento de emenda que visava ampliar as condições de capacitação dos servidores. Desse montante, houve contingenciamento de R$ 2.652.400 (Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007) e foram liquidados no total R$ 3.472.262.

A alta execução física da ação de Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras deve-se ao Programa de aperfeiçoamento oferecido de forma modular, que ampliou as escolhas temáticas e períodos de realização aos especialistas em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG). Quanto à baixa execução financeira dessa ação (48,2%), em relação à meta física alcançada, é importante frisar que, durante o curso de formação de EPPGG e analista de planejamento e orçamento (APO), o aluno faz jus a auxílio de 50% da remuneração inicial do cargo (Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998). O orçamento deve prever o auxílio a todos os alunos, mas não é possível prever quantos necessitarão desse auxílio antes do fim das matrículas que ocorre meses após o fechamento da peça orçamentária. Em 2007, previu-se 100 auxílios por três meses, mas 44 alunos não solicitaram.

Quanto ao gasto financeiro da ação de Pós-graduação *Lato Sensu* para Servidores ter sido percentualmente maior que a meta física realizada, isso se deveu ao fato de haver gastos financeiros em cursos já em andamento.

A superação da meta física da ação de Difusão de Conhecimento em Gestão Pública, executando o mesmo montante de recursos financeiros previstos, deve-se à diferença dos calendários de planejamento do governo brasileiro e dos parceiros estrangeiros, que apreciam projetos e aprovam recursos para cooperações, em geral, até o mês de março do ano de execução das atividades. Neste ano, a ENAP obteve sucesso em assegurar maior apoio e recursos destas cooperações, refletido na superação da meta física sem precisar despender mais recursos próprios. O investimento para aperfeiçoar o sítio da ENAP (*www.enap.gov.br*) ampliou a disseminação das atividades pedagógicas e das práticas de inovação na gestão pública, e facilitou o acesso às publicações ENAP e às consultas e pesquisas bibliográficas

efetuadas no acervo da Biblioteca. Isto beneficia servidores e pesquisadores universitários, brasileiros e estrangeiros, que atuam no tema da gestão pública e que buscam integrar atividades de pesquisa com a melhoria da gestão.

A ENAP sempre procurou adequar suas atividades de acordo com a liberação dos recursos, de tal sorte que a execução de suas ações não ficou prejudicada (havendo, inclusive, superação da meta física na maioria das ações).

Apesar do desempenho satisfatório do Programa e de ter havido integração entre a gerência do Programa e as áreas executoras, a ENAP precisa evoluir em três aspectos:

a) racionalização do espaço destinado atualmente à área administrativa da escola para ampliar o espaço da área finalística (aumento do número de salas, por exemplo, o que ampliaria os cursos ofertados). Para isso, é necessário recursos para investimento;

b) adequação de recursos humanos nas equipes executoras, vez que os novos desafios a serem enfrentados pela ENAP demandam também um maior quantitativo de servidores detentores de uma gama mais diversificada e complexa de experiências e conhecimentos. O ingresso de servidores com um novo perfil deve ser realizado por meio de concursos para um modelo de carreira diferente do existente atualmente. A situação é agravada em função da evasão constante de novos servidores aprovados no concurso em 2006 em razão de baixos salários. Dos 56 novos servidores que tomaram posse entre 2006 e 2007, 15 foram exonerados ou pediram vacância;

c) melhoria da qualificação dos recursos humanos nas equipes executoras, muito embora haja intenso e regular esforço de capacitação na ENAP. Há que se esclarecer que os novos desafios a serem enfrentados pela ENAP demandam também um maior quantitativo de servidores detentores de uma gama mais diversificada e complexa de experiências e conhecimentos. Vale ainda esclarecer que a maior parte das capacitações é realizada na própria Escola, o que não permite computar como resultado no PPA por não gerar custos na ação Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destacam-se ainda a promoção da participação social possibilitada pelo Fale Conosco, canal de comunicação com qualquer pessoa interessada nas ações desenvolvidas pela Escola, e a avaliação da satisfação de seus beneficiários. De fato, para os cursos realizados pela escola, quer seja os de desenvolvimento gerencial, quer seja os de especialização e formação de carreiras, a ENAP possui a Avaliação de Reação, instrumento utilizado em forma de questionário oferecido ao usuário ao término do curso com o objetivo de captar sua impressão sobre a disciplina de uma forma geral (qualidade dos professores, salas de aula, conteúdo etc). A ENAP utiliza essa avaliação para aprimorar seus serviços, melhorar conteúdo das disciplinas, a escolha dos professores etc.

O WebCEF foi desenvolvido visando integração aos outros sistemas de gestão da Escola e permite a construção de uma única base de dados. São realizadas reuniões quinzenais com as áreas para atender às demandas de avanços no sistema. A ENAP utilizou também o gerenciamento por diretrizes (GPD), instrumento que acompanha os resultados comparando com as metas programadas pelas áreas responsáveis pelas ações acima e pelas ações Difusão de Conhecimento e Concessão de Prêmios. O GPD permite alinhamento dos esforços para alcançar as metas definidas e direciona as adequações necessárias. Assim, as metas do PPA são detalhadas em todas as áreas, ou seja, são criadas subáreas permitindo que os resultados apareçam com clareza por meio de planilhas e árvore de monitoramento (desenho demonstrativo onde é lançado sinal verde nas metas alcançadas e sinal vermelho nas metas não atingidas). O não cumprimento da meta por uma subárea aciona um sinal de alerta e o resultado é discutido com o responsável para justificar desvios, apresentar soluções e traçar um plano de ação. A Assessoria da Presidência faz esse monitoramento e acompanha os resultados através de um relatório de três gerações (passado, presente e futuro). Nesse relatório são definidos: o que foi planejado, executado, os pontos problemáticos e a proposição de ações futuras, que é o plano de ação o qual define o que será feito para solucionar o problema, quem fará, como e quando será feito. A avaliação final do processo é feita em reunião mensal do Conselho Diretor, quando os resultados do mês são visualizados e as soluções discutidas. O GPD possibilita uma melhora no planejamento e monitoramento das ações do Programa.

Por fim, poder-se-ia replicar para a administração pública federal a boa prática quanto a sistemas, do WebCEF - começou a ser utilizado parcialmente em 2006 e foi desenvolvido com a finalidade de substituir o antigo Sistema de Controle de Cursos e Formação (SCCF) e proporcionar um ambiente de fácil utilização por parte dos usuários. O SCCF não estava integrado aos outros sistemas da ENAP, gerando inconsistências na base de dados, informações gerenciais distorcidas, duplicação de cadastro e retrabalho de maneira geral. Já o sistema WebCEF utiliza-se de *software* livre em atenção às diretrizes do Governo Federal e o Sistema de Gerenciamento de Colaboradores - *web*SCO - banco de dados que sistematiza as informações dos colaboradores (professores, moderadores etc) à disposição da Escola.

Há ainda a boa prática quanto ao GPD - instrumento que sistematiza o acompanhamento de resultados via comparação com metas. Trata-se de uma ferramenta que, ao longo do ano, faz o acompanhamento das metas alcançadas, bem como dos desvios, possibilitando uma significativa melhoria no planejamento e no monitoramento de todas as ações que compõem o Programa sob responsabilidade da Escola.

A gerência do Programa evidencia a necessidade de que seja revisto o produto da ação para viabilizar a expressão real dos esforços e resultados alcançados da ação de Pós-graduação *Lato Sensu* para servidores. Também destaca que há necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o SIGPlan, aumentar os recursos para investimento a fim de se ampliar a oferta de infra-estrutura aos cursos, aprimorar o modelo da carreira dos servidores da ENAP a fim de melhorar a política de retenção do seu quadro e aperfeiçoar o público-alvo do Programa.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Alexandra Reschke Stanislau Affonso

OBJETIVO

Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função sócio-ambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade, órgãos e entidades da Administração Pública

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 41.187.443,00	Empenho Liquidado:	R$ 30.754.994,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 30.754.994,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice de Imóveis Regulares - Índice numérico	112.14	114.71	114.50	103.23	102.04	101,17%
2. Variação da Arrecadação da Receita Patrimonial – Porcentagem	-	11.91	124.93	36.95	104.50	35,36%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE IMÓVEIS REGULARES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os índices propostos contemplam dois objetivos da missão, a destinação de imóveis e a arrecadação. Outros objetivos importantes do mesmo modo não estão espelhados nos indicadores atuais, deste modo, para o PPA 2008-2011, foram realizadas as correções.

2. VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As ações de revisão da Planta de Valores Genéricos (PVG), assim como a instituição da Ficha de Cálculo de Laudêmio (FCL) e da Certidão de Autorização de Transferência (CAT), disponibilizadas pela Internet, contribuíram para que a arrecadação superasse o previsto para o ano de 2007, mas não alcançando o índice previsto para o final do PPA 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A gestão do patrimônio imobiliário da União, de competência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), direcionou seus esforços para o atendimento dos interesses públicos e sociais, por meio de uma política de utilização ordenada das áreas pertencentes à União, que priorizasse ações de apoio ao desenvolvimento da indústria e do turismo, à melhoria da gestão ambiental, ao Programa de Reforma Agrária, à melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades e à diminuição do *deficit* habitacional nacional mediante uma administração eficaz dos próprios nacionais, evitando desperdícios e reflexos negativos ao Tesouro Nacional. Com o desenvolvimento de mecanismos e ações que ampliassem a arrecadação das receitas patrimoniais em níveis que retratassem sua real potencialidade e incremento de ações de modernização dos sistemas de atendimento público que garantissem os direitos do cidadão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Regularização fundiária para população de baixa renda, significando mais de 37.000 títulos entregues.

• Garantia de direitos fundamentais de populações tradicionais por meio do reconhecimento de territórios quilombolas e a entrega de mais de 11.000 Termos de Autorização de Uso aos moradores das várzeas e pescadores, no âmbito do Projeto Nossa Várzea[1] (3º classificado no 12º Prêmio Inovação na Gestão Pública Federal).

• Inclusão social por meio da destinação de 13 imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), área total de 50.968,05 m², avaliada em R$ 35,9 milhões, beneficiando mais de 10 mil famílias.

• Provisão habitacional com a destinação de 17 imóveis dos Centros de Atenção Integral à Criança (CAICS), com área total de 231.869,70 m², beneficiando aproximadamente 13 mil famílias.

• Destinação de imóveis para:

a) utilização da administração pública federal, priorizando a racionalidade do uso;

b) implementação de atividades relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

c) descentralização das universidades;

[1] O Projeto Nossa Várzea está sendo desenvolvido pela SPU, por meio da Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Pará - GRPU/PA, com o objetivo de promover a regularização fundiária de ocupações em terras públicas, utilizando, o Termo de Autorização de Uso, um instrumento de inovação administrativa , que constitui o fundamento expressivo da ação, pois ao entregar o Termo às famílias de comunidades ribeirinhas, a União reconhece o direito à ocupação e possibilita a exploração sustentável das áreas de várzeas.

d) fomento à aqüicultura e à pesca.

• Inovações na área de receitas, como a atualização da PVG, proporcionaram um acréscimo de 37% na arrecadação patrimonial em relação ao ano de 2006.

O Programa esteve voltado ao apoio dos projetos de inclusão sócio-territorial (regularização fundiária para baixa renda), de garantia de direitos fundamentais de populações tradicionais (reconhecimento de territórios quilombolas, segurança da posse aos moradores das várzeas e pescadores), de inclusão social (imóveis destinados à produção habitacional e aos programas sociais), de preservação da biodiversidade e do meio ambiente (destinação para unidades de conservação), de apoio ao desenvolvimento local dos Municípios e das comunidades (imóveis destinados a atividades produtivas de forma onerosa ou gratuita), de redução dos gastos públicos (imóveis para uso do serviço público federal), dando prioridade às atividades relacionadas ao PAC.

Deve-se destacar, ainda, que o olhar do Estado para a regularização fundiária em todas as suas dimensões é relativamente novo na esfera Federal, o que exige que a implementação das ações se faça concomitantemente com a capacitação interna e com adequações estruturais, legais e administrativas. Considerados de forma isolada, os resultados obtidos em cada ação do PPA não chegaram a produzir um padrão uniforme de desempenho. Entretanto, mesmo nos casos em que, por força de contingenciamento de recursos financeiros, o resultado pudesse sofrer impacto mais agudo, foi possível priorizar a implementação de determinadas ações estratégicas, as quais apresentaram desempenho acima do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os principais mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os sistemas Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA) e de Gerenciamento de Bens Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET), assim como o Cadastro de Imóveis Funcionais (CIF), que se constituem em ferramentas utilizadas para o monitoramento diário das ações. No entanto, devido à amplitude do Programa, esses sistemas não têm apresentado desempenho suficiente, o que sinalizou para a necessidade de um sistema único. Atualmente, esse novo sistema está sendo construído com a participação intensa e efetiva de técnicos das áreas fim e meio e foi denominado como Sistema PÁTRIA.

Por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é realizado o monitoramento quinzenal com as informações orçamentárias e financeiras, com destaque para que o limite financeiro deva ser incluído no SIGPlan, em tempo real, de forma a evitar que análises conclusivas sejam induzidas a partir de dados incompletos.

A execução física ficou no intervalo de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, com a utilização de aproximadamente 94% do limite orçamentário/financeiro. Tendo sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação observando-se o limite determinado pelo Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007e suas alterações.

O último concurso público realizado em fevereiro de 2006 não supriu a demanda de recursos humanos com as qualificações adequadas aos processos de trabalho para a execução do Programa.

A rapidez da mudança tecnológica e a adequação dos processos de trabalho a essas tecnologias exigem que a equipe gerencial seja treinada continuamente para a absorção de novos conhecimentos, habilidades e aptidões para ser capaz de atingir as metas e obter os resultados que o Programa requer. Neste sentido, no âmbito da SPU, está sendo elaborado Programa de Aprendizagem Organizacional com base na gestão de competências e foco nos conhecimentos específicos para a execução das ações do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não governamentais para sua execução. E possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) audiência pública realizada para ouvir a pretensão da comunidade interessada/ beneficiada nas intervenções dos projetos de Regularização Fundiária, Provisão Habitacional e Orla;

h) reunião com grupos de interesse por meio de diálogos com segmentos da sociedade civil e do Conselho das Cidades.

A democratização na gestão do patrimônio da União, com a destinação mais adequada ao uso do patrimônio e a redução dos conflitos ligados a questão fundiária são eixos fundamentais para a obtenção de informações sobre a satisfação de seus beneficiários, cuja avaliação está em fase de implantação do projeto.

Para a consolidação de um novo modelo de gestão do patrimônio imobiliário da União, tem sido fundamental a constituição de instrumentos e metodologias que garantam e ampliem espaços participativos. Internamente, a instituição do Conselho Estratégico, e a realização de Encontros Nacionais de Gestão Estratégica conferem às decisões a necessária legitimidade, por meio do exercício responsável do compartilhamento. Durante a execução do Programa, foram realizados oito Encontros Nacionais.

GOVERNO ELETRÔNICO

GERENTE DO PROGRAMA

Rogério Santanna dos Santos

OBJETIVO

Propiciar o atendimento eletrônico das necessidades da sociedade (cidadãos, empresas e governos), ampliando, otimizando e consolidando os serviços e as informações on-line prestados pela administração pública.

PÚBLICO-ALVO

Governo e Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 55.494.706,00	Empenho Liquidado:	R$ 44.750.929,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 44.750.929,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice Geral de Qualidade e Alinhamento dos Serviços de Governo Eletrônico – Porcentagem	-	-	-	-	7.60	-
2. Ministérios da Administração Pública Federal Beneficiados pelo Aprimoramento da Infra-Estrutura - Porcentagem dos Ministérios beneficiados	-	-	-	-	50.00	-

1. ÍNDICE GERAL DE QUALIDADE E ALINHAMENTO DOS SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador em questão foi elaborado durante o ano de 2006 para possibilitar uma melhor mensuração dos resultados do Programa. No entanto, durante o processo de elaboração do PPA 2008-2011, em 2007, constatou-se que o Programa seria mais propriamente enquadrado no tipo de Apoio a Políticas Públicas, não havendo a necessidade de se estabelecer um indicador.

2. MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BENEFICIADOS PELO APRIMORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador em questão foi elaborado durante o ano de 2006 para possibilitar uma melhor mensuração dos resultados do Programa. No entanto, durante o processo de elaboração do PPA 2008-2011, em 2007, constatou-se que o Programa seria mais propriamente enquadrado no tipo de Apoio a Políticas Públicas, não havendo a necessidade de se estabelecer um indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Governos democráticos e participativos encontram nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ferramentas fundamentais para a desburocratização dos processos de trabalho, para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, para a democratização do acesso e para um efetivo controle social das ações governamentais. As TIC permitem que o Estado desempenhe suas funções de forma integrada, eficiente e transparente, reduzindo custos administrativo-operacionais e propiciando melhores condições para ações de melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. O Programa Governo eletrônico apresenta também um componente de inserção do País no contexto da chamada nova economia e da sociedade da informação. As práticas internacionais mostram que o uso intensivo das TIC pode repercutir na progressiva universalização da oferta e do acesso aos serviços e informações em meio eletrônico, sobretudo, na Internet, de forma contínua e ininterrupta, permitindo a capilarização das ações de governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação do sistema de Telefonia Corporativa do Governo Federal.
- Publicação do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES).
- Implantação de Indicadores e Métricas para Avaliação de e-Serviços.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações adotados no Programa são:

a) as reuniões de trabalho realizadas em todas as ações para que se possam apresentar os resultados dos projetos desenvolvidos por cada área;

b) as visitas *in loco* periódicas, visaram mensurar e acompanhar o desenvolvimento de projetos que involvem implantação de infra-estrutura, notadamente a Infovia,

Integração de Sistemas, Certificação Digital, necessitam fazer visitas periódicas para mensurar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos;

c) os sistemas informatizados que são utilizados para monitorar diversas ações, especialmente, as que envolvem hospedagem de portais e outros sistemas;

d) o Sistema de Planejamento (SISPLAN) que é o Infrasig do Ministério do Planejamento e é útil para o acompanhamento de contratos e como complementação ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) que é utilizado para registrar o andamento das ações, conforme determinação normativa;

e) os relatórios de gestão, elaborados conforme determinação normativa.

A execução física das ações que integram o Programa ocorreu a contento. Os resultados alcançados foram satisfatórios, atingindo de 80% a 100% de execução física do previsto na LOA 2007. E, as dotações orçamentárias autorizadas foram, em geral, suficientes para executar as ações, com os recursos liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. O fluxo de liberação orçamentária, em geral, não foi empecilho para a execução do Programa.

O planejamento dos Termos de Referência, Projetos Básico e Planos de Trabalho precisa ser aperfeiçoado de forma a agilizar os processos de contratação e minimizar as dificuldades em processos licitatórios e de celebração de contratos.

Existe a necessidade de adequar melhor as atividades da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), considerando suas atribuições formais como órgão central do Serviço de Integração Social do Servidor Público (SISP). Deve-se observar ainda que há uma discussão em andamento na Casa Civil sobre a estrutura do Governo Eletrônico.

A gerência do Programa não obteve nenhuma informação a respeito da ação que não está no âmbito de vinculação com a estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, salvo o que foi publicado no SIGPlan. As tentativas de obter as informações necessárias quando da elaboração dos relatórios de gestão foram frustradas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução e tem verificado que a elaboração dos processos de prestação de contas tem sido uma dificuldade para os parceiros.

As atividades do Programa são voltadas para a própria Administração Pública Federal e, em 2007, foi realizado por meio do Fórum de Coordenadores-Gerais de Informática (CGMIs) um levantamento sobre a estrutura organizacional e de pessoal nestas Coordenações dos Ministérios, visando subsidiar um estudo de situação em andamento na Secretaria de Gestão (SEGES).

O Programa foi totalmente revisto para o quadriênio de 2008 a 2011, de forma a comportar melhor as atribuições formais da SLTI enquanto órgão central do SISP. Entretanto, faz-se necessário também reformular a estrutura institucional do Comitê Executivo do Governo Eletrônico.

A gerência do Programa destaca a necessidade de aprimorar a comunicação entre os coordenadores de ação e o gerente de programas multissetoriais.

INCLUSÃO DIGITAL

GERENTE DO PROGRAMA

Rogério Santanna dos Santos

OBJETIVO

Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades, jovens e outros segmentos identificados cuja situação sócio-econômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 179.373.252,00	Empenho Liquidado:	R$ 169.973.478,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 169.973.478,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Acesso a Microcomputador nas Famílias de Menor Renda – Porcentagem	-	-	-	-	16.00	-

1. TAXA DE ACESSO A MICROCOMPUTADOR NAS FAMÍLIAS DE MENOR RENDA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não é possível apurar o percentual alcançado em 2007, tendo em vista que os dados somente serão disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro de 2008, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Apesar disso, imagina-se que o alcance do índice esteja dentro do esperado, tendo em vista a apuração de 2006 (divulgada em setembro de 2007), que atingiu 15,64%. Corresponde ao percentual de domicílios permanentes de rendimento mensal até 10 salários mínimos com computador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cada vez mais no País, a estratificação social e o acúmulo de riqueza dão-se em função da capacidade de acessar e processar conhecimento. A inserção brasileira na sociedade do conhecimento não ocorre de forma linear nem igualitária. Princípios fundamentais como justiça social, igualdade de oportunidades e a própria democracia passam a ser influenciado pelo acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Afinal, estas são o principal meio de adquirir, interpretar, expressar, produzir e organizar o conhecimento, colocando-o a serviço de interesses e necessidades. Por isso, este tema é central para o desenvolvimento do País e da sociedade. O acesso cotidiano às redes, aos equipamentos e ao domínio das habilidades relacionadas às TIC é requisito indispensável à integração social, à atividade econômica e ao fortalecimento da cidadania. A atuação dos governos em parceria com a sociedade na promoção da inclusão digital é componente que se insere no esforço nacional em direção à inclusão social e ao aumento da competitividade estrutural da economia brasileira. A despeito do dinamismo alcançado pela disseminação da Internet e das tecnologias de informação e comunicação no segmento empresarial, o número de usuários de Internet no Brasil é estimado em 14,3 milhões pessoas, concentrado nos segmentos de alta renda. Dessa forma, a exclusão digital se combina com a herança persistente da desigualdade sócio-econômica, exigindo ações integradas de amplo alcance voltadas para a cidadania.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Recondicionamento de 1.891 computadores, doados a 158 escolas públicas, telecentros, bibliotecas e outros projetos de inclusão digital.

- Sistematização dos dados de localização e de contato de mais de três mil telecentros, apoiados pelo Governo Federal e por outros agentes, públicos e privados.

- Elaboração, em 2007, da Carta de Salvador (BA), documento reivindicativo elaborado por entidades da sociedade civil organizada por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional, a partir da revisão da Carta de Porto Alegre (RS).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Três unidades de Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), em Porto Alegre (RS), Brasília (Gama-DF) e Guarulhos-SP, finalizaram em 2007 sua fase de implantação e entraram em fase de operação. Receberam recursos do Programa Inclusão Digital, por meio de convênios celebrados ao final de 2007, para esta nova fase. Juntas, as três unidades foram responsáveis, em 2007, pela produção de 1.891 computadores recondicionados, doados a 158 escolas públicas, telecentros, bibliotecas e outros projetos de inclusão digital. A estes CRCs juntaram-se duas unidades em implantação, com convênios celebrados ao final de 2007, a partir de destaque orçamentário oriundo do Ministério da Educação (MEC). As cinco oficinas piloto constituíram-se na formação inicial da rede de

recondicionamento de computadores que se pretendia estabelecer no Território Nacional pelo projeto Computadores para Inclusão.

A pesquisa e a organização de informações sobre iniciativas de inclusão digital em andamento resultaram no lançamento do portal do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) (*http://onid.org.br*), no qual se encontram o sistema de cadastro de telecentros em funcionamento no País, e o mecanismo de pesquisa de unidades, visualizadas em mapa interativo. Ao longo de 2007, o ONID sistematizou dados de localização e contato de mais de 3 mil telecentros, apoiados pelo Governo Federal e por outros agentes, públicos e privados. O portal do ONID é vinculado ao *www.inclusaodigital.gov.br*, lançado em 2006, com *links*, notícias, eventos e materiais de referência a respeito do tema, facilitando o acesso de cidadãos, pesquisadores e gestores públicos a um conjunto de conteúdos em permanente atualização. O portal ONID é fruto de convênio entre a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) e o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais (IPSO), mediante recursos do Programa, iniciado ao final de 2006 e aditivado, com prorrogação de vigência, ao final de 2007, para agregar novos mecanismos de acompanhamento e construção de indicadores, bem como prosseguir com as atividades de caráter mais continuado.

O Comitê Técnico de Inclusão Digital, instituído no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, tem por objetivo articular e coordenar a política de inclusão digital do Governo Federal, no sentido de reverter a falta de articulação entre as ações em curso e assegurar o apoio necessário, considerando os fatores críticos ao sucesso dessas iniciativas. O Comitê realizou em novembro, em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, a 6ª Oficina para Inclusão Digital, na cidade de Salvador (BA). O evento superou positivamente suas edições anteriores, tanto em número de participantes como em diversidade de iniciativas que enviaram representantes e temas abordados. Contou com um público circulante aproximado de 2.400 pessoas por dia, ao longo de quatro dias, e 1.620 inscritos oficialmente, reunindo desde gestores de ações dos diferentes níveis de governo até monitores de telecentros, articuladores e lideranças de todas as partes do País. Um dos resultados foi a Carta de Salvador, documento reivindicativo elaborado por entidades da sociedade civil organizada por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional, a partir da revisão da Carta de Porto Alegre, produzida na edição anterior. A Oficina para Inclusão Digital firmou-se como evento nacional de diálogo entre uma ampla gama de atores envolvidos na implantação, desenvolvimento e avaliação de projetos e programas de inclusão digital, contribuindo para o acompanhamento, o debate, a articulação e o fortalecimento de parcerias, e integrando novos atores à temática.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações adotados no Programa, além do SIGPlan, são:

a) as reuniões periódicas com gerentes, coordenadores e parceiros que implementam e executam as ações do Programa;

b) as visitas *in loco* realizada em periodicidade pré-definida junto a localidade em que as ações estão sendo implementadas;

c) os sistemas informatizados, como o ONID que consiste na constituição e na manutenção de cadastros nacionais de telecentros e de projetos de inclusão digital, visando à formação de base de conhecimentos sistematizados para estudos de impacto, troca de experiências e articulação entre as inúmeras iniciativas em curso, além da elaboração, validação e divulgação de indicadores de desempenho e de comparação aplicáveis a projetos e iniciativas de inclusão digital;

d) relatório anual de gestão.

O cumprimento de metas físicas das ações que compõem o Programa ficou no intervalo de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, com destaque para as ações conduzidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), 6272 e 12BI que tiveram 100% de alcance em suas metas físicas.

Os recursos orçamentários foram suficientes com um fluxo de recursos que sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. E por meio de atuação da gerência houve uma adaptação da implementação em função da disponibilidade de recursos, como no caso do projeto Computadores para Inclusão em que a descentralização orçamentária oriunda do MEC permitiu o alcance pleno das metas físicas.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) teve uma execução, por parte do MP, de R$ 150.000,00 correspondendo a 50% do valor autorizado para 2007, sendo que os R$ 150.000,00 restantes foram oferecidos para abertura de crédito.

No que se refere ao MP, a equipe deixou de contar, em 2007, com servidor da carreira de Especialista em Gestão de Políticas Públicas, o que provocou contingências na prestação de informações gerenciais sobre o Programa. Além disso, o bom desempenho das atividades no âmbito do ONID e do projeto Computadores para Inclusão ocasionou volume de trabalho maior, chegando ao limite de capacidade operacional da equipe responsável.

As dificuldades de celebração de convênios caracterizaram-se pela não viabilização da implantação da sexta unidade de Centro de Recondicionamento do Projeto Computadores para Inclusão, que poderia ter ocorrido a partir de recursos orçamentários descentralizados pelo MEC. Contudo, o ente a ser conveniado encontrava-se com pendências no Cadastro Único de Convênio (CAUC) até a última data possível de celebração do convênio.

A descentralização de créditos colaborou para a execução de dois dos principais eventos de discussão da política pública de Inclusão Digital realizadas em 2007, com destaque para a 6ª Oficina para Inclusão Digital. O evento foi bem sucedido graças à atuação integrada entre a gerência do programa e o ente executor.

Ainda há muitas deficiências na integração das ações do Programa, devido a dificuldades oriundas da própria multissetorialidade, uma vez que há a necessidade de um maior comprometimento dos coordenadores das ações na consolidação de informações gerais sobre execução, monitoramento e avaliação das mesmas, junto à gerência do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No que se refere ao MP, os convênios com organizações não-governamentais mostraram-se fundamentais para o cumprimento das metas do Programa. Após um período inicial de equalização de entendimentos quanto a procedimentos e exigências legais, a execução dos convênios atingiu os objetivos propostos, tanto no que se refere à implantação de Centros de Recondicionamento de Computadores como nas atividades do ONID.

O projeto Computadores para Inclusão constituiu e reuniu quatro vezes em 2007 a sua Coordenação Nacional, formada por representantes dos órgãos públicos envolvidos e por representantes dos Centros de Recondicionamento de Computadores como meio de promoção da participação social, a qual também ocorre pela realização da Oficina para Inclusão Digital, realizada anualmente desde 2003, tem como principal objetivo a discussão da política pública com representantes de organizações não-governamentais, movimentos, entidades e participantes de programas de inclusão digital.

As principais contribuições foram o levantamento de demandas prioritárias e a equalização de diretrizes entre os responsáveis pelo Programa e a sociedade, sintetizadas na Carta de Salvador, documento produzido pelos representantes da sociedade civil organizada presentes na 6ª Oficina para Inclusão Digital.

O mecanismo utilizado para avaliar a satisfação de seus beneficiários foi a avaliação indireta. No Projeto Computadores para Inclusão, o processo foi fundamental para o aperfeiçoamento das diretrizes e dos procedimentos, impactando positivamente os resultados. O mesmo se aplica ao ONID, sendo que ambas as ações trabalharam em contato direto com agentes que lidaram com o público beneficiário do Programa, e foi principalmente, a partir destes agentes que a avaliação indireta se produz, além dos eventos de participação social já mencionados.

No que se refere ao MP, a ação que trata do recondicionamento de computadores contemplou a normatização e a conseqüente racionalização do desfazimento de equipamentos de informática no âmbito da Administração Pública Federal. Trata-se de uma experiência inovadora e de caráter permanente, que já demonstrou resultados.

A gerência do Programa destaca a necessidade de intensificar a gestão da multissetorialidade no âmbito do Programa, de rever a quantidade de servidores na equipe gerencial e executora, vez que essas se encontraram no limite de sua capacidade operacional e de criar mecanismos que permitam maior comprometimento dos coordenadores das ações na consolidação de informações gerais sobre execução, monitoramento e avaliação das mesmas.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Pereira Nunes

OBJETIVO

Elaborar e disseminar informações de natureza estatística - demográfica e sócio-econômica - e de natureza geocientífica: geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 51.746.605,00	Empenho Liquidado:	R$ 40.148.473,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 40.148.473,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.440.000,00	R$ 1.074.606,67	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Divulgação de Pesquisas – Porcentagem	100.00	-	-	-	-	-
2. Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatística e Geocientíficas – Porcentagem	38.54	35.19	43.15	49.85	10.00	498,50%

1. TAXA DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este índice deve ser descontinuado e já foi sugerida nova relação de indicadores para o PPA 2008-2011.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE DEMANDA POR INFORMAÇÕES ESTATÍSTICA E GEOCIENTÍFICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações estatísticas e

geocientíficas devido, principalmente, ao seu portal na Internet que conta com uma grande oferta de informações sempre acrescidas de novas, sendo publicadas ao longo de cada semana. Em 2007, contribuiu também para superar a previsão de atendimentos a publicação de mais um canal no portal, o *Países@*.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade da sociedade e do governo de conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sócio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como por meio da representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratem a paisagem natural e social do Território Nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

O Programa contribui para o alcance de todos os Megaobjetivos das Orientações Estratégicas do governo, em especial, em seus desafios: 8 - Promover a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização cultural das etnias, 22 - Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas, e 24 - Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais.

Encontra-se alinhado aos Objetivos Setoriais 2, 3 e 4 da Orientação Estratégica 3 definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). No entanto, foi dada ênfase ao Objetivo 2, relativo à coordenação, à implantação e à gestão de sistemas de informações confiáveis, estáveis, transparentes, integrados e com padronização conceitual, visando o conhecimento da realidade nacional e do exercício da cidadania.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Divulgação da Nova Série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, para os anos 2000 até 2005, das Contas Regionais e do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios para os anos 2002 até 2005.

• Divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ano de referência 2006.

• Divulgação da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2007 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, que reúne indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias e grupos populacionais específicos - crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos - entre outros.

• Divulgação e ampliação do conteúdo da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), realizada em 2006, tendo como referência o ano de 2005.

• Elaboração do relatório Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), onde são abordadas quatro dimensões: ambiental, social, econômica e institucional. Em relação aos anos anteriores, introduziu o item Emissões de Origem Antrópica dos Gases Associados ao Efeito Estufa em seu corpo.

• Medições de estações maregráficas brasileiras se tornaram referência para os estudos internacionais relacionados às mudanças climáticas.

• Identificação dos Estados e Municípios beneficiários dos *royalties* do petróleo produzido na plataforma continental brasileira, em atendimento aos questionamentos da sociedade sobre a definição das áreas beneficiárias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou, ao longo de 2007, desempenho positivo, em que as atividades regulares, tais como Pesquisas Conjunturais, Estruturais da Área Sócio-demográfica e da Área Econômica, Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, Mapeamento Topográfico de Referência e Sistema Geodésico Brasileiro, obtiveram bom alcance de suas metas físicas e financeiras. Por outro lado, diante da dimensão da operação censitária em 2007 (Contagem da População e Censo Agropecuário), foi necessário centrar esforços em sua consecução, tendo como requisito limitar, conjunturalmente, o ritmo de execução dos projetos, que será acelerado no próximo exercício, direcionando um maior contingente de pessoal. Da mesma forma, as ações que dependeram de recursos externos não deram início à implementação de suas atividades por conta da demora na aprovação da Revisão Substantiva do Projeto BRA/06/002 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como atraso na aquisição de equipamentos, porém foram feitas gestões junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) unidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ao PNUD para agilizar o processo de aprovação, o que justifica a não execução de algumas metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Quanto à Classificação Nacional de Atividades Econômicas, foi divulgada a versão 2.0, para uso no Sistema Estatístico. Ademais, foi também publicada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - Versão 2.0 - Subclasses para Uso da Administração Pública.

No âmbito da Pnad, foram divulgados, em 2007, os resultados do corpo básico da pesquisa realizada em 2006, que são a síntese de indicadores da pesquisa: retrospectivas de indicadores de rendimento de 1996 a 2006, o suplemento Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, realizado junto à Pnad 2005.

Quanto à Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), realizada em 2006, tendo como referência o ano de 2005, seus resultados atualizaram as informações sobre as atividades inovadoras realizadas pelas empresas industriais entre os anos de 2003 e 2005, e forneceram as primeiras evidências estatísticas sobre a inovação tecnológica nas atividades

de telecomunicações, informática e pesquisa e desenvolvimento, ampliando, dessa forma, o âmbito da pesquisa para os serviços de alta intensidade tecnológica.

Ademais, como integrante do Grupo de Trabalho encarregado da definição de linhas de indigência e pobreza, coordenado pela Casa Civil, o IBGE, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), deu continuidade, em 2007, aos trabalhos voltados para a implementação de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003) e da Pnad. Além de lançar o volume Perfil das despesas no Brasil - Indicadores selecionados.

Também foi dado prosseguimento à construção do Banco de Dados Ambientais Integrados de Recursos Naturais e à análise das informações de cunho espacial sobre a organização do território: subsídio fundamental às atividades de planejamento.

Na área de recursos hídricos, o IBGE elaborou cartas sobre Hidrogeologia e Hidroquímica, todas voltadas tanto para atender a região Nordeste - nacionalmente conhecida pela sua carência desses recursos, quanto a subsidiá-la com um instrumento interpretativo das características gerais dos mananciais subterrâneos.

Houve realização periódica de visitas técnicas e supervisões de pesquisas que ocorrem nas unidades estaduais do IBGE, nas 27 unidades da Federação, objetivando acompanhamento dos trabalhos.

No âmbito das estatísticas, em relação aos resultados das pesquisas conjunturais, há um calendário de divulgação, no Portal do IBGE, em sua Internet e Intranet, com todas as datas para divulgação durante o ano corrente. No que se refere aos resultados dos estudos e pesquisas estruturais e especiais, o calendário apresenta os meses previstos para a divulgação. O desempenho físico das ações do IBGE é também avaliado semestralmente, tendo como referencial as metas institucionais divulgadas *a priori* através de resolução do Conselho Diretor e *a posteriori* com a divulgação de seu cumprimento também através de resolução do Conselho Diretor.

Os recursos alocados foram suficientes, muito embora essa suficiência tenha origem também em recursos provenientes de convênios com alguns Ministérios, que vêm aumentando ano a ano, e acordos de cooperação técnica. Tal fato explica alguns bons resultados físicos de ações que apresentaram baixa execução financeira. Contudo, esses recursos oriundos de convênios firmados não são suficientes para cobrir o *deficit* gerado pela insuficiência dos recursos do tesouro.

Sobre a gestão do Programa, semanalmente, é realizada reunião do Conselho Diretor (Coordenadores de Ação, Gerente Executivo e Gerente de Programa) com o propósito, dentre outros, de monitorar os programas e ações sob responsabilidade do IBGE, bem como reuniões estratégicas nas diversas áreas do IBGE com seus respectivos coordenadores temáticos. Contudo, ao analisarmos a equipe gerencial e a equipe executora do Programa,

essas apresentam deficiência de pessoal. De fato, mesmo com a realização de concursos nos últimos anos, o quadro se encontra deficitário, uma vez que, o IBGE passou muitos anos sem realizar concursos para repor o quadro de pessoal. Também se faz necessário a instituição de programa contínuo de capacitação do corpo gerencial da Instituição, objetivando o desenvolvimento e a atualização gerencial em todos os níveis.

Destaca-se ainda que, o Programa promove a participação social por meio de consulta pública diretamente ao Portal do IBGE, reunião com grupos de interesse, quando da preparação das etapas de planejamento das pesquisas, reuniões do Conselho Técnico, pertencente ao Conselho do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o qual se constitui em elo de comunicação e controle da sociedade sobre o Programa, uma vez que é composto por membros de diversos segmentos da sociedade.

Quanto ao nível de satisfação dos usuários, este é mensurado por meio da análise dos resultados obtidos na pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada com os usuários das bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o Brasil, objetivando, além de avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos conforme a percepção do cidadão-usuário, orientar também o gestor público quanto às melhorias prioritárias para o usuário do serviço prestado. A pesquisa de satisfação faz parte da Avaliação da satisfação do Cidadão, uma das linhas do Programa de Qualidade do Serviço Público, utilizando para entrada de dados e análises dos resultados o aplicativo Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS), versão 1.0, distribuído pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além desta forma, a satisfação dos usuários também é mediada pelo uso que os diversos segmentos da sociedade fazem dos resultados das pesquisas, cuja ampla e intensa exploração dos resultados já divulgados por parte da imprensa e dos principais usuários indicam um alto nível de satisfação com o Programa.

O IBGE realiza um acompanhamento trimestral com base nos dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), cuja finalidade é monitorar as atividades desenvolvidas pelos programas e pelas ações e analisar sua evolução, de modo que se possa corrigir desvios e melhorar as práticas de gestão.
A gerência do Programa destaca a necessidade de rever o quadro funcional, a fim de criar corpo gerencial e executor do Programa condizente com seu objetivo e de se formular política de capacitação para estas equipes.

PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Henrique Proença Soares

OBJETIVO

Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a provisão de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, ao monitoramento e à avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazo.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 110.461.789,00	Empenho Liquidado:	R$ 102.982.569,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 102.982.569,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de avaliação institucional do Instituto, na Aferição de Desempenho dos Órgãos do Ciclo de Gestão (GCG) - Porcentagem	-	0.00	99.69	99.76	98.70	101,07%
2. Nível de Utilização do Serviço IPEADATA, Medido pela Taxa de Crescimento Anual do Número de Acessos Via Internet - Porcentagem	-	-	12.00	10.00	10.00	100%

1. ÍNDICE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO, NA AFERIÇÃO DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS DO CICLO DE GESTÃO (GCG)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O alcance do índice previsto para o final de PPA 2004-2007 foi decorrência de alguns fatores, dentre eles, a instituição de uma nova dinâmica que tem possibilitado aperfeiçoar os processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações, tornando possível a antecipação de riscos e a implantação de ações corretivas que permitam a consecução dos objetivos previamente estabelecidos. Nesse sentido, embora o contingenciamento de

recursos tenha trazido dificuldades à execução dos projetos, as ações de replanejamento realizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) garantiram o cumprimento das metas estabelecidas, o que se refletiu no alcance do índice previsto para a avaliação do seu desempenho como órgão integrante do Ciclo de Gestão.

2. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO IPEADATA, MEDIDO PELA TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO NÚMERO DE ACESSOS VIA INTERNET
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O principal indicador utilizado para aferir o alcance do Programa é a quantidade de usuários atendidos pela produção e pelos serviços oferecidos pelo Ipea. Nesse sentido, o atendimento ao público-alvo sociedade se mostrou elevado, garantindo o cumprimento da meta estabelecida. Tal fato pode ser verificado por meio de análise de informações sobre o crescimento no número de acessos ao sítio do IPEADATA e aos sítios do Ipea, da Revista Desafios do Desenvolvimento e do Projeto Brasil: o estado de uma Nação, na Internet.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Ipea é uma instituição de governo voltada para subsidiar a elaboração e o aprimoramento das políticas públicas por meio de estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental. Com base na sua experiência calcada na pluralidade de opiniões e concepções. O Ipea poderá dar contribuição significativa na melhoria da qualidade e da consistência dos processos de decisão e de execução do governo, conduzindo suas atividades de pesquisa e de fornecimento de subsídios efetivos à definição e à implementação de estratégias governamentais, ofertando à sociedade elementos para o debate sobre o desenvolvimento nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, o Ipea desenvolveu, no âmbito da Ação Estudos sobre Políticas de Inclusão Social para o Desenvolvimento Brasileiro, diversos estudos no sentido de documentar e analisar a recente queda da desigualdade de renda no Brasil, avaliar a sua magnitude e importância, identificar seus principais determinantes e, por fim, delinear propostas de políticas públicas para que seja prolongada ou mesmo aprofundada nos anos subseqüentes. Esse esforço, iniciado, em 2006, com a publicação da Nota Técnica sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil, foi coroado com a publicação, em 2007, do livro Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente, organizado em dois volumes, reunindo artigos dos mais renomados pesquisadores da área.

• Em outro importante estudo que resultou na publicação de dois volumes do livro Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas, o Ipea oferece, por meio de análises dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, elementos para a melhor compreensão e para o debate sobre as condições de vida da nossa população. Nesse

sentido, são calculados indicadores de dispêndio e de proporções de dispêndio com bens e serviços relacionados à alimentação, vestuário, transporte, habitação, saúde, educação, lazer, cultura e outros, que possibilitam a compreensão detalhada da qualidade de vida das famílias segundo diferentes dimensões. Esses indicadores permitem ainda realizar estudos sobre desigualdade e pobreza, a identificação do padrão de segurança alimentar e nutricional das famílias, a atualização das cestas de produtos utilizadas no cálculo da inflação e a maior fidedignidade no cálculo das Contas Nacionais.

• A busca por explicações para o vigoroso crescimento das exportações brasileiras e necessidade de identificação dos principais obstáculos a uma maior inserção externa das firmas brasileiras motivaram os estudos que culminaram com a publicação do livro *As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional*, um dos destaques da Ação Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro. No trabalho, o Ipea utilizou um conjunto de informações de diversos órgãos, dentre os quais o IBGE, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Banco Central (Bacen) sobre o universo das 25.000 firmas industriais brasileiras com mais de 30 empregados, que representam 85% do faturamento da indústria brasileira e 98% das exportações industriais. Essas informações possibilitaram conhecer mais de 300 variáveis acerca de todas as características produtivas, financeiras e de comércio exterior das firmas industriais brasileiras, empresa por empresa. O estudo revelou a existência de cerca de 4 mil firmas com grande potencial exportador, o que poderia representar um incremento de US$ 10 bilhões nas exportações brasileiras a cada ano. Como conclusão, o estudo aponta a inovação tecnológica como fator determinante nesse contexto, ou seja, os investimentos em inovação possibilitam ganhos de competitividade no comércio exterior, com reflexos positivos sobre a produtividade das empresas, o nível de empregos e os salários dos trabalhadores.

• Publicação dos trabalhos *Pnad 2006 - Saneamento e Habitação*, *Pnad 2006 - Primeiras Análises: Demografia, Educação, Trabalho, Previdência, Desigualdade de Renda e Pobreza, e Hierarquia e desigualdade salarial na administração pública brasileira.*

• O trabalho Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007 consiste em um estudo sobre o mercado de trabalho no Brasil, com a apresentação de um mapa do emprego por setor econômico e região no País, tendo por base demanda e perfil dos trabalhadores formais em 2007.

• Ao Ipea, coube a coordenação técnica do processo de elaboração do 3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Programa da Organização das Nações Unidas que estabelece metas de desenvolvimento social, econômico e ambiental a serem atingidas pelos 189 países integrantes, até o ano de 2015. Esse relatório, de agosto de 2007, traz uma atualização dos indicadores e também a descrição das principais iniciativas do Governo Federal que tiveram impacto no alcance dos ODM.

• No que tange especificamente aos processos de modernização dos instrumentos de planejamento e gestão, o Ipea, no âmbito da Comissão de Monitoramento e Avaliação, assumiu, em 2006, a coordenação e a responsabilidade pela execução de um projeto-piloto para o desenvolvimento e teste de metodologia de avaliação rápida do Programa Segundo

Tempo, do Ministério do Esporte (ME). O objetivo era verificar se o Programa estava pronto para ser gerenciado por resultados e identificar as mudanças necessárias à implantação e o potencial das avaliações intensivas na contribuição para a melhoria de desempenho. Com isso, esperava-se difundir uma metodologia de avaliação menos complexa e de menor custo e, assim, contribuir para melhorar a qualidade da decisão e da alocação dos recursos, e a conseqüente obtenção de melhores resultados pelo Governo Federal. Como resultado desse processo, foi publicada, em fevereiro de 2007, a Nota Técnica Como Elaborar Modelo Lógico de Programa: um roteiro básico, que visa orientar a construção de modelo lógico de programas a fim de subsidiar o processo de elaboração do PPA 2008-2011, levando em conta a prioridade que deverá ser atribuída à avaliação, enquanto instrumento de melhoria da gestão. Esse trabalho subsidiou a elaboração do Manual de Avaliação do PPA 2004-2007, exercício 2007, pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

• A publicação *Technological Innovation in Brazilian and Argentine Firms* é o resultado de um trabalho coordenado pelo Ipea e que envolveu o esforço de 21 pesquisadores brasileiros e argentinos, com o objetivo de analisar o potencial exportador de Brasil e Argentina, à luz da inovação tecnológica. A natureza pioneira desse trabalho reside na coleta de informações sobre inovação tecnológica nas firmas industriais brasileiras e argentinas, e na comparação entre setores dos dois países, no que tange às estratégias competitivas das firmas pesquisadas. Para tal, as firmas industriais brasileiras e argentinas foram classificadas de acordo com o mesmo critério, tendo em vista a distinção entre as que competem por meio de diferenciação de produto via inovação tecnológica, e as que competem exclusivamente por preço. O processo para o desenvolvimento de um *framework* metodológico comum resultou em uma frutífera parceria e lançou sementes para cooperações futuras entre os dois países.

• Publicação *Regulação e Concorrência no Brasil: Governança, Incentivos e Eficiência*, que discute os mecanismos e incentivos à concorrência para os setores de transporte aéreo, saneamento, energia elétrica, mercado de carbono e telecomunicações, além de aprofundar discussões teóricas sobre governança, incentivos e eficiência, avançando em questões introduzidas na obra *Marcos Regulatórios no Brasil: o que foi feito e o que falta fazer*, publicada em 2005. O livro reúne os trabalhos apresentados por ocasião da Segunda Jornada de Estudos de Regulação, juntamente com a transcrição dos debates ocorridos nas mesas-redondas, e oferece uma importante contribuição para a elaboração de novos diagnósticos e propostas para a construção dos marcos regulatórios que o País requer.

• No livro *Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas*, quinze especialistas analisam as inadequações do sistema previdenciário brasileiro, propondo soluções viáveis para cada problema apontado. O livro traz reflexões teóricas sobre a previdência, o histórico e a evolução da instituição no Brasil, além de comparações com modelos vigentes em outros países, e o relato dos resultados obtidos em diversas transformações experimentadas mundo afora. Propõe-se uma reforma gradual, com carência antes das primeiras mudanças de parâmetros, evitando uma corrida rumo à aposentadoria e preservando direitos adquiridos.

• Na Ação Disseminação de Informações Econômico-Sociais e de Políticas Públicas, os principais resultados estão associados à edição de 24 livros, além de notas técnicas com os resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito da instituição e a edição das

revistas *Desafios do Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento Econômico* (PPE) e *Planejamento e Políticas Públicas* (PPP). Mas o resultado da ação, para além do número de publicações, deve ser avaliado também pelo número distribuído de exemplares dessas publicações, pelo número de leitores (que é um múltiplo do número de exemplares), pelos acessos via Internet e por outras formas de divulgação das análises produzidas. Pela Internet, foram contabilizadas cerca de 260 mil visitas ao sítio da revista Desafios, para acesso a reportagens e entrevistas, e mais de 2,5 mil visitas ao sítio da revista PPE, para acesso aos artigos publicados. Por fim, cabe mencionar que são atividades adicionais pertinentes a essa ação, a organização de cursos e seminários, e a gestão dos centros de documentação na instituição.

• No âmbito da Ação Acompanhamento e Análise de Conjuntura, foram produzidas edições dos boletins de Conjuntura, de Política Social, de Desenvolvimento Fiscal, de Mercado de Trabalho e de Conjuntura Industrial, este último em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Essas publicações analisam e acompanham a evolução econômica, políticas, programas e os gastos públicos nas respectivas áreas, com o objetivo de oferecer à sociedade informações e análises relevantes sobre a implementação e avaliação de programas e políticas públicas, bem como de subsidiar a atuação de gestores e tomadores de decisão. O mês de dezembro marcou o lançamento da Carta de Conjuntura, de periodicidade trimestral, trazendo uma análise dos principais temas econômicos dos três meses precedentes, sempre acompanhada de projeções dos mais importantes indicadores macroeconômicos. Por fim, o IPEADATA, banco de dados do Ipea que acumula mais de 5 mil séries de dados com informações sobre população, emprego, saúde, educação, salário e renda, produção, consumo e vendas, além de indicadores sobre contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito, continuou a ser atualizado regularmente. Em 2007, foram verificadas cerca de 570 mil visitas ao IPEADATA (com, aproximadamente, 1,55 milhão de acessos a informações).

O ano de 2007 foi particularmente importante para o fortalecimento institucional do Ipea com vistas à realização, com excelência, de sua missão institucional. A consolidação de suas linhas de pesquisa e o desenvolvimento dos projetos estratégicos permitiram ao instituto melhor atender as demandas do governo e da sociedade brasileira em questões relacionadas aos desafios e às alternativas para o desenvolvimento do País. O Ipea reforçou suas atividades de assessoria e encontra-se integrado na dinâmica institucional do Governo, participando dos principais espaços decisórios que demandam e utilizam sua produção técnica. Ampliou, ainda, a oferta de produtos ao público geral, em termos dos temas pesquisados ou nos formatos e acessos oferecidos, que permitiram transcender ao público especializado e atingir também o público não-especialista. Por fim, a maior maturidade profissional dos servidores nomeados entre 2004 e 2006 teve reflexos positivos sobre as atividades de gestão, particularmente, no que tange aos projetos na instituição.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são as reuniões de trabalho realizadas sempre que necessário, entre o gerente executivo e os coordenadores de ação, e os sistemas informatizados utilizados no suporte

às atividades de monitoramento, dentre eles, o sistema de gerenciamento dos projetos em curso na instituição.

O monitoramento do desempenho físico é feito de maneira permanente, envolvendo o gerente do Programa, o gerente executivo e os coordenadores de ação que realiza o monitoramento da ação sob sua responsabilidade, o que demanda interagir com outras unidades do Ipea para a aferição dos resultados, já que, de acordo com o desenho do Programa, várias áreas distintas contribuem para a consecução das metas de uma ação. Esses resultados são relatados ao gerente do Programa e ao gerente executivo que acompanha mensalmente os resultados da execução das ações do Programa e, a cada trimestre, procede à validação das informações no SIGPlan.
O relatório gerencial Quinzena Ipea contém informações sobre o resultado de ações realizadas no âmbito da instituição, com algumas informações sobre a evolução dos projetos, a produção editorial em andamento, além da agenda de eventos organizados e apoiados pelo Ipea.
As metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 para ações do Programa foram atingidas, sendo que muitas delas superadas, em função:

a) do aumento da participação do Ipea no suporte ao Governo em questões relacionadas à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas;

b) do replanejamento de atividades e priorização de projetos considerados estratégicos para a instituição em função do contingenciamento ao qual o instituto foi submetido, implicando, assim, na redução do escopo de algumas pesquisas, porém sem prejuízos à qualidade dos estudos e ao alcance dos objetivos previamente estabelecidos;

c) da promoção de maior envolvimento de técnicos do Ipea nas atividades que compõem as ações do Programa e do apoio de bolsistas a um número maior de pesquisas, tendo em vista o alcance das metas físicas estabelecidas;

d) da melhoria dos processos de planejamento e gestão, na instituição. Sendo assim, a despeito das dificuldades, as metas físicas previstas no PPA foram atingidas e os resultados obtidos no âmbito das ações finalísticas do Programa foram considerados satisfatórios.

A execução da dotação orçamentária, consideradas as despesas correntes, investimentos, encargos da dívida externa e com pessoal e encargos sociais, registra que, dos recursos destinados pela Lei n.º 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, foram liberados 96,61% e que o gasto efetivo alcançou 98,84% do disponibilizado, a despeito das dificuldades causadas pelo contingenciamento parcial ou integral dos recursos aprovisionados no orçamento para a execução das ações finalísticas.

O forte contingenciamento no âmbito de algumas ações trouxe inúmeras dificuldades à execução dos projetos, demandando, muitas vezes, esforços de replanejamento e revisão do

escopo de algumas atividades sem que isso resultasse em quaisquer prejuízos à qualidade dos produtos e resultados esperados.

A despeito da descontinuidade do fluxo de recursos provocada pelo contingenciamento ao qual o Ipea foi submetido, não houve maiores prejuízos ao cumprimento de metas físicas estabelecidas, por conta das ações de replanejamento de atividades realizadas no âmbito da instituição.

O concurso público realizado em 2004 para o provimento de cargos na área de gestão teve como principal objetivo a supressão de lacunas decorrentes da dispensa de 16 profissionais contratados através de projetos de cooperação técnica internacional, cujos contratos foram rescindidos por determinação do Ministério Público do Trabalho (MPT). Embora o ingresso desses novos servidores com qualificação para a área de gestão tenha agregado valor aos produtos e aos processos da instituição, ainda há carência de profissionais para a área. Não obstante, será muito oportuna a realização de novo concurso público, já autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com vistas à reposição de pessoal e à complementação do quadro de pessoal em áreas específicas que lidam com gestão (projetos, compras, licitações e recursos humanos) e informação (biblioteconomia, tecnologia da informação, arquivologia, comunicação e estatística).

Uma dificuldade estrutural, há muito identificada, ainda representa um gargalo para que a instituição possa ter um desempenho ainda melhor em relação às metas previstas. Embora a realização dos últimos concursos públicos tenha reduzido o problema, o Ipea continua a perder pessoal técnico devido às aposentadorias, aos falecimentos, aos pedidos de exoneração decorrentes de aprovação em concursos públicos para outras instituições, e às cessões de pessoal a outros órgãos.

Os reflexos da baixa qualificação do pessoal envolvido em atividades de gestão foram, em parte, mitigados com a realização do concurso público em 2004 para o provimento de cargos de nível superior na área de gestão. Além do treinamento dos novos servidores, para que possam exercer atividades antes desempenhadas por aqueles que deixaram e estão deixando a instituição, está sendo priorizada a política de capacitação dos corpos técnico e gerencial da instituição, calcada em cursos de reciclagem e aperfeiçoamento de duração variada e no incentivo à realização de cursos de pós-graduação.

Dificuldades em processos licitatórios podem representar restrições à execução das atividades e ao conseqüente alcance dos objetivos previstos. Outra dificuldade enfrentada pelo Ipea é decorrente da publicação do Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos. Esse Decreto trouxe dificuldades ao Ipea, já que impediu a contratação, no âmbito de projetos de cooperação técnica internacional, de docentes das universidades públicas brasileiras, pessoal extremamente qualificado que sempre apoiou o Ipea em seus estudos e pesquisas.

As atividades que receberam recursos descentralizados tiveram bom desempenho e atingiram os resultados esperados, contribuindo assim para o cumprimento das metas previstas para as ações nas quais estavam incluídas.

Houve uma boa integração entre os atores envolvidos no processo ao longo de 2007. Essa questão, no entanto, tem sido objeto de discussão interna com vistas ao seu aperfeiçoamento, já que é fundamental para a consecução dos objetivos institucionais.

A revisão ocorrida em 2004 do Programa levou a incluir a ação Estudos e Pesquisas Sócio-educativas implementada por outro Ministério, a partir de proposição do MP. Na revisão 2005, tal decisão foi revertida, a partir de solicitação do Ipea, e a ação não mais compõe o Programa. Desde então, não há ações do Programa implementadas em outros Ministérios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Quase todos os principais projetos executados foram feitos em parceira com Ministérios, instituições e universidades públicas, agências multilaterais e instituições não-governamentais. Os parceiros não-governamentais, assim como os parceiros de governo, contribuíram de forma decisiva para o cumprimento dos resultados previstos nos projetos para os quais foram articuladas parcerias.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) a Ouvidoria, que abriu mais um canal para o cidadão demandar informações sobre o Ipea e os resultados produzidos pelo instituto, bem como para reclamar e solicitar providências de aprimoramento por parte da instituição;

b) os diversos fóruns formais e regulares pelos quais o Ipea estabelece interação com grupos de interesse específicos.

No Rio de Janeiro, o Grupo de Análise e Previsões realiza reunião mensal com especialistas da área econômica e do mercado financeiro, nas quais seus modelos de previsão são discutidos. Em Brasília, existem diversos grupos de acompanhamento de políticas públicas, que realizam reuniões periódicas das quais participam a equipe técnica do Ipea e representantes de governo.

O Ipea, também, realiza a organização e o apoio a seminários, encontros e eventos abertos ao público, nos quais os trabalhos realizados pelo Ipea são apresentados, debatidos e criticados, o que proporciona melhor direcionamento do Programa, enriquecimento da qualidade dos resultados alcançados e maior percepção a respeito dos aperfeiçoamentos necessários na comunicação institucional.

O Ipea não realizou pesquisas de nível de satisfação de seus beneficiários em 2007. Atualmente, a percepção sobre a satisfação dos públicos-alvo é indireta. A manutenção das inúmeras parcerias e as demandas de participações em conselhos, comitês, comissões

e grupos de trabalho, sinalizam a satisfação do público-alvo governo. Por fim, a procura crescente pela sociedade dos serviços oferecidos pelo Ipea atesta a boa avaliação desse público-alvo quanto à qualidade dos serviços. Um mecanismo adicional de percepção da avaliação da qualidade dos trabalhos pelos públicos-alvo é o recebimento de premiações e a repercussão na mídia. Vale ressaltar que o Ipea vem estudando mecanismos para melhor avaliar a satisfação desses beneficiários.

O Ipea promoveu aperfeiçoamentos no Programa, para o período de 2008 a 2011, de modo a corrigir distorções até então verificadas nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação. Nesse sentido, buscou-se, inicialmente, o redesenho do Programa, no que tange às suas ações, com vistas a uma maior adesão à estrutura organizacional do Ipea e, sobretudo, ao conjunto de atividades realizadas no âmbito da instituição. Outro objetivo não menos importante foi agregar valor aos processos de planejamento e monitoramento das ações. Como resultado, algumas ações de mesma natureza foram agregadas e outras tiveram o seu escopo revisto. Houve, ainda, ajustes na estrutura de coordenação das ações de modo a facilitar o gerenciamento e interlocução interna. Outro ponto a destacar foi a revisão dos indicadores de efetividade do Programa, mais especificamente, o indicador relacionado ao atendimento à sociedade brasileira, que passa a considerar a taxa de variação dos acessos aos sítios do Ipea na Internet. Quanto aos aspectos de otimização dos processos internos, tem sido buscada maior sinergia entre as áreas de Planejamento e de Orçamento e Finanças, na instituição, de modo a reduzir as distorções entre planejamento e execução.

RECENSEAMENTOS GERAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Pereira Nunes

OBJETIVO

Fornecer informações demográficas, sociais e econômicas, com vistas ao conhecimento da realidade do País.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 433.421.224,00	Empenho Liquidado:	R$ 408.353.264,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 408.353.264,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas. O Programa contribui para o alcance de todos os Megaobjetivos das Orientações Estratégicas do Governo, em especial, em seus Desafios 8, 22 e 24 e encontra-se alinhado aos Objetivos Setoriais 2, 3 e 4 da Definição Estratégica 3, definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com ênfase no Objetivo 3, relativo ao conhecimento da realidade demográfica e social do País no âmbito nacional, regional, estadual, municipal e de localidades, por meio de levantamento de dados censitários.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Levantamento de dados preliminares do Censo Agropecuário, mediante consulta a 5.200 mil estabelecimentos agropecuários.

• Levantamento das características da população brasileira, mediante consulta a 108.745 mil pessoas.

• Levantamento das características dos domicílios brasileiros, mediante a consulta a 30.800 mil domicílios.

• Levantamento do registro de endereços de 42.860 unidades (estabelecimentos agropecuários, domicílios, unidades de saúde e educação, etc.).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa Recenseamentos Gerais contemplou, em 2007, a realização conjunta de três grandes ações: o Censo Agropecuário, a Contagem da População e a Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios. Em dezembro de 2007, foram, amplamente, divulgados os dados preliminares do Censo Agropecuário, fornecendo um perfil da estrutura do setor agropecuário brasileiro, com dados relativos a números e área total dos estabelecimentos, utilização da terra, tratores existentes, pessoal ocupado, efetivos da pecuária e produção animal. Resultados sobre as características da população e dos domicílios foram também divulgados em dezembro de 2007, e os totais populacionais apurados por Município compuseram, juntamente com as estimativas dos Municípios não-recenseados, os efetivos populacionais que são parte fundamental no cálculo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios. A construção do Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos, com coordenadas geográficas de todas as unidades levantadas nas áreas rurais, é um produto de vital importância para o aperfeiçoamento das pesquisas e futuros censos, além de ser do interesse de outros programas governamentais.

As pesquisas abrangeram os 162.770 setores censitários dos 5.564 Municípios alvo do Censo Agropecuário e dos 5.435 Municípios alvo da Contagem da População, com operações de campo simultâneas e conjuntas denominadas Censos 2007, o que significou a execução das atividades previstas das principais ações do Programa.

Foi constituída a Comissão de Planejamento Geral dos Censos (CPO), composta pelos diretores e coordenadores dos Censos 2007 e presidida pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa comissão se reuniu com periodicidade variada segundo as necessidades, desde o período de planejamento até a fase de execução da coleta de dados. Competia à CPO traçar diretrizes, aprovar projetos e planos de trabalho, acompanhar o andamento dos trabalhos e definir orientações gerais.

Para monitoramento da Coleta de Dados, foi adaptado o Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta (SIGC) usado no Censo 2000. Entretanto, dificuldades enfrentadas na extração de informações do banco de armazenamento dos dados não propiciaram alimentação do SIGC e, por conseguinte, a disponibilização de informações gerenciais nos tempos adequados. Para suprir tal deficiência, foi criado um sistema emergencial de acompanhamento da coleta que forneceu subsídios para o controle e a adoção de ações corretivas.

O monitoramento também se deu por meio de registros mensais das informações de acompanhamentos físico e financeiro das atividades e dos projetos no Sistema de Informações Gerenciais e de Informação (SIGPlan). Outro mecanismo de monitoramento foi a elaboração de relatórios de acompanhamento das ações sob responsabilidade do IBGE, com base nas informações registradas no SIGPlan.

O Programa cumpriu com êxito o objetivo previsto para o exercício, priorizando as atividades relativas às operações dos censos 2007, dando ênfase à tecnologia da informação como uma de suas estratégias de atuação intimamente articulada com a modernização de processo de trabalho.

Os recursos foram suficientes, muito embora a realização do Censo Agropecuário e da Contagem da População só foi possível devido à decisão de se realizar uma operação integrada, pelo fato de que os recursos alocados à disposição do IBGE para as pesquisas, só permitiram essa alternativa. Realizá-las de forma separada representaria um custo maior, em cerca de 40%, o que resultaria num valor muito além do que o Governo Federal poderia disponibilizar.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. E, o Programa contou em 2007, com recursos oriundos do convênio IBGE/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no valor de R$ 10.000.000,00, para atendimento de questões específicas de interesse do conveniado, tendo este valor representando apenas 2,39% do orçamento total executado no exercício.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, e promove a participação social por meio de reuniões com grupos de interesse, que em 2007, foram constituídas Comissões Censitárias Municipais (CCM) em mais de 5.555 Municípios, representando uma instância de participação das comunidades municipais nas operações censitárias e um canal de comunicação entre o IBGE e os representantes da sociedade municipal organizada. Tais comissões puderam participar da etapa de preparo da operação, contribuindo para garantir condições adequadas para a realização da coleta de dados e também na verificação da qualidade da cobertura territorial.

As comissões permitiram ao IBGE o desenvolvimento de parcerias sólidas tendo em vista a convergência de objetivos a serem alcançados e, graças a elas, na maior parte dos locais, foi obtida infra-estrutura nos Municípios onde não se dispunha de agências para a realização dos trabalhos e o acompanhamento por parte da sociedade organizada.

O nível de satisfação dos usuários é mensurado por meio da análise dos resultados obtidos na Pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada com os usuários das bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o Brasil, objetivando, além de avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos conforme a percepção do cidadão-usuário, orientar também o gestor público quanto às melhorias prioritárias para o usuário do serviço prestado. A pesquisa

faz parte da avaliação da satisfação do cidadão, uma das linhas do Programa de Qualidade do Serviço Público, utiliza, para entrada de dados e análise dos resultados, o aplicativo Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS), versão 1.0, distribuído pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A satisfação dos usuários é também medida pelo uso que os diversos segmentos da sociedade fazem dos resultados das pesquisas, cuja ampla e intensa exploração dos resultados divulgados por parte da imprensa e dos principais usuários indicam um alto nível de satisfação com o Programa. Os resultados das oito pesquisas de satisfação dos usuários mostram taxas crescentes, numa linha histórica desde 2003, confirmando o elevado grau e satisfação dos usuários com o IBGE, no patamar de 116,54%, evidenciando a qualidade dos serviços prestados.

O IBGE realiza um acompanhamento trimestral com base nos dados extraídos do SIGPlan, cuja finalidade é monitorar as atividades desenvolvidas pelos programas e ações e analisar sua evolução, de modo que se possa corrigir desvios e melhorar as práticas de gestão.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Democratização das Relações de Trabalho

Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda

Economia Solidária em Desenvolvimento

Erradicação do Trabalho Escravo

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Microcrédito Produtivo Orientado

Primeiro Emprego

Qualificação Social e Profissional

Rede de Proteção ao Trabalho

Segurança e Saúde no Trabalho

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram utilizados **R$ 43.295.231.642,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 36.323.164.763,00	Realizado orçamentário:	R$ 30.823.892.208,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 14.405.881.457,00	Realizado não-orçamentário:	R$ 12.471.339.435,00
Total previsto:	**R$ 50.729.046.220,00**	**Total realizado:**	**R$ 43.295.231.643,00**

Além disso, do total de **R$ 751.000.014,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 616.690.726,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MTE, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1132 Democratização das Relações de Trabalho	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%
	0103 Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,002%
	1133 Economia Solidária em Desenvolvimento	0,37%	0,42%	0,20%	0,29%	0,31%
	0107 Erradicação do Trabalho Escravo	0,05%	0,05%	0,06%	0,06%	0,06%
	0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	96,32%	96,18%	97,17%	97,39%	96,88%
	1387 Microcrédito Produtivo Orientado	0,00%	0,00%	0,001%	0,006%	0,002%
	1329 Primeiro Emprego	0,52%	0,85%	0,60%	0,55%	0,62%
	0101 Qualificação Social e Profissional	0,81%	0,75%	0,55%	0,47%	0,61%
	0102 Rede de Proteção ao Trabalho	0,18%	0,18%	0,13%	0,11%	0,14%
	1184 Segurança e Saúde no Trabalho	0,36%	0,32%	0,28%	0,24%	0,29%
Finalístico Soma		**98,63%**	**98,75%**	**99,01%**	**99,13%**	**98,92%**
Gestão de Políticas Públicas	0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda	1,37%	1,25%	0,99%	0,87%	1,08%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, os principais resultados alcançados pelo MTE em relação à sua política setorial foram:

a) estímulo à geração de emprego e renda: foram contratadas, no âmbito do Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, cerca de 1,9 milhão de operações de crédito (cerca de 18% menor que em 2006), com investimentos da ordem de R$ 12,5 bilhões. Cumpre salientar que a queda no volume de operações se explica devido à grande redução da disponibilidade de recursos excedentes à reserva mínima de liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é a fonte de recursos para

o Programa. Essa redução pode ser explicada por diversos fatores, inclusive a incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as receitas do FAT. Entre as linhas de crédito com recursos do FAT merece destaque o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) Urbano, cujo público-alvo é composto, principalmente, por micro e pequenos empreendimentos urbanos. Em 2007, foram realizadas 1,8 milhão de operações de financiamento a esses empreendimentos, com a aplicação em créditos de R$ 6,7 bilhões. Dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), foram aplicados, em 2007, cerca de R$ 10 bilhões em habitação, saneamento e infra-estrutura, incluindo o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), e beneficiando mais de 19,8 milhões de pessoas, além da destinação de R$ 1,79 bilhão para subsídios na área de habitação popular (famílias com renda mensal bruta de até R$ 1.875,00). No ano passado, o Conselho Curador do FGTS aprovou o orçamento mais expressivo de sua história, com execução em 2008, previu recursos da ordem de R$ 14,740 bilhões, sendo R$ 11,140 bilhões destinados para habitação, R$ 3,150 bilhões para saneamento e R$ 450 milhões para infra-estrutura. Esses valores representam incremento de 28,76% e 16,67%, em relação aos valores constantes do orçamento de 2007. Foi aprovada, também, medida que beneficiará seus cotistas, permitindo o financiamento de até R$ 245 mil em imóveis com valor de avaliação até R$ 350 mil. Outro fato relevante foi a criação, por meio da Medida Provisória nº 349, de 22 de janeiro de 2007, convertida na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), no âmbito do Programa Aceleração do Crescimento (PAC), precedido de amplo debate no Conselho Curador do FGTS e na sociedade brasileira. O FI-FGTS destina-se a prover recursos para investimentos nos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, no valor de até 80% do patrimônio líquido do FGTS (registrado em 31 de dezembro de 2006);

b) recuperação do mercado de trabalho formal: em 2006[1], segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foram criados 1.916.632 empregos formais (assalariados com carteira de trabalho assinada e estatutários), resultado recorde em termos absolutos dessa série histórica, iniciada em 1985. Tal comportamento foi oriundo do desempenho favorável observado em todos os setores de atividade econômica. Esse resultado soma-se aos alcançados nos três anos anteriores para marcar o quadriênio 2003-2006 com um crescimento sem precedentes no nível de emprego formal. No ano de 2007, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram gerados cerca de 1,6 milhão de empregos celetistas, resultando no crescimento na ordem de 5,85%, resultado recorde de geração de empregos formais. Todos os setores econômicos apresentaram elevação no emprego, destacando-se, em números absolutos, os Serviços, com a criação de 587.103 postos de trabalho, o Comércio, com a geração de 405.091 empregos, e a Indústria de Transformação, com o acréscimo de 394.584 empregos. Em termos relativos, o destaque fica por conta

[1] Os dados da RAIS 2007 serão divulgados apenas no final de 2008.

da Construção Civil, com criação de 176.755 postos, e da Agropecuária que continuou apresentando trajetória de recuperação verificada a partir de 2006;

c) aumentos reais do salário mínimo: desde o período 2003-2006, mantém-se a política de promover reajustes reais para o salário mínimo de forma a garantir a recomposição de seu poder de compra. Ao passar de R$ 200,00 para R$ 415,00 entre 2003 e 2007, o salário mínimo cresceu muito acima da variação de preços, resultando em clara elevação de seu poder de compra. De fato, o aumento do poder de compra do salário mínimo pode ser comparado com a cesta básica calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese). Em maio de 2007, o valor real do salário mínimo permitia adquirir 2,8 cestas básicas, ampliação substancial do poder de compra de março de 2003, quando propiciava a compra de 1,4. O aumento real do salário mínimo é um dos fatores determinantes da melhoria do perfil da distribuição da renda ocorrida no Brasil nos últimos anos. A continuidade desse processo, de forma pactuada com os vários atores interessados no tema, é um requisito fundamental para a consolidação do desenvolvimento sustentável com aceleração do crescimento e redução da desigualdade social. Nesse sentido, é importante destacar o acordo entre o Governo Federal e as centrais sindicais, que estabeleceu as bases para uma política de valorização do salário mínimo para o período de 2007 a 2023 com revisões quadrianuais, por ocasião da elaboração dos Planos Plurianuais. Adicionalmente, foi acordado que, entre 2008 e 2011, os reajustes serão definidos pela reposição da inflação mais a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, respectivamente, com antecipação gradual da data base para janeiro de 2010, conforme disposto em projeto de lei que se encontra em tramitação no Congresso Nacional;

d) garantia dos direitos do trabalhador: o desenvolvimento com inclusão social requer forte compromisso com os direitos do cidadão. Na área do trabalho, o contínuo fortalecimento da capacidade de fiscalização e garantia dos direitos dos trabalhadores é parte dessa agenda. A ampliação do quadro de Auditores Fiscais do Trabalho e o aprimoramento dos mecanismos de planejamento, e respectiva execução, resultaram em grandes avanços das ações de fiscalização realizadas pelo Governo, por intermédio do MTE. De janeiro a dezembro de 2007, foram fiscalizados 357.788 empresas ou locais de trabalho, com a regularização da contratação de 746.245 trabalhadores por meio da ação fiscal. Somados aos resultados alcançados no período 2003-2007, foram fiscalizadas 1.678.050 empresas e registrados, sob ação fiscal, 2.865.780 trabalhadores. Antes da ação da inspeção do trabalho, esses trabalhadores não tinham seus direitos laborais assegurados e passaram, com a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a usufruir de férias remuneradas, 13º salário, entre outros direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na área de saúde e segurança do trabalho foram realizadas no ano de 2007, 157.376 inspeções, direcionadas aos setores econômicos que apresentam

mais riscos à integridade e à vida dos trabalhadores, o que permitiu a correção de 849.797 situações de descumprimento da legislação específica. Foram detectadas 3.871 situações de risco grave e iminente à vida do trabalhador, que levaram à imposição de embargos e interdições, até que as condições de trabalho fossem regularizadas. O Programa de Alimentação do Trabalhador alcançou, em 2007, a marca de 10 milhões de trabalhadores beneficiados e de 116 mil empregadores inscritos. Com o objetivo de melhorar a qualidade da alimentação consumida pelos trabalhadores beneficiados, o Governo, por intermédio do MTE, revisou os parâmetros nutricionais mínimos exigidos pela regulamentação do Programa. Encontra-se em andamento discussão sobre a certificação, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), das cestas de alimentos fornecidas no âmbito do Programa. A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, teve como resultado, em 2007, de janeiro a dezembro, o afastamento de 7.812 crianças do trabalho. Ainda em relação à fiscalização do trabalho de adolescentes, foi intensificada a fiscalização indireta, que consiste na notificação prévia às empresas para que comprovem o cumprimento da lei em relação ao preenchimento das cotas de aprendizagem. Essa é uma atividade complementar às ações fiscais realizadas *in loco*. Com relação à erradicação do trabalho escravo, foram realizadas em 2007, 114 operações conjuntas do MTE, Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho (MPT), que fiscalizaram 203 fazendas e libertaram 5.963 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão. O Cadastro de Infratores, que reúne o nome de empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, recebeu, em dezembro de 2007, a oitava atualização, passando a conter 189 nomes de pessoas físicas e jurídicas;

e) democratização das relações de trabalho: em 2007, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) priorizou mudanças pontuais na legislação sindical e na trabalhista, por meio de ajustes na legislação. O FNT teve atuação destacada para um importante resultado em 2007 no campo da reforma sindical, consolidou o acordo para o reconhecimento das centrais sindicais, com previsão, inclusive, de sua sustentação financeira, de modo que o movimento sindical conte com uma instância de organização horizontal e representativa para todos os trabalhadores no País, independentemente de sua categoria profissional. Outro avanço obtido em 2007 foi a regulamentação do trabalho no comércio aos domingos, que garantiu mais dias de descanso ao trabalhador desse setor e assegurou que suas condições de trabalho devem ser previstas em convenção coletiva. Esse dispositivo foi regulamentado pela Medida Provisória nº 387, de 31 de agosto de 2007, posteriormente convertida na Lei nº 11.603, de 5 de dezembro de 2007. Cerca de 8 milhões de trabalhadores comerciários já estão sendo beneficiados pela nova regra. Ainda em 2007, como parte do desenvolvimento do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), foi lançado, em âmbito nacional, o Sistema Mediador. Esse Sistema viabilizará uma base de dados com todas as convenções e acordos coletivos celebrados no País, permitindo consultas, via Internet, pela sociedade em geral. Foi iniciado, também, o desenvolvimento do Homologne t,

um módulo do SIRT de controle e monitoramento de todas as rescisões de contrato de trabalho efetuadas no Território Nacional, além de dar assistência aos trabalhadores e empresas na homologação de rescisões;

f) políticas de emprego, trabalho e renda: o Brasil conta com um conjunto amplo de políticas na área do trabalho, construídas de forma participativa, na maioria das vezes por meio de instâncias e conselhos tripartites, e implementadas em parceria com outras instâncias governamentais e organizações da sociedade. Considerando a qualificação social e profissional, o Programa qualificou 117.498 trabalhadores e encaminhou 88,5% dos educandos pós-qualificação ao mundo do trabalho. Ainda, menciona-se a cobertura de aproximadamente 64,4% de pessoas, pela qualificação, oriundas de outros programas governamentais voltados para a geração de emprego, trabalho, renda e inclusão social. Destaca-se, no âmbito dos Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs), os setores de agricultura familiar, turismo social e ecológico, economia solidária, indústria naval, *software*, pólo turístico industrial, reforma agrária, serviços industriais, plásticos, hidroelétrica, biodiesel e máquinas agrícolas. Em termos de intermediação da mão-de-obra, foram colocados 980.832 trabalhadores no mercado de trabalho por meio do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR). No acumulado de 2003 a novembro de 2007, foram colocados no mercado de trabalho 4,4 milhões de trabalhadores. A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra deve-se a mudanças implementadas pelo Governo na execução das parceiras com Estados e Municípios, que permitiram resultados mais expressivos mesmo com menor disponibilidade de recursos;

g) habilitação e pagamento do seguro desemprego: ações de proteção ao trabalhador que vêm sendo aprimoradas. Estas ações compõem a assistência financeira temporária concedida ao trabalhador desempregado sem justa causa do mercado de trabalho formal, beneficiando ainda os pescadores artesanais que têm sua atividade produtiva interrompida parcial ou totalmente. O seguro desemprego beneficiou, até dezembro de 2007, 5,45 milhões de trabalhadores formais, além de 243.035 pescadores artesanais em período de defeso. Destaque-se ainda que 3.835 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão, em decorrência de ação de fiscalização, receberam seguro desemprego em 2007. O abono salarial é outro benefício importante pago com recursos do FAT. Podem receber esse benefício todos os trabalhadores que contribuem para o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e cuja remuneração, no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos. Desde 2003, o número de benefícios pagos vem crescendo. No decorrer do ano de 2007 foram identificados 14,3 milhões de trabalhadores com direito ao benefício, dos quais 13,8 milhões de Abonos foram pagos. A taxa de cobertura do Abono Salarial (relação entre o número de trabalhadores que efetivamente receberam o benefício e aqueles identificados com direito) foi de 96,4%, sendo a maior desde a criação do benefício. Os recursos envolvidos somaram R$ 5,14 bilhões;

h) estímulo à economia solidária: segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que já mapeou mais de 50% dos Municípios brasileiros, verifica-se a existência, em 2007, de mais de 23.000 empreendimentos solidários atuantes no Brasil, distribuídos em 2.274 municipalidades e que envolvem mais de 2 milhões de pessoas. Para estimular esse conjunto de empreendimentos, várias ações vêm sendo implantadas. Em 2007, foi ampliada a rede de agentes de desenvolvimento local e economia solidária espalhados por todas as Unidades da Federação. Hoje, os 510 agentes de desenvolvimento solidário, que estão trabalhando em mais de 400 comunidades carentes, fornecem apoio e assessoria e articulam ações para a constituição de empreendimentos econômicos solidários. Atualmente, existem 723 empreendimentos acompanhados, que beneficiam mais de 46,5 mil trabalhadores diretamente e 280 mil pessoas indiretamente. Ao final de 2006, a expansão do número de agentes de desenvolvimento foi articulada com o Programa Bolsa Família, com o propósito de apoiar a geração de trabalho e renda para beneficiários desse Programa, bem como com ações de implantação da Agenda 21. Em 2007, foi realizada a formação de mais de 200 gestores públicos de economia solidária, que vêm desenvolvendo políticas públicas nesse tema em âmbito municipal e estadual. Além disso, na relação federativa com Estados e Municípios, foram inaugurados cinco novos Centros Públicos de Economia Solidária, potencializando as políticas e suas articulações e fazendo com que a população tenha um acesso mais próximo e constante à política pública de economia solidária. Cerca de 2.500 empreendimentos de economia solidária receberam apoio para aprimorar sua capacidade de geração de trabalho e renda, por meio da constituição de redes de produção entre eles. Nesse sentido, foram apoiadas as redes produtivas no setor têxtil, metalúrgico, artesanato, agricultura familiar, entre outros. Essas redes reúnem centenas de empreendimentos e milhares de trabalhadores, e possibilitam o fortalecimento econômico dos empreendimentos e a abertura de canais de comercialização aos mesmos. No sentido também da comercialização dos produtos e serviços produzidos pelos empreendimentos de economia solidária, foi desenvolvido o Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, o qual abrange todo o Território Nacional e envolve mais de 3.000 empreendimentos econômicos solidários. Os bons resultados dessa ação referendam o início da constituição de um Sistema Nacional de Comércio Justo Solidário, que beneficiará todos os empreendimentos econômicos solidários mapeados no Brasil. A recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão também recebeu forte estímulo. Em 2007, foram apoiados mais de uma centena de processos de recuperação de empresas autogestionárias, por meio de assessoria técnica, qualificação de trabalhadores, domínio dos mecanismos estabelecidos pela nova Lei de Falências para recuperação de empresas falidas e acompanhamento da atividade econômica por instituição especializada. Um dos grandes desafios enfrentados por todos esses empreendimentos é a necessidade de acesso ao crédito e financiamento. Foi criada, pelo BNDES, uma linha específica para o financiamento de empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão. Com R$ 200 milhões, essa linha deverá se constituir em um instrumento fundamental

para que postos de trabalho de empresas que entram em falência não sejam fechados, mas se tornem oportunidades de consolidar setores estratégicos da economia solidária no Brasil. Finalmente, cabe destacar o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc). Em 2007, foi mantido o apoio a 43 incubadoras universitárias de cooperativas populares que já atuavam no âmbito desse Programa, fornecendo assistência técnica e de gestão a grupos de produção e cooperativas e gerando mais de 14 mil postos de trabalho diretos. Esse Programa foi ampliado para 36 novas universidades, que estão criando incubadoras de cooperativas segundo os critérios do Proninc.

ASPECTOS RELEVANTES

Os resultados alcançados pela programação do MTE foram positivos, contudo, o Ministério ainda necessita de instrumentos eficazes para o seu monitoramento de forma tempestiva, refletido na dificuldade ou demora em averiguar os indicadores e, também, na correta mensuração das metas físicas estabelecidas, seja por inadequações temporais da medição ou por incapacidade operacional para a verificação dos resultados *in loco*. Em relação aos riscos associados à execução da programação, destacam-se:

a) a restrição orçamentária derivada dos contingenciamentos;

b) o fluxo de recursos financeiros inadequado à implementação eficiente das ações;

c) a restrição de pessoal necessário ao gerenciamento das ações, desde o planejamento até o monitoramento, tanto na Unidade Central quanto nas Superintendências Regionais;

d) a infra-estrutura tecnológica e física incompatíveis com as necessidades do trabalho.

Ressalta-se a preocupação em legitimar as ações do MTE mediante incentivo à participação social nas diversas instâncias institucionalizadas no decorrer do PPA:

a) Fórum Nacional do Trabalho: espaço público de negociação tripartite, por meio do qual foram feitos avanços significativos na relação trabalhador-empregador, como a regulamentação do trabalho aos domingos;

b) Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), implantado em 2006;

c) Conselho Curador do FGTS;

d) Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) órgão tripartite que contribuiu para a definição das diretrizes e da prioridade de aplicações de recursos do FAT e também para a identificação de melhorias necessárias ao Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego e Renda;

e) Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), formado pelo Governo Federal, entidades da sociedade civil, de centros de defesa dos direitos humanos e de sindicatos;

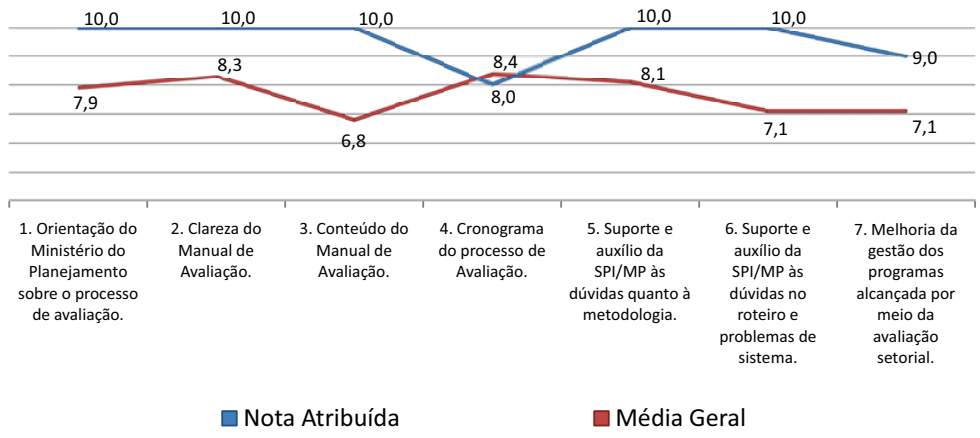
f) Programa Primeiro Emprego (PNPE), foram realizadas audiências públicas no âmbito do Consórcio Social da Juventude e do Conselho Consultivo do PNPE para aprimoramento do Programa;

g) Comissões de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), no âmbito da segurança e saúde no trabalho (SST) opinam sobre o diagnóstico, planejamento e monitoramento das ações, regionalmente. Já a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) participa de todo o processo de regulamentação em SST.

Em termos de territorialização do gasto, não existiu uma estratégia definida para a sua regionalização. Os Programas atenderam a determinados territórios, todavia, mediante demandas pontuais. Sobre a estrutura organizacional, os problemas identificados na avaliação do ano passado permaneceram, tendo em vista que diferentes propostas foram encaminhadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) com o objetivo de fazer adequações, contemplando novos cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) ou somente readequando-os internamente. Nesse âmbito, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) passaram a se chamar Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MTE mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MTE e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio de Medeiros Neto

OBJETIVO

Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, Governo e empregadores.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores, empresas e organizações sindicais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.709.961,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.005.510,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.005.510,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice de Instrumento Coletivo – Número-índice	-	-	-	-	144.00	-
2. Taxa de Adesão à Atualização Sindical - Porcentagem	-	-	-	-	80,00	-
3. Taxa de Eficácia das Mediações – Porcentagem	-	54.32	82.39	65.42	71.84	91,06%
4. Taxa de Resolução de Conflitos – Porcentagem	-	67.27	71.19	74.44	77.87	95,60%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE INSTRUMENTO COLETIVO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de mensurável, esse indicador não é mais utilizado, visto que sua ocorrência se dá de acordo com a demanda das partes interessadas, ou seja, fora da governabilidade do Ministério.

2. TAXA DE ADESÃO À ATUALIZAÇÃO SINDICAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de mensurável, esse indicador não é mais utilizado, visto que sua ocorrência se dá de acordo com a ação das entidades sindicais, ou seja, fora da governabilidade do Ministério.

3. TAXA DE EFICÁCIA DAS MEDIAÇÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 não pôde alcançar a projeção feita para o final do PPA e o decréscimo em relação ao ano passado se deve ao alto número de empregados abrangidos pelas mediações realizadas na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) de São Paulo em negociações na data-base que não lograram êxito e prosseguiram para o dissídio coletivo. Individualmente, no entanto, os demais Estados obtiveram ótimas taxas de eficácia, porém, o resultado alcançado em São Paulo reduziu a média nacional.

4. TAXA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de o índice apurado em 2007 não ter alcançado a meta estabelecida para o final do PPA, esse índice teve um aumento gradativo e substancial desde 2003, demonstrando um aumento nas mediações com acordo, o que indica uma maior capacidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em promover acordos nas mediações que realiza.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O sistema brasileiro de relações de trabalho tem origem na década de 1930 e disciplina as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho por meio de extensa legislação trabalhista, sindical e de regulação do trabalho.
As mudanças legais, ocorridas ao longo de décadas, e os avanços nos direitos políticos e sociais ainda não conduziram à plena democratização das relações de trabalho no Brasil. A atuação do MTE deve ser a de promotor de um regime de liberdade e autonomia sindicais, fundada no estímulo à composição direta dos conflitos de trabalho, compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com as características atuais do mercado e das relações de trabalho.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Fórum Nacional do Trabalho (FNT) - Governo, empregadores e trabalhadores firmaram um acordo acerca de um novo marco legal para regulamentar o trabalho no comércio aos domingos que, depois de tramitar no Congresso Nacional, foi incorporado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei nº 11.603, de 5 de dezembro de 2007. A

mudança na atual legislação que disciplina a terceirização de mão-de-obra foi outra questão central discutida no FNT em 2007. O objetivo norteador desse debate é a inclusão da responsabilidade solidária aos tomadores de serviço, assegurando uma maior proteção aos trabalhadores terceirizados. Quanto ao projeto de reconhecimento das Centrais Sindicais Brasileiras (Projeto de Lei nº 1.990/07), este foi enviado ao Congresso Nacional, em regime de urgência, desde o dia 5 de setembro. Na oportunidade do acordo, foi firmado, por meio de um Termo de Compromisso, que seria constituído um Grupo de Trabalho (GT) temático acerca da sustentação financeira das entidades sindicais no Brasil. Esse GT já foi criado e instituído por meio da Portaria Ministerial nº 546, de 07 de novembro.

• Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT) - foram implantados projetos-pilotos do Sistema Mediador em cinco Estados: Amazonas, Ceará, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Em maio, foram realizados treinamentos com as demais Unidades da Federação para a implantação nacional da Versão 1.3 do mediador, que ocorreu em agosto de 2007. Em relação ao novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), foi dada continuidade ao desenvolvimento de novas funcionalidades a fim de integrá-lo com o CNES antigo. Outras funcionalidades foram implantadas no CNES novo, como a implementação do sistema de cálculo dos valores a serem pagos pelas entidades sindicais e a criação do Módulo de Depuração.

• Mediação - o total de mediações atingidas no ano foi de 10.647, representando uma eficiência de 74,44% na resolução dos conflitos. Vale ressaltar que o número informado refere-se apenas às mediações coletivas realizadas, cujo controle é priorizado pela Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) devido ao âmbito coletivo do Programa Democratização das Relações do Trabalho. Ao número de mediações individuais deve-se acrescer o total de mediações individuais realizadas em 2007, que foi de 18.221, conforme notificações das SRTEs nos Estados. No que tange à eficácia, do total de trabalhadores envolvidos, 65,42% foram beneficiados pelas mediações que resultaram em acordo realizado pelo MTE – em 2006, esta relação representou 82,39%, e a queda deve-se à justificativa citada na análise do indicador.

• Capacitação - as ações de capacitação privilegiaram o uso do Sistema Mediador. Contando com os vários treinamentos e apresentações do Sistema ao longo do ano, foram capacitados servidores, de forma descentralizada, 912 técnicos quanto ao uso do Sistema Mediador, em atividades de capacitação que tratavam ainda dos temas relativos à homologação da rescisão do contrato de trabalho, atualização em legislação trabalhista, ao registro de instrumentos coletivos e Sistema CNES. As SRTEs realizaram em seus Estados ampla divulgação do Sistema Mediador, voltada às entidades sindicais, alcançando um público externo de 3.536 pessoas. Somando-se às atividades realizadas, de forma direta e descentralizadas, obteve-se a capacitação de 1.340 técnicos. Os eventos que divulgaram o Sistema Mediador alcançaram um público externo superior a 4.500 pessoas, abrangendo principalmente sindicalistas, além de membros do Judiciário e do Ministério Público da União (MPU), empresas, contadores e profissionais de recursos humanos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa foi criado com o intuito de propiciar a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, adequando-o às especificidades atuais do mundo do trabalho. Neste sentido, abrange uma ação-âncora, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo. Abrange ainda ações voltadas para a mediação de conflitos coletivos, implantação do Sistema Integrado em Relações do Trabalho (SIRT), e também capacitação de técnicos especializados em relações do trabalho.

Apenas duas ações não atingiram a meta estipulada. Neste ano, foram realizadas 10.647 mediações coletivas em todo o País. Embora a meta estipulada para o ano seja superior a 19.000, nela são incluídas as mediações coletivas e as individuais. Porém, desde 2005 não são computadas as mediações individuais. Ainda assim, algumas SRTEs informam os números das mediações individuais, que juntamente com as coletivas, superaram a marca de 28.000. Sabe-se, no entanto, que este número é maior. Todavia, nem todas as SRTEs monitoram os dados. Quanto à capacitação, embora a meta estivesse estipulada em número superior a 2.000, obteve-se 1.340 técnicos capacitados, inferior, inclusive, ao atingido no ano de 2006, em que foram capacitadas 1.891 pessoas. Tal fato ocorreu em função do contingenciamento de recursos nas rubricas diárias e passagens, o que prejudicou, sobremaneira, essa ação. Em contrapartida, houve excelente aproveitamento dos recursos recebidos pelas unidades do Ministério nos Estados, visto que os eventos que divulgaram o Sistema Mediador alcançaram um público externo superior a 4.500 pessoas.

Existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões de trabalho, nas quais as ações integrantes do Programa são monitoradas por todos os coordenadores da SRT em reuniões semanais ou, no máximo, quinzenais;

b) utilização do SIRT, que se constitui em uma ação do Programa, e que contempla vários módulos que são passíveis de mensuração qualitativa e quantitativa;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), o qual se constitui em ferramenta de acompanhamento mensal de todas as ações do Programa.

As ações de capacitação e de mediação são expressas em metas físicas quantitativas, enquanto a do SIRT e a do FNT são expressas em avaliações qualitativas que, não menos importante, são úteis para o acompanhamento e monitoramento do próprio Programa. Além dos mecanismos citados, há o Relatório de Gestão, elaborado anualmente para a Controladoria-Geral da União (CGU).

Apesar de não haver sido utilizada toda a dotação orçamentária de determinadas ações, o limite para a aquisição de bens permanentes foi insuficiente devido à necessidade de

se equipar as superintendências e as agências com a implantação dos módulos do SIRT. Também, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. De fato, a prática de se liberar os recursos somente nos meses próximos ao final do ano impediu o uso total dos recursos de todas as ações do Programa, o que prejudica o cumprimento das metas físicas, podendo acarretar uma utilização qualitativamente inadequada desses recursos. Exemplo disso foi o que ocorreu com a descentralização para as superintendências nos Estados, somente liberada em setembro, impedindo que muitas delas não tivessem tempo hábil para realizar os processos licitatórios. Isso resultou no fato de que grande parte dos recursos destinados aos Estados voltasse para a SRT no final do ano sem que fosse possível remanejá-los.

Destaca-se que os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados insuficientes e inadequados nas equipes executoras, pois, com a implantação do SIRT e de seus subsistemas, fez-se necessária a aquisição de equipamentos nas superintendências dos Estados para poder dar suporte ao novo Programa, tornando necessária uma readequação dos próprios ambientes de trabalho.

Cita-se a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. Faz-se necessário uma ampliação da equipe de suporte aos coordenadores das ações do Programa, bem como sua adequada qualificação no uso das ferramentas de gestão. O problema se repete nas equipes executoras, já que a alta rotatividade de funcionários prejudica o andamento das atividades, fazendo-se necessário uma política permanente de qualificação e valorização dos técnicos e colaboradores da SRT.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destaca-se a parceria com a Embaixada Britânica, a qual contribuiu, sobremaneira, para o fortalecimento do processo de democratização das relações de trabalho no Brasil, em especial, nos seminários realizados com o intento de intercambiar experiências na área de mediação e negociação coletiva.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante a Ouvidoria, a qual atende a demandas específicas das entidades sindicais sobre os procedimentos de registro sindical e interlocução com grupos de interesse, tanto do lado dos trabalhadores quanto dos empregadores essa interlocução ocorre, mais intensamente, nas ações do FNT e do SIRT. A participação social respaldou e legitimou os projetos encaminhados ao Congresso Nacional, bem como as outras ações do Programa, as quais dependem naturalmente da forte participação dos interessados diretos para o seu sucesso.

Ainda, as principais demandas do Programa são definidas pelos próprios atores sociais, destinatários finais das ações, o que permite consolidar, em grande medida, suas expectativas quanto às ações. Com efeito, a institucionalização do diálogo social como uma prática na formulação e implementação de políticas públicas é a maior contribuição deste Programa para a Administração Pública Federal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que os indicadores Número-Índice de Instrumento Coletivo e Taxa de Adesão à Atualização Sindical foram propostos pelo MTE na revisão do PPA em 2006 para vigorar a partir de 2007. Todavia, o MTE informou no processo de avaliação (exercício 2008) que os indicadores são inadequados, visto que sua ocorrência não está no âmbito do Ministério. Ressalta-se ainda que não houve solicitação de exclusão desses indicadores no processo de elaboração do PPA 2008-2011, o que deverá ocorrer na próxima oportunidade de revisão do Plano.

A priorização de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, desejado pelo MTE, do ponto de vista orçamentário, deve ocorrer quando da alocação dos recursos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MTE, após a divulgação dos limites orçamentários pelo MP, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

DESENVOLVIMENTO CENTRADO NA GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Sérgio Alves Vidigal

OBJETIVO

Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda.

PÚBLICO-ALVO

Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.018.488,00	Empenho Liquidado:	R$ 974.753,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 974.753,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 14.405.881.457,00	R$ 12.471.339.435,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Geração de Postos de Trabalho Formais – Unidade	-	-	-	-	19965.00	-
2. Número-Índice de Quantidade de Beneficiários das Operações de Crédito - Índice numérico	-	-	-	-	106.00	-

1. GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador não pôde ser apurado, porém está em desenvolvimento e encontra-se em fase de implantação um módulo no Sistema de Acompanhamento de Execução do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger/SAEP Web) que permitirá medir o impacto do financiamento na geração de postos de trabalho formais. Essa aferição se dará mediante o cruzamento do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) registrado no SAEP Web com a variação do estoque de empregados apurada no Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (CAGED). Espera-se concluir esse módulo do Sistema em 2008. Atualmente, a mensuração desse indicador só seria possível a partir da informação declaratória do empresário, na obtenção do crédito, relacionada à quantidade de empregos que planeja gerar, o que geraria imprecisão de dados colhidos.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não foi possível apurar o índice Quantidade de Beneficiários das Operações de Crédito. Esse indicador será disponibilizado pelo SAEP Web em módulo específico, da mesma forma que o indicador Geração de Postos de Trabalho Formais. Assim, como mencionado anteriormente, esse módulo encontra-se em fase de implantação, razão pela qual a apuração do indicador não pôde ser realizada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do País. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso a crédito produtivo para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas, profissionais liberais, microempreendedores e empreendedores populares de baixa renda. Destacam-se entre os objetivos do Programa, além do apoio a micro e pequenos negócios, o desenvolvimento da infra-estrutura nacional, o estímulo às exportações e aos setores prioritários para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram contratadas, no âmbito do Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, cerca de 1,9 milhão de operações de crédito (aproximadamente 18% menor que em 2006), com investimentos da ordem de R$ 12,5 bilhões. Cumpre salientar que a queda no volume de operações se explica devido à grande redução da disponibilidade de recursos excedentes à reserva mínima de liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que são a fonte de recursos para o Programa em tela. Essa redução pode ser explicada por diversos fatores, inclusive a incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as receitas do FAT. Houve, também, priorização das linhas relacionadas à agricultura familiar e ao financiamento de micro e pequenas empresas, bem como dos Programas FAT Fomentar e FAT Infra-Estrutura, tendo em vista os objetivos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e seu alinhamento com o Plano Anual de Depósitos Especiais. Cita-se, também, a criação da linha de crédito especial FAT Turismo Sênior, com o objetivo de financiar a aquisição de pacotes turísticos nacionais por aposentados e pensionistas no âmbito do Programa Viaja Mais Brasil Melhor Idade, do Ministério do Turismo (MTur).

• O Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda é constituído por ações formadas por linhas de crédito do Proger voltadas para o financiamento de iniciativas empreendedoras, indutoras de emprego e renda, com respeito às especificidades sócio-econômicas do território beneficiado. As linhas de crédito enfatizam o apoio a setores intensivos em mão-de-obra, de infra-estrutura, prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento e grandes geradores de emprego, como micro e pequenas empresas. O Programa opera com recursos originários da reserva mínima de liquidez do FAT, aplicados na forma de depósitos especiais nas instituições financeiras oficiais federais.

• Avalia-se positivamente o resultado do Programa, apesar do menor número e menor volume de recursos em contratações. Em termos de cumprimento das metas físicas, a concessão de crédito com recursos do FAT implica algumas dificuldades que impossibilitam, *a priori*, a definição de metas e, conseqüentemente, distorções em seu cumprimento. Como exemplo de tais dificuldades, pode-se citar:

a) a conjuntura macroeconômica, que determina a demanda, por parte dos agentes econômicos, por crédito produtivo;

b) o fato de o risco de inadimplência ser de responsabilidade dos agentes financeiros que operacionalizam os programas, de modo que qualquer meta a ser definida estará comprometida pela propensão dos agentes em atenderem possíveis beneficiários cujo risco de inadimplência seja considerado inadequado;

c) a alocação dos Depósitos Especiais é definida no âmbito de Conselho Deliberativa do FAT (CODEFAT), que é um órgão tripartite e paritário, de modo que a decisão sobre quanto alocar em linhas de crédito do FAT não cabe unicamente ao MTE.

Assim, as metas do PPA foram estimativas de contratação, com base em desempenho pregresso. Além disso, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), equalizado pelo Tesouro Nacional, absorve parte expressiva do público-alvo do Proger Rural e das cooperativas e associações de produção. Cabe destacar que embora parte dos recursos do Pronaf seja oriunda do FAT, ele não está contemplado em nenhuma ação do Programa, sendo sua administração de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Está em andamento avaliação externa pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP), que tem por finalidade desenvolver uma metodologia de aferição dos resultados das várias linhas que compõem o Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, custeados com recursos dos depósitos especiais do FAT. Os objetivos principais da avaliação externa são:

a) caracterizar os beneficiários dos programas (empreendedores e empregados), descrevendo seus perfis sócio-econômicos;

b) conhecer e avaliar o impacto dos programas no tocante à geração e/ou manutenção de empregos, geração de renda, condições de vida dos beneficiários e sustentabilidade dos empreendimentos financiados;

c) verificar a eficiência das instituições/atores envolvidos na operacionalização dos programas;

d) recomendar aperfeiçoamentos que se fizerem necessários visando aumentar a efetividade dos programas;

e) suprir a necessidade de desenvolvimento de metodologia de avaliação nacional dos programas.

Existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões de trabalho;

b) visitas *in loco* - realizadas pela equipe responsável do Ministério, com a finalidade de acompanhar, por amostragem, os empreendimentos financiados pelo Programa, levantar as principais características e perspectivas dos empreendedores atendidos, inclusive as dificuldades de acesso ao crédito, conhecer quais os resultados alcançados pelo Programa nos empreendedores beneficiados, bem como verificar a adequação das normas e dos critérios de operacionalização dos programas, a eficiência das instituições financeiras e demais atores envolvidos e a existência de práticas irregulares por parte dos operadores do programa[2];

c) SAEP - por meio deste sistema é possível contabilizar número de operações contratadas, determinando assim o desempenho físico do Programa;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e Relatório de Gestão da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, solicitado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), utilizado também como uma ferramenta de gestão.

Embora os recursos finalísticos do Programa sejam não-orçamentários, foram utilizados recursos orçamentários para firmar convênio de avaliação externa, conforme exposto acima. Tais recursos foram suficientes para repassar a primeira parcela do convênio, cujas segunda e terceira parcelas restantes deverão ser repassadas ao longo do ano de 2008. Entretanto,

[2] Foram realizadas visitas técnicas aos agentes financeiros responsáveis pelos financiamentos em 15 diferentes capitais do Brasil. Também foram realizadas, por amostragem, visitas aos beneficiários dos créditos. As visitas foram realizadas entre junho e dezembro de 2007. Cada técnico visitava primeiramente os agentes financeiros para, em seguida, realizar entrevistas com os tomadores de crédito. Com intenção de conferir proporcionalidade geográfica para as regiões a serem supervisionadas, foram visitadas as seguintes capitais: Manaus, Salvador, Fortaleza, Vitória, Goiânia, Belo Horizonte, Cuiabá, Belém, João Pessoa, Recife, Curitiba, Rio de Janeiro, Natal, Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo. Os resultados das supervisões *in loco* estarão consolidados no Relatório de Supervisão dos Programas de Geração de Emprego e Renda 2007.

os recursos não foram suficientes para cobrir integralmente os custos de manutenção e desenvolvimento de sistemas informatizados de acompanhamento e gerenciamento do Programa. Ainda, das sete ações do Programa, somente uma é orçamentária. Na elaboração do PPA 2008-2011 foi aperfeiçoado o Programa, de forma que contemplará todas as linhas de crédito do Proger.

Identifica-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial para a realização de supervisão *in loco*. Não há quantidade de recursos humanos suficientes para a execução de visitas em todas as contratações, tendo em vista o volume de operações, razão pela qual se utiliza o método por amostragem. Cabe destacar que os recursos humanos são insuficientes até mesmo para uma amostragem estatisticamente relevante quando comparada com o número total de contratações (mais de 1,5 milhão em 2007). Atualmente, as supervisões *in loco* são executadas apenas pela equipe gerencial do Programa, visto que não existe uma equipe executora (a execução do Programa é feita pelas instituições financeiras oficiais federais), de modo que o tamanho da amostra selecionada é extremamente reduzido se comparado com a quantidade total de operações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio de:

a) Ouvidoria do MTE, a qual repassa as demandas às coordenações responsáveis;

b) discussão no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), o qual é um órgão tripartite e paritário com representantes dos trabalhadores, do Governo e dos empresários, sendo este responsável pelas principais deliberações acerca dos programas;

c) recebimento de demandas por parte da população em geral mediante o e-mail institucional dessa coordenação.

A participação social contribui decisivamente para a definição de diretrizes nas aplicações de recursos do FAT, na escolha de setores prioritários passíveis de financiamento com fonte FAT, bem como na identificação de aspectos do Programa que necessitam de melhoria.

Quanto a boas práticas de gestão, cabe destacar o sistema de informação do Proger/SAEP Web. Tal sistema de informação garantirá maior efetividade e flexibilidade na gestão do Proger, provendo maior agilidade e confiabilidade de dados, bem como avanço significativo em termos de riqueza de informações disponíveis para o gerenciamento do Programa Desenvolvimento Centrado. Na nova sistemática de envio, os agentes financeiros enviarão os dados via *web* em um formato padronizado e, antes do processamento de dados pelo sistema, serão aplicadas diversas críticas sobre as informações prestadas, o que garantirá o mínimo de intervenção humana e grande confiabilidade das informações. Além disso, encontra-se em desenvolvimento e com avanços significativos, a implementação de Base de Gestão, instrumento que permitirá geração de relatórios gerenciais personalizados

às necessidades dos gestores e viabilizará a aferição de impacto do Proger em termos de geração de empregos direitos através de metodologia de avaliação dos programas e linhas de crédito, que engloba o cruzamento dos dados com outras bases do MTE, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o CAGED.

O MP enfatiza que o Programa nunca teve seu desempenho avaliado por meio dos indicadores propostos para o período 2004-2007. Diante desta inadequação, acertou-se com a equipe gerencial a definição de novo indicador para o PPA 2008-2011, qual seja: Número de Trabalhadores Diretamente Beneficiados pela Concessão de Crédito, baseado no estoque de empregados de pessoa jurídica tomadoras de crédito declarados na RAIS/CAGED, além das pessoas físicas que receberam crédito no ano. E ainda, o MP destaca que apesar da menção de insuficiência de recursos orçamentários, destaca-se execução de aproximadamente 49% da dotação constante da Lei Orçamentária Anual (LOA) para a única ação orçamentária do Programa - Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador - sendo os recursos liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA

Paul Israel Singer

OBJETIVO

Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 63.501.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 53.496.489,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 53.496.489,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária – Número-índice	-	-	104.00	105.00	105.00	100%
2. Número-Índice de Empreendimentos Cadastrados – Número-índice	-	-	104.85	767.00	110.00	697,27%

1. NÚMERO-ÍNDICE DA QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em termos concretos de efeito da política pública direta, o apoio aos produtores e produtoras organizadas pela autogestão correspondeu ao planejado pelo Programa. Por se tratar de política executada por instrumentos em processo de padronização, as metas previstas nos instrumentos vêm sendo cumpridas. Em termos de aferimento das metas, os instrumentos ainda são imprecisos, sendo feito apenas por meio da fiscalização das ações do Programa.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE EMPREENDIMENTOS CADASTRADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em função da ida a campo para atualização das informações do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), houve superação no índice previsto. A maior abrangência em termos territoriais surpreendeu às expectativas e o registro foi feito no sistema.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, tornaram frágeis o modelo tradicional de relação de trabalho capitalista. O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores(as) encontrarem alternativas de geração de renda. Assim, políticas de geração de renda, para a inclusão daqueles menos favorecidos na sociedade, para que exerçam a sua cidadania em sua plenitude, têm, obrigatoriamente, que considerar, em níveis iguais de importância, tanto o emprego quanto o trabalho em outras formas de relação que não a de empregado e patrão. Na Economia Solidária, encontram-se milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando por sua emancipação. São iniciativas de organizações não-governamentais, voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção–consumo–comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária (SIES): é um sistema constituído por informações sobre os empreendimentos econômicos solidários (EES) que permite sua articulação, além de oferecer subsídios para políticas públicas de promoção da economia solidária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) iniciou o mapeamento da Economia Solidária em 2005, com o cadastro de 14.954 EES, em 2.274 Municípios. Em 2007, foram cadastrados mais 6.905 EES, ampliando a abrangência do mapeamento para 2.934 Municípios, que correspondem a 52% dos Municípios brasileiros. Os dados revelam que nos 21.859 EES cadastrados, participam 1.687.496 trabalhadores e trabalhadoras cuja produção alcança o valor médio mensal de R$ 653 milhões de reais, ou seja, quase R$ 8 bilhões ao ano.

• Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária: esta ação visa contratar, formar e capacitar Agentes de Desenvolvimento Solidário voltados para o apoio e fomento a Empreendimentos de Economia Solidária em comunidades pobres,

propiciando seu desenvolvendo local e solidário. O Projeto é executado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), por meio de convênio celebrado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). No ano de 2007, foram repassados R$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), para dar continuidade ao trabalho dos 510 agentes de desenvolvimento solidário que atuam em 177 Municípios dos 27 Estados da Federação, tanto em área rurais (indígenas, quilombolas, agricultores familiares, etc) como nas periferias das cidades. Foram acompanhados pelo Projeto, em 2007, 636 empreendimentos de economia solidária. O público diretamente beneficiado pelo projeto abrange aproximadamente 42.000 trabalhadores autogestionários.

• Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares: a SENAES é a coordenadora desta iniciativa que reúne diversos Ministérios e instituições federais no sentido de apoiar universidades que desenvolvam projetos ou programas de Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs). As ITCPs são projetos que buscam realizar uma ponte entre as universidades e os empreendimentos econômicos solidários. Esta articulação realiza-se através do processo de incubação: processo de formação que percorre desde o surgimento da cooperativa até sua consolidação e busca, através da troca de conhecimentos entre trabalhadores/incubadora, fazer com que a cooperativa, no fim do processo, conquiste autonomia e possa garantir por si mesma tanto a democracia interna quanto sua existência mercantil. Em 2007, em conjunto com as instituições parceiras, foi realizada uma nova chamada de projetos para universidades que possuem ou pretendem criar incubadoras universitárias. Foram recebidos mais de 80 projetos que foram divididos em dois grupos: universidades que pretendem criar incubadoras de cooperativas e universidades que já possuem incubadoras e que buscam a sua ampliação. Realizou-se a avaliação e seleção dos projetos, onde 30 universidades que já possuem ITCPs receberam novos apoios para desenvolver suas atividades e 23 projetos de novas ITCPs foram selecionados. Para o apoio a estes projetos foram disponibilizados R$ 6.100.000,00 dos parceiros, sendo R$ 1.500.000,00 da SENAES/MTE. Ainda, há 10 incubadoras que, mesmo não tendo sido contempladas pela seleção, continuam com seus trabalhos de acompanhamento de grupos com recursos próprios. As ITCPs apóiam mais de 300 cooperativas e associações que beneficiam diretamente mais de 15.000 trabalhadores e trabalhadoras.

• Apoio à organização de Feiras de Economia Solidária: o Programa Nacional de Fomento às Feiras, que é um projeto que compõe o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, tem por objetivo apoiar e fortalecer a organização de feiras de economia solidária em todo País, promovendo espaços de comercialização e trocas comerciais e de conhecimento entre os empreendimentos econômicos solidários, além de propiciar a sua articulação em cadeias produtivas e redes de produção. Este projeto é executado em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e com o Instituto Marista de Solidariedade (IMS) e, no ano de 2007, contou com um orçamento de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quintos mil reais). Em 2007, o Programa apoiou 24 feiras estaduais, duas feiras internacionais e uma feira temática. Participaram destes eventos, diretamente, 6.130 empreendimentos, que representam cerca de 30% dos empreendimentos mapeados no Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária.

• PlanSeQ Economia Solidária: em 2007, as atividades de formação no âmbito do Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional culminaram na construção do PlanSeQ EcoSol, através da cooperação entre a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e a Secretaria Nacional de Economia Solidária. O grande desafio do PlanSeQ EcoSol é o de avançar nos referenciais pedagógicos e metodológicos. Para tanto, adotou-se a pedagogia da alternância no PlanSeQ Ecosol, que articula atividades presenciais e não-presenciais, sendo essas compreendidas como atividades práticas. A alternância visa conferir senso de realidade e viabilizar a execução dos cursos. Em 2007, das 181 turmas previstas, apenas 97 turmas foram executadas, com cerca de dois mil trabalhadores e trabalhadores beneficiados. Já foi aprovado novo prazo de execução das atividades até 30 de junho de 2008.

• Centros de Formação em Economia Solidária: a perspectiva dos centros é a de virem a constituir um elemento estruturante de uma política de Estado para a educação sócio-profissional em economia solidária, com o desafio de combinar a formação voltada para os princípios e valores da economia solidária com a educação mais técnica, com vistas à melhoria dos processos produtivos. As ações realizadas em 2007 pela SENAES/MTE permitiram a elaboração do edital e a realização de todos os procedimentos jurídico-administrativos para a seleção das instituições parceiras na implantação de cinco centros regionais e de um centro nacional de formação em economia solidária. A complexidade do processo de seleção e a necessidade de mantê-lo completamente transparente, equânime e participativo fez com que ele se prolongasse por um período de vários meses além do previsto, atrasando a instalação dos CFESs. O papel dos centros, nessa primeira fase de implantação, será o de produtores e difusores de conhecimentos em economia solidária, colocando-se de imediato a importante tarefa de sistematização das práticas formativas desenvolvidas no âmbito da economia solidária.

• Apoio a Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores em Autogestão. A ação tem por objetivo fornecer apoio técnico à recuperação, pelos trabalhadores, de empresas que enfrentam situação de crise jurídica e/ou financeira, esteja ela em fase inicial de discussão dos trabalhadores sobre a possibilidade de retomá-la, ou aquelas que já tenham reiniciado a produção, mas que ainda não se consolidaram economicamente. A ação se desenvolve por meio de parceria entre o MTE/SENAES, a FBB, a Universidade Solidária (Unisol) e Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag). Em 2007, o Projeto de Apoio a Empresas Recuperadas atuou disponibilizando formação para gestão, assessorias e consultorias específicas para as empresas recuperadas. Foram disponibilizados para este projeto R$ 559.000,00, beneficiando um total de 54 empresas recuperadas.

• Marco Jurídico da Economia Solidária: proposta de inclusão das cooperativas nos benefícios (exceto os tributários) oferecidos na lei do Super Simples. Isto significa que as cooperativas passam a ter maior possibilidade de acesso às compras públicas, acesso ao crédito, desburocratização de seus registros, entre outros benefícios. Também foi aprovado na Comissão de Trabalho da Câmera dos Deputados, depois de amplo debate com entidades ligadas ao setor e com forte participação da SENAES, relatório sobre o Projeto de Lei n° 7.009, de 19 de outubro de 2006, elaborado pelo MTE, que regula as cooperativas de trabalho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, conforme se observa a seguir:

a) em relação aos projetos, há reuniões entre representantes da SENAES e os executores/beneficiários das políticas. Em alguns deles estão implementados Comitês Gestores, como é o caso do SIES, que em cada Unidade Federativa possui uma Comissão Gestora Estadual;

b) também acompanham os projetos e ações os Comitês Temáticos do Conselho Nacional de Economia Solidária. Ainda, a partir das comissões ou comitês, são realizadas visitas *in loco* para acompanhamento do Programa;

c) são realizadas visitas para acompanhamento formal dos convênios, registradas em relatórios;

d) está em desenvolvimento, em conjunto com a Coordenação Geral de Informática do Ministério do Trabalho, um Sistema de Acompanhamento de Projetos (SCAP) que deverá aprimorar o acesso às informações de controle e acompanhamento, além do preenchimento mensal das informações do SIGPlan.

Apesar da boa performance do Programa, os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes - a execução orçamentária foi cerca de 85% do total autorizado (lei mais créditos adicionais). Ainda, o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Os repasses represados para parcelas no segundo semestre influiram negativamente no pagamento dos convênios que o Programa necessita para sua execução. Já os recursos destinados à Ação Gestão e Administração do Programa (GAP), são muito limitados. Por se caracterizar como um Programa de promoção, com ramificações em todas as Unidades Federativas, ao mesmo tempo em que possui uma equipe limitada, é grande a necessidade de viagens desse grupo para execução e acompanhamento das ações do Programa.

Existiu dificuldade de disponibilizar materiais impressos e relatórios para o conjunto das reuniões realizadas por falta de recursos disponíveis para essa finalidade. Mesmo nos cursos de formação e demais atividades da SENAES, a falta de material de divulgação e registro de informações prejudicou algumas ações. A infra-estrutura não está adequada para a equipe gerencial, pois as instalações (espaço físico reduzido e computadores obsoletos e em número menor que o necessário) prejudicam o trabalho cotidiano da equipe responsável pelo Programa. Tais deficiências também podem ser estendidas às equipes executoras, com recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada nas equipes executoras.

Quanto aos recursos humanos, não existe capilaridade na operação das decisões na estrutura gerencial. Além disso, existem áreas concentradas em uma coordenação que demandariam a criação de novas coordenações para desconcentrar as competências e executá-las com

maior eficiência. O resultado tem sido a constante sobrecarga de trabalho na equipe gerencial. Além disso, nas equipes executoras, existem áreas inteiras que deveriam ser de responsabilidade de equipes que estão sob a execução de apenas uma função, sem apoio. Inclusive as áreas, nas quais a terceirização de atividades de apoio deveria auxiliar, estão descobertas por falta de pessoal, gerando sobrecarga de trabalho. Em termos de qualificação, falta, principalmente, entre os servidores de carreira, pessoas com acúmulo na área de execução de políticas relacionadas à economia solidária. Esse fato dificulta a consolidação de equipes permanentes que garantam a continuidade da execução da política pública.

Em termos de restrições que interferiram no alcance de um resultado mais expressivo das ações, encontram-se:

a) a dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais para complementar a execução da política pública e possibilitar o seu alcance maior em termos das demandas mapeadas;

b) o atraso na liberação de recursos, dificultando a própria construção dos instrumentos de execução da política pública de economia solidária (alguns convênios precisaram ser refeitos no sentido de adequá-los aos limites orçamentários impostos);

c) as dificuldades de celebração de convênios na gerência, pois a falta de equipe em quantidade e com capacitação adequada, junto com a falta de constância na liberação dos recursos, causou grandes dificuldades adicionais ao processo de conveniamento para realização das ações do Programa.

Destaca-se também que a generalidade da proposição legislativa acerca do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento ainda se apresenta como dificuldade à sua execução. Já está em processo de elaboração o conjunto dos instrumentos que darão maior agilidade na execução do PPA 2008-2011 (Portarias, Decretos e demais normas). A Frente Parlamentar de Economia Solidária (Congresso Nacional) também se encontra empenhada na proposição legislativa para a temática. Ambas as frentes legais de proposição normativa e ordinatória estão sendo realizadas com o apoio do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações realizadas pelo Programa mediante parcerias com as organizações não-governamentais foram de fundamental importância para o alcance dos resultados, superando as expectativas relativas à abrangência e utilizando-se da capilaridade possibilitada por essas instituições. Uma melhor regulação da relação, que não inviabilize essas parcerias, é fundamental para seguir permitindo que setores desfavorecidos da sociedade possam ter acesso a políticas públicas executadas. A questão é de ordem legal, necessitando urgência e esforço para o seu enfrentamento.

O Programa promove a participação social mediante:

a) Ouvidoria do MTE;

b) audiências públicas;

c) reuniões com grupos de interesse responsáveis pela execução, como com os beneficiários da política pública, visando a melhor execução das ações do Programa;

d) discussão no Conselho Nacional de Economia Solidária, o qual possibilitou a formalização do espaço de representação de outros órgãos de Governo e entidades não-governamentais no acompanhamento da política pública de economia solidária.

Ainda, o CNES se reuniu por três vezes em 2007 e, durante o ano, ocorreram inúmeros encontros de seu comitê permanente e comitês temáticos. Entre outros assuntos, o grande tema que percorreu as atividades do Conselho foi a construção do PPA 2008-2011, onde se buscou transformar em políticas públicas as resoluções aprovadas na I Conferência Nacional de Economia Solidária. A partir das atividades de 2007, o CNES vem se consolidando como importante espaço de discussão, elaboração e aprimoramento das políticas de economia solidária do Governo Federal de forma democrática e participativa ao reunir, entre 56 conselheiros, Ministérios e importantes entidades da sociedade civil que desenvolvem políticas e atividades ligadas à economia solidária.

No campo da produção de conhecimento ou sistematização das experiências de políticas públicas da economia solidária, uma importante iniciativa foi a criação do Comitê Metodológico da SENAES. O Comitê buscou articular as ações de formação/educação de trabalhadores e trabalhadoras desenvolvidas pelos diferentes projetos/programas implementados diretamente pela SENAES ou em parceria com outros atores públicos, visando a construção de uma unidade metodológica entre as diferentes experiências acompanhadas.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento realizou, ainda de forma esporádica, reuniões de toda a equipe gerencial e executora em conjunto para planejar a execução e decidir sobre prioridades gerais da mesma. Dessa forma, um processo de melhor integração e consciência do conjunto da política pública, com responsabilização coletiva pelas decisões tomadas, aumenta o envolvimento do conjunto dos agentes de cada uma das ações. Com maior constância, o conjunto da equipe gerencial se reuniu para detalhar as decisões tomadas e criar formas mais democráticas de acompanhamento do conjunto das prioridades do Programa.

Abaixo estão listadas recomendações da gerência para aprimoramento do Programa:

a) incorporar variáveis da economia solidária em estatísticas oficiais, de forma a aprimorar as informações acerca do desenho e dos impactos da política;

b) A proposta de reformulação da estrutura funcional do MTE, bem como a abertura de concurso público para provimento de cargos que viriam a fortalecer a estrutura funcional da SENAES, já foram autorizadas e há tempos encontram-se próximas de sua efetivação. Essa situação de espera permanente, sem resultados concretos, tem prejudicado o planejamento e organização do trabalho que se torna dependente de fatos essenciais cuja governabilidade para sua realização está fora do âmbito e da competência direta dos executores do Programa;

c) priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura de forma a maximizar os resultados do Programa;

d) priorizar para o próximo exercício a estruturação de um Setor de Convênios na SENAES para a melhor execução desses procedimentos. No entanto, os problemas de falta de pessoal e a inconstância no calendário de liberação de recursos permanecerão como dificuldades fora da governabilidade direta.

O MP destaca que a gerência do Programa solicitou, durante a elaboração do PPA 2008-2011, a exclusão dos atuais indicadores devido à sua dificuldade de apuração. Foram inseridos os seguintes:

a) Número de Trabalhadores Inseridos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários;

b) Percentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de um Salário Mínimo;

c) Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB.

Ainda é ressaltado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que como conseqüência da construção do novo PPA, a concepção do Programa foi substancialmente modificada, tendo em vista as diretrizes discutidas e validadas pela gerência com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Além disso, a priorização de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, do ponto de vista orçamentário, deve ocorrer quando da alocação dos recursos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MTE, após a divulgação dos limites orçamentários pelo MP, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

GERENTE DO PROGRAMA

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela

OBJETIVO

Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.870.182,00	Empenho Liquidado:	R$ 11.602.955,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 11.602.955,00**
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Trabalhadores Libertados - Unidade	2776.00	4273.00	3309.00	5963.00	5000.00	119,26%

1. NÚMERO DE TRABALHADORES LIBERTADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice originalmente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 já foi alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A prática de exploração de trabalho escravo persiste no País, notadamente na região amazônica, atingindo milhares de trabalhadores, o que aponta para a imediata necessidade de implementação de Programa destinado a erradicar tal prática. Após experiências acumuladas durante os anos recentes de combate a essa forma de exploração do trabalho, vislumbra-se a possibilidade de, em conjunto com outras instituições governamentais, desencadear um conjunto de ações que permitam a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Libertados 5.963 trabalhadores em condições análogas à escravidão – em 2006 foram 3.309.

a) Fiscalizadas 203 propriedades, número praticamente igual a 2006, tendo o número de ações fiscais aumentado em cerca de 10,5% - de 103 para 114;

b) Concedido seguro desemprego para 4.179 trabalhadores libertados, e pagamento de indenizações (verbas rescisórias) aos trabalhadores no valor de R$ 9.878.840,98.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa Erradicação do Trabalho Escravo é multissetorial composto por nove ações finalísticas envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), e a Justiça do Trabalho. Deste rol, podem-se destacar como ações-âncora do Programa, ou seja, fundamentais para o atendimento de seu objetivo, a fiscalização para a erradicação do trabalho escravo, o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado, a implantação de varas de trabalho itinerantes em diversos Estados, além do atendimento ao trabalhador libertado por meio da prestação de benefícios sociais, tais como o fornecimento de documentação civil básica e a assistência jurídica.

Em 2007, foram realizadas 114 operações conjuntas do MTE, da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho (MPT), que fiscalizaram 203 fazendas e libertaram 5.963 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão, valendo-se de cerca de 76% da dotação estipulada na Lei Orçamentária Anual (LOA) (R$ 5.180.482,00). O montante de pagamentos de verbas rescisórias (adicional de férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado etc.) efetuados foi de R$ 9.878.840,98. Destaca-se, também, a concessão de assistência financeira ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, mediante percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada. Em 2007, foram beneficiados 4.179 trabalhadores - 70% de cobertura dos trabalhadores libertados.

Regra geral, as metas físicas previstas foram atingidas, com exceção das ações de implantação da vara itinerante do trabalho no Mato Grosso (apenas três de 11 varas previstas) e de Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e a Repressão ao Trabalho Escravo, sob responsabilidade da Presidência da República, tendo ambas executado 100% da dotação prevista na LOA. No caso da implantação de varas na Bahia, não houve execução orçamentária. Destaque positivo para a mesma ação regionalizada no Maranhão, onde foram implantadas sete varas de trabalho itinerante (a previsão era de apenas uma), com os recursos originais previstos na LOA, e para a ação de assistência emergencial a trabalhadores vítimas de trabalho escravo, a qual superou a previsão inicial de trabalhadores assistidos

em 33%. Lembra-se que os recursos desta ação somente são utilizados caso os empregadores flagrados pelos grupos móveis de fiscalização não paguem todos os direitos trabalhistas e o retorno dos trabalhadores ao seu local de origem. Acerca da relação da gerência do Programa com as ações sob responsabilidade de outros Ministérios, destaca-se pouca interlocução entre os órgãos, tendo sido a alocação de recursos orçamentários suficientes, porém, nem sempre sendo disponibilizadas as informações necessárias pelos coordenadores destas ações. Situação inversa ocorre com as ações desempenhadas por outras unidades do MTE, sendo a interlocução e disponibilização de informações consideradas satisfatórias.

Foram mencionados mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, quais sejam:

a) reuniões de trabalho com a presença dos coordenadores e sub-coordenadores, no mínimo, semestralmente;

b) relatório circunstanciado confeccionado pelo Auditor Fiscal responsável pela coordenação ao término de cada ação;

c) inserção dos resultados periodicamente para o acompanhamento da meta a ser atingida no Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan);

d) utilização do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo (Sisacte), banco de dados desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e doado ao MTE.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A execução do Programa depende de parceria com entidades não-governamentais (Comissão Pastoral da Terra, centros de defesa dos direitos humanos, sindicatos etc.), e possui mecanismos que promovem a participação social mediante discussão em conselho setorial no âmbito da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Fazem parte dessa Comissão entidades governamentais e representações da sociedade civil. De fato, a participação do conjunto de entidades públicas e da sociedade civil no acompanhamento da execução do Programa tem sido fundamental para a eficácia do Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) considera necessária maior integração entre as ações do Programa, de forma que as ações de fiscalização sejam complementadas pelas ações de implantação das varas de trabalho itinerantes, capacitação de recursos humanos para a prevenção e a repressão ao trabalho escravo, bem como uma possível integração com programas geradores de emprego e renda. Assim, sugere-se a instalação do comitê gestor do Programa, de forma a otimizar as ações de combate ao trabalho escravo.

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Sérgio Alves Vidigal

OBJETIVO

Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.921.917.138,00	Empenho Liquidado:	R$ 17.893.908.292,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 17.893.908.292,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Aproveitamento de Vagas - Porcentagem	-	52.00	50.00	48.00	54.23	88,51%
2. Taxa de Captação de Vagas - Porcentagem	-	14.11	14.00	14.43	14.86	97,11%
3. Taxa de Cobertura do Abono Salarial – Porcentagem	-	-	-	96.43	96.00	100,44%
4. Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego – Porcentagem	-	-	-	74.99	62.00	120,95%
5. Taxa de Cobertura do SINE na (Re) Inserção no Mercado de Trabalho Formal - Porcentagem	-	7.34	7.00	7.00	8.6	81,39%

1. TAXA DE APROVEITAMENTO DE VAGAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A Taxa de Aproveitamento de Vagas compara o número de trabalhadores colocados com

o número de vagas captadas pelas unidades de atendimento do Sistema Nacional de Empregos (SINE). O indicador aponta o percentual de vagas coletadas pelo Sistema que foram preenchidas, caracterizando o grau de aproveitamento das vagas obtidas pelo Sistema. O índice de referência apresentado em 2003 foi de 54,2% em 2006, esse valor girou em torno de 50%, e em 2007, 48%. Analisando as variáveis da intermediação de mão-de-obra pode-se observar que no período compreendido entre 2003 a 2007, o número de vagas captadas pelos postos de atendimento do SINE aumentou 32%, enquanto o número de colocados 16%, justificando dessa forma, a queda do indicador em análise.

2. TAXA DE CAPTAÇÃO DE VAGAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador Taxa de Captação de Vagas é utilizado para avaliar o percentual do número de vagas existentes no mercado de trabalho que são disponibilizadas por parte dos empregadores nas unidades de atendimento do SINE. Trata-se, dessa forma, da relação percentual entre o número de vagas captadas no Sistema com o número das admissões ocorridas em determinado período e que foram registradas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Com isso, é possível apurar o grau de atratividade do SINE para os empregadores. O índice de referência em 2003 é de 15,9%, em 2006, o valor encontrado ficou em torno de 14% e em 2007, em 14,43%. A análise das variáveis que compõem esse indicador aponta para alta no número de vagas que foram disponibilizadas ao Sistema, indicando, com isso, esforço de maior captação de postos de trabalho para a intermediação de trabalhadores. O número de vagas captadas pelo Sistema apresentou crescimento de aproximadamente 32%, saindo de 1,56 milhão de vagas em 2003 para 2,06 milhão de vagas no período de 2007.

3. TAXA DE COBERTURA DO ABONO SALARIAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Destaca-se, como parte desse sucesso, a ação conjunta entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e os agentes pagadores, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB), referente ao encaminhamento de mala direta, destinada aos trabalhadores com benefício emitido, mas que ainda não haviam efetuado saque.

4. TAXA DE COBERTURA DO SEGURO DESEMPREGO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A metodologia utilizada pelo CAGED foi modificada no ano de 2007, passando a considerar novas desagregações da informação sobre o tipo de desligamento no CAGED. A informação sobre a quantidade de trabalhadores demitidos sem justa causa englobava o quantitativo dos términos de contrato, o que elevava o valor dos demitidos sem justa causa. Uma vez que novas desagregações estão disponíveis, e que as variáveis 'término de contrato por prazo determinado'

e 'término de contrato' não mais serão incluídas na categoria demissão sem justa causa, tem-se uma implicação direta no Seguro Desemprego por causa da taxa de cobertura do Programa.

5. TAXA DE COBERTURA DO SINE NA (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A avaliação de desempenho possibilita ao executor verificar os impactos e benefícios sociais alcançados pelos programas, compará-los com os objetivos e metas preestabelecidos e, desse modo, corrigir eventuais distorções a partir da identificação das causas do desempenho obtido. A Taxa de Cobertura do SINE na (re)inserção no Mercado de Trabalho Formal é obtida pela comparação relativa entre o número de trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho por meio das unidades de atendimento do SINE e o número de trabalhadores admitidos no mercado de trabalho formal, segundo as informações do CAGED. O índice foi de 7%, sinalizando estabilização em relação ao ano de 2006. O número de trabalhadores admitidos registrados no CAGED apresentou crescimento em relação a 2006, bem como ao ano de referência, 2003. De maneira semelhante o número de colocados pelas unidades de atendimento do SINE também aumentou. No entanto, constata-se que, apesar deste crescimento, o esforço do Sistema em obter melhor resultado não foi suficientemente capaz de acompanhar o crescimento das colocações no mercado formal em igual proporção. Contudo, algumas considerações se fazem relevantes nessa análise, que nem todas as vagas que surgem no mercado de trabalho são disponibilizadas ao SINE e que as vagas captadas pelo Sistema não são exclusivas, existindo, assim, outros mecanismos de intermediação entre demandantes e ofertantes no mercado de trabalho.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ante o cenário de rápidas mudanças tecnológicas e gerenciais, integração de mercados, aumento da competitividade e transição geográfica do emprego, percebe-se alterações estruturais importantes no mercado de trabalho brasileiro, que acarretam maior risco de desemprego involuntário. Na presente década, o aumento do tempo de desemprego que, aliado à demanda das pessoas que ingressam anualmente na População Economicamente Ativa (PEA), elevam a necessidade de ampliação da integração e articulação da intermediação de mão-de-obra com o seguro desemprego de forma a minorar os impactos do desemprego na vida do trabalhador e de seus dependentes, potencializando as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Colocação de 980,9 mil trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra, nos postos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) que demonstrou aumento de aproximadamente 11,7% em relação a 2006.

• Beneficiados 5,9 milhões de trabalhadores com o pagamento do seguro desemprego (crescimento de 15,7% em relação a 2006) e 13,8 milhões com o abono salarial (elevação de 24,3% em relação ao ano anterior).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa Integração de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é implementado para atingir seu objetivo por meio de ações com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as quais possuem como linhas gerais de atuação:

a) implantação de política de renda por meio do pagamento do abono salarial;

b) prestação de assistência ao desempregado, por meio do seguro desemprego - concedido ao dispensado sem justa causa, empregado doméstico, pescador artesanal, trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo e bolsa qualificação;

c) facilitação de vagas e profissionais para empregados e empregadores por meio dos postos do SPETR;

d) disponibilização de informações de forma a fortalecer as ações dirigidas ao SPETR, por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), CAGED e Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED);

e) integração das ações de emprego por meio do Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE);

f) identificação da população por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Em 2007, o Programa ampliou de 41 para 60 o número de convênios celebrados com os Estados, Distrito Federal, algumas capitais e Municípios com mais de 300 mil habitantes para execução das ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra, habilitação ao seguro desemprego e pesquisa de emprego e desemprego. Também houve ampliação da rede de atendimento do SPETR, que atualmente conta com 1.202 unidades de atendimento, sendo 657 informatizadas. Esse esforço contribuiu para o alcance de resultados expressivos para o Programa, principalmente no que se refere ao cumprimento das garantias constitucionais como o seguro desemprego e o abono salarial, que superaram as metas previstas em 12,7% e 30,9%, respectivamente, em função do aumento do emprego associada às altas taxas de rotatividade da mão-de-obra. Foram, ainda, identificados 5.800.943 trabalhadores com a CTPS, atingindo 92% da meta prevista. Em 2007, aumentou-se a capilaridade de atendimento em 342 novos postos, chegando ao número de 4.801 postos emissores de CTPS no País.

Houve expansão de 1,3% da rede de atendimento ao trabalhador, atualmente composta por 2.409 unidades, sendo 26,85% do MTE, 56,28% dos SINEs/Estados (unidades conveniadas com os Estados), 0,8% dos SINEs/Prefeituras (unidades conveniadas com os Municípios), e 16,14% de unidades da Caixa Econômica Federal (CEF), em caráter complementar à rede. Ainda, foi dada continuidade ao projeto de consolidação e reestruturação do SPETR. Para tanto, foram redefinidos vários processos de execução das políticas públicas de emprego, no âmbito do FAT.

Existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões de trabalho;

b) visitas *in loco* contempladas nas ações de supervisão e monitoramento, com periodicidade anual, e abrangendo todas as Unidades da Federação;

c) sistemas informatizados, pois as ações executadas no âmbito do Programa, em especial aquelas orientadas ao atendimento ao trabalhador, são ferramentas informatizadas.Isso permite o acompanhamento da condução das políticas de intermediação de mão-de-obra, seguro desemprego, como também da emissão da CTPS, dos registros administrativos e da CBO;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que permite a verificação da programação planejada em relação à executada mensalmente;

e) além de relatórios gerenciais mensais e anuais e acompanhamento semanal do comportamento físico e financeiro do Programa.

Ainda, as entidades que atuam nos serviços de intermediação de mão-de-obra encaminham até o décimo dia do mês subseqüente, o resultado de seu desempenho, por meio de relatórios de intermediação específicos, que são incluídos no Sistema Infoger, próprio do MTE. Do ponto de vista da gestão das ações, em setembro de 2007 foi disponibilizado para todos os conveniados o acesso ao módulo de gestão de Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra (SIGAE-IMO), possibilitando a emissão de inicialmente 74 relatórios pré-definidos do banco de dados do SIGAE. O aplicativo visa disponibilizar aos conveniados um forte instrumento para o gerenciamento e monitoramento das ações. Ressalta-se que cada conveniado acessa seu próprio banco de dados, e o MTE, por sua vez, tem acesso a relatórios de todos os bancos. Além dos relatórios pré-definidos, outros relatórios podem ser solicitados ao MTE, que tem acesso pleno à base de gestão, e pode gerar relatórios *ad hoc*.

De uma forma geral, o cumprimento de metas físicas superou o previsto, com exceção das ações de emissão da CTPS e da bolsa de qualificação profissional. No caso da primeira, a execução física considera a distribuição de dois modelos (manual e informatizado). Embora o quantitativo executado (5.800.943 de CTPS) esteja abaixo da meta prevista (6.300.000

CTPS), o atendimento contemplou a todos os trabalhadores que necessitaram do serviço. A diferença constatada decorre principalmente dos controles aplicados na emissão da CTPS informatizada, em suas modalidades (1ª e 2ª vias). No caso da demanda pela ação Bolsa de Qualificação Profissional, o resultado foi menor do que o esperado. O benefício depende de acordo coletivo para a manutenção do contrato de trabalho, o oferecimento de cursos de qualificação profissional e a disponibilização do seguro desemprego ao trabalhador. Esta é uma medida que visa coibir a suspensão de trabalhos em situação de crise, que posteriormente poderão ser contornados, evitando o desligamento e a posterior necessidade de contratação do trabalhador – aspectos ligados à sazonalidade acarretam oscilações nos pedidos desta modalidade de seguro desemprego.

Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes. Verifica-se execução de 94% do orçamento relacionado à IMO. A não-execução total dos recursos disponíveis ocorreu, dentre outros, devido ao contingenciamento ao longo do ano, o que impediu o fechamento de mais projetos especiais. Os valores não-repassados no exercício de 2007 foram inscritos em restos a pagar, tendo em vista que a assinatura de alguns convênios ocorreu apenas no fim do ano de 2007. As parcelas remanescentes estão programadas para serem repassadas nos meses de fevereiro, abril e julho do exercício de 2008. A dotação da RAIS foi complementada com crédito suplementar no valor de R$ 2 milhões e com crédito extraordinário no valor de R$ 3.081.443,00. Para a dotação do CAGED, foram adicionados R$ 2.746.802,00 e R$ 2.903.198,00 como crédito suplementar.

Em relação aos recursos da GAP, estes foram considerados insuficientes, especialmente para cumprir o cronograma de desembolso de custeio da avaliação externa do Programa do Seguro Desemprego. Devido a restrições orçamentárias a dotação fixada foi de R$ 188.000,00 (para uma previsão interna de R$ 5,8 milhões), razão pela qual houve necessidade de serem avaliadas as prioridades de execução dos projetos previstos. Não foram implementados os seguintes Projetos destinados ao: desenvolvimento de metodologias para orientação profissional e IMO, desenvolvimento de metodologias para inserção de trabalhadores autônomos beneficiados pelo Microcrédito, e desenvolvimento de metodologias para integração das ações do SPETR. O instrumento de viabilização da Avaliação Externa do PSD foi o destaque orçamentário para Centro de Pesquisa de Opinião Pública (DATAUnB) Pesquisas Sociais Aplicadas, efetuado em dezembro de 2007. Os recursos para repasse da 1ª parcela, no valor de R$ 2.499.941,00, foram disponibilizados pela Ação de GAP Qualificação Social e Profissional, uma vez que os recursos da Ação de GAP do Programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda foram oferecidos pelo MTE para liberação de crédito suplementar para custeio da RAIS. A Avaliação do PSD seguiu as orientações do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) e tem como objetivo apresentar diagnóstico crítico da situação do Programa, verificar resultados e benefícios alcançados, comparados aos seus objetivos e, desse modo, subsidiar a correção de eventuais distorções, a partir da identificação das causas do desempenho obtido.

Em 2007, foram sentidos os efeitos da Resolução CODEFAT nº 518, de 12 de dezembro de 2006, alterada pela Resolução CODEFAT nº 520, de 14 de dezembro de 2006, que direcionou os recursos de investimento disponíveis à época para a informatização da rede

de atendimento do SINE. O número de unidades do SINE informatizadas passou a ser de 657, representando 55% do total de postos no Brasil. Apesar do avanço, pouco mais da metade dos postos estão informatizados. O MTE preocupa-se em priorizar os recursos para a constante expansão e disponibilização da informatização para o maior número de unidades de atendimento, inclusive como forma de atendimento às orientações dos órgãos de controle, no sentido de gerar eficiência nos resultados do Programa. Cabe destacar que o MTE atualmente só autoriza abertura de novas agências caso sejam informatizadas. Nesse aspecto, encontra-se em fase final de negociação junto à empresa prestadora de serviços a mudança da plataforma do sistema que atualmente é cliente/servidor (modelo que atualmente encarece a informatização das unidades) para a Plataforma *web* o que não apenas facilitará a informatização de praticamente 100% das unidades como também reduzirá os custos em sua utilização/implantação/expansão.

Ressaltam-se as dificuldades associadas ao quadro de pessoal, insuficiente para as ações sob responsabilidade da Secretária de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). Foi aprovada, no segundo semestre de 2007, a lei que cria cargos para provimento no MTE, porém ainda depende da autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Também há dificuldade de contratação de técnico de perfil adequado para ocupação de cargo de nível de chefia de divisão, nas atividades relacionadas aos estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho, acarretando enfraquecimento na equipe técnica e sobrecarga à nível de gerência. Além disso, derivada de mudanças na gestão governamental da maioria dos Estados e no Distrito Federal, muitos funcionários que trabalhavam na gerência e mesmo na operacionalização das ações descentralizadas perderam seus cargos. Essa rotatividade resultou em problemas na execução da ação, visto o natural processo de adaptação, além da necessidade de novos treinamentos e a perda de multiplicadores no âmbito operacional.

Em relação às ações com recursos descentralizados, em 2007, houve aumento no número de convênios vigentes para a descentralização da ação de intermediação de mão-de-obra, cuja execução ocorre no âmbito dos Convênios Plurianuais Únicos. Ainda, os entes executores do Programa possuem relação contratual ou de parceria, mediante a celebração de convênios com o MTE. Dessa forma, as normas contratuais e conveniadas garantem a inter-relação de informações e dados quanto à execução de cada uma das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, porém promove a participação social por meio da Ouvidoria do MTE. As mensagens recebidas são analisadas e tomadas as providências cabíveis, sendo que as reclamações relativas às unidades de atendimento do SINE são encaminhadas também às respectivas Secretarias Municipal/ Estadual de Trabalho. Discussão em conselho setorial: a condução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda são orientadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, que atua como gestor do FAT. O CODEFAT foi o responsável pelo estabelecimento dos critérios para o reconhecimento das comissões de emprego estaduais, distrital ou municipais. Tratou-se

de um passo adiante na consubstanciação da participação da sociedade organizada na administração do SPETR, conforme prevê a Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Atualmente, existem 27 comissões estaduais, homologadas pelo CODEFAT e 3.712 comissões municipais, sendo 3.101, homologadas, ou 66,7% do total de Municípios existentes.

A gerência do Programa informa que é preciso inserir indicador que busque avaliar a efetividade do serviço prestado em determinados grupos vulneráveis do mercado de trabalho. É o caso de jovens entre 16 e 24 anos e com escolaridade até 2º grau, trabalhadores com mais de 40 anos e com escolaridade de, no máximo, primeiro grau incompleto, e mulheres com escolaridade de até segundo grau. E ainda, deve-se priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura de forma a maximizar os resultados do Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que não foi solicitada a alteração/inclusão de indicadores no momento da elaboração do PPA 2008-2011, de forma que eventuais modificações deverão ser objeto da revisão do Plano em 2009. E ainda, destaca-se que a priorização de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, do ponto de vista orçamentário, deve ocorrer quando da alocação dos recursos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MTE, após a divulgação dos limites orçamentários pelo MP, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

GERENTE DO PROGRAMA

André Peixoto Figueiredo Lima

OBJETIVO

Apoiar e estimular o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R$ 60 mil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.127.000,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.127.000,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 771.958.518,12	R$ 795.966.174,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice da Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado – Número-índice	-	-	-	156.85	125.00	125,48%
2. NúmeroÍndice do Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado – Número-índice	-	-	-	170.99	123.00	139,02%

1. NÚMERO-ÍNDICE DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A elevação do número de contratos vinculados ao microcrédito produtivo orientado, ocorrido no ano de 2007, foi influenciada pelas boas notícias oriundas da macroeconomia: queda dos juros básicos da economia, elevação da renda e das linhas de crédito disponíveis e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), aliado ao aumento do número de instituições habilitadas ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

2. NÚMERO-ÍNDICE DO VOLUME DE CRÉDITO CONCEDIDO PARA MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O aumento de recursos destinados ao microcrédito produtivo orientado, ocorrido no ano de 2007, deve-se também às boas notícias oriundas da macroeconomia, conforme citado anteriormente, associado à maior oferta de recursos direcionada ao microcrédito, aliado ao aumento do número de instituições habilitadas ao PNMPO.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O microcrédito produtivo orientado é considerado instrumento essencial para a inclusão social e o combate à pobreza, bem como uma ferramenta relevante de política pública. Por esta razão, a existência do PNMPO, por meio da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, ofertando recursos em condições compatíveis com a realidade dos empreendimentos de pequeno porte, por meio de uma rede de instituições especializadas na concessão de crédito assistido, ou seja, com a orientação técnica necessária ao desenvolvimento sustentável destes empreendimentos, constitui instrumento fundamental para ampliar a geração de trabalho e renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realizados 963.459 contratos de microcrédito no ano de 2007, simbolizando acréscimo anual de 16,24%, e aplicado o montante de R$ 1,1 bilhão, representando crescimento de 32,29%, em relação a 2006.

• O Programa finalizou o ano com 252 instituições habilitadas, acréscimo de 16,66% em relação ao ano anterior, concentradas, principalmente, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O PNMPO é voltado para a produção, combinando apoio técnico e financeiro. Utiliza metodologia baseada no relacionamento direto de um agente de crédito com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, sendo o valor e as condições dos créditos definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador. A Lei 11.110/2005 preconiza que o Programa conta com duas fontes de recursos, uma do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio dos bancos públicos federais, e outra de parte dos depósitos a vista, 2% da exigibilidade, que os bancos públicos e privados têm de recolher ao Banco Central constituindo, assim, o *funding* para as instituições de microcrédito.

Em 2007, o Programa ainda operou sob a estrutura antiga de evidenciar apenas as ações não-orçamentárias do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do FAT. Entretanto, em razão do processo de elaboração do PPA 2008-2011, o Programa foi reestruturado de forma a evidenciar todos os bancos públicos que operam com essa modalidade de crédito, quais sejam: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia (BASA) e BNB.

O Programa ainda apresenta duas ações orçamentárias: Gestão e Administração do Programa e Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito – esta, de suma importância, pois visa desenvolver projetos de desenvolvimento institucional – inclusive para capacitação técnica e apoio à gestão e ao desenvolvimento das instituições de microcrédito, já que são essas entidades as responsáveis por fazer um levantamento sócio-econômico do empreendimento e por acompanhar e orientar o empreendimento durante o tempo de crédito ativo.

Destaca-se a realização das oficinas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), fruto do convênio do MTE com o BNDES, e que contou com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O trabalho envolveu mais de 40 Instituições de Microfinanças, cerca de 400 participantes, com custeio das despesas com passagens, diárias, bem como todo o apoio logístico, técnico e administrativo necessários à sua realização efetuado pela coordenação do PNMPO. Cita-se, também, a realização, em setembro de 2007, do Seminário do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, patrocinado pelo PNMPO.

Com relação à utilização de 70% da dotação orçamentária específica da ação do PDI, não houve informações quanto à contrapartida da meta física realizada. Além disso, apesar da utilização de cerca de 75% da dotação somando-se as duas ações orçamentárias do Programa, informou-se que diversas demandas não foram atendidas em razão da impossibilidade de repasse direto. Dessa forma, alternativamente, a gerência do PNMPO optou por direcionar recursos financeiros para a execução de políticas públicas por meio do Plano Nacional de Qualificação, através do Plano Setorial de Qualidade-Microcrédito (PlanSeQ-Microcrédito).

O registro das metas físicas e financeiras do PNMPO no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) demonstra que seu desempenho é, em grande medida, reflexo das ações do BNB. De fato, dos 963.459 contratos, cerca de 85% foram firmados pelo BNB e, dos R$ 1,1 bilhão emprestados, aproximadamente 72% foram por meio desta instituição. Salienta-se que o Crediamigo, do BNB, é a maior iniciativa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul e a segunda da América Latina - com 170 agências, 34 postos de atendimento e 1.333 assessores, o Crediamigo leva o microcrédito a 1.435 Municípios localizados nos Estados do Nordeste, no norte de Minas Gerais e do Espírito Santo e Brasília. Houve um pequeno registro das metas físicas e financeiras com recursos da fonte do FAT, reforçando o entendimento de que a procura dos bancos públicos por esta fonte tem sido pequena devido aos juros elevados quando comparados a outras linhas disponíveis no mercado.

A gerência do Programa monitora o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões internas e do Comitê Interministerial do PNMPO que é composto pelo MTE, Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);

b) visitas *in loco* realizadas de forma a monitorar o desempenho das instituições habilitadas ao PNMPO;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que permite a verificação da programação planejada em relação à executada mensalmente;

d) relatórios de gestão que integram os processos de prestações e tomadas de contas anuais;

e) banco de dados informatizado mediante análise, acompanhamento e monitoração das informações repassadas pelas instituições habilitadas ao Programa.

Cita-se a quantidade inadequada de recursos humanos, devido ao fato de a equipe do PNMPO ser formada por terceirizados e comissionados, não possuindo nenhum servidor efetivo. A inexistência de servidores de carreira acarreta, inevitavelmente, perda de memória do Programa e sugere sua descontinuidade. Ressalte-se que o Programa também não conta com a figura do gerente, pois ainda aguarda sua vinculação a uma secretaria finalística do MTE.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante a Ouvidoria do MTE, além da promoção e participação de seminários e eventos realizados em todo o País, de forma a estimular os representantes do setor a debater temas relevantes para o segmento. Tal esforço resultou na construção e implantação do plano de contas para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de microcrédito, o diagnóstico setorial, a oficina de governança e o Marco Legal, bem como a discussão e implementação do PlanSeQ-Microcrédito, que capacita 3.400 empreendedores na área de gestão, atendendo 229 instituições localizadas em 17 Estados.

A gerência ressalta a necessidade de priorizar inserção de servidores efetivos no quadro gerencial.

A seguir estão propostas do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) para melhoria da gestão do Programa:

a) desenvolver metodologia de mensuração da satisfação dos beneficiários do Programa;

b) apurar a meta física da Ação Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito;

c) alocar o Programa em uma unidade finalística do MTE;

d) fortalecer a gestão do Programa mediante atuação tempestiva entre sua gerência e os coordenadores das ações nos bancos;

e) estimular sua interface com outros programas do Governo Federal, de forma a otimizar os recursos públicos destinados à geração de trabalho e renda, bem como a redução da desigualdade social;

f) validar a mudança na concepção do Programa em decorrência do processo de elaboração do PPA 2008-2011, tornando o PNMPO objeto de oficina específica de planejamento, baseada na metodologia de modelo lógico, no primeiro semestre de 2008.

PRIMEIRO EMPREGO

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Sérgio Alves Vidigal

OBJETIVO

Inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego.

PÚBLICO-ALVO

Jovens de 16 a 24 anos, desempregados, precariamente ocupados ou que procuram o primeiro emprego

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 120.996.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 100.692.478,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 100.692.478,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação relativa de jovens do Programa Primeiro Emprego (PNPE) no total de admissões – Porcentagem	-	-	24.87	8.04	19.80	40,61%

1. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE JOVENS DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO - PNPE NO TOTAL DE ADMISSÕES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O número de jovens inseridos no mercado de trabalho pelas ações do PNPE tem crescimento considerável de ano para ano. Apesar desse crescimento, não foi possível alcançar o índice previsto no PPA 2004-2007. No momento da realização do referido PPA, as metas para o Programa eram superestimadas, pois se contava com a execução total da Ação 0688 Estímulo Financeiro ao Empregador para Geração do Primeiro Emprego Destinado a Jovens. Tal ação, até pelo seu desenho, obteve ao longo do período baixa adesão por parte dos empresários, reduzindo assim as metas iniciais de inserção. A execução física deveu-se em grande parte às ações dos Consórcios Sociais da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As taxas de desemprego juvenil registradas no Brasil têm se mantido em patamares equivalentes ao dobro das taxas encontradas entre a população adulta. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003, enquanto a taxa de desemprego da população total variou em torno de 9%, o desemprego juvenil chegou a 18% para os jovens entre 16 e 24 anos. Resultados similares são encontrados na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e também na Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos em parceria com o Sistema Estadual de Análise de Dados (Dieese/Seade), ambas realizadas em regiões metropolitanas. Tal situação torna a criação de políticas públicas para o enfrentamento dessa realidade uma necessidade prioritária e essencial. Entretanto, quando se volta a atenção principalmente para os jovens de baixa renda e baixa escolaridade, verifica-se que a inexistência de experiência profissional prévia não é o único fator que contribui para a dificuldade de inserção no mundo do trabalho. A baixa qualificação social e profissional desses jovens também se coloca como um empecilho à obtenção de postos de trabalho. Dada a extensão do problema, uma série de ações articuladas é necessária para garantir uma melhor qualificação e futura inserção no mundo do trabalho para estes jovens:

a) parcerias com governos e entidades da sociedade civil para oferecer cursos de qualificação;

b) parcerias com empresas para contratação dos jovens;

c) inserção comunitária do jovem via prestação de serviço civil voluntário;

d) fornecimento de capacitação gerencial e crédito para futuros empreendedores;

e) intermediação de empregos com foco específico no público-alvo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2007, o número de convênios assinados foi o maior desde a criação do Programa, em 2003. Com a mudança na direção do Ministério e do departamento responsável pelo Programa, foi implementada uma política de expansão das ações, o que levou a efetivação de 72 convênios com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos. Os referidos convênios atenderão 147.076 jovens, com meta de inserção no mercado de trabalho de 44.243 jovens. Os convênios foram assinados em dezembro e tiveram início em janeiro de 2008. Em 2007, houve também o encerramento de 13 convênios assinados em dezembro de 2006 e realizados ao longo de 2007. Esses convênios tinham como metas de qualificação de 18.520 e de inserção de 5.556 jovens.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa atua por meio de:

a) Consórcios Sociais da Juventude, constituídos por entidades e/ou movimentos da sociedade civil organizada, que atuam junto à juventude, em ações de qualificação ou de inserção do jovem no mercado de trabalho;

b) Juventude Cidadã, antigo Serviço Civil Voluntário, por meio de parcerias com as Secretarias de Trabalho dos Estados e Prefeituras;

c) Empreendedorismo Juvenil, o qual visa estimular e fomentar a geração de oportunidades de trabalho, negócios, ocupação, inserção social, organização, cooperação e visão empreendedora da juventude brasileira, estabelecendo parcerias com instituições nacionais.

Os convênios são monitorados pelos técnicos do departamento através de visitas *in loco*, para acompanhamento da qualificação e inserção dos jovens no mundo do trabalho, e sistema informatizado, para acompanhamento e pagamento do auxílio financeiro aos jovens que prestam serviço voluntário no período de qualificação.

Em relação ao cumprimento de metas físicas, relatou-se execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA 2007), sendo os recursos orçamentários executados considerados insuficientes. Assim, para atender ao número de jovens dos convênios efetivados em dezembro seria necessário que o orçamento para o ano de 2007 fosse três vezes maior que o efetivamente liberado. Dos convênios assinados, foi paga uma parcela, ficando as outras duas para serem pagas com o orçamento de 2008, através de termo aditivo.

No âmbito do Programa, destaca-se o incentivo à aprendizagem, pois é uma preparação para o mundo do trabalho a ser utilizada em favor da juventude mais vulnerável e por ser uma ampla porta de entrada no mercado formal de trabalho. A aprendizagem contempla três funções:

a) a fiscalização do cumprimento das cotas de contratos a que estão submetidas médias e grandes empresas, em cumprimento à Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, de responsabilidade dos auditores fiscais do trabalho, coordenados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho;

b) as parcerias, com destaque para a celebração de acordo com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o Serviço Nacional da Indústria (Senai) para desenvolvimento do Programa corporativo de aprendizagem;

c) o estabelecimento do protocolo de intenções com a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip) visando a elaboração do projeto Fornada de Novos Talentos, que inclui a formação e a qualificação sócio-profissional

de jovens de baixa renda em programa de aprendizagem profissional, de forma a atender a demanda de mão-de-obra qualificada do setor.

Os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados adequados para a implementação do Programa, porém cita-se número insuficiente de técnicos para atendimento de todas as etapas das ações, principalmente o monitoramento dos convênios. Ainda, as restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto foram o contingenciamento orçamentário e a dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais suplementares.

Em relação às ações com recursos descentralizados, afirma-se que foram executadas de acordo com o orçamento disponível, e que existe bom relacionamento entre o MTE e os governos estaduais, as prefeituras e as entidades da sociedade civil que são executores das ações do Primeiro Emprego. Entretanto, revela-se inadequação entre a coordenação da ação executada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e a gerência do Programa, por deficiência na integração entre os Ministérios. A ação de regularização do trabalho de adolescentes, realizada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), teve a meta física estabelecida para 2007 em 139.801, muito acima da meta estabelecida para 2006 (20.000) e do resultado alcançado neste mesmo ano (43.778 adolescentes regularizados). Aponta-se impropriedade quanto ao dimensionamento da meta física desta ação, pois o orçamento disponível para 2007 (R$ 300.000,00) foi superior em 33% ao de 2006 (R$ 200.000,00) enquanto a meta física prevista aumentou praticamente em 600%.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui ações que são realizadas em parceria com entidades não-governamentais. As entidades executam as ações de acordo com o conveniado e, dos 99 convênios firmados desde a criação do Programa, somente três não conseguiram cumprir as metas acordadas e tiveram que devolver recursos, em apenas um foi feita tomada de contas especial. Além disso, o Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante audiências públicas para escolha da entidade âncora dos Consórcios Sociais da Juventude, além de estimular a prestação de serviço voluntário nas comunidades durante o período de qualificação.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários no encerramento dos convênios, quando os jovens são conclamados a prestar depoimento em relação ao aproveitamento da qualificação recebida, e as conseqüências em decorrência da participação no Programa.

A gerência do Programa considera necessário adequar a meta física da ação de fiscalização do trabalho de adolescentes, de forma a compatibilizá-la à sua real execução.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que, apesar de o relatório ter feito menção ao cumprimento de quase totalidade das metas físicas previstas na LOA 2007, sua execução, de acordo com dados do SIGPlan, foram: 70% para a ação de qualificação; 40% para a ação de concessão de auxílio-financeiro; 34% para a ação de fiscalização do trabalho de adolescentes; 4,5% para a ação de estímulo financeiro ao empregador.

Entende-se que a própria dinâmica de gestão dos convênios dificulta a apuração dos resultados por exercício, pois grande parte destes são assinados no final do ano, e sua execução ocorre no exercício posterior. Em termos orçamentários, o Programa executou 83,2% da dotação prevista (R$ 100,7 milhões dos R$ 120,9 previstos). No que concerne aos restos a pagar, a relação sobe para 93,9% (R$ 24,7 milhões dos R$ 26,3 previstos).

O MP ainda ressalta o fato de que o Programa foi excluído para o PPA 2008-2011, pois se optou por concentrar os esforços das várias políticas públicas voltadas para o público jovem no Programa ProJovem. Assim, as iniciativas Consórcios Sociais da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil continuarão a ser executadas, porém, no âmbito do ProJovem. A ação de fiscalização do trabalho de adolescentes foi migrada para o Programa Rede de Proteção ao Trabalho, do próprio MTE.

QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Sérgio Alves Vidigal

OBJETIVO

Promover a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador articuladas com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores que necessitem de qualificação ou requalificação profissional para sua inserção no mercado de trabalho ou manter seus empregos e pessoas que desejem abrir negócio próprio

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 120.609.509,00	Empenho Liquidado:	R$ 86.156.818,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 86.156.818,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Carga Horária Média por Pessoa Qualificada – Hora	-	130.94	192.33	197.54	200.00	98,77%
2. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade – Número-índice	-	94. 00	95.00	92.31	95.00	97,17%
3. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) – Número-índice	-	214.00	200.00	219.38	200.00	109,69%
4. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres – Número-índice	-	126.00	147.00	140.86	135.00	104,34%
5. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos – Número-índice	-	131.00	116.00	104.30	165.00	63,21%
6. Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho - Porcentagem	-	87.50	93.74	88.50	85.00	104,12%
7. Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social - Porcentagem	-	-	64.00	64.42	80.00	80,53%

1. CARGA HORÁRIA MÉDIA POR PESSOA QUALIFICADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A carga horária média dos cursos de qualificação permite aferir a quantidade de horas despendidas à qualificação dos beneficiários do Programa, de forma a indicar um caminho de sucesso no que concerne à qualidade pedagógica dos cursos, pois uma carga horária adequada permite a incorporação de conteúdos básicos e específicos, além de práticas, quando necessário. Dessa forma, a partir do resultado alcançado, de uma carga horária média de 197,54 horas, pode-se inferir um resultado positivo quanto à qualidade pedagógica dos cursos.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE BAIXA ESCOLARIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado quanto ao atendimento à população de baixa escolaridade está aquém do esperado, entretanto, historicamente, existe uma dificuldade de voltar o atendimento das políticas públicas a essas pessoas. O Programa de Qualificação Social e Profissional (PQSP) tem como meta o estabelecimento de parcerias para a questão de elevação de escolaridade dos educandos participantes dos cursos de qualificação, bem como a priorização dessa população, por meio de termo de referência a ser desenvolvido no primeiro semestre de 2008, de forma a apresentar estratégias para incorporar cada vez mais as pessoas com menos escolaridade nos cursos de qualificação.

3. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE JOVENS (16 A 24 ANOS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PQSP tem como premissa priorizar a parcela da população considerada em situação de vulnerabilidade social frente a outros públicos. Dessa forma, tendo em vista a situação dos jovens e sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho brasileiro, principalmente, quanto ao primeiro emprego, estes se caracterizam como público preferencial de acesso aos cursos de qualificação. Para tanto, tem-se como base o percentual de participação desse público na População Economicamente Ativa (PEA). Dessa forma, pode-se inferir, a partir do resultado apresentado, que este indicador atendeu aos seus propósitos, pois superou em 119,38% a participação dos jovens na PEA.

4. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE MULHERES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PQSP tem como premissa priorizar a parcela da população considerada em situação de vulnerabilidade social frente a outros públicos. Dessa forma, tendo em vista a situação

das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, principalmente, quanto à baixa renda se comparada a dos homens, elas se caracterizam como público preferencial de acesso aos cursos de qualificação. Para tanto, tem-se como base o percentual de participação desse público na PEA acima de 16 anos. Dessa forma, pode-se inferir, a partir do resultado apresentado, que este indicador atendeu aos seus propósitos, pois superou em 40,86% a participação das mulheres na PEA acima de 16 anos.

5. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE NÃO-BRANCOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PQSP tem como premissa priorizar a parcela da população considerada em situação de vulnerabilidade social frente a outros públicos. Dessa forma, tendo em vista a situação das populações negra, parda e indígena no mercado de trabalho brasileiro, principalmente quanto à dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a baixa renda se comparada aos demais, os afro-descendentes e índio-descendentes se caracterizam como público preferencial de acesso aos cursos de qualificação. Para tanto, tem-se como base o percentual de participação desse público na PEA. Dessa forma, pode-se inferir, a partir do resultado apresentado, que este indicador atendeu aos seus propósitos, pois superou em 4,30% a sua participação na PEA.

6. TAXA DE ENCAMINHAMENTO PÓS-QUALIFICAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:
Este indicador quantifica os beneficiários das ações de qualificação que foram encaminhados pelas entidades executoras dos cursos ou a um posto de intermediação de mão-de-obra, ou a uma empresa específica, ou a uma associação, ou a algum posto de trabalho por meio da Entidade Executora, ou a cooperativas, associações produtoras ou micro empresas. Nesse contexto, o resultado para o indicador foi positivo, pois mais de 85% dos educandos desocupados participantes dos cursos de qualificação foram intermediados ao mundo do trabalho após concluírem os cursos de qualificação.

7. TAXA DE INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PQSP, a partir do agrupamento de seus públicos, tem como meta a priorização de públicos específicos. Para o cálculo deste indicador são considerados os públicos caracterizados como componentes da integração do PQSP com outras políticas públicas de trabalho, desenvolvimento e inclusão social. Entretanto, os públicos são definidos de forma territorializada, ou seja, cada Unidade da Federação ou Município tende a focalizar os públicos a serem atendidos de acordo com as características de sua população e das necessidades do mercado de trabalho local. Dessa forma, o resultado deste indicador,

apesar de estar abaixo do índice previsto, não indica um resultado negativo, mas aponta para a necessidade de revisão dos públicos a serem considerados prioritários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de trabalho nacional caracteriza-se por um alto grau de desigualdade de oportunidades de trabalho, emprego e renda. As populações mais vulneráveis, entendidas como grupos sociais submetidos à discriminação de gênero, raça/etnia ou que apresentam baixa escolaridade e/ou renda, são as mais fortemente impactadas, sendo a taxa de desemprego metropolitano manifestamente desfavorável às mulheres e aos jovens.
Tais características estruturais demandam, para ser superadas, uma maior possibilidade de acesso à educação continuada em associação estreita com outras ações e políticas de Governo voltadas para a elevação da escolaridade e do desenvolvimento sócio-econômico local, regional e nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Qualificação de 117.498 trabalhadores.

- Encaminhamento de 88,5% dos educandos pós-qualificação ao mundo do trabalho.

- Cobertura de cerca de 64,4% de pessoas, pela qualificação, oriundas de outros programas governamentais voltados para a geração de emprego, trabalho, renda e inclusão social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O Programa Qualificação Social e Profissional (PQSP) contribui para promover a integração das políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, por meio da qualificação social e profissional e da certificação do trabalhador, com vistas a possibilitar seu acesso e permanência no mundo do trabalho. A execução das ações do Programa ocorre de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) estabelecidos em convênios com Estados, Municípios com mais de 300 mil habitantes e consórcios municipais, que se responsabilizam pela articulação das demandas de qualificação e pela contratação de entidades executoras e também mediante Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) estabelecidos em convênios com entidades de educação e qualificação profissional com reconhecida competência e experiência.

A meta física do Programa constante da LOA 2007 era de 128.104 trabalhadores qualificados. As metas físicas foram internamente revistas em consonância ao contingenciamento orçamentário-financeiro inicial do PQSP, sendo redimensionadas para 108.511 trabalhadores qualificados. Ao longo de 2007 com o aumento dos limites

orçamentário-financeiro do PQSP para a realização das ações de qualificação, a execução física (considerando os qualificandos em curso) ficará próxima da meta inicial prevista no orçamento de 2007. Isso em decorrência dos convênios que foram firmados no decorrer da execução visando ao comprimento da meta física constante do PPA. Os convênios firmados somam o total de 124.433 trabalhadores nos Planos de Trabalho pactuados, sendo 108.511 com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 15.932 com recursos provenientes de contrapartida prevista nos convênios.

Em relação à sua transversalidade, dentre os públicos prioritários para fins de aplicação dos recursos disponíveis ao PQSP tem-se os trabalhadores (as) beneficiários(as) de políticas afirmativas, tanto pelo enfoque de gênero quanto pelo enfoque de etnia, os trabalhadores(as) domésticos(as) e os trabalhadores(as) de populações tradicionais étnicas (quilombolas, indígenas etc.).

Além da priorização por público específico, para a seleção dos participantes em todas as ações de qualificação social e profissional no âmbito do PNQ, independentemente do público para a qual esteja especificado, as convenentes devem, atendendo ao disposto no § 1º, do Art. 8º, da Resolução nº. 333/2003 do CODEFAT, prover preferência de acesso às pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente, particularmente os trabalhadores/as com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho (desempregado de longa duração, afro-descendentes, índio-descendentes, mulheres, jovens, portadores de deficiência e outras), tendo como referência a proporção dessas populações na População Economicamente Ativa (PEA).

Em relação ao monitoramento sobre o desempenho físico das ações, as ações de supervisão são realizadas por equipe técnica do MTE, com apoio das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs). Tais supervisões ocorrem por meio de visitas nas entidades conveniadas, nas entidades executoras contratadas para a realização dos cursos, e, *in loco*, nas turmas em que os cursos estão ocorrendo. Os resultados das ações dessas supervisões, realizadas em 2007, são consolidados em relatórios de supervisão. Foram realizadas, em 2007, 37 supervisões operacionais nos convênios firmados no âmbito do PQSP. Além disso, o monitoramento do PNQ tem como ferramenta de apoio o Sistema de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE), que se encontra em processo de redefinição. O SIGAE apresenta controles rígidos para a supervisão direta do MTE em todos os projetos e as ações de qualificação desenvolvidas no âmbito do PNQ. A partir do SIGAE é possível aferir o resultado dos indicadores do PQSP, bem como acompanhar as metas físicas e financeiras e monitorar a execução dos contratos que são estabelecidos no âmbito dos convênios firmados para a execução do programa.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Estes perfizeram o total de R$ 120.422.509. Entretanto, o esforço fiscal do Governo Federal implicou redução na disponibilidade orçamentária do Programa, estabeleceu-se como limite de empenho o valor de R$ 86.476.933,00 que corresponde a 71,81% do montante previsto na LOA. Do limite de empenho, o MTE empenhou R$ 85,9 milhões, que corresponde a 99,41% do limite para empenho. Referente aos pagamentos efetuados no âmbito dos convênios

firmados para a execução das ações tem-se que R$ 64,3 milhões foram efetivamente pagos até 21.01.2008, segundo informações constantes do Siafi gerencial.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. O CODEFAT instituiu a Resolução nº 558, de 22 de maio de 2007, que ampliou, em caráter excepcional, o prazo para execução das ações de qualificação social e profissional para até abril de 2008. Dessa forma, ficou garantida a continuidade da execução dos cursos previstos. Tal prorrogação foi necessária devido ao repasse de recursos ter ocorrido somente a partir de junho de 2007, e a execução dos cursos de qualificação requerer processo de seleção e contratação das entidades executoras, conforme normativo constante da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, além da necessidade de cumprimento de uma carga horária média de 200 horas para os cursos, sendo requerido para alguns cursos carga horária superior a 200 horas.

Há quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, pois para desenvolver todas as ações previstas no Programa, o MTE dispõe de uma estrutura enxuta, que busca articular as três funções essenciais: qualificação social e profissional, certificação, e orientação profissional. As ações de análise de projetos e procedimentos para firmar convênios, acompanhar convênios, e prestar contas requerem uma quantidade de recursos humanos superior a disponível. Frisa-se, ainda, que há morosidade dos convenentes quanto ao envio de documentação e informações em tempo hábil para as tomadas de decisão do Ministério. Além disso, os convenentes não analisam de forma adequada as cláusulas constantes dos convênios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução, pois historicamente as organizações não-governamentais (ONGs) têm atuado de forma complementar aos Estados e Municípios, desenvolvendo suas atividades de acordo com as normas legais constantes dos Termos de Convênio, tendo seu desempenho sido avaliado de maneira positiva, tanto no cumprimento das metas, quanto na execução físico-financeira das atividades. Em referência às dificuldades, cumpre destacar a inexistência de processos legais com critérios objetivos e transparentes para a seleção das referidas ONGs para conveniamento.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria do MTE, que encaminha questionamentos e denúncias sobre a política pública de qualificação, que são analisadas e respondidas prontamente pela equipe gestora do PQSP. Também, quando da execução de Planos Setoriais de Qualificação, viabilizados a partir de convênios firmados com entidades sem fins lucrativos, as ações são planejadas no âmbito de uma Comissão de Concertação, formada em audiência pública, com representações do Governo, trabalhadores e empregadores (tripartite). No que tange aos Planos Territoriais de Qualificação, viabilizados a partir de convênios com Estados e Municípios com mais de 300 mil habitantes, as ações são planejadas no âmbito das Comissões Estaduais/Municipais de Emprego, que são de caráter tripartite e paritário, cabendo a estas a missão de aprovar os planos que serão apresentados ao MTE para conveniamento.

A participação social, por meio das audiências públicas, formação das Comissões de Concertação ou por meio dos Conselhos Estaduais e Municipais, contribui para a priorização das ações a serem executadas ainda na fase de planejamento, abordando sua forma de desenvolvimento. Assim, tal participação é fundamental para a consolidação da política pública de qualificação.

Em que pese a existência de aplicação de questionários aos beneficiários do Programa, não há sistematização nacional das respostas de forma a apresentar resultados objetivos para a melhoria no desenvolvimento das ações realizadas pelas entidades executoras. Entretanto, tais resultados são aplicados pelas entidades executoras a todos os educandos do Programa e servem como balizador para a melhoria de seus cursos.

Em termos de boas práticas, destaca-se que a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) atua de forma integrada com as demais secretarias/setores integrantes da estrutura do MTE. O Convênio Plurianual único consolidou em um só convênio políticas distintas desenvolvidas no âmbito da SPPE (qualificação, intermediação de mão-de-obra, habilitação do seguro-desemprego e informações sobre o mercado de trabalho), ampliando, dessa forma, a probabilidade de execução de ações integradas. O Sistema de Gestão de Ações de Emprego (SIGAE) consolidou-se em um sistema de referência para políticas públicas, no âmbito da qualificação. O sistema funciona totalmente online, e incorpora funções de planejamento, acompanhamento, monitoramento e prestação de contas. A esse sistema atribui-se a maior parte dos controles rígidos no que concerne ao monitoramento dos convênios.

A gerência enfatiza a necessidade de foco nas ações não somente nos públicos, mas nas linhas de atuação do Programa, que são quatro:

a) projetos especiais de qualificação;

b) planos voltados a setores econômicos específicos;

c) planos voltado ao atendimento de púbicos vulneráveis sócio e economicamente;

d) planos em âmbito territorial.

Ademais, inexiste uma ação que contemple o acompanhamento e parametrização das ações de qualificação social, profissional e ocupacional dos trabalhadores/as, de forma a criar uma pluralidade de políticas e ações, permitindo assim, comparar dados, concentrar os esforços, reduzir custos, analisar as experiências exitosas e disseminá-las em todo o Território Nacional.

Priorizar a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial, de forma a otimizar os procedimentos adequados de análise e acompanhamento dos convênios e a devida prestação de contas.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que em 2007, o Programa foi objeto de oficina específica, baseada na metodologia do Modelo Lógico, de forma a analisar e validar, pela gerência, seu desenho para o PPA 2008-2011. Na ocasião, foram detalhadas as ações dos PlanSeQs, PlanTeQs e de acompanhamento e parametrização de Sistemas Públicos, Privados e Paraestatais de Qualificação Social e Profissional.

O MP ressalta ainda que a execução das ações de certificação profissional e disseminação de metodologias sociais ficou muito aquém do planejado, demonstrando necessidade de avaliação quanto à sua implementação. Além disso, a taxa de integração das políticas permaneceu estável nos dois últimos anos, sugerindo a necessidade de revisão acerca da capacidade de articulação do Programa com políticas públicas complementares de geração de emprego e renda.

Observa-se também que apesar de mais de 88% dos educandos desocupados terem sido encaminhados para o preenchimento de vagas, após concluírem os cursos de qualificação em 2007, houve queda relativa em comparação a 2006, quando a taxa alcançou 93,7%. Deve-se atentar para a hipótese de um aspecto meramente conjuntural ou de necessidade de resposta mais incisiva por parte do MTE de forma a garantir a integração das ações de qualificação e intermediação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

O MP ressalta que o índice do indicador da participação relativa de não-brancos nos cursos de qualificação deve servir de alerta, já que apresenta queda considerável desde sua primeira apuração, em 2004, passando de 131,0 para 104,3. Assim, apesar de o índice do indicador demonstrar a superação em 4,30% da participação de não-brancos na PEA, decaiu quase 21% quando comparado a 2004. Também houve queda quanto ao índice do indicador voltado para as mulheres, passando de 147,00, em 2006, para 140,86, em 2007 (porém, em relação a 2004, houve aumento de cerca de 12%). Ainda, o índice do indicador relativo à cobertura da população de baixa escolaridade decresceu em relação a 2004 (de 94.00 para 92.31). Todos esses resultados devem servir de alerta quanto à seleção do público prioritário do Programa. Destaque positivo para o aumento da carga horária média ao longo do período 2004-2007 (de 131 h para 197,5 h), e para a qualificação de jovens no âmbito do Programa, superando sua participação na PEA em quase 120%.

REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

GERENTE DO PROGRAMA

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela

OBJETIVO

Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa (PEA)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.395.984,00	Empenho Liquidado:	R$ 19.391.642,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 19.391.642,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados - Porcentagem	89.94	89.83	86.46	86.03	89.50	96,12%

1. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com relação ao indicador do Programa Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados, a previsão ao final do Programa foi estabelecida como sendo de 89,5%, índice que não foi alcançado, uma vez que o percentual, ao longo do período do PPA 2004-2007 ficou sistematicamente em torno de 86%. Cumpre aqui ressaltar que o índice inicialmente estabelecido foi de 86% ao final do PPA 2004-2007, mas este índice foi ajustado para 89,5% pela Unidade de Monitoramento e Avaliação do MTE. Focando a inspeção trabalhista em empresas com histórico de irregularidades, torna-se mais difícil conseguir a regularização durante a ação fiscal, tendo, desta forma, um acréscimo do número de autos de infração lavrados. Esse fato justifica um índice final, em 2007, menor do que os registrados em 2006 (86,46%), 2005 (89,83%) e em 2004 (89,93%).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cerca de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira está inserida no mercado de trabalho sem ter seus direitos respeitados, uma vez que trabalham sem a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada. Ademais, em virtude das diversas alterações que a legislação trabalhista sofreu nos últimos anos, os níveis de precarização se agravaram, afetando negativamente as condições de trabalho, inclusive no meio rural. Por estes fatos, torna-se necessária a intervenção do Estado, principalmente por meio de seu corpo fiscal, de forma a combater a precarização e verificar o cumprimento eficaz das normas legais e convencionadas. Assim, com o Programa Rede de Proteção ao Trabalho é possível fiscalizar, além das obrigações trabalhistas e a arrecadação do FGTS, o trabalho no campo com o intuito de garantir direitos trabalhistas para uma maior parcela da PEA, reduzir a precarização e fortalecer a cidadania dos integrantes do mercado de trabalho brasileiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, houve 746.245 trabalhadores registrados pela ação da fiscalização do trabalho, número superior em 11,4% ao registrado em 2006, garantindo aos trabalhadores o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários. O total geral de trabalhadores alcançados pelas ações da fiscalização do trabalho também foi expressivo, 32.178.333, superando os números de 2006, cujo total chegou a 30.681.772. Cumpre destacar que do total de trabalhadores registrados sob ação fiscal, 138.023 foram trabalhadores rurais.

• A partir das atividades de fiscalização, o foco do Programa é a garantia do cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho, principalmente, no que tange à formalização do vínculo empregatício. Estas atividades são divididas basicamente em duas ações: 2628 - Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e 4785 - Fiscalização do Trabalho no Campo. As duas obtiveram resultado acima de 100% do previsto para 2007. A primeira alcançou cerca de 608.000 trabalhadores valendo-se de cerca de 69% dos recursos previstos. Já a segunda ação alcançou 138.000 trabalhadores na área rural, utilizando-se cerca de 94% da dotação orçamentária prevista. Os resultados demonstram que a estratégia de planejamento implementada, ainda em 2004, apresentou resultados positivos. A partir de um diagnóstico prévio, estabelecido por meio de consulta às entidades representativas de trabalhadores de cada regional, o planejamento das ações fiscais destinou-se aos locais e às atividades que apresentam fortes indícios de irregularidades trabalhistas.

A Ação Combate à Discriminação no Trabalho não se molda ao conjunto das demais ações do Programa, pois estas têm relação com a inspeção do trabalho, necessitando de ações de fiscalização para se atingir seus resultados e metas. Aquela tem como produto o número de trabalhadores alcançados, sempre em denúncias de discriminação no trabalho, feitas mediante comparecimento em plantão de orientação trabalhista nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), de tal forma que deveria integrar um programa específico com objetivos direcionados para toda e qualquer forma de discriminação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O desempenho físico das ações do Programa é monitorado por meio de reuniões de trabalho com as chefias da fiscalização das 27 unidades descentralizadas nas quais são discutidos os resultados e problemas na execução do planejamento e, também, mediante:

a) visitas *in loco* às unidades descentralizadas, especialmente, quando se verificam problemas de maior gravidade na condução do planejamento regional;

b) verificação de dados no Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SFIT), para as ações 2628 e 4785, o qual é alimentado diretamente pelos Auditores Fiscais do Trabalho (AFTs) e processado mensalmente, tendo os resultados disponibilizados por volta do dia 10 de cada mês;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), utilizado como ferramenta complementar na análise da execução física *versus* execução financeira;

d) tomada de contas anual, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), o qual se torna mais um subsídio para analisar a execução do planejamento anual da fiscalização do trabalho.

Os recursos orçamentários foram suficientes se consideradas apenas as dotações autorizadas pela LOA. Cumpre ressaltar, porém, que o contingenciamento de recursos (com arrefecimento apenas em meados do quarto trimestre) e o limite anual de gastos com diárias e passagens prejudicam resultado mais expressivo. Nesse sentido, os recursos orçamentários da Ação Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS ocultam uma despesa obrigatória que é a indenização de transportes paga aos AFTs. Dos R$ 12,3 milhões executados em 2007, R$ 7,3 milhões foram destinados para custear a referida indenização. O montante que sobra é insuficiente para direcionar a fiscalização do trabalho para todos os focos de informalidade do País, o que conduz a priorização de determinadas atividades econômicas e/ou região. O melhor seria destacar este pagamento em uma ação específica, denominada Indenização de Transporte.

O montante gasto na Ação Gestão de Administração do Programa (GAP) é residual se comparado com o total executado em 2007 no Programa (menos de 1% do total). Os recursos desta ação são utilizados para a realização de reuniões com chefias da fiscalização das 27 SRTEs, e de grupos técnicos formados com AFTs de diversas SRTE com um fim específico. Também são utilizados recursos desta ação para o deslocamento de AFTs para análise dos recursos administrativos referentes a autos de infração e notificações lavradas nas SRTE com apelação para a Coordenação-Geral de Recursos, 2ª instância administrativa, localizada na Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), em Brasília. As viagens da equipe da SIT para as SRTE também são custeadas por esta ação. Tais gastos contribuem para a implementação das ações, uma vez que permitem o monitoramento *in loco* e das trocas de

experiências entre as chefias das 27 SRTEs. Cumpre registrar que esta ação sofreu um forte contingenciamento no ano, motivo pelo qual sua execução foi abaixo de 50%.

Não há equipamentos de informática em número suficiente para a equipe da gerência, especialmente impressoras. Os equipamentos existentes, em bom número, não suportam executar os programas e sistemas informatizados que foram implementados a partir de 2005. Ainda, a rede corporativa do MTE é muito lenta, oscilando muito, prejudicando o andamento das tarefas diárias. Assim, a inserção de dados no SIGPlan durante o dia é, em alguma vezes, prejudicada, devido aos problemas na rede local.

Nas equipes executoras, os recursos materiais e de infra-estrutura também foram considerados insuficientes. As ações são executadas, em sua maioria, nas SRTEs, por meio da fiscalização do trabalho. Nas unidades descentralizadas, a situação é precária, faltando materiais simples, como papel, cartucho para impressoras e toner para máquina copiadora, e até equipamentos de informática, especialmente para as ações que exigem levantamento de débito para com o FGTS, e veículos apropriados para a realização das ações rurais. Ainda, o mesmo problema que vive a gerência, também é vivenciado pelas SRTEs, no que se refere à rede corporativa do MTE. Nas unidades localizadas fora da capital do Estado o problema se agrava, pois ainda há Agências Regionais e Gerências Regionais do Trabalho e Emprego que nem sequer estão interligadas em rede.

O número de AFTs, responsáveis pelo alcance das metas físicas previstas, é insuficiente para atacar o problema da informalidade no País. Segundo parâmetros internacionais previstos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número deveria ser em torno de 4.500 AFTs em todo o Brasil, número que fechou 2007 em 3.177. Também há insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial. A qualificação dos recursos humanos é uma necessidade constante em qualquer entidade, seja ela pública ou privada, não só para melhorar e aperfeiçoar o desempenho individual e coletivo, mas também como um importante fator motivacional. Em 2007, o MTE, por falta de recursos próprios, não capacitou nenhum servidor da equipe gerencial, nem AFT das equipes executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Todas as 27 SRTEs instituíram a Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), com a participação das chefias da fiscalização do trabalho, representantes da autoridade regional e representações de trabalhadores mais expressivas do Estado. Tais comissões atuam na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento das ações fiscais. As contribuições para o resultado do Programa podem ser identificadas por uma melhor focalização das ações da fiscalização, triagem mais adequada das denúncias recebidas de irregularidades trabalhistas, evitando superposição, além de uma definição mais clara das prioridades, ainda, as avaliações semestrais realizadas pela CCIT possibilitam a correção de rumos no âmbito do planejamento das ações de fiscalização do trabalho.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, materializadas pelo planejamento das ações fiscais com a colaboração das

entidades sindicais de trabalhadores, além do cruzamento dos bancos de dados disponíveis ao MTE, possibilitando pré-fiscalização e melhor focalização das ações, direcionando-as para as regiões/atividades econômicas onde há maiores indícios de irregularidades, racionalizando, desta forma, a utilização do contingente reduzido de AFT.

A gerência do Programa enfatiza a necessidade de incrementar o número de reuniões anuais, pelo menos quatro ao todo, com as chefias da fiscalização das 27 unidades descentralizadas, nas quais são discutidos os resultados e problemas na execução do planejamento. Para tal, faz-se necessário ampliar os limites orçamentários e de gastos com diárias e passagens para o MTE. É preciso ainda qualificar a equipe gerencial, bem como os AFTs das equipes executoras, de forma a melhorar e aperfeiçoar o desempenho individual e coletivo, com vistas ao atendimento efetivo do objetivo do Programa.

A gerência também ressalta a necessidade de inserir da Ação Indenização de Transporte para melhor clarificação dos gastos da Ação Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS. Com esta divisão de ações, ficaria mais fácil a execução da segunda ação, já que o contingenciamento atinge o total de cada ação e, como a verba de indenização de transporte está prevista em lei, não há como contingenciá-la. Separando-se os gastos com a ação de fiscalização, esses ficariam restritos ao custeio das ações fiscais em si, tais como, pagamento de diárias, passagens, combustível, entre outros.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que na elaboração do PPA 2008-2011 foi contemplada a solicitação da gerência do Programa de excluir a Ação finalística Combate à Discriminação no Trabalho, por tratar-se de uma atividade rotineira, a qual independe de um planejamento prévio de fiscalização. Ainda, foi inserida a Ação Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, a qual visa verificar o cumprimento de cotas de pessoas com deficiência nos termos da legislação em vigor, e que se valia de recursos da Ação Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS.

O MP informa que as ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo do Programa. Nesse sentido, todos os gastos que contribuem para o atendimento da finalidade da ação, devem a ela ser incorporados. Aqueles que, por ventura, não possam ser incorporados a uma ação finalística específica do Programa, devem ser dimensionados na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP). Assim, não há inconsistência metodológica quanto ao dispêndio de "indenização de transportes" estar inserida na Ação Fiscalização das Obrigações Trabalhistas, por ser uma atividade inerente e essencial desta ação. Percebe-se ainda que foram utilizados cerca de 69% da dotação orçamentária fixada para ação, sugerindo forte impacto do contingenciamento orçamentário e do fluxo de recursos. Assim, deve-se trabalhar internamente junto à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MTE), quando da divulgação dos limites de programação orçamentário-financeira do exercício e do cronograma de desembolso, de forma a que o MTE priorize as ações de fiscalização, atividade exclusiva do Estado.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

GERENTE DO PROGRAMA

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela

OBJETIVO

Proteger a vida, promover a segurança e saúde do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

PÚBLICO-ALVO

População Ecomicamente Ativa (PEA)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.457.439,00	Empenho Liquidado:	R$ 43.640.314,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 43.640.315,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho - 1/1.000	13.79	14.98	15.63	18.19	14.00	-
2. Coeficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho - 1/10.000	9.14	11.10	12.00	9.62	8.26	-
3. Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho - 1/100.000	11.13	11.30	10.75	9.81	10.70	-
4. Coeficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde - 1/1.000	627.00	647.00	770.00	702.32	655.00	107,22%
5. Taxa de Acidentes Fatais Investigados - Porcentagem	23.00	19.63	22.45	20.46	25.00	81,84%

1. COEFICIENTE DE ACIDENTES DECORRENTES DO TRABALHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A tendência esperada para o índice é decrescente. A meta não foi alcançada. A viabilidade de alcance do índice foi muito baixa em razão da melhoria na qualidade da informação e notificação de acidentes de trabalho, promovida pela intensificação das ações fiscais e pela ampliação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast), do Sistema Único de Saúde (SUS).

2. COEFICIENTE DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Aplica-se a mesma justificativa utilizada para o indicador Coeficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRABALHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A tendência esperada para o índice é decrescente. Assim, a meta foi alcançada além do previsto.

4. COEFICIENTE DE TRABALHADORES ALCANÇADOS PELA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice foi alcançado, acima do previsto, em razão da intensificação das ações de inspeção em segurança e saúde no trabalho.

5. TAXA DE ACIDENTES FATAIS INVESTIGADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A viabilidade de alcance foi baixa em razão da dificuldade de acesso à informação sobre a ocorrência de acidentes de trabalho.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As condições de trabalho no Brasil continuam sendo a causa de mortes, doenças e mutilações para um grande número de pessoas. Somente em 2002, o Ministério da Previdência Social registrou 387.905 acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, dentre os quais 2.898 resultaram em óbito e 15.029 tiveram como conseqüência a incapacidade permanente do trabalhador. No entanto, tais dados expressam a realidade de apenas um terço da PEA do País. Em 2002, dentre os aproximadamente 86,05 milhões de trabalhadores pertencentes à PEA, apenas 29,94 milhões eram contribuintes empregados. Este dado evidencia uma clara subnotificação de casos de acidentes e doenças relacionados ao trabalho informal. Também não estão incluídos nas estatísticas da Previdência Social, os casos envolvendo os servidores públicos. As conseqüências desse cenário são desastrosas para os trabalhadores e suas famílias, para as organizações (empresas tanto públicas quanto privadas, cooperativas, instituições, etc.) e para o Estado, que são obrigados a assumir os custos diretos e indiretos dos agravos à saúde decorrentes do trabalho. Estima-se que tais custos possam alcançar cifras da ordem de 2% a 4 % do Produto Interno Bruto (PIB).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram realizadas 157.376 ações fiscais específicas da área de segurança e saúde no trabalho, as quais alcançaram o conjunto de 19.545.595 trabalhadores e propiciaram a correção de 849.797 situações irregulares. Essas ações apresentavam risco à saúde e à integridade física dos trabalhadores. Ainda, foram concluídas as análises das causas de 2.001 acidentes de trabalho e impostos 4.139 embargos e interdições.

• Ainda, no âmbito das ações da Fundacentro, foram qualificadas 5.404 pessoas em segurança e saúde no trabalho, e distribuídos mais de 60.000 exemplares de material técnico-científico, didático e institucional sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

• Ressalta-se, também, a ampliação do número de trabalhadores alcançados pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) que foi de 10.066.789 trabalhadores, superando em cerca de 10% a meta atingida em 2006 (9.146.479 trabalhadores). Cabe salientar que o PAT oferece incentivo fiscal às empresas participantes, de forma a contribuir decisivamente na prevenção de agravos à saúde do trabalhador.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa possui um total de 16 ações, dentre as quais duas não-orçamentárias e sete padronizadas, que concorrem tanto para a promoção da segurança e saúde do trabalhador, por meio da ação de fiscalização realizada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/MTE), quanto para a produção e difusão de conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho mediante as ações executadas pela Fundacentro.

Avançou-se na implementação das medidas de prevenção de agravos à saúde do trabalhador estabelecidas em normas publicadas, e construíram-se importantes instrumentos para o combate aos acidentes e às doenças relacionadas ao trabalho. As ações de qualificação e produção técnico-científica em Segurança e Saúde no Trabalho (SST), assim como as de avaliações médicas, análises e ensaios de laboratório em Segurança e Saúde no ambiente de trabalho e as de avaliação de sistemas, métodos e equipamentos de proteção individual e coletiva do trabalhador, apresentaram resultados superiores ao esperado, sendo os recursos orçamentários suficientes. Entretanto, a descontinuidade de fluxo prejudicou a execução adequada do planejamento da fiscalização, assim como as ações de análise de acidentes de trabalho. Quanto à Fundacentro, o limite de $^{1}/_{12}$ do orçamento liberado em abril acarretou prejuízos, em função das licitações, gerando o cancelamento de algumas atividades e a devolução de recursos, ao final do ano, por não haver tempo hábil para executá-los.

Existem, no âmbito da gerência, mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Reuniões de trabalho são realizadas periodicamente com as chefias de fiscalização e segurança e saúde no trabalho das 27 unidades regionais do MTE. Também são realizadas reuniões técnicas com grupos de auditores que integram equipes de trabalho de projetos de fiscalização. Ainda, o Sistema Federal de Inspeção do Trabalho registra

mensalmente as ações de inspeção em segurança e saúde no trabalho executadas em todo o Território Nacional. É válido mencionar que as ações da Inspeção do Trabalho são planejadas anualmente, definindo-se prioridades nacionais e regionais para as ações. Semestralmente, o cumprimento do planejamento das regionais é monitorado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho. As ações de regulamentação em SST são planejadas e monitoradas pela Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), órgão vinculado à Secretaria. As ações desenvolvidas no âmbito do PAT são monitoradas pela CTPAT.

Os recursos da GAP são disponibilizados à Fundacentro, pois não possui rubrica própria de administração da unidade. Foram utilizados cerca de R$ 31,5 milhões na dotação total do Programa de R$ 43,6 milhões.

Os recursos materiais são insuficientes nas equipes executoras, pois faltam equipamentos e materiais, inclusive de informática, para a execução das ações da inspeção e regulamentação em segurança e saúde no trabalho, assim como do PAT. A Fundacentro possui laboratórios que atendem a todas as pesquisas da entidade e também ao Ministério Público da União (MPU) e Judiciário e uma gráfica, os quais necessitam de renovação dos equipamentos, sendo o recurso disponível insuficiente. Ainda, a infra-estrutura de algumas superintendências e gerências regionais é precária. Nas unidades da Fundacentro faltam equipamentos de informática e material audiovisual para os projetos e produção de vídeos e DVDs.

Há quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. De fato, o dimensionamento da equipe do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho é insuficiente para o adequado acompanhamento da execução do Programa. Além disso, o número de AFTs lotados na área de segurança e saúde do trabalho em algumas regionais é insuficiente e mal-distribuído. Há escassez de servidores técnico-administrativos que apoiam às ações do Programa. A qualificação dos AFTs, em geral, é adequada. Entretanto, seriam necessárias ações periódicas de atualização e capacitação em relação a novos temas relevantes para a área.

Lembra-se que o desempenho das ações de fiscalização, tendo em vista os resultados esperados, depende do deslocamento dos servidores das suas sedes para os locais da execução, especialmente, em projetos nacionais estratégicos. O deslocamento torna-se inviável quando existem limitações para a execução orçamentária. Além disso, as ações com recursos descentralizados podem ser melhoradas nas unidades regionais do MTE, por meio da focalização nos segmentos identificados no planejamento anual da fiscalização.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destaca-se a publicação de novas normas de segurança e saúde:

a) anexo I Norma Regulamentadora (NR) 17 (*Checkouts*) - Portaria SIT nº 08, de 30.03.2007 - objetiva estabelecer parâmetros e diretrizes mínimas para adequação das condições de trabalho dos operadores de *checkout*, visando à prevenção dos problemas de saúde e segurança relacionados ao trabalho;

b) anexo II NR 17 (Telemarketing/Teleatendimento)- Portaria SIT nº 09, de 30.03.2007 - estabelece parâmetros mínimos para o trabalho em atividades de teleatendimento/telemarketing nas diversas modalidades desse serviço, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente;

c) anexo I NR 19 (Fogos de Artifício)- Portaria SIT nº 07, de 30.03.2007 - aplica-se a todos os estabelecimentos de fabricação e comercialização de fogos de artifício e outros artefatos pirotécnicos;

d) anexo IV da NR 18 (Plataforma de Trabalhos Aéreos) - Portaria SIT nº. 15, de 21.06.2007;

e) atualização das NR nº. 30, sobre Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário e nº 04, sobre Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho.

Destaca-se ainda a qualificação em SST, mediante realização de cursos em todas as unidades descentralizadas da Fundacentro, atendendo aos profissionais e aos trabalhadores nos diferentes projetos ligados a construção civil, proteção de máquinas, pesca, eliminação da silicose, marmorias, fundições, radiações ionizantes, espaços confinados, segurança química, área rural (agricultura familiar e agrotóxicos). Ainda, obteve-se produção técnico-científica em SST por meio da divulgação das pesquisas sobre os diferentes processos produtivos e setores (marmorarias, chumbo, silicose, agrotóxicos, pesca, vestuário, espaços confinados) em revistas indexadas, em congressos nacionais e internacionais (Suécia, França, Holanda, Chile), além da disponibilização de todo material produzido em teses realizadas pelos pesquisadores da Fundacentro no portal da instituição.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante:

a) consulta pública - todo o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho passa por etapa de consulta pública;

b) discussão em conselho setorial - as Comissões de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT) participam e opinam sobre o diagnóstico, planejamento e monitoramento das ações nas unidades regionais;

c) Ainda, grupos e comissões tripartites temáticos participam de todo o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho. A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) coordena o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho.

A participação social foi decisiva na definição dos setores econômicos de intervenção prioritária pela inspeção e na escolha das medidas de prevenção de acidentes a serem regulamentadas. Ainda, os maiores beneficiários do Programa são os trabalhadores alcançados pela inspeção do trabalho, inexistindo mecanismos para avaliação da satisfação. Entretanto, como as representações de trabalhadores participam ativamente das ações de

inspeção e regulamentação em segurança e saúde no trabalho, considera-se esta como uma avaliação indireta.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, pois a inspeção do trabalho elabora anualmente o planejamento de suas atividades, existindo metas definidas e monitoramento semestral.

A gerência do Programa enfatiza que é necessário promover a reformulação dos indicadores do Programa, uma vez que alguns se correlacionam apenas indiretamente com os efeitos do conjunto das ações e são afetados por ações de terceiros. Ações de natureza administrativa precisam ser incorporadas na GAP, mantendo-se o foco nas que possuem relação com o objetivo do Programa.

A gerência afirma que a principal ação do Programa (Inspeção em SST) alcança os ambientes de trabalho onde existe relação de emprego (formalizada ou não). Portanto, é necessária a revisão do público-alvo, que atualmente é toda a PEA, além de priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que não houve proposta de alteração dos indicadores do Programa na elaboração do PPA 2008-2001. Assim, o momento adequado para eventuais retificações será na revisão do Plano, que ocorrerá no primeiro semestre de 2009.

O MP esclarece que a metodologia do Planejamento Governamental Federal preconiza que gastos administrativos vinculados a uma Unidade Orçamentária (no caso a Fundacentro) que possua apenas um Programa (Segurança e Saúde no Trabalho), devem ser explicitados neste. É diferente da Ação de GAP, a qual relaciona gastos que contribuem para o alcance do objetivo do Programa, e que não podem ser associados diretamente às suas ações finalísticas. E também considera-se analisar a viabilidade de criação da Ação Administração da Unidade para o Programa, de forma a dar maior transparência aos recursos atualmente executados no âmbito da ação GAP.

O MP lembra que o público-alvo foi objeto de adequação durante a elaboração do PPA 2008-2011, conforme solicitação da gerência do Programa. A PEA foi substituída por Trabalhadores formais e informais.

A priorização de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, do ponto de vista orçamentário, deve ocorrer quando da alocação dos recursos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MTE (SPOA/MTE), após a divulgação dos limites orçamentários pelo MP, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual.



MINISTÉRIO DO TURISMO

Brasil: Destino Turístico Internacional

Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Turismo (MTur), foram utilizados **R$ 1.783.597.829,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 2.102.299.225,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.783.597.829,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 2.102.299.225,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.783.597.829,00**

Além disso, do total de **R$ 757.783.750,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 565.935.440,00**, ou seja, 74,7%.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MTur, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1163 Brasil: Destino Turístico Internacional	22,38%	15,31%	7,66%	7,82%	10,47%
	1166 Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos	74,95%	82,61%	90,71%	91,24%	88,04%
Finalístico Soma		**97,33%**	**97,91%**	**98,38%**	**99,06%**	**98,51%**
Gestão de Políticas Públicas	1001 Gestão da Política de Turismo	2,67%	2,09%	1,62%	0,94%	1,49%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O MTur se orienta pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional do Turismo (PNT), que estabelece um conjunto de programas em consonância com o PPA do Governo. O MTur seguiu priorizando a gestão descentralizada e participativa ao realizar ampla discussão dos temas em todas as regiões brasileiras com todos os setores representativos do turismo por meio das reuniões regulares do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur), além de outras ações. Essas ações têm como pressupostos básicos ética e sustentabilidade, e como princípios orientados a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a criação de novos empregos e ocupações e a geração de divisas para o País. O MTur teve aumento de 1.274% em sua execução orçamentária, salvo Pessoal e Fundo Geral de Tursimo - Fungetur, ao se comparar o ano de 2003 (último ano do PPA 2000-2003) e o de 2007 (último ano do PPA 2004-2007): R$ 127,1 milhões e R$ 1.747 milhões, respectivamente. Essa evolução deve-se, principalmente, ao fortalecimento do setor com ações de desenvolvimento junto

às entidades representativas do *trade* turístico. De fato, nos últimos quatro anos, a evolução dos grandes números do turismo se comportou da seguinte forma:

a) geração de divisas com os turistas estrangeiros - passou de US$ 2,4 bilhões em 2003 para US$ 5,0 bilhões em 2007, conforme dados do Banco Central do Brasil (BC), apontando crescimento de 108%;

b) número de desembarques de vôos domésticos - passou de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, isto é, 62,8% de crescimento;

c) novos postos de trabalho - o turismo gerou 211.881 novos postos de trabalho de janeiro a outubro de 2007, que somados aos 891.000 postos gerados entre os anos de 2003 e 2006, totalizam 1.102.881 novos empregos e ocupações (formais e informais) no País.

A execução dos programas e das ações do PNT, considerando a execução orçamentária de 2007, propiciou condições para que o Brasil continuasse obtendo bons resultados em relação ao histórico do setor.

O MTur, desde sua criação, promove e coordena a construção coletiva de políticas públicas. A participação ativa de todos os segmentos sociais, empresariais e governamentais, comprometidos com o desenvolvimento turístico do País foi de fundamental importância para a implantação do PPA 2004-2007, apresentado ao País com uma nova proposta de gestão do turismo de forma descentralizada, coordenada, integrada e participativa. Ressalta-se que a participação social continua sendo um elemento-chave, tanto na concepção quanto no planejamento e na implementação da política nacional de turismo. É também um vetor para o fortalecimento da cidadania, favorecendo o crescimento social, político, administrativo e tecnológico das regiões turísticas brasileiras, ampliando suas responsabilidades e resgatando seus valores sociais, históricos, étnicos e culturais.

O PPA 2004-2007, por meio do PNT, propôs metas, macroprogramas, programas e ações estruturantes e transversais a todas as ações do MTur e direcionou também a implantação da gestão descentralizada, com foco no desenvolvimento regionalizado do turismo no Brasil. Diante disso, pode-se citar como principais desafios à articulação e à formalização de parcerias com os órgãos governamentais nas esferas federal, estadual, regional e municipal, com a iniciativa privada, organismos não-governamentais, entidades representativas e demais componentes do setor de turismo e áreas complementares para que todos internalizassem a política nacional do turismo, com foco no desenvolvimento regionalizado, e atuassem de forma sinérgica por meio da formação de uma rede social.

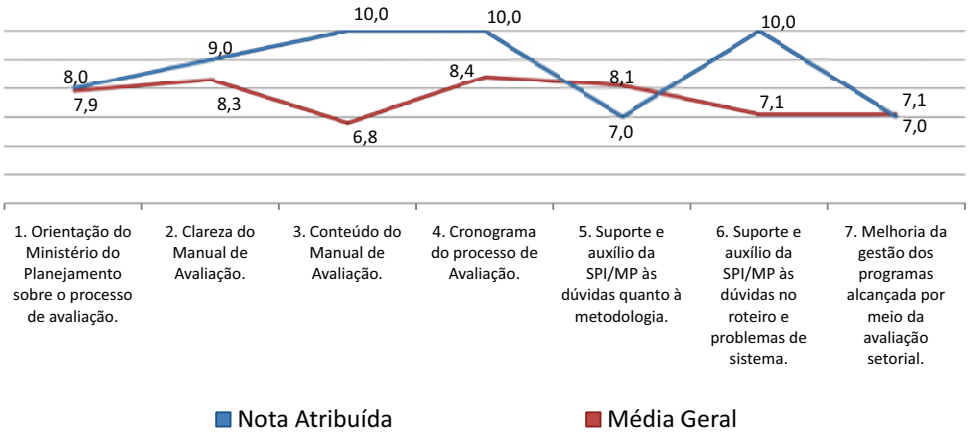
É válido destacar que o MTur priorizou os repasses de recursos para subsidiar o desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras priorizadas. A dinâmica de priorização ocorreu a partir de estudos e pesquisas realizados em todas as Unidades da Federação que resultaram em recortes territoriais que compõem o mapa da regionalização do turismo – base para implantação da Política Nacional. Nesse contexto, o desafio principal foi a

institucionalização de instâncias de governança regionais, que, conforme as diretrizes do PNT, são organizações com o papel de implementar as diretrizes da política de turismo nacional, em âmbito regional. Pode-se citar, ainda, como desafio, a ausência de dados confiáveis para subsidiar o planejamento estratégico regional e a definição de indicadores.

O que se pôde detectar é que o PPA 2004-2007 foi um instrumento eficaz e referencial importante para a gestão da atividade em âmbito nacional, com a aceitação e a legitimação de diversos segmentos do turismo no País. Nesse sentido, com base nas informações, dados e resultados gerados, foi proposta a realização de estudos sobre o turismo no Brasil para o período de 2007 a 2010, de forma a garantir a continuidade da política e do modelo democrático, participativo e descentralizado de gestão implantado pelo MTur no País: o PNT 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MTur mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MTur e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Jeanine Pires

OBJETIVO

Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no País.

PÚBLICO-ALVO

Turistas estrangeiros e *trade* turístico

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 150.620.538,00	Empenho Liquidado:	R$ 141.309.470,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 141.309.470,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Fluxo de Turistas Estrangeiros - Unidade	4.700.000	5.400.000	5.018.991	5.025.834	9.000.000	55,84%

1. FLUXO DE TURISTAS ESTRANGEIROS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Apesar do não-alcance da meta projetada no PPA, registrou-se no período todos os recordes sobre o turismo receptivo internacional no Brasil. Além disso, o crescimento verificado no período 2002-2007 foi de 32,84% na entrada de turistas estrangeiros no Brasil. Observa-se que a Organização Mundial de Turismo (OMT) estima que no mesmo período o turismo mundial cresceu 27,9%, ou seja, mesmo sem registrar grandes aumentos no número de turista nos últimos dois anos, o Brasil conseguiu crescer num ritmo maior do que a estimativa mundial. Com isso, a participação de mercado nas Américas cresceu 9,4% no mesmo período.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É preciso criar uma estratégia bem-estruturada de inserção internacional do Brasil no mercado turístico, com metas definidas e avaliação de resultados eficiente. A promoção do turismo brasileiro no mercado internacional terá como conceito estratégico a

diversificação da imagem do País. O trabalho de *marketing* orientará a construção do Brasil como destino turístico de natureza exuberante, sol e praia, do carnaval e do futebol, mas, sobretudo, comunicará uma mensagem de País moderno, com credibilidade, alegre, jovem, hospitaleiro, capaz de proporcionar lazer de qualidade, novas experiências aos visitantes, realizar negócios, eventos, incentivos e ser competitivo internacionalmente.

Será chave no Programa de Promoção e *Marketing* a essência da cultura brasileira, sua qualidade e sua diversidade étnica, social e natural. Como exemplo, pode-se observar que os países atualmente mais dinâmicos no crescimento turístico são aqueles em desenvolvimento (China, África do Sul, Malásia, Indonésia e Turquia). Esses países cresceram a taxas médias que variam entre 11% e 15% ao ano nos últimos vinte anos. Cabe salientar que Malásia, Turquia e Indonésia não representam, *a priori*, modelos de interesse para o Brasil. Todavia, China e África do Sul apresentam não apenas produtos semelhantes em segmentos de grande potencial para o Brasil (aventura, ecoturismo, sol e mar, etc.), como também desenvolveram planos de *marketing* extremamente profissionais, competentes e eficazes. Entre 1980 e 1997, a África do Sul passou da 55ª para 26ª posição, apresentando um crescimento médio de 12,82% ao ano. Já o Brasil, que se encontrava na 39ª posição em 1980, caiu uma posição em 17 anos, descendo para 40º com um crescimento médio de 4,85% ao ano. No que diz respeito ao crescimento das receitas provenientes das entradas de turistas estrangeiros, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 44,65% de 1980 a 1997, a África do Sul cresceu 252,30%. Dados mais recentes apontam para um crescimento de 11% no receptivo da África do Sul em 2002 e 20% nas receitas em dólares provenientes desta atividade. Atualmente, a África do Sul recebe 7 milhões de turistas por ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Salto do 21º lugar no ranking dos países atrativos de eventos para o 7º lugar.
- Desembarque de 5.025.000 turistas estrangeiros em vôos regulares e não-regulares.
- Recorde na entrada de divisas: US$ 4,953 milhões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A entrada de divisas geradas pela chegada de turistas estrangeiros no Brasil foi recorde. Em 2007, o País recebeu, segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), US$ 4.953 milhões. O valor supera em 14,76% os US$ 4,316 bilhões registrados em 2006, até então a melhor marca da série histórica iniciada em 1969. Ademais, janeiro de 2007 registrou a entrada de US$ 484 milhões, recorde mensal no País. É relevante destacar que a permanência média do turista estrangeiro no Brasil passou de 14 dias, em 2002, para 18,2 dias, em 2006 - crescimento de 30%. Na mesma linha o gasto médio passou de US$ 86,17 (2002) para US$ 95,09 (2006), com crescimento de 10,35%. Assim, o gasto médio por turista estrangeiro no País passou de US$ 1.206,38 (2002) para US$ 1.730,64 (2006), com crescimento de 43,46%.

Além disso, no que tange a realização de eventos internacionais no Brasil, o País saltou da 21ª posição - com 59 eventos - no *ranking da International Congress & Convention Association* (ICCA), principal associação mundial do segmento - para a 7ª posição em 2007 - com 207 eventos (crescimento de 250,85% no número de eventos realizados no País). Cabe destacar que São Paulo é a cidade das Américas que mais cedia eventos internacionais - 54 eventos realizados em 2006. Outro fator importante é que, em 2002, havia 16 cidades brasileiras listadas no *ranking* da ICCA. Em 2007, havia 35 cidades listadas.

A meta projetada no PPA 2004-2007 foi extraída do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007. No PNT, trabalhava-se com uma faixa de 7,5 milhões de turistas - cenário bom - para 9 milhões de turistas no cenário ótimo. Estas metas não foram alcançadas por diversos motivos, sendo os principais:

a) crise da VARIG, que em seu auge retirou do mercado internacional de aviação brasileira 1,2 milhão de assentos nos vôos;

b) valorização do real frente ao dólar que encarece o produto turístico brasileiro no mercado e faz com que o turista brasileiro concorra com o turista estrangeiro pelo mesmo assento nos vôos;

c) volume de recursos recomendado pelo Plano Aquarela - *Marketing* Turístico Internacional obtido somente em 2007.

O Programa empenhou e liquidou 94% do orçamento aprovado (LOA + Créditos), pouco abaixo do índice alcançado em 2006, que foi de 97%. Entretanto, deve-se ressaltar que o orçamento aprovado em 2007 foi bem superior ao de 2006, R$ 150,6 milhões e R$ 85,5 milhões, respectivamente.

Algumas ações tiverem desempenho bem acima do previsto, a exemplo da Ação Campanha para a Promoção do Brasil como Destino Turístico Internacional, que realizou 35 campanhas das 15 previstas, uma elevação de mais de 100%. Outro excelente desembolso verificou-se na Ação Captação, Promoção e Participação em Eventos Internacionais, quando a meta física alcançou a marca de 61 eventos, contra os 28 previstos, 117% superior. Outro excelente resultado foi o número de eventos realizados no Salão Brasileiro de Turismo, que aumentou de um para quatro eventos em 2007.

Foi ampliado, em 2007, o número de escritórios de fomento ao turismo no exterior, de oito para 10 escritórios.

Apesar de todos os números favoráveis descritos acima, a entrada de turistas estrangeiros no País foi praticamente a mesma de 2006, devido a fatores já mencionados. Entretanto, vale ressaltar que o bom momento econômico brasileiro permitiu que mais pessoas viajassem ao exterior, concorrendo com assentos de turistas estrangeiros em vôos regulares. Deve-se considerar que aumentar o número de vôos entre o Brasil e o exterior não é tão fácil e

rápido, pois, geralmente, demanda acordos entre os países, além das dificuldades de se encontrar aeronaves no mercado internacional, devido à demanda aquecida. Chegar a 9 milhões de turistas estrangeiros em 2007, conforme previa o PPA, era uma meta muito ambiciosa, que não considerou diversos fatores, entre eles a valorização do real em relação a outras moedas.

Em relação aos mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, destaca-se o sistema de gestão, ainda em desenvolvimento, para acompanhamento sistemático dos indicadores e metas do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). A aferição da geração de divisas com a entrada de turistas estrangeiros no Brasil é feita pelo Bacen. O registro de entrada de turistas estrangeiros no País é feito pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) e divulgado anualmente. Por último, os dados de desembarque de passageiros em vôos internacionais são contabilizados mensalmente pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Apesar desse registro contemplar os turistas estrangeiros e os brasileiros que retornam do exterior, o seu acompanhamento e o cruzamento com os dados de divisas do BC permitem dimensionar o fluxo de turistas estrangeiros no País até que os dados do DPF estejam disponíveis.

As metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 foram, em sua maioria, superadas. O principal fator desse desempenho foi o crédito suplementar que disponibilizou uma quantidade de recursos muito superior ao previsto na fase de planejamento orçamentário. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. O crédito orçamentário só foi disponibilizado no final do exercício.

Com exceção da necessidade premente de reforma do edifício-sede da Embratur, os recursos da Gestão e Administração do Programa (GAP) foram suficientes para os fins preconizados. Essa autarquia começou um amplo processo de reestruturação interna que está redesenhando os seus processos de trabalho e redimensionando a sua estrutura organizacional. O trabalho terá a sua primeira fase encerrada em meados de abril de 2008. De posse desse trabalho teremos elementos para melhor avaliar esta questão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias são fundamentais para a atração de turistas estrangeiros para o Brasil. A busca de mecanismo que permitam parcerias com as empresas privadas dinamizaria e maximizaria a aplicação de recursos na divulgação da imagem do Brasil no exterior.

O Programa de Feiras Internacionais de Negócios e Turismo é todo feito através de recursos descentralizados pela Embratur que realizou, de 2003 a 2007, 193 feiras, com 37.782 m^2 e a participação de 5.048 expositores associados. Além disso, todo o processo de captação e promoção de eventos internacionais também é feito em parceria. Tal processo, como dito na avaliação dos resultados, nos levou da 21ª posição no *ranking* mundial de 2002, para a 7ª posição, em 2007.

A Embratur promoveu diversos cursos para treinamento dos possíveis parceiros, contemplando todo ciclo de convênios - desde a elaboração do plano de trabalho até a prestação de contas final. Esses cursos foram ministrados por diversos profissionais das áreas envolvidas com convênios e, na maioria das vezes, foi aberta com palestra da gerente do Programa.

Com base no novo sistema de gestão em desenvolvimento na Embratur, torna-se necessária a criação de novos indicadores que possam aferir melhor a efetividade do Programa na atração de turistas estrangeiros, principalmente, após o novo desenho em decorrência da aplicação ao Programa da ferramenta de planejamento Modelo Lógico.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que o Programa foi objeto de uma oficina de modelo lógico, promovida pelo MP, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF). A realização da oficina, com apoio da direção da Embratur e do MTur, resultou em novo desenho do Programa para que atue de forma mais direta nos mercados externos, preservando as características de cada um deles, de modo a tornar o Brasil mais competitivo, com vistas a atrair um maior número de turistas estrangeiros ao País. Espera-se, assim, que o Programa possa imprimir um ritmo mais eficaz de implementação em 2008 e mais fortemente a partir de 2009.

TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

José Evaldo Gonçalo

OBJETIVO

Aumentar o fluxo do turismo mediante a estruturação e diversificação da oferta turística brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Turistas domésticos e *trade* turístico

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.935.621.584,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.630.835.012,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.630.835.012,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Fluxo de Turistas Domésticos – Unidade [1]	36.560.000	43.000.000	46.300.000	-	-	-
2. Gasto Médio do Turista Estrangeiro no País - US$	-	87,99	-	-	-	
3. Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo – Unidade	-	250.000	878.000	-	1.200.000	
4. Taxa de Participação dos Principais Destinos Turísticos no Total da Demanda Turística - Porcentagem	-	-	-	-	-	

Nota [1]: Alterou a unidade de medida do indicador de milhões para unidade.

1. FLUXO DE TURISTAS DOMÉSTICOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

Análise e Justificativa:

A última pesquisa disponível com os dados referente às viagens domésticas tem como base o ano de 2001 e 2005. A próxima pesquisa será realizada em 2008, razão pela qual não há como aferir a realização desta meta.

2. GASTO MÉDIO DO TURISTA ESTRANGEIRO NO PAÍS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

De acordo com os registros do Banco Central do Brasil (Bacen) foram gerados US$ 5 bilhões em divisas, em 2007, o que representa um crescimento da ordem de 14,76% comparado com 2006.

3. NOVOS EMPREGOS E OCUPAÇÕES GERADOS NO SETOR TURISMO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

Como os números da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para 2007 ainda não estão disponíveis, adotou-se uma estimativa a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de janeiro a outubro de 2007. Nesse período, foram registrados 211.881 novos empregos e ocupações nas atividades características do turismo.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS NO TOTAL DA DEMANDA TURÍSTICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Ministério do Turismo (MTur) estabeleceu, na Meta 3 do Plano Nacional de Turismo (PNT), estruturar 65 destinos turísticos até 2010, com padrão de qualidade internacional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A oferta brasileira de produtos turísticos tem se caracterizado pela ausência de requisitos de diferenciação e diversificação. A oferta se restringe a poucos segmentos e está concentrada em algumas regiões. Estruturar e aumentar essa oferta, colocando no mercado novos produtos de qualidade, considerando a diversidade cultural, ambiental e contemplando as diferentes regiões brasileiras, é estratégico para que o crescimento do setor contribua como fator de maior eqüidade social. A vocação da produção local pode agregar valor ao turismo, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento de produtos turísticos, potencializando o impacto positivo sobre o nível de emprego e renda. Além de permitir que a atividade passe a ser abordada de modo sistêmico e integrado com outras áreas com as quais se complementa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1.655 Municípios atendidos com investimentos em infra-estrutura turística em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Destacam-se no âmbito do Programa:

a) apoio à infra-estrutura com 2.572 projetos apoiados e R$ 1.153.055.122 empenhados. Foram atendidos 1.655 Municípios;

b) execução de projetos - sete aeroportos, 514 projetos de infra-estrutura turística, 21 centros de artesanato, 189 centros de convenções ou eventos, 33 centros de informações turísticas e 63 centros turísticos;

c) apoio à elaboração de projetos para sete escolas de qualificação, infra-estrutura em orlas marítimas ou fluviais (100 projetos) e infra-estrutura urbana (454 projetos);

d) formatação e implementação de programas e ações voltados ao desenvolvimento da qualificação e certificação de profissionais, de equipamentos e serviços turísticos, visando a melhoria dos serviços prestados aos turistas, com 139.800 pessoas qualificadas em 2.000 empreendimentos;

e) investidos R$ 160 milhões de contrapartida do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodeturs) Nordeste II, Sul, JK e Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur).

A execução dos programas e das ações do PNT, em sintonia com o PPA, considerando a excepcional execução orçamentária de 2007, propiciou as condições para que o Brasil continue obtendo bons resultados em relação ao histórico do setor.

Conforme exposto em avaliações anteriores, a maior parte dos recursos previstos para a área de infra-estrutura depende da aprovação de emendas orçamentárias. Como a maior parte das emendas foi aprovada somente ao final do exercício, houve um grande volume de execução neste período. Entretanto, ressalta-se que os recursos da programação do Ministério foram liberados ao longo do exercício em fluxo perfeitamente compatível com a programação.

O Ministério possui um reduzido quadro de servidores. A Secreataria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur) tem carência de profissionais com especialização em engenharia, arquitetura, advocacia e administração e finanças para o melhor andamento de suas atividades. No único concurso já realizado pelo MTur para essa unidade, foram contratados 10 engenheiros e poucos agentes administrativos, no entanto, em virtude de salários incompatíveis com o mercado laboral, a rotatividade é elevada, o que influi na capacitação dos profissionais para trabalhar na análise de projetos básicos, elaboração de notas técnicas, atuação na programação orçamentária e financeira e principalmente na fiscalização das obras que, em 2007, receberam do Ministério um montante de R$ 1,2 bilhão.

Outra dificuldade enfrentada pelo órgão refere-se a desigualdades sociais e ao despreparo dos entes, observa-se um significativo número de Municípios e Estados com dificuldades para celebração de convênios por inadimplência.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

De forma a viabilizar a participação social, o MTur possui Ouvidoria e o Prodetur realiza uma série de audiências para a implementação dos investimentos. São realizadas ainda consultas públicas por meio do sítio do MTur e o Conselho Nacional de Turismo abriga as organizações setoriais.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

- Corredor Araguaia-Tocantins
- Corredor Fronteira Norte
- Corredor Leste
- Corredor MERCOSUL
- Corredor Oeste-Norte
- Corredor São Francisco
- Corredor Sudoeste
- Corredor Transmetropolitano
- Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário
- Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval
- Infra-estrutura de Transportes
- Manutenção da Malha Rodoviária Federal
- Manutenção de Hidrovias
- Serviços de Transporte Aquaviário
- Serviços de Transporte Rodoviário

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério dos Transportes (MT), foram utilizados **R$ 12.655.527.286,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 14.369.192.580,00	Realizado orçamentário:	R$ 12.655.527.286,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 1.862.117.507,00	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 16.231.310.087,00**	**Total realizado:**	**R$ 12.655.527.286,00**

Além disso, do total de **R$ 3.183.178.074,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 2.277.696.455,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MT, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0237 Corredor Araguaia-Tocantins	5,70%	10,32%	8,87%	17,04%	12,26%
	0238 Corredor Fronteira Norte	4,83%	2,13%	2,43%	2,91%	2,85%
	0230 Corredor Leste	7,52%	8,71%	6,97%	7,77%	7,76%
	0233 Corredor MERCOSUL	3,47%	11,18%	10,03%	11,01%	9,93%
	0235 Corredor Nordeste	3,80%	6,25%	8,25%	9,86%	7,96%
	0236 Corredor Oeste-Norte	2,41%	3,31%	3,81%	3,57%	3,43%
	0229 Corredor São Francisco	1,66%	1,73%	2,16%	2,24%	2,04%
	0232 Corredor Sudoeste	0,51%	0,52%	0,34%	0,81%	0,60%
	0231 Corredor Transmetropolitano	3,68%	1,96%	1,36%	2,82%	2,38%
	0224 Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário	0,23%	0,18%	0,18%	0,13%	0,16%
	8768 Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval	24,17%	8,00%	15,93%	8,90%	12,17%
	6035 Infra-estrutura de Transportes	2,37%	2,62%	2,13%	1,18%	1,87%
	0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal	32,16%	37,99%	32,21%	26,80%	31,21%
	0223 Manutenção de Hidrovias	0,99%	0,47%	0,42%	0,32%	0,46%
	0228 Navegação Interior	0,20%	0,07%	0,09%	0,00%	0,06%
	0221 Serviços de Transporte Aquaviário	0,74%	0,48%	0,53%	0,39%	0,48%
	0226 Serviços de Transporte Ferroviário	0,08%	0,04%	0,00%	0,00%	0,02%
	0227 Serviços de Transporte Rodoviário	0,28%	0,13%	0,18%	0,14%	0,16%
Finalístico Soma		**94,82%**	**96,10%**	**95,89%**	**95,87%**	**95,80%**
Gestão de Políticas Públicas	0225 Gestão da Política dos Transportes	5,18%	3,90%	4,11%	4,13%	4,20%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os principais resultados alcançados pelo MT em relação à política setorial definida em 2007, bem como os principais fatores de sucesso para o seu alcance estão descritos por programa e respectivas ações, conforme abaixo.

Programa de Gestão de Política e Infra-Estrutura de Transportes

Formulação de política de transportes - a versão preliminar do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) foi concluída em abril de 2007, e o seu relatório executivo colocado na íntegra à disposição da sociedade brasileira, na Internet.

Elaboração e aperfeiçoamento de indicadores - foi elaborado projeto em parceria com o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CFTRU/UnB), que teve como objetivo avaliar e reformular os indicadores de desempenho dos programas de transportes constantes do PPA 2004-2007, tornando possível a mensuração da efetividade dos resultados alcançados com a sua execução e servindo como elemento de auxílio à gestão da política do setor.

Liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) - o processo de inventariança da RFFSA iniciou-se em 22 de janeiro de 2007 e foi paralisado pela Ação Civil Pública nº 220.38.00049015-0 da 18ª da Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em 11 de setembro de 2007. Por meio de acordo com o Ministério Público da União (MPU) o processo de inventariança foi retomado em 19 de dezembro de 2007. A partir de 22 de janeiro de 2008, o processo foi prorrogado por um ano.

Estão, ainda, propostas 145 localizações de pontos de pesagem de veículos com equipamentos fixos e 99 bases para equipamentos móveis, com a operação de 244 balanças (fixas e móveis) em todo o país, em cinco anos. Até o momento existem 78 postos, estando em operação, 11 balanças fixas e 33 balanças móveis.

Programa Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Foram restaurados 6.600 quilômetros (km) e conservados aproximadamente 50.000 km em vários trechos das rodovias federais. Houve recuperação de trechos, restauração e conservação preventiva e rotineira de rodovias, serviço de manutenção terceirizada e manutenção de trechos rodoviários. Na sinalização rodoviária, foram executados 7.030 km de pintura (sinalização horizontal), correspondendo a 24,6% do Programa, totalizando 26.525 km (55,19% do Programa) em 2006 e 2007. Em placas (sinalização vertical), foram implantados 31.283 metros quadrados (m²), correspondendo a 27,4% do Programa, totalizando 72.320 m² (37,60% do Programa) em 2006 e 2007.

Programa Serviços de Transporte Aquaviário

Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura do Transporte Aquaviário - foram realizadas 983 ações de fiscalização, representando incremento na atividade que superou a meta programada em mais de 850%, atendendo ao objetivo do Programa.

Concessão e regulação dos serviços e da exploração da infra-estrutura do transporte aquaviário - destacaram-se as seguintes normas: Norma de Fiscalização das Atividades das Administrações Portuárias (Resolução ANTAQ nº 858, de 23 de agosto de 2007), Norma para Outorga de Autorização à Pessoa Jurídica para Operar na Navegação de Longo Curso, de Cabotagem, de Apoio Marítimo e de Apoio Portuário (Resolução ANTAQ nº 843, de 14 de agosto de 2007) e Norma para Outorga de Autorização para Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros e de Serviço de Transporte Misto na Navegação Interior de Percurso Longitudinal, Interestadual e Internacional (Resolução ANTAQ nº 912, de 23 de novembro de 2007). No que se refere a outorgas, foram emitidos 108 termos de autorização relativos à navegação marítima e de apoio, à navegação interior e aos terminais de uso privativo.

Programa Manutenção de Hidrovias

A Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC) concentrou suas atividades no Programa de monitoramento ambiental, vistoria técnica, serviços de manutenção preventiva, dragagens de manutenção e desobstrução do canal navegável do Rio Madeira com retirada de paliteiros e dragagem de aprofundamento do Canal do Pucu. Foram trabalhados 1.192 km de rio, aplicando-se a importância de R$ 3,1 milhões;

A Administração das Hidrovias do Nordeste (AHINOR) executou ações beneficiando os rios Mearim, Grajaú, Parnaíba, Preguiças, Santa Rosa, Pindaré e hidrovia do Parnaíba, incluindo a região do Delta. Trabalhou-se uma extensão de 1.752 km em desobstrução dos leitos, limpeza e conservação das margens, remoção de vegetação aquática, recuperação e melhoramentos de atracadouros hidroviários.

As principais atividades desenvolvidas pela Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (AHIMOR) foram manutenção do balizamento do rio Tocantins no trecho Tucuruí-Foz, projeto básico do derrocamento da Pedra do Lourenço-Vila Tauri, inspeção da hidrovia Capim-Guamá, reforma da balsa Fé em Deus VIIB, recuperação de instalações de apoio dos portos, recuperação da draga Goiás, renovação da licença ambiental e atendimento a condicionantes do porto de São Francisco.

As principais atividades realizadas pela Administração das Hidrovias do Tocantins-Araguaia (AHITAR) foram a elaboração de projeto básico para a revitalização da sinalização do canal navegável do rio Tocantins – Miracema (TO) a Estreito (MA) e sua execução, manutenção de embarcações da administração situada em Conceição do Araguaia (PA), manutenção da sinalização do rio Araguaia no trecho Pau d'Arco-Xambioá e implantação da nova sede da AHITAR em Palmas (TO).

A Administração das Hidrovias do São Francisco (AHSFRA) realizou as atividades de reimplantação/readequação e manutenção do balizamento flutuante e fixo no trecho Pirapora-Juazeiro e reativação do sistema de monitoramento operacional da hidrovia.

A Administração da Hidrovia do Paraná (AHRANA) realizou as atividades de manutenção do balizamento da hidrovia do rio Paraná nos trechos Itaipu-Porto Primavera e Porto Primavera-São Simão, sondagens geotécnicas e projeto básico e executivo do rebaixamento do canal Guairá (PR).

A Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR) realizou as atividades de controle e prevenção de balseiros, levantamento topo-batimétrico, sinalização do rio Paraguai, dragagem de manutenção no rio Paraguai, monitoramento ambiental, manutenção de equipamentos e melhoria do porto Ladário. Destaca-se que a atividade de melhoramento na hidrovia do Paraguai no trecho do Jacaré consta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estando em elaboração termo de referência para obtenção da licença ambiental prévia.

A Administração das Hidrovias do Sul (AHSUL) realizou as atividades de dragagem de manutenção do rio Taquari no trecho Taquari-Bom Retiro, balizamento e sinalização da hidrovia Jacuí-Taquari, monitoramento ambiental e manutenção de barragens e eclusas.

Programa Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Concessão e Regulação de Rodovias Federais - foram concedidos 2.600 km de rodovias federais para a exploração pela iniciativa privada nos estados de São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Paraná (PR) e Santa Catarina (SC), compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração dos lotes rodoviários a seguir relacionados:

a) BR-153: Divisa MG/SP - Divisa SP/PR (321,6 km);

b) BR-116: Curitiba - Divisa SC/RS (412,7 km);

c) BR-393: Divisa MG/RJ - Entr. BR-116, Via Dutra (200,4 km);

d) BR-101: Divisa ES/RJ - Ponte Rio-Niterói (320,1 km);

e) BR-381: Belo Horizonte - São Paulo (562,1 km) - Rodovia Fernão Dias;

f) BR-116: São Paulo - Curitiba (401,6 km) - Rodovia Régis Bitencourt;

g) BR-116/376/101: Curitiba - Florianópolis (382,3 km).

O Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) atingiu 907 mil registros, sendo aproximadamente 762 mil registros para transportadores autônomos, 143 mil para empresas e 681 registros para cooperativas, somando frota total superior a 1,7 milhão de veículos habilitados ao transporte rodoviário de cargas.

O transporte internacional de cargas contabilizou 590 empresas brasileiras habilitadas a operar em território estrangeiro e 1.150 empresas estrangeiras habilitadas para operar em território brasileiro. Foram fiscalizados mais de 7,2 milhões de veículos nas estradas federais concedidas com relação a excesso de peso, à obrigatoriedade do vale-pedágio ao RNTRC e à habilitação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC).

Foram realizadas 372 operações de comando de fiscalização em rodovias, no combate ao transporte clandestino, além de uma série de atividades de rotina nos postos de fiscalização e atendimento ao usuário. Ao todo, foram fiscalizados 360.646 veículos, o que representa aumento de 101% no volume de fiscalizações. Foi dada ênfase às fiscalizações técnico-operacionais, nas quais foram fiscalizadas as garagens de 44 empresas de transporte de passageiros, detentoras de 70% da frota do setor, onde se buscou averiguar as condições técnicas de operação, com especial enfoque nos itens de segurança, nos aspectos relacionados à manutenção corretiva e preventiva das frotas de veículos e à jornada de trabalho dos motoristas. Por intermédio de 655 operações efetuadas pelas equipes de fiscalização, foram apuradas denúncias, tendo sido fiscalizados 6.042 veículos e lavrados aproximadamente 1.600 autos de infração. Merece destaque também a fiscalização permanente na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR), fronteira com o Paraguai, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, na qual foram fiscalizados em torno de 48 mil veículos que executavam transporte internacional alternativo como táxis e vans.

Concessão e regulação de ferrovias federais marcadas pela realização, em 2007, da conclusão do processo de subconcessão do trecho de 720 km da Ferrovia Norte-Sul entre as cidades de Açailândia (MA) e Palmas (TO) que, além de se configurar como novo modelo de captação de recurso, inédito no País por ser a primeira subconcessão de trecho ferroviário ainda em construção, representou significativo aporte financeiro - R$ 1,5 bilhão - que possibilitará a continuidade da implantação deste projeto nos próximos dois anos.

Relativamente às concessões ferroviárias, no ano de 2007 foram investidos aproximadamente R$ 3,4 bilhões pelos concessionários privados, representando crescimento de 35% em relação ao ano anterior. Foram aprovados, no ano de 2007, ampliação de pátios de cruzamento e projetos de trechos de acessos das concessionárias a terminais, totalizando investimento de R$ 250,5 milhões. No tocante à produção das concessionárias, destaca-se o crescimento de 18% no transporte de contêineres e a produção estimada de 250 bilhões de toneladas por quilômetro útil (t/ku), representando evolução de 5%. No ano de 2007, ocorreram 1.067 acidentes, 35% menos do que o ano de 2006.

Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

A arrecadação do Fundo da Marinha Mercante, no valor de R$ 1,3 bilhão em 2007, promoveu a retomada dos investimentos na área da navegação e indústria naval brasileira, viabilizando a construção de 72 embarcações, das quais 26 foram entregues nesse ano. Além disso, foram assinados 73 novos contratos de construção, dos quais 23 são para novas embarcações do Programa de Renovação da Frota da Petrobrás Transporte S.A. (Transpetro), 12 são para embarcações de apoio às plataformas de petróleo, 23 são para rebocadores portuários com

propulsão azimutal, trazendo mais segurança nas manobras nos portos brasileiros, dois são para embarcações de pesca, consolidando o Programa Pró-Frota Pesqueira, e a construção do estaleiro Atlântico Sul, no Estado de Pernambuco, com capacidade para produzir embarcações de até 150.000 toneladas de peso bruto (t.p.b).

Programa Corredor São Francisco

Adequação de Trecho Rodoviário no entroncamento BR-235 em Pedra Branca, na BR-101 no Estado do Sergipe (SE), conhecida como contorno de Aracaju. A Ação, que consta do PAC, compreende duplicação e modernização, com extensão de 14 km, do entroncamento da BR-235 até Pedra Branca. Na pista nova, foi concluído o viaduto de acesso a Itabaiana e a ponte sobre o rio Cotinguiba. Estão em execução os viadutos de Aracaju, Laranjeiras e Pedra Branca. Na pista antiga, foi concluída a restauração de cinco quilômetros, incluindo as vias laterais. Está em execução a recuperação e alargamento da ponte sobre o rio Cotinguiba.

Adequação de Trecho Rodoviário na BR-101 nos Estados de Sergipe (SE) e Bahia (BA). Em Sergipe, encontram-se em andamento as obras do km 77,3 ao km 91,6, travessia urbana de Aracaju, foram concluídos cinco quilômetros de duplicação e duas obras de arte especial e está em fase de conclusão os projetos executivos (com respectivas aprovações ambientais) para duplicação do trecho entre a Divisa AL/SE e Feira de Santana (BA).

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/MG na BR-135 no Estado da Bahia (BA). A Ação, que consta do PAC, contempla a construção e pavimentação de 294 km na rodovia. Da Divisa PI/BA até Monte Alegre foi concluída a pavimentação (45 km), estando em execução as obras complementares. No segmento a partir de São Desidério (60 km), foram executados 38 km de terraplenagem e 21 km de capa asfáltica. No subtrecho até Correntina (78 km), foram executados 70 km de terraplenagem e 57 km de capa asfáltica.

Programa Corredor Leste

Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MG, entroncamento BR-365 na BR-153 no Estado de Minas Gerais (MG). Trata-se da duplicação da rodovia BR-153 entre a Divisa GO/MG e o entroncamento com a BR-365, "Trevão" com 56 km, onde foram executados 50 km de pista nova e concluída a restauração da pista antiga. A Ação consta do PAC.

Adequação de Trecho Rodoviário – Santa Cruz - Mangaratiba na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro (RJ). Essa Ação faz parte do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e consta do PAC. No subtrecho Santa Cruz - Mangaratiba (22 km) foram concluídos 15 km de terraplenagem e estão em execução 3,5 km de pavimentação, as pontes sobre os rios Guandu e Itaguaí e sobre os canais Itá, São Fernando e rio da Guarda.

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa RJ/MG – Ilicínea (MG) - Divisa MG/SP na BR-265 no Estado de Minas Gerais (MG). Essa Ação consta do PAC e compreende

a pavimentação de 136 km entre Ilicínea (MG) e São Sebastião do Paraíso (MG). No subtrecho Jacuí (MG) – São Sebastião do Paraíso (MG) (33 km), foi concluída a pavimentação; no subtrecho Alpinópolis (MG) – Jacuí (MG) (55 km), foram executados 31 km e quatro pontes.

Programa Corredor Transmetropolitano

Construção do Rodoanel Trecho Sul no Município de São Paulo no Estado de São Paulo (SP). Essa Ação compreende a construção do Rodoanel de São Paulo (SP) – Trecho Sul, com extensão de 61,5 km, interligando o trecho oeste com as rodovias Anchieta e Imigrantes, em convênio com o Estado de São Paulo. A Ação consta do PAC. As obras desta Ação foram divididas em cinco lotes e foram iniciadas em maio de 2007.

No lote um, foram concluídos 1,5 km de terraplenagem e estão em execução sete quilômetros. Em execução, também, tem-se a passagem inferior na interligação da Avenida Papa João XXIII com Borda do Campo e mais três obras de arte especial.

No lote dois, estão em execução dois quilômetros de terraplenagem, dois de pontes e um de viaduto, na interseção da via Anchieta - Pátio da Volks, com a favela Areião.

No lote três, foi concluído o canteiro de obras e estão em execução os pré-moldados, a cravação das estacas para a ponte de 1.763 metros (m) sobre a represa Billings e o viaduto sobre a rodovia dos Imigrantes.

No lote quatro, estão em execução 15 km de terraplenagem, a passagem inferior da avenida Sadamu Inoue/Palheireiros, a ponte sobre a represa Guarapiranga e a passagem inferior da avenida Paulo Guilguer Reimberg.

No lote cinco, foram concluídos quatro quilômetros e estão em execução oito quilômetros de terraplenagem e 13 obras de arte especial. Foi publicado termo aditivo ao convênio em novembro de 2007.

Programa Corredor MERCOSUL

Construção de Trecho Rodoviário – São Miguel do Oeste (SC) - fronteira Brasil/Argentina na BR-282 no estado de Santa Catarina (SC) e Construção de Trecho Rodoviário - São José do Cerrito (SC) - Campos Novos (SC) na BR-282 no Estado de Santa Catarina (SC). Essas ações compreendem a construção e pavimentação de 133 km na BR-282 no Estado de Santa Catarina. As ações constam do PAC. Estão em execução pelo 10º Batalhão de Engenharia e Construção de Lages (BEC) no subtrecho Lages (SC) – São José do Cerrito (SC) (32 km), os cinco quilômetros restantes da pavimentação; no subtrecho São José do Cerrito (SC) – Campos Novos (SC) (71 km) está concluída a terraplenagem em 66 km e os cinco quilômetros restantes estão em execução e no subtrecho de 30 km entre São Miguel d'Oeste (SC) e Paraíso (SC), fronteira com a Argentina, as obras foram iniciadas em 05 de novembro de 2007 com execução de seis quilômetros de terraplenagem.

Adequação de Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste) na BR-116 no Estado do Paraná. A Ação consiste na adequação do contorno leste de Curitiba, cuja extensão é de 45 km. A Ação consta do PAC. As obras complementares estão em fase final de execução, tendo sido concluída a implantação de 10 dispositivos de proteção ambiental (bacias de contenção) contra acidentes envolvendo cargas perigosas.

Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS na BR-101 no Estado de Santa Catarina.

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - São José do Norte (RS) na BR-101/RS no Estado do Rio Grande do Sul.

Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul - Trecho Divisa SC/RS - Osório (RS) e adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS – Osório (RS) na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de duplicação de 348 km de Palhoça (SC) a Osório (RS). A Ação consta do PAC.

No Estado de Santa Catarina foram concluídos 52 km de pista nova, tendo sido 30 km liberados ao tráfego. Foram concluídos seis pontes e 10 viadutos, estando em execução 58 obras de arte especial. Foram restaurados 22 km da pista antiga. Estão em elaboração os projetos executivos da travessia da lagoa do Imaruí e do túnel do Morro do Formigão. Encontra-se em processo licitatório a contratação do projeto executivo do túnel do Morro dos Cavalos.

No Estado do Rio Grande do Sul foram liberados ao tráfego 10 km de pista nova nas proximidades de Osório (RS), concluídas duas pontes, sete viadutos e concluído o elevado da várzea do Maquiné (RS), composto de três pontes e três viadutos, com extensão de 2,5 km. Encontra-se em execução o túnel duplo do Morro Alto, com dois quilômetros de extensão. Na pista antiga foram restaurados 18 km. O trecho entre Aguapés (RS) e Osório (RS), com 22 km, está em fase de conclusão.

Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria (RS) - Rosário do Sul (RS) na BR-158 no Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se da construção e pavimentação de 68 km de rodovia. A Ação consta do PAC. Foram concluídos 34 km de capa asfáltica e 14 km de terraplenagem, estando em execução a terraplenagem dos 20 km restantes.

Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo na BR-153 no Estado do Paraná. Trata-se da construção e pavimentação de 83 km de rodovia. A Ação consta do PAC. No subtrecho Ventania (PR) – Tibagi (PR) (46 km) foram concluídos 40 km de pavimentação asfáltica e estão em execução 13 km. No subtrecho Tibagi (PR) – Alto do Amparo (PR) (37 km) foram concluídos 28 km de terraplenagem e estão em execução cinco quilômetros, e uma ponte sobre o rio Pinheiro Seco.

Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea no Município de Maringá no Estado do Paraná. Trata-se de prolongamento e rebaixamento de linha férrea da cidade de Maringá (PR) com extensão de 5,88 km, em parceria com a Prefeitura Municipal

de Maringá. Em 2007, executaram-se, no segmento leste, serviços de terraplenagem, drenagem, obras de contenção e construção de grades provisórias em três quilômetros.

Programa Corredor Nordeste

Adequação de Trecho Rodoviário - João Pessoa - Campina Grande na BR-230 no Estado da Paraíba. Consiste na duplicação de 112 km entre João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB). A Ação consta do PAC. Nesta obra, tem-se concluído 92 km de pavimentação e 32 km de terraplenagem na pista nova. Na pista antiga, foram restaurados 33 km.

Adequação de Trecho Rodoviário - BR-101 nos Estados do Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL). Trata-se de obra na BR-101/Nordeste (RN/PB/PE/AL), compreendendo a duplicação e adequação de capacidade entre Natal (RN) e a Divisa AL/SE, numa extensão total de 652 km. As ações constam do PAC. O 1º BEC está executando as obras desde o perímetro urbano de Natal até o acesso a Arêz, no Rio Grande do Norte, tendo concluído 10 km, uma ponte e 35 km de restauração. O 2º BEC concluiu dois quilômetros do subtrecho do acesso a Lucena até a divisa com o Estado de Pernambuco; os 3º e 4º BECs concluíram três quilômetros e quatro obras de arte especial, da divisa com a Paraíba até Igarassu (Contorno do Recife) em Pernambuco. Todos os demais trechos do Rio Grande do Norte a Pernambuco foram contratados e as obras estão em andamento, tendo sido concluídos três quilômetros na Paraíba, restaurados 2,5 km e construídas sete obras de arte especial em Pernambuco. No trecho da Divisa de Pernambuco até a Divisa com Sergipe, estão em conclusão o projeto executivo e foi aprovado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto de Ambiental (RIMA).

Adequação de Trechos Rodoviários – Fortaleza - Pacajus na BR-116/CE no Estado do Ceará. Trata-se de adequação no trecho com extensão de 68,3 km, estando concluídos 38 km.

Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina ligando os portos de Pecém (CE) a Salgueiro (PE), de SUAPE (PE) a Eliseu Martins (PI), passando por Salgueiro (PE) com extensão de 1.671,60 km. A Ação consta do PAC.

Programa Corredor Oeste-Norte

Construção de Trecho Rodoviário - Diamantino - Sapezal - Comodoro na BR-364 no Estado do Mato Grosso. No subtrecho Diamantino - Parecis (62,0 km) foram pavimentados 43 km.

Programa Corredor Araguaia-Tocantins

Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - Divisa DF/GO na BR-060 no Distrito Federal e Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO entroncamento BR-153/GO na BR-060 no Estado de Goiás. As ações consistem na adequação do trecho Brasília (DF) – Anápolis (GO), numa extensão de 93,1 km. A Ação consta do PAC. As obras de duplicação foram concluídas assim como os serviços de restauração da pista antiga.

Adequação de Trecho Rodoviário – Aparecida de Goiânia - Itumbiara na BR-153 no Estado de Goiás. Trata-se da duplicação e restauração de 187 km entre Aparecida de Goiânia (GO) e Itumbiara (GO). A Ação consta do PAC. Foram concluídos 163 km de pavimentação na pista nova e na pista antiga foram restaurados 153 km.

Construção das Eclusas de Tucuruí no rio Tocantins no Estado do Pará. Trata-se da construção de duas eclusas e um canal em Tucuruí, no rio Tocantins, tendo sido executados 56% da obra civil e concluídos 70% das unidades habitacionais destinadas à realocação das famílias desapropriadas. Foi firmado convênio entre Caixa Econômica Federal (CEF) e Prefeitura Municipal de Tucuruí para a construção de 300 novas casas populares para reassentamento. A ação consta do PAC.

Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas no Estado do Tocantins (TO). Essa Ação consiste no tramo norte da ferrovia, onde foi inaugurado o trecho Pátio de Aguiarnópolis - Pátio de Araguaína, este último ocupando uma área de 348 mil m², totalizando 362 km de ferrovia construída. Foram iniciadas as obras de implantação dos 358 km seguintes, que ligam o Pátio de Araguaína a Palmas (TO 080) no qual estão incluídos os Pátios de Colinas do Tocantins e de Guaraí. Neste trecho, estão construídos 50 km de ferrovia.

Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis-Uruaçu no Estado de Goiás. No trecho sul, Campo Limpo (GO)-Ouro Verde de Goiás (GO), com 40 km, em função da indisponibilidade de recursos financeiros, foram realizadas fiscalização e manutenção dos serviços de engenharia já executados, além de gerenciamento ambiental no trecho. A disponibilização de recursos extraordinários, provenientes de Medida Provisória, possibilitou o reinício das obras no trecho Anápolis-Uruaçu, com extensão de 280 km. A meta de expansão da operação comercial da Ferrovia Norte-Sul foi atingida, alcançando a marca de 1,5 milhão de transporte de cargas.

Programa Corredor Fronteira Norte

Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) na BR-156 no Estado do Amapá. A Ação consiste na construção e pavimentação de 309 km entre Ferreira Gomes (AP) e Oiapoque (AP). A Ação consta do PAC.

Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul na BR-364 no Estado do Acre. Foram concluídos 93 km de pavimentação e quatro obras de arte especial entre Tarauacá (AC) e o rio Liberdade.

Há uma série de desafios enfrentados no processo de gestão dos programas durante o PPA 2004-2007. Cada vez mais as empresas demandam por infra-estrutura de transportes, buscando ampliar mercados já existentes. A organização da distribuição das redes multinacionais de produção tende a ser realizado em torno de plataformas logísticas - ao menor custo, níveis de serviços melhores para determinadas mercadorias. Para isto, há a necessidade de formar rede integrada de fornecedores, indústrias, distribuidores e empresas de transporte, compartilhando informações a fim de manter o fluxo global de mercadorias.

Existe, também, forte tendência de introdução da preocupação ambiental nos sistemas de transporte por meio de mecanismos regulatórios baseados no conceito de poluidor-pagador (implantação de sistemas de cotas, taxas etc.). Institucionalmente, existe uma tendência cada vez maior de implementação de novas formas de parcerias entre os setores público e privado (PPPs), com participação crescente deste último no financiamento e provimento das infra-estruturas e das operações.

A criação de agências reguladoras é outro fenômeno constatado mundialmente. Esse decorre do fato de, na maioria dos serviços públicos, haver imperfeições nos mercados, bem como condições de monopólio natural, que incitam a manutenção de supervisão permanente dos serviços concedidos.

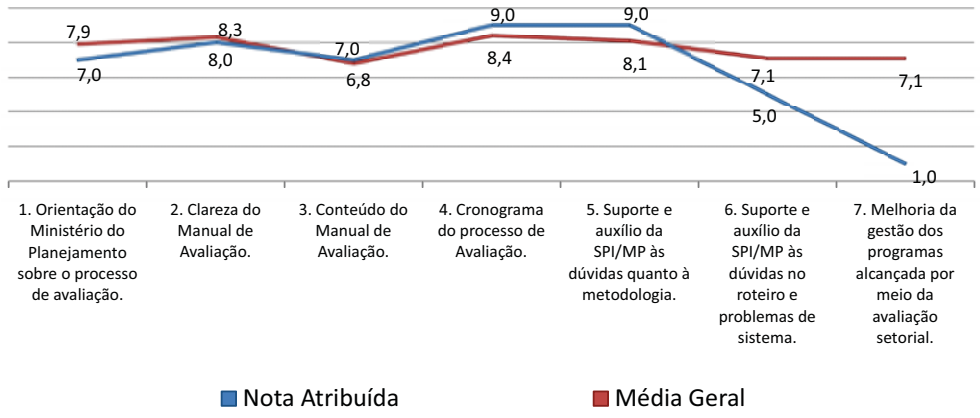
A organização dos serviços de transporte vem internacionalmente se alterando profundamente, principalmente, através da integração de operadores por meio de fusões entre empresas ou de alianças estratégicas. As práticas modais tradicionais estão gradativamente sendo abandonadas para dar lugar a sistemas integrados de prestação de serviços multimodais. Estas mudanças estruturais vêm sendo viabilizadas pela progressiva eliminação das restrições impostas por formas rígidas de regulação. Os portos secos assumirão papel fundamental no ambiente de crescimento do fluxo de comércio do país com o resto do mundo. Os serviços prestados nestes terminais facilitarão o escoamento das mercadorias comercializadas, beneficiando as economias regionais.

Em termos estruturais, a grande tendência é a de separação das atividades industriais que efetivamente geram valor ao negócio das demais, em especial, as atividades logísticas. Este fato deve gerar aumento nas locações de infra-estruturas (terminais, armazéns, escritórios e até parques fabris) e significativo processo de terceirização das operações logísticas no Brasil. No curto prazo, deve prosperar a tendência de terceirização das atividades de transporte, mas, no longo prazo, existe possibilidade de reversão, ao menos parcial, desta tendência. Isto, em função do crescente número de insucessos relacionados a esta prática, aos riscos estruturais e ao aumento de custos indiretos.

A estrutura programática e a organizacional divergem entre si, ou seja, a estrutura de corredores de transportes não otimiza a execução e o Ministério está distribuído geograficamente de forma a atender as demandas e permitir a implementação das ações em cada Unidade de Federação.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MT mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MT e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:


7,9
8,3
7,0
9,0
9,0
7,0
8,0
6,8
8,4
8,1
7,1
7,1
5,0
1,0
1. Orientação do Ministério do Planejamento sobre o processo de avaliação.
2. Clareza do Manual de Avaliação.
3. Conteúdo do Manual de Avaliação.
4. Cronograma do processo de Avaliação.
5. Suporte e auxílio da SPI/MP às dúvidas quanto à metodologia.
6. Suporte e auxílio da SPI/MP às dúvidas no roteiro e problemas de sistema.
7. Melhoria da gestão dos programas alcançada por meio da avaliação setorial.
Nota Atribuída
Média Geral

CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará (PA), Tocantins (TO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT) e Goiás (GO).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.308.521.435,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.954.903.844,00
	Pago Estatais:	R$ 637.349,00
	Total:	**R$ 1.955.541.193,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 720.666.667,00	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Araguaia-Tocantins – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto, foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa promover a integração multimodal objetivando o aumento da capacidade e redução do custo de transportes no corredor Araguaia-Tocantins.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-414/GO – adequação de Trecho Rodoviário Cocalzinho – Niquelândia.

- BR-060/GO – adequação de Trecho Rodoviário Divisa DF/GO - Entr. BR-153/GO.

- BR-010/TO – construção de Trecho Rodoviário Divisa TO/MA - Aparecida do Rio Negro.

- Construção da Ferrovia Norte-Sul.

- Construção da Eclusa de Tucuruí.

- Recuperação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaqui.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida. Menciona-se que, em relação ao total de ações, realizou-se 23% de execução financeira e 41% de execução física.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Entre as 89 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, teve-se a seguinte distribuição: 47 não tiveram execução financeira, 29 apresentaram resultados entre 80% e 100%, cinco apresentaram resultados entre 40% e 80% e oito apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, 74 não tiveram execução em 2007, cinco acima de 100%, quatro entre 80% e 100% e três entre 40% e 80%; três abaixo de 40%.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) e relatório anual de gestão.

Foi solicitado ao Serviço Federal de Processamentos de Dados (SERPRO) o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras diretas e conveniadas não-executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) licitação de obras concluídas apenas em dezembro de 2007;

c) longo período chuvoso;

d) falta de licença ambiental (LI);

e) significativa quantia de restos a pagar.

Em 2007, houve melhoria nos recursos materiais do DNIT, em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática entre outros.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR FRONTEIRA NORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá (AP), Roraima (RR), Amazonas (AM) e Acre (AC) com os países da fronteira norte do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

População da fronteira norte e oeste do País

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 432.783.094,00	Empenho Liquidado:	R$ 333.764.393,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 333.764.393,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-174/RR - Unidade	-	-	-	-	-	-
3. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-317/AC - Unidade	-	-	-	-	-	-
4. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-364/AC – Unidade	-	-	-	-	-	-
5. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-401/RR - Unidade	-	-	-	-	-	-

1. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-156/AP
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores do Programa não refletem adequadamente o avanço físico das obras. Nos casos em que a ação contempla a construção ou a duplicação de rodovias, os reflexos no indicador aparecem apenas na parte final da obra ou após a sua conclusão, o que pode extrapolar o PPA vigente. A variação positiva dos índices está diretamente ligada à execução e à finalização das obras. Observa-se também que os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT).

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

2. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-174/RR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 1 Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP.

3. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-317/AC
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 1 Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP.

4. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-364/AC
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 1 Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP.

5. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-401/RR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 1 Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa a promoção do desenvolvimento econômico e social da fronteira norte do País, possibilitando o intercâmbio com a Venezuela e outros países da região do Caribe.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A principal obra do Corredor Fronteira Norte, que se encontra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é a construção da BR-156/AP, incluída a ponte sobre o rio Oiapoque, que teve avanço considerável na pavimentação da estrada e resolvida a

contratação do projeto básico da ponte. Igualmente importantes são a construção de parte da BR-364/AC e a construção da ponte sobre o rio Itacutu.

• Outros pontos que merecem destaque são a construção de contorno rodoviário na BR-174 /RR em Boa Vista e de trecho rodoviário na BR-317/AC entre o entroncamento da AC-040 e a Divisa AC/AM.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Quando o Programa foi criado, os índices de desempenho à época eram sistematicamente apurados pelo GEIPOT. A reestruturação do setor de transportes criou as agências reguladoras e extinguiu o GEIPOT, não havendo, por enquanto, quem esteja dando continuidade ao cálculo dos custos de transportes.

Nestas condições, a exemplo de anos anteriores, em 2007 não foi possível fazer avaliação da execução do programa a partir da análise dos índices alcançados pelos indicadores, pois a informação não existe. Como o objetivo do Programa é incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá (AP), Roraima (RR), Amazonas (AM) e Acre (AC), com os países da fronteira norte do Brasil, os resultados deveriam informar se as ações efetuadas causaram algum impacto nesse sentido. Mas para que isso fosse possível, seria necessário um indicador que permitisse captar os benefícios gerados pelo desenvolvimento parcial das ações, visto que, em princípio, somente após a conclusão da obra seria possível aferir se o custo de transporte de carga, na região da área de influência da obra, efetivamente diminuiu. Dessa forma, sugere-se analisar a possibilidade de alterar a forma de aferição para construção de rodovias, passando a ser efetuada por corredores de transportes específicos.

Quanto ao cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA)2007 e seus créditos adicionais, percebe-se que mesmo as obras previstas no PAC tiveram execução regular em relação às ações previstas, gerando alongamento nos prazos e eventuais aumentos nos custos de implantação. Nesse sentido, citam-se como principais causas as restrições por parte do TCU e os problemas ambientais, principalmente os relacionados às construções de rodovias em terras indígenas.

No que se referem às ações executadas de forma descentralizada, as obras envolvidas e os convênios existentes, em sua grande maioria, foram gerenciados pelos setores rodoviários dos Estados ou Municípios, excetuado o convênio com o Exército Brasileiro (EB) para a construção da ponte sobre o rio Itacutu fiscalizada pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR LESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES) e Rio de Janeiro (RJ).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.254.827.968,00	Empenho Liquidado:	R$ 868.107.413,00
	Pago Estatais:	R$ 24.562.005,00
	Total:	**R$ 892.669.418,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 234.036.400,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor Leste – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Leste – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
3. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Leste - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR LESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Leste.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR LESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Leste.

3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR LESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa visa otimizar a utilização dos vários modais de transporte existentes no Corredor Leste, objetivando o transporte racional de cargas e passageiros, reduzindo custos e melhorando o atendimento aos usuários.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-050/MG – adequação de Trecho Rodoviário Divisa MG/SP - Divisa MG/GO.

- BR-381/MG – adequação de Trecho Rodoviário - Belo Horizonte - Divisa SP/MG.

- BR-153/MG – adequação de Trecho Rodoviário Divisa GO/MG - Entrocamento BR-365/MG.

- BR-153/GO – adequação de Trecho Rodoviário Aparecida de Goiana – Itumbiara.

- BR-265/MG – construção de Trecho Rodoviário Divisa RJ/MG - Ilicínea - Divisa MG/SP.

- BR-493/RJ – construção de Trecho Rodoviário Entroncamento BR-101 - Entroncamento BR-040.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 110 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, teve-se a seguinte distribuição, em que 32 não tiveram execução financeira, 50 apresentaram resultados entre 80% e 100%, sete apresentaram resultados entre 40% e 80% e 21 apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, teve 80 que não tiveram execução, duas acima de 100%, duas entre 80% e 100%, seis entre 40% e 80% e 20 abaixo de 40%.

Menciona-se que, em relação ao total de ações, alcançou-se: 31% de execução financeira e 55% de execução física.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT) e relatório anual de gestão.

Foi solicitado ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos das obras.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras não-executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) obras paralisadas pelo TCU, devido a indícios de irregularidades;

c) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

d) longo período chuvoso;

e) falta de licença ambiental de instalação (LI);

f) significativa quantia de restos a pagar (RAP).

Percebeu-se, no âmbito da equipe gerencial, deficiência de equipamentos de informática e sistemas de informação, e no âmbito das equipes executoras, deficiência de equipamentos de informática, de campo e sistemas de informação.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também,

um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR MERCOSUL

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

PÚBLICO-ALVO

Usuários do sistema de transportes da região Sul do País

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.386.098.076,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.263.659.434,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.263.659.434,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 200.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor MERCOSUL – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor MERCOSUL - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
3. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor MERCOSUL - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR MERCOSUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3 Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor MERCOSUL.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR MERCOSUL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3 Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor MERCOSUL.

3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR MERCOSUL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A integração comercial com os países do Cone Sul das Américas exige perfeita conexão entre os diversos modais de transportes no Brasil, objetivando obter o menor custo de transporte entre as nações envolvidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-101/RS – adequação de Trecho Rodoviário Divisa RS/SC - Osório.
- BR-101/SC – adequação de Trecho Rodoviário Divisa SC/RS - Palhoça.
- BR-116/PR – adequação de Trecho Rodoviário Curitiba - Leste.
- BR-158/RS – adequação de Trecho Rodoviário Santa Maria - Rosário do Sul.
- BR-153/PR - construção de Trecho Rodoviário Ventania - Alto do Amparo.
- Ampliação dos molhes e dragagem de aprofundamento do canal de acesso no Porto do Rio Grande (RS).

• Construção de Contorno Ferroviário no Município de Joinville no Estado de Santa Catarina.

• BR-470/RS - construção de Trecho Rodoviário Barracão - Lagoa Vermelha - Nova Prata.

• BR-285/RS - construção de Trecho Rodoviário Divisa SC/RS - Bom Jesus - Entroncamento BR-472/BR-287.

• BR-101/RS - construção de Trecho Rodoviário Divisa SC/RS - São José do Norte.

• BR-282/SC - construção de Trecho Rodoviário - São José Cerrito - Campos Novos.

• BR-282/SC - construção de Trecho Rodoviário São Miguel do Oeste - Fronteira Brasil/Argentina.

• BR-116/RS - obras complementares no Trecho Rodoviário Entroncamento RS-326 (para Ivoti) - ponte rio Guaíba.

• Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea no Município de Maringá no Estado do Paraná.

• Recuperação do berço 201 do porto de São Francisco do Sul no Estado de Santa Catarina.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 80 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, obteve-se a seguinte distribuição, em que 18 não tiveram execução financeira, 47 apresentaram resultados entre 80 e 100%, 12 apresentaram resultados entre 40% e 80% e três apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, teve 63 que não tiveram execução em 2007, nove acima de 100%, uma entre 80% e 100%, quatro entre 40% e 80% e três abaixo de 40%.

Menciona-se que, em relação ao total de ações, alcançou-se 35% de execução financeira e 50% de execução física. As razões desta baixa execução já foram mencionadas anteriormente.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) durante o exercício, e relatório anual de gestão.

Foi solicitado ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras não executadas porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) obras paralisadas pelo TCU devido a indícios de irregularidades;

c) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

d) longo período chuvoso;

e) falta de licença ambiental de instalação (LI);

f) significativa quantia de restos a pagar.

Percebeu-se, no âmbito da equipe gerencial, deficiência de equipamentos de informática e sistemas de informação, e no âmbito das equipes executoras, deficiência de equipamentos de informática de campo e sistemas de informação.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

O MT esclarece que devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR NORDESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.322.895.728,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.102.183.726,00
	Pago Estatais:	R$ 29.240.633,00
	Total:	**R$ 1.131.424.359,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 511.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Nordeste – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Nordeste - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR NORDESTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 2. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Nordeste.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR NORDESTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover a ocupação e permanência do cidadão na região interiorana do Nordeste é fundamental para a integração e o desenvolvimento da região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-101/PE – adequação de Trecho Rodoviário Divisa PB/PE - Divisa PE/AL.
- BR-101/PB – adequação de Trecho Rodoviário Divisa PB/RN - Divisa PB/PE.
- BR-101/RN – adequação de Trecho Rodoviário Divisa RN/PB – Natal.
- BR-116/CE – adequação de Trecho Rodoviário Fortaleza – Pacajus.
- BR-104/PE – adequação de Trecho Rodoviário Entroncamento PE-160 (Pão de Açúcar) - Entroncamento PE-149 (Agrestina) (km 19,8 - km 71,2).
- BR-230/PB – adequação de Trecho Rodoviário João Pessoa - Campina Grande.
- BR-408/PE – adequação de Trecho Rodoviário Carpina - Entroncamento BR-232.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 74 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, obteve-se a seguinte distribuição, em que 21 não tiveram execução financeira, 30 apresentaram resultados entre 80% e 100%, 13 apresentaram resultados entre 40% e 80% e 10 apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, teve 54 que não tiveram execução, oito acima de 100%, duas entre 80% e 100%, uma entre 40% e 80% e nove abaixo de 40%.

Menciona-se que, em relação ao total de ações, alcançou-se: 29% de execução financeira e 24% de execução física.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) e relatório anual de gestão.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras diretas e conveniadas não-executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

c) período chuvoso;

d) falta de licença ambiental de instalação (LI);

e) significativa quantia de restos a pagar.

Em 2007, houve melhoria nos recursos materiais do DNIT, em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática, entre outros.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR OESTE-NORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange parte dos Estados do Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO) e Mato Grosso (MT).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 617.979.036,00	Empenho Liquidado:	R$ 409.053.643,00
	Pago Estatais:	R$ 30.000,00
	Total:	**R$ 409.083.643,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Oeste-Norte – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR OESTE-NORTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover a recuperação e interiorização dos meios de transportes para a região é fator preponderante para o seu desenvolvimento econômico e social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-364/RO – adequação de Trechos Rodoviários no Estado de Rondônia.

- BR-364/MT – construção de Trecho Rodoviário Diamantino - Sapezal - Comodoro no Estado do Mato Grosso.

- BR-163/MT – construção de Trecho Rodoviário Divisa MS/MT - Divisa MT/PA no Estado do Mato Grosso.

- BR-230/PA – construção de Trecho Rodoviário Itaituba - Altamira (anel viário) - Marabá - Divisa TO/PA no Estado do Pará.

- BR-319/AM – construção de Trecho Rodoviário Manaus - Divisa AM/RO no Estado do Amazonas.

- Devido às características de logística e climáticas da região amazônica nos projetos dos terminais fluviais, foram priorizados os seguintes portos que obtiveram meta física maior que a prevista, são eles: Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Nhamundá, São Raimundo. Esses terminais fluviais, quando de sua conclusão, reduzirão os custos de deslocamento de pessoas e mercadorias, que junto com as rodovias, farão parte fundamental da intermodalidade dos transportes na região.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Não houve preenchimento das realizações das metas físicas de 31 ações rodoviárias por seus coordenadores, dificultando avaliar o cumprimento do Programa com precisão.

No caso dos terminais fluviais, a falta de realização física de algumas obras, ocorreu por dois motivos principais: cancelamento do convênio ou readequação de projetos executivos por necessidade das obras.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT) e relatório de acompanhamento físico financeiro das obras (RAFFO), atualizado diariamente, para a parte rodoviária.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007, semelhantes às de exercícios anteriores, foram:

a) existência de significativa quantia de restos a pagar;

b) expressiva quantidade de obras paralisadas pelo TCU;

c) prazos extensivos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais;

d) demora na conclusão das licitações devido a recursos interpostos pelas concorrentes entre outros.

Em relação à execução das ações com recursos descentralizados, constatou-se certa dificuldade para repasse da contrapartida em alguns convênios.

Devido ao pouco tempo como gerente do Programa, ocorreram dificuldades para a integração com os executores da ação, exceção somente para o caso dos terminais fluviais.

Adicionalmente, os entraves na obtenção das informações estão relacionados ao rompimento dos contratos terceirizados da área de informática. No Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), atualmente, encontra-se em desenvolvimento um programa para coleta de dados vinculados às medições dos contratos.

Percebeu-se, no âmbito da equipe gerencial, deficiência de equipamentos de informática e sistemas de informação. No caso da Diretoria Aquaviária, ela está preparando um sistema de gerenciamento (SIGDAQ) que fornecerá relatórios de suas ações. No âmbito das equipes executoras, há deficiência de equipamentos de informática, de campo e veículos. No caso dos terminais fluviais, a logística para construção dos mesmos é um fator dificultador da boa execução física das obras.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras apesar da realização do concurso público em 2006. Percebe-se a falta de um programa de treinamento para os integrantes das equipes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR SÃO FRANCISCO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia (BA) e Sergipe (SE) e o norte de Minas Gerais (MG).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 340.041.436,00	Empenho Liquidado:	R$ 232.114.080,00
	Pago Estatais:	R$ 24.399.962,00
	Total:	**R$ 256.514.042,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 196.414.440,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor São Francisco – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor São Francisco - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 2 Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor São Francisco.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU), feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há necessidade de promover o escoamento da produção a custos menores.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-116/BA – adequação de Trecho Rodoviário Euclides da Cunha – Ibó.
- BR-116/BA – adequação de Contorno Rodoviário Vitória da Conquista.
- BR-135/BA – construção de Contorno Rodoviário Divisa PI/BA – Barreiras.
- BR-135/BA – construção de Contorno Rodoviário São Desidério - Divisa BA/MG.
- BR-135/BA – construção de Trecho Rodoviário Divisa PI/BA - Divisa BA/MG.
- BR-101/SE – adequação de Trecho Rodoviário Entr. BR 235/BA - Pedra Branca.
- BR-030/BA – construção de ponte no Município de Carinhanha.
- Construção de Contorno Ferroviário no Município de São Felix no Estado da Bahia.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 63 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, teve-se a seguinte distribuição, em que 14 não tiveram execução financeira, 26 apresentaram resultados entre 80% e 100%, 15 apresentaram resultados entre 40% e 80% e oito apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, teve 35 que não tiveram execução, quatro acima de 100%, nove entre 80% e 100%, seis entre 40% e 80% e nove abaixo de 40%.

Em relação ao total de ações do Programa, alcançou-se 59% de execução financeira e 83% de execução física.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT) e relatório anual de gestão.

Foi solicitado, ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos das obras.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras diretas e conveniadas não-executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) obra paralisada pelo TCU, devido a indícios de irregularidades;

c) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

d) período chuvoso;

e) falta de licença ambiental (LI);

f) necessidade de se renovar LI devido a existência de sítios arqueológicos;

g) falta de contrapartida local;

h) falta de recursos para conclusão da meta financeira.

Em 2007, houve melhoria nos recursos materiais do DNIT, em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática, entre outros.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535 e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR SUDOESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), o sul do Estado de Goiás (GO) e parte da região Sudeste.

PÚBLICO-ALVO

Usuários da malha de transportes na região

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 118.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 93.001.230,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 93.001.230,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

O programa não apresenta indicador.

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função, disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da produção de grãos na região demanda integração perfeita nos modais de transportes, gerando emprego, reduzindo o custo de transporte e melhorando a trafegabilidade nas rodovias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ressalta-se que não foram obtidos produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 10 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, obteve-se a seguinte distribuição, em que na execução financeira oito apresentaram resultados entre 80% e 100%, uma apresentou resultados entre 40% e 80% e uma apresentou resultados abaixo de 40%. E, nenhuma apresentou execução física em 2007.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) e relatório anual de gestão.

Foi solicitado ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos das obras.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras diretas e conveniadas não executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

c) período chuvoso;

d) falta de licença ambiental de instalação (LI);

e) significativa quantia de restos a pagar.

Em 2007, houve melhoria nos recursos materiais do DNIT, em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática, entre outros.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o programa foi extinto.

CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo (SP) e sudoeste do Estado de Minas Gerais (MG).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 530.708.990,00	Empenho Liquidado:	R$ 305.651.118,00
	Pago Estatais:	R$ 17.524.667,00
	Total:	**R$ 323.175.785,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Transmetropolitano – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor Transmetropolitano – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
3. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Transmetropolitano - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3 Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Transmetropolitano.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3 Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Transmetropolitano.

3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Devido ao alto grau de movimentação de cargas e passageiros na região, a adequação das vias se torna necessária, objetivando melhorar a segurança, conforto e redução dos custos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio à construção do Rodoanel Trecho Sul no Estado de São Paulo, obra iniciada em maio de 2007. No lote um, foram concluídos 1,5 quilômetros (km) de terraplenagem e estão em execução sete quilômetros, no lote dois, estão em execução dois quilômetros de terraplenagem.

• No lote três, foi concluído o canteiro de obras, no lote quatro, estão em execução 15 km de terraplenagem, no lote cinco foram concluídos quatro quilômetros e estão em execução oito quilômetros de terraplenagem. Assim, 37,5 km de terraplenagem e 19 obras de arte especiais foram executados.

• Construção de ponte sobre o rio Paraná entre Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS) na BR-158 no Estado de São Paulo (SP), obra conveniada com o Governo do Estado de São Paulo. O Convênio nº 022, de 31 de dezembro de 2000, existente até o ano de 2007, não

tinha suporte financeiro para a conclusão da obra, por isso, foi denunciado e celebrado novo convênio em 30 de agosto de 2007. O Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) está licitando a supervisão. Foi instalado o canteiro de obras.

• Construção do Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia no Município de Araraquara no Estado de São Paulo, construção de pátio e contorno ferroviário em Araraquara com 27 km de linhas de pátio e 12 km de contorno, com conclusão prevista para 2009. Os contratos da obra, do assessoramento da desapropriação, do fornecimento de trilhos e do fornecimento dos acessórios metálicos já foram assinados, enquanto o de supervisão encontra-se pendente de homologação da respectiva concorrência.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos das ações constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Para as demais, houve limitação de empenhos e de movimentação, bem como defasagem entre liquidação e pagamento.

Percebeu-se que os recursos materiais eram insuficientes nas equipes executoras, destacando-se a falta de veículos para fiscalização das obras.

Percebe-se que o efetivo de recursos humanos do DNIT é insuficiente, considerando as suas atribuições regimentais, apesar da realização de concurso público, que, por si só, não foi suficiente e houve ainda grande evasão dos servidores convocados, tanto por aprovação em outros concursos, como direcionamento para a iniciativa privada, em razão da remuneração ser muito inferior em relação ao mercado e a outros cargos públicos.

Entre as restrições observadas, destaca-se:

a) atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, muitas vezes acarretando inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), bem como processo de tomada de contas especial;

b) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, tendo em vista inscrição no CADIN;

c) dificuldades em licitações e celebração de contratos em decorrência de demora demasiada dos processos licitatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida por meio de audiência pública – em obras que interferem no bem-estar da população atingida, de acordo com a legislação vigente – e reuniões com grupos de interesse – quando necessário, com indígenas, quilombolas etc.

O MT esclarece que devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

José Alexandre Nogueira de Resende

OBJETIVO

Melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados.

PÚBLICO-ALVO

Usuários e concessionários das rodovias e ferrovias federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.874.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.386.242,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 14.386.242,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 950.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Concessão de Malha Rodoviária Federal - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Transferência de Malha Rodoviária Federal - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE CONCESSÃO DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 2 Taxa de Transferência de Malha Rodoviária Federal.

2. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A gestão dos processos de concessão da malha rodoviária federal pertence a outro órgão, impossibilitando por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o fornecimento de informações consistentes sobre o índice de referência e o índice previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de redução dos custos de manutenção da malha rodoviária federal e a agilização na prestação dos serviços diretos aos usuários das rodovias são fatores que induzem o Programa de descentralização dos serviços aos Estados, Municípios e iniciativa privada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Concessões rodoviárias - foram publicados os estudos e os editais dos sete lotes, totalizando 2.600 quilômetros, da 2ª etapa de concessões rodoviárias, em 16 de agosto de 2007, e realizada a licitação na modalidade leilão, em 09 de outubro de 2007, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O Leilão foi do tipo menor tarifa, chegando-se a deságios de 65,42% do preço de referência estabelecido em estudos. Realizaram-se revisões dos Programas de Exploração das Rodovias atuais, nas quais foi autorizada a execução de uma série de obras adicionais nas concessões rodoviárias federais. Estes novos investimentos, em volume aproximado de 35 milhões de reais, têm como objetivo garantir o deslocamento seguro e íntegro dos usuários, bem como facilitar o acesso e impulsionar o desenvolvimento econômico de regiões lindeiras à rodovia.

• Concessões ferroviárias - no ano de 2007, investimentos de aproximadamente R$ 3,4 bilhões pelos concessionários privados representaram crescimento de 35% em relação ao ano anterior. Foram aprovados, no ano de 2007, projetos de ampliação de pátios de cruzamento e trechos de acessos a terminais pelas concessionárias, totalizando R$ 250,5 milhões. No tocante à produção, as concessionárias vêm obtendo, a cada ano, significativo crescimento da sua participação entre os demais modais, inclusive com a captação de novas cargas. Destaca-se o crescimento de 18% no transporte de contêineres. No ano de 2007, a produção estimada foi de 250 bilhões de tku, representando evolução de 5%. No ano de 2007, ocorreram 1.067 acidentes, 35% menos do que o ano de 2006, resultando também expressiva redução de 40% do índice de acidente das concessionárias para 14,1 acidentes por milhão de trem por quilômetro.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa dispõe, basicamente, de dois mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações:

a) sistemas informatizados, a ANTT dispõe de sistemas informatizados para planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho físico das ações. Esses sistemas trabalham em nível de detalhamento maior que o indicador da ação para melhor acompanhar todas as perspectivas das atividades que concorrem para o resultado da ação;

b) relatórios de gestão, setoriais são periodicamente elaborados para apresentação da evolução das atividades à gerência superior.

O cumprimento das metas físicas foi considerado satisfatório. Da mesma forma, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Em relação à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, constatou-se que o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Como a programação orçamentária e financeira restritiva vem sendo constante nos últimos anos, procura-se desenvolver previamente alternativas aos possíveis cenários para minimizar os impactos negativos.

No que tange à adequação da infra-estrutura e dos recursos materiais, a ANTT encontra-se em contínua expansão territorial no sentido de atender cada vez mais a todos os beneficiários de seus programas, o que requer anualmente novos recursos materiais e ampliação da infra-estrutura para o incremento de suas atividades de fiscalização. Quanto à adequação dos recursos humanos na equipe gerencial e nas executoras, percebe-se que o efetivo de servidores concursados tem continuamente diminuído ao longo do tempo. A atratividade por outros cargos públicos em outras entidades tem contribuído para essa evasão.

Entre as restrições que afetaram o desempenho das ações, pode-se citar:

a) o contingenciamento orçamentário, prática contínua ao longo dos últimos anos, é sempre prejudicial a qualquer planejamento. A rigidez da programação financeira, no sentido de uma negociação em seu cronograma e as incertezas quanto a possíveis alterações ao longo do exercício, constitui-se em fatores altamente restritivos à racionalização do uso dos recursos assim como à maximização dos resultados projetados;

b) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) ou remanejamentos. A demora na análise dos pleitos de créditos, assim como a postergação de seus efeitos, são restrições que também contribuem para reduzir o desempenho das ações;

c) dificuldades em licitações e celebração de contratos, os processos licitatórios, de maneira geral, são sempre prejudicados pela rigidez da programação financeira e pelas incertezas quanto a possíveis alterações de cronograma e valores disponíveis.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa dispõe dos seguintes mecanismos que promovem a participação social, a Ouvidoria desempenha o papel de interface entre a sociedade e a Agência. As manifestações podem ser encaminhadas pelo portal na Internet, pelo 0800 e por via postal, e audiência pública e consulta pública para todas as regulamentações são utilizadas, quando cabível, a audiência pública e a consulta pública para colher as observações e sugestões da sociedade.

A participação da sociedade traz contribuições valiosas para o aperfeiçoamento das atividades regulatórias e por conseqüência para os resultados do Programa.

No PPA 2008-2011, os programas Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário (0224), Serviços de Transporte Aquaviário (0221) e Serviços de Transporte Rodoviário (0227) foram unificados em um único programa chamado Qualidade dos Serviços de Transporte (1463), que tem como objetivo garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL

GERENTE DO PROGRAMA

Pedro da Costa Carvalho

OBJETIVO

Renovar e expandir a frota brasileira, mediante financiamento de embarcações construídas no País para o transporte marítimo internacional e nacional, de passageiros e carga na navegação interior, de apoio marítimo e portuário e na atividade pesqueira.

PÚBLICO-ALVO

Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.236.775.114,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.020.596.607,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.020.596.607,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem - Ano	15.00	20.00	-	-	-	-
2. Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso - Ano	19.00	16.00	-	-	-	-
3. Idade Média da Frota - Navegação Interior - Ano	10.00	20.00	-	-	-	-
4. Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte – Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. IDADE MÉDIA DA FROTA - NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 4.

2. IDADE MÉDIA DA FROTA - NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 4.

3. IDADE MÉDIA DA FROTA - NAVEGAÇÃO INTERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 4.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MODAL AQUAVIÁRIO NA MATRIZ DE TRANSPORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esta informação não é da competência do Departamento do Fundo da Marinha Mercante (DEFMM), e sim da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A economia brasileira tem dado clara demonstração de sua pujança, com os aumentos significativos dos seus volumes de exportação e importações. A redução e o envelhecimento da frota de longo curso levou à baixa performance para o escoamento dessas cargas, permitindo que o transporte seja realizado por embarcações de bandeira estrangeira e/ou afretadas. Associado a este problema, há ainda o afretamento de embarcações de apoio marítimo, o que ampliou a evasão de divisas para o exterior proveniente dos pagamentos de fretes e afretamento, contribuindo significativamente para o aumento no *deficit* do balanço de serviços.

A navegação de cabotagem que, nos últimos 20 anos, em função da concorrência desigual com o modal rodoviário, entrou em processo de estagnação, ressurge no final da década de 90, em decorrência de fatores conjunturais: a estabilização monetária, a entrada em operação dos navios oriundos da navegação de longo curso e a modernização dos portos brasileiros, através das concessões.

A movimentação de carga na cabotagem vem evoluindo de modo significativo, existindo ainda mercado a conquistar, tanto no transporte de granel como na carga geral, e também a consolidação do tráfego no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A introdução dos conceitos de Serviços de Logística vem demonstrando a importância deste modal dentro da economia brasileira, evidenciando o quanto se encontra equivocada a Matriz de Transporte Brasileira. Existe espaço para a inserção de novos navios construídos no Brasil e utilizando mão-de-obra brasileira, como pode ser comprovado pela entrada nos últimos dois anos de navios gaseiros e de apoio à plataforma de petróleo.

Quanto ao transporte de passageiros, exige a necessidade de construção de embarcações modernas de casco de aço e de alumínio, substituindo embarcações velhas de madeira, sem qualquer segurança, sujeitas aos mais diversos acidentes, que geram riscos à vida humana e ao meio ambiente.

A reestruturação e reaparelhamento de nossos estaleiros é ação imprescindível para alavancar as ações propostas. A retomada da indústria de construção naval tem gerado novos empregos diretos e indiretos.

O Brasil conquistou participação na quota mundial de captura de pesca oceânica. Atualmente opera somente com embarcações arrendadas, principalmente, da Espanha, seu maior concorrente. A atividade pesqueira brasileira necessita ter frota própria adequada a este tipo de captura para a manutenção das quotas conquistadas, que são revistas anualmente e são determinadas em função do potencial de pesca de cada país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Pode-se considerar o desempenho do Programa eficaz em quase sua totalidade, com exceção da Ação de Capacitação com 6,74% e da Ação de Financiamento de Embarcações Pesqueiras com utilização de apenas 2,62% de seu orçamento. Destaca-se ainda que o DEFMM vem executando com eficácia seu orçamento, com o objetivo de desenvolver a Marinha Mercante Nacional. Existe grande esforço para a inserção no tráfego de cabotagem interior e apoio de novos navios construídos no Brasil com a utilização de mão-de-obra brasileira. Em 2007, o processo de retomada da construção naval pode ser atestado pelos vários contratos de construção firmados - entre os da renovação da frota da Petrobras Transporte S/A (Transpetro) – e também pelas prioridades concedidas de Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), para a construção de cinco portas-contêineres e dois graneleiros. O aumento significativo da produção brasileira de grãos demanda novas embarcações na navegação interior para melhor escoamento da produção, facilitando a competitividade de nossos produtos no mercado externo.

• Do orçamento previsto para 2007, foram utilizados 82,75% de todo o Programa. Na área da construção naval, foram priorizados 92 projetos resultantes de duas reuniões ordinárias do CDFMM. A Ação de Capacitação ficou prejudicada em função da frustrada contratação do curso de pós-graduação em Comércio Exterior, diante de pregões eletrônicos desertos. O Departamento priorizou seus recursos para implantação do curso em pauta por considerar ser o mesmo de extrema relevância para a especialização de seus servidores. Quanto à Ação de Financiamento de Embarcações de Pesqueiras, os tomadores de empréstimo aguardam solução para obtenção dos benefícios do Programa Pró-Frota Pesqueira. Para tanto, é necessário que sejam atendidas as solicitações contidas nos editais para concessão dos termos de habilitação elaborados pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações adotado, no âmbito da gerência, são visitas *in loco*, onde há fiscalização e acompanhamento dos custos das obras, durante as construções dos navios. Cada obra é visitada, no mínimo, duas vezes por ano. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP), o DEFMM vem executando com eficácia seu orçamento de maneira a atender demandas às necessidades mais emergenciais do Departamento e unidades regionais. Entretanto, a eficiência torna-se comprometida em função do restrito número de funcionários nas áreas de compras e serviços, o que dificulta a antecipação de algumas demandas e o planejamento adequado para cada unidade arrecadadora, tanto em sua manutenção de bens imóveis como equipamentos e aquisições. Pelo exposto, dentro de suas possibilidades estruturais e funcionais, o Departamento vem realizando gestão eficaz e competente.

No que tange à adequação da quantidade de recursos humanos, atualmente o DEFMM não tem quantitativo de pessoal suficiente na equipe gerencial. No caso das unidades executoras existe necessidade de recursos humanos tanto para a atividade de arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), quanto para acompanhamento das obras e análise dos projetos. No que se refere às atividades de planejamento, o DEFMM não possui quadro de servidores para desempenhar tal tarefa.

Devido ao reduzido número de servidores, inclusive muitos com idade próxima de aposentadoria, e a ausência de capacitação durante muitos anos associada à limitação de absorção de novos conhecimentos do quadro de pessoal e a falta de renovação, os recursos humanos não têm a qualificação necessária na equipe gerencial, bem como nas equipes executoras.

A Ação Financiamento de Embarcações Pesqueiras depende da SEAP, pois de acordo com a Lei nº 10.842, de 23 de março de 2004, e suas regulamentações, os recursos do Financiamento à Marinha Mercante (FMM) também se destinam a financiar as embarcações pesqueiras, em modelo distinto dos demais financiamentos, que ocorrem com a demanda espontânea. Aqui os interessados se habilitam à edital lançado pela SEAP, no qual ela define o tipo de espécie pesqueira e o tipo de embarcação. Após a avaliação dos que se habilitaram, a SEAP, de acordo com critérios por ela estabelecidos, seleciona os que receberão o Termo de Habilitação. Este documento é apresentado ao DEFMM que forma o processo de análise e encaminha o pedido ao CDFMM.

INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Desenvolver a infra-estrutura de transportes, promovendo, entre outras ações, a construção, a ampliação, a recuperação e a modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 176.500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 135.635.550,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 135.635.550,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O programa não apresenta indicadores.

Trata-se de programa originário de emenda parlamentar, não contemplando todos os atributos constitutivos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado pelo Congresso Nacional com conjunto de ações de modernização e otimização da intermodalidade do sistema de transportes, de forma a reduzir o alto custo do transporte de cargas e dinamizar o fluxo de passageiros entre as regiões brasileiras, colaborando ainda para a integração regional sul-americana.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Não houve nenhum registro de execução física no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para nenhuma das 21 ações do Programa. Para avaliar os resultados obtidos em 2007, foram utilizados dados do relatório de acompanhamento físico financeiro das obras (RAFFO), bem como relatórios da Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária (DIR). Desta forma, o principal resultado mencionado foi a construção de 122,35 quilômetros (km) de trechos rodoviários no Estado de Minas Gerais (MG).

Uma das razões para a baixa execução desse Programa é atribuída ao caráter genérico das descrições das ações.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Com exceção do resultado abordado acima, a execução da maioria das ações do Programa ficou aquém do desejado, tendo o Programa apresentado uma execução orçamentária média de 29,80%. Citam-se como principais pontos que prejudicaram a execução do Programa os contingenciamentos orçamentários e financeiros, a descontinuidade do fluxo de recursos, o caráter genérico das ações.

O Programa apresenta problema de concepção em vários aspectos. A natureza do mesmo vai de encontro à forma como o Ministério dos Transportes (MT) passou a estruturar a sua programação, por meio de corredores regionais. Desta forma, cada corredor deve apresentar ações visando a construção, a ampliação, a recuperação e a modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária.

Uma vez que este Programa apresentava sobreposição em relação a outros programas do MT, o mesmo foi excluído do PPA a partir de 2008.

MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

PÚBLICO-ALVO

Usuários das rodovias federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.275.942.759,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.074.198.366,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.074.198.366,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Rodovias com Boas Condições de Trafegabilidade - Porcentagem	-	-	62.00	70.00	70.00	100%

1. TAXA DE RODOVIAS COM BOAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice ainda não foi apurado de forma exata, porém há indicativos que sugerem a realização do previsto. Entende-se ser bom o nível de alcance dos serviços. A inexistência do índice se deve, por oportuno, à falta de mão-de-obra na autarquia para execução deste levantamento de forma a atender a contento o solicitado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa manter a malha rodoviária em bom estado de trafegabilidade, promovendo aos usuários maior segurança, conforto e economia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O principal resultado obtido em 2007 foi a contratação de mais de 20 mil quilômetros (km) de serviços de conservação em rodovias federais. O Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV) e restauração também foi objeto de destaque, com mais de seis mil quilômetros contratados em 2007.

• O alcance do Programa chega próximo da totalidade da malha rodoviária federal. No entanto, a falta de pessoal qualificado (poucos servidores na casa), aliada a longos processos licitatórios, além de liberação de recursos (empenhos) na proximidade do encerramento do exercício, contribuíram de forma negativa ao cumprimento das metas estabelecidas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência do Programa dispõe dos seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) as reuniões de trabalho são freqüentes (pelo menos em regime mensal), quando tais informações são discutidas e cobradas pelos coordenadores de ações junto às Superintendências Regionais;

b) sistemas informatizados, o Sistema de Medições (SMD), o Sistema de Acompanhamento de Contrato (SIAC), o "Restaura", o Relatório de Acompanhamento Físico das Obras (RAFFO), além de outros tipos de acompanhamento informatizados fornecem base de dados importante para aferição dos índices de desempenho físico/financeiro da ação.

A execução física variou entre 40% e 80%, pois, apesar de saírem créditos extraordinários, houve problemas principalmente no tocante a licitações, aditivos, entre outros, além da pouca mão-de-obra disponível no Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT).

Os recursos orçamentários foram suficientes no ano-base 2007, se forem considerados os créditos extraordinários. Porém, a demanda do setor ainda é grande e, com a evolução das ações no DNIT, haverá necessidade de incremento nos orçamentos 2008/2009/2010 para realização das ações a contento.

No que tange à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, muitos dos recursos foram liberados de forma descontínua, atrasando o início de obras e serviços, assinaturas de contratos e termos aditivos, prejudicando o andamento dos serviços.

Em relação aos recursos humanos contatou-se que os disponíveis na "ponta" são em pequeno número, prejudicando a qualidade dos serviços prestados (por não terem condições de executarem o controle a contento), bem como a qualidade das informações adquiridas.
Os recursos humanos da equipe gerencial não são qualificados. Falta um programa de qualificação adequado aos servidores. No tocante às equipes executoras, a situação ainda é pior, pois, além de não possuírem uma qualificação adequada, não têm um sistema de informações eficiente o bastante para atendimento das suas necessidades.

Entre as restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, pode-se citar:

a) a dificuldade de realocação de créditos orçamentários de um programa para outro prejudicou, principalmente, a implementação de programas de restauração no âmbito desta Gerência, onde algumas obras sofreram atrasos devido a demora em realocação dos recursos;

b) dificuldades de celebração de convênios. As dificuldades são proporcionadas, na maioria das vezes, por problemas encontrados nas outras esferas de Estado (Municípios e Estados). No âmbito das Forças Armadas (BEC-Exército) os problemas são menores. Normalmente, as dificuldades advêm da não-prestação de contas, bem como da inadimplência do conveniado com a União;

c) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. A inadimplência é um dos grandes óbices à assinatura de novos convênios ou aditamentos dos convênios existentes;

d) dificuldades em licitações e celebração de contratos. Com o processo de descentralização, tais dificuldades diminuíram no âmbito da conservação. Porém, a burocracia do processo licitatório (exigida por lei) é um óbice ao bom andamento (no tempo) da prestação dos serviços de manutenção.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa possui os seguintes mecanismos de participação social:

a) o DNIT tem uma Ouvidoria que recebe todas as reclamações e sugestões dos usuários e as repassa as áreas competentes para que se tomem as devidas providências;

b) aplicam-se audiências públicas nas obras de manutenção rodoviária quando a lei assim o exige;

c) reunião com grupos de interesse acontece, normalmente, antes e durante a execução dos serviços, por parte das unidades descentralizadas;

d) discussão em Conselho Setorial acontece quando da necessidade da tomada de decisões feitas pela sede.

A participação social gera, com benefícios, o contínuo melhoramento dos serviços prestados, bem como a identificação de eventuais não-conformidades na atuação do DNIT na malha rodoviária.

Devido à reestruturação da programação do Ministério dos Transportes (MT), este programa foi extinto a partir de 2008.

MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores.

PÚBLICO-ALVO

Usuários das vias navegáveis interiores e armadores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.130.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 36.594.996,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 36.594.996,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Manutenção de Hidrovias – Porcentagem	100.00	-	-	-	-	-
2. Taxa de Navegação Efetiva nas Hidrovias – Porcentagem	100.00	-	-	-	-	-

1. TAXA DE MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi previsto índice para o final do PPA.

2. TAXA DE NAVEGAÇÃO EFETIVA NAS HIDROVIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi previsto índice para o final do PPA.

Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento

de Transportes (GEIPOT). Para resolver este problema, foi contratado pelo Ministério dos Transportes (MT) serviço de consultoria externa junto ao Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB), visando a revisão dos indicadores dos programas sob coordenação do MT, o que deverá prover o órgão de melhores elementos e qualificação para mensurar com mais clareza o alcance dos objetivos e metas.

No caso específico deste programa, os dois indicadores não são capazes de atender à real situação das hidrovias. O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Relatório de Auditoria de Natureza Operacional, e posteriormente por meio do Acórdão nº 351, 17 de agosto de 2006, propôs novos indicadores de desempenho, os quais foram considerados para efeito do trabalho da consultoria acima mencionado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para garantir a implantação de um sistema integrado dos modais de transportes, o MT, no âmbito de suas atribuições, deve procurar manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores como forma de propiciar o desenvolvimento das regiões servidas pelas hidrovias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram realizados serviços de manutenção em 3.103 quilômetros (km) de hidrovias, abrangendo dragagem, balizamento, sinalização, monitoramento ambiental, remoção de paliteiros, implantação de espigões e novos estudos de expansão das hidrovias navegáveis.

• O desenvolvimento do Programa foi prejudicado devido a problema de cunho institucional. Em 2007, ocorreu a criação da Secretaria Especial de Portos e a conseqüente transferência da vinculação administrativa das companhias docas para o âmbito desse novo órgão. Entretanto, as administrações hidroviárias (subordinadas ao MT) continuaram dependendo de repasses financeiros dessas companhias docas. Este problema deve estar resolvido a partir de 2008 com a redação do novo convênio entre a Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR), única companhia docas vinculada ao MT e as administrações hidroviárias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações ocorre atualmente de três formas:

a) visitas *in loco*, durante o ano de 2007, quatro administrações hidroviárias foram objeto de visitas;

b) sistemas informatizados, Sistema de Gerenciamento da Diretoria Aquaviária (SIGDAQ), do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DAQ/DNIT), em desenvolvimento por servidores da própria DAQ, por meio do qual será feito o acompanhamento físico e financeiro das ações;

c) relatórios de gestão, para o ano de 2008, prevê-se a realização de relatórios bimestrais de acompanhamento das ações da DAQ.

A carência de recursos e o expressivo comprometimento destes com o pagamento de pessoal têm determinado lentidão no processo de licenciamento ambiental. Atualmente, existem hidrovias com impossibilidade de navegação por questões ambientais que tramitam na justiça.

Além disso, ressalta-se o atual modelo de execução do Programa, no qual o ressarcimento das despesas realizadas depende da conclusão da execução das atividades e do encaminhamento da prestação de contas para que haja a efetivação dos pagamentos ou a execução dos empenhos correspondentes. Desta forma, o fluxo de recursos fica prejudicado devido ao sistema de ressarcimento, diferente da antecipação das despesas. Espera-se que este problema seja resolvido a partir de convênio entre as administrações hidroviárias com a CODOMAR.

Este Programa apresentava problema de concepção desde sua origem. A natureza do mesmo refere-se à forma como o MT passou a estruturar a sua programação, por meio de corredores regionais e a partir de 2008 por meio de vetores logísticos. Desta forma, cada corredor ou vetor deve apresentar ações visando a construção, a ampliação, a recuperação e a modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária. Por entender que a existência deste Programa apresentava sobreposição em relação a outros programas do Ministério, o mesmo foi excluído do PPA a partir de 2008.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando Antônio Brito Fialho

OBJETIVO

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte na navegação interior, de cabotagem e de longo curso.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte aquaviário de carga e de passageiros

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.410.841,00	Empenho Liquidado:	R$ 44.195.189,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 44.195.189,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga – Porcentagem	75.00	-	-	-	-	-

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE CARGA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) não teve condições de estabelecer índices para os indicadores do Programa, tendo em vista que os estudos sobre a avaliação da capacidade de movimentação de cargas nos portos e terminais visando dimensionar a demanda de mercado nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, bem como os estudos sobre diretrizes para promoção e defesa da concorrência no subsetor portuário ainda não foram concluídos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para suprir a necessidade de completar a reestruturação institucional dos subsetores portuário e hidroviário, propiciando a melhoria das condições de competição da construção naval no mercado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Destaca-se a aprovação de projetos de implantação de arrendamentos nos portos de Itaguaí (RJ), Imbituba (SC), Itajaí (SC), Vitória (ES), Porto Alegre (RS) e São Francisco do Sul (SC), que resultarão em investimentos da ordem de R$ 842,4 milhões, bem como as autorizações para construção e exploração de 12 terminais de uso privativo, na modalidade de uso misto que importarão em investimentos da ordem de R$ 1,3 bilhão e em acréscimo da oferta da infra-estrutura para movimentação de carga de cerca de 80 milhões de toneladas (t).

• A implementação do Programa no exercício contribuiu, também, para um aumento geral (até novembro) de 5,6%, na movimentação de cargas, passando de 692,8 em 2006 para 731,4 milhões de toneladas em 2007.

• Destaca-se, ainda a contribuição para a movimentação de contêineres, até novembro, que apresentou crescimento de 11,5% passando de 4,0 milhões em 2006, para 4,4 milhões de unidades em 2007. O Programa contribui também para o crescimento da movimentação de granéis sólidos que passou de 415,7 milhões de toneladas no exercício de 2006 para 442,6 milhões de toneladas em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações finalísticas que compõem o Programa atingiram resultado acima da meta programada, conforme descrição abaixo:

a) realização de 983 ações de fiscalização, representando incremento na atividade que superou a meta programada em mais de 850%, com conseqüentes reflexos positivos no ambiente concorrencial e na eficiência dos sistemas de transportes aquaviários e na exploração da infra-estrutura portuária;

b) concessão de 108 termos de outorga, superando a meta prevista em 170%.

A gerência do Programa dispõe dos seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) o gerente/gerente-executivo promove, mensalmente, reuniões de trabalho com os coordenadores de ações de modo que todas as informações produzidas no âmbito da entidade executora do Programa, relativas ao desempenho físico das ações, possam guardar coerência e unicidade com aquelas encaminhadas, em época própria para composição das informações da Mensagem Presidencial, do Balanço Geral da União (BGU) e outras solicitadas por autoridades governamentais;

b) as visitas *in loco* são efetuadas pelas unidades que desenvolvem as atividades finalísticas do Programa, constantes do Plano Anual de Fiscalização (PAF),

onde são geradas informações utilizadas pelos coordenadores de ações para alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), no acompanhamento mensal.

Os sistemas informatizados são utilizados como instrumento de apoio à execução do Programa, sistemas foram desenvolvidos buscando o atendimento às demandas nas áreas técnicas e administrativas da entidade executora, onde se destaca:

a) sistema corporativo que compreende informações comuns das áreas de portos e navegação, incluindo os procedimentos para outorga a empresas de navegação marítima, de apoio, navegação interior e terminais de uso privativo;

b) Sistema de Desempenho Portuário (SDP) que integra informações no âmbito das autoridades portuárias, portos públicos e terminais de uso privativo;

c) Implantação do Sistema de Vídeo-Monitoramento (INFOVIA) destinado ao gerenciamento de rede privada para tráfego de dados para interligar a sede da ANTAQ e as unidades administrativas regionais.

A ANTAQ, entidade executora do Programa, produz relatório de gestão estruturado em conformidade com as orientações da Secretaria Federal de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União (TCU), onde são apresentadas, de forma sintética, as principais ações desenvolvidas.

As metas físicas das ações constantes no Programa foram executadas de acordo com o previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

O quadro de servidores é insuficiente para o desenvolvimento das ações finalísticas, especialmente a Ação de Fiscalização. Faz-se necessário aporte de recursos financeiros maiores no sentido de possibilitar a formalização de convênios com órgãos e entidades nas diversas esferas de governo para dar suporte à Agência nessa atividade.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui dois mecanismos de participação social:

a) Ouvidoria, que serve como ligação entre as demandas da sociedade e o executor do Programa. Responde diretamente aos interessados os pedidos de informações, esclarecimentos e reclamações;

b) Audiência pública, em que as normas de regulamentação propostas pela entidade executora do Programa são submetidas à audiência pública.

Entre as contribuições da participação popular, pode-se destacar a instauração de 37 procedimentos de fiscalização para apurar denúncias sobre má prática comercial e indícios de violação de dispositivos legais e regulamentares, que resultaram em 18 processos administrativos contenciosos, dos quais sete foram concluídos, resultando em duas renúncias de outorgas, duas advertências, duas multas e uma cassação de instrumento de outorga.

Destaca-se na gestão do Programa que a entidade executora efetua sistematicamente levantamentos e identificações dos macroprocessos desenvolvidos, além do levantamento de dados e fluxos de informações para atualizações do banco de dados com a utilização de metodologia de mapeamento de informações. Informatização total dos procedimentos administrativos e operacionais, inclusive a coleta de dados e informações junto aos portos e terminais.

No PPA 2008-2011, os programas Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário (0224), Serviços de Transporte Aquaviário (0221) e Serviços de Transporte Rodoviário (0227) foram unificados em um único programa chamado Qualidade dos Serviços de Transporte (1463), que tem como objetivo garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

José Alexandre Nogueira de Resende

OBJETIVO

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do transporte rodoviário de carga e passageiros

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.100.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 15.515.683,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 15.515.683,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Satisfação do Cliente do Transporte Rodoviário de Carga - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 2 Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros.

2. GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os procedimentos licitatórios, os reduzidos limites orçamentários impostos à formulação da peça anual, assim como o contingenciamento orçamentário e os vários aspectos de sazonalidade da pesquisa e a sua avaliação, inviabilizam o planejamento e implementação

de programação regular que possam traduzir efetivamente a evolução da satisfação dos usuários com um mínimo de rigor científico.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A modificação do papel do Estado na economia brasileira, visando melhor atender às demandas da sociedade por bens e serviços que podem ser eficientes e eficazmente fornecidos e prestados pela iniciativa privada, tem requisitado a implementação de processo de reestruturação administrativa do setor público, com vistas em dar condições ao Estado para regular e fiscalizar adequadamente o desempenho dos serviços prestados pelo setor privado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Transporte Rodoviário de Cargas - o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) atingiu 907 mil registros, somando frota total superior a 1,7 milhão de veículos habilitados ao transporte rodoviário de cargas. O transporte internacional de cargas contabilizou 590 empresas brasileiras habilitadas a operar em território estrangeiro e 1.150 empresas estrangeiras habilitadas para operar em território brasileiro. Foram fiscalizados mais de 7,2 milhões de veículos nas estradas federais concedidas com referência a excesso de peso, à obrigatoriedade do vale-pedágio, ao RNTRC e à habilitação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC).

• Transporte Rodoviário de Passageiros - a ANTT realizou 372 operações de comando de fiscalização em rodovias, no combate ao transporte clandestino, além de uma série de atividades de rotina nos postos de fiscalização e atendimento ao usuário. Ao todo, foram fiscalizados 360.646 veículos, o que representa aumento de 101% no volume de fiscalizações. Fato relevante foi a intensa ação no intuito de garantir os direitos aos benefícios dos usuários amparados pelo Estatuto do Idoso e pela Lei de Concessão do Passe-Livre a deficientes físicos comprovadamente carentes. Merece destaque também a fiscalização permanente na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR), fronteira com o Paraguai, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal (SRF), na qual foram fiscalizados em torno de 48 mil veículos que executavam transporte internacional alternativo, como táxis e vans. Foi dada ênfase às fiscalizações técnico-operacionais, nas quais foram fiscalizadas as garagens de 44 empresas de transporte de passageiros, detentoras de 70% da frota do setor, onde a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) buscou averiguar as condições técnicas de operação, com especial enfoque nos itens de segurança, nos aspectos relacionados à manutenção corretiva e preventiva das frotas de veículos e à jornada de trabalho dos motoristas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa dispõe, basicamente, de dois mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações:

a) a ANTT dispõe de sistemas informatizados para planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho físico das ações. Esses sistemas trabalham em nível de detalhamento maior do que o indicador da Ação, para melhor acompanhar todas as perspectivas das atividades que concorrem para o resultado da Ação;

b) relatórios de gestão setoriais são periodicamente elaborados para apresentação da evolução das atividades à gerência superior.

O cumprimento das metas físicas foi considerado satisfatório. Da mesma forma, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Em relação à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, constatou-se que o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Adequar o ritmo de desenvolvimento de uma atividade com o da programação de liberação de recursos certamente traz reflexos negativos ao seu resultado. Entretanto, como a programação orçamentária e financeira restritiva vem sendo constante nos últimos anos, procurou-se desenvolver previamente alternativas aos possíveis cenários de contingenciamento para minimizar os impactos negativos.

No que tange à adequação da infra-estrutura e dos recursos materiais, a ANTT encontra-se em contínua expansão territorial no sentido de atender cada vez mais a todos os beneficiários de seus programas, o que requer anualmente novos recursos materiais e ampliação da infra-estrutura para o incremento de suas atividades de fiscalização. Quanto à adequação dos recursos humanos na equipe gerencial e nas executoras, percebe-se que o efetivo de servidores concursados tem continuamente diminuído ao longo do tempo. A atratividade por outros cargos públicos em outras entidades tem contribuído para essa evasão.

Entre as restrições que afetaram o desempenho das ações, pode-se citar:

a) o contingenciamento orçamentário, prática contínua ao longo dos últimos anos, é sempre prejudicial a qualquer planejamento, pois ocorre na ordem inversa dos fatos. A rigidez da programação financeira, no sentido de uma negociação em seu cronograma e as incertezas quanto a possíveis alterações ao longo do exercício, constitui-se em fatores altamente restritivos à racionalização do uso dos recursos assim como à maximização dos resultados projetados;

b) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários), a falta de agilidade na análise dos pleitos de créditos, assim como a postergação de seus efeitos, são restrições que também contribuem para reduzir o desempenho das ações;

c) realocação do crédito setorial de um programa para outro, a realocação se conduzida com celeridade pode certamente ajudar a corrigir as distorções que o contingenciamento traz para a execução dos programas;

d) dificuldades em licitações e celebração de contratos, os processos licitatórios, de maneira geral, são sempre prejudicados pela rigidez da programação financeira e pelas incertezas quanto a possíveis alterações de cronograma e valores disponíveis.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa dispõe dos seguintes mecanismos que promovem a partição social:

a) a Ouvidoria desempenha o papel de interface entre a sociedade e a Agência. As manifestações podem ser encaminhadas pelo portal na Internet, pelo 0800 e por via postal;

b) Audiência Pública e Consulta Pública, que são utilizadas para todas as regulamentações, quando cabíveis, para colher as observações e sugestões da sociedade.

A participação da sociedade traz contribuições valiosas para o aperfeiçoamento das atividades regulatórias e por consequência para os resultados do Programa.

No PPA 2008-2011, os programas Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário (0224), Serviços de Transporte Aquaviário (0221) e Serviços de Transporte Rodoviário (0227) foram unificados em um único programa chamado Qualidade dos Serviços de Transporte (1463) que tem como objetivo garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)

Defesa Jurídica da União

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (PR)

Certificação Digital

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Inteligência Federal

Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)

Promoção da Ética Pública



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Defesa Jurídica da União

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Advocacia-Geral da União (AGU), foram utilizados **R$ 1.432.684.322,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.458.331.144,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.432.684.322,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.458.331.144,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.432.684.322,00**

Além disso, do total de **R$ 20.443.295,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 18.956.180,00**.

AVALIAÇÃO SETORIAL

A atuação da AGU está intrinsecamente ligada às atividades dos Ministérios e demais órgãos da Administração Federal, direta e indireta, uma vez que o êxito das políticas públicas, definidas na Orientação Estratégica de Governo, está vinculado à sua viabilidade jurídica, cabendo à AGU o exame prévio do suporte jurídico de tais políticas, bem como a sua defesa em juízo, quando necessário. A atuação da AGU ocorre de forma transversal nos diferentes órgãos da administração federal, na prestação de assessoria e consultoria jurídica através das Consultorias Jurídicas nos Ministérios, Núcleos de Assessoramento Jurídicos nos Estados da Federação e, na representação judicial através de suas Procuradorias Regionais, Estaduais e Seccionais. Este universo abrangeu ao final de 2007, um total de 120 unidades da AGU por todo o País.

No exercício de suas funções constitucionais a AGU tem buscado implementar uma atuação mais pró-ativa e preventiva na defesa dos interesses públicos administrados pela União, suas autarquias e fundações públicas. Como exemplo dessa nova postura, criou-se na AGU o Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento (GEPAC) para realizar um levantamento das pendências jurídicas e das ações judiciais que tenham como objeto os projetos do PAC e traçar as estratégias a serem seguidas pelos diversos órgãos da AGU no assessoramento jurídico aos órgãos do Poder Executivo e na defesa judicial perante os órgãos do Poder Judiciário.

Como resultado do trabalho do GEPAC/AGU, conseguiu-se a suspensão da decisão liminar que impedia a continuidade das obras da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito/MA, viabilizou-se a realização do Leilão de concessão de uso de sete rodovias federais, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e a concretização da 9ª Rodada de Licitações de Gás e Petróleo da Agência Nacional do Petróleo (ANP), repetindo-se a estratégia adotada nesses leilões para o Leilão de energia elétrica do Rio Madeira (RO), UHE de Santo Antônio, com reuniões técnicas para a capacitação dos procuradores que acompanharam o procedimento, ao final exitoso. Por fim, relativamente ao Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC), ainda destacam-se as vitórias obtidas no Judiciário que viabilizaram a realização e continuidade da Hidrovia Paraná-Paraguai, da Hidrelétrica de Belo Monte (PA), do Aeroporto de Goiânia (GO) e da infra-estrutura de áudio e vídeo para os Jogos Pan-americanos, bem como a cassação de liminares que suspendiam o início das obras de transposição do Rio São Francisco. Nessa linha de atuação pró-ativa na implementação de políticas públicas, destacam-se em 2007 algumas vitórias importantes da AGU no Supremo Tribunal Federal (STF), tais como:

a) garantia da gratuidade dos Registros Públicos de nascimento e óbito dos reconhecidamente pobres Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1800;

b) declaração de constitucionalidade do Estatuto do Desarmamento, com a ressalva de apenas três dispositivos ADI nº 3112;

c) vitória na Ação Cível Originária (ACO) nº 453 contra a pretensão do Estado do Paraná (PR) de obter indenização pelo valor gasto na construção da estrada de ferro Central do Paraná, evitando o pagamento indevido de aproximadamente R$ 20 bilhões;

d) manutenção de ato do Ministro da Justiça sobre classificação indicativa da programação televisiva ADI nº 2.398;

e) declaração de constitucionalidade de questões ligadas aos contratos de Certificado de Depósito Bancário (CDBs) e Recibo de Depósito Bancário prefixados (RDBs), garantindo-se estabilidade nas relações privadas envolvidas ADI nº 608;

f) suspensão de decisão judicial que impôs ao SUS a obrigatoriedade de promover a cobertura de cirurgias para mudança de sexo;

g) ajuizamento de reclamações, pela União e FUNAI, nos processos judiciais em que são discutidos os atos praticados pela União na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que atualmente se encontra demarcada, homologada e registrada no patrimônio da União;

h) suspensão de liminar que criava obstáculos à concretização dos procedimentos administrativo-ambientais necessários à instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA);

i) declaração de constitucionalidade dos juros de mora em 0,5% ao mês, no pagamento de valores devidos a servidores públicos (a União vinha sendo condenada a arcar com juros moratórios de 1% ao mês).

Na prestação dos serviços de representação extrajudicial e de consultoria e assessoramento jurídico pela AGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo, buscou-se uma participação mais

efetiva na formulação, implementação e avaliação jurídica das políticas públicas prioritárias para o governo federal, assim como o aprofundamento do trabalho de mediação e acordos administrativos entre órgãos e entidades federais. Como resultado dessa atuação, destacam-se:

a) revisão e atualização das questões jurídicas relacionadas com a anistia dos servidores/empregados demitidos, exonerados ou dispensados no Governo Collor;

b) identificação dos focos geradores de conflitos nos assuntos pertinentes aos Índios e Quilombolas, propondo as soluções adequadas, sob o enfoque jurídico ou político;

c) discussão e elaboração do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para apreciação;

d) acompanhamento e orientação jurídica aos órgãos do Poder Executivo no tocante ao procedimento administrativo de regularização fundiária da Terra Indígena Raposa Serra do Sol;

e) participação na conciliação e orientação jurídica para a desocupação amigável das instalações e salas de controle e operação da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará (PA), pelo Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB);

f) defesa da legalidade e constitucionalidade perante o Tribunal de Contas da União (TCU) das normas que regem a publicidade oficial do Governo Federal, o que ensejou a realização da primeira audiência pública na história da Corte de Contas;

g) conciliação entre o Departamento Nacional de Infra - Estrutura de Transportes (DNIT) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) sobre questões ambientais relacionadas à Rodovia BR-319, trecho Manaus (AM) – Porto Velho (RO);

h) promoção de acordo entre o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Departamento de Polícia Federal (DPF) do Ministério da Justiça (MJ) acerca da regularização das armas do Ministério de Ciência e Tecnologia para uso pelo Museu Emílio Goeldi (PA), após o prazo fixado na lei do desarmamento.

Na parte da gestão administrativa da AGU, destacam-se em 2007:

a) elaboração do Projeto de Redução de Demandas do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que busca reduzir em até 40% o volume de ações movidas contra a referida Autarquia, evitando-se o ajuizamento de cerca de 840 mil ações judiciais;

b) continuação da montagem do seu Centro de Processamento de Dados (CPD), que se encontra em fase final de conclusão;

c) início da implantação do Sistema de Advocacia-Geral da União Eletrônica (e-AGU), o qual, além de servir de eficiente instrumento de trabalho para os Advogados da União e Procuradores Federais, funcionará como ferramenta de comunicação entre as unidades de contencioso e de consultivo, viabilizando a uniformização das linhas de atuação dos órgãos da AGU, tanto no contencioso como no consultivo;

d) continuação das negociações no âmbito do Governo para a criação da estrutura definitiva de cargos dos órgãos da AGU e da sua Carreira Técnica-Administrativa, aprofundando sua profissionalização institucional;

e) redistribuição dos cargos de Advogados da União nas três categorias hoje existentes, bem como a realização das promoções que se encontravam atrasadas, resolvendo um problema antigo de não existência de vagas para promoção dos Advogados da União.

Por fim, a Advocacia-Geral da União necessitava de órgão que recolhesse opiniões de seus integrantes e da sociedade sobre o desempenho de suas atribuições institucionais, para delas extrair críticas construtivas que pudessem influir na melhoria dos serviços a seu cargo. Com esse propósito, em 2007 criou-se a Ouvidoria-Geral da AGU.

O Programa da AGU Defesa Jurídica da União tem como objetivo representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo. O Programa visa proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos. A estrutura programática do orçamento da AGU reflete os macroprocessos institucionais: consultivo, correcional, judicial, contencioso e a gestão da instituição.

As ações orçamentárias estão sob a responsabilidade dos coordenadores de ação, que são os titulares das Unidades Administrativas da AGU ligada a cada macroprocesso. O indicador do Programa Taxa de Análise de Processos pela Advocacia-Geral da União (AGU) mede a relação percentual entre o número de manifestações da AGU em processos judiciais e consultivos e o total de processos envolvendo a União como autora, ré ou interessada, excetuados os processos fiscais ou tributários. O aumento do ritmo de implantação do Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU), a partir de 2006, com a inclusão da movimentação processual da Procuradoria Geral Federal, fez com que ao término de 2007, a base de dados do SICAU alcançasse a marca de 7,2 milhões de processos registrados, sobre os quais a União passa a manter um efetivo controle do trâmite processual, assim como, das decisões neles proferidas. Em 2007 a movimentação processual da AGU foi de 931.651 processos, e o número de peças produzidas foi de 1.281.860 peças, o que leva a concluir que a manifestação da AGU foi de 100% nos processos judiciais e

consultivos. O crescimento da movimentação processual de 2007 em relação a 2006 foi 20% e o crescimento de peças produzidas de 2007 em relação a 2006 foi de 23%.

A execução orçamentária/financeira do Programa ficou em aproximadamente 95% do total do orçamento autorizado (lei + créditos). No que se refere aos recursos destinados a despesas correntes e de capital, a execução orçamentária da AGU, sob a responsabilidade da Secretaria-Geral, foi de 97% do limite orçamentário autorizado para movimentação e empenho pelo decreto de programação orçamentária e financeira do exercício, Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007 e suas alterações.

Como indicadores de desempenho da gestão institucional - orçamentária e financeira tem-se:

a) a participação da instituição no Orçamento Geral da União (OGU), que mede a relação percentual entre orçamento inicial para a AGU e o OGU, respectivamente R$ 1.269.710.936,00 e R$ 1.526.143.386.099,00 equivalente a 0,08%;

b) o índice de Execução Orçamentária, que mede a relação entre a execução orçamentária e o orçamento autorizado da instituição é de, respectivamente, R$ 1.432.684.318,05 e R$ 1.456.331.144,00 igual a 98,38%;

c) os índices de Despesas com Pessoal, que avaliam a participação das despesas realizadas diretamente com pessoal no total das despesas executadas do exercício é de R$ 1.307.469.666,00 e de R$ 1.432.684.318,05 equivalente a 89,2% do executado);

d) os índices de Despesas com Custeio Descrição, que avaliam a participação da despesa com custeio no total das despesas executadas do exercício foi de R$ 144.470.575,44 e de R$ 1.432.684.318,05 o que equivale a 10,8%;

e) os índices de Despesas com Investimentos, que avaliam a participação dos investimentos diretos no total das despesas executadas do exercício, respectivamente R$ 18.194.186,80 e R$ 1.432.684.318,05 igual a 1,27%.

Em relação ao Executado Desempenho Operacional - Ação 2674 - Representação Judicial e Extrajudicial da União, tem-se os seguintes indicadores:

a) o índice de propositura de Execuções por Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), que mede a eficácia na relação dos Acórdãos oriundos do TCU e a quantidade de Ações Interpostas respectivamente 1.228 e 1.303 equivale a 94%;

b) o índice de êxito dos julgamentos dos Recursos Especiais no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que mede a eficácia na relação dos Recursos Especiais no STJ e a quantidade de julgamentos favoráveis à União é de 3.283 e de 7.007 equivalente a 46,85%;

c) o índice de êxito dos julgamentos dos Agravos de Instrumentos no STJ, que mede a eficácia na relação dos Agravos de Instrumentos no STJ e a quantidade de julgamentos favoráveis à União, respectivamente 1.561 e 5.531 equivale a 28,22%;

d) O índice de êxito dos julgamentos das demais medidas judiciais no STJ, destacando-se, Ação Rescisória, Incidente de Uniformização, Reclamação, Recurso Extraordinário, Mandado de Segurança, Suspensão de Liminar e Sentença, dentre outras. Cumpre destacar que, por suas peculiaridades próprias, são medidas que demandam maior complexidade e maior tempo para sua execução. O índice mede a eficácia na relação das demais medidas judiciais no STJ e a quantidade de julgamentos favoráveis à União, respectivamente 2.114 e 3.815 5 equivalente a 55,41%;

e) o índice de êxito dos julgamentos dos Recursos de Revista no TST, que mede a eficácia na relação dos Recursos de Revista no TST e a quantidade de julgamentos favoráveis à União, respectivamente 160 e 434 igual a 36,87%;

f) o índice de êxito dos julgamentos dos Agravos de Instrumentos no TST, que mede a eficácia na relação dos Agravos de Instrumentos no TST e a quantidade de julgamentos favoráveis à União é de 229 e de 1.446 equivale a 15,84%;

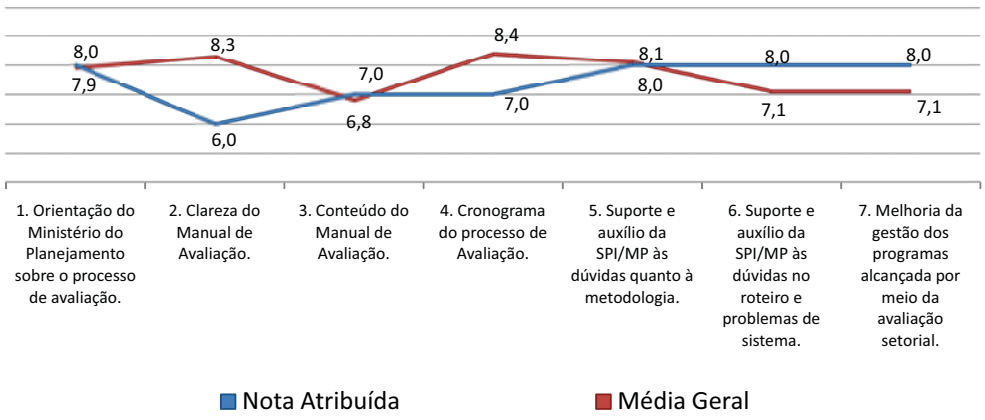
g) o índice de êxito dos julgamentos das demais medidas judiciais no TST, destacando-se, Ação Rescisória, Reclamação, Recurso Extraordinário, Mandado de Segurança, Suspensão de Liminar e Sentença, dentre outras. Cumpre destacar que, por suas peculiaridades próprias, são medidas que demandam maior complexidade e maior tempo para sua execução. O índice mede a eficácia na relação das demais medidas judiciais no TST e a quantidade de julgamentos favoráveis à União respectivamente 331 e 970 igual a 34,12%;

h) o índice do volume de trabalho, atividades realizadas, e os principais recursos humanos envolvidos, que mede a eficácia na relação das atividades realizadas e a quantidade de Advogados da União envolvidos na sua execução é de 2.274.290 e de 884 e equivale a 2.573.

A meta da AGU para 2008 é reduzir a litigiosidade entre órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta e destes com a sociedade civil (pessoas físicas e jurídicas), bem como otimizar os recursos humanos e materiais no âmbito da AGU e implantar o seu planejamento estratégico, com adoção de um modelo de gerenciamento com ferramentas contemporâneas, que possibilitem o monitoramento de indicadores de desempenho e da qualidade dos serviços jurídicos e administrativos prestados ao Estado brasileiro.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela AGU mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pela AGU e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis pelo programas do PPA 2004-2007:



DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Evandro Costa Gama

OBJETIVO

Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

PÚBLICO-ALVO

União

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.419.833.613,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.394.186.804,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.394.186.804,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Análise de Processos Pela Advocacia Geral Da União (AGU) - Porcentagem	-	100.00	100.00	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE ANÁLISE DE PROCESSOS PELA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - AGU
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Programa da Advocacia-Geral da União – Defesa Jurídica da União – visa proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos, com participação mais efetiva na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas prioritárias do Governo Federal, inclusive com redução da distância entre os órgãos finalísticos do Governo e os órgãos jurídicos e, ainda, o fornecimento dos contornos jurídico-constitucionais às políticas públicas.

O indicador do Programa Taxa de Análise de Processos, pela AGU, identifica a relação percentual entre o número de manifestações da AGU em processos judiciais e consultivos e o total de processos envolvendo a União como autora, ré ou interessada, excetuados os processos fiscais ou tributários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cabe a AGU proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância onde seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento do ritmo de implantação do Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU) com a inclusão da movimentação processual da Procuradoria Geral Federal (PGF).

• Registro de 7,2 milhões de processos no SICAU, sobre os quais a União passa a manter um efetivo controle do trâmite processual, assim como, das decisões neles proferidas.

• Movimentação de 931.651 processos e o e o número de peças produzidas foi de 1.281.860, o que leva a conclusão de que a manifestação da AGU foi de 100% nos processos judiciais e consultivos.

• Crescimento da movimentação processual de 2007, em relação a 2006 foi de 20% e o crescimento de peças produzidas de 2007, em relação a 2006 foi de 23%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral da União (PGU) e suas unidades descentralizadas, demonstra a eficácia da forma ativa de representação judicial e extrajudicial na defesa da União. As razões que se constata são o substancial aumento do número de processos, aumento dos julgamentos dos processos por parte do Poder Judiciário, incremento na interiorização da Justiça e na criação dos Juizados Especiais Federais, bem como a implantação e extensão do processo eletrônico, o que resultou um incremento de 135% de metas realizadas em relação ao previsto. Soma-se a isso, também, a assunção pela PGU, de aproximadamente 60.000 processos judiciais da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Cabe destacar a abertura de crédito extraordinário de R$ 20.000.000,00 em favor da AGU, através da Medida Provisória nº 346, de 22 de janeiro de 2007, para atendimento deste incremento de processos oriundos da RFFSA.

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são realizados por:

a) reuniões de trabalho que se destinam as orientações, inclusão de informações, encerramentos de exercício, bem como avaliação das ações sob a responsabilidade dos coordenadores de ação;

b) visitas *in loco* que orientam os coordenadores de ação e as áreas responsáveis pela geração de informações de metas físicas realizadas e operação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

c) SIGPlan que possibilita o acompanhamento e monitoramento mensal dos registros e informações relacionados a execução de metas físicas, em articulação com os coordenadores de ações da AGU;

d) relatórios de gestão, que são instrumentos para a tomada de contas anual do órgão, trazendo todas as informações das realizações do exercício.

O trabalho de acompanhamento e monitoramento junto aos executores (coordenadores de ação) é realizado diretamente pela Secretaria - Geral da Presidência da República (SGPR) e Diretoria de Orçamento e Finanças.

A execução física das ações situou-se em torno de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 e os recursos orçamentários foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

A AGU possui 128 unidades em todo o Território Nacional, sendo seis delas gestoras executoras. As 128 unidades estão assim distribuídas: 24 na 1ª Região (DF), 20 na 2ª Região (RJ), 21 na 3ª Região (SP), 33 na 4ª Região (RS) e 30 na 5ª Região (PE). Em que pese às dificuldades operacionais e o número ainda reduzido de servidores que atuam no âmbito da administração dessas unidades, o fluxo orçamentário e financeiro esteve disponível ao longo do exercício.

Os recursos materiais e a infra-estrutura foram considerados insuficientes na equipe gerencial, acarretando dificuldades de manipulação e navegação para inclusão de informações no SIGPlan.

A Implantação do Sistema de Advocacia Geral da União Eletrônica (*e*-AGU), o qual, além de servir de eficiente instrumento de trabalho para os Advogados da União e Procuradores Federais, funcionará como ferramenta de comunicação entre as unidades de contencioso e de consultivo, viabilizando a uniformização das linhas de atuação dos órgãos da AGU, tanto no contencioso como no consultivo.

A AGU está em negociações com o Governo Federal para a criação da estrutura definitiva de cargos dos órgãos que a compõe e da carreira técnica-administrativa, aprofundando sua profissionalização institucional e adequando a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras.

Com relação à quantidade de recursos humanos, tanto na equipe gerencial como nas equipes executoras foram consideradas inadequadas e com insuficiente qualificação. A falta de capacitação acarretou dificuldades nos processos licitatórios e na celebração de contratos evidenciando a necessidade de fortalecimento da capacitação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A AGU, em 2007, implementou a Ouvidoria-Geral no Gabinete do Advogado-Geral da União para receber reclamações, sugestões, denúncias, elogios, pedidos de informações e comentários quanto ao desempenho das atividades da AGU, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da PGF, e funcionar como instrumento de interlocução com o público externo e interno.

A AGU ainda realiza reuniões com grupos de interesse permitindo a articulação das Câmaras de Conciliação da Consultoria Geral da União e os órgãos interessados nos temas de conciliação. Essa participação social, efetivamente, aumentou a receita arrecadada aos cofres do Tesouro Nacional.

A AGU atualmente utiliza somente o SIGPlan como sistema de gerenciamento e monitoramento do PPA. Para o próximo exercício deverão ser implementados o programa gerencial da AGU e a revisão da Portaria nº 676 que trata da gestão do PPA no âmbito da AGU.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Controladoria-Geral da União (CGU), foram utilizados **R$ 391.818.105,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 414.839.289,00	Realizado orçamentário:	R$ 391.818.105,00
Recursos não - orçamentários previstos:	-	Realizado não - orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 414.839.289,00**	**Total realizado:**	**R$ 391.818.105,00**

Além disso, do total de **R$ 4.752.357,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 2.360.073,00**.

AVALIAÇÃO SETORIAL

A CGU atua como órgão central do Poder Executivo Federal nas funções de controle interno (artigos 70 e 74 da Constituição Federal), correição e ouvidoria. Realiza ações atinentes à defesa do patrimônio público, ao combate à corrupção e à promoção do incremento do controle social e à transparência da gestão pública.

A CGU é responsável por um único programa no PPA, denominado Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção – 1173. Em 2007, a CGU prosseguiu no decidido combate que trava contra a corrupção, sustentada por pilares básicos que norteiam sua atuação desde 2003:

a) a articulação com os demais órgãos de controle e fiscalização do Governo e dos Estados brasileiros, a crescente parceria com a sociedade na construção do controle social, o cumprimento dos princípios e das normas que regem a Administração Pública quanto ao exercício da função disciplinar do Estado;

b) a avaliação sistemática da Gestão dos Administradores Públicos Federais, o controle da execução dos programas do PPA;

c) a fiscalização da aplicação de recursos públicos federais por Estados e Municípios;

d) a investigação e a apuração de denúncias;

e) a realização de atividades de prevenção à corrupção e incremento da transparência das ações de governo.

Essa forma de atuar, formatada e desenvolvida com determinação pelo atual Governo, continua rendendo frutos e proporcionando avanços, tanto na área da repressão quanto na linha da prevenção da corrupção. Imbuída da sua competência de órgão central para as

funções de Controle Interno, a CGU fiscalizou a execução dos programas do PPA em 2007, por meio do acompanhamento de 208 ações. Essa atividade acompanhou os principais programas de governo inseridos na Lei Orçamentária Anual (LOA), dentre os quais se destacam: Bolsa Família, Programa de Saúde da Família, Primeiro Emprego, Habitar-Brasil, Luz para Todos, Projeto de Assistência Técnica ao PROSANEAR (PAT/PROSANEAR), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Programas relacionados a Saneamento, Rodovias, Metrôs, Infra-Estrutura Turística e Concessão de Bolsa ao Alfabetizador.

Restringindo-se às ações de controle realizadas de forma sistemática, ou seja, baseadas em método de planejamento abrangente e detalhado, observa-se o quantitativo de 3.356 ações de controle realizadas em 697 Projetos/Atividades do Governo, alcançando 20,77 % do total de ações do orçamento.

Destacam-se, nesse contexto, duas importantes iniciativas:

a) o acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que demandou em 2007 o planejamento de 523 ações de controle;

b) as fiscalizações de transferências de recursos federais repassados para as entidades sem fins lucrativos, que contou com a emissão de 2.379 ordens de serviço para as 325 entidades selecionadas para fiscalização, sendo concluídas em 2007, cerca de 1.760, procedeu também à avaliação da gestão dos administradores públicos federais mediante a realização de 3.827 ações de controle, constituídas pela realização de auditorias de avaliação da gestão, de acompanhamento da gestão, operacionais, de recursos externos e de auditorias sobre processos de tomada de contas especiais.

As auditorias realizadas sobre as tomadas e prestações de contas anuais culminaram na avaliação da gestão de 987 unidades da Administração Direta e 335 da Administração Indireta, no total de 1.322 auditorias ordinárias anuais e as auditorias de recursos externos alcançaram o número de 175 projetos federais auditados.

No desempenho da atividade de auditoria sobre processos de tomada de contas especiais, auditou 1.722 processos, resultando no encaminhamento de 1.459 certificados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, representando um retorno potencial de recursos aos cofres do Tesouro da ordem de R$ 659.622.763,60. Nesse mesmo período foram concluídas 212 diligências originárias do TCU, do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Justiça Federal e do Departamento de Polícia Federal (DPF).

Com relação às ações de controle na área de pessoal, em 2007, a CGU auditou folhas de pagamento de quatro unidades: - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério do Esporte (ME) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

E analisou 77.563 processos de admissão, aposentadoria e pensão, envolvendo um montante na ordem de R$ 362.050.477,00.

Por meio da Fiscalização da Aplicação de Recursos Federais por Estados e Municípios, a CGU alcançou, em 2007, o montante de 196 áreas fiscalizadas mediante a realização de três sorteios municipais. Foram realizadas a 23ª, 24ª e 25ª edições do Programa de Sorteios de Municípios, redundando em 180 Municípios fiscalizados, envolvendo o exame de programas/ações de governo (programações/módulos-tipo) no valor estimado de R$ 1,322 bilhões em recursos públicos federais.

Em se tratando dos recursos aplicados pelos Estados, efetivaram-se o 6º e o 7º sorteios de unidades da Federação, com a fiscalização de 16 Unidades da Federação, envolvendo o exame de programas/ações de governo (programações/módulos-tipo) no valor estimado de R$ 513 milhões em recursos públicos federais.

Em 2007, as capitais e os Municípios com população acima de 500 mil habitantes, passaram a ser objeto de um programa contínuo de fiscalização. Foram expedidas 1.156 ordens de serviço para fiscalização em grandes Municípios, dentre as quais 339 encontram-se concluídas. Os relatórios contendo as constatações das fiscalizações são encaminhados aos Ministérios responsáveis pelos programas de governo, TCU, Prefeituras e Câmaras Municipais, Ministério Público Federal e Municipal, Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como às Comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas legislativas. Esta divulgação também é realizada na Internet, por meio da página da CGU na Internet (*www.cgu.gov.br*).

Ainda com relação à função de controle interno, no contexto de trabalhos especiais, destacam-se as atividades que se iniciaram em 2007, ou deram continuidade às ações de fiscalização ou auditoria iniciadas em 2006, executadas nas seguintes organizações: FURNAS Centrais Elétricas S.A., Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Docas, Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (FNS/MS), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV/INSS/MPS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia (SEPIN/MCT).

No que se refere às ações de fiscalização de recursos públicos federais transferidos sobre os quais pairem suspeições de desvios, evidencia-se a participação da CGU nas seguintes operações: Rêmora (Pará), Carranca (Alagoas), Metástase (Roraima), Antídoto (Amapá), Mecenas e Selo (Distrito Federal), Suíça/Alcaide (Pernambuco), Ponde Redinha (Rio Grande do Norte), Navalha, Rapina, e outras ocorridas nos Municípios de Jacaraú (PB), Coari (AM).

A respeito da apuração de denúncias e representações, em 2007, foram protocoladas na CGU 2.692, das quais 1.934 foram consideradas de rito ordinário, ou seja, denúncias que, pelo seu conteúdo, complexidade e/ou materialidade, demandaram uma ação de controle por parte da CGU. Dessa parcela, 335 geraram 1.499 ordens de serviço (OS), das quais foram concluídas no período 57% (855 OS). Tais trabalhos objetivaram identificar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais.

É importante ressaltar a realização de ações de controle sobre temas específicos da gestão pública, tais como: contratos na área de Tecnologia da Informação (42 ações concluídas e 22 em andamento), contratos de publicidade e propaganda (38 ações concluídas e 11 em andamento), contratos de Vigilância, Limpeza e Conservação (96 ações concluídas e 35 em andamento) e outras terceirizações (91 ações concluídas e 43 em andamento).

A CGU, na condição de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, consolidou em 2007 o processo de implantação do Sistema de Correição da Administração Pública Federal, que conta com uma unidade em cada Ministério e é coordenado pela Corregedoria-Geral da União(CRG), unidade integrante da estrutura da CGU. Atuando com efetivas medidas administrativas e intensificando o combate à cultura de impunidade alcançou expressivos resultados.

As expulsões do serviço público por práticas ilícitas alcançaram 437 agentes públicos, o que significou um aumento de 32,2% em relação à média dos anos anteriores e um número recorde de penas desta natureza.

Em 2007, a CGU procedeu à verificação da regularidade de 3.260 processos disciplinares, realizou cerca de 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo Federal, recomendou junto aos órgãos competentes a instauração de 409 procedimentos disciplinares e instaurou 37 sindicâncias patrimoniais, que representou o incremento da ordem de 640% em comparação ao ano anterior, no volume de sindicâncias patrimoniais instauradas diretamente pela CGU.

A integração das informações dos processos disciplinares foi alcançada pela implantação do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU/PAD), por meio do armazenamento de dados e pela disponibilização de forma rápida e segura para toda a Administração Pública Federal.

Ainda no desempenho da função correcional, e fundamentada na concepção de que a atividade de correição reprime e inibe a ação lesiva do agente público e com o intuito de viabilizar a intensificação das ações de correição nos diversos Ministérios, a CGU investiu, também, na capacitação de 1.305 servidores públicos, promovendo diversos eventos, dentre eles o I Seminário Nacional de Direito Administrativo Disciplinar que contou com 600 participantes. Por meio de medidas firmes de Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo, o Governo Brasileiro vem ampliando e fortalecendo sua relação com outros países, visando a cooperação e a integração na prevenção e combate à corrupção. Com esse objetivo, o Brasil já ratificou três Tratados Internacionais que prevêem a cooperação

internacional nessa área: a Convenção Interamericana Contra a Corrupção, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção e a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.

É importante ressaltar o sucesso do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, desenvolvido pela CGU, que prevê uma séria de ações com vistas a fomentar o controle social. Em 2007, este Programa foi amplamente expandido, com destaque para a realização de 52 eventos básicos de educação presencial, atingindo 444 Municípios, sensibilizando e capacitando 10.585 cidadãos. Nesse contexto, a realização do 1º Concurso de Redação e Desenho da CGU para alunos do ensino fundamental, contou com a participação de 116.226 crianças, de 28 Municípios de todos os Estados brasileiros, e a mobilização de 3.824 professores. Ainda como ação de fomento ao controle social, pelo Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, a CGU volta-se para os Municípios brasileiros, promovendo, em 2007, 21 eventos de capacitação presencial, contemplando 100 prefeituras e 1.031 servidores públicos municipais capacitados.

Cursos a distância também foram disponibilizados, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), atingindo 87 Municípios e capacitando 825 servidores municipais, em temas relativos a licitações e contratos, orçamento público e atendimento ao cidadão. Outra ação relevante foi a atividade de apoio à instituição e à operacionalização de unidades de controles internos nas prefeituras municipais, que alcançou 347 Municípios em cinco Estados, totalizando 1.083 servidores públicos capacitados. Quanto ao incremento da transparência pública das ações de Governo, pode-se evidenciar a ampliação do Portal da Transparência, que passou a abrigar mais de 584 milhões de informações, envolvendo a aplicação de recursos federais superiores a R$ 3,8 trilhões.

Foram realizadas melhorias tais como a criação de um sistema de mala direta, de fácil cadastramento pelo cidadão, para que ele receba, via e-mail, informações referentes a liberações de recursos para o Município cadastrado. Atualmente, o portal conta com quase 10.000 usuários cadastrados para o acompanhamento de convênios.

Disponibilizou-se, também, cinco novos tipos de consulta aos gastos realizados, bem como foram implementadas 29 novas páginas de transparência pública, totalizando 144 páginas gerenciadas durante o exercício de 2007. Com relação à Ouvidoria, o atendimento ao cidadão também foi privilegiado em 2007. Foram recebidas e processadas, na CGU, 2.050 manifestações de cidadãos, referente à prestação de serviços públicos, atingindo 100% da demanda ocorrida.

O conjunto das 138 unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal reporta o quantitativo de 1,8 milhão de manifestações ao ano. Ações de capacitação foram continuadas durante o exercício pela realização do 2º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública, nas cidades de Salvador (BA), Goiânia (GO), Vitória (ES) e Florianópolis (SC), do qual participaram 280 ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria dos governos Federal, Estadual e Municipal.

Foram desenvolvidas, também, ações de sensibilização da população em geral e de mobilização visando a articulação, o diálogo e a cooperação do segmento de Ouvidoria Pública, mediante a realização do 3º Encontro Regional de Ouvidorias Públicas nas cidades de Salvador (BA), Goiânia (GO), Vitória (ES), Porto Alegre (RS) e Belém (PA).

Diante do exposto, a análise e avaliação do conjunto de ações desenvolvidas em 2007, pela CGU indicam o alcance de seus objetivos estratégicos, voltados para ações de fortalecimento da gestão pública e fiscalização do uso regular do dinheiro público, com caráter preventivo e inibidor da corrupção, disseminando a transparência das ações de governo, promovendo o controle social e atuando na aplicação de medidas correcionais contra o servidor público envolvido em irregularidades administrativas.

Dessa maneira, a CGU contribuiu decisivamente com o governo e a sociedade brasileira, cumprindo o seu dever constitucional e atuando como instrumento de controle à disposição do povo brasileiro na implacável luta contra o desperdício dos recursos públicos.

Na execução do Programa de governo sob sua responsabilidade a CGU encontrou obstáculos relacionados à carência de recursos materiais, humanos e tecnológicos, intrinsecamente ligados ao exercício pleno da atividade de controle. Essa situação é especialmente crítica no contexto da atuação das Unidades Regionais da CGU, pois em algumas delas diariamente são enfrentados problemas como a limitação de espaço físico, de equipamentos, de mão-de-obra e de capacitação. Para vencer esse quadro, a CGU adotou medidas saneadoras em diversas frentes, tais como:

a) reforma e ampliação do espaço físico em várias regionais localizadas nos Estados;

b) inclusão no orçamento da construção de uma nova sede em Brasília (DF) e em Minas Gerais para a CGU/MG;

c) realização de concurso público com contratação de mais de 200 novos servidores;

d) capacitação de 1.305 servidores públicos para participar de processos administrativos nos órgãos de origem;

e) assinatura de convênio com a ENAP para oferta de cursos ao corpo funcional;

f) investimento em tecnologia da informação, tanto na avaliação de ferramentas para subsidiar a análise de grandes volumes de dados como na criação de um banco de dados com a integração de informações da área de correição e sua disponibilização para todos os órgãos da Administração Pública.

A CGU, também, enfrenta dificuldades históricas para a troca de informações com outros órgãos públicos do Sistema de Controle do Estado brasileiro. Na medida em que essas dificuldades são superadas vislumbra-se a agilização no desempenho das ações e melhoria nos resultados, havendo especial interesse na disseminação de dados com as organizações.

Para tanto, procurou-se intensificar esta articulação, mantendo hoje uma parceria intensa, lastreada por compromissos explícitos assumidos em convênios e acordos de cooperação e reiterada pela prática diária de intercâmbio de informações e de trabalhos conjuntos. Pode-se citar, nesse contexto, o acordo de cooperação assinado entre a CGU e o Ministério da Justiça (MJ), o qual prevê o intercâmbio de informações relativas a entidades de utilidade pública, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e organizações estrangeiras.

A CGU assinou, ainda, acordos com o Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados brasileiros e do Distrito Federal – para o fortalecimento e aprimoramento das ações dos órgãos de controle interno federais e estaduais – e com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – para o desenvolvimento de ações que contribuam para a prevenção e o combate à corrupção, a promoção da ética e da transparência pública, o fomento do controle social e o fortalecimento da gestão pública.

Além desses acordos, a CGU celebrou também termo de cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Conselho de Dirigentes de Controle Interno, o Conselho Nacional dos Controles Internos dos Estados e do Distrito Federal, a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo, e o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, o qual tem a finalidade de orientar agentes públicos quanto às normas relativas ao controle interno, no âmbito das Administrações Públicas Municipais, Estaduais e Distritais.

A estratégia das parcerias e da integração além do Ministério Público se estendeu a todos os organismos de investigação e de defesa do Estado, que buscam cada vez mais uma atuação articulada.

A Polícia Federal, a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), o TCU, a AGU, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a Receita Federal do Brasil (RF), o Conselho da Justiça Federal (CJF), entre muitos outros que hoje participam da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), têm adotado como rotina a atuação conjunta ou, no mínimo, o intercâmbio de informação. Pôde-se reafirmar este compromisso na 5ª edição da ENCCLA, com mais de 50 instituições brasileiras integradas, em ambiente de colaboração.

Outros desafios deverão ser superados no futuro. A reforma política que altere a relação possível entre o Executivo e o Legislativo e as chamadas condições de governabilidade em nosso sistema presidencialista, a questão do financiamento de campanhas e partidos, a superação da barreira imposta aos órgãos de controle pelo dogma dos sigilos bancário e fiscal, e a reforma das Leis Processuais Penais, que são hoje a principal garantia de impunidade na esfera judicial. Essas e outras limitações – políticas, jurídicas e institucionais –, entretanto, não impediram que a CGU, em articulação com outros órgãos de defesa do Estado e da sociedade, avançassem no cumprimento de suas atribuições legais.

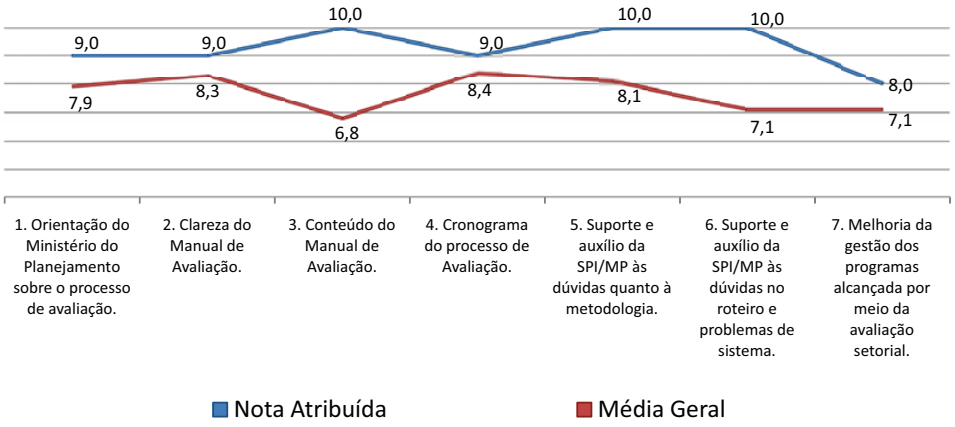
Quanto aos resultados físicos e financeiros do Programa, pode-se avaliar que durante a gestão do Programa Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, os gastos efetuados foram

eficientes e prudentes, uma vez que a execução financeira limitou-se aos limites autorizados, diferentemente das metas físicas nas principais ações do Programa, que apresentaram percentual de realização acima do previsto, além dos inúmeros produtos e resultados alcançados não contemplados nas metas físicas vinculadas a cada ação do Programa.

Pode-se avaliar como positivo, também, o incremento da participação social nas ações da CGU, tanto nos eventos disponibilizados para servidores públicos, gestores e população em geral, como nos programas implantados de fomento ao controle social que visam, dentre outros, despertarem o interesse e a preocupação dos cidadãos com relação ao destino dos recursos públicos.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela CGU mediante atribuição de notas, no intervalo de 0 a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pela CGU e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho

OBJETIVO

Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como aprimorar/fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 404.128.660,00	Empenho Liquidado:	R$ 382.742.352,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 382.742.352,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Implantação de Ações Corretivas – Porcentagem	-	-	-	-	100.00	-

1. TAXA DE IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES CORRETIVAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com o objetivo de dotar as diversas áreas da instituição com ferramentas capazes de aferir a eficiência e eficácia da gestão, durante o ano de 2007 a Controladoria-Geral da União (CGU) deu continuidade ao projeto, iniciado em 2006, de criação, implantação e monitoramento dos indicadores de desempenho, mediante a concepção de um painel de indicadores da CGU.

Em 2008, os indicadores serão avaliados pelos dirigentes da CGU, e serão implantados os procedimentos necessários para viabilizar a integração dos dados aos sistemas de informação atualmente existentes, de forma a garantir a consistência e a confiabilidade aos dados e propiciar o uso gerencial das informações produzidas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal, em seus artigos 70 e 74, estabelece que:

> "Art. 70 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
>
> Parágrafo único - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
>
> Art. 74 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
>
> I - avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
>
> II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
>
> III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
>
> IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional."

Para o cumprimento desses dispositivos constitucionais, bem como do objetivo central e permanente do Governo Federal de combater a corrupção e o desperdício de recursos públicos, faz-se necessário o desenvolvimento de ações de controle na gestão de administradores de recursos públicos federais, que subsidiarão, também, a prestação de contas anual do Presidente da República junto ao Congresso Nacional, na forma do Balanço Geral da União (BGU), visando cumprir, também, o disposto no artigo 84, XXIV da Constituição Federal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, executado pela CGU, alcançou os objetivos propostos, à vista dos resultados proporcionados pelas ações realizadas nas áreas de controle interno, de correição, de prevenção à corrupção, de incremento da transparência pública e de fomento ao controle social.

Destacam-se, a seguir e de acordo com as principais ações que compõem o programa, alguns dos principais resultados de ações iniciadas ou intensificadas em 2007, no combate à corrupção e ao desvio de recursos públicos:

• Acompanhamento de 208 ações, atingindo 104% da meta física inicialmente prevista na Ação 4995 – Controle da Execução dos Programas do Plano Plurianual, destacando os Programas Bolsa Família, Programa de Saúde da Família, Primeiro Emprego, Habitar-Brasil, Luz para Todos, Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Saneamento para Populações em Áreas de Baixa Renda (PAT/PROSANEAR), Fundo da Educação Básica (FUNDEB), programas relacionados a saneamento, rodovias, metrôs, infra-estrutura turística e concessão de bolsa ao alfabetizador.

• Realização de 3.356 ações de controle, com envolvimento em 697 projetos/atividades do Governo, alcançando 20,77% do total de ações do orçamento.

• Execução de 523 ações de controle das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

• Fiscalizações de transferências de recursos federais repassados para as instituições sem fins lucrativos, que contou com a emissão de 2.379 ordens de serviço para as 325 entidades selecionadas para fiscalização com conclusão de 1.760.

• Fiscalização de 196 áreas abrangendo Estados e Municípios mediante a realização de três sorteios municipais e dois estaduais. Com relação à fiscalização de recursos aplicados pelos Municípios, foram realizadas as 23ª, 24ª e 25ª edições do Programa de Sorteios, e fiscalizados 180 Municípios envolvendo o exame de programas/ações de governo no valor estimado de R$ 1,322 bilhão em recursos públicos federais. Em se tratando dos recursos aplicados pelos Estados, efetivaram-se o 6º e o 7º Sorteios de unidades da Federação, e a fiscalização 16 Unidades da Federação, envolvendo valor estimado de R$ 513 milhões em recursos públicos federais.

• Destacam-se as atividades que se iniciaram em 2007 ou deram continuidade às ações de fiscalização ou auditoria iniciadas em 2006: FURNAS Centrais Elétricas S.A., Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Docas, Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (FNS/MS), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV/INSS/MPS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

• Participação da CGU nas seguintes operações: Rêmora (Pará), Carranca (Alagoas), Metástase (Roraima), Antídoto (Amapá), Mecenas e Selo (Distrito Federal), Suíça/Alcaide (Pernambuco), Ponde Redinha (Rio Grande do Norte), Navalha, Rapina e outras ocorridas nos Municípios de Jacaraú (PB), Coari(AM).

• Protocoladas 2.692 denúncias e representações, das quais 1.934 foram consideradas de rito ordinário, ou seja, denúncias que, pelo seu conteúdo, complexidade e/ou materialidade, que demandam uma ação de controle por parte da CGU. Dessa parcela, 335 geraram 1.499 ordens de serviço (OS), das quais foram concluídas no período 57% (855 OS). Nesta ação insere-se, também, a realização de ações de controle sobre temas específicos da gestão pública, tais como: contratos na área de tecnologia da informação (42 ações concluídas e 22 em andamento), contratos de publicidade e propaganda (38 ações concluídas e 11 em andamento), contratos de vigilância, limpeza e conservação (96 ações concluídas e 35 em andamento) e outras terceirizações (91 ações concluídas e 43 em andamento).

• Na Ação Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais foi realizado o total de 3.827 auditorias, distribuídas por avaliação da gestão, acompanhamento da gestão, operacionais, recursos externos, auditorias sobre processos de tomada de contas especiais, atingindo 106,31% da meta física prevista.

• Auditorias realizadas sobre as tomadas e prestações de contas anuais, refletiram na realização de 987 auditorias na Administração Direta e 335 na Administração Indireta, no total de 1.322 auditorias ordinárias anuais.

• As auditorias de recursos externos alcançaram o número de 175 projetos federais auditados. No desempenho da atividade de auditoria sobre processos de tomada de contas especiais, a CGU auditou 1.722 processos de tomadas de contas especiais, sendo 1.459 certificados encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, representando um retorno potencial de recursos aos cofres do Tesouro da ordem de R$ 659.622.763,60.

• Concluídas 212 diligências originárias do TCU, do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Justiça Federal e do Departamento de Polícia Federal (DPF).

• Na área de recursos humanos, em 2007, a CGU auditou folhas de pagamento de quatro unidades – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Ministérios do Esporte (ME) e do Trabalho e Emprego (MTE) – e analisou 77.563 processos de admissão, aposentadoria e pensão, com valores envolvidos na ordem de R$ 362.050.477,00.

• Consolidação do processo de implantação do Sistema de Correição da Administração Pública Federal, coordenado pela CGU, que conta com uma unidade em cada Ministério.

• Expulsão de 437 agentes públicos envolvidos em irregularidades administrativas, o que significou um aumento de 32,2% em relação à média dos anos anteriores e um número recorde de penas desta natureza.

• Verificação de 3.260 processos disciplinares, realizadas cerca de 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo Federal recomendadas junto aos órgãos competentes a instauração de 409 procedimentos disciplinares e instauradas 37 sindicâncias

patrimoniais, representado o incremento da ordem de 640% em comparação ao ano anterior, no volume de sindicâncias patrimoniais instauradas diretamente pela CGU. O investimento em capacitação tornou-se fator imprescindível para a qualidade das atividades de correição no âmbito da Administração Pública Federal, ocorrendo, em 2007, a capacitação de 1.305 servidores públicos e a promoção do I Seminário Nacional de Direito Administrativo Disciplinar que contou com 600 participantes. A informatização dos processos disciplinares da Administração Pública Federal por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU/PAD) foi um dos importantes trabalhos desenvolvidos em 2007. O objetivo proposto de se promover a integração das informações disciplinares, inclusive através do seu armazenamento e disponibilização de forma rápida e segura, vem sendo atingido com a implantação desse sistema.

• Expedidas 1.156 ordens de serviço para fiscalização de grandes Munícipios, dentre as quais 339 encontram-se concluídas e divulgadas também na Internet por meio da página *www.cgu.gov.br*.

• Realização de 1.536 investigações, alcançando 102,4% da meta prevista intensificando as auditorias especiais, de fiscalizações especiais, de transferências voluntárias, de apuração de denúncias e de ações de controle sobre temas específicos da gestão pública;

• Através da Ação 2B13 – Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo Visando a Cooperação Internacional no Combate à Corrupção, o Brasil ratificou três tratados internacionais:

a) a Convenção Interamericana Contra a Corrupção;

b) a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção;

c) a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros.

• Para fomento do controle social, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, em 2007, foi amplamente expandido com a realização de 52 eventos básicos de educação presencial, atingindo 444 Municípios, e sensibilizando e capacitando 10.585 cidadãos. Ressalte-se ainda a realização do 1º Concurso de Redação e Desenho da CGU que contou com a participação de 116.226 crianças de 28 Municípios de todos os Estados brasileiros e mobilização de 3.824 professores.

• O Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, em 2007, promoveu 21 eventos de capacitação presencial, contemplando 100 prefeituras e capacitando 1.031 servidores públicos municipais. Foram disponibilizados, também, cursos à distância, atingindo 87 Municípios e capacitando 825 servidores municipais em licitações, contrato e orçamento público. Também foram realizadas atividades de apoio a unidades de controles internos nas prefeituras, que alcançaram 347 Municípios em cinco Estados, capacitando 1.083 servidores públicos.

• Em 2007, o Portal da Transparência passou a abrigar mais de 584 milhões de informações envolvendo a aplicação de recursos federais superiores a R$ 3,8 trilhões. Foram realizadas melhorias, como a criação de um sistema de mala direta para que o cidadão receba, via *e-mail*, informações referentes a liberações de recursos para o Município cadastrado. Atualmente, o Portal conta com quase 10.000 usuários cadastrados para o acompanhamento de convênios. Disponibilizou-se, também, cinco novos tipos de consulta aos gastos realizados, bem como 29 novas páginas de transparência pública, totalizando 144 páginas gerenciadas durante o exercício de 2007.

• Na Ação 4998 – Sistema Federal de Ouvidorias, em 2007, foram recebidas e processadas, na CGU, 2.050 manifestações de cidadãos, referente à prestação de serviços públicos, atingindo 100% da demanda ocorrida. O conjunto das 138 unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal reporta o quantitativo de 1,8 milhão de manifestações ao ano.

• Ações de capacitação foram continuadas durante o exercício por meio da realização do 2º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública, nas cidades de Salvador (BA), Goiânia (GO), Vitória (ES) e Florianópolis (SC), do qual participaram 280 ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria dos governos Federal, Estadual e Municipal. Foram desenvolvidas ações de sensibilização da população em geral e de mobilização visando a articulação, o diálogo e a cooperação do segmento de ouvidorias públicas, mediante a realização do 3º Encontro Regional de Ouvidorias Públicas nas cidades de Salvador (BA), Goiânia (GO), Vitória (ES), Porto Alegre (RS) e Belém (PA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados das principais ações podem ser avaliados com sucesso, uma vez que atingiram altos índices de execução física. Algumas ações, inclusive, superaram o índice de 100% da meta física inicialmente prevista, conforme demonstrado a seguir:

a) Ação 4995 – Controle da Execução dos Programas do Plano Plurianual – execução física igual a 104% e execução financeira de 69,25%;

b) Ação 4996 – Fiscalização da Aplicação de Recursos Federais por Estados e Municípios – execução física igual a 85,22% e execução financeira de 63,25%;

c) Ação 4997 – Investigação e Apuração de Denúncias – execução física igual a 102,40% e execução financeira de 92,18%;

d) Ação 6430 – Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais – execução física igual a 106,31% e execução financeira de 98,99%;

e) Ação 2B15 – Correição no Poder Executivo Federal – execução física igual a 119,33% e execução financeira de 96,47%;

f) Ação 2B13 – Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo – execução física igual a 96,25% e execução financeira de 98,34%;

g) Ação 4998 – Sistema Federal de Ouvidorias – execução física igual a 68,33% e execução financeira de 96,24%.

No âmbito da gerência, há mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações os quais seguem listados:

a) para a Ação 4998 – Sistema Federal de Ouvidorias – são realizadas reuniões periódicas (trimestrais) com representantes de todas as unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, onde são apresentados e discutidos dados de desempenho operacional das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal;

b) para a Ação 2B15 – Correição no Poder Executivo Federal – é utilizado sistema desenvolvido pela própria CRG em Access, que gerencia o processo de monitoramento do desempenho físico desta Ação. Para as Ações 4995, 4996, 4997 e 6430, são utilizados dois sistemas informatizados – Ativos e o Sistema de Gestão de Informações (SGI);

c) são realizados acompanhamentos concomitantes à execução das metas físicas, assim como apurações mensais para alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

d) quando do levantamento de dados para elaboração do Relatório Anual de Gestão da organização, é realizada minudente verificação da compatibilidade dos registros de metas físicas alimentados ao longo do exercício financeiro;

e) para a Ação 2B15 – Correição no Poder Executivo Federal – é feito acompanhamento diário das instaurações de processos disciplinares no Diário Oficial da União (DOU).

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Tendo em vista os cortes promovidos na proposta orçamentária da CGU para o exercício de 2007, ajustes foram realizados no sentido de adequação à nova realidade, tendo como conseqüência a redução de algumas ações previstas inicialmente. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. No segundo semestre de 2007, ocorreu descontinuidade na liberação de recursos previstos. A situação foi contornada por meio da reprogramação das despesas.

A carreira de finanças e controle tem previsão legal para 5 mil cargos, contudo, atualmente, na CGU encontram-se em exercício aproximadamente 2,2 mil servidores. Diante de tal quadro, o volume de recursos humanos torna-se insuficiente para o pleno cumprimento das competências do Controle Interno previstas na Constituição Federal. Para equacionamento dessa situação, vem-se adotando a sistemática de concurso público para ingresso gradativo de novos servidores.

A restrição de recursos tem gerado forte limitação à capacitação dos servidores da organização afetando tanto os que atuam em nível gerencial como em nível de execução. Para enfrentamento dessa situação de uma forma sistêmica, vem-se empreendendo esforços para estabelecimento de um Plano Plurianual de Capacitação.

No segundo semestre de 2007, ocorreu descontinuidade na liberação de recursos previstos. A situação foi contornada, por meio da reprogramação das despesas.

As descentralizações realizadas foram em sua maioria destinadas às Gerências Regionais do Ministério da Fazenda (GRAs) para realização de despesas de manutenção e funcionamento das Unidades Regionais da CGU, assim como despesas com diárias, passagens e outros gastos relacionados com os trabalhos de auditoria e fiscalização nos Estados. Essas atividades foram realizadas de forma satisfatória.

O fluxo de informações entre a Gerência do Programa e os executores não apresentou problemas no decorrer do exercício apresentando uma articulação satisfatória.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, tais como:

a) a Ação 4998 – Sistema Federal de Ouvidorias trata diretamente da participação do cidadão nos rumos da administração por meio do encaminhamento de manifestação diretamente pelo cidadão acerca de má prestação de serviço público;

b) por meio do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, a CGU busca incentivar o controle social realizando encontros com grupos das comunidades, conscientizando o cidadão para atuar junto à prefeitura do seu Município no sentido de garantir a melhor aplicação dos recursos públicos. O Programa prevê várias ações, dentre elas a promoção de eventos de educação presencial a partir dos quais a CGU busca sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças locais, agentes públicos municipais, professores e alunos sobre a importância da transparência na administração pública, da responsabilização e do cumprimento dos dispositivos legais no trato do dinheiro público. O Programa, em 2007, foi amplamente expandido com a realização de 52 eventos básicos de educação presencial, atingindo 444 Municípios e sensibilizando e capacitando 10.585 cidadãos;

c) a CGU promoveu as 7ª e 8ª reuniões do Conselho da Transparência e Combate à Corrupção (CTPCC), o qual, além de diversas entidades públicas, congrega representantes da sociedade civil – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), Transparência Brasil, Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Instituto Ethos etc. É oportuno salientar que o CTPCC reveste-se de um órgão colegiado de natureza consultiva, vinculado à CGU, e que tem por finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle e incremento da transparência na gestão da Administração Pública Federal e estratégias de combate à corrupção e à impunidade;

d) a articulação com os gestores federais que administram programas com forte impacto social acaba por interferir nas políticas e, por conseqüência, na participação social. Destaca-se, ainda, o Programa de Sorteio e a Recepção de Denúncias, oportunidade em que esta CGU, por meio dos veículos de comunicação, faz chegar diretamente à população os resultados das ações desta Controladoria fomentando as preocupações da sociedade quanto à gestão dos recursos públicos. As ações que aproximam a CRG da sociedade são a realização de seminários de abrangência nacional, o Programa de Capacitação Disciplinar Permanente de Servidores e a disponibilização de canal de comunicação através de e-mail para dirimir dúvidas.

O incremento da transparência pública e do controle social, segmentos prioritários desta CGU, está assentado na convicção de que a vigilância da sociedade nos regimes democráticos é a maior garantia da integridade institucional e o melhor antídoto contra todas as formas de irregularidade e desvio de conduta, bem como de que essa vigilância depende diretamente das condições de transparência da atividade pública, que aumenta a percepção sobre o problema e a atenção da sociedade para essa distorção da atividade político-administrativa.

Mecanismos de avaliação da satisfação dos usuários estão em fase de estudo nesta CGU, inclusive contemplados no projeto de indicadores em andamento, com previsão de conclusão e implantação ainda no exercício de 2008.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. As atividades de controle interno são, por natureza, meios de captar e disseminar as boas práticas de gestão, ou, pelo menos, identificar o que pode ser melhorado na gestão, por meio da análise dos processos e produtos dos programas governamentais. A Ação 2B13 – Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo – contempla a exitosa iniciativa do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, o qual por meio de eventos presenciais e de cursos à distância favoreceu a capacitação de mais de 2 mil servidores públicos municipais. Essa sistemática tem disseminado procedimentos e boas práticas para a adequada aplicação dos recursos públicos federais. A incorporação de outros órgãos e entidades federais nesse programa pode traduzir-se em oportunidade futura, seja pela incorporação de novos conteúdos técnicos ao material didático, seja pela incorporação de servidores federais na clientela desses cursos.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Certificação Digital

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Inteligência Federal

Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)

Promoção da Ética Pública

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Presidência da República (PR), foram utilizados **R$ 963.310.752,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.295.356.286,00	Realizado orçamentário:	R$ 963.310.752,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.295.356.286,00**	**Total realizado:**	**R$ 963.310.752,00**

Além disso, do total de **R$ 91.841.372,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 61.946.761,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do PR, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1109 Certificação Digital	2,04%	1,87%	1,38%	1,77%	1,75%
	1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental	3,13%	2,33%	3,29%	5,05%	3,41%
	1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural	22,84%	15,35%	19,37%	25,51%	20,40%
	0753 Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica	11,08%	8,50%	9,46%	8,82%	9,33%
	0496 Informações Integradas para Proteção da Amazônia	19,89%	14,15%	4,38%	3,54%	10,07%
	8034 Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	0,00%	28,50%	30,17%	19,00%	21,01%
Finalístico Soma		**58,98%**	**70,69%**	**68,06%**	**63,70%**	**65,97%**
Gestão de Políticas Públicas	0752 Gestão da Política de Comunicação de Governo	22,29%	16,00%	11,75%	12,17%	15,16%
	0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas	0,96%	0,47%	1,26%	1,29%	0,97%
	1004 Gestão de Políticas na Área da Presidência da República	0,36%	0,42%	0,39%	0,48%	0,41%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**23,60%**	**16,88%**	**13,40%**	**13,94%**	**16,55%**
Serviços ao Estado	0641 Inteligência Federal	17,37%	12,38%	18,52%	22,32%	17,44%
	1143 Promoção da Ética Pública	0,05%	0,04%	0,02%	0,04%	0,04%
Serviços ao Estado Soma		**17,42%**	**12,43%**	**18,54%**	**22,36%**	**17,48%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

GERENTE DO PROGRAMA

Renato da Silveira Martini

OBJETIVO

Disseminar o uso da certificação digital na administração pública e no conjunto da sociedade brasileira e obter autonomia tecnológica em áreas estratégicas da tecnologia da informação e comunicação.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de sistemas informatizados privados ou públicos e órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 16.726.726,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.831.745,00
	Total:	**R$ 13.831.745,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Crescimento do Credenciamento de Autoridades pela ICP - Brasil - Porcentagem	-	-	-	28.57	-	-
2. Taxa de Incremento da Emissão do Certificado Digital - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
3. Taxa de Segurança Criptográfica da Chave Privada Emitida pelas Autoridades Certificadoras da ICP - Brasil - Porcentagem	-	-	-	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE CRESCIMENTO DO CREDENCIAMENTO DE AUTORIDADES PELA ICP - BRASIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Foi o primeiro ano de apuração deste indicador. Verificou-se um crescimento expressivo do número de autoridades pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Espera-se manter um índice parecido para o próximo exercício.

2. TAXA DE SEGURANÇA CRIPTOGRÁFICA DA CHAVE PRIVADA EMITIDA PELAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP - BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

É um indicador de segurança do sistema e dessa forma espera-se que seja atingido em 100%. Porém, para o exercício de 2008 não será utilizado, visto que não reflete adequadamente o andamento do Programa.

3. TAXA DE INCREMENTO DA EMISSÃO DO CERTIFICADO DIGITAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Identificou-se que o índice não é mensurável e não será utilizado para o próximo exercício.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o atual estágio de utilização da rede de computadores na sociedade, seja por meio do comércio eletrônico ou de comunicações entre organizações públicas e privadas, há necessidade de garantir um sistema de segurança e privacidade nas transações eletrônicas através da implementação e operação da ICP-Brasil, bem como a sua disseminação, fomento e desenvolvimento. Além disso, a atual dependência de sistemas proprietários e monopolistas de *hardware* e *software* apresenta-se como um impeditivo para o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação nacionais, como também para a promoção da inclusão digital.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) concentrou esforços na popularização do uso de certificados digitais mediante a ampliação da infra-estrutura com:

- O credenciamento de quatro novas autoridades certificadoras e 30 novas autoridades de registro (proporcionando um crescimento global de 28,57% em relação a 2006).

- A modernização do judiciário, amparada pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que regulamentou a informatização dos processos judiciais e utilização de versão eletrônica dos autos, agilizando sua rotina e economizando papel.

- A implementação do Projeto Nota Fiscal Eletrônica, sendo que todos os Estados brasileiros já aderiram ao sistema, fornecendo ao contribuinte uma forma prática, segura e de baixo custo para a emissão de suas notas fiscais.

- A inserção na ICP-Brasil de entidades do segmento cartorial, registral e notarial.

• O desenvolvimento de sistemas nacionais para compor a plataforma tecnológica da Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz) da ICP-Brasil, visando agregar maior segurança e reforçando a soberania nacional com o uso de tecnologia própria.

• A atuação no fomento à pesquisa e desenvolvimento sobre certificação digital junto à diversas universidades e consolidação do Programa Nacional de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital, que tem a missão de asseverar a plena adesão dos dispositivos usados na ICP-Brasil aos padrões mínimos de segurança e garantir a interoperabilidade entre eles.

Os objetivos esperados para 2007 foram alcançados. Contudo, algumas metas de ações e indicadores do Programa não refletiram a atuação do ITI.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento institucional do Programa abrange todas as ações e tem freqüência mensal com reuniões do Comitê de Gerência em que todas as ações finalísticas são acompanhadas rotineiramente através de visitas técnicas, tanto dos dirigentes do ITI, como dos fiscais dos contratos, convênios e congêneres. São exigidos relatórios mensais de acompanhamento dos principais produtos desenvolvidos pelas instituições participantes. São utilizadas ferramentas de gerenciamento de projetos, de gestão de conteúdo (CMS), de controle de versões, de gerência de requisitos e de gerência de qualidade dos produtos.

Com relação à execução física das ações, as metas inicialmente previstas na LOA 2007 foram frustradas, situando-se entre 40% e 80% do inicialmente previsto. De forma geral, a execução das metas físicas das ações variou de 47,36% a 134%, evidenciando a necessidade de planejar melhor as estimativas físicas e financeiras para as ações e respectivas metas para o PPA 2008-2011.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e com o fluxo de liberação compatível com a programação. O percentual de créditos liquidados na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foi plenamente compatível com o impacto percentual daquela ação em relação ao orçamento. Os principais objetos de gasto nesta ação foram: serviços de apoio administrativo terceirizado, copa, vigilância armada, condomínio, aluguel, Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), luz e telefone.

A disponibilidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras foi considerada inadequada uma vez que o ITI não possui quadro próprio de pessoal sendo todos requisitados para ocuparem cargos comissionados ou terceirizados.

No decorrer do exercício de 2007, juntamente com a Universidade de Brasília (UnB), foi finalizado estudo para propor estrutura e regimento interno para o ITI que será encaminhada para a apreciação da Casa Civil.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados, sobretudo daquelas que mais contribuíram para o alcance do objetivo do Programa, foi satisfatório e na sua grande maioria exitoso e atendeu plenamente aos resultados esperados.

Houve boa integração entre a gerência do Programa, os entes executores das ações e as informações necessárias para o gerenciamento do Programa foram disponibilizados pelos entes executores, por meio das respectivas prestações de contas e relatórios mensais de acompanhamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realizou parcerias não-governamentais para sua execução, contudo, possui mecanismos que promovem a participação social por meio de consulta pública - prática adotada por Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping), onde o ITI participa em grupos de trabalho.

Desde o ano de 2003, anualmente, o ITI realiza o Fórum de Certificação Digital onde tem oportunidade de se reunir com diversos grupos de interesse, tais como, segmentos da indústria, de entidades da ICP-Brasil, de delegações estrangeiras, de outros órgãos públicos e de organizações similares ao ITI. Além de estabelecer fóruns para cooperação com Estados e Municípios brasileiros e de outros países, desenvolvendo o conhecimento mútuo com diversos tipos de empresas e instituições que tem interesse na certificação digital.

Atualmente, o Programa não possui mecanismos para avaliar a satisfação de seus beneficiários, porém, está em estudo a implementação de um blog institucional para melhorar a interface com o usuário dos serviços.

O ITI ainda não tem uma estrutura organizacional aprovada. Tão logo seja aprovada a estrutura e o regimento interno, será possível avançar mais nas práticas de gestão.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Jaime Antunes da Silva

OBJETIVO

Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 41.697.218,00	Empenho Liquidado:	R$ 39.376.127,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 39.376.127,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Evolução do Atendimento a Demanda de Acesso à Informação pelos Cidadãos e Órgãos Públicos – Porcentagem	-	-	44.37	68.34	87.45	78,15%

1. EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO A DEMANDA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CIDADÃOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Somente foi possível mensurar o indicador nos anos de 2005 a 2007, pois foi solicitada a mudança da forma de cálculo e da nomenclatura do indicador de 2004. Assim, considera-se satisfatório o resultado alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa cumprir o disposto no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal, o qual determina que "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" e da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos,

que, ao regulamentar esse princípio constitucional, identifica o papel singular do Arquivo Nacional como órgão competente na esfera do Poder Executivo Federal para exercer a gestão documental, bem como implementar e acompanhar a política nacional de arquivos.

O Programa de Democratização do Uso da Informação Arquivística Governamental é a estratégia mais eficaz para ratificar a legitimidade do Arquivo Nacional para atuar como agente fundamental no processo de modernização administrativa do Estado e no fortalecimento da cidadania. A ausência de padrões técnicos no que se refere à gestão, à guarda, à preservação e ao acesso aos documentos públicos implica a dispersão e perda do patrimônio documental do País, limitação do acesso à informação, comprometimento da eficácia da própria máquina administrativa do Estado, além de significar desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aprovação, pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), do projeto de lei encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, dando nova redação ao Art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

• No âmbito da política internacional de arquivos foi realizado no Arquivo Nacional, de 6 a 31 de agosto de 2007, o Curso Safeguarding Sound and Image Collections (SOIMA) 2007, em parceria com a International Organization for Conservation of Cultural Heritage (ICCROM) e a Andrew Mellon Foundation e com o apoio da Cinemateca Brasileira e da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

• Implantação do projeto Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985).

• Registro, na Ação Sistema de Atendimento ao Usuário, de 293.924 atendimentos, sendo 17.672 presenciais, com a inscrição de 4.012 pesquisadores, comprovando um aumento percentual previsto do PPA.

• No campo da gestão de documentos do Arquivo Nacional destaca-se a promoção do Seminário Internacional de Especialistas em Gestão e Preservação de Documentos Digitais de 7 a 9 de agosto de 2007.

• No campo da divulgação do acervo e das ações institucionais, salienta-se a publicação dos trabalhos vencedores do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2005 - Normas e terminologia em arquivos, da revista Recine 2007, nº 4, "A imprensa no cinema" e das publicações técnicas digitais "Tabeliães do Rio de Janeiro do 1º.e 4º. Ofícios de Notas". O Arquivo Nacional e a História Luso-brasileira, na qual são desenvolvidos diversos produtos como exposições, publicações, seminários, apresentação de trabalhos, atendimento ao público externo, apoio a outras áreas da Instituição, fomento a matérias jornalísticas sobre temas afins, além da própria difusão dos produtos por meio de mídia impressa e televisiva.

• Melhoria nas condições de acesso via novo portal do Arquivo Nacional com maior disponibilização de dados e informações e ampliação dos quadros funcionais do Arquivo Nacional a partir de agosto de 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são realizados por meio de reuniões trimestrais de trabalho, atualização mensal dos dados físicos no SIGPlan pelos coordenadores de ação, permitindo à gerência do Programa acompanhar o desempenho físico e financeiro das mesmas, promovendo, reuniões mensais de coordenação com vistas aos ajustes necessários à consolidação trimestral das ações, com presença do gerente executivo do Programa responsável pela Assessoria de Planejamento e Projetos do Gabinete do Diretor-Geral.

As ações consideradas atividades contínuas do órgão atingiram índices de realização das metas físicas acima do previsto devido em parte ao convênio com a Organização das Nações Unidas para Educação (UNESCO) e a ampliação dos quadros funcionais do Arquivo Nacional por meio de concurso público. As ações padronizadas também, na maioria dos casos, mantiveram seus índices físicos.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação e o impacto das ações executadas com recursos não-orçamentários foi considerado alto.

O estreitamento dos laços, no campo da gestão documental com outros órgãos e entidades do Governo Federal, poderá otimizar o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados.

Ressalta-se que houve disponibilidade das informações e a integração da gerência do Programa sobre as ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Arquivo Nacional possui alguns parceiros não-governamentais que muito colaboram para o cumprimento das metas, como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-americanos (ADAI), com a Associação Latino-americana de Arquivos (ALA) e o Governo Espanhol em a parceria com a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).

Com relação a mecanismos que promovem a participação social, o Arquivo Nacional dispõe, em seu sítio, de mecanismo de comunicação com o público pela Ouvidoria, que permite aferir os resultados quanto ao atendimento ao usuário e sua satisfação, da direção-

geral e demais unidades pela intranet e reuniões de coordenação e planejamento, além do CONARQ que é um fórum integrado por representantes de setores governamentais e da sociedade civil onde são debatidos temas ligados à política de arquivos.

As atividades e projetos empreendidos têm nas demandas dos órgãos públicos e dos seus usuários especializados e do público em geral um balizamento importante para a sua execução.

A Ação Gestão de Documentos da Administração Pública Federal, ação não-orçamentária do Programa Democratização do Uso da Informação Arquivística Governamental, é normativa para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) e é efetivada a partir da orientação, capacitação e reciclagem dos agentes públicos no que tange a utilização de instrumentos técnicos de gestão que objetivam a racionalização, eficiência e eficácia dos procedimentos relativos à produção, organização e tratamento, preservação e acesso aos documentos públicos, sejam eles convencionais ou digitais. As práticas de gestão de documentos são permanentes, em razão da importância dos documentos produzidos pelos órgãos e entidades no desempenho de suas atividades, fato ratificado pelo Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que organiza sob a forma de sistema as atividades de gestão de documentos da APF. O seu caráter inovador pode ser medido pela implantação na APF de procedimentos de gestão documental relativos à entrada de documentos para a guarda permanente no Arquivo Nacional, à determinação dos prazos de guarda e da destinação dos documentos, indicando quais devem ser preservados ou eliminados, à disseminação da metodologia para a elaboração de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos e no estabelecimento de requisitos funcionais para a produção e preservação de documentos digitas.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Ottoni Guimarães Fernandes Junior

OBJETIVO

Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 214.602.999,00	Empenho Liquidado:	R$ 198.916.014,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 198.916.014,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Total de Matérias Jornalísticas - Unidade	-	-	386.213.00	425.865.00	444.512.00	95,81%
2. Transmissão de Eventos da Presidência da República - Porcentagem	-	-	100.00	100.00	100.00	100%

1. TOTAL DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este índice tentou demonstrar a capacidade de trabalho das mais variadas mídias da RADIOBRÁS, como TV, rádio e agência de notícias. Todavia, ele não foi capaz de expressar a qualidade do trabalho, que melhorou a cada ano.

2. TRANSMISSÃO DE EVENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, foram 156 eventos em Brasília, 143 em outras cidades brasileiras e 39 no exterior. A cobertura foi de 100% dos eventos. O número de eventos depende da atuação

da Presidência da República e a RADIOBRÁS se fez presente em todos. A RADIOBRÁS esteve presente em 93 cidades no Brasil e 35 países.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema tem origem na necessidade de levar à sociedade brasileira a universalização das informações jornalísticas, educacionais, culturais e de utilidade pública para promover a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento de matérias disponibilizadas pela Radioagência, devido a inclusão de áudio e vídeo na Agência Brasil e o aumento de cobertura das atividades do Governo Federal pela TV NBr e TV Nacional.

• Consolidação do Programa Café com o Presidente, sendo referência para os veículos de comunicação.

• Consolidação das entrevistas coletivas com os Ministros de Estado com a participação de emissoras de Rádio de todo o País.

• Inclusão de quase 1.500 matérias na Voz do Brasil em suas 232 edições.

• Dentre as coberturas multimídia (agência, rádio e TV) realizadas em 2007 destacam-se a Posse do Presidente da República, a vinda do Papa ao Brasil, os Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos com cobertura diferenciada, o Fórum das TVs Públicas e o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

• Além do Prêmio de melhor produção infantil, concedido em 2006 pelo NHK *Japan Prize*, o programa O Menino Muito Maluquinho, em 2007, com o episódio "O menino que tinha panela na cabeça" , ficou entre os quatro finalistas do 35° EMMY *Award* e foi também premiado no *Prix Jeneusse* Ibero-Americano, em 2007, no Chile.

• Pré-selecionados, em 2007, para o Prêmio no Japão, o episódio "O Sapo" da série Curta Criança II e o documentário Histórias de um Brasil alfabetizado.

• Na área de rádio, foi lançado, pelo Selo Rádio Mec, o CD Lapada, que ganhou o Prêmio TIM 2007.

• O jornalismo da RADIOBRÁS consolidou o conceito de jornalismo com foco no cidadão. As diversas equipes da Radiobrás participaram ativamente do processo de elaboração e construção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), passo significativo para a expansão das práticas da comunicação pública no País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado pelo acompanhamento dos índices inseridos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos respectivos coordenadores de ação.

Em termos do cumprimento das metas físicas, a execução situou-se entre 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A Radiobrás cobriu 100% das atividades do Presidente da República no Brasil e no exterior e o número de matérias distribuídas alcançou 95,81% da previsão inicial.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes considerando-se os créditos suplementares de custeio e investimento que foram solicitados e aprovados para atender a todas as necessidades da empresa. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

A infra-estrutura nas equipes executoras foi considerada inadequada uma vez que a RADIOBRÁS não possui condições ideais de trabalho para a execução das tarefas dos funcionários com uma sede própria construída que atenda às características de cada uma de suas atividades, à informatização e à digitalização de todo o seu acervo histórico para evitar a perda da documentação e permitir um melhor manuseio.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação promoção da participação social, a RADIOBRÁS possui ouvidoria atuante incluindo a realização de programas no rádio e na TV respondendo questionamentos da sociedade. Ela ainda mantém o Projeto Alto Solimões com participação direta da sociedade na gestão da Emissora Mesorregional, além da Central do Ouvinte, que permite o contato direto com as emissoras de rádio, apresentando críticas e sugestões dos ouvintes.

A sociedade também acessa a RADIOBRÁS por meio de e-mails, carta e telefone para manter contato com rádios, TVs e agência de notícias, promovendo uma melhor qualificação das pautas e conteúdos apresentados nos diversos programas de rádio e TV. A satisfação dos usuários, todavia, não foi aferida, pois a RADIOBRÁS não contratou nenhum instituto de pesquisa que pudesse avaliar a satisfação dos usuários.

As boas práticas de gestão desenvolvidas pelo Departamento de Produções Artísticas e Culturais (DEPAC), criado em setembro de 2007 e que tem por objetivo conduzir ações e projetos voltados à ampla participação social na empresa pública de comunicação, realizando produção audiovisual baseada na cultura colaborativa, compartilhada e participativa, poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal.

DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando Tolentino de Sousa Vieira

OBJETIVO

Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 74.817.249,00	Empenho Liquidado:	R$ 68.778.886,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 68.778.886,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça - Unidade	-	-	-	4196114.00	-	-
2. Quantidade de Acessos ao Sítio da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça - Unidade	-	-	13.750.000.00	7.164.000,00	-	-
3. Taxa de Divulgação do Diário Oficial por Meio Eletrônico - Porcentagem	24.06	-	13.65	11,95	-	-
4. Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça - Porcentagem	-	-	-	58.41	-	-
5. Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial - Porcentagem	2.10	-	10.89	6,87	-	-

1. QUANTIDADE ABSOLUTA DE ASSINATURAS DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E DO DIÁRIO DA JUSTIÇA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A inexistência do índice referência e o previsto para o final do PPA em 2007 dos indicadores do Programa não foram fornecidos pelos Coordenadores das ações, que informaram apenas

o índice apurado. Cabe salientar que deverão ser tomadas medidas corretivas necessárias para que os dados possam ser inseridos com os índices corretos para sua avaliação.

2. QUANTIDADE DE ACESSOS AO SÍTIO DA IMPRENSA NACIONAL PARA CONSULTA DO DIÁRIO OFICIAL E DA JUSTIÇA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa para o indicador 1 - Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça.

3. TAXA DE DIVULGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL POR MEIO ELETRÔNICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa para o indicador 1 - Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça.

4. TAXA DE EVOLUÇÃO DAS ASSINATURAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS E DIÁRIOS DA JUSTIÇA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa para o indicador 1 - Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça.

5. TAXA DE RECLAMAÇÃO DE ASSINANTES DO DIÁRIO OFICIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa para o indicador 1 - Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para facilitar a disseminação de informações para o Governo e a sociedade, além de oferecer maior transparência às ações do Governo. Assegura a todos o direito de receber informações dos órgãos públicos de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, na forma da legislação vigente, bem como publicidade dos atos públicos praticados, com legalidade e validade jurídica. O Programa também atende a produção gráfica de material de uso interno e da Casa Civil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atualização do parque gráfico, no qual efetivaram-se vários investimentos ao longo do exercício de 2007, em todas as áreas dos processos produtivos. Na área de pré-impressão foram adquiridos dois sistemas digitais automatizados de produção de chapas *off-set* sem uso de filme fotográfico, do tipo *Compute to Plate* (CTP) – do computador para chapa. Estes equipamentos substituirão o atual sistema de pré-impressão baseado na produção de filmes fotográficos (*imagesetter*) para gravação de chapa *off-set* em avançado estado de depreciação e obsolescência.

• Contratação por licitação de empresa especializada em reforma de rotativas *off-set* para executar o projeto de reforma, modernização e ampliação da *impressora Goss Urbanite*, usada atualmente na impressão dos jornais oficiais, dotando-a de recursos tecnológicos capazes de produzir, além dos diários oficiais, qualquer trabalho gráfico impresso em caderno com uso de papéis não revestidos do tipo *off-set* e similares propiciando a produção e circulação dos jornais oficiais em menor tempo.

• Aquisição de duas impressoras de folhas, sendo uma de tecnologia digital para impressão policromática e em preto e branco, de passada única frente ou frente e verso, com inclusão de dados variáveis destinada à produção de serviços sob demanda, e outra impressora *off-set* bicolor para serviços gráficos de grandes tiragens e grandes formatos até 48 x 66 cm, destinada à produção de cadernos para livros e folhetos, capas, cartazes e impressos oficiais, propiciando, dessa forma, a impressão de qualquer trabalho gráfico de uso interno e da Presidência da República.

• Aquisição de dobradeira automática de folhas, serrilhadeira automática, plastificadora termolaminadora, perfuradora, máquina de corte e vinco, encadernadora de brochura com lombada quadrada, alceadora, grampeadeira automática e guilhotina de corte trilateral, permitindo a Imprensa Nacional prestar melhores serviços de acabamento geral e encadernação do tipo capa dura e brochura, encadernações em espiral, impressos com cortes especiais e relevo americano.

• Desenvolvimento e instalação de nova versão do sistema INCOM, eliminando inúmeros problemas existentes no envio e recebimento de matérias, tornando esse processo mais transparente, seguro e rápido para os clientes.

• Desenvolvimento e instalação de nova rotina de cálculo de preços do INCOM, com a eliminação da diferença no cálculo de preços entre o sistema *Linux* e *Windows*, distorção até então existente, desenvolvimento e implantação em regime experimental, para usuários da Presidência da República, da primeira versão completa do sistema de Recorte, que permitirá a disponibilização para a sociedade de um recurso avançado de leitura seletiva de matérias publicadas nos Jornais Oficiais.

• Desenvolvimento e implantação do portal da Imprensa Nacional na Internet, disponibilizando um sítio de Internet agradável e eficiente para o acesso às informações divulgadas pelo órgão.

• Desenvolvimento e implantação de um sistema mais moderno e mais aderente às necessidades da Ouvidoria.

• Integração da Imprensa Nacional a Rede de Comunicação do Governo Federal (Infovia) possibilitou melhor utilização dos sistemas corporativos e estruturadores do Governo Federal.

• Maior rapidez e eficiência de acesso ao portal da Imprensa Nacional pelos diversos ramos da sociedade, criação de uma rede virtual privada (VPN) com a Presidência da República, que permite, por exemplo, o acesso ao acervo disponível de todos os jornais oficiais. Houve, ainda, a modernização da infra-estrutura de informática, com a modernização das instalações físicas e a aquisição de diversos equipamentos, permitindo maior estabilidade e desempenho dos acessos ao sítio da Imprensa Nacional e aos serviços a ele relacionados.

• Reforma e atualização tecnológica da impressora rotativa que se encontra em fase de implantação, com todos os requisitos de infra-estrutura de engenharia civil e elétrica necessários à instalação para perfeito funcionamento dos equipamentos, características da base de sustentação da máquina, energia elétrica e temperatura ambiente requerida, dentre outros requisitos exigidos para uma correta instalação e funcionamento dos equipamentos configurados para produzir até 160 páginas por caderno.

• Aquisição de duas impressoras sendo uma digital iGen3 com produção com alimentação por folha (possibilitando, já no início do primeiro trimestre de 2008, a satisfação das demandas prementes internas e da Presidência da República) e uma impressora ADAST 700 bicolor, formato meia folha, com previsão para entrar em produção em maio de 2008.

• Aquisição de máquinas dobradeira automática de folhas, serrilhadora automática, plastificadora termolaminadora, perfuradora, máquina de corte e vinco, encadernadora de brochura com lombada quadrada, alceadora e grampeadeira automática e guilhotina de corte trilateral para dotar a Imprensa Nacional de condições mínimas para realizar os serviços de acabamento geral e encadernação do tipo capa dura e brochura, encadernações em espiral, impressos com cortes especiais e relevo americano.

Dentre as ações implementadas no exercício de 2007 e as que estão em fase de implementação, com foco no cidadão, nas demandas da sociedade, na melhoria das condições de trabalho do servidor, na otimização dos processos de produção e, por conseguinte, no aumento de produtividade, destacam-se aquelas que vêm apresentando resultados positivos, com reflexo direto na qualidade dos produtos e serviços disponibilizados à sociedade brasileira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado mensalmente por:

a) reuniões de trabalho com os coordenadores das ações que atualizam as realizações físicas mensais no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

b) visitas *in loco* pelos gerentes que acompanham as atividades desenvolvidas por cada setor e apresentam aos coordenadores e ao gerente do Programa, sistema informatizado que permite acompanhar o controle de materiais, distribuição de jornais, desperdício de materiais gráficos, controle dos recebimentos de matérias, dentre outros;

c) por relatórios de gestão elaborados por uma comissão constituída por meio de portaria e acompanhado pelo gerente do Programa.

Com relação ao cumprimento das metas físicas, as realizações situaram-se entre 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Do total do orçamento liberado em 2007, foram executados 88,65%, havendo um decréscimo de 3,73% em relação ao ano de 2006. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, uma vez que, o orçamento de 2007, liberado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) foi de R$ 47.871.000,00. Destinou-se R$ 41.811.000,00 para custeio, totalizando uma execução da ordem de 90,86%, e R$ 6.060.000,00 para investimentos, representando 73,42% de execução.

Os recursos descentralizados foram repasses relativos a rateio de água e energia da Advocacia-Geral da União (AGU).

Com relação à integração das equipes executoras e a gerencial, as informações foram precisas e discutidas entre os coordenadores de ações e o gerente do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Ouvidoria é o mecanismo que promove a participação social no Programa realizada por meio da Internet, comunicações impressas e Disque 0800. São registrados os elogios, as reclamações, as sugestões e dessa forma pode-se avaliar a satisfação dos beneficiários.

INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcelo de Carvalho Lopes

OBJETIVO

Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira, de forma integrada com outras instituições, fornecendo informações, serviços e infra-estrutura.

PÚBLICO-ALVO

O Governo, em todas as esferas, a sociedade brasileira, em particular os amazônidas, os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na região, e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 50.674.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 27.806.332,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 27.806.332,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Freqüência de Divulgação de Alertas Consolidados de Desmatamento - Alerta Emitido	-	-	-	-	-	-

1. FREQÜÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DE ALERTAS CONSOLIDADOS DE DESMATAMENTO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não ocorreu a apuração do indicador proposto, visto que o sistema de monitoramento a ser utilizado como ferramenta para a aferição deste indicador não foi implantado por questões técnicas. Para o PPA 2008-2011 foi proposto um novo indicador para o Programa. A concepção do Programa busca a articulação entre órgãos de governo buscando sinergias, e prevê a utilização da infra-estrutura do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) para a geração de conhecimento e informações a estes órgãos. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), em dezembro de 2006, realizou uma atividade envolvendo 39 órgãos de governo, buscando identificar quais eram, dentre as ações desenvolvidas pelo Censipam, aquelas com maior capacidade de agregar valor às atividades destes órgãos.

Os participantes da atividade representavam órgãos com atividades relacionadas às atividades de defesa e inteligência, à expansão de infra-estrutura, à pesquisa, e à formulação de políticas públicas para a região amazônica. Para a apuração dos resultados foram feitas pesquisas qualitativas, por meio de entrevistas e questionários, após apresentação das potencialidades de atuação do Censipam, dada a infra-estrutura instalada.

Os resultados apontam para as atividades ligadas às áreas de sensoriamento remoto e inteligência como as que têm maior capacidade de agregar valor às atividades dos órgãos parceiros. Por sua vez, as atividades de meteorologia têm importância estratégica. Por decorrência de acordo de cooperação técnica entre o Censipam e a rede Amazônica de televisão, afiliada da rede Globo na região Norte, os produtos gerados pelo Programa ganham visibilidade junto à sociedade amazônica, motivo pelo qual, entende-se que o sucesso destas atividades deve compor o indicador global do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema surgiu da necessidade de coletar, armazenar, processar, analisar e disponibilizar informações atualizadas, de forma contínua para subsidiar as ações de planejamento, integração e intervenção de governo na Amazônia Legal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A atuação em sensoriamento remoto prevê a utilização de imagens de satélite e de imagens provenientes das aeronaves do Sipam para a geração de informações. Neste sentido, em 2007, o Censipam desenvolveu produtos como o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE). Por áreas especiais são entendidas Unidades de Conservação Federal (UCs) e Unidades de Terras Indígenas (UTIs) na Amazônia Legal Brasileira. O monitoramento busca a geração contínua de dados sobre o avanço do desmatamento, a indicação de possíveis áreas de mineração, campos de pouso e vias de acesso, dentre outras informações, nas áreas especiais. Em 2007, o Programa realizou o monitoramento de 240 áreas especiais, sendo 117 terras indígenas e 123 unidades de conservação, abrangendo uma área de cerca de 34 milhões de hectares (ha). As informações contidas no ProAE foram entregues aos órgãos federais, estaduais e municipais interessados nas informações produzidas.

• Na área de inteligência, o Censipam como representante da Casa Civil no Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Consisbin), desenvolveu diversas ações de apoio aos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Foram realizadas ainda, ações internas voltadas à contra inteligência. Em 2007, produziram-se 21 estudos concluídos de inteligência e 16 estudos concluídos de contra-inteligência no total de 37 estudos.

• As ações voltadas para a proteção ambiental abrangeram atividades relacionadas ao estudo de impactos ambientais derivados de ações antrópicas, monitoramento hidrológico, incluindo alertas sobre cheias e vazantes, identificação e monitoramento de áreas

propensas a queimadas, monitoramento de uso da terra, entre outras. Vale destacar ainda, a atuação do Censipam na geração de informações meteorológicas a partir dos sensores e estações meteorológicas do SIPAM. As informações sobre previsões de tempo e clima são repassadas diariamente aos veículos de comunicação da região amazônica para publicidade à população local. São geradas ainda, informações meteorológicas de curtíssimo prazo, de seis em seis horas, que são repassadas à defesa civil para a emissão de alertas em caso de eventos extremos que ofereçam riscos à sociedade civil. Em 2007, foram renovados os contratos para as linhas de telecomunicações.

• A área de sistematização de informações e banco de dados envolve o desenvolvimento de rotinas que visam organizar o acervo de dados, informações e produtos, quer sejam recebidos de órgãos parceiros e demais entidades externas, quer sejam aqueles elaborados pelas demais divisões do Censipam. Durante o ano de 2007, foram disponibilizadas bases cartográficas, imagens de satélites, imagens derivadas das aeronaves do SIPAM, além de cartas imagens e mapas temáticos, sempre em apoio à atuação dos órgãos parceiros. Como exemplo, pode-se citar o desenvolvimento de ações conjuntas com o Ministério das Cidades (MCidades), no intuito de se utilizar geotecnologias aplicadas ao planejamento e gestão territoriais, para apoio aos Planos Diretores Participativos dos Municípios da Amazônia Legal. Tal projeto vem sendo denominado como SIPAM Cidades.

• Na área denominada Tecnologia da Informação e Telecomunicações, em 2007, o Censipam realizou um profundo diagnóstico sobre os equipamentos e o status tecnológico de todo o SIPAM. O diagnóstico foi realizado no escopo do acordo de cooperação técnica firmado entre o Censipam e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e permitirá a continuidade da política de investimentos e aprimoramento tecnológico do parque de sensores, radares, terminais de comunicação isolada e nos demais componentes tecnológicos do sistema. Cabe citar, a realização de 17 missões de manutenção dos equipamentos do SIPAM, durante o ano de 2007. As atividades compreenderam reparo, realocação, instalação e revitalização dos terminais de comunicação remota (Vsats). As missões foram realizadas em parceria com órgãos como a Força Aérea Brasileira (FAB), Fundação Nacional Índio (FUNAI), Museu Emílio Goeldi, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), Prefeituras e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e abrangeram os Estados de Rondônia (RO), Maranhão (MA), Pará (PA), Amazonas (AM), Roraima (RR), Mato Grosso (MG) e Tocantins (TO).

• Foi também de suma importância, o expressivo aumento do número de servidores capacitados. Em 2007, o Censipam ofereceu aos seus servidores, 460 cursos de capacitação relacionados às áreas técnica, operacional e administrativa, o que representou um aumento de 330% em relação ao ano anterior.

• As ações de articulação e integração institucional foram focadas na identificação de parcerias estratégicas e aproveitamento de sinergias. Nesta linha, foram assinados diversos acordos de cooperação técnica prevendo a realização de investimentos e trabalhos conjuntos. Procurou-se ainda um melhor entendimento, junto aos órgãos parceiros, sobre as demandas, e percepções de qualidade sobre os produtos e serviços do Censipam, no

intuito do aprimoramento contínuo dos relacionamentos com estes órgãos. O Censipam, no mês de dezembro, firmou convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), para a concessão de bolsa de estudos para mestres, doutores, formados e formandos com experiência nas áreas de atuação do órgão. Serão repassados, no biênio 2008-2009, R$ 2.000.000,00 com a contrapartida, por parte da FAPEAM, de R$ 200.000,00. Os bolsistas desenvolverão suas atividades de pesquisa nas dependências do Centro Técnico e Operacional de Manaus.

• Nas relações com os países amazônicos, ocorreram diversas iniciativas de cooperação técnica. Uma iniciativa importante foi a apresentação do SIPAM para todos os embaixadores no Centro de Coordenação Geral (CCG) em Brasília. Tal evento proporcionou o conhecimento e o interesse de nossos vizinhos em desenvolver projetos mais ambiciosos para a região. Pretende-se viabilizar o projeto de regionalização do SIPAM no qual se busca uma avaliação pelo BID sobre a possibilidade de implementar instrumento de cooperação financeira para a operacionalização do mesmo. Vale destacar ainda que a continuidade da cooperação técnica entre Brasil e Peru resultou em duas reuniões do Grupo de Trabalho Binacional.

• Em termos de melhorias administrativas e institucionais, vale citar a implementação, em 2007, do comitê de qualidade do Censipam. O objetivo da administração é que num prazo máximo de dois anos o órgão possa ter certificação de qualidade dos seus processos de gestão e de desenvolvimento de produtos e serviços.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa, da forma como está estruturado, não reflete, através de suas ações, as atividades e áreas de atuação do Censipam. A administração do Censipam reformulou todo o programa no PPA 2008-2011 de forma a permitir a mensuração dos produtos esperados e dar maior transparência às suas ações e propósitos. Para o PPA que se encerrou não foi possível a mensuração dos resultados, tais como especificados atualmente, com exceção das ações de Capacitação de Recursos Humanos e Manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Na primeira ação citada, o número de servidores capacitados foi de 242% acima do previsto inicialmente. Vale destacar a superação da meta física concomitantemente com o menor dispêndio financeiro. Tal fato se deve pela implementação do plano de capacitação interno do Censipam que permitiu o maior número de treinados, e pela utilização do Centro de Capacitação da Presidência da República que colaborou com a redução dos custos de treinamento.

Quanto à segunda ação mencionada, o sistema foi mantido em 100% e o percentual de execução financeira foi de 99,9%. Em relação às demais ações do Programa, o produto e a unidade de medida especificados não eram passíveis de mensuração ou ocorreram descontinuidades de projetos ou atividades. As ações desenvolvidas durante o ano de 2007

buscaram se alinhar à revisão do plano estratégico do Censipam. Foram consideradas como estratégicas as atuações nas seguintes áreas: sensoriamento remoto, inteligência, proteção ambiental, sistematização de informações e estruturação de banco de dados estratégicos, telecomunicações e tecnologia da informação.

No âmbito da gerência, os mecanismos utilizados para o monitoramento sobre o desempenho físico das ações é o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e por meio de planilhas eletrônicas da área de gestão de pessoas no caso da Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos.

No PPA 2004-2007, o Programa Informações Integradas para Proteção da Amazônia era do tipo multissetorial, sendo quatro ações de responsabilidade do Censipam e uma ação de responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Desta forma, a Ação 4322 – SIVAM era monitorada mensalmente por meio do SIGPlan.

O produto e a unidade de medida especificados para as ações 2343 – Processamento de Sinais de Telemetria e Teleprocessamento (produto: sinal processado / unidade de medida: mega*byte* – MB) e 6323 – SIPAM (produto: informação disponibilizada/ unidade de medida: tera*byte* – TB) não foram passíveis de mensuração e não correspondiam à dinâmica tecnológica dos recursos utilizados pelo Censipam. Por fim, a Ação 7491 – Integração da Base de Dados e Informações do SIPAM – previa a criação de convênios, entre o Censipam e órgãos parceiros, para a adequação da infra-estrutura, e integração lógica de seus sistemas e bases de dados, de forma que fosse possível a criação de um sistema unificado com informações sobre a Amazônia Legal. Entretanto, da previsão inicial de 108 órgãos parceiros a serem trabalhados, apenas dois convênios chegaram a ser efetivamente firmados, um com a Marinha do Brasil e outro com a Universidade Federal de Goiás (UFG).

A despeito da não realização dos convênios inicialmente previstos, os órgãos parceiros com atuação na Amazônia Legal acabaram, por si só, realizando investimentos e incrementos em seus parques tecnológicos e sistemas operacionais, que permitiram a adequação da infra-estrutura tecnológica, conforme previa a concepção do projeto. Diante desta realidade, e do surgimento de novas ferramentas de tecnologia da informação, o Censipam opta por focar os investimentos na adequação do seu próprio parque tecnológico, de forma que a infra-estrutura do Censipam possa também, acompanhar as tecnologias de informações, telecomunicações, e de integração lógica de base de dados. Assim, a descontinuidade do referido projeto se justifica pela situação presente, onde a infra-estrutura do Censipam carece de investimentos. Somente após a evolução dos sistemas tecnológicos do Censipam, este poderá atuar como um órgão de coleta, sistematização e integração de base de dados.

Com relação ao cumprimento das metas físicas na Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos – o número de servidores capacitados foi de 242% acima do inicialmente previsto. Vale destacar a superação da meta física concomitantemente com o menor dispêndio financeiro. Tal fato se deve pela implementação do plano de capacitação interno do Censipam que permitiu o maior número de treinados, e pela utilização do Centro de Capacitação da Presidência da República que colaborou com a redução dos custos

de treinamento. Quanto à Ação 4322 – SIVAM – o sistema foi mantido em 100% e o percentual de execução financeira foi de 99,9%. Em relação às demais ações do Programa, o produto e a unidade de medida especificados não eram passíveis de mensuração ou ocorreram descontinuidades de projetos ou atividades.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Os recursos humanos na equipe gerencial assim como nas equipes executoras foram considerados insuficientes apesar de que, em 2006, ocorreu processo seletivo simplificado que previa a contratação de 220 servidores temporários. No entanto, em razão da saída paulatina de tais servidores sem a devida reposição, a instituição sofre com a perda de recursos humanos em suas equipes. Devida a alta-rotatividade de servidores na instituição, em grande medida em razão do quadro de servidores do Censipam ser composto por temporários e comissionados, há uma demanda constante por qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e equipe executora para que o serviço seja realizado de forma adequada.

A Ação 7491 – Integração da Base de Dados e Informações do SIPAM – previa a criação de convênios, entre o Censipam e órgãos parceiros, para a adequação da infra-estrutura e integração lógica de seus sistemas e bases de dados, de forma que fosse possível a criação de um sistema unificado com informações sobre a Amazônia Legal. Entretanto, da previsão inicial de 108 órgãos parceiros a serem trabalhados, apenas dois convênios chegaram a ser efetivamente firmados, um com a Marinha do Brasil (MB) e outro com a UFG. Este último foi concluído e encontra-se em fase de prestação de contas, já o convênio com a Marinha do Brasil não poderá ser concluído devido à problemas técnicos e operacionais.

A Ação 4322 – Manutenção do SIVAM – tem como finalidade garantir o controle e a vigilância do espaço aéreo brasileiro na Amazônia. Cabe ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA) a operação e manutenção dos equipamentos e sistemas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). O CINDACTA IV é a organização do Comando da Aeronáutica responsável por estas atividades naquela região. Observa-se que o sistema foi 100% mantido e o percentual de execução financeira foi de 99,9%.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é promovida pela realização de reuniões com grupos de interesse, com órgãos e agentes políticos com atuação na Amazônia Legal que possibilitaram a implantação do novo plano estratégico e a construção da carteira de produtos da instituição.

Não houve avaliação da satisfação dos beneficiários do programa. Todavia, para o PPA 2008-2011, o indicador proposto utiliza a capacidade de atendimento das demandas dos órgãos parceiros e, conseqüentemente, a sua satisfação.

O Censipam estabeleceu com o BID cooperação técnica internacional na modalidade não reembolsável com o objetivo de se desenvolver um plano de negócios para o órgão em busca de seu fortalecimento e desenvolvimento institucional. Serão investidos aproximadamente 1 milhão de dólares. No escopo do trabalho em 2007, o Censipam constituiu o Comitê de Gestão da Qualidade que tem por objetivo a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade. A expectativa do órgão é possuir a certificação de qualidade dos seus processos de gestão e de desenvolvimento de produtos e serviços. Tal prática pode ser replicada na Administração Pública Federal como boa prática de gestão.

O Programa Informações Integradas para Proteção da Amazônia foi bastante reformulado pela administração do Censipam no PPA 2008-2011. Nota-se aperfeiçoamento substancial do Programa na passagem do PPA 2004-2007 para o PPA 2008-2011. Entretanto, para que o Programa seja bem desenhado e que possa ser gerenciado por resultados torna-se imperioso adotar a metodologia do Modelo Lógico de Programa.

INTELIGÊNCIA FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Renato da Silveira Martini

OBJETIVO

Desenvolver Atividades de inteligência e de segurança da informação no interesse do Estado e da sociedade.

PÚBLICO-ALVO

Presidência da República.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 200.825.357,00	Empenho Liquidado:	R$ 174.106.985,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 174.106.985,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Relatórios de Inteligência para subsídio do Processo Decisório Nacional - Porcentagem	89.76	96.51	82.02	79.00	-	-

1. TAXA DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA PARA SUBSÍDIO DO PROCESSO DECISÓRIO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve indicação de índice final para o PPA em razão de os instrumentos de verificação estarem em processo de aperfeiçoamento para posterior validação final.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para subsidiar o Presidente da República na execução do processo decisório e na condução dos assuntos de interesse nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Produção de 821 relatórios de inteligência, 3.079 comunicados, 3.738 pesquisas para atendimento às demandas da Casa Civil da Presidência da República e 24 certidões

de dados pessoais. Foram intercambiados, com serviços de inteligência estrangeiros, 3.024 documentos.

• Realização de visitas técnicas a diversas empresas, priorizando, em 2007, indústrias da área biológica, com o objetivo de orientá-las sobre as listas de controle de transferência de material sensível a equipes do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens) em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

• Na área de contra-inteligência foram desenvolvidos trabalhos no setor de contra-espionagem, no sentido de preservar tecnologias avançadas desenvolvidas pelo Brasil em diferentes segmentos, em especial nas áreas de biotecnologia, espacial e nuclear.

• O Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC) atuou de forma sistemática, por meio de avaliações, diagnósticos e orientações a empresas públicas e privadas na proteção do conhecimento sensível.

• Capacitação de 1.526 pessoas para o exercício e apoio da Atividade de Inteligência pela Escola de Inteligência (Esint).

• Abertura de três novos postos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) no exterior (Argentina, Colômbia e Venezuela) e criação de dois outros, que se encontram em processo de autorização para implantação.

A consecução dos objetivos e das metas no Programa 0641 – Inteligência Federal, e respectivas ações, no exercício de 2007 tiveram como balizador o Plano Anual e Atividades, que estabeleceu normas e diretrizes para planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades da ABIN e, de forma prioritária, para as demandas relacionadas tanto à infra-estrutura administrativa e tecnológica quanto à área finalística. Esse trabalho foi precedido de um amplo e minucioso diagnóstico realizado em 2006 acerca das reais condições da Agência. Ademais, privilegiaram-se ações com objetivo de propiciar os meios necessários para o desenvolvimento e coordenação das atividades de Inteligência, além daquelas destinadas à segurança dos XV Jogos Pan-americanos e III Jogos Parapan-americanos, em apoio a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ). O monitoramento do Plano Anual de Atividades forneceu subsídios para as tomadas de decisões e correção de rumos do planejamento inicial e, conseqüentemente, para o alcance das metas estabelecidas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento das realizações físicas das ações utilizados são as reuniões de trabalho que até o mês de setembro foram trimestrais e, a partir deste, reuniões mensais com os Coordenadores de Ação para avaliar o desempenho físico e financeiro das ações do Programa e verificar consecução das metas (quantitativa e qualitativa), da execução dos créditos e dos recursos financeiros, da possibilidade de remanejamento de créditos entre as ações e avaliar os óbices existentes, objetivando a

correção de rumos e a execução do orçamento na sua totalidade. Também ocorrem visitas *in loco* e encontros regionais que avaliaram o desempenho das Superintendências Estaduais, o cumprimento das metas para elas fixadas e a compatibilização dessas atividades com a execução orçamentária e os limites estabelecidos.

Por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é realizado o acompanhado e desempenho dos Coordenadores de Ação e de outras unidades orçamentárias, analisando-se, entre outras, as atividades desenvolvidas, a execução orçamentária e financeira e o cumprimento das metas estabelecidas. Em conseqüência do acompanhamento e avaliação realizada, são adotadas, sempre que necessário, medidas para correção de rumos e consecução dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Anual de Atividades da ABIN.

Mensalmente, as unidades vinculadas encaminham à Secretaria de Planejamento e Coordenação/ABIN/GSI/PR, relatórios de gestão sobre a execução orçamentária e o cumprimento das metas e ações estabelecidas para o período considerado.

Em 2008, será implementado sistema informatizado para o efetivo controle do Plano Anual de Atividades da ABIN e a sua interação com os demais sistemas de governo, tais como o SIGPlan e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

O planejamento, o acompanhamento, o controle e a avaliação das ações do Programa estão previstos no Plano Anual de Atividades da ABIN, em consonância com os objetivos contidos nas Orientações Estratégicas da Presidência da República (estabelecidas quando da edição do PPA 2004-2007), nas prioridades para a atividade de Inteligência definidas pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) do Conselho de Governo, nas Diretrizes de Inteligência fixadas pela Direção-Geral da ABIN e nos limites orçamentários disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com relação ao cumprimento das metas físicas, a execução foi considerada acima de 100% do previsto na LOA 2007. As metas físicas previstas nas ações do Programa, na fonte 0100, foram alcançadas na sua totalidade. A meta física da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação foi ultrapassada, tendo sido capacitados 297 servidores. A meta física da Ação 2A80 – Capacitação de Pessoas para Atividades de Inteligência foi ultrapassada em 193,5% sendo utilizado o total do financeiro disponibilizado para a Escola de Inteligência. Isto se deve à grande demanda por cursos para outros órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e conveniados. Nestes cursos foram capacitadas 1.229 pessoas quando a previsão era de 635 pessoas. No caso específico da fonte 0150, na Atividade 2488 – Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações, a meta prevista de três produtos criptografados desenvolvidos não foi alcançada em virtude dos compromissos assumidos por unidades da Administração Pública Federal não terem sido honrados.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e o fluxo de liberação dos recursos financeiros foi compatível com os créditos disponibilizados pela Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República. Contudo, o crédito

disponibilizado na Atividade 2684 – Ações de Inteligência, não foi liberado na sua totalidade. Do total previsto na LOA R$ 40.025.640,00, somente foi disponibilizado pela Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República R$ 16.524.027,00. O limite orçamentário definido para a ABIN não permite alocação de crédito suficiente na Atividade 2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP) para o atendimento das necessidades administrativas da Sede (Brasília) e das 27 superintendências estaduais, subunidades e postos no exterior. O limite estabelecido nessa ação é destinado, principalmente, para atendimento das despesas necessárias ao funcionamento de água, luz, telefone, correios, demais serviços de prestação continuada, material de consumo etc.

A infra-estrutura, nas equipes executoras, foi considerada inadequada, uma vez que essas ressentem-se de instalações compatíveis com a atividade de Inteligência (diversas superintendências não possuem sede própria, dependendo de cessão de imóveis de órgãos públicos ou locação). Há carência de equipamentos tecnológicos sensíveis e de infra-estrutura, específicos para uso na atividade de Inteligência. A insuficiência de recursos orçamentários é um fator impeditivo para manutenção das instalações da sede e superintendências estaduais e para a aquisição de meios, inclusive tecnológicos, necessários ao cumprimento das competências legais de forma adequada.

A interação entre os Coordenadores de Ações e Gerente do Programa ocorre por ocasião das reuniões realizadas pelo Gerente Executivo e pela unidade de monitoramento e avaliação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A avaliação da produção do conhecimento é realizada por meio de aplicação de questionário específico para cada relatório produzido, denominada Ficha de Monitoração da Qualidade de Relatórios de Inteligência, na qual o usuário avalia os quesitos relevância, oportunidade, imparcialidade, amplitude, clareza e concisão, e se o documento satisfaz plenamente, parcialmente ou não as suas necessidades. Tendo em vista os resultados alcançados a partir da avaliação do usuário, constata-se que o Programa vem atendendo às necessidades e exigências do usuário. Apesar disso, a metodologia de avaliação encontra em contínuo aperfeiçoamento.

A gestão do Programa prevê a realização de reuniões mensais destinadas a acompanhar os resultados obtidos na execução, bem como os níveis de cumprimento das metas físicas e financeiras fixadas, paralelamente à alocação de recursos orçamentários. Essa prática tem permitido a correção de rumos e, eventualmente, redimensionamento de metas ou realocação de recursos, especialmente quando da ocorrência de contingenciamentos ou fatos novos não previstos na fase de planejamento das ações e metas a serem alcançadas. Paralelamente, são realizados encontros regionais com as Superintendências da ABIN, além de um encontro anual em Brasília. Essas ações poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal como boas práticas de gestão.

NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM)

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Roberto de Souza Cury

OBJETIVO

Reintegrar o jovem ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e ação comunitária. Público-AlvoJovens que possuam entre 18 e 24 anos, que tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental, mas não tenham finalizado a 8ª, e que não tenham vínculo formal de emprego na data da inscrição a uma das vagas disponibilizadas pelo Programa.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 208.844.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 148.179.107,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 148.179.107,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Certificação dos Alunos Matriculados no ProJovem por Capital - Porcentagem	-	-	-	77.00	60.00	128,33%
2. Taxa de Cobertura da População Atendida no ProJovem por Capital - Porcentagem	-	-	14.00	20.00	20.00	100%

1. TAXA DE CERTIFICAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PROJOVEM POR CAPITAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Esse índice foi apurado considerando-se o número de jovens aptos à certificação, ou seja, que atenderam às especificidades do Programa, concluíram a unidade formativa IV e realizaram o Exame Nacional Externo ao final do curso previsto. Dessa forma, os resultados superaram a expectativa inicial, certificando 77% dos alunos aptos a esse processo.

2. TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO PROJOVEM POR CAPITAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Conforme pode ser constatado pelo índice final apurado, os resultados almejados foram atingidos. Inclusive, é importante relatar que o Programa foi ampliado às cidades com

número igual ou superior a 200 mil habitantes das regiões metropolitanas das capitais dos Estados, elevando a taxa de cobertura da população atendida como um todo. Ao final, foram matriculados em todo Brasil, 234.569 jovens, sendo o número de inscritos igual a 409.757, bem superior ao esperado, o que, de certa forma, contribuiu para a ampliação do Programa no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo 2000, mais de 33 milhões de brasileiros compõem hoje o segmento juvenil na faixa etária de 15 a 24 anos, dos quais 80% vivem na área urbana. Os jovens representam cerca de 20% da população brasileira. O aumento do desemprego, da informalidade e da concentração da ocupação nos baixos níveis de renda não atinge de maneira uniforme os vários segmentos populacionais. Além das mulheres, dos negros e das pessoas com mais de 40 anos, os jovens são particularmente afetados pela dinâmica do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, 17 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, contingente correspondente a mais da metade do total de jovens, não estudavam, com o agravante de que há maior presença dos que não estudam entre o conjunto dos jovens ocupados: 10,6 milhões trabalham, mas não estudam. Por outro lado, 35,3% dos jovens inativos não estudam. Isso significava que 4,5 milhões de brasileiros de 15 a 24 anos não trabalham, não estudam e nem procuram emprego, o que é equivalente a 13,6% de todos os jovens no País.

O ProJovem caracteriza-se por ser uma iniciativa de gestão compartilhada no âmbito do Governo Federal, com a participação de quatro Ministérios: a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que o coordena, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A organização de sua gestão conta com um Comitê Gestor coordenado pela SGPR e integrado pelos Ministérios parceiros. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica também composta por representantes da SGPR e dos três Ministérios. Além disso, o Programa é executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras e com 34 cidades das regiões metropolitanas das capitais.

A concepção do ProJovem também é inovadora, pois proporciona formação integral ao jovem por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional com certificação de formação inicial e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar e cria uma organização curricular inovadora e flexível, aliando teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. Assim, a integração se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Expansão do ProJovem a 16 Municípios capitais, ampliando, com isso, o atendimento a mais 34.700 jovens que compõem o público-alvo do ProJovem. Essa nova fase de implantação ocorreu em capitais que já haviam cumprido metas firmadas em convênios de 2005.

• De forma geral, de 2005 a 2007, foram inscritos 409.757 jovens e, segundo o banco nacional de dados do ProJovem, 234.569 alunos foram matriculados (199.736 jovens nas capitais e no Distrito Federal e 34.833 nas cidades das regiões metropolitanas das capitais).

• Edição e distribuição de mais quatro números da Revista Estação Juventude, (total de 80 mil exemplares em cada edição), totalizando seis números editados desde sua criação. A Revista tem como objetivo levar aos jovens participantes do ProJovem, informações atualizadas sobre cidadania, educação, cultura e saúde a partir de uma proposta alternativa de entretenimento por meio da leitura, instituindo um canal de comunicação entre o ProJovem e o seu público (estudantes, coordenadores, professores e técnicos).

• Encontro dos Gestores Municipais do ProJovem, reunindo os Secretários Municipais, gestores do Programa no âmbito das 26 capitais brasileiras e do Distrito Federal com os objetivos de analisar os resultados da avaliação externa do Programa nas capitais, realizada pela rede de universidades federais que compõem o Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem (SMA), de discutir temas relevantes para o aperfeiçoamento da gestão do ProJovem e de analisar e discutir dados da implementação do Programa e estratégias de expansão. Ao final da reunião, os gestores presentes decidiram: pela expansão da meta inicial já alcançada (Aracaju, Belo Horizonte, João Pessoa, Manaus, Natal, São Luis, Teresina e Recife), pelo cumprimento e expansão da meta acordada (Boa Vista, Cuiabá, Curitiba Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Macapá, Maceió, Palmas, Porto Velho, Salvador e Vitória) e apenas pelo cumprimento da meta inicialmente conveniada (Belém, Campo Grande, Distrito Federal, Porto Alegre e Rio de Janeiro).

• Realização de outros encontros com o objetivo de apoiar a implantação do Programa, tais como:

a) Encontro dos Coordenadores Municipais;

b) Encontro de Avaliação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;

c) Lançamento do Programa de Políticas para Juventude;

d) Elaboração dos Anais da Avaliação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;

e) I Oficina para Produção do Material Didático - ProJovem Urbano.

• I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. A Conferência é um espaço voltado à participação da sociedade civil, especialmente dos jovens, no processo de afirmação, promoção e consolidação das políticas públicas de juventude, além de ser um meio para a realização de uma comunicação intergeracional, visando aprimorar e dar subsídios à avaliação da Política Nacional de Juventude e seus programas com atenção especial para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), corroborando para o cumprimento do §1º do artigo 1º da Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005.

• Aperfeiçoamento da página do ProJovem na Internet, oferecendo todos os livros e vídeos utilizados em sala de aula, documentos, como o Projeto Pedagógico Integrado (PPI), leis e manuais, cidades participantes com os endereços, telefones, pessoas e instituições responsáveis pela execução do Programa em cada um dos Municípios, a agenda com as datas, locais e eventos relacionados ao Programa que acontecem em todo o Brasil, cadastro do visitante, boletim eletrônico, álbum de fotos, organizado em ordem cronológica, com o registro de eventos e atividades nos Municípios e, ainda outras facilidades.

Considerando a matrícula total obtida pelo Programa, de 2005 a 2007, 199.736 jovens nas capitais e no Distrito Federal e 34.833 nas cidades das regiões metropolitanas das capitais e com base nos resultados obtidos de jovens certificados (77%), pode-se afirmar que o Programa alcançou os resultados almejados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Participam da implementação do ProJovem, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como concedente, a SGPR, como interveniente, e os entes federados, como convenentes.

Considerando que grande parte das ações do ProJovem são executadas por outros Ministérios gestores do Programa, e não pela Presidência da República, tem-se que a organização da gestão do ProJovem conta com um Comitê Gestor, coordenado pela SGPR e integrado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (tem) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica composta por representantes da SGPR e dos três Ministérios parceiros. Foram realizadas reuniões periódicas do Comitê Gestor e da Comissão Técnica para o planejamento e o acompanhamento do Programa.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões com as universidades que compõem o SMA, e reuniões mensais com a central de atendimento e demais Ministérios gestores do Programa. As universidades do SMA, a Coordenação Nacional e os Ministérios gestores do Programa também realizam visitas, supervisões, acompanhamentos e avaliações qualitativas de todos os processos de implantação e implementação do Programa nos Municípios parceiros.

Para garantir a utilização correta dos recursos públicos e o monitoramento das ações, o SMA integra e produz as informações necessárias aos núcleos, estações juventude, coordenações municipais e coordenação nacional, para fins acadêmicos e administrativos.

Os recursos alocados para o Programa foram suficientes para atender as despesas durante o exercício financeiro. No entanto, a descontinuidade na liberação dos recursos dificultou o cumprimento da programação física do Programa, devido à ocorrência de demora na aprovação de alterações orçamentárias no Congresso Nacional. A liberação dos recursos efetivada no final do exercício financeiro não foi utilizada devido ao exíguo prazo de execução.

As prefeituras parceiras podem fazer ajustes no cronograma e com isso a matrícula e o posterior ingresso dos alunos sofrem alteração, o que ocasiona menor necessidade de recursos para pagamento de auxílio financeiro aos jovens. Esse fato gera uma readequação do orçamento destinado à ação de pagamento do benefício.

No caso específico da Ação de Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico, a execução foi inferior a 60%, uma vez que o pregão eletrônico apresentou um preço bem inferior ao planejado. Esse fato pode ser considerado um ganho para a União e representa, independente do baixo valor executado, um ponto positivo para a avaliação do Programa. Em referência à ação de pagamento de auxílio financeiro, tem-se que a meta física calculada apresenta quantitativo bem superior ao planejado. Foram beneficiados aproximadamente 67 mil jovens em 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O ProJovem não tem parcerias com organizações não-governamentais (ONG). Entretanto, a Coordenação Nacional firmou, desde a implantação do Programa, parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa parceria é de fundamental importância, do ponto de vista de contribuição técnica, para a Secretaria Nacional de Juventude e tem o objetivo de fortalecer e de aprimorar políticas voltadas para a juventude. Outra instituição parceira é a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), que desenvolve, desde 1999, projetos nas áreas de educação, cultura e trabalho com o Governo Federal, governos estaduais e prefeituras municipais para atuação na formação continuada de professores da educação básica e profissionais das áreas de trabalho e cultura. No ProJovem, essa instituição atua na formação dos formadores dos educadores e coordenadores locais. Portanto, as parcerias realizadas têm sido boas para a execução do Programa.

A participação social ocorre, principalmente, por meio do Conselho Nacional da Juventude, que é um órgão colegiado integrante da estrutura básica da SGPR, composto por representantes de órgãos governamentais e representantes da sociedade civil. Tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil e o incentivar intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O ProJovem se insere na Política Nacional de Juventude do Governo Federal como um dos principais programas.

O SMA realiza uma série de atividades específicas de supervisão, monitoramento e avaliação, inclusive de satisfação dos beneficiários. Além disso, a central de atendimento do ProJovem (0800) realiza constantemente pesquisa dos usuários no sentido de verificar as principais demandas, dúvidas, reclamações, elogios, sugestões, etc. dos alunos em relação ao Programa, inclusive fazendo ligações aos jovens (consulta ativa). O sítio do ProJovem também procura registrar as colocações feitas pelo público em geral. Com isso, o Programa atua de forma preventiva e rápida na resolução de problemas que possam vir a ocorrer pelas mais diversas razões.

A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar e cria uma organização curricular inovadora e flexível, aliando teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. Assim, a integração se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos. Dessa forma, a concepção do ProJovem é inovadora, pois proporciona formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional com certificação de formação inicial, e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que a Política Nacional de Juventude é norteada por duas noções fundamentais: gerar oportunidades e assegurar direitos. Com o ProJovem Integrado, que entra em vigor a partir de 2008, o governo pretende ampliar significativamente o número de jovens beneficiados com formação profissional, elevação da escolaridade e desenvolvimento humano.

PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Julia Moutinho de Castro

OBJETIVO

Garantir o conhecimento e o cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e assim fazer com que o respeito à ética ocorra em todo o funcionalismo público.

PÚBLICO-ALVO

Alta Administração Federal, membros das comissões de ética previstas no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 433.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 325.870,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 325.870,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE CONFIANÇA NA CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 21 de novembro de 2007, no memorando 101/2007-SE/CEP, foi solicitado à Secretaria de Administração/CC/PR a ampliação do limite orçamentário e financeiro para adequação à Lei nº 11.556, de 20 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de novembro de 2007, que trata de acréscimo orçamentário para a Pesquisa sobre Valores Éticos. Em 23 de novembro de 2007 foi ampliado o limite orçamentário (Memorando 283/2007-DIROF/SA/SE-PR) no valor de R$ 153.000,00 para a pesquisa, a descentralização foi atendida por intermédio da NC 249, de 23 novembro de 2007. A Comissão de Ética Pública foi autorizada, pela dispensa de Licitação nº 390/2007, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2007, a contratar a Fundação Universidade de Brasília (FUB) para realizar a pesquisa no valor de R$144.375,00. Está em curso no ano de 2008 a realização da pesquisa, que prevê a apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa se faz necessário devido à baixa confiança da sociedade no caráter ético da conduta dos agentes públicos em razão do baixo conhecimento e cumprimento do padrão ético, o que compromete a efetividade organizacional e enfraquece a democracia. São condicionantes do Programa:

a) a estrutura federativa republicana, em que as administrações públicas das diferentes esferas de poder e níveis de governo são independentes entre si;

b) o apoio da sociedade;

c) a adesão dos agentes públicos;

d) a proteção aos envolvidos, sejam denunciantes, denunciados, membros de comissões de ética, comissões de sindicância e inquérito;

e) o comprometimento das lideranças;

f) o marco normativo que regula a atuação das entidades com responsabilidades em gestão da ética e a estrutura de administração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• As autoridades vinculadas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF) estão em sua totalidade abrangidas pelos trabalhos da Comissão, sendo 100% das declarações sobre conflitos de interesses analisadas.

• O número de pessoas capacitadas excedeu a meta prevista (515 pessoas capacitadas para 450 pessoas previstas) sendo, principalmente, integrantes de comissões de ética e representantes da Comissão de Ética Pública (CEP) nos órgãos e entidades.

• As autoridades vinculadas ao CCAAF estão em sua totalidade abrangidas pelos trabalhos da CEP, ficando o objetivo do Programa mais provável de ser atingido. Todos os treinamentos e eventos previstos foram realizados, vários excedendo as metas previstas, devido ao trabalho junto à Escola de Administração Fazendária (ESAF) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento das realizações físicas das ações são realizados por meio das reuniões de trabalho, com periodicidade mensal, que permite avaliar o desempenho das ações do Programa que é monitorado de acordo com o Plano

Gerencial da Comissão de Ética Pública, e semanal por parte da Secretaria Executiva, e diário por parte do gerente executivo do Programa, além do sistema informatizado Infoetica que apóia o monitoramento das ações do Programa.

O cumprimento das metas físicas ultrapassou os 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O número de pessoas capacitadas excedeu a meta prevista de 450 para 515 pessoas. A ação de disseminação do código excedeu a meta prevista de 1.515 para 3.663 agentes públicos orientados.

A meta financeira total realizada passou de 40% em 2004 para 57% em 2005, 71% em 2006 e 72% em 2007, sem aumento da estrutura da Secretaria Executiva da CEP e, dessa forma, os recursos orçamentários foram considerados insuficientes e não houve compatibilidade do fluxo de liberação dos recursos com a Programação física que sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Os recursos materiais, a infra-estrutura, a quantidade de recursos humanos e a capacitação na equipe gerencial e nas equipes executoras foram considerados insuficientes.

A dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais assim como em licitações e celebração de contratos frustrou a plena realização das metas propostas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Com relação à participação social, a CEP recebe denúncias e presta orientações. Há atividades conjuntas, em eventos, com organizações não-governamentais, tais como a Transparência Brasil e o Instituto Ethos. Cabe ressaltar que a CEP é composta por sete membros escolhidos e designados pelo Presidente da República dentre brasileiros dotados de notórios conhecimentos da Administração Pública Federal, de reputação ilibada e de idoneidade moral, não recebendo qualquer remuneração, sendo os trabalhos desenvolvidos considerados de relevante serviço público.

As contribuições da participação trouxeram maior legitimidade, credibilidade, visibilidade, transparência, responsabilização e conteúdo técnico nas ações da CEP.

São realizadas avaliações de impacto durante a execução dos cursos e seminários da ação de capacitação. Existe a intenção de avaliar a satisfação dos beneficiários em relação à execução do Programa nas pesquisas que venham a ser realizadas.

A adoção de normas de conduta ética pelas autoridades e servidores é uma boa prática, contínua e inovadora, implementada pelo Programa que poderia ser replicada na Administração Pública Federal.



SECRETARIAS ESPECIAIS

SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA

Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Desenvolvimento Sustentável da Pesca

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Brasil Quilombola

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho

Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Direitos Humanos, Direitos de Todos

Nacional de Acessibilidade

Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional



SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA

Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Desenvolvimento Sustentável da Pesca

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), foram utilizados **R$ 156.382.119,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 169.660.254,00	Realizado orçamentário:	R$ 156.382.119,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 169.660.254,00**	**Total realizado:**	**R$ 156.382.119,00**

Além disso, do total de **R$ 18.276.127,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 16.439.389,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da SEAP, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca	-	60,4%	66,2%	76,4%	69,3%
	1343 Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura	-	32,9%	19,2%	18,7%	22,8%
Finalístico Soma		**-**	**93,4%**	**85,3%**	**95,1%**	**92,1%**
Gestão de Políticas Públicas	1344 Gestão da Política Pesqueira	-	6,6%	14,7%	4,9%	7,9%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**-**	**6,6%**	**14,7%**	**4,9%**	**7,9%**
Total Global		**-**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

A cadeia produtiva da pesca encontrava-se desestruturada, principalmente no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que acarretava consideráveis perdas e desperdícios da produção nacional. Uma das preocupações da SEAP é garantir ações que possibilitem a ampliação, de forma sustentável, das capturas pesqueiras, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e distribuição dos benefícios da pesca (incremento de renda).

Os valores da produção aqüícola, quando comparados ao potencial disponível de trabalho humano para a atividade, à qualidade e quantidade de água, insumos e clima, entre outras vantagens comparativas, indicam que, em curto prazo de tempo, a atividade se transformará em importante fonte de geração de trabalho e renda, explorando áreas pouco utilizadas ou ainda sem utilização, como enseadas e baías litorâneas, grandes reservatórios, a região do Semi-árido, dentre outras.

Os principais resultados alcançados no âmbito das prioridades estratégicas definidas pela SEAP, em 2007, foram os seguintes:

a) crescimento de 36% na produção de pescado, de 777.844,5 toneladas (t) em 2006 para 1.061.316 t em 2007;

b) financiamento da ordem de R$ 11 milhões por meio da equalização da taxa de juros para ampliação e modernização da frota pesqueira;

c) pagamento de indenização a proprietários de 173 mil redes e a 531 compressores;

d) cadastramento/renovação de cerca de 600 mil pescadores;

e) recadastramento de 6.523 embarcações das diversas frotas pesqueiras, nacionalização de sete embarcações importadas;

f) produção de 271 mil toneladas de pescado oriundo da aqüicultura, equivalentes a 25,9% da produção total de pescados;

g) demarcação de parques aqüícolas em seis reservatórios de Usinas Hidrelétricas (UHE), Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Três Marias (MG), Furnas, Ilha Solteira (SP) e Itaipu (PR).

ASPECTOS RELEVANTES

A demarcação de parques aqüícolas em seis reservatórios de UHE, Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Três Marias (MG), Furnas, Ilha Solteira (SP) e Itaipu (PR) com uma área de 7.914 quilômetros quadrados (km²) de espelho d'água, contemplando 67 Municípios lindeiros aos reservatórios, cujas potencialidades para a aqüicultura deverão possibilitar a implantação de cerca de 10.000 empreendimentos, 500.000 tanques-rede de seis metros cúbicos (m³), com uma produção estimada de até 593.550 t.

Apoio à Assistência Técnica e Extensão Aqüícola e Pesqueira mediante a realização do I Encontro da Rede de Apoio a Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Pesqueira e Aqüícola, o que auxiliou a consolidação do Plano Nacional de Extensão Pesqueira e o fomento das Atividades Pesqueiras e Aqüícolas sob formas associativas.

Apoio aos Programas de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca no Brasil com o envio de informes estatísticos, biológicos e outras informações científicas para a conservação e o manejo das espécies de atuns e afins do Oceano Atlântico junto a Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT) e a realização de levantamento, processamento e disponibilização de informações sobre a atividade pesqueira industrializada nas regiões Sudeste e Sul, e operacionalização dos Programas Nacionais de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), como subsídios à SEAP e ao Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre práticas de captura, processamento, resfriamento e congelamento utilizado por embarcações pesqueiras brasileiras nos teores de histamina em peixes da família *scombridae*, de forma a cumprir as exigências da Comunidade Européia para a exportação de atuns pelo Brasil.

Produção de material de orientação de conservação do pescado a bordo e capacitação de técnicos do MAPA para realizar as análises e a contratação de dez projetos que envolvem a prática da aqüicultura sustentável, por meio de edital conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e estejam voltados para o uso e Conservação da Água no Meio Rural.

Registro Geral da Pesca (RGP) com a elaboração e disponibilização para consulta pública de novo sistema de permissionamento para embarcações pesqueiras.

Monitoramento da atividade pesqueira e aqüícola por meio de levantamento de dados da pesca e aqüicultura no litoral brasileiro e apoio à realização do Seminário Nacional de Monitoramento e Estatística da Atividade Pesqueira (Senape).

Transferência de tecnologias e a capacitação de mão-de-obra, entre os parceiros, com a implantação de 14 unidades demonstrativas (UD) num convênio com a Prefeitura Municipal de Quixadá (CE), e de outras 90 unidades com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) por meio do projeto Desenvolvimento de Comunidades Costeiras (DCC).

Estruturação do Programa Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves (PECMB), em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) de Santa Catarina e, contrato para fornecimento de 750 tanques-rede (apoio para oito UD) de dois tamanhos.

Melhoria dos critérios e procedimentos para concessão e/ou renovação das licenças de pesca, assim como revisão de metodologias e internalização de lições aprendidas visando o aperfeiçoamento do sistema nacional de estatística pesqueira e aqüícola. Todos os projetos de pesquisa apoiados foram iniciados a partir de outubro de 2007, tendo perspectivas de conclusão somente em 2009.

Implantação de terminal pesqueiro com destaque para a reforma do terminal pesqueiro de Santos (SP), a construção do Terminal Pesqueiro Público (TPP) de Cabedelo (PB), a reforma e ampliação do TPP de Camocim (CE) e de Jacundá (PA), a aquisição de terreno do TPP do Rio de Janeiro (RJ), e estudos técnicos do TPP de Angra dos Reis (RJ) e Niterói (RJ).

Apoio ao funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira destacando-se a execução do projeto Feira do Peixe, a aquisição de equipamentos e fábricas de gelo, obras e serviços de engenharia da unidade de beneficiamento de pescado de Porto Nacional (TO) e a construção de unidade de beneficiamento de Caraúbas (RN).

Equalização da taxa de juros em financiamento ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota - Pesqueira), conforme estabelecido na Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004, com desembolso em 2007 de R$11.000.000,00 referentes à equalização da taxa de juros com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Pagamento de indenização a proprietários de redes caçoeiras ou de compressores de ar utilizados na pesca da lagosta, nos termos da Lei nº 11.524, de 24 de setembro 2007, no montante de 12.110.654,19 metros (m) de redes que equivalem a 173 mil redes, além de 531 compressores de ar. Com tamanho esforço de pesca praticado na captura da lagosta, era praticamente impossível qualquer tentativa de sustentabilidade da pescaria, por isso a importância da atuação do Governo Federal em adotar medidas de ordenamento consideradas mais drásticas pelo setor pesqueiro.

Capacitação de profissionais em pesca com o desenvolvimento do Plano de Valorização e Formação do Pescador (PVFP) que prevê cursos de alfabetização e qualificação em três módulos e em oito Estados atendendo a 9.266 pescadores. A conclusão da meta física, representada pela execução do terceiro módulo, está prevista para o primeiro semestre de 2008.

Os principais desafios enfrentados pela SEAP estão associados à criação de condições para que o setor possa se desenvolver de forma sustentável e referem-se às questões orçamentárias, de readequação da estrutura organizacional e a unificação de competências de órgãos e entidades relacionadas na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola brasileira.

A questão orçamentária é limitante frente à grande demanda do setor, bem como àquilo que a SEAP tem condições de atender com os recursos disponíveis. No que se refere à requalificação e readequação da estrutura e funcionamento da Secretaria, tem-se a necessidade do fortalecimento da estrutura central e dos escritórios estaduais, no sentido de atender necessidades como ampliação do quadro de pessoal - técnico e administrativo, ampliação do espaço físico, readequação da infra-estrutura, além de questões relacionadas à limitada autonomia administrativa nos escritórios estaduais, atualmente centralizada nas Superintendências Federais de Agricultura (SFA) do MAPA.

O atendimento a essas necessidades terá reflexos diretos na gestão das políticas de respostas às demandas sociais do setor aqüícola e pesqueiro, na execução das políticas de forma integrada aos demais programas governamentais e na gestão baseada em padrões de transparência, efetividade, eficiência, eficácia, participação e controle social.

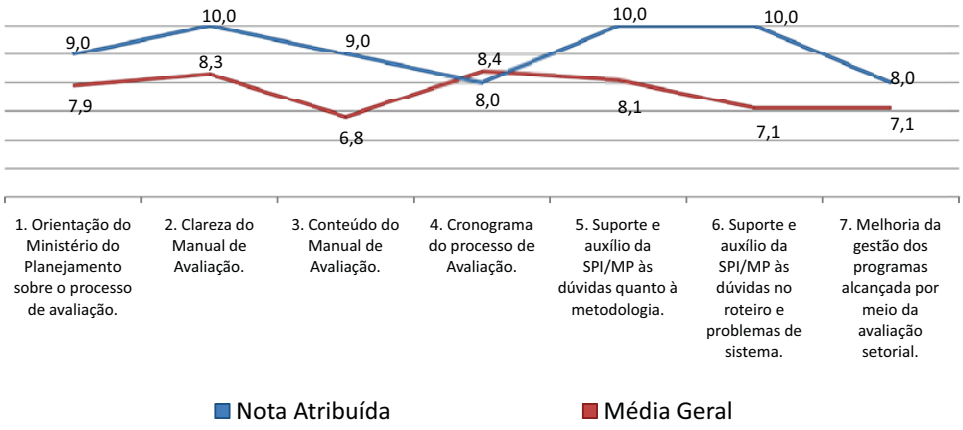
Quanto à questão das competências necessárias à SEAP para gestão do desenvolvimento da aqüicultura e da pesca, as mesmas estão atualmente compartilhadas em temas como fiscalização, abastecimento, fomento ao cooperativismo, pesquisa e gestão, distribuídos no âmbito de atuação, além do MAPA, dos seguintes entes: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Marinha do Brasil (MB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério

de Minas e Energia (MME), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério da Integração Nacional (MI), Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Há necessidade de trabalhar questões como ordenamento e normatização do setor, autorização de uso das águas da União, acesso ao crédito, capacitação e formação profissional, assistência técnica e extensão, além da pesquisa científica aplicada, numa instância colegiada para o setor pesqueiro e aqüícola nos estados, a exemplo do que ocorre a nível nacional com o Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE).

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela SEAP mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pela SEAP e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

João Felipe Nogueira Matias

OBJETIVO

Desenvolver a maricultura e a aqüicultura continental para o crescimento da produção de pescado, aumentando a oferta de emprego e melhoria da renda dos povos litorâneos, ribeirinhos e produtores rurais.

PÚBLICO-ALVO

Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais litorâneas, associações e cooperativas de produtores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 29.077.669,00	Empenho Liquidado:	R$ 25.251.302,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 25.251.302,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produção de Pescado Oriunda da Aqüicultura - Tonelada/Ano	-	269.697,50	-	271.694,50	-	-
2. Produto Interno Bruto - PIB Aqüicola – R$ milhões	-	1.281,12	-	1.017,59	2.747,09	37,04%

1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA AQÜICULTURA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A produção aqüícola brasileira transpôs o patamar das 270 mil toneladas, passando a contribuir com 25,9% da produção total de pescados do País. As estatísticas oficiais construídas pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) do Paraná e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de outros parceiros, mostram crescimento da ordem de 5,4%, numa fase difícil para os setores produtivos primários, os quais sofreram com a desvalorização do dólar e as decorrentes dificuldades para exportar, além da necessária adequação dos produtos ao mercado interno.

2. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB AQÜÍCOLA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

-Análise e Justificativa:

Pela primeira vez os órgãos oficiais divulgam estimativas de valor da produção pesqueira e aqüícola nacional. Indica-se valor de R$ 1.017.585.900,00, bastante próximo das estimativas realizadas por extrapolações de valores médios obtidos da Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), algo em torno de R$ 1.049,53 milhões, para as 271.694,50 toneladas (t) obtidas. Apesar do crescimento observado na produção total, os produtos do grupo peixes têm menor valor venal que o dos crustáceos (camarões). A carcinicultura brasileira ainda não se refez dos impactos causados por problemas sanitários, tais como, o vírus da mancha, a síndrome de taura bem como pelas medidas antidumping adotadas pelos Estados Unidos da América (EUA) para proteger os pescadores de camarão do Golfo do México.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe claro paradoxo entre o nível da produção e a potencialidade para desenvolvimento da aqüicultura. A produção aqüícola em 2003 foi de aproximadamente 312.000 t, gerando em torno de 500 mil empregos diretos e indiretos. Esses valores, quando comparados ao potencial disponível de trabalho humano para a atividade, à qualidade e à quantidade de água, aos insumos e ao clima, entre outras vantagens, indicam que, e curto prazo de tempo, a atividade pode transformar-se em importante geradora de trabalho e renda, explorando áreas pouco utilizadas ou ainda sem utilização, como enseadas e baías litorâneas, grandes reservatórios, a região do Semi-árido, entre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Produção de 271 mil toneladas de pescado oriundo da aqüicultura, equivalentes a 25,9% da produção total de pescados.

- Demarcação de parques aqüícolas em seis reservatórios de Usinas Hidrelétricas (UHE), Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Três Marias (MG), Furnas, Ilha Solteira (SP) e Itaipu (PR).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A demarcação de parques aqüícolas em seis reservatórios de UHE, Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Três Marias (MG), Furnas, Ilha Solteira (SP) e Itaipu (PR), com uma área de 7.914 quilômetros quadrados (km²) de espelho d'água, contemplando 67 Municípios lindeiros aos reservatórios, cujas potencialidades para a aqüicultura deverão possibilitar a implantação aproximada de 10.000 empreendimentos, 500.000 tanques-rede de seis metros cúbicos (m³), com produção estimada de até 593.550 t.

A Ação de Unidades Demonstrativas (UD) foi também um dos pontos altos do Programa, possibilitando a transferência de tecnologias e a capacitação de mão-de-obra com destaque para as parcerias com a Prefeitura Municipal de Quixadá (CE) para implantação de 14 unidades, com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/FAO) por meio do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Costeiras (DCC) para a implantação de 90 unidades e com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) do Governo do Estado de Santa Catarina (SC) para a estruturação do Programa Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves (PECMB/SC) e contrato para fornecimento de 750 tanques-rede (apoio para oito UD) de dois tamanhos.

Os resultados alcançados pelo Programa superaram em 80% as previsões para o ano de 2007, levando-se em consideração os desempenhos físicos e financeiros das ações que compõem o Programa. É importante evidenciar que as ações com execução financeira plena acusem execução física baixa ou nula, quando a implementação depende de fatores externos ou são necessários prazos maiores para consecução.

Todas as ações do Programa têm grande aderência ao seu público-alvo que, por fim, são os aqüicultores. Em particular, a SEAP tem envidado esforços no sentido de promover a inclusão e o resgate social de pescadores, pequenos agricultores e atingidos por barragens. As ações do Programa alcançaram também os povos indígenas e enfocaram questões de gênero. É fato que o mecanismo de execução por meio de parcerias potencializou o Programa e aportou recursos de outras fontes.

São perceptíveis a satisfação dos beneficiários do Programa e sua adequação às demandas, tendo a aferição no Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE), nas conferências, tanto nacional quanto estaduais, nas listas de discussão e nos demais fóruns que a SEAP promove e participa. As demandas são superiores à capacidade orçamentária do Programa.

Embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não prejudicou decisivamente a execução programada. Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa.

A equipe gerencial resume-se aos próprios gestores, não havendo pessoal técnico especializado, em quantidade adequada, para monitorar e acompanhar a execução das ações do Programa. A SEAP tem optado por fazer parcerias com vistas a minimizar essa restrição.

A capacitação continuada da equipe gerencial é um fator relevante para o sucesso do Programa, assim a não programação de forma institucionalizada gera situações em que as capacitações ocorrem sem metas a médio e longo prazo para formação de gestores.

São freqüentes as dificuldades para firmar parcerias em função do inadimplemento. Isso se agrava ao tentar atender às prefeituras pequenas e às associações ou às cooperativas de pequenos produtores, onde um dos maiores problemas para atendimento às demandas desses beneficiários é a dificuldade e os custos para obtenção da licença ambiental. Praticamente toda a execução do Programa é efetuada de maneira descentralizada.

Em princípio a execução do conjunto de ações do Programa alcançou bons resultados em 2007, todavia, a possibilidade de executar os recursos sem prévia autorização ou articulação com o gerente suscita um risco ao alinhamento das políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola em cada Ministério que compartilha temas relacionados ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aqüicultura.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais na sua implementação, mediante a descentralização de recursos para a execução de projetos específicos, tendo-se observado, como fatores comuns, problemas gerenciais e dificuldades para efetivação dos processos de prestação de contas.

A participação social é realizada periodicamente nas conferências nacionais e estaduais de aqüicultura e pesca por meio de audiências públicas. Outra forma de participação são as reuniões periódicas do CONAPE e suas comissões.

A gerência do Programa enfatiza a necessidade de que sejam promovidas gestões de forma a alocar servidores dos novos concursos das carreiras de gestores e analistas de planejamento e orçamento na SEAP, bem como melhorar os mecanismos para celebração de convênios, com programação de atividades que contemple a capacitação permanentemente da equipe gerencial e assegure maior agilidade no processo de licenciamento ambiental.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA

GERENTE DO PROGRAMA

Karim Bacha

OBJETIVO

Desenvolver a cadeia produtiva da pesca.

PÚBLICO-ALVO

Pescadores artesanais e industriais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 108.735.001,00	Empenho Liquidado:	R$ 102.445.943,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 102.445.943,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produção de Pescado Oriunda da Pesca - Tonelada/Ano	-	746.216,50	777.844,50	1.061.316,00	-	-
2. Produto Interno Bruto - PIB Pesqueiro – R$ milhões	-	-	-	-	4.593,02	-

1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA PESCA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A produção e o consumo interno de pescado vêm crescendo de maneira uniforme, baseada em uma política de sustentabilidade na qual objetiva-se garantir a melhoria da renda do pescador brasileiro, observando sempre o esforço de pesca. O índice apurado para 2007, que se encontra em fase de finalização, aponta um resultado que é fruto de um processo de estruturação da pesca no Brasil, processo este que ainda está em formação, desde a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) em janeiro de 2003.

2. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB PESQUEIRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ainda não se dispõe de dados consolidados, que possibilitem a apuração do índice desse indicador, observando-se que o setor pesqueiro no Brasil ainda encontra-se em processo

de estruturação, com a consolidação de políticas voltadas ao setor, dentre elas esta o levantamento da produção pesqueira. Este levantamento esta sendo realizado pela SEAP, e deverá apresentar informações sobre a produção pesqueira até fim de 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A cadeia produtiva da pesca encontra-se desestruturada, principalmente no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que vem acarretando consideráveis perdas e desperdícios da produção nacional, a qual, em 2002, foi de 755.282 t, das quais 515.866,5 t provenientes da pesca extrativa marinha e 239.415,5 t da pesca extrativa continental. Uma das preocupações da SEAP é garantir ações que possibilitem a ampliação, de forma sustentável, das capturas pesqueiras, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e distribuição dos benefícios da pesca (incremento de renda).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Crescimento de 36% na produção de pescado de 777.844,5 t em 2006 para 1.061.316 t em 2007.

- Financiamento da ordem de R$ 11 milhões por meio da equalização da taxa de juros para ampliação e modernização da frota pesqueira.

- Pagamento de indenização a proprietários de 173 mil redes, e a 531 compressores.

- Cadastramento/renovação de cerca de 600 mil pescadores, recadastramento de 6.523 embarcações das diversas frotas pesqueiras e nacionalização de sete embarcações importadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa obteve destaque em várias ações relacionadas à atividade pesqueira, com foco em políticas estruturantes de ordenamento e fomento da atividade pesqueira, pautando desde ordenamento, atividade pesqueira (lagosta), implantação de terminais pesqueiros públicos, até o financiamento público de embarcações pesqueiras. Dentre as ações do Programa pode destacar-se:

a) implantação de terminal pesqueiro por meio de reforma do terminal pesqueiro de Santos (SP), da construção do Terminal Pesqueiro Público (TPP) de Cabedelo (PB), e reforma e ampliação do TPP de Camocim (CE), de Jacundá (PA) e do Rio de Janeiro (RJ). Realização de estudos técnicos do TPP de Angra dos Reis (RJ) e de Niterói (RJ);

b) apoio ao funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira, com a execução do projeto Feira do Peixe, com projetos de desenvolvimento da pesca artesanal, aquisição de equipamentos e fábricas de gelo. Realização de

obras e serviços de engenharia da unidade de beneficiamento de pescado de Porto Nacional (TO) e construção de unidade de beneficiamento de Caraúbas (RN);

c) equalização da taxa de juros em financiamento ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota - Pesqueira), Lei nº 10.849 de 23 de março de 2004, no total pago em 2007 de R$11.000.000,00 referentes à equalização da taxa de juros com a Caixa Econômica Federal (CEF);

d) pagamento de indenização, em 2007, a proprietários de redes caçoeiras ou de compressores de ar utilizados na pesca da lagosta referente a 12.110.654,19 metros (m) de redes que equivalem a 173 mil redes, além de 531 compressores de ar. Em relação à quantidade de redes recolhidas quando da indenização do petrecho e das ações de fiscalização, o número chega a mais de 12 mil quilômetros (km), ou seja, existiam no mar, redes em quantidade suficiente para cobrir todo o litoral do Brasil e mais um terço da costa brasileira. Com tamanho esforço de pesca praticado na captura da lagosta, era praticamente impossível qualquer tentativa de sustentabilidade da pescaria, por isso a importância da atuação do Governo Federal em adotar medidas de ordenamento consideradas mais drásticas pelo setor pesqueiro;

e) desenvolvimento do Plano de Valorização e Formação do Pescador (PVFP) que prevê cursos de alfabetização e qualificação em três módulos e em oito Estados atendendo a 9.266 pescadores, cuja conclusão da meta física se dará com a realização do terceiro módulo que está previsto para o primeiro semestre de 2008.

Os resultados alcançados pelo Programa superaram em 80% o previsto para o ano de 2007, tomando-se como base a execução física e financeira de suas ações, com constatação de que ações com execução financeira plena apresentem execução física baixa ou nula, quando a implementação das mesmas depende de fatores externos à SEAP ou requerem maior prazo para consecução.

Devido à dimensão geográfica e características naturais do Brasil, com extenso litoral e grande quantidade de rios e lagos, o desenvolvimento da pesca é um desafio, que se orienta pela busca de solução plausível para a elevação da renda e melhoria qualitativa de vida dos pescadores. Os recursos disponibilizados são insuficientes frente ao tamanho desse desafio que é imposto à pesca no Brasil.

Todas as ações do Programa têm grande aderência ao seu público-alvo, com ênfase no sentido de promover a inclusão e o resgate social de pescadores artesanais. É fato que o mecanismo de execução por meio de parcerias potencializou o Programa e aportou recursos de outras fontes.

A satisfação dos beneficiários do Programa e sua adequação às demandas são percebidas e aferidas pelo Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE) e nas conferências tanto nacional quanto estaduais.

A equipe gerencial resume-se aos próprios gestores, com limitada quantidade de pessoal técnico-especializado para monitorar e acompanhar a execução das ações. Ressalta-se a necessidade de exclusiva dedicação, haja vista que a equipe, extremamente reduzida, torna-se insuficiente para conseguir satisfazer todas as demandas do órgão.

Não existe um programa continuado de capacitação da equipe gerencial, sendo que as capacitações ocorrem sem metas de médio e longo prazo para formação de gestores.

São freqüentes as dificuldades para firmar parcerias em função do inadimplemento. Isso se agrava quando é tentado atender às prefeituras pequenas e associações ou cooperativas de pescadores.

A execução de ações do Programa tem sido prejudicada pela lentidão no processo de licenciamento ambiental. Por se tratar de ações que visam explorar recursos naturais, são inevitáveis os conflitos quanto à necessidade ou não de licenciamento ambiental.

Em princípio a execução do conjunto de ações do Programa alcançou bons resultados em 2007, todavia, a possibilidade de executar os recursos sem prévia autorização ou articulação com o gerente suscita um risco ao alinhamento das políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola em cada Ministério que compartilha temas relacionados ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aqüicultura.

O atraso na liberação de recursos financeiros tem contribuído para o aumento das dificuldades na implementação das ações inicialmente planejadas. Outra restrição derivara dos conflitos de competência entre órgãos do Governo, bem como entre o setor produtivo e setores ambientais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias com entidades não-governamentais são instrumentos importantes para o desenvolvimento de políticas públicas do setor pesqueiro, que ocorrem por meio de convênios ou de acordos com instituições internacionais.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) audiência pública, que é um meio importante e útil para estabelecer o diálogo entre a SEAP e a sociedade;

b) consulta pública, que visa obter sugestões e opiniões da população local onde haverá a plantação de determinado projeto;

c) reunião com grupos de interesse, em que a SEAP mantém diálogo permanente com entidades representativas de classe e entidades científicas nacionais e internacionais como a Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT);

d) discussão em conselho setorial, como o CONAPE que é formado por representantes de todos os setores ligados a pesca, é órgão essencial à definição de políticas e objetivos a serem alcançados.

Em razão desses diversos aspectos e as principais restrições constadas em 2007, a gerência do Programa tem o entendimento de que há a necessidade de promover gestões para:

a) adequar a infra-estrutura física para atender o aumento da demanda da SEAP;

b) alocar servidores dos novos concursos das carreiras de gestores e analistas de planejamento e orçamento na SEAP;

c) buscar sinergia com outros órgãos da administração pública;

d) melhorar os mecanismos para celebração de convênios;

e) estabelecer os meios para realização de capacitação permanente da equipe gerencial;

f) agilizar as liberações dos recursos;

g) melhorar o tempo para a obtenção de licenciamento ambiental.



SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Brasil Quilombola

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foram utilizados **R$ 25.251.475,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 34.597.463,00	Realizado orçamentário:	R$ 25.251.475,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 34.597.463,00**	**Total realizado:**	**R$ 25.251.475,00**

Além disso, do total de **R$ 532.139,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 340.186,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da SEPPIR, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1336 Brasil Quilombola	0,0%	49,2%	60,2%	44,5%	43,9%
Finalístico Soma		**0,0%**	**49,2%**	**60,2%**	**44,5%**	**43,9%**
Gestão de Políticas Públicas	1152 Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial	100,0%	50,8%	39,8%	55,5%	56,1%
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

De modo geral, os principais resultados alcançados pela SEPPIR, em 2007, foram:

a) regularização Fundiária com a titularização de quatro comunidades. Até 2007, 145 comunidades já possuíam o título de suas terras, o que representa 2.187 famílias com o direito de posse e domínio sobre a terra. Outras 6.209 famílias já têm as áreas de suas terras reconhecidas por estudos concluídos e publicados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e, atualmente, há 594 territórios em processo de regularização;

b) beneficiamento de 20 comunidades quilombolas por meio das ações de desenvolvimento local do Projeto Geração de Renda em Quilombos, implementação de ações de etnodesenvolvimento em 378 comunidades quilombolas, estabelecimento de convênio entre a Fundação Cultural Palmares e a Associação Comunitária Ecológica do Vale do Guaporé (Ecovale) para a formação de Agentes Quilombolas de Etnodesenvolvimento, apoio à organização coletiva dos(as) trabalhadores(as) em empreendimentos econômicos solidários,

visando o empoderamento dos beneficiários e a geração de trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável, por meio do Brasil Local, em 73 comunidades quilombolas de 24 unidades da Federação, beneficiando diretamente 3.000 quilombolas e indiretamente 15.000 quilombolas e atendimento a 54 comunidades quilombolas dos Estados do Maranhão (MA), Bahia (BA), Minas Gerais (MG) com o Projeto Energia Quilombola;

c) realização de obras de saneamento e rede de água em 92 comunidades quilombolas de 14 unidades da Federação, beneficiando 8.902 famílias quilombolas;

d) fortalecimento da Participação Política das Comunidades Quilombolas mediante apoio à realização de seminários, encontros, convenções; apoio à realização da Audiência Pública, promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), no dia 24.09.2007, que pautou os direitos quilombolas e as políticas públicas em implementação para esse segmento;

e) implantação de 184 equipes da Saúde da Família e da Saúde Bucal, em 134 Municípios, beneficiando 62.345 quilombolas;

f) atendimento a mais de 5.500 quilombolas com serviços de orientação, mediação e assistência jurídica, ações de acesso à documentação civil e de capacitação em direitos humanos;

g) realização do Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas para promover articulação e mobilização em defesa e para garantia dos direitos da Criança e Adolescentes Quilombolas, do Encontro Nacional de Juventude Negra para estabelecer uma articulação em nível nacional dos diversos grupos e organizações da juventude negra, fortalecendo as demandas desse segmento, sua comunicação e rede de relações e da Reunião Técnica sobre a Juventude Indígena e a Juventude Afrodescendente na Iberoamérica para examinar as situações demográfica, normativa e das políticas públicas que afetam às juventudes indígena e afrodescendente;

h) atendimento de 35.721 famílias quilombolas com 142.072 cestas de alimentos, o que totalizou 3.231.126 quilos (kg) de alimentos. Em relação às comunidades de Terreiro, foram distribuídas 54.494 cestas de alimentos, para 8.100 famílias, totalizando 1.235.332 kg de alimentos;

i) articulação das agendas para construção de ações de políticas afirmativas para a promoção da igualdade racial junto aos parceiros do setor privado (associações, centros de cultura, fundações e institutos), e do setor público (Estados, Municípios e órgãos governamentais);

j) planejamento do Projeto de Intercâmbio Brasil-África com vistas ao estabelecimento de intercâmbio entre os pesquisadores do Brasil e do continente

africano com possibilidade de favorecimento da formação de especialistas em História da África em instituições de ensino superior africanas e a ampliação da publicação de obras africanas no Brasil;

k) parceria com as instituições de ensino superior, por intermédio de 69 Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs) com o objetivo de apoiar iniciativas de formação de educadores da rede pública e privada para a aplicação da História e Cultura Afro-brasileira em sala de aula, bem como monitorar e avaliar o Sistema de Cotas nas instituições públicas de ensino superior;

l) construção de parceria com o Ministério da Educação (MEC) a fim de propor ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de Licenciaturas e Pedagogia, contemplando a formação inicial dos professores;

m) apoio institucional para a realização do I Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune), com a finalidade de debater e deliberar proposta de políticas públicas para a juventude negra, que mobilizou cerca de 3.000 pessoas de 23 Estados brasileiros;

n) publicação do *Cadernos Negros – Três Décadas*, edição com tiragem de 1.000 exemplares, em capa dura, que é fruto dos esforços de militantes negros, poetas, engajados na produção de uma antologia literária, de forma cooperativa em todas as etapas de elaboração.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

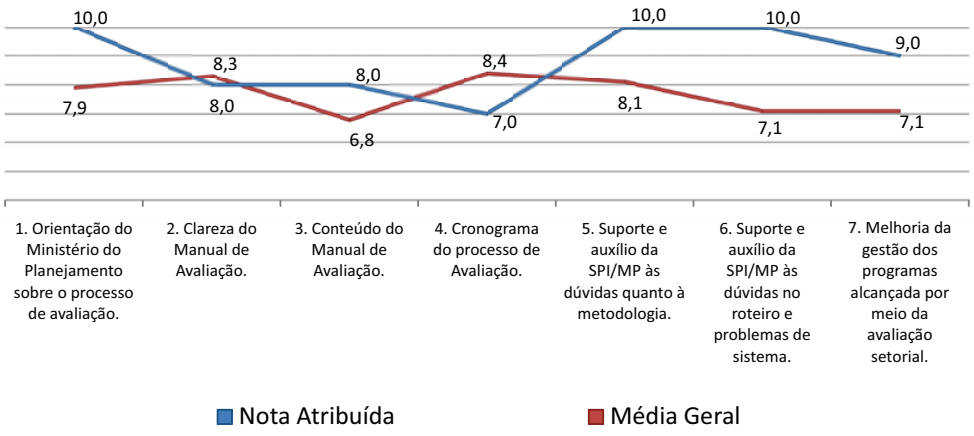
Em 2007, foram estabelecidas articulações e uma agenda de trabalho para a constituição de coordenações estaduais do Programa Brasil Quilombola (PBQ). Essas coordenações estaduais são compostas pelos órgãos do Governo Federal que fazem parte da coordenação nacional do PBQ, governos estaduais, municipais, organizações e representações quilombolas locais e entidades da sociedade civil de apoio às comunidades. Os marcos iniciais dessas articulações nos Estados se deram no Rio Grande do Sul (RS) e no Espírito Santo (ES), dada a situação de vulnerabilidade de alguns territórios quilombolas desses Estados. No ES e RS, após o lançamento da ação, em outubro de 2007, constituiu-se um Grupo de Trabalho misto (governo e sociedade civil) que tem acompanhado, monitorado e executado a implementação das várias políticas do PBQ nos territórios priorizados. Os territórios priorizados nessa primeira etapa são: Morro Alto (RS) e Mormaça (RS) e Sapê do Norte (ES).

Em 20 de novembro de 2007, foi lançada a Agenda Social Quilombola. A Agenda Social Quilombola se baseia em metas e recursos empenhados pelo Governo Federal para viabilizar o acesso a terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local, assistência social das famílias quilombolas e pleno atendimento aos programas sociais, como o Bolsa Família. A meta é atingir1.739 comunidades localizadas em 22 Estados, 330 Municípios e 128 territórios rurais até 2010.

Serão beneficiados cerca de 50% do universo de 1.700.000 quilombolas. Grande parte dessa população está concentrada nos Estados da Bahia (BA), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Pernambuco (PE), Piauí (PI) e Rio Grande do Sul (RS), que possuem mais de 100 comunidades. A Agenda Social Quilombola é mais uma estratégia do Governo Federal, desenvolvida em parceria com governos estaduais, Distrito Federal, prefeituras, iniciativa privada e sociedade civil, para promover a igualdade racial e superar as desigualdades sociais no País.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela SEPPIR mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pela SEPPIR, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007.



BRASIL QUILOMBOLA

GERENTE DO PROGRAMA

Givânia Maria da Silva

OBJETIVO

Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, o seu desenvolvimento econômico sustentável, a infra-estrutura adequada à realização de suas atividades, a melhoria das condições de vida de seus habitantes, a preservação de seu Patrimônio Cultural Material e Imaterial e a capacidade de exercer o controle efetivo das políticas públicas que lhes são destinadas.

PÚBLICO-ALVO

População de comunidades remanescentes de quilombos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.397.474,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.539.875,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 14.539.875,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável – Porcentagem	-	-	-	8.00	25.00	32%
2. Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos – Porcentagem	-	-	-	35.80	100.00	35,80%
3. Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas - Porcentagem	-	-	-	25.00	100.00	25%

1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS POR AÇÕES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado, em 2007, não foi maior devido às limitações de ordem documentais e administrativas apresentadas por parte das entidades da sociedade civil e dos governos

municipais e estaduais que caracterize situação de adimplência junto ao Governo Federal para que possam receber recursos por meio de transferências voluntárias da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

2. TAXA DE EVOLUÇÃO DE COMUNIDADES CERTIFICADAS COMO REMANESCENTES DE QUILOMBOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, a Fundação Cultural Palmares promoveu modificações no procedimento para certificação das comunidades quilombolas. Essa ação interrompeu momentaneamente os processos de certificação das comunidades no segundo semestre de 2007 refletindo no índice apurado.

3. TAXA DE EVOLUÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS COM TERRAS TITULADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Até o final de 2007, 145 comunidades possuíam o título de suas terras, o que representa 2.187 famílias com o direito de posse e domínio sobre a terra. Outras 6.209 famílias já têm as áreas de suas terras reconhecidas por estudos concluídos e publicados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). São 594 processos em curso no Incra de regularização das terras de quilombos. Houve a contratação pelo Incra de antropólogos para a elaboração dos relatórios técnicos. Todavia, é válido destacar que se observou que os processos de regularização fundiária e titulação das comunidades podem evoluir com maior agilidade se houver ampliação das equipes técnicas que trabalham com essa qustão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As condições de vida das comunidades quilombolas as inscrevem no rol dos grupos sociais mais vulneráveis e que necessitam de urgentes medidas para sua inclusão social, uma vez que estão absolutamente carentes de políticas públicas que as tratem respeitosamente e com vistas a fazer valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social, voltadas para os remanescentes de quilombos devem considerar medidas e ações que os preparem para uma nova condição econômica e social e auto-sustentável, na qual possam caminhar com suas próprias forças, condições e potencialidades, o que lhes possibilitará a construção de um novo espaço na sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Titularização de quatro comunidades, o que totalizou, em 2007, 145 comunidades que já possuíam o título de suas terras, abrangendo 2.187 famílias com o direito de posse e o domínio sobre a terra. Outras 6.209 famílias já têm as áreas de suas terras reconhecidas por estudos concluídos e publicados pelo Incra e, atualmente, há 594 territórios em processo de regularização.

• Beneficiamento de 20 comunidades quilombolas com ações de desenvolvimento local do Projeto Geração de Renda em Quilombos, implementação de ações de etnodesenvolvimento em 378 comunidades quilombolas e o estabelecimento de convênio entre a Fundação Cultural Palmares e a Associação Comunitária Ecológica do Vale do Guaporé (Ecovale) para a formação de Agentes Quilombolas de Etnodesenvolvimento.

• Apoio à organização coletiva dos(as) trabalhadores(as) em empreendimentos econômicos solidários, visando o empoderamento dos beneficiários e a geração de trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável, por meio do Brasil Local, em 73 comunidades quilombolas de 24 Estados da Federação, beneficiando diretamente 3.000 quilombolas e indiretamente 15.000 quilombolas.

• Atendimento a 54 comunidades quilombolas dos Estados do Maranhão (MA), Bahia (BA), Minas Gerais (MG) com o Projeto Energia Quilombola.

• Realização de obras de saneamento e rede de água em 92 comunidades quilombolas de 14 Unidades da Federação, beneficiando 8.902 famílias quilombolas.

• Fortalecimento da participação política das Comunidades Quilombolas, por meio de apoio à realização de seminários, encontros, convenções; apoio à realização da Audiência Pública, promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), no dia 24.09.2007, que pautou os direitos quilombolas e as políticas públicas em implementação para esse segmento.

• Implantação de 184 equipes da Saúde da Família e da Saúde Bucal, em 134 Municípios, beneficiando 62.345 quilombolas.

• Atendimento a mais de 5.500 quilombolas com serviços de orientação, mediação e assistência jurídica, ações de acesso à documentação civil e à capacitação em direitos humanos.

• Realização do Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas para promover articulação e mobilização em defesa e para a garantia dos direitos da Criança e Adolescentes Quilombolas, do Encontro Nacional de Juventude Negra para estabelecer uma articulação em nível nacional dos diversos grupos e organizações da juventude negra, fortalecendo as demandas desse segmento, sua comunicação e rede de relações, da Reunião Técnica sobre a Juventude Indígena e a Juventude Afrodescendente na Iberoamérica para examinar as situações demográfica, normativa e das políticas públicas que afetam as juventudes indígena e afrodescendente.

• Atendimento a 35.721 famílias quilombolas com 142.072 cestas de alimentos, o que totalizou 3.231.126 quilos (kg) de alimentos. Em relação às comunidades de Terreiro, foram distribuídas 54.494 cestas de alimentos, para 8.100 famílias, totalizando 1.235.332 kg de alimentos.

• Estabelecimento de articulações e uma agenda de trabalho para a constituição de Coordenações Estaduais do Programa. Essas coordenações são compostas pelos órgãos

do Governo Federal mediante representações nacionais e superintendências estaduais, governos estaduais e municipais, organizações e representações quilombolas locais e entidades da sociedade civil de apoio às comunidades.

• Lançamento da Agenda Social Quilombola, que se baseia em metas e recursos empenhados pelo Governo Federal para viabilizar o acesso a terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local, assistência social das famílias quilombolas e pleno atendimento aos requisitos dos programas sociais como o Bolsa Família.

Os resultados listados não se referem, tão-somente, às ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ), mas, também, às ações voltadas para quilombolas de programas implementados por outros Ministérios, fruto da articulação promovida pela SEPPIR e do próprio aspecto de transversalidade que o tema se reveste.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do PBQ tiveram execução das metas físicas na ordem de 71,4%, índice que representa os produtos, bens e serviços oferecidos aos beneficiários mediante a atuação direta da SEPPIR, contudo, por meio da articulação com outros órgãos governamentais essa execução foi otimizada, em ações como as de saneamento e de acesso à água que foram empreendidas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nas comunidades quilombolas. Outras ações mais específicas merecem atenção, especialmente, as de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), uma vez que a construção e a reforma de escolas têm um impedimento para ampla implementação nas comunidades, que é a obrigação de que despesas com obras podem ocorrer somente em territórios titulados. Como há poucas comunidades quilombolas tituladas, a implementação dessa e de outras ações de infra-estrutura ficam bastante restritas. Os recursos orçamentários executados foram insuficientes e o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

As restrições que interferiram no desempenho das ações foram:

a) contingenciamento orçamentário que impactou diversas ações do PBQ, gerando baixa capacidade da SEPPIR em ofertar bens e serviços aos beneficiários do Programa;

b) atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, impactando na execução das ações do PBQ, uma vez que gera atrasos no cumprimento de cronogramas e inviabiliza a descentralização de recursos para os convenentes que se tornam inadimplentes para a continuidade da execução das ações;

c) dificuldades de celebração de convênios na gerência devido à reduzida quantidade de técnicos na equipe atual para atendimento das demandas de todo o País;

d) inadimplência e baixa estrutura organizacional dos entes que desenvolvem atividades para quilombolas nos níveis municipais e estaduais;

e) lentidão no processo de licenciamento ambiental, com incidência em algumas das ações previstas para 2007 no PBQ. Entre elas, destacam-se a construção da ponte de Ivaporunduva (SP) e a instalação dos postes de energia elétrica do Programa Luz para Todos em Kalunga (GO);

f) inadequação e/ou inexistência de norma legal para ações fundamentais do PBQ, principalmente, aquelas voltadas para construção ou reforma de infra-estrutura nas comunidades;

g) insuficiência de recursos materiais e inadequação da infra-estrutura.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Existem, no âmbito da gerência, vários mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações do Programa, tais como: reuniões de trabalho com equipe técnica da SEPPIR e com lideranças do movimento quilombola e do movimento negro, visitas *in loco*, relatórios de gestão, entre outros.

O Programa conta com mecanismos de participação social, como consultas públicas, reuniões com grupos de interesse e discussões em conselhos e comitês setoriais. São fundamentais as contribuições da sociedade civil organizada para os ciclos da implementação do Programa, ou seja, formulação, implementação, monitoramento e avaliação. A participação das comunidades se dá de forma representativa nas reuniões de comitê do PBQ.



SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho

Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foram utilizados **R$ 33.558.856,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 48.799.938,00	Realizado orçamentário:	R$ 33.558.856,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 48.799.938,00**	**Total realizado:**	**R$ 33.558.856,00**

Além disso, do total de **R$ 1.595.084,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 1.091.535,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da SPM, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1087 Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho	16,5%	17,4%	23,5%	12,8%	16,7%
	0156 Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres	51,8%	60,4%	55,8%	60,8%	58,1%
Finalístico Soma		**68,3%**	**77,8%**	**79,3%**	**73,6%**	**74,8%**
Gestão de Políticas Públicas	1068 Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas	31,7%	22,2%	20,7%	26,4%	25,2%
Total		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

A SPM alcançou excelentes resultados ao longo do ano de 2007, o que reflete a ampliação da importância a ela conferida no âmbito do Governo Federal e a sua capacidade tanto de desenvolver diretamente uma série de atividades que se tornam pilotos a serem replicados em larga escala pelos demais órgãos, quanto de articular com outros Ministérios/Secretarias a incorporação da temática de gênero em seus programas e ações.

Duas ações merecem destaque pelo seu impacto direto na vida das mulheres brasileiras. A primeira delas refere-se à realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) e o conseqüente lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que foi elaborado ao longo do segundo semestre de 2007 e lançado em março de 2008. Nesta construção coletiva, diversas novas áreas foram incorporadas ao Plano, ampliando o escopo das políticas públicas desenvolvidas com o enfoque de gênero, com ênfase a incorporação de novos eixos relacionados às questões do desenvolvimento sustentável, do acesso à terra e à moradia, da comunicação/mídia/cultura não-discriminatórias, da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, do enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia e do enfrentamento das

desigualdades geracionais. Assim, a partir de 2008, a atuação da SPM se expande ainda mais e torna-se cada vez mais enraizada e consolidada no âmbito do Governo Federal.

A segunda ação foi o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, que se deu na abertura da II CNPM. O Pacto representa um novo patamar de intervenção na área da violência, sendo desenvolvido a partir de uma metodologia que é fundamentada na integração das diversas áreas setoriais e no reconhecimento do caráter multidimensional do fenômeno.
De modo geral, os principais resultados alcançados pela SPM, em 2007, foram:

a) construção e lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que reúne ações a serem executadas por diversos órgãos da administração pública nos próximos quatro anos, com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres;

b) fortalecimento e ampliação da rede de atendimento à mulher por meio do apoio a projetos de construção, reforma e/ou reaparelhamento de 45 centros de referência, 18 casas abrigo e duas Defensorias Públicas Especializadas da Mulher e da capacitação de, aproximadamente, 7.400 profissionais de instituições públicas que lidam com a questão da violência nas áreas de segurança pública, saúde, assistência psicossocial e jurídica. Ademais, a SPM articulou junto ao Ministério da Justiça (MJ) e aos governos estaduais a criação, reforma e/ou reaparelhamento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) e do Instituto Médico Legal;

c) ampliação dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Em 2007, foram realizados, aproximadamente, 200.000 atendimentos, entre orientações, encaminhamentos aos serviços da rede de atendimento à mulher, registros de denúncias/relatos de violência, reclamações, sugestões e elogios, correspondendo a um aumento na ordem de 300% em relação aos atendimentos efetuados em 2006;

d) implantação, em maio de 2007, do Observatório da Lei Maria da Penha[1], com o objetivo de monitorar a aplicação da Lei junto ao Judiciário, ao Executivo e à Rede de Atendimento à Mulher, além de buscar suprir a lacuna existente no País quanto à ausência de dados e de estatísticas sistemáticas sobre a violência contra as mulheres;

e) consolidação do Projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, cujo piloto foi desenvolvido no Rio de Janeiro. O projeto envolve ações de mobilização, capacitação, sensibilização e assistência técnica junto às mulheres dotadas de capacidade empreendedora e àquelas pobres e extremamente pobres, em situação

[1] Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal e dá outras providências.

de risco social e vulnerabilidade, para possibilitar a criação e a sustentação dos negócios. Com a avaliação positiva dessa primeira experiência, está prevista a sua replicação para quatro outros Estados em 2008;

f) fortalecimento da parceira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para a ampliação do acesso ao crédito e à documentação das mulheres rurais, por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) com a contabilização de 10.854 contratos, representando um volume de repasses na ordem R$ 63 milhões na última safra 2006/2007. E, pelo Programa Nacional de Documentação, em 2007, 500 mil mulheres foram beneficiadas com o acesso à documentação;

g) realização da II CNPM, com o objetivo de avaliar o I PNPM, implementado entre os anos de 2004 e 2007, produzindo subsídios para a construção de um II PNPM, lançado em março de 2008 e com amplitude maior que o primeiro plano, onde participaram deste processo mais de 2.500 delegadas, representantes dos poderes executivos das três esferas da Federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada. Nas etapas preparatórias ao encontro nacional, foram mobilizadas mais de 195 mil mulheres em todo o País, que participaram de conferências municipais/regionais – ocorridas em mais de 1.700 Municípios – e estaduais – realizadas nas 27 unidades da Federação. Além da avaliação e da revisão do I PNPM, as delegadas discutiram também a questão da participação das mulheres nos espaços de poder;

h) apoio à criação e ao fortalecimento de 62 organismos de políticas e de defesa dos direitos das mulheres em diversos Estados e Municípios (coordenadorias/secretarias/superintendências/conselhos).

A SPM tem como missão central promover a transversalização da perspectiva de gênero no conjunto de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Para além deste objetivo, a Secretaria procura trabalhar também no que tem se chamado de transversalização vertical, ou seja, estimulando Estados e Municípios a incorporarem em seus programas e ações as dimensões de gênero e de raça/etnia. Nesse sentido, tem trabalhado para estimular a criação de organismos de políticas para mulheres no nível local e para que o PNPM seja concretizado na ponta.

Hoje existem no País 17 órgãos executivos estaduais e 162 municipais que se reúnem periodicamente no Fórum de Mecanismos Governamentais de Políticas para as Mulheres para discutir estratégias de implementação de políticas na área e, em 2007, a SPM realizou três reuniões do Fórum. Ademais, o I PNPM foi pactuado junto a 292 Municípios e 20 Estados entre o período de 2004 e 2007, quando foi encerrado. E, de forma a ampliar a transparência e o controle social, como princípios da atuação da SPM, concretizou-se uma situação existente hoje com 23 conselhos estaduais e 183 conselhos municipais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Um dos grandes desafios enfrentados pela Secretaria para viabilizar o desempenho de suas atividades refere-se à incompatibilidade entre a sua atual estrutura organizacional e a sua estrutura programática. Se, por um lado, a SPM expande sua atuação e consolida o cumprimento da missão para a qual foi criada, por outro, depara-se com uma situação de escassez de recursos materiais, tecnológicos e humanos que acaba por impedir o desenvolvimento ou a ampliação de algumas atividades para as quais a SPM conta com conhecimento e competência, mas não com os insumos suficientes.

Quanto aos recursos humanos, a restrição é grande. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois além de formular a proposição política das ações e de realizar o gerenciamento da execução, desempenha também o papel de articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais. A equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e pela celebração de convênios, somadas às atividades diretamente desenvolvidas em diversas áreas. Situação agravada pelo lançamento do Pacto Nacional - que exige uma rotina de interação e visitas aos Estados, que não condiz com o número de pessoas disponíveis para tanto - e do II PNPM, que ampliou o escopo de atuação da Secretaria. Além de a quantidade ser inadequada para o trabalho demandado, falta apoio técnico e administrativo para implementação das ações previstas. Inexiste quadro próprio da SPM, o que traz sérios problemas de continuidade das políticas. O fato de a SPM funcionar em dois espaços diferentes dificulta a integração das equipes e prejudica o desempenho das atividades.

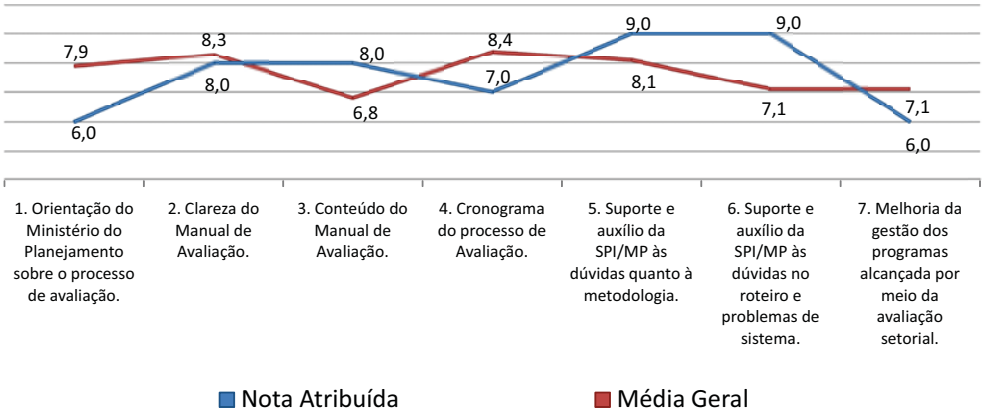
Outro grande desafio diz respeito à incompatibilidade entre os recursos (de todos os tipos) colocados à disposição da SPM e a necessidade de se conferir escala às atividades desenvolvidas. Entre os anos de 2003 e 2007, houve uma pulverização de recursos em algumas áreas, em função da estratégia até então adotada de se apoiar projetos pontuais que chegavam à Secretaria com a abertura dos editais. Ainda que tais projetos fossem de grande relevância para as/os beneficiárias/os, não se revestiam de escala de política pública. Neste sentido, a partir de 2008, a SPM alterou sua lógica de funcionamento e gestão, passando a priorizar o apoio a grandes projetos, mais bem estruturados e com potencialidade de gerar maior impacto nas mais diferentes áreas de ação. O Pacto Nacional se desenvolve exatamente sob esta lógica, priorizando o apoio ao planejamento estadual, que agrega as demandas dos diversos Municípios, no lugar de apoio a diversos projetos municipais, que não dialogam entre si e, por vezes, se sobrepõem, gerando ineficiência na aplicação dos recursos.

Quanto à execução dos recursos financeiros, cabe destacar as dificuldades enfrentadas para as transferências voluntárias de verbas da SPM para Estados e Municípios motivada pela necessidade de que estejam adimplentes junto ao Governo Federal, o que tem se revelado como a grande dificuldade para a concretização das políticas da Secretaria em âmbito local. Além deste fato, o contingenciamento e a descontinuidade do fluxo dos recursos financeiros com a concentração da liberação no final do exercício trazem sérios comprometimentos para o planejamento e o desenvolvimento das ações.

Finalmente, a SPM tem como desafio manter o amplo nível de diálogo social estabelecido com a sociedade civil. De fato, todo o processo de elaboração e execução das políticas para as mulheres, coordenado pela SEPM, é realizado em de forma democrática e em estreita conversação com parceiros não-governamentais. Entre os mecanismos construídos para possibilitar esta participação, pode-se mencionar a criação da Ouvidoria e a Central de Atendimento à Mulher; a realização periódica de reuniões de trabalho com entidades não-governamentais e de audiências públicas; existência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); realização, em 2004 e 2007, das conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para as mulheres, que se configuram como espaços de intensa participação social. Na primeira Conferência, a sociedade civil participou ativamente da definição das diretrizes do I PNPM, enquanto na II Conferência participou da avaliação do I Plano e da definição de diretrizes para o II PNPM. As contribuições desta participação social foram fundamentais para o desenvolvimento das ações da SPM, na medida que as políticas para as mulheres estão sendo construídas com base nos resultados das conferências nacionais de políticas para as mulheres. O processo de realização da I e da II CNPMs envolveu diretamente mais de 300 mil mulheres, de todas as Unidades da Federação. Por outro lado, as parcerias realizadas para o desenvolvimento de projetos específicos aprofundam a relação da SPM com o movimento social de mulheres.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela SPM mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, ao conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pela SPM, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

GERENTE DO PROGRAMA

Sônia Malheiros Miguel

OBJETIVO

Apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres com vistas a promover a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres com idade a partir de 16 anos, inseridas na população economicamente ativa

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.728.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.683.314,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.683.314,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação das Mulheres no Total de Microcrédito Concedido pelas Instituições Parceiras - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TOTAL DE MICROCRÉDITO CONCEDIDO PELAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Índice não apurado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), pois depende que as instituições financeiras parceiras coletem e divulguem suas informações desagregadas por gênero. Contudo, para as mulheres rurais este índice foi apurado em 2007, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o que possibilita a SPM articular-se com as instituições financeiras para que promovam o acesso das mulheres ao microcrédito, destinando ofertas específicas para elas e qualificando suas equipes técnicas quanto à importância dessa política.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mulheres no Brasil são vítimas de graves discriminações, tanto em termos de acesso a serviços públicos quanto de acesso ao crédito, à terra, à documentação, à formação profissional e à habitação. As desigualdades salariais entre homens e mulheres são marcantes, independentemente de classe social no mundo do trabalho. Nas profissões de nível superior, 52,8% dos homens recebem mais de dez salários mínimos e apenas 30,1% de mulheres atingem esse patamar salarial, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2002). As mulheres que trabalham estudaram mais tempo, em média, 7,3 anos contra 6,3 anos dos homens, segundo estudo recente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A desigualdade salarial é ainda maior se focarmos o universo das mulheres negras, que chegam a receber até 60% a menos que os homens brancos. Entre as trabalhadoras domésticas, 56% são negras. As mulheres, hoje, ainda, são vítimas do desprestígio social e político no trabalho, pois, apesar de já representarem em torno de 40% da população empregada, aproximadamente 44% vivem na informalidade. Na agricultura, as mulheres representam 33% da força de trabalho, no entanto, encontram-se majoritariamente na condição de não-assalariadas e/ou não-remuneradas, por se inserirem na economia de subsistência.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reafirmação das políticas definidas para o incentivo à autonomia econômica no mundo do trabalho quando da avaliação da implementação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e seu aperfeiçoamento com a incorporação de novas prioridades e ações no II PNPM, que será implementado no período 2008-2011.

• Consolidação e ampliação do Projeto Pró-Eqüidade de Gênero. Na sua segunda edição, lançada em 2007, o projeto foi aberto para a participação também de empresas privadas. Atualmente, conta com a participação de 28 empresas, entre públicas e privadas, a exemplo do Banco do Brasil (BB), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e centrais elétricas.

• Consolidação do Projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, cujo piloto foi desenvolvido no Rio de Janeiro com ações de mobilização, capacitação, sensibilização e assistência técnica junto às mulheres para possibilitar a criação e a sustentação dos negócios. Considerando a avaliação positiva dessa primeira experiência, está prevista a sua replicação para quatro outros Estados em 2008.

• Ampliação do apoio a organismos governamentais e não-governamentais para o desenvolvimento de projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres, ampliando as experiências do governo nas áreas de geração de emprego, trabalho e renda. Em 2007,

foram apoiados pela SPM 14 projetos, oriundos de todas as regiões do País, envolvendo diretamente cerca de 20 mil mulheres. Nesse processo também foram capacitados cerca de mil gestoras(es) públicos.

• Fortalecimento da parceria com o MDA para a ampliação do acesso ao crédito e à documentação das mulheres rurais, por intermédio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) e Programa Nacional de Documentação. Na última safra 2006-2007, foram contabilizados 10.854 contratos, representando um volume de repasses de quase R$ 63 milhões e, em 2007, 500 mil mulheres foram beneficiadas com o acesso à documentação.

• Apoio à produção de conhecimento sobre a autonomia econômica das mulheres no mundo do trabalho, por meio de estudos e pesquisas, realizações de seminários nacionais e internacionais. A SPM também deu continuidade e aprofundou as parcerias com outros Ministérios envolvidos nessa temática, a exemplo do MDA, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), e ampliou as parcerias com as agências do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa teve uma implementação coerente com o planejamento, uma vez que não atua apenas no apoio a projetos, mas também na articulação com outros Ministérios para implementação de políticas públicas para as mulheres.

Considerando-se o montante efetivamente liberado para o Programa, é possível perceber que foram executados 95% dos recursos disponibilizados. No entanto, ao se comparar com os recursos previstos na Lei do Orçamento Anual (LOA 2007), este valor cai para cerca de 33%. Contribuíram para este quadro:

a) o contingenciamento de recursos, que ocasionou uma redução de cerca de 30% do orçamento total da SPM para 2007, que é agravado com a descontinuidade do fluxo dos recursos financeiros e a concentração da liberação no final do exercício, comprometendo o planejamento e o desenvolvimento das ações;

b) a priorização das atividades relacionadas à violência, não apenas em função do lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, mas também pelo entendimento de que a forma como este Programa vinha funcionando não era a mais adequada. Este fato ocasionou uma alteração da estratégia de apoio a projetos para a priorização da indução de projetos com maior escala e abrangência que, a partir das experiências pilotos implementadas em 2007, serão replicadas nos próximos anos. Nesse sentido, há a migração de uma atuação pautada pela lógica do atendimento a muitos projetos com pouco impacto, para o apoio/desenvolvimento de poucos projetos, porém de maior impacto.

Outra dificuldade é a discrepância existente entre os recursos materiais, tecnológicos e infra-estrutura à disposição da equipe gerencial e o volume de trabalho necessário para cumprir a missão da SPM. Agravada com a separação da SPM, que funciona em espaços físicos diferentes, dificultando a integração das equipes.

Além disso, a equipe gerencial assume múltiplas funções, pois além de formular a proposição política das ações e de realizar o gerenciamento da execução, desempenha também o papel de articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais. A equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e pela celebração de convênios, somado às atividades diretamente desenvolvidas em diversas áreas, e agravado pelo lançamento do Pacto Nacional que exige uma rotina de interação e visitas aos Estados, não condizente com o número de pessoas disponíveis para tanto. Além da quantidade inadequada de profissionais para o trabalho demandado, falta apoio técnico e administrativo para implementação das ações previstas. Inexiste quadro próprio da SPM, o que traz sérios problemas de continuidade das políticas.

Há, ainda, dificuldades de celebração de convênios na gerência por falta de uma capacitação contínua da equipe, além do problema gerado pela alta rotatividade. Ademais, as instituições proponentes encaminham projetos muito frágeis e fora dos padrões solicitados, o que demanda um contato intenso entre SPM e proponentes para readequação dos projetos. Também esbarra-se em outro problema, que é a inadimplência dos entes. Considerando-se que a transferência de verbas da SPM para os Estados não se dá fundo a fundo, é necessário que os governos estaduais estejam adimplentes junto ao Governo Federal para que recebam tais recursos, o que tem se revelado um grande dificultador para a concretização das políticas da Secretaria no âmbito estadual e municipal. Por fim, falta agilidade nos processos de licitação e celebração de contratos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com diversos mecanismos de monitoramento, quais sejam: reuniões de trabalho regulares, visitas *in loco*, sistema de acompanhamento do PNPM, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), relatórios de gestão, relatórios de cumprimento dos compromissos internacionais, como Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw/ONU), Comissão Interamericana de Mulheres, vinculada à Organização dos Estados Americanos (CIM/OEA), estudos e pesquisas, entre outros.

Além disso, todo o processo de elaboração das políticas para as mulheres, coordenado pela SPM, é realizado de forma democrática e em estreito diálogo com parceiros não-governamentais. Da mesma forma, é executado, com parcerias governamentais e não-governamentais. Além disso, muitas ações contam, ainda, com o apoio de organismos internacionais, em especial do Unifem e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Programa conta, ainda, com mecanismos que promovem a participação social, como Ouvidoria, reuniões com grupos de interesse, discussões no Conselho Nacional dos Direitos da

Mulher (CNDM), Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, realização de Conferências Nacionais de Política para as Mulheres (CNPM), entre outros.

As contribuições da participação social foram fundamentais, na medida em que as políticas para as mulheres estão sendo construídas com base nos resultados das conferências nacionais de políticas para as mulheres. O processo de realização da I e da II CNPMs envolveu diretamente mais de 300 mil mulheres, de todas as unidades da Federação. Por outro lado, as parcerias realizadas para o desenvolvimento de projetos específicos aprofundam a relação da SPM com o movimento social de mulheres, a exemplo do Projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que envolve organizações não-governamentais, como Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e *Business and Professional Women* (BPW).

A satisfação dos beneficiários é avaliada durante a realização das conferências municipais, estaduais e nacionais, que abrangem todas as políticas para as mulheres implementadas pelo Governo.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que podem ser replicadas na Administração Pública Federal, como a metodologia de avaliação da gestão de instituições públicas no âmbito do Projeto Pró-Eqüidade de Gênero para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Este Programa deixou de existir no PPA 2008-2011, pois foi considerado estreito para as ações e as políticas desenvolvidas pela SPM. No entanto, suas principais ações, como o Pró-Eqüidade de Gênero, foram reformuladas e migradas para o novo Programa Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.

PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

GERENTE DO PROGRAMA

Aparecida Gonçalves

OBJETIVO

Atuar na prevenção e no combate das diferentes formas de violência contra as mulheres e apoiar o atendimento àquelas em situação de violência ou risco.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres efetivamente ou potencialmente sujeitas a situações de violência

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 23.545.281,00	Empenho Liquidado:	R$ 17.702.228,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 17.702.228,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	Porcentagem DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Evolução do Número de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - Porcentagem	-	-	-	10.00	-	-
2. Média Anual de Ocorrências de Delito Registradas por Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - Ocorrência de delito/Deam	-	-	-	1695.00	1500.00	113%

1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES (DEAM)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não havia sido feita previsão de qual seria o índice a ser alcançado por este indicador ao final de 2007. No entanto, cabe destacar que, entre 2005 e 2006, a evolução do número de Deams foi de 10%, o que aponta para um excelente desempenho do indicador, superior ao que seria esperado para um ano. Como mencionado anteriormente, cabe destacar que a criação de Deams é responsabilidade da Segurança Pública dos Estados, com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), cabendo à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) a elaboração de diretrizes como a norma técnica de funcionamento, o acompanhamento, o monitoramento e a capacitação dos profissionais.

2. MÉDIA ANUAL DE OCORRÊNCIAS DE DELITO REGISTRADAS POR DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice apurado superou em 13% o índice previsto para o período, cabendo ressaltar um aumento significativo, também, na média de inquéritos instaurados pelas Deams. Em relação aos anos anteriores, este aumento de 68%, o que está relacionado à mudança de procedimentos da autoridade policial prevista na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação de violência contra as mulheres é das mais graves: 43% das mulheres pesquisadas em 2001, pela Fundação Perseu Abramo, em todo o Território Nacional, declararam ter sofrido alguma forma de violência. A cada 15 segundos, um ato de violência contra a mulher é praticado. Essa violência se dá sob diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de seres humanos e violências simbólicas. As meninas e as jovens, em nosso País, constituem uma população especialmente vulnerável, tanto como vítimas de exploração e abuso sexual, quanto pelo alto índice de gravidez na adolescência.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção e lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que reúne ações a serem executadas por diversos órgãos da administração pública nos próximos quatro anos, com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres.

• Fortalecimento e ampliação da rede de atendimento à mulher por meio do apoio a projetos de construção, reforma e/ou reaparelhamento de 45 Centros de Referência, 18 Casas Abrigo e duas Defensorias Públicas Especializadas da Mulher. A SPM articulou junto ao Ministério da Justiça (MJ) e aos governos estaduais a criação, reforma e/ou reaparelhamento de Deams e do Instituto Médico Legal.

• Capacitação de, aproximadamente, 7.400 profissionais de instituições públicas que lidam com a questão da violência nas áreas de segurança pública, saúde, assistência psicossocial e jurídica, por meio de parcerias com 19 entidades públicas e privadas conveniadas. Em parceria com a Senasp, foram capacitados cerca de 1.500 profissionais da área de segurança pública.

• Ampliação dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Em 2007, foram realizados, aproximadamente, 200.000 atendimentos, entre orientações, encaminhamentos aos serviços da rede de atendimento à mulher, registros de denúncias/relatos de violência, reclamações, sugestões e elogios, o que corresponde a um aumento de quase 300% em relação aos atendimentos efetuados em 2006.

• Implantação, em maio de 2007, do Observatório da Lei Maria da Penha, com o objetivo de monitorar a aplicação da Lei junto ao Judiciário, Executivo e à Rede de Atendimento à Mulher, além de buscar suprir a lacuna existente no País quanto à ausência de dados e estatísticas sistemáticas sobre a violência contra as mulheres.

• Apoio a diferentes projetos educativos e culturais de prevenção à violência contra as mulheres, que têm o objetivo de promover mudanças de comportamento na sociedade e de fortalecer as mulheres em situação de violência. São apoiados projetos que trabalham com diversas metodologias, tais como teatro, dança, formação de promotoras legais populares e a realização de campanhas, dentre as quais se destaca a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que passou, em 2007, a contar com a SPM como promotora dos eventos, em parceria com a organização feminista não-governamental Agende.

• Elaboração de Relatório Preliminar com diagnóstico sobre o sistema prisional feminino e a proposição de medidas para a melhoria das condições das mulheres presas, a partir da criação, em 2007, de um Grupo de Trabalho Interministerial para este fim.

• Instituição do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com a finalidade de formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade dessas mulheres.

• Lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, construído a partir de um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação da SPM, da Senasp/MJ e Secretaria de Direitos Humanos. O Plano traz um conjunto de ações para prevenção ao crime, repressão aos autores e tratamento adequado às vítimas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Este Programa tem alcançado excelentes resultados, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento e à ampliação dos serviços especializados, constituindo o único espaço institucional, no âmbito do Governo Federal, voltado exclusivamente à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Além dos resultados previstos para o Programa, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que garante, de forma inédita, a execução articulada de ações por diversos Ministérios e uma ampla visibilidade ao tema. Outro importante resultado do Programa refere-se à efetivação e consolidação da Lei Maria da Penha no País e seu monitoramento pelo Observatório.

Apesar dos ótimos resultados do Programa, o contingenciamento de parte dos recursos orçamentários para a SPM em 2007 fez com que este só tivesse à sua disposição, ao longo do ano, 77% do montante autorizado. Os recursos liberados para movimentação e empenho foram insuficientes, frente à elevada demanda de projetos, em especial com o lançamento do Pacto Nacional, e a necessidade de ampliação da ainda restrita rede de atendimento às mulheres.

Para além do contingenciamento, a descontinuidade do fluxo dos recursos e a concentração da liberação no final do exercício trazem sérios prejuízos para o planejamento e desenvolvimento das ações.

Outra dificuldade é a discrepância existente entre os recursos materiais, tecnológicos e infra-estrutura à disposição da equipe gerencial e o volume de trabalho necessário para dar conta da missão da SPM. Questão esta agravada com a separação da SPM, que funciona em espaços físicos diferentes, dificultando a integração das equipes.

A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além de formular a proposição política das ações e de realizar o gerenciamento da execução, desempenha também o papel de articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais. A equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e pela celebração de convênios, somados às atividades diretamente desenvolvidas em diversas áreas. Situação agravada pelo lançamento do Pacto Nacional que exige uma rotina de interação e visitas aos Estados, não condizente com o número de pessoas disponíveis para tanto. Além de a quantidade ser inadequada para o trabalho demandado, falta apoio técnico e administrativo para implementação das ações previstas. Inexiste quadro próprio da SPM, o que traz sérios problemas de continuidade das políticas.

Há, ainda, dificuldades de celebração de convênios na gerência por falta de uma capacitação contínua da equipe, além do problema gerado por sua alta rotatividade. Ademais, as instituições proponentes encaminham projetos muito frágeis e fora dos padrões solicitados, que demandam contato intenso entre SPM e proponentes para readequação destes. A inadimplência dos entes é outro problema. Considerando-se que a transferência de verbas da SPM para os Estados não se dá fundo a fundo, é necessário que os governos estaduais estejam adimplentes junto ao Governo Federal para que recebam tais recursos, o que tem se revelado como grande dificuldade para a concretização das políticas da Secretaria no âmbito estadual e municipal. Por fim, falta agilidade nos processos de licitação e celebração de contratos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Existem, no âmbito da gerência, vários mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, tais como: reuniões de trabalho regulares, visitas *in loco*, Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, Sistema de Serviços para o acompanhamento do número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e de sua distribuição regional, SIGPlan, relatórios de gestão, relatórios de cumprimento dos compromissos internacionais, estudos e pesquisas (perfil organizacional das Deams), Observatório da Lei Maria da Penha e a Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto.

Todo o processo de elaboração e implantação das políticas para as mulheres, coordenado pela SPM, é realizado de forma democrática e em estreito diálogo com parceiros não-governamentais.

O Programa possui, também, mecanismos que promovem a participação social. São eles: Ouvidoria, audiências públicas (especialmente para a discussão da Lei Maria da Penha), reuniões com grupos de interesse, Fórum Nacional de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, discussões no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Ademais, as conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para as mulheres, realizadas em 2004 e 2007, foram espaços de intensa participação social. Assim, temos a destacar que as políticas para as mulheres neste Governo foram construídas tendo por base as resoluções das conferências nacionais de políticas para as mulheres que contavam com a maior parte das delegadas oriundas da sociedade civil.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por meio de pesquisa de satisfação via Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, junto a amostras de usuárias que respondem sobre o atendimento realizado. Apesar de não existir uma avaliação específica do Programa, é feita avaliação geral durante a realização das conferências municipais, estaduais e nacionais, que abrangem todas as políticas para as mulheres implementadas pelo Governo.



SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Direitos Humanos, Direitos de Todos

Nacional de Acessibilidade

Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), foram utilizados **R$ 132.235.713,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 159.413.274,00	Realizado orçamentário:	R$ 132.235.713,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 159.413.274,00**	**Total realizado:**	**R$ 132.235.713,00**

Além disso, do total de **R$ 630.260,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 616.932,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da SEDH, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0670 Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	6,33%	2,76%	1,73%	1,44%	2,11%
	0152 Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei	5,32%	2,63%	1,84%	4,55%	3,45%
	0073 Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	22,21%	9,36%	8,47%	6,92%	8,90%
	0154 Direitos Humanos, Direitos de Todos	48,84%	79,69%	85,06%	84,16%	81,14%
	1078 Nacional de Acessibilidade	0,53%	0,23%	0,21%	0,16%	0,21%
	0153 Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	15,27%	4,40%	1,90%	2,14%	3,40%
	1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	1,23%	0,50%	0,74%	0,44%	0,59%
	8017 Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional	0,17%	0,04%	0,02%	0,00%	0,03%
Finalístico Soma		**99,89%**	**99,62%**	**99,97%**	**99,81%**	**99,83%**
Gestão de Políticas Públicas	0155 Gestão da Política de Direitos Humanos	0,11%	0,38%	0,03%	0,19%	0,17%
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

A articulação e a mobilização institucionais são características centrais da atuação da SEDH. Tendo em vista que o atendimento aos compromissos internacionais e nacionais de direitos humanos é tarefa de todo o Estado e da sociedade, a Secretaria cumpre suas atribuições com foco na constituição e na consolidação de ampla rede de parcerias que envolvem desde Ministérios e Secretarias Especiais, como outros órgãos dos três poderes e das três esferas de Governo, além do Ministério Público da União (MPU). Tal rede envolve de forma destacada a participação das organizações e dos movimentos sociais.

No ano 2007, as características de articulação e mobilização foram ainda mais acentuadas na agenda de trabalho da SEDH. O exercício foi marcado pela maior integração entre os vários temas sob sua coordenação e pelo reforço na incorporação do olhar de direitos humanos em diversas políticas setoriais, na atuação de outros órgãos. A elaboração do novo PPA e a coordenação dos trabalhos de planejamento de quatro temas da Agenda Social, (Criança e Adolescente, Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, Pessoas com Deficiência e Idosos), reforçaram o papel de articulação da SEDH e propiciaram mais foco na atuação sobre os temas, elevando a importância dessas políticas e estabelecendo articulação direta com a Presidência da República na gestão e no acompanhamento das ações.

Com base nessa orientação é que se avaliam como positivos os resultados dos principais programas da Secretaria, destacando-se os seguintes resultados alcançados em 2007:

a) investidos R$ 15 milhões no apoio a 25 centros de atendimento a vítimas, e na disponibilização de 1.002 vagas no Sistema de Proteção, com a manutenção do programa federal e de 19 serviços estaduais, por meio do Programa Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas;

b) beneficiadas 11.720 pessoas com ações de educação em direitos humanos, 88.705 com a emissão de documentos, 132.981 no atendimento dos balcões de direitos e mais 51.160 nos serviços de prevenção e combate à homofobia mediante a execução das ações do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos. Note-se, ainda, a redução constante e gradual do índice de sub-registro de nascimento entre 2001 e 2006, passando de 23% para 12,7%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007. O Plano de Ações Integradas contra a Tortura recebeu a adesão de seis novos Estados. Sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, a Ação Proteção a Defensores de Direitos Humanos possibilitou a consolidação e o fortalecimento de dois programas estaduais e a instalação de mais um no Espírito Santo (ES). O projeto de Assistência Técnica para Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário, que dispõe de recursos oriundos de doação da União Européia (UE), alcançou 14 Estados;

c) investidos R$ 3,9 milhões na área de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que permitiram o apoio a 33 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, ao tráfico e à exploração sexual e o funcionamento do Disque 100, de atendimento e encaminhamento de denúncias, que conta com aporte financeiro adicional da Petrobras. Esse serviço registrou 940.919 atendimentos, dos quais 24.924 se configuraram em denúncias;

d) criadas 2.036 vagas em unidades de internação restritiva e provisória, com investimento de R$ 30 milhões por meio do Programa Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei, assim como na qualificação do atendimento a 39.919 adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e egressos;

e) investidos R$ 20,4 milhões, no âmbito do Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente com destaque para as realizações de proteção a 2.095 adolescentes ameaçados de morte e seus familiares, de criação de sete Escolas de Conselhos e da implementação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Em 2007, também houve a realização da VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que ganhou destaque, tanto por ser a primeira de caráter deliberativo, quanto pelo maior número de participantes (cerca de 1.500, sendo 25% de delegados adolescentes);

f) aplicação de R$ 4,6 milhões por intermédio do Programa Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência, com destaque para: apoio à implantação de nove conselhos de direitos em Estados e Municípios, capacitação de 13.288 pessoas e implantação de duas unidades do Sistema de Informações sobre Deficiência;

g) capacitação de 1.600 técnicos e agentes sociais no Programa Nacional de Acessibilidade, além de: realização de Câmaras Técnicas sobre o Projeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência, parceria com a Espanha sobre a classificação das deficiências, a assinatura e encaminhamento ao Congresso Nacional da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o tema, e realização dos Encontros Nacionais dos Conselhos de Direitos e Coordenadorias Estaduais.

Registra-se o esforço da área à sua consolidação institucional e política que geram implicações para a implementação do PPA. Nesta linha, 2007 foi marcado pelo reforço da gestão interna da SEDH e pela continuidade dos esforços de ampliação da equipe e de aperfeiçoamento dos meios necessários para seu bom desempenho.

Nesse sentido, vale registrar a reafirmação da importância política da SEDH como órgão responsável pela mobilização dos órgãos estatais e da sociedade para a efetivação dos direitos humanos de todos os brasileiros e brasileiras. Mais que isso, cumpre à Secretaria a tarefa de dar tratamento a temas muitas vezes complexos para a sociedade brasileira, como a questão das pessoas mortas e desaparecidas na época da ditadura, que, no exercício, ganhou destaque com a publicação do livro-relatório *Direito à memória e à verdade*.

Esses acontecimentos e a pronta atuação da SEDH em casos graves de violações de direitos humanos têm permitido conquista de maior espaço na mídia nacional. Soma-se a isso, esforço constante de apresentação de uma agenda positiva de direitos humanos, com eventos culturais e ações de capacitação e mobilização social que possibilitam o rompimento de estereótipos relacionados com o tema direitos humanos.

Assim, a Secretaria segue cumprindo suas atribuições, responde às demandas sociais e aporta colaboração expressiva nos esforços do Governo Federal de superação de desigualdades e de desenvolvimento.

ASPECTOS RELEVANTES

De um modo geral, avalia-se como positiva a gestão dos programas de responsabilidade da SEDH. A necessária focalização em ações consideradas prioritárias, tanto no que tange à alocação de recursos, quanto à atribuição de importância política a determinadas ações, demonstra maturidade das equipes gerenciais. Em que pesem as mudanças constantes na composição das equipes, não há desconhecimento da lógica do PPA. Ainda que não se tenha estruturado mecanismos de gestão global do PPA-SEDH em 2007, a compreensão de seu funcionamento foi beneficiado pelo processo de construção do PPA 2008-2011.

Esse fato somado à incumbência atribuída à SEDH de coordenar o desenho e a implementação de quatro temas da agenda social, obrigaram o desenvolvimento e o aperfeiçoamento gerenciais, assim como potencializaram a capacidade e a execução articulada de suas políticas.

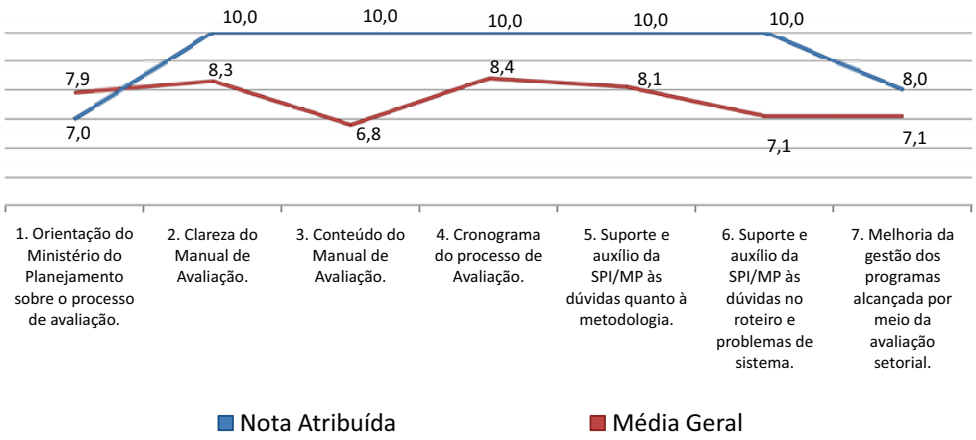
No que tange à participação social, é digno de destaque o fato de que integram a estrutura da SEDH sete Conselhos Nacionais e outras tantas comissões e comitês que exercem o controle social dos programas do órgão. É constante, portanto, a prestação de contas e o planejamento baseado nas deliberações dos Conselhos, com destaque para o papel do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que além de acompanhar as políticas afetas a esse segmento, desempenha funções de gestão do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNCA).

A propósito do direcionamento de recursos para regiões mais necessitadas, observa-se avanço das práticas internas relacionadas à distribuição de recursos via transferência voluntária e para o setor privado. A utilização de editais em muito contribui para essa orientação, não obstante, por vezes, se observar a ausência de proponentes das áreas mais carentes da política específica.

Por fim, no que diz respeito à compatibilidade entre estruturas, constata-se vinculação entre a formatação dos programas e das ações ao se avaliar a estrutura regimental do órgão. Contudo, não indica a plena adequação da estrutura de recursos humanos que atende aos programas. Ao contrário, persiste a queixa referente à inadequação da quantidade e à capacitação das equipes para a realização de tantas ações sob sua responsabilidade.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela SEDH mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pela SEDH, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

GERENTE DO PROGRAMA

Perly Cipriano

OBJETIVO

Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes.

PÚBLICO-ALVO

Testemunhas de crimes e vítimas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 15.572.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 15.085.054,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 15.085.054,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção - Porcentagem	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100%
2. Taxa de Beneficiários Encaminhados Para Programas de Capacitação - Porcentagem	-	-	-	22.00	-	-
3. Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes - Porcentagem	-	-	0.00	0.00	0.50	0%
4. Taxa de Jovens Beneficiários Encaminhados para a Escola - Porcentagem	-	-	-	91.00	-	-
5. Tempo Médio de Permanência no Programa - Dia/Beneficiário	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADE DE PROTEÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Todas as pessoas, vítimas ou testemunhas de crimes, que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou com o processo criminal e que tiveram proteção requerida em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei nº 9.807[1], de 13 de julho de 1999, foram atendidas pelo Programa.

2. TAXA DE BENEFICIÁRIOS ENCAMINHADOS PARA PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, o índice apurado representa o encaminhamento para capacitação de 22% dos usuários. Houve um reajustamento deste índice para os próximos anos no intuito de alcançar 35% dos usuários.

3. TAXA DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS DE CRIMES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os valores destinados aos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes foram os mesmos do exercício anterior, de forma que, em 2007, houve a manutenção do atendimento já prestado.

4. TAXA DE JOVENS BENEFICIÁRIOS ENCAMINHADOS PARA A ESCOLA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em função da data de ingresso no Programa, nem sempre é possível efetuar a matrícula do jovem beneficiário e realizar o encaminhamento à escola de forma imediata.

5. TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA NO PROGRAMA
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em média, um usuário permanece 24 meses no Programa de Proteção, sendo esta a previsão de tempo de permanência estabelecida na Lei 9.807/99.

[1] Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Ação Proteção e Assistência a Vítimas de Crimes é uma das principais ações previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e constitui condição indispensável para o combate à impunidade no País, uma vez que garante a vida de pessoas ameaçadas em razão de colaboração prestada à polícia e à Justiça e cujo testemunho tenha contribuído para a elucidação de crimes de alto poder ofensivo. No âmbito federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), por meio da Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas (CGPT/SEDH), é o órgão responsável por implementar, manter e aprimorar o Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Este Programa atua por meio de três ações principais:

a) apoio aos Serviços Estaduais de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita e Protege no Rio Grande do Sul), que têm como propósito, além da proteção das pessoas que estejam coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, a promoção da re-inserção social dos beneficiários em uma nova comunidade, distantes dos locais onde as ameaças ocorreram;

b) apoio aos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC), que atuam de forma complementar aos serviços de proteção, destinando-se a vítimas que não são consideradas como testemunhas legais de inquérito ou processo criminal. Seu objetivo é conceder amparo jurídico, social e psicológico às vítimas, buscando primordialmente sua reestruturação moral, psíquica e social e a garantia de acesso à Justiça, como forma de contribuir para o combate à impunidade;

c) Programa Federal de Proteção a Testemunhas, regulamentado pelo Decreto nº 3.518, de 20 de junho de 2000, que visa assegurar a execução das ações de proteção a testemunhas nos Estados em que os serviços de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas ainda não estejam instalados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção dos 17 programas Estaduais de Proteção a Testemunhas Ameaçadas implantados nas seguintes Unidades da Federação (UF): Acre (AC), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA), Pernambuco (PE), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC).

• Implantação de dois novos programas nos Estados de Alagoas (AL) e Rio Grande do Norte (RN), visto que estes Estados apresentavam significativa demanda de proteção para o Programa Federal.

• Reformulação da ação relativa aos CAVCs quanto à sua forma de desenvolvimento, sendo dada prioridade para a execução voltada para a municipalização e a descentralização

das atividades, que, anteriormente, eram centradas apenas nas capitais dos Estados. Assim posto, passa-se a ter 25 CAVCs, com a seguinte configuração:

a) gestão por governos estaduais, em 10 UF, cujas metas de atendimento, além das capitais, passam a ter por abrangência Municípios do entorno, quais sejam: AC, AL, BA, MA, MG, PA, PE, RN, SC e SP;

b) gestão municipal, que além dos quatro Centros existentes nos Municípios de Olinda (PE), Belo Horizonte (MG), Santa Maria (RS) e Porto Alegre (RS), passam a contar com mais nove, nas seguintes cidades: Vitória da Conquista (BA), Cariacica e Colatina (ES), Santarém (/PA), Londrina (PR), João Pessoa, Campina Grande e Bayeux (PB) e Fortaleza (CE);

c) gestão por Organização da Sociedade Civil, que além do Centro já implantado no Rio de Janeiro, passa a contar com um no Distrito Federal, que terá por abrangência, também, a região do entorno.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa se desenvolve em parceria com governos estaduais e municipais e com organizações não-governamentais (ONGs). Os recursos são descentralizados por meio de convênios. Todo o orçamento previsto para 2007 foi liberado para execução o que contribuiu sobremaneira para o total cumprimento das ações planejadas, atendendo 100% as metas previstas. Outro fator que contribuiu para o bom desempenho do Programa foi a liberação de recursos em fluxo compatível com a programação física.

As ações decorrentes de proteção a testemunhas são monitoradas pela Coordenação Geral do Programa em parceria com o Gabinete de Assistência Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), uma ONG de Pernambuco, pioneira neste tipo de atividade. Todos os Programas de Proteção recebem, pelo menos uma vez ao ano, uma visita técnica, realizada por equipe multidisciplinar do GAJOP, que consta de advogado, psicólogo e assistente social, acompanhados por um técnico da SEDH, para verificar as atividades desenvolvidas por todas as instâncias do Programa local, inclusive, o desempenho da equipe técnica é avaliado e discutido e, quando necessário, são propostos aprimoramentos e ajustes na execução das ações.

Por meio da equipe de monitores são realizadas a seleção das equipes técnicas estaduais e a capacitação para a atividade a ser exercida, face à especificidade dessas. Independente do planejamento de visitas anuais, qualquer necessidade específica dos Programas locais, que exija a presença da equipe, é atendida de imediato. São elaborados relatórios após as visitas, contendo tudo o que foi observado, bem como as sugestões de aprimoramento indicadas às diversas instâncias responsáveis pela execução do Programa visitado (Conselho Deliberativo, Secretaria Conveniada, ONG executora e equipe técnica).

Apesar do bom desempenho, o Programa esbarra na inadequada quantidade de recursos humanos na equipe gerencial. Todos os esforços possíveis para provimento de pessoal, em cumprimento ao Plano de Ação apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), têm sido envidados pela SEDH, ocorre que a composição de quadros para a área de Proteção a Testemunhas apresenta os seguintes desafios:

a) inexistência de pessoal especializado na área;

b) necessidade de que o quadro de pessoal seja capacitado em serviço;

c) demanda intensa e estresse relacionado à atividade;

d) eventual responsabilização jurídica de quem participa do Programa;

e) dificuldade na disponibilização de servidores;

f) dificuldades decorrentes do caráter incipiente da Política Pública.

Existe a necessidade de reforço na equipe do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, de pelo menos mais um técnico nas áreas de direito, assistência social e psicologia. Há necessidade de uma equipe específica para o monitoramento, com técnicos formados nas áreas anteriormente citadas e ainda reforço no planejamento, na área de convênios e apoio administrativo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O funcionamento do Programa está fortemente calcado numa estreita parceria entre Poder Público e sociedade civil organizada, representado pelas ONGs em 18 dos 19 Serviços de Proteção a Testemunhas hoje em funcionamento no Brasil. Mesmo na supervisão, na fiscalização e no monitoramento de todo o Sistema Nacional há uma participação muito forte dessas entidades. Sem prejuízo da avaliação positiva da participação das organizações governamentais, cuja contribuição e desempenho têm sido marcada pelo êxito, importa ressaltar a necessidade de que seja reforçada a presença do ente estatal na execução desta atividade.

Na ocasião do acompanhamento *in loco*, realizado pela equipe de monitoramento pelo menos uma vez ao ano em todos os Programas locais de Proteção a Testemunhas, tem-se adotado o procedimento de entrevistar pelo menos um usuário com o objetivo de avaliar seu nível de satisfação.

ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

GERENTE DO PROGRAMA

Carmen Silveira de Oliveira

OBJETIVO

Ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas sócio-educativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a Lei.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e egressos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.226.462,00	Empenho Liquidado:	R$ 47.837.790,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 47.837.790,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento dos Adolescentes em Conflito com a Lei - Porcentagem	-	-	-	0.25	0.47	53,19%

1. TAXA DE ATENDIMENTO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Após o levantamento nacional dos adolescentes em cumprimento das medidas sócio-educativas, realizado em 2006, verificou-se que há cerca de 60 mil adolescentes nesta situação. O índice de referência informado quando da elaboração do PPA 2004-2007, que foi de 40%, era uma estimativa, pois não havia dados consolidados a partir de um levantamento real. Em 2007, 41.597 pessoas foram atendidas pelo Programa em diversas modalidades, sendo que destas, 14.978 eram adolescentes, representando um índice apurado de 25% da população em conflito com a Lei.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei busca ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas sócio-educativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a Lei. Este Programa tem como princípios a municipalização e a descentralização, conferindo prioridade absoluta aos serviços de execução das medidas em meio aberto de boa qualidade, por meio da articulação, mobilização e qualificação do sistema de justiça, do investimento na capacitação profissional e do reordenamento das unidades de internação, com o intuito de superar a histórica cultura assistencial-repressiva, presente durante séculos no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Lançamento, em outubro de 2007, do Programa na Medida Certa, que é uma das ações centrais do Plano Social Direitos de Cidadania: Criança e Adolescente.

• Acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei de Execução das Medidas Sócio-educativas no Congresso Nacional, com criação Comissão Especial na Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.627, de 2007, do Poder Executivo, que dispõe sobre os sistemas de atendimento sócio-educativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional.

• Discussão nas Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE), o qual cria um plano individual de cumprimento das medidas sócio-educativas, que poderá ocorrer em programa de meio aberto ou programa de privação de liberdade, com requisitos específicos para cada espécie e transfere ao Executivo os programas sócio-educativos, atualmente, sob responsabilidade do Judiciário.

• Realização do Encontro dos Gestores Estaduais e Municipais (Capitais).

• Assinatura de convênios para 136 novos projetos por meio de Edital e contemplados no Guia 2007.

• Adequação de 39 unidades sócio-educativas ao padrão SINASE.

• Evolução das medidas cautelares na Corte Interamericana, no Programa de Cooperação Eurosocial: Alemanha e Espanha, e inclusão na pauta de seminário no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

• Enfrentamento do debate sobre rebaixamento da idade penal e aumento do tempo de internação.

• Atualização dos dados dos adolescentes no sistema sócio-educativo e nas delegacias e cadeias públicas.

• Desenvolvimento das seguintes pesquisas: Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto, realizada pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), que é uma organização internacional de defesa dos direitos humanos; Avaliação de Projetos de Municipalização, executada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Guia IBAM.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, o Programa não sofreu contingenciamento de recursos e recebeu um crédito suplementar significativo. Além disso, a meta prevista não foi estimada corretamente pelo potencial de cobertura nas linhas definidas como as principais para a implementação do SINASE, pois não havia dados tendo por base um levantamento real. Com a realização, em 2007, do levantamento nacional dos adolescentes em cumprimento das medidas sócio-educativas, verificou-se que o universo dos adolescentes era maior do que o estimado. Segundo o mesmo levantamento, existem 60 mil adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas, sendo 16 mil em meio fechado e 44 mil em meio aberto. Assim sendo, os recursos descentralizados foram otimizados e a cobertura foi maior que a meta estimada.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a execução.

Apesar do bom desempenho, o Programa ainda carece de recursos humanos. O quadro de pessoal é muito reduzido diante das ações que são desenvolvidas no Programa. As demandas são superiores à quantidade de recursos humanos existentes, principalmente, para assessoramento técnico, formalização de convênio e monitoramento dos convênios firmados.

Algumas restrições interferiram no desempenho das ações, em 2007, com destaque para as seguintes:

a) dificuldades de celebração de convênios devido à falta de uniformidade de procedimentos e de pessoal suficiente para a análise de propostas, bem como por inadimplência dos entes, o que acaba dificultando o processo de formalização de convênios e posteriormente o pagamento dos convênios;

b) dificuldades em licitações e celebração de contratos pelos entes federativos, principalmente, nos convênios para execução de obras nas unidades de internação;

c) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, como a existência de descompasso entre as normas

do Sistema Único de Assistências Social (SUAS) e do SINASE em relação às medidas sócio-educativas em meio aberto. Para enfrentar essa situação foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de definir os critérios de financiamento e funcionamento.

Os entes federativos e as organizações não-governamentais enfrentam muitas dificuldades de execução dos recursos descentralizados, ocasionando uma demora na implementação dos serviços e no atendimento do público alvo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações utilizados pela gerência são:

a) reuniões de trabalho realizadas semestralmente com os gestores Estaduais e Municipais da área de atendimento sócio-educativo e mensalmente com a Comissão Inter-setorial. E, sempre que necessário com os conveniados para discutir a execução e o andamento dos projetos;

b) visitas *in loco* com a finalidade de acompanhar e assessorar os convênios de construção e reforma ou de ampliação de unidades de internação, intervir nos casos de descompasso do cumprimento das metas físico-financeira, constatar e acompanhar as boas práticas, articular a rede local;

c) relatórios de gestão apresentados periodicamente pelos conveniados apresentam periodicamente relatório de execução dos projetos, tanto nos momentos de prorrogação de prazo e de suplementação de recursos quanto no momento de encerramento dos convênios.

Foi concluído o desenvolvimento de um sistema de monitoramento dos convênios pela UFRJ e os seus resultados serão transformados em um *software* a ser implementado pelos parceiros.

As linhas de financiamento têm como prioridade o fortalecimento das políticas públicas, valorizando as ações governamentais nos Estados, Distrito Federal e Municípios. As parcerias não-governamentais, no entanto, têm colaborado, através de projetos estratégicos, para o alcance dos resultados do Programa, auxiliam a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) a avaliar a política e os convênios, a promover eventos, a fortalecer a defesa técnica e a realizar pesquisas.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, por meio da realização de:

a) reunião com grupos de interesse que são processos de discussões públicas com a sociedade interessada;

b) interlocução forte com os gestores Estaduais e Municipais, organizações não-

governamentais interessadas na execução do Programa, sistema de justiça juvenil e sociedade civil;

c) interlocução com os organismos internacionais e apresentação de relatórios às Organizações das Nações Unidas (ONU), às Organização dos Estados Americanos (OEA), à Conferência Ibero-Americana e às demais instituições internacionais relacionadas ao assunto;

d) discussão em comissões e em plenária, mensalmente, no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) com o propósito de fazer um acompanhamento da implementação do SINASE, e de outras ações do Programa.

Destaca-se que o processo de implementação do SINASE está sendo acompanhado pela Comissão Inter-setorial formada por 10 Ministérios e conta com o envolvimento do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), do Fórum Nacional de Secretários de Estados de Assistência Social (Fonseas), do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fonacriad), do CONANDA e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O plano de implementação está sendo monitorado mensalmente pela comissão.

A participação social, tanto no nível regional e nacional, permite o controle da efetividade das políticas e os diversos apelos sociais quanto à violência atribuída a adolescentes, imprimiu uma resposta mais efetiva tanto de ações quanto de aporte financeiro para mudar o atual quadro nas linhas da política.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, com destaque para o funcionamento inter-setorializado da política que compõe uma agenda de ações envolvendo plano de investimento de vários atores e setores. O investimento em ações dos 10 Ministérios para os adolescentes em conflito com a Lei e o volume de recursos sincronizados representam um avanço significativo na história dos adolescentes. O mecanismo de pactuação com os governos Estaduais e Municipais é uma prática de gestão que permite ampliar os resultados do Programa e fortalecer a rede de atendimento aos adolescentes. Por fim, o diálogo com o sistema de justiça através da atualização dos operadores como forma de garantir a aplicação da legislação vigente.

COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

GERENTE DO PROGRAMA

Carmen Silveira de Oliveira

OBJETIVO

Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 75.118.334,00	Empenho Liquidado:	R$ 72.749.072,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 72.749.072,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas - Porcentagem	-	-	2.64	5.56	0.39	1.425,64

1. TAXA DE EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS ENCAMINHADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O dado leva em consideração denúncias feitas entre maio de 2003 e fevereiro deste ano, por meio do Disque Denúncia (ou Disque 100, como também é conhecido) que recebeu e encaminhou 57.664 denúncias de todo o Brasil e conseguiu separar e classificar 49.599 em tipos de violência.

Uma denúncia feita no Disque 100 pode registrar mais de uma vítima ou envolver mais de um tipo de violência, assim os mais de 57 mil casos envolveram 90.568 vítimas de violência, sendo 61% delas do sexo feminino.

Desde 2003, o número de denúncias feitas ao Disque 100 tem crescido, mas isso não

significa um aumento dos casos de violência. Em 2003, havia uma média de 12 denúncias feitas por dia. Hoje, o número chega a 92, o que respalda a legitimidade que o serviço adquiriu com a sociedade ao longo dos anos e a grande divulgação do serviço pelos órgãos de comunicação e mídia, além de campanhas governamentais e da sociedade civil.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema mundial. O mais freqüente tipo de violência a que estão sujeitas crianças e adolescentes é aquele denominado estrutural, em função da precária situação sócio-econômica das famílias das quais grande parte das crianças e adolescentes se originam. A defesa dos direitos e a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual vêm sendo promovidas mediante ações integradas com as áreas de educação, saúde, cultura e justiça, visando a reintegração social e o retorno da criança ou adolescente ao convívio da família e da comunidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento de 80% do total de denúncias recebidas por ano. Em 2006, o serviço Disque Denúncia recebeu 13.830 denúncias. Em 2007, o mesmo serviço recebeu 24.931 denúncias.

• Expansão da metodologia do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PAIR). O PAIR, em 2005 e 2006, estava implantado em 54 Municípios e 11 Estados brasileiros. Em 2007, houve uma ampliação, foram incorporados 29 Municípios em quatro Estados.

• Fortalecimento das redes de proteção de crianças e adolescentes nas cidades-gêmeas do País.

• Realização de campanhas de mobilização da sociedade para denunciar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Além disso, o Programa sofreu contingenciamento nas ações de responsabilidade da SEDH, só liberado, em parte, ao final do exercício, causando descontinuidade no fluxo. No entanto, essa descontinuidade não prejudicou decisivamente a execução programada.

Com os recursos de responsabilidade da SEDH, foram apoiados 16 novos projetos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, e um aporte de recursos a

um convênio de 2006 para finalização do objeto. Quanto ao recebimento de denúncias, a execução física foi acima de 100%.

O Programa tem parcerias satisfatórias, destacando-se cooperação internacional para o desenvolvimento da metodologia do PAIR com o *United States Agency for International Development* (USAID) e com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), e com empresas estatais para a implementação do Serviço de Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que conta com o patrocínio de Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras).

O Programa é multissetorial, com ações nos Ministérios da Educação (MEC), do Turismo (MTur), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além da SEDH. Há integração entre a gerência e a coordenação das ações para o planejamento dessas, no entanto, há carência na disponibilização de informações gerenciais.

Outras dificuldades encontradas para um melhor desempenho do Programa são: a insuficiência de recursos materiais, principalmente, equipamentos de informática; a inadequação da infra-estrutura; a quantidade inadequada de recursos humanos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Reuniões de trabalho, visitas *in loco* e relatórios de gestão são alguns mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações que existem no âmbito da gerência do Programa.

No âmbito do Programa, há coordenação das atividades da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, composta por organizações governamentais e não-governamentais. O objetivo dessa comissão é a articulação e a potencialização das ações e projetos desenvolvidos por cada membro. A parceria com as organizações não-governamentais e a cooperação internacional é um diferencial, pois apoiamos o Comitê Nacional e os Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que são basicamente compostos pela sociedade civil.

A participação social é promovida no Programa, já que um dos pré-requisitos para recebimento de projetos é que estes sejam discutidos e aprovados pelos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Além de serem submetidos ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para aprovação final. Outro mecanismo de participação social utilizado pelo Programa é a reunião com grupos de interesse, que envolvem organizações da sociedade civil representativas de todas as regiões do País. Nessas reuniões, são discutidos e deliberados encaminhamentos para o Programa.

A união de esforços entre governo e sociedade civil promoveu um crescimento do Programa ao longo deste ano, capilarizou as ações de enfrentamento por meio de mobilização da sociedade e das redes locais, além de divulgar o Disque Denúncia 100, como canal direto, gratuito e seguro de denunciar casos de violência contra crianças.

DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

Perly Cipriano

OBJETIVO

Construir capacidades institucionais e individuais de intervenção com vistas à promoção, à garantia e à defesa dos direitos humanos.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 899.373.794,00	Empenho Liquidado:	R$ 884.438.565,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 884.438.565,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos - Porcentagem	51.80	51.80	62.96	74.07	100.00	74,07%
2. Taxa de Evolução do Atendimento dos Balcões de Direito (Fornecimento de Doc. Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita) - Porcentagem	-	-	-0.20	-0,31	4.50	-

1. TAXA DE ESTADOS COM CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A criação e a implementação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos dependem de legislação própria das unidades federativas, aprovada pelas Assembléias Legislativas ou Câmaras Municipais e posterior sanção do Poder Executivo (Estadual e Municipal) para seu funcionamento e posterior formalização de termo de convênio com o Governo Federal.

2. TAXA DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DOS BALCÕES DE DIREITO (FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA E ORIENTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

De acordo com as metas estabelecidas para o exercício de 2007, o índice de alcance dos Balcões de Direito em relação às metas alcançadas ficaram muito acima do programado, pois neste ano foi previsto um atendimento de 35.011 pessoas, e encerrou-se o exercício com o alcance de 138.301 pessoas beneficiadas. Este alcance está fundamentado no processo de: subdimensionamento inicial das metas tendo em vista a política de liberação dos recursos orçamentários, e implementação de estratégias de otimização na utilização dos recursos conveniados *versus* o que os projetos poderiam alcançar em termos de atendimento de pessoas nos Balcões.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A garantia dos direitos humanos é função do Estado. Contudo, ela somente será alcançada no momento em que toda a sociedade brasileira incorporar em seu cotidiano e em suas atitudes o conjunto de princípios e valores que envolvem os direitos humanos. Para tanto, faz-se necessária à ação do Governo Federal no sentido de incentivar não somente o debate e a reflexão sobre esse tema, mas também de propor e realizar ações articuladas com a sociedade e com outros níveis de Governo com vistas à construção de uma cultura de paz, de tolerância e de valorização da diversidade. Da mesma maneira, são necessárias ações que visem a defesa de direitos de grupos sociais vulneráveis (no caso do Programa, idosos e homossexuais, principalmente), bem como a prevenção e a repressão a violações de direitos específicos, como o de não ser torturado, o de possuir os documentos básicos da cidadania, entre outros.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio à capacitação em Direitos Humanos e à implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Foram capacitadas 11.720 pessoas em Direitos Humanos, com apoio a 16 projetos e impressão de 18.000 exemplares do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

• Apoio a serviços de Orientação Jurídica Gratuita, Mediação de Conflitos e Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos). Foram implementados projetos com atendimento de 138.301 pessoas, distribuídas em 270 Municípios de 18 unidades da Federação.

• Apoio a serviços de Prevenção e Combate à Homofobia, impressão e distribuição de 45.000 publicações do Programa Brasil Sem Homofobia com objetivo de orientar e conscientizar sobre o preconceito à população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (GLBT). Realização de quatro Seminários Nacionais para uma população de 1.000 participantes.

• Apoio à Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento e ao fornecimento de Documentação Civil Básica. Foram publicadas 18.000 cartilhas de orientação para 25.000 agentes voluntários de mobilização para o Registro Civil de Nascimento das Igrejas Cristãs e para o registro civil de povos indígenas.

• Apoio a centros de Referência em Direitos Humanos, atendimento a 2.500 detentos e egressos do sistema prisional e seus familiares, bem como as pessoas com deficiência, os idosos, os quilombolas, os indígenas, os assentados e os afro-descendentes em casos de violência. Foram editados 9.000 fôlderes, 1.500 cartazes e 8.000 cartilhas educativas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Por ocasião do planejamento das metas para 2007 houve um subdimensionamento, tendo em vista a política adotada para a liberação de recursos orçamentários. Assim, com o desenvolvimento dos projetos verificou-se que os resultados alcançados seriam superiores. Outro aspecto a considerar é o tipo de meta prevista, pois na maioria das ações, os recursos destinados para o alcance de determinada meta foram realizados com esforço de atendimento maior ao público alvo.

Em função da incompatibilidade entre o fluxo de recursos e a programação física, sendo que a maioria dos recursos foi liberada no final do exercício, houve dificuldade no atendimento das ações programadas, ao longo do ano de 2007, o que ocasionou uma descontinuidade no fluxo programado, tanto para projetos oriundos de Edital de chamada pública quanto para as demandas da Secretaria e dos parceiros.

Outra dificuldade encontrada pelo Programa foi a insuficiência de recursos materiais, de infra-estrutura e humanos. É urgente a realização de concurso público para provimento de cargos que complementem de forma satisfatória as inúmeras exigências e responsabilidades do serviço público prestado. Ateste-se a inexistência de carreira específica na área de gestão em Direitos Humanos, fato este que incide nas dificuldades observadas para a permanência de servidores na esfera administrativa da Secretaria.

A maioria dos recursos descentralizados para Estados, Municípios e organizações não-governamentais, só acontecerem no final do exercício, assim sendo a execução só deverá ocorrer no ano de 2008. Dos projetos executados em 2007, pela análise técnica, considera-se como médio o desempenho dos projetos das ações dos Balcões de Direito, de Capacitação em Direitos Humanos e da Ação de Promoção da Cidadania e Combate à Homofobia.

A ausência de mecanismos apropriados para o fomento e a democratização das informações em relação à execução dos projetos definidos nas ações constitui-se como um aspecto negativo de aproximação entre os executores e o órgão gerencial da ação. A integração dá-se necessariamente por contatos documentais, eletrônicos e por meio telefônico.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa utiliza, como mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, as reuniões de trabalho e visitas *in loco* (quando detectados problemas na execução, quando demandado pelo órgão executor e quando há mudanças substanciais no processo de desenvolvimento do projeto).

O Programa realiza, também, parcerias não-governamentais para sua execução. Na sua maioria das vezes, os parceiros não-governamentais atendem às expectativas das ações dos projetos quanto ao cumprimento das metas e dos objetivos pretendidos e pactuados. Estes se caracterizam dentro do enfoque do envolvimento com o público-alvo beneficiário e com a ação e enquadram-se no princípio da responsabilidade e moralidade com o uso dos recursos públicos.

A participação social é promovida por meio da Ouvidoria, atendendo as demandas, as cobranças, os diálogos, as participações nos eventos, as denúncias quando geradas por fatores como discriminação, intolerância, violência e violação de direitos.

O Programa foi desmembrado em dois no PPA 2008-2011, visando uma melhor gestão. São eles: Garantia e Acesso a Direitos e Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos.

NACIONAL DE ACESSIBILIDADE

GERENTE DO PROGRAMA

Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior

OBJETIVO

Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.730.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.663.985,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.663.985,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência- Porcentagem	16.89	-	-	-	25.00	-
2. Taxa de Ônibus Urbanos Acessíveis - Porcentagem	5.00	2.30	5.79	6.47	18.00	35,94%
3. Taxa de Programas de Televisão com Sinalização em Libras/ Sublegendados - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
4. Taxa de Sítios Eletrônicos Governamentais Acessíveis as Pessoas com Deficiência - Porcentagem	0.03	-	-	-	100.00	-

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM CÓDIGO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Indicador sem apuração por indisponibilidade de dados, pois o Ministério das Cidades (MCidades) não possui ainda os resultados da pesquisa realizada.

2. TAXA DE ÔNIBUS URBANOS ACESSÍVEIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Da estimativa de 95.000 veículos de transporte coletivo urbano existente, foram identificados em 199 Municípios com mais de 60.000 habitantes, 6.148 veículos adaptados, o que significa 6,47% do total da frota. Considera-se que o número de veículos acessíveis é maior que o apresentado. Considere-se ainda que o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 estipula o prazo de 10 anos para que a frota de veículos de transporte coletivo urbano esteja plenamente acessível. Na Agenda Social: Direitos de Cidadania - Pessoas com Deficiência, foram priorizadas medidas que possam acelerar o processo de aquisição de ônibus acessíveis, para atender um número maior da população de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

3. TAXA DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO COM SINALIZAÇÃO EM LIBRAS/ SUBLEGENDADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com a Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006 do Ministério das Comunicações (MC), as radiodifusoras de sons e imagens (TV) só estão obrigadas a oferecer recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência a partir de 2008. Apesar de não haver o levantamento oficial que permita mensurar o indicador, é visível que aumentou a programação das emissoras brasileiras com recursos de acessibilidade, principalmente, o que diz respeito à legenda.

4. TAXA DE SÍTIOS ELETRÔNICOS GOVERNAMENTAIS ACESSÍVEIS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Decreto nº 5.296/04 determina que 100% dos sítios eletrônicos governamentais teriam que estar acessíveis até 03 de dezembro de 2005, o que não ocorreu. E a contabilização da adequação dos sítios eletrônicos governamentais é informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) que não repassou os dados para esta Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Em 2006, por meio de um levantamento realizado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Acessibilidade Brasil, identificaram-se 3.000 sítios governamentais e destes somente 20 estavam acessíveis, mas não há resultados de pesquisa que apure estes dados. A CORDE está providenciando estudos que possam, em 2008, definir os parâmetros para este indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Nacional de Acessibilidade tem como público-alvo a totalidade da população brasileira e não apenas as pessoas com deficiência, os idosos, as mulheres grávidas, etc, pois qualquer intervenção no espaço físico das cidades, nas edificações, nos transportes, na comunicação e na informação que tenha como referência as normas brasileiras de acessibilidade irá se traduzir em melhor qualidade de vida para todos. Para as pessoas ditas normais e que estejam em sua plena capacidade física, as melhorias significam, principalmente, mais segurança. Para as pessoas com deficiência, idosos, mulheres grávidas ou para aqueles que tenham algum outro tipo de limitação, essas medidas representam a garantia do direito de ir e vir, ou a possibilidade de circularem, com segurança e autonomia, pelo espaço urbano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Lançamento pelo Presidente da República da Agenda Social: Direitos de Cidadania - Pessoas com Deficiência que visa fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e aos serviços da comunidade, promovendo e defendendo os direitos desta parcela da população, priorizando medidas de articulação institucional, de investimentos direto e financiamento, as quais se encontram sob a responsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com a participação da iniciativa privada e da sociedade.

• Edição da Norma Brasileira (ABNT) 15.450, que regulamenta a acessibilidade de passageiros nos transportes aquaviários.

• Edição da Portaria do INMETRO nº 260, de 12 de julho de 2007 que aprova regulamento técnico da qualidade para inspeção da adequação de acessibilidade em veículos de característica urbana de transporte coletivo de passageiros.

• Capacitação de 1.600 técnicos e agentes sociais em acessibilidade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Ao efetuar a análise frente ao previsto em Lei no Programa, físico e financeiro, têm-se resultados satisfatórios, onde as metas físicas ultrapassam 100%, em relação às ações de responsabilidade da SEDH. Mas, frente à demanda de ações a realizar, o resultado fica aquém do que seria necessário fazer. Isso se dá pelas restrições relacionadas ao quadro técnico e operacional insuficiente e pelas restrições dos limites orçamentários disponibilizados.

Dentre as dificuldades encontradas destacam-se a incompatibilidade entre o fluxo de recursos e a programação física, mas sem grandes prejuízos à execução programada e a falta de informações sobre as ações de responsabilidade do MCidades, fundamentais no alcance do objetivo do Programa.

Outro obstáculo a um melhor desempenho do Programa foi a insuficiência de recursos humanos. A CORDE possui uma equipe técnica muito pequena, estando técnicos envolvidos com o acompanhamento de várias ações simultâneas. Constatou-se que há necessidade de perfis profissionais nas áreas de engenharia civil, arquitetura, estatística, advocacia, sociologia, análise de sistema e em comunicação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento é realizado com a utilização de vários instrumentos como:

a) reuniões internas com a equipe técnica, com técnicos de outras instituições governamentais, com o CONADE e a sociedade civil organizada, além de reuniões com parceiros na execução de ações importantes para impulsionar a política de acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

b) visita *in loco* às instituições que tenham ações apoiadas com recursos oriundos do Programa para acompanhamento da execução;

c) Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência;

d) relatórios de gestão.

O Programa realiza, também, parcerias não-governamentais para sua execução. A sociedade civil organizada faz encontros, capacitação de agentes sociais referentes à acessibilidade e são grandes parceiros para cobrar a implementação de dispositivos legais.

Além disso, o Programa possui mecanismos de participação social. Entre eles, consultas públicas, reuniões com grupos de interesse, discussões no CONADE. Busca-se sempre consolidar as opiniões dos participantes e adequar ao que for pertinente, sendo levada em conta a contribuição para efetivar a participação democrática de todos na implementação dos dispositivos legais.

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GERENTE DO PROGRAMA

Carmen Silveira de Oliveira

OBJETIVO

Promover a política de atendimento e garantir a ampla defesa jurídico-social de crianças e adolescentes.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes de zero a 18 anos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 24.154.351,00	Empenho Liquidado:	R$ 22.528.801,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 22.528.801,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios com Implantação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - Porcentagem	-	-	-	89.90	90.00	99,89%

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de implantação de conselhos de direitos e tutelares para o ano de 2007 foi alcançado dentro do previsto ao final do PPA, caracterizando-se adequado à realidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é composto por três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social. O eixo da Promoção envolve a rede responsável pela política de atendimento (fomento

dos direitos), composta pelas políticas sociais básicas, pela política assistencial e pela política de proteção especial (destinadas àqueles que têm seus direitos extremamente violados). A articulação e o apoio eventual a ações desenvolvidas pelos órgãos que compõem o eixo da promoção (Ministérios, secretarias Estaduais e Municipais de políticas sociais, secretarias de Direitos Humanos ou órgãos equivalentes, entidades de atendimento e conselhos dos direitos) são responsabilidades da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Para que se faça cessar a ameaça ou violação, o ECA prevê a atuação em conjunto de diversas entidades do Poder Público e da Sociedade civil. A ação articulada do Poder Público (órgãos da Segurança Pública, Ministério Público da União - MPU, Poder Judiciário, e Defensoria Pública Geral da União - DPGU) e da sociedade civil (conselhos tutelares e centros de defesa) deve ser implementada de forma articulada e harmônica, integrando um sistema que garanta o enfrentamento da violação e a responsabilização dos agentes. Os Conselhos Estaduais e Municipais de Diretos da Criança e do Adolescente são entidades responsáveis pela definição das diretrizes que orientam a política de atenção integral, sendo também responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento dessa política. O Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente é uma das condições essenciais para que se garanta a cidadania plena das crianças e dos adolescentes brasileiros, no escopo de um dos marcos legais mais avançados do mundo, num País onde os flagrantes e as contínuas violações afrontam de maneira insuportável os princípios da ética e dos direitos fundamentais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação dos conselhos de direitos e tutelares para quase que a totalidade dos Municípios brasileiros.

• Capacitação de aproximadamente 9.000 conselheiros de direitos e tutelares, e início do processo de implantação de Núcleos de Capacitação continuada de conselheiros em pelo menos 12 Estados. Foi também firmado convênio para implantação de ensino a distância e portal interativo, visando ampliar as possibilidades e agilidade das capacitações.

• Retomada e realização de diagnóstico situacional com estudo a respeito de viabilidade do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA).

• Discussão do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária em todo o Território Nacional, nas conferências dos direitos da criança e do adolescente, abrindo caminho para o apoio a projetos inovadores, como:

a) pesquisa sobre crianças em situação de rua;

b) elaboração e publicação de livros sobre reordenamento dos abrigos;

c) projeto de intervenção junto aos profissionais que trabalham com população indígena.

Em 2007, na proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, os resultados também foram positivos, com a ação implantada em cinco unidades de Federação: RJ, MG, ES, SP e PE e em implantação em quatro outros BA, DF, PA e PR. Desde o início do Programa (2003) foram protegidas 1.809 pessoas (737 crianças e adolescentes e 1.072 familiares). Somente em 2007 foram protegidas 888 pessoas (316 crianças e adolescentes e 572 familiares), o que representou 50% no número de protegidos desde 2003.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa teve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2007. O Sistema de Garantia de Direitos está presente na maioria dos Municípios brasileiros, mas não atende 100% deles.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Não obstante o bom desempenho, a equipe gerencial do Programa ainda carece de infra-estrutura mais adequada, tais como salas, mobiliário e computadores. Além disso, seria necessário um aumento no quadro de técnicos, principalmente, no que diz respeito às ações de pesquisa e aos sistemas de informação. Há, também, necessidade de profissionais mais qualificados para o desempenho das funções, devido à falta de quadro próprio para a SEDH.

Outras restrições que prejudicam o desempenho do Programa estão relacionadas às dificuldades de celebração de convênios na gerência, motivada pelos projetos apresentados muitas vezes não estarem adequados às normas descritas nos editais, o que impede o tempestivo repasse de recursos e devido à inadimplência de algumas Prefeituras na época da celebração dos convênios.

Também contribuem de forma a gerar dificuldades os conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, visto que muitas ações do Programa são multissetoriais e devido ao acúmulo de trabalho de outras pastas nem sempre o processo ocorre no ritmo pretendido.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui vários mecanismos de monitoramento, tais como, reuniões de trabalho realizadas sistematicamente, onde são avaliados as ações e os convênios em execução, visitas *in loco*, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

Realiza, também, parcerias não-governamentais para sua execução. Os parceiros têm bom desempenho técnico, no entanto, não raro existe a necessidade de prorrogação do convênio para término de sua execução. O que caracteriza que o cronograma acaba por não ser realista, devido a problemas de trâmite interno na aprovação e falta de documentação, o que acarreta o atraso do início do projeto. No entanto, raros são os casos de não cumprimento de metas.

O Programa promove a participação social por meio dos seguintes mecanismos:

a) audiências públicas realizadas para a discussão de temáticas nacionais, a exemplo da redução da maioridade penal, formas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, adoção e outros temas relevantes da área;

b) consultas públicas chamadas por ocasião da definição de parâmetros para a criação e o funcionamento dos fundos de direitos da criança e do adolescente, editais de projetos e outros;

c) reuniões com grupos de interesse que são formados para o debate de temas concernentes a crianças e adolescentes indígenas e quilombolas;

d) discussão em conselho setorial para temáticas inter-setoriais. São chamados para participar das decisões representantes de Ministérios, a exemplo do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e outros quando os temas envolvem crianças e adolescentes indígenas, quilombolas e outros segmentos.

Além disso, todas as ações da área da criança e do adolescente passam necessariamente pelo conhecimento e pela análise do CONANDA que é um órgão colegiado, deliberativo e autônomo, composto, paritariamente, por representantes do governo e da sociedade civil organizada.

O Programa trabalha com mobilização dos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e sua concepção já implica a necessidade de ampla participação social. São realizadas, ainda, pesquisas que avaliam e identificam as demandas para investimento. Recentemente foi realizada a pesquisa Bons Conselhos, onde se pôde identificar quais estratégias e conteúdos deveriam ser mais trabalhados na implantação e na capacitação dos conselhos.

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

GERENTE DO PROGRAMA

Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior

OBJETIVO

Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas portadoras de deficiência

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.820.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.572.693,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.572.693,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com Mais de 100 Funcionários - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
3. Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência - Porcentagem	55.55	66.66	77.77	81.48	74.07	110%
4. Taxa de Inclusão Escolar - Porcentagem	-	-	21.00	19.32	35.00	55,20%
5. Taxa de inserção de Pessoas com Deficiência no Serviço Público - Porcentagem	12.3	-	-	-	-	-
6. Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência - Porcentagem	1.57	-	2.14	4.33	2.30	188,26%

1. TAXA DE EFETIVIDADE DA RESERVA DE POSTOS DE TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dado não disponível.

2. TAXA DE EFETIVIDADE DO CUMPRIMENTO DA LEI DE QUOTAS POR EMPRESAS COM MAIS DE 100 FUNCIONÁRIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dado não disponível.

3. TAXA DE ESTADOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, o índice de Estados com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência ultrapassou o estimado, estando 81,48% das unidades Federativas (UF) com conselhos, faltando somente os Estados do Acre, Amazonas, Pará e Roraima criarem seus conselhos. Apesar de ter ultrapassado o estimado no PPA 2004-2007 ainda há muito para ser feito para que os Conselhos Estaduais possam estar estruturados para atender as expectativas da população que representam.

4. TAXA DE INCLUSÃO ESCOLAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Conforme informações do Ministério da Educação (MEC), houve uma queda de 8% no número de matrículas de 2006 para 2007 que se justifica pela mudança de metodologia no sistema de coleta de dados no Censo Escolar. Estão buscando aperfeiçoar a metodologia, diminuindo o risco de erros na coleta de dados. Em 2007, foram computadas 642.759 matrículas de pessoas com deficiência nas escolas brasileiras, sendo que 52,4% em classes especiais e 47,06% em classe comum, 63,2% em escolas públicas e 36,8% em escolas privadas, sendo detectado que a maioria são portadores de deficiência mental. Seguindo a estimativa do Censo 2000 que estima que 3.327.111 brasileiros na faixa etária de zero a 19 anos sejam pessoas com deficiência, estima-se que 19,32% das pessoas com deficiência na faixa etária de zero a 18 anos estão no ensino regular, índice muito baixo de inclusão escolar, havendo necessidade de serem avaliadas pelo MEC as estratégias de ação para intensificar o processo inclusivo nas escolas desta parcela da população, sendo a baixa escolaridade o maior empecilho para a inserção das pessoas com deficiência no processo de desenvolvimento do País.

5. TAXA DE INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dado não disponível em 2007, com apuração prevista para 2008 pela Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

6. TAXA DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Existem 241 Municípios brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, assim distribuídos: região Nordeste em 44 Municípios; região Norte em nove Municípios; região Centro-Oeste em seis Municípios; região Sudeste em 137 Municípios; região Sul em 45 Municípios.

O percentual apresentado foi sobre todos os Municípios existentes no Brasil, índice bastante significativo, ultrapassando o esperado no período do PPA 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A promulgação da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 promoveu mudanças de paradigmas quanto às questões relativas às pessoas com deficiência. Uma visão assistencialista/paternalista deu lugar à outra, que garantiu os direitos individuais e coletivos e a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência. Apesar de grande avanço do marco legal, o Estado brasileiro ainda necessita desenvolver ações que contribuam para as transformações dos paradigmas assistencialistas, permitindo que a pessoa com deficiência seja sujeito do processo de desenvolvimento do País, exercendo plenamente sua cidadania. O Censo Demográfico 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desenhado em conjunto com a CORDE, constatou que a questão da deficiência no Brasil atinge diretamente 14,48% e indiretamente 43,44% do conjunto da população, ultrapassando a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em números absolutos, as porcentagens indicam respectivamente, 24,6 milhões e 73,8 milhões de pessoas, além de profissionais atuantes em áreas de atendimento à pessoa com deficiência. A questão das deficiências é universal e deve ser preocupação constante não só do governo, mas da sociedade em geral. As medidas governamentais destinadas a melhorar a situação das pessoas com deficiência devem, necessariamente, estar ligadas à prevenção, à reabilitação e à equiparação de oportunidades, de acordo com o Programa de Ação Mundial para Pessoa Portadora de Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU). Faz-se necessário intensificar ações que impulsionem o desenvolvimento de políticas integradas junto aos governos de todos os níveis e com a sociedade civil, de forma a garantir os direitos da pessoa com deficiência e combater todas as formas de discriminação, possibilitando o acesso aos bens e serviços existentes, buscando meios de sua inclusão qualificada no processo de desenvolvimento do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Lançamento pela Presidente da República da Agenda Social: Direitos de Cidadania - Pessoas com Deficiência que visa fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e serviços da comunidade, promovendo e defendendo os direitos desta parcela da população e prioriza medidas de articulação institucional, de investimentos direto e financiamento, as quais se encontram sob a responsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal, com a participação da iniciativa privada e da sociedade.

• Encaminhamento pelo Presidente da República ao Congresso Nacional (CN) da proposta de ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006.

• Monitoramento do Projeto de Lei sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e elaboração de pareceres sobre outros projetos que tramitam no CN com participação em Audiências Públicas no CN, no Judiciário e nos diversos órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, além de realização de estudos e participação em comissões para regulamentação da legislação existente.

• Realização do I Encontro Nacional de Coordenadorias Estaduais de Pessoas com Deficiência visando:

a) contribuir para a efetivação das políticas públicas nos Estados e Municípios e impulsionar a inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País, bem como promover a troca de experiências entre as Coordenadorias Estaduais;

b) diagnosticar o desenvolvimento das políticas públicas estaduais referentes à pessoa com deficiência;

c) definir estratégias para fortalecer a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, tendo em vista as diretrizes nacionais e internacionais e as deliberações da I Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência;

d) definir estratégias para implementação do Plano Social Direitos de Cidadania - Pessoa com Deficiência.

• Apuração de denúncias de violação de direitos, de preconceitos e discriminação.

São recebidas em média 15 a 20 denúncias por semana, que tratam, principalmente, de descumprimento da legislação de concursos públicos, recusa de matrículas em escolas regulares, por companhias de transporte, além de denúncias contra atitudes e ações discriminatórias de órgãos públicos.

• Realização do III Encontro Nacional de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência visando contribuir para a efetivação do papel dos Conselhos nos Estados e Municípios e impulsionar o desenvolvimento do controle social para as políticas de defesa e promoção dos direitos desta parcela da população no Brasil.

• Capacitação de 13.288 pessoas sobre questões pertinentes aos direitos das pessoas com deficiência por meio de convênios com instituições parceiras.

• Distribuição de 50.000 exemplares de diversos títulos sobre questões pertinentes à pessoa com deficiência.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O alcance dos resultados físicos e financeiros não foi satisfatório, frente ao previsto em Lei, pois os recursos não foram totalmente disponibilizados, mas frente aos recursos liberados pode-se indicar que os resultados foram satisfatórios. Contudo nas ações a realizar, o resultado mostra-se aquém do que seria necessário apesar do esforço da equipe da CORDE para efetivar os preceitos da Política Nacional de Atenção à Pessoa com Deficiência. Sendo assim, pode-se considerar que dos recursos liberados houve a execução de 100% das metas físicas previstas.

As restrições que prejudicaram a execução do Programa foram o contingenciamento orçamentário e a incompatibilidade do fluxo de recursos com a programação física. O processo de liberação de recursos orçamentários não condiz com o processo de planejamento das ações que necessitam ser executadas. O Tribunal de Contas da União (TCU) exige que seja feito o processo de Chamada Pública, mas na hora da análise dos projetos recebidos, fica complicado priorizar os projetos que estão prontos para serem apoiados sem saber o montante de recursos que será disponibilizado até o final do ano. Os recursos orçamentários não são liberados por Programa e sim para a Secretaria como um todo.

Outra dificuldade encontrada é que a equipe técnica responsável pelo Programa é muito pequena, estando os técnicos envolvidos com o acompanhamento de várias ações simultaneamente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento é realizado com a utilização de vários instrumentos, como:

a) reuniões internas com a equipe técnica, com técnicos de outras instituições governamentais, com o CONADE e com a sociedade civil organizada, além de reuniões com os parceiros na execução de ações importantes para impulsionar a política para a inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País;

b) visitas *in loco* às instituições que tenham ações apoiadas com recursos oriundos das ações do Programa para acompanhamento da execução;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

d) relatórios de gestão.

O Programa conta com parcerias não-governamentais na sua execução, além de possuir mecanismos de promoção da participação social, principalmente, por meio de discussão no CONADE, que aprova a programação anual e acompanha a execução de suas ações. Durante a realização das reuniões do CONADE, todos têm a oportunidade de opinar e acompanhar os ajustes que se fazem necessários em decorrência dos recursos financeiros efetivamente liberados.

A gerência está desenvolvendo atividades que visam a revisão dos indicadores Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência e Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com mais de 100 funcionários, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para garantir a apuração dos índices.

PROTEÇÃO DA ADOÇÃO E COMBATE AO SEQÜESTRO INTERNACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Patricia Lamego de Teixeira Soares

OBJETIVO

Garantir o direito à convivência familiar por meio da adoção e promover o combate ao seqüestro internacional de crianças no Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de adotabilidade internacionais e crianças seqüestradas para fora do Brasil por um dos genitores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 200.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 0,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 0,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Adoção Internacional - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve apuração do índice, no período do PPA 2204-2007, devido a não existência de indicadores que sejam passíveis de verificação. Tal problema será dirimido a curto prazo como resultado da recente instituição pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Cadastro Nacional de Adoção, cujo preenchimento será obrigatório para as varas de infância e juventude de todo o País. Dessa forma será possível contabilizar o número de adoções nacionais e internacionais por Estado e Município.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional trabalha no acompanhamento e na viabilização dos procedimentos que envolvem os processos de

adoção internacional e seqüestro internacional. Os mecanismos previstos para execução de Programa envolvem:

a) desenvolvimento, implantação e gerenciamento de um banco de dados específicos;

b) apoio de funcionamento às Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção dos Estados Federados e do Distrito Federal ao Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras;

c) viabilização dos procedimentos que envolvem o intercâmbio internacional de informações e documentos com todas as autoridades centrais dos Estados contratantes da Convenção de Haia e com os organismos internacionais afetos à matéria de adoção e seqüestro;

d) produção e publicação de material específico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Lançamento do sítio sobre a Convenção de Haia de 1980 na página eletrônica do Supremo Tribunal Federal (STF).

• Encerramento de 36 casos de seqüestro, totalizando 183 casos de seqüestro encerrados no período 2003-2007, por motivos de decisão judicial, acordo entre as partes, desistência, etc.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa utilizou, em 2007, recursos inscritos em restos a pagar de 2006 para execução de suas ações. Foi possível atender a necessidade de realização de encontro anual do conselho nacional instituído para regulamentação interna do tema. Uma segunda ação prevista com recursos de 2007 não foi executada por impossibilidade de agenda.

As restrições que interferiram no desempenho das ações foram o atraso na liberação de recursos e a falta de pessoal nos órgãos executores como o Departamento Internacional (DEJIN) unidade administrativa da Advocacia-Geral da União (AGU).

Nas equipes executoras ou parceiras como o DEJIN a situação é crítica, pois o número de advogados é mínimo. Atualmente, apenas um advogado trabalha com o tema do seqüestro, o que é totalmente insuficiente e inadequado, já que os casos de seqüestro se avolumam, não sendo respeitado o prazo estabelecido pelos acordos internacionais para solução do contencioso. Tal situação gera constante reclamação por parte de outros países, bem como depõem contra a imagem do País em foros internacionais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos de monitoramento utilizados pelo Programa sobre o desempenho físico das ações são, principalmente, reuniões de trabalho e o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Os beneficiários do Programa são basicamente crianças e adolescentes colocados para adoção internacional ou seqüestrados. A avaliação dos casos de adoção é feita por meio de relatórios pós-adotivos, mas tais relatórios não auferem satisfação e sim a situação positiva das crianças na recolocação familiar. Nos casos de seqüestro é mensurado o número de restituições ou soluções que levem ao encerramento dos casos.

O Programa apresenta boa prática de gestão com a implementação dos acordos internacionais que prevêem a comunicação direta, sem trâmites judiciais, entre as autoridades centrais designadas para tratar dos temas. Tal prática possibilita enorme rapidez nos contatos e envio de documentos relativos aos casos de adoção e seqüestro de crianças.

O Programa foi excluído do PPA 2008-2011, com migração de sua principal ação para o âmbito do Programa --Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

PODER LEGISLATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU)

Defesa da Ordem Jurídica

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

SENADO FEDERAL

Atuação Legislativa do Senado Federal

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Controle Externo

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

JUSTIÇA DO TRABALHO

Prestação Jurisdicional Trabalhista

JUSTIÇA ELEITORAL

Gestão do Processo Eleitoral

JUSTIÇA FEDERAL

Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado)

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Prestação Jurisdicional Militar

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL

Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Defesa da Ordem Jurídica

DEFESA DA ORDEM JURÍDICA

GERENTE DO PROGRAMA

Carlos Frederico Santos (PENDENTE)

OBJETIVO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.542.745.400,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.270.445.504,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.270.445.504,00**
Previsto não- orçamentário	**Realizado não- orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Processo Elaborado - Porcentagem	-	-	-	-	100.00	-

1. TAXA DE PROCESSO ELABORADO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A resposta está vinculada ao fato de esta ser a primeira avaliação do Ministério Público da União (MPU) no PPA 2004-2007, em face dos fatores técnicos e operacionais que impossibilitaram as avaliações anteriores. O indicador do Programa não foi apurado, para o exercício financeiro de 2007, porque algumas unidades orçamentárias do MPU modificaram, no decorrer de 2007, ou estão modificando, as metodologias de cálculos dos processos elaborados, revisando conceitos e definições acerca dos itens que compõem esses processos. Assim, impossibilita-se a apuração do indicador, haja vista que as informações necessárias ao cálculo do indicador, cuja amplitude é nacional, estão indisponíveis.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cabe ao Programa zelar pela observância da Constituição Federal, das leis e dos atos emanados dos poderes públicos, resguardando as ações de desenvolvimento do MPU, conforme suas funções institucionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Superação da meta física em uma das ações de maior relevância no Programa (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal), em função do sucesso crescente da atividade ministerial, o qual induziu a revelação de diversas demandas contidas na sociedade.

• Ampliação da produção da TV e Rádio do MPU por meio de parcerias com emissores de outros órgãos e Unidades da Federação, possibilitando maior divulgação dos trabalhos realizados.

• Realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público da União.

Em virtude da não apuração do indicador do Programa, considera-se que a execução financeira, de aproximadamente 89%, deveu-se à limitação de empenho e movimentação financeira imposta ao MPU, o que levou à paralisação de obras, que eram necessárias aos provimentos de cargos autorizados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No ano de 2007, houve modernização de Instalações de Procuradorias, Ofícios e Promotorias que foram:

a) manutenção, reforma e ampliação de diversos edifícios-sede;

b) adaptação de diversos edifícios-sede, visando a acessibilidade das pessoas com deficiência física;

c) melhoria da gestão e do atendimento à população;

d) padronização de projetos de construção de edifícios-sede (Projeto Padrão de Procuradorias e Promotorias);

e) aquisições de edifícios-sede da Procuradoria da República em São Paulo (MPF), da Procuradoria Regional do Trabalho em São Paulo (MPT) e da Procuradoria Regional do Trabalho em Belo Horizonte (MPT);

f) construção da promotoria de justiça de Samambaia-DF (MPDFT);

g) incremento das condições de segurança, nas Procuradorias, Ofícios e Promotorias.

Em relação ao monitoramento sobre o desempenho físico das ações têm-se as reuniões de trabalho com periodicidade mensal, abrangendo o MPU, por videoconferência ou presencial, as visitas mensais *in loco*, a utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e elaboração bimestral de relatórios de gestão.

A gerência do Programa realiza visitas periódicas às unidades administrativas, ocasião em que são discutidas as necessidades de cada uma, bem como as possibilidades de atendimento, em função das prioridades estabelecidas e da disponibilidade de recursos.

O cumprimento de metas físicas ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. No conjunto das ações do Programa, a meta física realizada foi de aproximadamente 71%. Na Ação Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário do MPU, a meta física realizada superou os 100%. A limitação de empenho e movimentação financeira e a aprovação de créditos suplementares que ocorreram em dezembro e a alteração de metas físicas decorrentes de emendas parlamentares contribuíram para a não realização das metas físicas, constantes da LOA 2007.

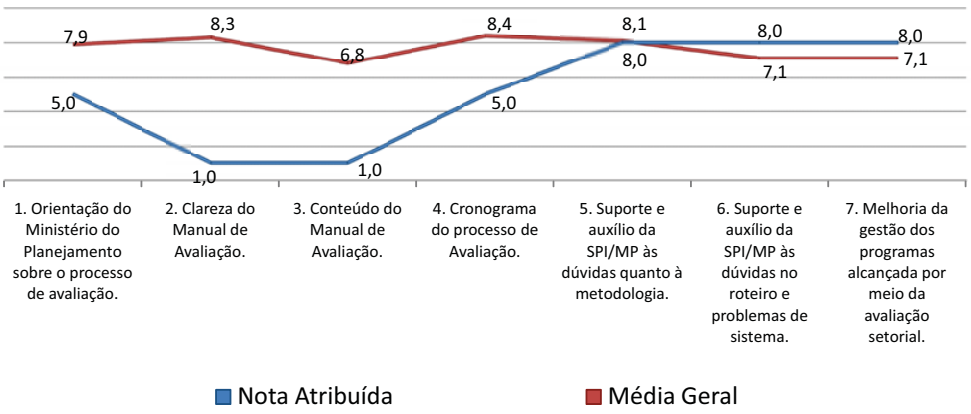
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há participação social na elaboração e execução do orçamento do MPU. A programação orçamentária tem por base a organização das ações do MPU com a alocação de recursos suficientes para cumprir sua missão junto à sociedade.

A avaliação da satisfação dos beneficiários é de difícil mensuração haja vista o universo do público-alvo. Entretanto, busca-se superar essa dificuldade a partir da avaliação institucional do MPU, por meio dos serviços prestados pelos Procuradores e Promotores, junto aos poderes constituídos, em defesa da sociedade.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

OBJETIVO

Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.605.420.687,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.362.935.195,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.362.935.195,00**

INDICADORES

O Programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa é o conjunto de todas as atividades, todos os projetos e todas as operações especiais, que objetiva assegurar condições de funcionamento e manutenção do órgão, de modo a propiciar o desempenho de suas atribuições constitucionais e regimentais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Três emendas à Constituição.
- Três leis complementares.
- 25 Leis Ordinárias.
- 61 Medidas Provisórias (MP) convertidas.
- 49 Decretos Legislativos.
- Uma Resolução.

Destaca-se, dentre os principais resultados atingidos pelo Programa, a aprovação de vários atos normativos, além da fiscalização exercida pela Câmara dos Deputados, por meio da atuação parlamentar e, mais objetivamente, pelas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Os resultados obtidos pelo Programa Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados, dada a natureza do órgão, são de difícil mensuração. Assim, uma forma possível de se avaliar o Programa, a despeito de a Casa possuir outras prerrogativas, poderia ser por meio das principais matérias aprovadas, importantes para a sociedade brasileira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento das realizações físicas das ações utilizado é a validação trimestral dos dados inseridos pelos respectivos coordenadores no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O cumprimento das metas físicas está dentro do previsto, com exceção dos projetos que, além de sofrerem o contingenciamento imposto em função da necessidade de atingir o *superavit* fiscal programado, são suscetíveis de reavaliações políticas, o que impediu a realização de algumas obras programadas para o exercício.

Contudo, o cumprimento das metas físicas situou-se em torno de 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Em relação aos recursos orçamentários executados, estes foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

Não houve dificuldade em relação à liberação de recursos para o fiel cumprimento das obrigações da Casa.

Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de Governo dificultaram a realização de várias obras programadas para o exercício. Os projetos alocados na LOA, no âmbito da Câmara dos Deputados, são muito suscetíveis de reavaliações políticas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação à participação social, os mecanismos utilizados são a Ouvidoria, que recepciona as petições, reclamações, representações ou queixas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, ou imputados a membros da Casa, a audiência pública, onde cada comissão pode realizar reunião com

cidadãos ou com entidades da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada e a consulta pública, onde a sociedade apresenta diversos questionamentos à Presidência da Câmara dos Deputados, que por sua vez os encaminha às comissões ou à Ouvidoria Parlamentar, conforme o caso.

Além disso, no âmbito da Casa, foi constituída a Comissão de Legislação Participativa (CLP), com a atribuição de receber sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, dentre outras, e por meio de reuniões com grupos de interesse, onde a participação da sociedade civil poderá ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa, de pareceres técnicos e de exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais, bem com de qualquer uma das entidades mencionadas na alínea a do inciso XII do artigo 32 da Resolução n.º 17, de 1989 - Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A participação social gera subsídios para que os parlamentares possam desempenhar melhor as competências constitucionais e legais da Casa.

Os produtos do Programa Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados são ofertados diretamente à sociedade, ainda que nem sempre estejam disponíveis para aferição, como, por exemplo, os que resultam das funções legiferante, fiscalizadora da atuação estatal, apuradora de fatos e debatedora de temas de interesse público.

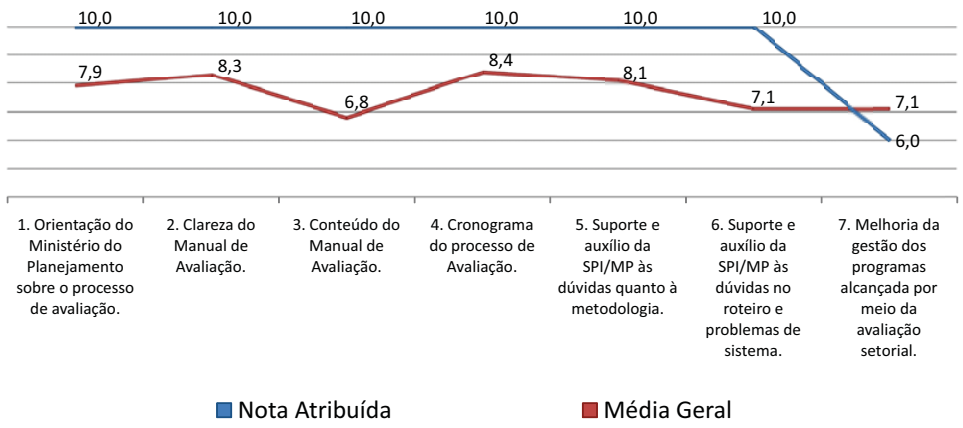
A Câmara dos Deputados vem adotando algumas práticas de gestão, dentre as quais destacam-se a gestão orçamentária da Câmara dos Deputados com o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), o Banco de Talentos, o Comitê Técnico de Gestão do Conhecimento e a gestão de comunidades virtuais e ciclo de palestras gerenciais, gestão estratégica. Todas poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF) como boas práticas de gestão.

Deve-se promover a realização de estudos e análises a respeito da construção de indicadores para o Programa e desenvolver metodologia de apuração do indicador Taxa de Apreciação de Proposições.

Deve-se verificar a possibilidade de alinhamento com o Senado Federal, de forma a proporcionar um mecanismo de mensuração da atuação do Poder Legislativo brasileiro, inclusive com observância de referências internacionais a respeito do assunto.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada melhor a cada ano.



SENADO FEDERAL

Atuação Legislativa do Senado Federal

ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Agaciel da Silva Maia

OBJETIVO

Representar a Federação, fiscalizar e controlar os atos dos agentes do Poder Público e desempenhar as demais atribuições constitucionais e regimentais.

PÚBLICO-ALVO

Unidades da Federação e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.067.981.789,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.882.415.765,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.882.415.765,00**

INDICADORES

O Programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa é o conjunto de todas as atividades e de todos os projetos, tendo como objetivo assegurar condições necessárias para a manutenção e o funcionamento das unidades do órgão, bem como para a realização de suas atribuições regulamentares, regimentais e constitucionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Analisou-se a execução das metas físicas e financeiras das ações pela seguinte metodologia para o resultado das metas físicas foram somadas as metas previstas de todas as ações, considerando-se seu total (100%). Foram somadas as metas físicas realizadas de todas as ações e comparadas com as previstas. Encontrou-se percentual de 51% de execução. A execução física foi frustrada devido à não-execução dos recursos dos projetos referentes a obras. Quanto ao financeiro, observa-se que a execução foi de 91% em relação à previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) mais créditos, que é bastante satisfatória. A média entre o físico e o financeiro situou-se no alcance de 40% a 80%.

Como não foi definido um indicador para o Programa, os resultados foram analisados em cada ação. De maneira geral, os principais objetivos do Programa foram alcançados

por intermédio de suas ações, exceto em relação às ações dos projetos de obras, que foram adiados devido ao contingenciamento de recursos e à redefinição de prioridades da administração do órgão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, no âmbito da gerência, foram utilizados o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e a Secretaria de Administração Financeira do Senado Federal (SAFIN/Senado). Por ocasião da validação trimestral dos dados da execução física mensal (feita pelas unidades orçamentárias) no SIGPlan, faz-se uma avaliação da execução orçamentária do período em referência (trimestre). As Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs) também dispõem de informações fornecidas pela SAFIN, sobre a execução orçamentária da despesa.

O SIGPlan tem facilitado o monitoramento, por apresentar dados da execução física mensal, bem como da programação física de curto prazo do PPA. Reconhece-se que a avaliação em curto prazo ainda é deficiente.

Os mecanismos de acompanhamento físico devem ser aperfeiçoados, de forma a melhorar a programação ou o planejamento orçamentário e a eficácia da execução, que também é prejudicada por outros fatores, dentre os quais o contingenciamento de recursos e a redefinição de prioridades administrativas.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Contudo, como os recursos de algumas ações não têm sido suficientes para custear as despesas previstas, o problema foi solucionado com o remanejamento de dotações entre ações que integram o Programa, via créditos suplementares. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação e, com exceção dos recursos contingenciados, não houve problema para o cumprimento da programação.

O contingenciamento orçamentário tem sido um dos principais entraves à implementação de ações, principalmente na categoria de despesas de capital (investimentos).

O órgão possui poucos casos de descentralização de recursos (somente para organismos internacionais de intercâmbio e cooperação), mas a execução financeira dessas ações foi considerada alta.

O processo de integração da gerência do Programa com os executores das ações vem sendo aperfeiçoado a cada ano, com a preocupação de se colocar os executores das ações cada vez mais informados e conscientes da importância de melhorar a qualidade do gasto.

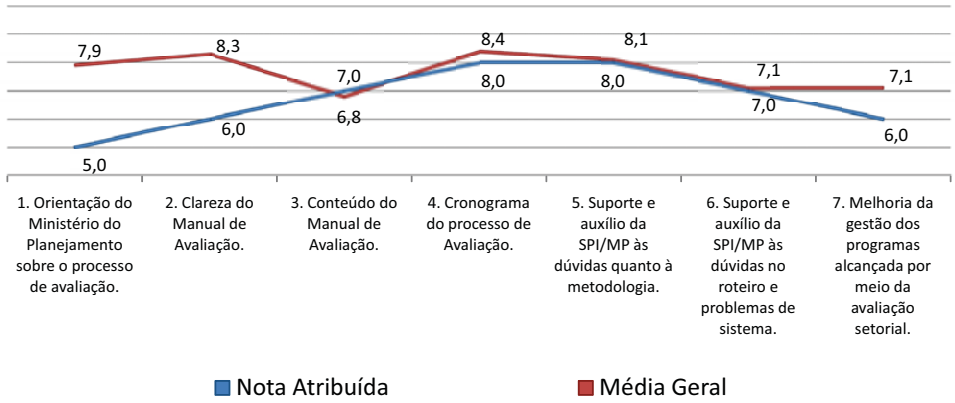
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As práticas de gestão estão relacionadas diretamente com cada ação e compreende que cada unidade administrativa (UGR) elabora o seu orçamento, via sistema informatizado criado pelo órgão (CONORWEB), e recebe também um quadro detalhando o valor definido no seu orçamento para o exercício, por ação e natureza de despesa.

Periodicamente são fornecidos relatórios pelo órgão de orçamento e finanças, SAFIN, demonstrando o nível de execução. Caso a unidade administrativa tenha execução baixa no exercício, seu orçamento para o ano seguinte poderá sofrer reduções, para adequação do nível histórico de execução. Apenas os casos excepcionais são considerados - quando a execução foi prejudicada por fatores externos ou alheios à vontade da unidade administrativa. Essa prática poderia ser replicada na Administração Pública Federal (APF) como bom exemplo de gestão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada igual em todos os anos.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Controle Externo

CONTROLE EXTERNO

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Freitas de Almeida

OBJETIVO

Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 714.896.162,00	Empenho Liquidado:	R$ 706.692.262,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 706.692.262,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Julgamento de Processos pelo Tribunal de Contas da União - Porcentagem	43.60	42.10	45.80	46.20	40.00	115,50%

1. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O sucesso das ações empreendidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e o apoio recebido da administração pública permitiram que a meta fosse superada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O controle dos gastos públicos e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, no que diz respeito à legalidade, legitimidade, economicidade e fiscalização das subvenções e renúncias fiscais, justificam a demanda que a sociedade exige de Programa voltado para a função judicante e fiscalizatória, com objetivo de coibir, inibir, evitar e punir a malversação e o desperdício de recursos públicos federais, auxiliando o Congresso Nacional em suas atividades de fiscalizar as contas dos administradores públicos federais, bem como de fiscalizar a correta aplicação de recursos federais. Neste sentido, a ação do TCU busca

atender à demanda social de fundamental importância, que é a busca pela transparência e pela aplicação legal dos recursos públicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A taxa de julgamento de processos pelo TCU alcançou 46,2%, resultado superior à meta de 40% estabelecida para o período.

O resultado positivo decorreu em virtude de estabelecimento de metas anuais de desempenho, da melhoria em processos de trabalho, da implementação de ações voltadas para a melhoria da satisfação profissional e da ampliação do uso de tecnologia da informação (TI).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, existem mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, dentre os quais:

a) reuniões de trabalho realizadas semestralmente pelas gerências para acompanhar os resultados;

b) visitas *in loco* da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan) do TCU às equipes responsáveis, para acompanhamento das metas anuais;

c) sistemas informatizados existentes no TCU, que obtém as estatísticas relativas aos resultados alcançados;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que possibilita o monitoramento do desempenho físico das diversas ações contidas no Programa Controle Externo - ocorre primordialmente mediante consultas efetuadas no próprio sistema.

O cumprimento das metas físicas contidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) ficou acima das expectativas do órgão. O regular fluxo de recursos ao longo do exercício financeiro, bem como o planejamento adequado nas fases anteriores à implementação dos gastos, propiciou condições adequadas à execução física das ações dentro dos parâmetros esperados. Ademais, foram implementadas ações que propiciaram resultado superior ao projetado. Os resultados estão sendo obtidos de acordo como o planejamento de longo prazo, que projeta a estabilidade do indicador em torno de 40%, com a possibilidade de ocorrência de picos.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e a execução orçamentária mostrou-se plenamente satisfatória, uma vez que os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Uma vez que os recursos orçamentários foram integralmente liberados quando da aprovação da LOA 2007, e que os recursos financeiros foram adequada e tempestivamente liberados, a execução física das ações não sofreu nenhum tipo de prejuízo em função da disponibilidade de recursos.

As secretarias de controle externo (Secex) do TCU nos Estados executam suas ações com recursos descentralizados. Isso tem sido essencial para a autonomia e agilidade na execução das atividades de apoio e de controle externo das regionais, racionalizando e desburocratizando a execução orçamentário-financeira, o que garante o aporte de recursos necessários ao alcance das metas e dos resultados planejados.

A infra-estrutura na equipe gerencial, assim como nas equipes executoras, foi considerada inadequada, evidenciando a necessidade de ampliação de uso de TI. Além disso, espaço físico é insuficiente para desenvolver as atividades de treinamento e de execução.

A quantidade dos recursos humanos na equipe gerencial, assim como nas equipes executoras, foi considerada inadequada, fato que poderá ser amenizado com a aprovação do Projeto de Lei (PL) n.º 7.541, de 2006, que ampliará a quantidade de funções gerenciais e equilibrará a proporção de analistas por habitante em comparação com congêneres internacionais.

Em relação à capacitação e qualificação dos recursos humanos, está sendo implantada gestão por competências.

Embora o TCU tenha atribuições mais amplas e em maior quantidade do que a maioria das entidades fiscalizadoras superiores (EFS), a quantidade de analistas por habitante de que dispõe é significativamente inferior. As crescentes complexidade e sofisticação dos objetos de controle impõem necessidade de contínuo aprimoramento do quadro do TCU. Com este objetivo, encontra-se em fase final de desenvolvimento o Sistema de Gestão por Competências. Relativamente à quantidade, cumpre esclarecer que foi aprovada pela Lei n.º 10.799, de 10 de dezembro de 2003, a criação de 600 novos cargos de analista. Contudo, o provimento estender-se-á até 2009. Existe em tramitação o PL 7.541/2006, que ampliará a quantidade de funções gerenciais.

Em relação à comunicação entre as equipes, ocorreu a necessária articulação de informações entre o gerente do Programa e os executores das ações. Houve reuniões, comunicações e acompanhamentos para verificação do cumprimento dos objetivos de cada ação e resolução de eventuais problemas. O gerente do Programa é informado das dificuldades enfrentadas e dos sucessos alcançados na execução das ações, o que facilita a tomada de decisão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No aspecto da participação social, o TCU tem inovado no sentido de ampliar e diversificar as formas de atendimento ao público-alvo. Como exemplo, há a elaboração e distribuição de cartilhas de orientação, os eventos de diálogo público realizados e as ações de orientação aos conselheiros do Programa de Merenda Escolar.

Os eventos de diálogo público realizados em diversos Estados têm buscado conscientizar cidadãos da importância do controle social sobre a gestão de recursos públicos e do papel do TCU no sistema de controle. Há um crescente aumento de denúncias e representações ao TCU, o que mostra a efetividade dos eventos de diálogo público. Os conselheiros do Programa de Merenda Escolar têm sido essenciais na fiscalização da aplicação dos recursos públicos na merenda escolar, evitando desvios e desperdícios. Nos eventos de diálogo público, diversos segmentos da sociedade puderam discutir vários aspectos do controle externo. Como forma de aprimorar a transparência e facilitar a participação, foi inaugurado, em 2004, um novo portal de acesso público na Internet. Além da Ouvidoria implantada em 2004, das audiências públicas e das reuniões com grupos de interesse.

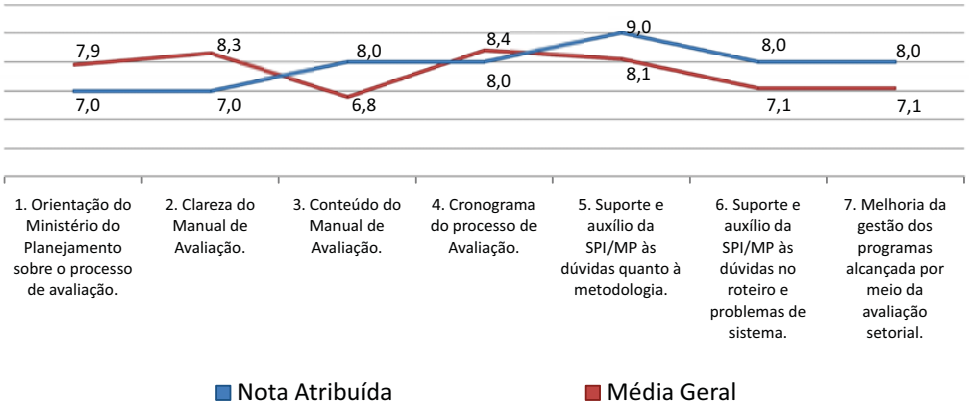
Essa participação social confere maior efetividade às ações de controle externo, de facilitação e incremento do controle social, de focalização das ações de controle em áreas de risco, relevância e materialidade e melhoria da alocação de recursos públicos federais.

Para aferir a satisfação dos usuários, em 2004, foi realizada pesquisa para colher percepção de imagem do TCU junto a parlamentares, ao Ministério Público da União (MPU), a controles internos e aos tribunais de contas nos Estados. Pareceres emitidos pelas comissões da Câmara e do Senado acerca dos relatórios de atividades encaminhados pelo TCU, trimestral e anualmente, são utilizados para promover melhorias. E a criação da Ouvidoria objetiva o recebimento de denúncias, sugestões e reclamações acerca da atuação do TCU. Em 2006 e 2007, foram realizadas pesquisas de imagem do TCU junto a seus principais clientes. Todas estas pesquisas tiveram por objetivo colher subsídios para a melhoria do Programa.

O estabelecimento de metas de desempenho institucional e a vinculação de parte da remuneração ao grau de alcance dessas metas e a estruturação de ampla base de dados com informações da administração pública, que propicia melhor conhecimento do ambiente externo, facilitando a atuação do órgão, poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF) com boas práticas de gestão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada igual em todos os anos.



JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Cid Moreira

OBJETIVO

Garantir o pleno exercício do direito no Distrito Federal por meio da prestação dos serviços jurisdicionais de competência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 935.777.529,00	Empenho Liquidado:	R$ 933.756.556,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 933.756.556,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Processo Sentenciado - Unidade	-	-	-	350.865	300.000	116,96%

1. PROCESSO SENTENCIADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de não ter sido aprovado o Projeto de Lei (PL) 3.248, de 2004, que trata da atualização e modernização da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, o índice apurado foi superior ao previsto, haja vista as inúmeras ações desencadeadas para dar suporte à prestação jurisdicional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda da sociedade por serviços disponibilizados pela Justiça tem crescido no Distrito Federal (DF). A população do DF, no período 2000-2003, experimentou um considerável crescimento demográfico. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, o DF contava com uma população de 2.043.169 habitantes, e a projetada para 2003 era de 2.189.789 habitantes, representado um crescimento de 7,18%. Brasília,

com suas cidades-satélites, é hoje considerada como terceiro grande conglomerado, em número de habitantes. Tais dados revelam uma potencial demanda por serviços jurisdicionais, considerando-se que no ano 2000, o quantitativo de processos distribuídos na justiça de primeira instância foi de 228.972, e em 2003 foi de 295.500, representando um incremento de 29,6%, no período do último PPA. Desta forma, a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (JDFT) deverá dar continuidade ao processo de implementação definitiva dos Juizados Especiais, bem como à instalação de novas varas comuns, nas circunscrições judiciárias que atualmente são nove, com perspectiva de ampliação para 13 circunscrições em todo o DF, na forma do Anteprojeto de Lei de alteração da organização judiciária no DF.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão das obras do Fórum do Núcleo Bandeirante.

- Continuidade das obras do bloco A do Fórum de Brasília, do Complexo Criminal de Brasília e do Fórum de São Sebastião.

- Implantação de modernas tecnologias de segurança e de sistemas de informação (acórdão real, assinatura digital, teleaudiência).

- Promoção de concurso para Juiz Substituto.

- Implantação parcial do mobiliário ergonômico.

- Continuidade do Programa de Modernização de Arquivos.

- Inauguração da Central do Idoso e do Centro de Resoluções Não-Adversarial de Conflitos (CRNC).

- Instalação do Juizado Especial do Aeroporto Internacional de Brasília.

As ações desencadeadas no exercício de 2007 tiveram como escopo dar maior efetividade à prestação jurisdicional, indistinta e imparcialmente, por meio de formas alternativas de resolução de conflitos e, ainda, por meio da descentralização dos serviços judiciais, proporcionada pela conclusão e instalação de novas unidades judiciárias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos utilizados para o monitoramento do desempenho físico das ações são representados pelo acompanhamento mensal das realizações físicas, inseridas pelos respectivos coordenadores das ações e pela elaboração do Relatório de Gestão,

que é peça integrante do Processo de Tomada de Contas, cujas informações obrigatórias estão estabelecidas em decisão normativa do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em relação ao cumprimento das metas físicas, as realizações situaram-se entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Verificou-se que a meta estabelecida para a maioria das ações orçamentárias foi cumprida (mais de 90%), e as metas que não foram completamente alcançadas em nada interferiram na satisfação dos objetivos visados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

Contudo, o contingenciamento orçamentário nesses últimos anos tem afetado os projetos consignados no PPA 2004-2007, ocasionando o atraso do cronograma físico-financeiro das ações e interferindo no desempenho das metas consignadas no PPA e na LOA.

Por fim, a dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais no âmbito da JDFT, especificamente quanto aos sem compensação, frustra as metas estabelecidas. Ressalte-se, também, que os créditos recebem parecer do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e em caso de não atendidos nem são analisados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), apesar de pertinentes.

Ressalte-se que o valor consignado na LOA 2007 foi incluído o valor de R$ 103.292, na Fonte 181, relativo a convênio a ser firmado com o Governo do Distrito Federal (GDF), o qual não foi efetivado. O índice de utilização da despesa, verificado na ação orçamentária, foi 99,99, excluído do recurso de convênio.

Em relação aos recursos humanos nas equipes executoras, o TJDFT vive um *deficit* de pessoal nas áreas administrativas e judiciais. Para tanto, espera-se superar a falta de recursos humanos com a aprovação do PL 3.248/2004, que trata da modernização e atualização da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, prevendo o aumento de número de cargos de magistrados e servidores.

Os recursos descentralizados pela Justiça Federal foram empregados no pagamento de sentença judicial (precatório) no valor de R$ 80.872,05.

Os recursos descentralizados pela Justiça Federal foram destinados ao pagamento de precatório, cuja sentença judicial foi proferida pelo TJDFT.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria-Geral, instituída pela Resolução n.º 3/2000, do Pleno Administrativo, canal

permanente de intercomunicação e aproximação entre o TJDFT e a sociedade, que tem por competência receber denúncias, elogios e sugestões de aprimoramento dos serviços judiciais, dando mais agilidade e transparência à prestação jurisdicional. Tem como canais: Alô-Justiça (sistema 0800), Selo-Justiça (formulário pré-selado) e Ouvidor Virtual (formulário disponível no sítio eletrônico do TJDFT). Os atendimentos pessoais, cartas e *fax*, embora possíveis, ocorrem em número inexpressivo.

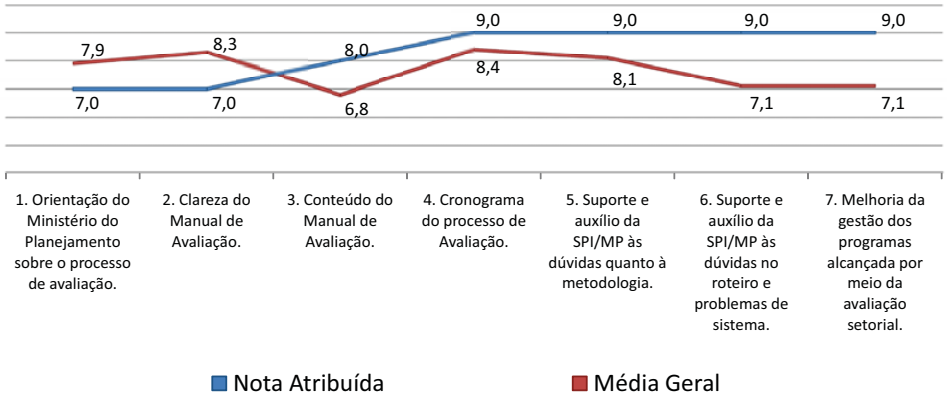
Além do mais, o Programa Justiça Comunitária foi criado em outubro de 2000, com o objetivo de democratizar a realização da Justiça, restituindo ao cidadão e à comunidade a capacidade de gerir seus próprios conflitos com autonomia. Atualmente, o Programa está instalado nas cidades-satélites de Ceilândia e Taguatinga e prevê a atuação de agentes comunitários que, na qualidade de membros das comunidades em que vivem, promovem a composição de conflitos, de forma a não se transformarem em demandas judiciais. A atuação dos agentes comunitários é acompanhada por uma equipe interdisciplinar composta de advogados, psicólogos, assistentes sociais, servidores de apoio administrativo, um artista e uma Juíza de Direito que coordena o Programa. As atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários são: a informação jurídica, a mediação comunitária e a formação e a animação de redes sociais.

As atividades desencadeadas pelos agentes comunitários fortalecem e democratizam o acesso às informações acerca dos direitos dos cidadãos, por meio da atuação mais próxima da realidade sócio-cultural daquela comunidade. Para tanto, os agentes comunitários produzem, em comunhão com os membros da equipe interdisciplinar, materiais didáticos e artísticos, dentre os quais: cartilhas, filmes, peças teatrais, musicais e cordéis. A mediação comunitária é empregada como uma importante ferramenta para a promoção do "empoderamento" e da emancipação social. Por meio desta técnica, as partes direta e indiretamente envolvidas no conflito têm a oportunidade de refletir sobre o contexto de seus problemas, de compreender as diferentes perspectivas e, ainda, de construir em comunhão uma solução que possa garantir, para o futuro, a pacificação social.

Com a atuação da Ouvidoria, o índice de resulotividade das manifestações fica em torno de 90%. Em relação ao Projeto Justiça Comunitária, não há um mecanismo específico para medir os resultados. No entanto, os índices de mediação e encaminhamento sócio-jurídico têm se revelado positivos, assim como tem havido aumento na procura por orientações por parte da comunidade e, dessa forma, o Programa pode avaliar a satisfação de seus beneficiários.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada melhor a cada ano.



JUSTIÇA DO TRABALHO

Prestação Jurisdicional Trabalhista

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcelo Barros Marques

OBJETIVO

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.057.456.662,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.912.039.612,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 6.912.039.612,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Recorribilidade - Porcentagem	-	-	-	53.44	-	-
2. Número de Processos por Magistrado - Unidade	-	-	4998.33	2240.00	1790.00	125,14%
3. Taxa de Solução de Processos - Porcentagem	-	-	-	53.50	-	-
4. Tempo Médio de Solução de Processos - Dias	-	-	768,17	663.00	-	-

1. ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número encontrado em 2007, quando comparado ao índice de referência, reflete grande aumento de ingresso de recursos nas instâncias trabalhistas, demonstrando maior facilidade de acesso aos jurisdicionados.

2. NÚMERO DE PROCESSOS POR MAGISTRADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 atingiu mais de 125% da meta estabelecida para o final do PPA, refletindo significativo incremento no volume processual no período, fenômeno que tem sido recorrente nos últimos anos. Além do aumento da demanda em matéria trabalhista, reforma recente nos dispositivos legais expandiu as competências da Justiça do Trabalho (JT), importando, por conseguinte, em aumento no quantitativo de processos e recursos que ingressam nas instâncias trabalhistas.

3. TAXA DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O valor apurado ao final de 2007 ficou abaixo do valor de referência (54,49) e do índice que era a meta para o final de 2007, (62,60) o que demonstra o crescimento no quantitativo de processos, já mencionado anteriormente. Entretanto, quando se compara a taxa de 2007, com a de 2006 (48,67), verifica-se que, mesmo com o crescente aumento de ingressos de reclamações trabalhistas e de recursos, houve melhoria na performance em relação a 2006, verificando-se, assim, curva ascendente do índice - tendência que, com a continuidade do trabalho, pretende-se manter nos próximos exercícios.

4. TEMPO MÉDIO DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Considerando-se que, em 2006, apurou-se um índice de 768,17, o valor ora apurado apresentou forte redução no quantitativo médio de dias consumidos na tramitação de processos trabalhistas, o que fica mais evidente quando analisado junto aos demais índices, especialmente o anteriormente comentado Número de Processos por Magistrados. Demonstra-se, assim, incremento na celeridade processual decorrente de investimentos em recursos humanos, informática e instalações físicas - despesas que têm sido prioridade da gestão deste órgão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O considerável crescimento da demanda processual trabalhista, que autuou mais de 20 milhões de processos na última década, impõe à JT um intenso esforço no sentido de racionalizar, dar celeridade e dar efetividade à tramitação e ao julgamento das causas trabalhistas. Para tanto, torna-se imprescindível:

a) dotar o órgão de ações que possibilitem modernizar o seu parque de informática, buscando a criação de um sistema integrado de gestão da informação jurisdicional em todo o País;

b) implantar varas em Municípios que são pólos de desenvolvimento e apresentam demanda trabalhista crescente, bem como interiorizar suas ações, permitindo o acesso dos jurisdicionados nos mais distantes pontos do Território Nacional;

c) modernizar e ampliar a estrutura física, mediante reforma e construção de novas sedes trabalhistas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho: principal ação finalística que visa a constante otimização e celeridade processual. A grande capilaridade da JT e o aumento significativo do volume de processos nos últimos anos demonstram a importância da JT para os jurisdicionados, bem como o impacto social oriundo de sua atuação institucional.

• Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional da Justiça do Trabalho (e-Jus), infra-estrutura de instalações físicas, programas e equipamentos, para atender à política de centralização do processamento e armazenamento de dados, comunicação e segurança, substituição e aquisição de novos equipamentos de informática e aquisição de *hardwares* e *softwares*. Em 2007, as principais ações foram:

a) contratação da Rede Nacional de Comunicação de Dados da Justiça do Trabalho;

b) contratação do desenvolvimento do Sistema Unificado de Administração de Processos da Justiça do Trabalho (SUAP/JT);

c) consolidação do Portal da JT;

d) Implantação da 3ª fase do projeto de ensino a distância da JT;

e) realização de treinamentos na área de tecnologia;

f) adoção de política de compras centralizadas na JT.

• Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho com a manutenção, reforma e ampliação de diversos edifícios-sedes de tribunais, varas e fóruns trabalhistas, contemplando a adaptação de diversas instalações físicas da JT, visando facilitar o acesso a portadores de deficiência física, melhoria da gestão e do atendimento à população, tendo como resultado o funcionamento das instâncias trabalhistas em condições adequadas e seguras e padronização do mobiliário, atendendo aos princípios de ergonomia e racionalização dos espaços prediais.

• Em 2007 foram atendidas 128 instalações prediais, destacando-se, dentre as despesas, a de realização de reformas e adaptações, que representaram 43,68% do total dos recursos aplicados no exercício.

• Conclusão de diversos projetos: aquisição de imóvel para a 2ª Vara do Trabalho de Abaetetuba (PA), construção de edifício de apoio ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 19ª Região e ampliação do edifício-sede do TRT da 19ª Região (AL), construção de fóruns trabalhistas: Itabira e Pará de Minas (MG), Goiana (PE), São Luís (MA) e Mossoró (RN), construção de varas do trabalho: Gravataí, Lajeado, Cachoeirinha e Caxias do Sul (RS) e Timon (MA).

Como demonstram os índices apurados em 2007, mesmo com aumento substancial no quantitativo de processos trabalhistas e no de recursos impetrados contra decisões da JT, houve maior celeridade na prestação jurisdicional, demonstrada por forte redução no tempo médio de solução de processos e, apesar da recente expansão de competência da JT, que provocou aumento de processos e de demanda pela prestação jurisdicional, atingiu-se uma taxa de solução de processos de 53,50%, que representa mais de 85% da meta estabelecida para o final do PPA. Conforme informações dos coordenadores de ações, a execução física das metas previstas apresentou o seguinte comportamento: 27% das ações alcançaram meta física acima do previsto, 36% ficaram entre 80% e 100%, 12% das ações apresentaram desempenho na faixa de 40% a 80%, e 24% das ações ficaram abaixo de 40% da previsão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações são empregados com reuniões periódicas de trabalho, onde o gerente do Programa se reúne com os coordenadores de ação ou com um coordenador específico, para dirimir problemas e necessidades com que se deparem durante a implementação das ações que compõem o Programa.

A utilização de sistemas informatizados, onde a Ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho tem sido estabelecida como prioritária, com o objetivo precípuo de desenvolver e unificar sistemas informatizados para atender às ações finalísticas do Programa e dar maior celeridade à prestação jurisdicional e à tramitação de processos administrativos e judiciais no âmbito da JT. E, o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), onde os coordenadores das respectivas ações registram mensalmente as realizações físicas das ações.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, as informações obtidas junto aos coordenadores de ação dão conta de que a faixa de 80% a 100% da meta prevista foi atingida por 36% das ações, 27% ficaram acima da meta, 12% atingiram execução física entre 40% e 80%, e 24% ficaram abaixo de 40%. As principais razões apresentadas para o baixo desempenho destas últimas foram, respectivamente, os contingenciamentos orçamentários efetuados ao longo do exercício e as dificuldades ocorridas em certames licitatórios e na obtenção de créditos adicionais.

Para a maioria dos coordenadores de ação, ou seja, 84%, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Apenas 12% dos executores relataram necessidade de aporte de recursos, solicitado em época própria, porém não atendido no decorrer do exercício.

Em relação à liberação de recursos ao longo do exercício de 2007, 96% dos gestores consideraram o fluxo compatível com a programação física.

Em relação aos recursos humanos nas equipes executoras em levantamento efetuado junto às unidades, 77% dos TRTs reportaram carência de pessoal nas áreas que executam as ações finalísticas e de apoio, 16% das unidades consideraram a quantidade adequada, e suficiente a qualificação dos recursos humanos disponíveis, enquanto apenas 4% (uma unidade) considerou a quantidade inadequada e a qualificação insuficiente.

Em relação ao contingenciamento orçamentário: em 28% das unidades o contingenciamento orçamentário prejudicou a execução da programação, especialmente no que tange à execução de projetos.

O atraso na liberação de recursos foi apontado por 24% das unidades como responsável pelas dificuldades enfrentadas em 2007. Nesse item, os coordenadores de ação se referiram a recursos orçamentários, principalmente àqueles dependentes de aprovação de créditos suplementares e de créditos especiais - vale ressaltar que os créditos especiais só foram aprovados no final do exercício, inviabilizando sua utilização dentro do próprio exercício e importando aumento na inscrição de empenhos em restos a pagar e na reabertura desses créditos no exercício seguinte.

As dificuldades em licitações e celebração de contratos foram apontadas por 56% das unidades (14 tribunais) como as principais dificuldades observadas em 2007. Em relação ao licenciamento ambiental, 16% das unidades da JT (quatro tribunais) tiveram problemas com a lentidão no processo de licenciamento ambiental para implementarem seus projetos.

As ações Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, e Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional da Justiça do Trabalho, centralizadas na unidade orçamentária 15.101 (TST) e descentralizadas às demais unidades para atender a despesas com reforma, adaptação, ampliação e modernização de instalações prediais dos TRTs e das varas trabalhistas, bem como a despesas relacionadas à informatização, apresentaram percentuais de execução física muito abaixo das metas prevista (8,11% e 11,34%, respectivamente).

Esses desempenhos refletem os impactos das restrições apontadas pelos tribunais, em especial, o contingenciamento orçamentário, a demora na liberação de recursos e as dificuldades que ocorreram com licenciamento ambiental e com a realização de licitações e de contratos, bem como as indefinições decorrentes do processo de definição de aplicação dos recursos consignados a essas ações.

Durante o exercício de 2007, o Setorial da Justiça do Trabalho (Gerência do Programa) e os executores (coordenadores de ação das unidades orçamentárias) mantiveram contato constante, por meio de mensagens eletrônicas, contatos telefônicos, orientações e manuais de procedimentos e do módulo Comunica do Sistema Integrado de Administração Financeiro do Governo Federal (SIAFI), dentre outros, estabelecendo perfeita integração entre as equipes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da ouvidoria de cada unidade da JT, possibilitando a comunicação com os jurisdicionados, de audiências públicas promovidas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) junto aos jurisdicionados em todo o Território Nacional, e de sítios eletrônicos disponibilizados pelos TRTs, com *links* para interface com os jurisdicionados, o que possibilita o envio de mensagens com os mais diversos teores, como reivindicações, pedidos de informações, reclamações, etc.

A atuação da Ouvidoria tem o escopo de ampliar a prestação jurisdicional, procurando defender os interesses do cidadão e o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos pela JT no desempenho de sua função institucional. A CGJT, por meio das audiências públicas que promove, de modo independente, procura aferir a prestação jurisdicional e, se for o caso, determinar as correções da atividade processual que achar pertinentes.

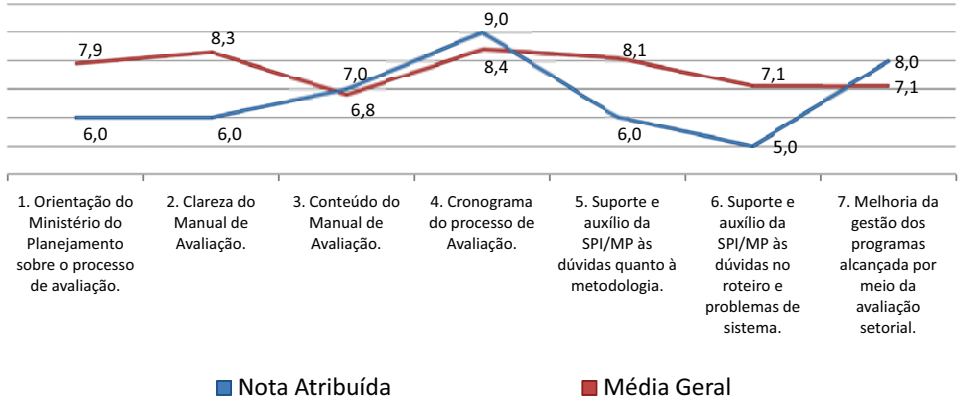
O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários, uma vez que essa mensuração é dificultada em razão da subjetividade do produto do Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista.

A elaboração de diagnóstico personalizado, abordando os problemas, as inconsistências ou os erros detectados na fase de monitoramento e validação das ações, encaminhado a cada um dos executores diretos das ações do Programa (coordenadores de ação). Elaborado de forma contínua, de preferência trimestralmente, após o processo de validação das ações, fornece aos executores um feedback de seu trabalho e os motiva a buscar o aperfeiçoamento de seu trabalho e a garantia da acurácia, da tempestividade e da fidedignidade dos dados lançados no sistema. Tal prática é uma iniciativa inovadora, visto que trouxe relevantes respostas por parte dos coordenadores de ação, ao perceberem a seriedade do monitoramento e do acompanhamento da execução realizados pela gerência do Programa, e que poderiam ser replicados na Administração Pública Federal (APF) como boas práticas de gestão.

A satisfação de seus beneficiários poderia ser aferida por meio de enquetes junto ao público-alvo utilizando-se, para tanto, de ferramentas como entrevistas, questionários, pesquisas, etc.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada igual em todos os anos.



JUSTIÇA ELEITORAL

Gestão do Processo Eleitoral

GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio José Américo Pedreira

OBJETIVO

Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional.

PÚBLICO-ALVO

Eleitores, partidos políticos e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.569.599.617,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.488.926.912,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.488.926.912,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Prazo Médio de Apuração Eleitoral - Hora	-	-	-	-	4.00	-
2. Prazo Médio de Votação Por Eleitor - Segundo	-	-	-	-	56.00	-

1. PRAZO MÉDIO DE VOTAÇÃO POR ELEITOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A não-apuração deste índice em 2007 deve-se ao fato de não ter havido eleições gerais ou municipais neste exercício.

2. PRAZO MÉDIO DE APURAÇÃO ELEITORAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A não-apuração deste índice em 2007 deve-se ao fato de não ter havido eleições gerais ou municipais neste exercício.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Gestão do Processo Eleitoral contempla os meios materiais e financeiros necessários para o desenvolvimento das ações voltadas à materialização da jurisdição eleitoral em todo o País, estando agrupadas em um único programa as ações fim e as ações meio, pois estas guardam grande relação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de pleitos eleitorais ainda que 2007 não seja ano oficialmente eleitoral, com base na Constituição da República, a Justiça Eleitoral realizou eleições suplementares em 11 Municípios, exatamente metade dos 22 que as realizaram em 2006, seja em virtude de cassação do mandato, seja por renúncia do titular. Elas aconteceram nos Municípios de Granjeiro (CE), Belmiro Braga (MG), Nova Ipixuna (PA), Serra Redonda e São Domingos do Cariri (PB), Campinas do Piauí e Jardim do Mulato (PI), Poção (PE), Pouso Novo (RS), Rio Negrinho (SC) e Graccho Cardoso (SE). Foram computados 91.601 eleitores aptos a votar nos pleitos. Desses, 14.863 são eleitores que foram convocados para plebiscitos realizados em Bueno Brandão e Itapeva, ambos Municípios de Minas Gerais.

• A Justiça Eleitoral encerrou suas atividades jurisdicionais de 2007 com 20.793 processos julgados com decisões de caráter definitivo, um crescimento em relação a 2005 (último ano não – eleitoral) de aproximadamente 13%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio de reuniões de trabalho realizadas semestralmente com os secretários de planejamento, orçamento e finanças dos tribunais regionais eleitorais e de diretores gerais, para avaliação da execução do planejamento orçamentário, de sistemas informatizados onde são usados programas para captação e acompanhamento de propostas orçamentárias - como o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (SIGO) e planilhas atualizadas todo mês e, por fim, de atualização mensal do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), onde é verificado o preenchimento das unidades orçamentárias no módulo de monitoramento de dados físicos e financeiros da execução orçamentária.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, as realizações situaram-se entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. As ações relacionadas a benefícios de servidores ultrapassaram os 80%. Porém, muitas ações relacionadas a projetos e investimentos, como construção e aquisição de imóveis para cartórios eleitorais, não alcançaram as metas físicas devido a problemas com contingenciamento, licença ambiental e alvarás de administrações municipais.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Contudo, o fluxo de liberação dos recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

O contingenciamento e a demora na aprovação de créditos adicionais atrapalharam a execução das metas físicas, gerando a necessidade de inscrição em restos a pagar.

A dotação da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foi aplicada em manutenção e reformas de cartórios e sedes ou anexos de tribunais, campanhas de conscientização de cidadania, pagamento de pessoal, ações de treinamento de pessoal, manutenção da TV Justiça, etc.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio de ouvidorias presentes no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em cada Tribunal Regional Eleitoral (TRE), além de manifestações da população local por meio das assembléias municipais, possibilitando que a Justiça Eleitoral saiba da necessidade de abertura de novas zonas eleitorais.

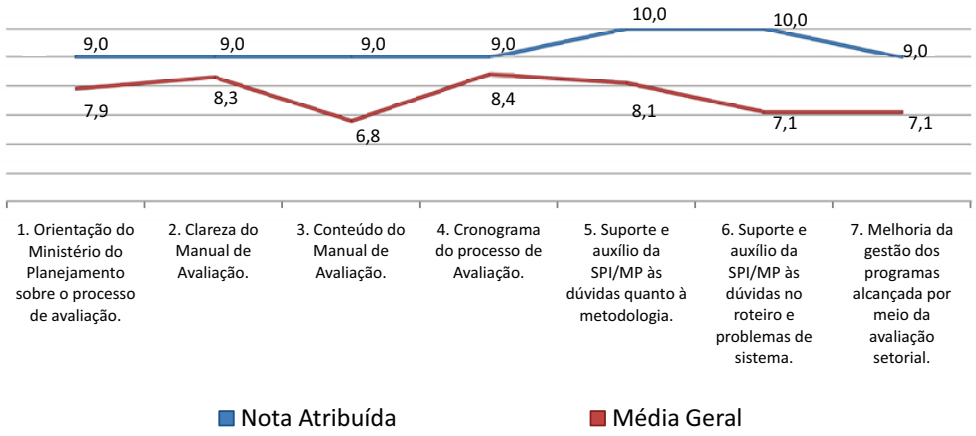
O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários utilizando pesquisas de opinião, feitas pelo Instituto Nexus - Centro de Informação Estratégica, em 2006 (em 2007 não houve eleições). De acordo com a pesquisa, 89% dos entrevistados avaliaram positivamente a Justiça Eleitoral, e cerca de 88% confiam nos resultados da eleição.

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) tem como escopo as atividades de protocolização, autuação e distribuição dos processos das classes de *habeas corpus*, mandado de segurança e medida cautelar e os processos de aquisição de materiais. É um sistema continuado, além do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) para qualificação dos cargos de chefe de seção, coordenador e secretário, que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF) como boas práticas de gestão.

Há a necessidade de qualificar servidores para os sistemas informatizados.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada melhor a cada ano.



JUSTIÇA FEDERAL

Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado)

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL (NÃO AVALIADO)

GERENTE DO PROGRAMA

Cesar Asfor Rocha

OBJETIVO

Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.773.078.023,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.691.500.428,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.691.500.428,00**
Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal - Porcentagem	-	-	-	-	23.00	-

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para atender ao aumento da demanda jurisdicional e dotar a Justiça Federal de meios para cumprir as atribuições contidas na Constituição Federal.



JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Prestação Jurisdicional Militar

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA

Afonso Ivan Machado

OBJETIVO

Processar e julgar crimes militares definidos em Lei.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, militares integrantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 157.628.282,00	Empenho Liquidado:	R$ 145.450.179,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 145.450.179,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Militar - Porcentagem	-	-	-	36.87	60.00	61,45%

1. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NA JUSTIÇA MILITAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice não foi alcançado em decorrência da frustração nos investimentos que deveriam ser executados como maior informatização dos processos judicantes e modernização das instalações, entre outros. Entretanto, o atual índice de 36,87% representa alta velocidade na solução das questões na Justiça Militar da União (JMU).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desenvolver e acompanhar as ações da JMU pertinentes a sua função judicante, como justiça especializada que jurisdiciona a categoria dos militares federais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Julgamento de 3.530 processos na Ação 4225 - Processamento de Causas Envolvendo Crimes Militares (a meta do PPA era de 3.600).

• Execução de Física de 0,53% na Ação 12EC - Implantação de Sistema de Segurança Patrimonial da Justiça Militar da União, cuja meta estabelecida no PPA era de 15% (a execução ficou abaixo da previsão em decorrência da limitação de empenho).

• Modernização de 13 unidades da JMU, executada na Ação 12ED - Modernização de Instalações, cuja meta era de 15 unidades (projeto com característica de ação, sendo executado por todas as unidades gestoras (UGs) uniformemente, com modernização e manutenção dos imóveis).

• A Ação 7808 - Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar não teve execução física e financeira por serem os recursos alvo de limitação de empenho na sua integralidade e por pendências quanto à cessão do terreno ao Superior Tribunal Militar (STM).

• Capacitação de 557 servidores pela Ação 4090 - Capacitação de Recursos Humanos, cuja meta era de 815 servidores (essa variação ocorreu devido à não-autorização de cursos solicitados).

Os recursos da Ação Processamento de Causas Envolvendo Crimes Militares são os maiores responsáveis pelo alcance dos objetivos da JMU, com uma execução de 94,96%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações se dá pelo Sistema de Acompanhamento de Processos da Justiça Militar da União (SAM) e Sistema de Recursos Humanos, com envio de relatórios mensais para cadastro da execução das ações e por dados fornecidos pelas áreas responsáveis pela execução das ações, por meio de relatórios setoriais.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, as realizações situaram-se entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A maioria das ações obtiveram resultado que satisfatório. Nos demais casos houve uma influência da limitação de empenho e de razões de ordem administrativa, como no caso da construção do edifício-sede do STM.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

Em relação aos recursos humanos, seu quantitativo foi considerado inadequado pela equipe gerencial. O crescimento da equipe gerencial depende do Projeto de Lei que amplia cargos

e funções na JMU, estando ainda pendente de parecer de mérito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O contingenciamento atingiu os projetos de investimentos, frustrando a execução e os resultados programados destes, o que interfere no desenvolvimento da ação finalística.

Questões relacionadas com a mudança na Presidência do STM, provocando atrasos na programação de execução diante do ajuste da nova equipe instalada.

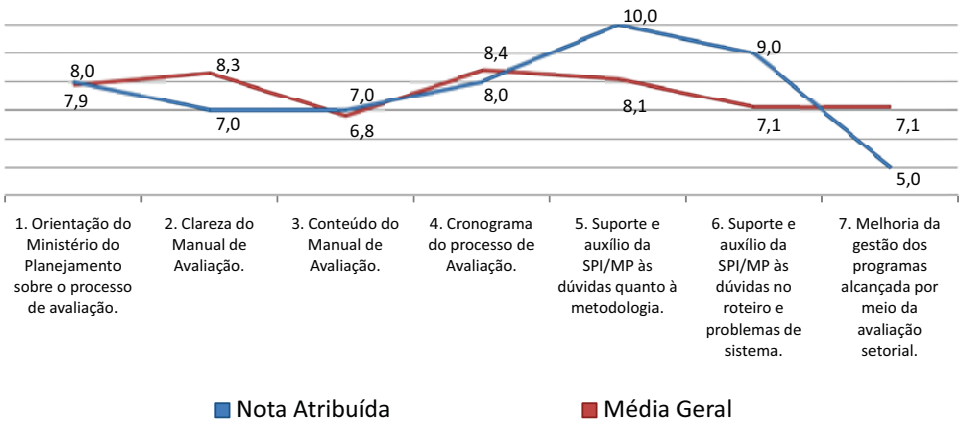
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação à participação social, a JMU está desenvolvendo a implantação da Ouvidoria, que facilitará a participação da sociedade e poderá aferir sua satisfação.

A Administração desenvolve, em paralelo com a proposta orçamentária, o Plano de Ação Anual e o Plano Plurianual de Metas, espelhando as diretrizes da alta administração que, em consonância com as diretrizes e metas governamentais, constituem as bases para a execução e o desenvolvimento dos trabalhos na JMU, e que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF) como exemplo de boas práticas de gestão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégico (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GERENTE DO PROGRAMA

Sulamita Avelino Cardoso Marques

OBJETIVO

Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicante, elencada no artigo 105 da Constituição Federal.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 529.598.322,00	Empenho Liquidado:	R$ 523.961.073,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 523.961.073,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Processos Julgados - Porcentagem	-	67.89	64.00	64.00	69.00	92,75%

1. TAXA DE PROCESSOS JULGADOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Apesar de o indicador encerrar o quadriênio em 64%, quando o previsto para o período era 69%,seu alcance superou as expectativas, considerando-se que a crescente demanda da sociedade pela prestação jurisdicional, manifestada por um maior número de processos distribuídos, foi acompanhada de um considerável acréscimo no número daqueles efetivamente julgados. Assim, convém ressaltar que, enquanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgava cerca de 241.000 processos no primeiro ano de implementação do PPA, esse número ultrapassou 330.000 processos em 2007, o que representou uma evolução nos julgados na ordem de 37%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa atender à demanda social no que cabe ao STJ, especialmente pela prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao órgão, zelando pela autoridade e uniformidade interpretativa das normas infraconstitucionais, garantindo a todo cidadão o acesso à justiça e ao julgamento do direito.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em função da Resolução n.º 4, de 30 de novembro de 2006, que atribuiu ao Presidente do Tribunal a competência para, antes da distribuição, não conhecer do agravo de instrumento manifestamente inadmissível, foi possível obter maior celeridade processual, principalmente em virtude de o número de processos ingressados ser muito maior que o de processos ingressados em anos anteriores, o que fez com que as metas estabelecidas fossem frustradas numericamente, mas não efetivamente.

• Maior celeridade e efetividade dos julgados em função do aprimoramento dos servidores, cuja permanente capacitação foi estimulada com o advento da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Apesar do indicador de 64% está abaixo do previsto para o ano (69%), e considerando-se o aumento do volume de processos distribuídos e pendentes, o total de processos julgados representou um acréscimo de aproximadamente 26% em relação ao ano de 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações é feito com periodicidade mensal, por meio do registro das informações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), repassadas pelas unidades administrativas.

O cumprimento das metas físicas previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 situou-se entre 80% e 100%. Em média, a execução física das ações totalizou 99,57%, o que significa que efetivamente atingiram os resultados esperados, contribuindo para o desempenho apresentado pelo programa finalístico do STJ.

Ressalva-se que, para o cálculo dessa média, excluiu-se o resultado da Ação Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que não apresentou execução física em função da alocação total de seus recursos para atender a contingenciamento e crédito suplementares.

Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes, embora a dotação orçamentária fixada na LOA 2007 tenha contemplado a totalidade dos recursos inicialmente previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Esses se mostraram insuficientes

para atender às necessidades do órgão, surgidas no decorrer do exercício. Além disso, a limitação de empenho comprometeu a execução de metas previamente estabelecidas.

O fluxo de liberação de recursos no exercício de 2007 sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física das ações do Programa.

Houve comprometimento significativo do fluxo de recursos devido ao contingenciamento no mês de março. Mesmo havendo ampliação de empenho, esses ocorreram de forma fracionada no decorrer do ano, impedindo efetivo planejamento e execução da despesa. Outro fator que contribuiu para frustrar a execução programada foram os créditos oferecidos com compensação, visto que tal procedimento implicou em indisponibilidade de recursos presentes à época em função de outros que só vieram a ser liberados no final do exercício, quando já não foi possível sua realização integral.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi considerada inadequada, uma vez que ocorreu acréscimo de cerca de 20% no volume de processos distribuídos no STJ no exercício de 2007, em relação ao ano anterior. Isso confirma a tendência verificada nos últimos anos, de uma crescente demanda pela prestação jurisdicional nesta Corte. A ampliação da estrutura de recursos humanos é uma das exigências para fazer frente a esse crescimento. Acresça-se a isso a alta rotatividade de servidores que deixaram o órgão em função de posse em outros cargos.

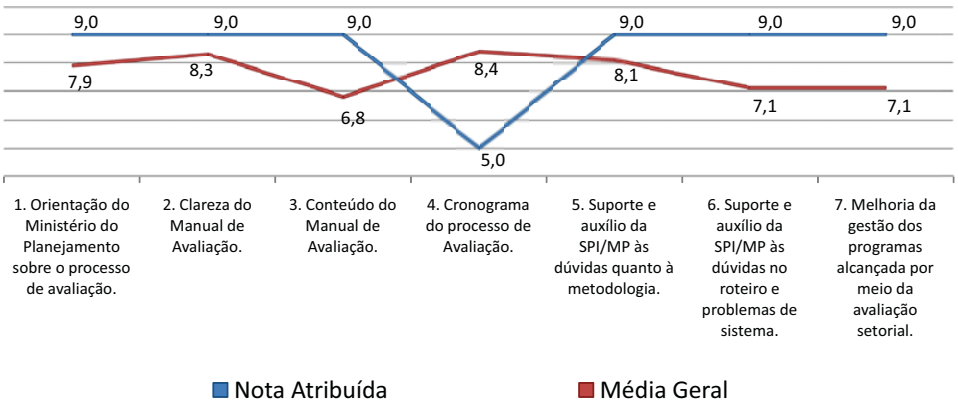
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O STJ mantém a Ouvidoria-Geral como instrumento de conscientização da sociedade acerca do papel do STJ, tendo como canais de acesso formulários eletrônicos, *e-mails*, telefones, cartas, *fax* e atendimento pessoal. Em 2007, a Ouvidoria atendeu a 11.493 manifestações.
Na página de pesquisa processual na Internet, o tribunal procedeu a uma reformulação dos critérios de pesquisa e uma atualização de seu leiaute, a fim de atender a diversas manifestações de usuários externos quanto à dificuldade na obtenção de informações. Outra iniciativa, motivada por manifestações de advogados, foi a criação de um link entre o STJ e a Receita Federal, para informar de modo mais rápido e preciso os diversos códigos necessários ao recolhimento de custas judiciais. Ambas as iniciativas foram objeto de elogios por parte dos usuários.

O tribunal mantém uma pesquisa permanente de satisfação do usuário que apresentou, no exercício de 2007, um grau de satisfação de 78,7%. Quando comparado ao percentual obtido em 2006, próximo de 70%, constata-se que o permanente esforço do tribunal dá concretude a sua visão de futuro, qual seja, ser reconhecido pela sociedade como modelo de garantia de uma justiça acessível, rápida e efetiva.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal

CONTROLE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Renato Tejada Garcia

OBJETIVO

Apoiar as atividades de planejamento e orçamento, bem como o controle e a fiscalização da gestão administrativa do Poder Judiciário da União e dos Estados.

PÚBLICO-ALVO

Poder Judiciário e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 66.531.725,00	Empenho Liquidado:	R$ 65.782.305,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 65.782.305,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário - Porcentagem	-	-	-	95.00	-	-

1. TAXA DE CONTROLE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice foi apurado, em 2007, pela relação entre a quantidade de processos recebidos 3.771 e de processos baixados 3.597, o que correspondeu a 95%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa atender à demanda pela prestação jurisdicional de controle e fiscalização da gestão administrativa e financeira no Poder Judiciário.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Redução do prazo médio de tramitação das principais classes de processos.

• Modernização do preparo de petição e a tramitação do processo para julgamento de forma totalmente eletrônica, além de rapidez e transparência nas decisões.

• Conferência de maior efetividade aos direitos da população carcerária.

• Obtenção de uma macro da situação dos apenados brasileiros, visando a tomada de decisão no âmbito do Poder Judiciário.

• Desenvolver e manter cadastro nacional de bens apreendidos, em parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF), o Ministério da Justiça (MJ) e o Departamento de Polícia Federal (DPF).

• Automação do envio de ordens de penhora e bloqueio de bens, agilizando a satisfação dos créditos em execução e auxiliando nas investigações que envolvam crimes organizados. Este procedimento permite identificação de imóveis de réus e criminosos registrados em várias cidades de diferentes Estados brasileiros.

Observa-se que, em 2007, a taxa de controle da gestão administrativa e financeira no Poder Judiciário atingiu 95% de processos julgados, considerando-se que foram recebidos 3.771 processos, e baixados 3.597. Com o objetivo de imprimir maior rapidez, qualidade e transparência nos procedimentos e nas decisões jurídicas, além de ampliar o acesso dos cidadãos à justiça em todo o País, foram desenvolvidas as seguintes ações:

a) aquisição de equipamentos e *softwares* para fomentar a modernização da justiça brasileira;

b) instalação de postos de digitalização e impressão;

c) padronização da tecnologia da informação (TI) do Poder Judiciário, para promover a implantação do processo virtual;

d) instalação e ativação de sistema de tecnologia para interligar toda a rede do Poder Judiciário;

e) instalação do Banco de Dados Centralizado da População Carcerária (resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º 33, de 10 de abril de 2007);

f) implantação de sistema de processo judicial eletrônico do Poder Judiciário;

g) criação de Cadastro Nacional de Bens Apreendidos (CNBA), e criação do Banco Nacional de Dados Estatísticos do Poder Judiciário (BNDPJ);

h) padronização taxonômica das tabelas de classes, movimentações e assuntos processuais;

i) implantação do sistema de certificação digital;

j) criação do Portal do CNJ;

k) criação da Rede Nacional do Poder Judiciário;

l) implantação do sistema de informação de serventias extrajudiciais;

m) implantação do Sistema de Processo Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (Projudi);

n) criação do Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, são adotados mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, dentre os quais a elaboração anual do Relatório de Prestação de Contas, conforme disposto no artigo 54 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, onde consta a execução física e financeira das ações do Programa, bem como constam as realizações do órgão.

Periodicamente são realizadas reuniões de trabalho para avaliação do desempenho físico e financeiro das ações do Programa, tendo como base as informações atualizadas pelos respectivos coordenadores de Ação no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação física planejada. Contudo, o contingenciamento de recursos prejudica a execução dos projetos.

Em relação aos recursos humanos na equipe gerencial e executora, o órgão não possui quadro de pessoal admitido por concurso, o que torna inadequadas a quantidade e a qualificação dos recursos humanos tanto na equipe gerencial como na equipe executora.

Dessa forma, o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá promover a estruturação e qualificação do quadro de pessoal para melhor desempenhar suas atividades.

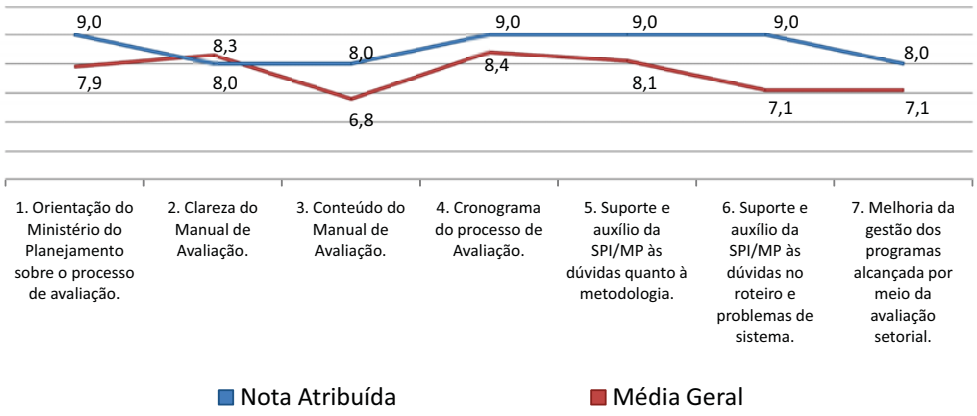
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, por meio de reuniões com órgãos públicos e a sociedade organizada, para obtenção de diagnóstico das

necessidades de investimento para melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário ao cidadão brasileiro.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio José Américo Pedreira

OBJETIVO

Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, o *habeas corpus* e os mandatos de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na Constituição Federal.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 303.063.990,00	Empenho Liquidado:	R$ 295.730.789,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 295.730.789,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Julgamento de Processos no Supremo Tribunal Federal - Porcentagem	-	-	-	134.00	75.00	178,67%

1. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Processos recebidos em 2007, 119.324 e processos julgados em 2007, 159.524, em que a relação corresponde o índice da taxa de julgamento que foi de 134%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa atender a demanda pela prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao Supremo Tribunal Federal (STF).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Maior celeridade processual, haja vista a redução do prazo médio de tramitação das principais classes de processos.

• Modernização dos preparos de petição para julgamentos, baseada nos avanços proporcionados pelo processo virtual e pela assinatura digital.

• Aumento da produtividade e da qualidade dos serviços prestados pelo STF.

• Reformulação da Rádio Justiça e da TV Justiça, possibilitando ampliação, aprimoramento e maior transparência na disponibilização e divulgação das informações sobre os atos do STF e do Poder Judiciário da União.

• Implantação da biblioteca digital, que trouxe significativo avanço na área de pesquisa para magistrados, membros do Ministério Público (MP), advogados e estudantes de direito, bem como para o público em geral.

• Maior celeridade processual, haja vista a redução do prazo médio de tramitação das principais classes de processos.

• Modernização dos preparos de petição para julgamentos, baseada nos avanços proporcionados pelo processo virtual e pela assinatura digital.

• Aumento da produtividade e da qualidade dos serviços prestados pelo STF.

• Reformulação da Rádio Justiça e da TV Justiça, possibilitando ampliação, aprimoramento e maior transparência na disponibilização e divulgação das informações sobre os atos do STF e do Poder Judiciário da União.

• Implantação da biblioteca digital, que trouxe significativo avanço na área de pesquisa para magistrados, membros do MP, advogados e estudantes de direito, bem como para o público em geral.

Em 2007, deram entrada 119.324 processos, tendo sido baixados 159.524, apresentando uma taxa de julgamento de 134%. Dessa forma, foram atingidos os resultados satisfatórios, contribuindo positivamente para o bom desempenho apresentado pelo programa finalístico.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o monitoramento do desempenho físico das ações é feito por meio das reuniões de trabalho, realizadas periodicamente para a avaliação do desempenho das ações do Programa, dos relatórios de gestão elaborados anualmente seguindo o que está disposto no artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, onde

constam a execução física e financeira das ações do Programa, e as realizações do órgão, e da utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), onde são feitas as atualizações das informações da execução física e financeira das ações.

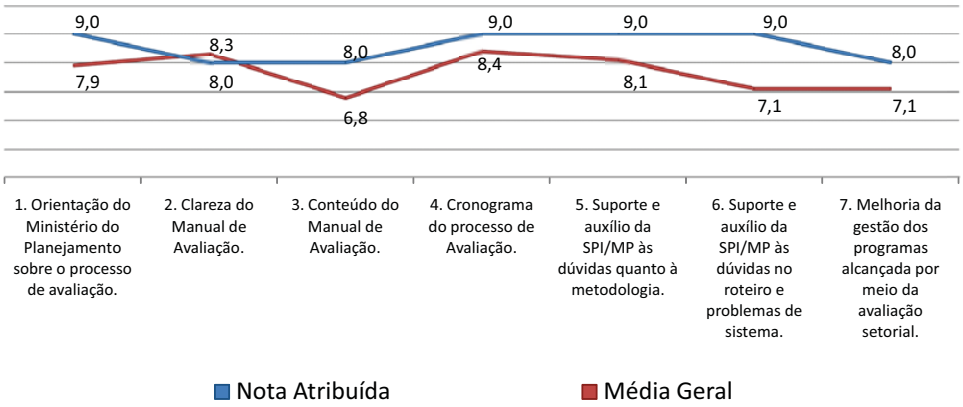
Em relação ao cumprimento das metas físicas, a execução física ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O Programa Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal (STF) superou a inicialmente prevista na LOA, devido ao esforço da casa para diminuir o estoque de processos pendentes. Em 2007, deram entrada 119.324 processos, tendo sido baixados 159.524, apresentando uma taxa de julgamento de 134%. Dessa forma, foram atingidos os resultados satisfatórios, contribuindo positivamente para o bom desempenho apresentado pelo Programa.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

Foram adiadas algumas metas para execução no exercício seguinte, em decorrência de contingenciamento de recursos. Apesar dessas limitações, não houve comprometimento do desempenho do Programa.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.



EDIÇÃO DE HOJE: 900 PÁGINAS

(OS: 15137/2008)